Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Amptur Associação dos Municipios com Potencial Turistico 4
Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 5
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 5
Prefeitura Municipal de Acorizal 5
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 6
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 15
Prefeitura Municipal de Alto Garças 15
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 46
Prefeitura Municipal de Apiacás 48
Prefeitura Municipal de Araguaiana 57
Prefeitura Municipal de Araguainha 57
Prefeitura Municipal de Arenápolis 59
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 59
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 62
Prefeitura Municipal de Brasnorte 62
Prefeitura Municipal de Campinápolis 66
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 66
Prefeitura Municipal de Campo Verde 72
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 77
Prefeitura Municipal de Canarana 90
Prefeitura Municipal de Carlinda 94
Prefeitura Municipal de Cláudia 107
Prefeitura Municipal de Cocalinho 108
Prefeitura Municipal de Colniza 108
Prefeitura Municipal de Colíder 110
Prefeitura Municipal de Comodoro 110
Prefeitura Municipal de Confresa 111
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 111
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 112
Prefeitura Municipal de Cuiabá 120
Prefeitura Municipal de Curvelândia 120
Prefeitura Municipal de Cáceres 121
Prefeitura Municipal de Diamantino 160
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 170
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 173
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 175
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 177
Prefeitura Municipal de Itanhangá 191
Prefeitura Municipal de Itaúba 191
Prefeitura Municipal de Itiquira 192
Prefeitura Municipal de Jaciara 195
Prefeitura Municipal de Jangada 196
Prefeitura Municipal de Juara 196
Prefeitura Municipal de Juruena 196
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 198
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 198
Prefeitura Municipal de Marcelândia 202
Prefeitura Municipal de Matupá 202
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 208
Prefeitura Municipal de Nobres 210

Prefeitura Municipal de Nortelândia 212
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 212
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 212
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 213
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 213
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 215
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 219
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 219
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 220
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 225
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 226
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 231
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 233
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 233
Prefeitura Municipal de Paranatinga 234
Prefeitura Municipal de Paranaíta 238
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 262
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 263
Prefeitura Municipal de Poconé 263
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 263
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 268
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 270
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 274
Prefeitura Municipal de Poxoréu 274
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 288
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 288
Prefeitura Municipal de Rondolândia 289
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 296
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 298
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 299
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 299
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 300
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 305
Prefeitura Municipal de Sinop 315
Prefeitura Municipal de Sorriso 330
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 333
Prefeitura Municipal de São José do Povo 334
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 335
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 339
Prefeitura Municipal de Tabaporã 340
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 341
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 343
Prefeitura Municipal de Tesouro 344
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 345
Prefeitura Municipal de Vera 345
Prefeitura Municipal de Vila Rica 345
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 352
Prefeitura Municipal de Água Boa 355

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

AMPTUR ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS COM POTENCIAL TURISTICO

AMPTUR Nº 05/2015

Cuiabá-MT, 17 de março de 2015.

Ao Banco do Brasil

Ao Gerente de Conta Jurídica

Senhor Gerente,

Cumprimentando cordialmente, vimos por meio deste, informar que o Município de Nova Maringá, ora representando pelo Prefeito Sr. JOÃO BRAGA NETO, está desfilhando da AMPTUR, Cadastro do Convênio nº 033961 – Conta Corrente nº 11391-3 – Agência 3628-5 Banco do Brasil. Informamos também que o Prefeito de Nova Maringá Sr. João Braga Neto portador da cédula de identidade RG 3026588 SSP/PR, inscrito no CPF nº 424.993.729-15, fazia parte da Diretoria, onde exercia o cardo de Tesoureiro Geral. Por este motivo comunicamos que o Prefeito do Município de Dom Aquino Sr. JOSAIR JEREMIAS LOPES que faz parte da Diretoria como 1º Tesoureiro, será o novo Tesoureiro Geral, conforme o Estatuto.

Certos de vossa atenção, agradecemos e nos colocamos à disposição ao que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Magali Amorim Vivela de Moraes

Presidente da AMPTUR

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO 001/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua Amazonas, nº 673, Bairro Centro, Sorriso-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no processo de Credenciamento Nº 01/2014 – Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2014 que trata do credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços na área de saúde, sendo CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do CISRTP, acresceu seu quadro técnico com os seguintes profissionais: Rogério de Souza Andrade – Ginecologia e Obstetrícia – CRM/MG 31608/Sávio Milbratz Ferreira – Oftalmologia – CRMMT 7986/Luiz Costa da Cunha – Angiologia e Cirurgia Vascular – CRMMG 23005/Clarissa Matarangas Moreira da Fraga –Dermatologia- CRMMT 7964 a EMPRESA: HOSPITAL CANDIDO PORTINARI LTDA CNPJ: 08.860.004/0001-51 e

Juan Domingues Cesário – Cardiologia – CRMMT 8109 a EMPRESA GASTROCOR EXAMES CARDIOLÓGICOS E GASTROENTEROLÓGICOS SS LTDA CNPJ 08.784.710/0001-61.

Sorriso - MT, 31 de março de 2015.

Valdenir José dos Santos

Presidente CISRTP

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

INEXIGIBILIDADE 001/2014 – CREDENCIAMENTO 001/2014

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO TELES PIRES

OBJETIVO: Contratação de CONSULTAS, EXAMES e CIRURGIAS. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATO Nº 01/2014 – CLINICA DE OLHOS ROGÉRIO TONIOLO LTDA - ME - CNPJ MF 10.671.736/0001-45, CONTRATO Nº02/2014 – PRADI ADAM SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA – CNPJ 12.106.428/0001-00, CONTRATO Nº03/2015 – ROOSEVELT DAS NEVES ROCHA FILHO – ME – CNPJ MF 19.763.349/0002-94, CONTRATO Nº03/2014 – YANAI & CIA LTDA-ME – CNPJ MF 03.280.878/0001-16, CONTRATO Nº04/2014 – OTOCLÍNICA CLINICA MÉDICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA – CNPJ MF 07.645.832/0001-04, CONTRATO Nº05/2014 – LEANDRO AUGUSTO MINGHELLI – CNPJ MF 15.057.229/0001-30, CONTRATO Nº 06/2014- BELLA VISTA OFTALMOLOGIA LTDA – CNPJ MF 15.547.226/0001-84, CONTRATO Nº07/2014 – HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA – CNPJ MF 14.974.927/0001-37, CONTRATO Nº 09/2014 – DERMOPLASTICA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME – CNPJ MF 18.829.506/0001-73,0 CONTRATO Nº011/2014 – POLICLINICA BIANCHINI EIRELLI – CNPJ MF 19.608.947/0001-08, CONTRATO Nº 12 - INSTITUTO DE COLOPROCTOLOGIA E RADIOLOGIA DE SINOP S/S LTDA-ME - CNPJ MF nº. 11.704.365/0001-13, CONTRATO Nº13/2014 – MARLY MITICO KAWAHARA – ME – CNPJ MF 15.581.178/0001-40, CONTRATO Nº 14/2014 – JANDER GUEDES FAVARO & CIA LTDA – CNPJ MF 07.138.392/0001-07, CONTRATO Nº 015/2014 – BONONI E BONONI LTDA – ME - CNPJ MF 14.461.544/0001-65, CONTRATO Nº16/2014 – SMF JULIANI SILVEIRA & CIA LTDA – CNPJ MF 08.476.546/0001-25, CONTRATO Nº18/2014 – MEDICFISIO LTDA – ME – CNPJ MF 05.142.642/0001-49, CONTRATO Nº020/2014 – CASAVITA CLINICA DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, CNPJ MF 12.279.940/0001-40, CONTRATO Nº 21/2014 – CLINICA NEUROLOGIA CENTER CLINICA – ME – CNPJ MF 09.165.752/0001-87, CONTRATO Nº 23/2014 – EPX CLINICA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – 13.904.064/0001-69, CONTRATO Nº 24/2014 – CLINICA ORTOPÉDICA NOVA MUTUM LTDA – CNPJ MF 10.764.278/0001-99, CONTRATO Nº 25/2014 – GASTROCOR EXAMES CARDIOLÓGICOS E GASTROENTEROLÓGICOS S/S LTDA – CNPJ MF 08.784.710/0001-61, CONTRATO Nº27/2014 – ANA CARLA FELÍCIO ME – CNPJ MF 14.510.148/0001-80, CONTRATO Nº 28/2014 – CLINICA DE FISIOTERAPIA BOM JESUS LTDA – CNPJ MF 18.731.320/0001-87, CONTRATO Nº 29/2014 – PRISMA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA – CNPJ MF 97.537.727/0001-44, CONTRATO Nº 30/2014 – NR CLINICA OTORRINO DE SORRISO LTDA EPP – 15.349.050/0001-56, CONTRATO Nº 31/2014 – CLINICA CARDIO-CLINSAÚDE LTDA – CNPJ MF 18.681.409/0001-86, CONTRATO Nº 32/2014 – CLINICA MÉDICA METAMORFOSE KMG SOCIEDADE SIMPLES LTDA ME – CNPJ MF 19.423.401/0001-82, CONTRATO Nº 34/2014 – HORMOCLINIC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – ME – CNPJ MF 17.813.463/0001-75, CONTRATO Nº 35/2014 – IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA EPP – CNPJ MF 03.395.990/0001-00, CONTRATO Nº 36 - CLINICA NEUROLOGICA DO NORTE DO MATOGROSSO SS LTDA EPP - CNPJ MF n 06.128.358/0001-41, CONTRATO Nº 37 – OFTALMO CENTER CLINICA DE OLHOS SS LTDA-ME - CNPJ MF 15.319.770/0001-70, CONTRATO Nº 40/2014 – SORRIMED MEDICINA OCUPACIONAL DE SORRISO LTDA – CNPJ MF 07.006.340/0001-79, CONTRATO Nº 38 – CLINICA OTORRINO SINOP SS LTDA CNPJ MF 18.110.636/0001-51, CONTRATO Nº 43/2014 – HOSPITAL CANDIDO PORTINARI LTDA – CNPJ MF 08.860.004/0001-51, CONTRATO Nº 44/2014 – NAZZARI CLINICA DE ULTRASSONOGRAFIA EIRELI – CNPJ MF 15.259.544/0001-40, CONTRATO Nº 45/2014 - AGNALDO CESÁRIO DA SILVA – ME - CNPJ MF 05.649.994/0001-95, CONTRATO Nº 46/2014 – CLINICA ASC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ MF 14.528.468/0001-68, CONTRATO Nº 074/2014 – FUNDAÇÃO LUVERDENSE DE SAÚDE – CNPJ MF 03.178.170/0001-59. Sorriso MT, 31/03/2015.

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO 001/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua Amazonas, nº 673, Bairro Centro, Sorriso-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no processo de Credenciamento Nº 01/2014 – Ine-

xigibilidade de Licitação Nº 01/2014 que trata do credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços na área de saúde, sendo CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do CISRTP, descredenciaram-se os itens: CONSULTA: Otorrino EXAMES USG Articulação/USG Articulação de Joelho/ USG Doppler Venoso membro MID e MIE/ USG Doppler Arterial membro MID e MIE/ USG Cotovelo/ USG Obstétrico Morfológico/ USG Ombro/ USG Punho/ USG Tornozelo/ Videolaringoscopia/ Videonasolaringoscopia, da empresa SORRIMED MEDICINA OCUPACIONAL DE SORRISO LTDA, inscrita no CNPJ 07.006.340/000179.

Sorriso - MT, 31 de março de 2015.

Eduardo Alexandre da Costa Vasconcelos Rocha

Presidente da CPL

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

PORTARIA 003.2015 NOMEIA GEO OBRAS JANAINA

PORTARIA Nº 003/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA SER RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAMENTO E CADASTRAMENTO NO SISTEMA GEO-OBRAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL.

FÁBIO SCHROETER, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia o Sra. JANAINA FERNANDEZ, para ser responsável de acompanhar e inserir dados ao sistema GEO-OBRAS, observando a tempestividade e os prazos do Anexo I da Resolução Normativa nº 006/2011, do TCE – Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrária.

Campo Verde – MT, em 31 de Março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

Presidente do Consórcio

Registre-se, Publique-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO N° 006, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

RESOLUÇÃO N° 006, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre alteração no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Consórcio Portal do Araguaia, e dá outras providências."

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Presidente do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia", com sede no Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 11.107/2005, de 06 de abril de 2005, em conformidade com o Decreto Federal n°. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, em especial atendimento aos ditames do ITEM VI, Art. 19 e 40 do Estatuto Social do CIDESAPA consubstanciado com o Protocolo de Intenções, e demais dispositivos pertinentes,

Considerando a necessidade de alterar a natureza jurídica, do ente federativo responsável e da atividade principal, conforme determinado no protocolo de intenções e no estatuto do órgão,

Resolve:

Resolve:

Artigo 1°. Alterar a natureza jurídica, do ente federativo responsável e das atividades econômicas, referente ao CNPJ nº 09.235.065/0001-90, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL – PORTAL DO ARAGUAIA.

Artigo 2°. Esse Decreto produz efeito legal, a partir da sua publicação.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO Nº 003/2015 - CISVAG

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015/CISVAG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2015/CISVAG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTOS MÉDICOS: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ.

O Pregoeiro Oficial, regido pelo Decreto nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015**, cujo certame se deu às 09h do dia 30/03/2015; **RESGISTRA OS PREÇOS DAS EMPRESAS**:

OLGA SOARES DA SILVA & CIA LTDA,

vencedora do item 02, com valor unitário de: R$ 75,00 (setenta e cinco reais), SILVA ALVARES & ALVARES LTDA, vencedora do item 04 com valor unitário de: R$103,00(cento e três reais), , Maiores informações fone 65 3266-2534, Jose Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br Pontes e Lacerda/MT, 30 de março de 2015.

Jose Garcia dos Santos Neto

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015

CONTRATO Nº 10/2015 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E A EMPRESA **JM REPRESENTAÇÕES DE MED. E MAT. HOSPITALARES LTDA ME.**

OBJETO – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS LABORATORIAIS, EM ATENDIMENTO AOS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL-MT.

VALORES -R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS);

VIGÊNCIA – 31/12/2015;

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO – 31 DE MARÇO DE 2015;

ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL E MARCIO MAGALHÃES DE OLIVEIRA, REPRESENTANTE LEGAL.

EXTRATO DE CONTRATO 11/2015

CONTRATO Nº 11/2015 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E A EMPRESA MARSON LEITE TAQUES EIRELLI-ME.

OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA EM CONFORMIDADE COM A LEI 4.320/64 E DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES.

VALORES - R$ 54.000,00 (CINQÜENTA E QUATRO MIL REAIS);

VIGÊNCIA – 12 (doze) meses;

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO – 31 DE MARÇO DE 2015;

ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL, E MARSON LEITE TAQUES REPRESENTANTE LEGAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 224

Terceiro termo aditivo ao contrato 224/14

Contratada: J A de Oliveira & Cia ltda ME

Objeto: Reforma de ponte no córrego Araguainha MU-14, Lote 02, no Município de Alto Araguaia.

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 90 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 27/09/2015 e execução dos serviços em 90 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 02/07/2015, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 31/03/2015

Alto Araguaia 31/03/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

PORTARIA Nº.24/15/SEME/MT.

Dispõe sobre análise de currículos para contratação por tempo determinado de servidores para atuarem na área da educação e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Edital de Processo Seletivo por Análise de Currículo Nº 01/2015 que regulamenta a contratação de servidores por tempo determinado para atuarem na educação pública municipal, até a homologação do Processo Seletivo/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer os critérios para análise dos currículos;

§ 1º. Para os cargos de Contínua:

Serão considerados os seguintes critérios:

I- Nível de escolaridade

II-Experiência profissional na área a qual concorre

III-Vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na área.

§ 2º. Para os cargos de Professor:

I- Nível de escolaridade

II- Experiência profissional na área a qual concorre

III-Vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na área.

§ 3º. Para os cargos de Monitor do Desenvolvimento Infantil:

I- Nível de escolaridade

II -Experiência profissional na área a qual concorre

III -Vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na área.

§ 4º. Para os cargos de Monitor de Transporte Escolar:

I-Nível de escolaridade

II-Experiência profissional na área a qual concorre

III -Vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na área.

Parágrafo Único: O nível de escolaridade não será eliminatório. O critério de desempate será a maioridade entre os candidatos.

Art. 2º . Sendo aprovado o candidato se compromete a apresentar toda a documentação comprobatória mencionada no currículo.

Art. 3º . Não havendo candidatos inscritos para atuar na Zona Rural que atendam a todas as exigências mencionadas nesta Portaria, os candidatos classificados para a Zona Urbana poderão optar por atuar na Zona Rural, obedecendo a ordem de classificação.

Art. 4º. Persistindo a vacância, e não havendo candidatos habilitados para a Zona Urbana com interesse em atuar na Zona Rural, poderão ser convocados os candidatos sem habilitação específica, com interesse na vaga.

Art. 5º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Setor de Recursos Humanos e pela SEME.

Art .6º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando as disposições anteriores.

Alto Araguaia, 23 de março de 2015.

Abilene Antonia de Bastos Queiroz

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 223, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

"Designa servidores para levantamento de imóveis que estejam ocupando de forma irregular a margem do Rio Araguaia no perímetro urbano deste município."

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores WILLENGARG ELIAS DE OLIVEIRA e REGINALDO PINHEIRO, para fazer levantamento de todos os imóveis que se encontram localizados de forma irregular a margem do Rio Araguaia no perímetro urbano deste município.

Art. 2º Deverão ser cadastrados os imóveis que estejam localizados numa distância inferior a 10m (dez metros) da margem do Rio, cujo relatório final deverá ser encaminhado à Promotoria de Justiça de Alto Araguaia.

Art. 3º O presente levantamento deverá ser concluído no prazo de 20 (vinte) dias a partir da data da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada em gestão na área de planejamento estratégico e mapeamento de processos - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Dia: 16/04/2015.

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia 16/04/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **16 de Abril de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal:

Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 31 de Março de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de clinica médica, transporte de pacientes e procedimentos dermatológicos no hospital municipal de Alto Araguaia-mt.

Dia: 16/04/2015.

Entrega dos Envelopes: Até as **14:30** horas (Brasília), do dia 16/04/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **14:30** horas, do dia **16 de Abril de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal:

Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 31 de Março de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

LEI Nº 3.593, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2015) do Município de Alto Araguaia/MT, e da outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Alto Araguaia – REFIS/Alto Araguaia 2015, destinado a promover a regularização de créditos do Município relativos a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, ocorridos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso no REFIS/Alto Araguaia 2015 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	*Juros*	**Multa**
À Vista	80%	100%
De 02 a 12 parcelas	70%	70%
De 13 a 24 parcelas	50%	50%
De 25 a 36 parcelas	40%	40%
De 37 a 48 parcelas	30%	30%
De 49 a 60 parcelas	20%	20%

§ 1º O valor mínimo da parcela será de R$ 50,00 (Cinquenta Reais) para pessoa física e R$ 100,00 (Cem Reais) para pessoa Jurídica;

§ 2º Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em refis anteriores, poderão aderir ao REFIS/Alto Araguaia 2015, deduzindo-se do número máximo fixado no **caput** deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão.

§ 3º Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva judicial, na qual já tenha ocorrido a citação do devedor, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§ 4º A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§ 5º. A opção pelo REFIS/Alto Araguaia 2015 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 3º A adesão ao REFIS/Alto Araguaia 2015 implica:

I – na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II – na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III – na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V – no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

VI – não atraso do pagamento de parcelas de REFIS de exercícios anteriores;

Art. 4º O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I – através de formulário próprio;

II – distinto para cada tributo (IPTU, Taxas, ISS etc), com discriminação dos respectivos valores e números das ações executivas, quando existentes;

III – assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais; e,

IV – instruído com:

a) comprovante de pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, no caso de execução fiscal já ajuizada, na qual já tenha ocorrido a citação do devedor;

b) cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;

c) instrumento de mandato, em caso de procurador.

Parágrafo único. O Contribuinte que possuir ação judicial ou administrativa em curso contra a Fazenda Pública Municipal, na qual discute a procedência ou não de débitos fiscais e/ou acerca do montante devido, bem como o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolizando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V, do **Caput** do art. 269, do Código de Processo Civil, no ato da adesão do parcelamento do REFIS.

Art. 5º Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS/Alto Araguaia 2015, com a consequente revogação do parcelamento:

I – o atraso no pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou não, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;

II – o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III – a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabeleci-

das no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do REFIS;

V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Refis Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução dos débitos não pagos, com a continuidade da dívida e das ações já ajuizadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 6º O prazo para adesão ao REFIS/Alto Araguaia 2015 encerra-se impreterivelmente, em 30 de Novembro de 2015.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.594, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica para buscar massa asfáltica na cidade de Cuiabá - MT".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar um Termo de Cooperação Técnica com a Empresa Odebrecht Agroindustrial, neste ato representado pelo senhor Marcelo Caldato Fiomari,Gerente Industrial, que objetiva na cedência de 02 (dois) caminhões para buscar massa asfáltica na cidade de Cuiabá - MT, a ser utilizado na recuperação da MT 100, em caráter emergencial, no trecho circunscrito dentro dos limites do município de Alto Araguaia - MT, além de outros procedimentos administrativos necessários à execução plena deste objeto.

§ 1º O Município se compromete a abastecer os caminhões na execução do objeto do Termo de Cooperação Técnica.

§ 2º O prazo de vigência do presente convênio será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período se ambas as partes estiverem em comum acordo.

Art. 2º Para cobrir as despesas de que trata o art. 1º será coberto com a seguinte dotação orçamentária:

2019 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.595, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre autorização para celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso".

O Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado se ambas as partes estiverem de comum acordo.

§ 1º. O Município de Alto Araguaia se compromete a repassar recursos financeiros ao Núcleo da Defensoria Pública Estadual, situado neste Município, para fins de apoio ao pagamento dos alugueres e encargos do imóvel que serão destinados, exclusivamente, a abrigar as instalações do referido Órgão no Município, a quantia limitada ao valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), dividido em 06 (seis) parcelas de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

§ 2º. A Defensoria Pública situada neste município, prestará, através de Defensor Público designado, o atendimento jurídico integral e gratuito aos munícipes hipossuficientes, devendo, especialmente, promover extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito, tudo nos moldes determinados pela Lei Complementar nº 80/94 e pela Lei Complementar Estadual 146/03.

Art. 2º A aplicação e liberação dos recursos à entidade acima identificada ficarão condicionadas a apresentação de prestação de contas mensal nos Termos da Instrução Normativa conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE-MT nº 03/2009 e Norma Interna nº 011/2009, a qual deverá ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, à Controladoria, para verificação do cumprimento das metas pactuadas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.596, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2743/2010".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera o item I e IX do Capítulo I - Da Estrutura Administrativa, do art. 1º da Lei Municipal nº 2743/2010, que passa ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I

Da Estrutura Administrativa

Art. 1º (...)

I - GABINETE DO PREFEITO:

1. Procuradoria Jurídica

1.1. Assessoria Jurídica.

1.2. Coordenadoria de Proteção ao Consumidor - PROCON.

2. Controladoria.

3. Ouvidoria.

4. Coordenadoria Tec. de Geoprocessamento e Regularização Fundiária e Urbanística.

4.1. Supervisão Administrativa.

5. Assessoria Técnica.

6. Chefia de Gabinete:

6.1. Diretor Administrativo;

6.1. Coordenadoria de Comunicação;

6.2. Assessoria de Comunicação;

6.3. Gerência Administrativa;

6.4. Gerência de Cerimonial.

V - SECRETARIA DE SAÚDE

1. Diretoria Administrativa:

1.1. Gerência de Suporte Administrativo;

1.2. Gerência de Vigilância Sanitária;

1.3. Gerência do Centro de Reabilitação;

1.4. Gerência Epidemiológica.

2. Coordenadoria de Almoxarifado e Farmácia.

3. Coordenadoria de Programas de Saúde.

4. Superintendência do Hospital Municipal:

4.1. Diretoria Administrativa:

4.1.1. Gerência Administrativa e Financeira:

4.1.1.1. Supervisão de Almoxarifado;

4.1.1.2. Supervisão Administrativa.

4.1.2. Gerência de Assistência Médica.

Art. 2º O Cargo de Diretor Administrativo irá integrar no art. 2º da Lei Municipal nº 2743/2010, com a seguinte redação:

§1º - À Diretoria de Administrativa compete:

I - realizar todo o apoio administrativo ao Gabinete do Prefeito e todas as unidades que a compõem;

II - fixar o calendário para cumprimento das obrigações administrativas dos órgãos desta Administração;

V - coordenar e gerenciar os servidores lotados no Gabinete;

VI - gerenciar os convênios e demais parcerias realizadas com outros órgãos públicos ou privados realizando a respectiva prestação de contas;

VII - gerenciar e fiscalizar os recursos públicos oriundos de repasses de verbas púbicas, elaborando as respectivas prestações de contas;

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

“Regulamenta o disposto no Art. 16 da Lei Municipal nº 2.575/2009 e Art. 75 da Lei Municipal n° 1079/97”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado aos Secretários Municipais promoverem o cumprimento do disposto no Art. 16 da Lei Municipal nº 2.575/2009 e Art. 75 da Lei Municipal n° 1079/97, encaminhando aos setores competentes os Atestados Médicos relativos ao afastamento do servidor ao trabalho.

Art. 2º O servidor efetivo, que obter atestado médico para afastamento do trabalho, com prazo de 05 (cinco) até 30 (trinta) dias, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração para adotar providências necessárias perante a Junta Médica do Trabalho Municipal e, o atestado superior a 30 (trinta) dias deverá ser encaminhado ao Setor de Recursos Humanos, através do Secretário da Pasta, para o correspondente encaminhamento ao Fundo Municipal de Previdência Social (PREVIMAR).

Paragrafo único. Os pagamentos correspondentes aos dias de afastamento por licença médica serão, até 30 (trinta) dias, pagos pela Prefeitura e os superiores a 30 (trinta) dias serão pagos pela PREVIMAR.

Art. 3º O servidor comissionado, contratado e ocupante de cargo público, que obter atestado médico para afastamento do trabalho, com prazo de 05 (cinco) até 30 (trinta) dias, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração para adotar providências necessárias perante a Junta Médica do Trabalho Municipal e, o atestado superior a 30 (trinta) dias deverá ser encaminhado ao Setor de Recursos Humanos, através do Secretário da Pasta, para o correspondente encaminhamento ao Instituto Nacional de Seguridade Social (Art. 60, I, da MP nº 664/2014).

Paragrafo único. Os pagamentos correspondentes aos dias de afastamento por licença médica serão, até 30 (trinta) dias, pagos pela Prefeitura e os superiores a 30 (trinta) dias serão pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cujas providências deverão ser adotadas pelo servidor licenciado.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2015.

Art. 5º Revoga-se a Portaria 702/2014.

Art. 6º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	NEY PEREIRA DE SOUZA Procurador Jurídico

PORTARIA Nº 221, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

“Dispõe sobre atribuições a servidores”.

O Senhor ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores NEY PEREIRA DE SOUZA e MARCIAL DA CRUZ BANDEIRA, lotados na Assessoria Jurídica do Município, como responsáveis pela formalização, em tempo hábil, de respostas às solicitações do Ministério Público protocoladas na Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste Artigo, os servidores designados deverão buscar informações junto as secretarias municipais e assinarem conjuntamente todos e quaisquer documentos encaminhados ao Ministério Público, dando ciência das informações prestadas à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 222, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

“Designa Comissão para levantamento ocupacional da área de 29,5 ha, no Setor Industrial”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1° Designar comissão composta pelos servidores JOSÉ NETO CAVALCANTE DA CUNHA, WILLENGARG ELIAS DE OLIVEIRA e REGINALDO PINHEIRO, sob a presidência do primeiro, para proceder ao levantamento ocupacional da área de 29,5 hectares no Setor Industrial, destinada ao uso da indústria, comércio e prestação de serviços, para viabilizar os processos de Concessão de Direito Real de Uso, proposto por esta municipalidade.

Art. 2º A Comissão ora designada agirá com total independência, sem dolo e nem malícia, objetivando a imparcialidade da justiça.

Art. 3º A presente Comissão deverá elaborar um Laudo Circunstanciado da do levantamento ocupacional da área de 29,5 hectares, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 031, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

“Dispõe sobre Ponto Facultativo”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o feriado do dia 03 de abril de 2015 (sexta-feira da Paixão).

DECRETA:

Art. 1° Fica decretado o Ponto Facultativo no dia 02 de abril de 2015, para os Órgãos Públicos Municipais, exceto as Secretarias que possuem serviços emergenciais, tais como:

a) Serviços de abastecimento de água;

b) Serviços de limpeza pública e coleta de lixo;

c) Serviços de Saúde de urgência e emergência.

d) Serviços de Iluminação Pública;

e) Serviços de Vigilância;

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 216, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

“Autoriza o pagamento dos fiscais e contínuas que irão prestar serviços na realização do Processo Seletivo e da outras providências”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art.1º Autorizar o pagamento dos servidores que irá prestar serviços de fiscais e contínuas durante a realização do Processo Seletivo Jovem Aprendiz nº 001/2015, realizado no dia 29 de março de 2015, na Escola Municipal Adalcy da Conceição Rodrigues, os seguintes valores, abaixo descritos:

I - Fiscal - R$ 70,00;

II - Contínua - R$ 70,00.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.588, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Altera Lei Municipal nº 2742/2010 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Cria 02 (dois) cargos de Assessor Operacional que passará a vigorar acrescida em seu Anexo III do Quadro de Pessoal de Cargos de Provimento de Função Gratificada da Lei Municipal nº 2742/2010, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal **Lei nº 3.588, de 24 de MARÇO de 2015.**

ANEXO - I

ANEXO III

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

Assessor Operacional	40 horas Semanais	02	Prestar assessoria ao seu superior hierárquico, interpretando, discutindo, negociando, registrando, triando, orientando, encaminhando e/ou relatando assuntos, reivindicações, problemas, processos, expectativas e outros temas lhe apresentados. Realizar estudos, análises e projeções, emitindo pareceres, para avaliação e aprovação do seu superior hierárquico. Planejar, organizar e providenciar os recursos materiais e humanos para os eventos, destinados a informar, divulgar, promover, comunicar e difundir as atividades, projetos, ações, empreendimentos, soluções, deliberações, cuidando pessoalmente, para que todos os detalhes técnicos, administrativos e logísticos ocorram dentro do esperado, em termos de prazo, funcionamento e operacionalidade.	Ensino fundamental incompleto	R$ 400,00

LEI Nº 3.589, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2742/2010".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais...,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera o numero de Cargos de Coordenador Técnico III, constante no Anexo II da Lei Municipal nº 2742/2010.

Art. 2º Altera o numero de Cargos de Coordenador Técnico II, constante no Anexo II da Lei Municipal nº 2742/2010.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Coordenador Técnico III	40 horas Semanais	03	Propor melhorias e realizar levantamento técnico para a otimização dos procedimentos e agilidade nas respostas aos munícipes. Fiscalizar a execução das atividades dos profissionais que lhe são subordinados, zelando pela manutenção da eficiência dos serviços. Propor a implantação de novos projetos relativos à sua área de atuação. Solicitar, quando conveniente, a contratação de serviços de terceiros para auxílio na execução de projetos e obras. Elaborar relatórios sobre sua área de atuação para fornecer subsídios para a elaboração do planejamento anual. Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; c) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; d) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; e) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que lhes são afetas; f) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas;	Ensino Fundamental incompleto	R$ 3.186,90
Coordenador Técnico II	40 horas semanais	03	Propor melhorias e realizar levantamento técnico para a otimização dos procedimentos e agilidade nas respostas aos munícipes. Fiscalizar a execução das atividades dos profissionais que lhe são subordinados, zelando pela manutenção da eficiência dos serviços. Propor a implantação de novos projetos relativos à sua área de atuação. Solicitar, quando conveniente, a contratação de serviços de terceiros para auxílio na elaboração de projetos e programas. Elaborar relatórios sobre sua área de atuação para fornecer subsídios para a elaboração do planejamento anual. Atividades gerais: a) elaborar ou participar da elaboração do programa de trabalho; b) cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; c) transmitir aos seus subordinados as diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos; d) contribuir para o desenvolvimento integrado dos trabalhos; e) dirimir ou providenciar as soluções de dúvidas ou divergências que surgirem em matéria de serviço; f) dar ciência imediata ao Secretário ao qual se subordina das irregularidades administrativas de maior gravidade, mencionando as providências tomadas e propondo as que lhes são afetas; g) manter seu superior imediato permanentemente informados sobre o andamento das atividades das unidades subordinadas; h) providenciar as instruções de processo de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se conclusivamente a respeito da matéria; i) avocar, de modo geral ou em casos especiais, as atribuições ou competências das unidades ou servidores subordinados.	Ensino Superior Completo	R$ 3.505,59

PORTARIA Nº 217, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"Exonera servidora, a pedido, do cargo de Técnico de Enfermagem".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento protocolado com o nº 669/2015, em 27/03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, do quadro de funcionários efetivos da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, a senhora LÍVIA DAVID SILVA CAMPOS DE FARIAS, exercendo o cargo de Técnico de Enfermagem, a partir de 27 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 27 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.590, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre contratação de Show artístico para XIX Festival Náutico, XVIII Festival Cultural".

Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal contratar Show Artístico para XIX Festival Náutico, XVIII Festival Cultural para abrilhantar o evento a realizarem-se no mês de setembro do corrente ano, o seguinte show:

I – Aline Rosa e Banda, dia 06/09/2015 R$ 80.000,00;

Art. 2º A despesa com as contratações será coberto com a seguinte dotação orçamentária.

13.392.0029.1069 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"Revoga a Portaria nº 210/2015".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 210/2015, que autoriza a abertura de Processo Administrativo para apurar danos causados na cerca de propriedade da Senhora Angela Cristina Tardoque.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 27 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.591, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo a, incluir ação no Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2013 - Plano Plurianual, Lei Municipal n.º 3518, de 19 de novembro de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 54 da Lei Orgânica do Município;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a, incluir ação no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abre Crédito Adicional Especial:

I - O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2013 - Plano Plurianual, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo I, dessa Lei.

II – O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3518, de 19 de novembro de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentária, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo II, dessa Lei.

Art. 2º Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), discriminado por seu elemento de despesa:

11 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

11.001 – ESPORTE

11.001.27 – Desporto e Lazer

11.001.27.812 – Desporto Comunitário

11.001.27.812.0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer

11.001.27.812.0030.1315 – Obras Complementares no Centro Esportivo da Vila Aeroporto.

4490.51.00	Obras e Instalações – Fonte: 0100	90.000,00

Art. 3º Os recursos necessários para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto em conformidade com artigo anterior serão obtidos nos termos artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e seus incisos.

Parágrafo único. Autoriza a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite autorizado nesse crédito.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ANEXO – I

PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA						
01. Denominação 0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer						
02.Objetivo Expandir e melhorar as praticas esportivas e de lazer no município						
03.Público Alvo População em Geral						
04.Unidade Responsável Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo						
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (02/2015) / Término (12/2015)						
07. Quantidade de Ações 10			08. Valor do Programa R$ 90.000,00			
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES						
Descrição da Ação	Tipo	Produto	Unidade	Ano	Metas	Valores

			(Bem ou Serviço)	Medida		Físicas	(R$ 1)
Obras complementares no centro esportivo da vila aeroporto		P	Obras construídas	Un	2015	1	90.000,00
Função: 27	Subfunção: 812				TOTAL		90.000,00
PPA TOTAL							90.000,00

ANEXO – II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2015

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	TIPO	PROJETO/ATIVIDADE /OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO		
					META	VALOR R$	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
27-Desporto e Lazer	812-Desporto Comunitário	0030 – Gestão do Sistema de Desporto e de Lazer	P	1315-Obras complementares no centro esportivo da vila aeroporto	Construir obras complementares no centro esportivo da vila aeroporto	90. 000,00	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta

PORTARIA Nº 219, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

"Concede estabilidade a servidores públicos municipais".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jeronimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 017/2014, em consonância com o Decreto 003-A/2011 e Lei Municipal nº 1.079/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder estabilidade no Serviço Público Municipal aos servidores aprovados em seus respectivos estágios probatórios:

Servidor	Cargo	Data início da estabilidade
Alessandra de Medeiros Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	23/03/2015
Herasmo Borges de Oliveira	Instrutor de Atividades Físicas	23/03/2015
Irany Maria Borges Barbosa	Auxiliar de Serviços Gerais	27/03/2015
Lennisom Almeida do Nascimento	Maqueiro	28/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 30 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.592, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre autorização para celebrar convênio com o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alto Araguaia".

O Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alto Araguaia com parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado se ambas as partes estiverem de comum acordo.

§ 1º. O Município de Alto Araguaia se compromete a repassar ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alto Araguaia, a quantia limitada ao valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) dividido em 10 (dez) parcelas de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, para pagamento de aluno prestador de serviço para desenvolvimento de software que congregará operacionalmente as Unidades Policiais pertencentes ao 15º Batalhão da Polícia Militar e cidades circunvizinhas, visando o controle da criminalidade a segurança do município.

§ 2º. O aluno prestador de serviço será do curso de Bacharelado em Ciência da Computação do campus da UNEMAT – Alto Araguaia, devendo ter dedicação exclusiva ao projeto, visando concluí-lo no prazo estabelecido.

Art. 2º A aplicação e liberação dos recursos à entidade acima identificada ficarão condicionadas a apresentação de prestação de contas nos Termos da Instrução Normativa conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE-MT nº 03/2009 e Norma Interna nº 011/2009, a qual deverá ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, à Controladoria, para verificação do cumprimento das metas pactuadas.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS/2015

CADASTRO RESERVA

CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Elangela Valentin R. Fraga	5,5 pontos
2º	Liliane Lima Gomes	5,5 pontos
3º	Régis Coelho Cardoso	5,0 pontos
4º	Juscelle Alves Lopes	5,0 pontos
5º	Leliane Viana Souza	5,0 pontos
6º	Lidiane Cardoso	4,5 pontos
7º	Amélia Jacinta Rezende Batista	4,0 pontos
8º	Ana Lucia dos Santos	4,0 pontos
9º	Glenia Maria Borges	4,0 pontos
10º	Maria José Ilário de Lima	4,0 pontos
11º	Carlos Bueno Martins	4,0 pontos
12º	Clóvis do Nascimento	4,0 pontos
13º	Maiquel Vieira de Oliveira	4,0 pontos
14º	Delvani Maria da Silva Simão	4,0 pontos
15º	Geraldo José Campelo Galdino	4,0 pontos
16º	Vanessa Cristina Silva de Barros	4,0 pontos
17º	Romildo José de Oliveira Junior	4,0 pontos
18º	Virginia Louise Gimenes	4,0 pontos
19º	Kamilla Keller Ribeiro da Costa	4,0 pontos
20º	Andressa Oliveira Moreira	4,0 pontos
21º	João Vitor de Souza Pereira	4,0 pontos
22º	Helleson Carlos de C. Dias Andrade	3,0 pontos
23º	Osmar Brito Gonçalves Junior	3,0 pontos
24º	Cemy Rezende Costa Filho	3,0 pontos
25º	Celi Francisca Ribeiro	1,5 pontos
26º	Luiz Fernando Chaga dos Santos	0,0 pontos
27º	Izaura Romualdo Pereira	0,0 pontos

_____ _____
_____

Ilza Ap. Ferreira Grasiela Brianci ni Leila Rejane F. Pires

Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação

Port. 023/2015 Port. 023/2015 Port. 023/2015

CARGO: MONITOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Roseli de Moraes	5,5 pontos
2º	Edineiva Gimenes Rocha	5,5 pontos
3º	Espedita Macedo Alencar	5,5 pontos
4º	Rosimar Batista Ferreira	5,0 pontos
5º	Michelle Cristina Alves Teixeira	5,0 pontos
6º	Irene Siqueira Demellas	4,5 pontos
7º	Adriana Alves Nascimento da Silva	4,0 pontos
8º	Gislaine Santos da Silva	4,0 pontos
9º	Mirella Correa Oliveira Ferreira	3,5 pontos

_____ _____
_____

Ilza Ap. Ferreira Grasiela Brianci ni Leila Rejane F. Pires

Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação

Port. 023/2015 Port. 023/2015 Port. 023/2015

CARGO: CONTÍNUA

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Suzilei Alves Dias	7,0 pontos
2º	Maria das Graças Moia de Souza	6,5 pontos
3º	Marilza Ribeiro de Rezende	5,0 pontos
4º	Fabiana da Cruz Rodrigues	4,5 pontos
5º	Maria Tomaz de Ávila Neta	4,25 pontos
6º	Priscyla Pereira de Souza	4,0 pontos
7º	Josiane Marano de Souza	4,0 pontos
8º	Lucimar de Souza Garcia	3,25 pontos
9º	Débora Dutra	3,25 pontos
10º	Gracieli Barbosa Silva	3,0 pontos
11º	Terezinha Maria David	2,5 pontos
12º	Helena do Carmo Moreira	1,5 pontos
13º	Neri Ambrosia G. de Carvalho	0,5 pontos
14º	Alexandra Augusta dos Santos	0,25 pontos

_____ _____
_____

Ilza Ap. Ferreira Grasiela Brianci ni Leila Rejane F. Pires

Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação

Port. 023/2015 Port. 023/2015 Port. 023/2015

CARGO: PROFESSOR

LETRAS

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Altanir de Fátima Alves Sobrinho	6,5 pontos
2º	Patrícia Barbosa de Souza	6,5 pontos
3º	Edilaine Gosmes da Silva Azevedo	5,5 pontos
4º	Maria Jesus R. dos Santos	5,5 pontos
5º	Raquel Neves Borges	5,0 pontos

PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Ilda Maria dos Santos	11,0 pontos
2º	Andreia P. Silva Pampolini	9,5 pontos
3º	Keila Domingues Ferreira	7,0 pontos
4º	Juliana Costa Luz	5,0 pontos

CIÊNCIAS

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Maristela Verissímo	5,5 pontos
2º	Daniele Borges Santana Menezes	5,25 pontos

MATEMÁTICA

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Luciano Rodrigues Pereira	10,0 pontos

ARQUITETURA

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Thales Oliveira Silva	0,0

EJA

Classificação	Candidato	Pontos
1º	Cíntia Ribeiro Barbosa	4,0 pontos

_____ _____
_____

Ilza Ap. Ferreira Grasiela Brianci ni Leila Rejane F. Pires

Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação Comissão de Avaliação

Port. 023/2015 Port. 023/2015 Port. 023/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PREGÃO PRESENCIAL 031/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio José de Castro Maia, n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000, através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos e a quem possa interessar, que apesar de ter feito todas as publicações necessárias e enviado o Edital para algumas empresas que solicitaram via e-mail, não houve comparecimento na sessão de abertura do supracitado processo licitatório, cujo objeto trata-se da **aquisição de 01 (um) veículo de fabricação nacional/importado, tipo passeio, 05 passageiros, motor 1.0, 0Km, 04 portas, 2015/2015**, tornando-o **DESERTO.** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone (66) 3481-1165/2885.

Alto Araguaia – MT 31 de Março de 2015.

Renata Fermino de Oliveira Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 001/2015 - PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DISPENSA 001/2015

O MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA – ESTADO DE MATO GROSSO, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Rua João II n.° 284 – Bairro Alvorada, atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 do Ministério da Educação e Instrução Normativa nº. 002/2009/GS/SEDUC/MT realiza **CHAMADA PÚBLICA** para *AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL* para a rede de ensino municipal. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, **entre os dias 31/03/2015 a 22/04/2015 das 13:00 às 18:00 horas (Brasília). Jerônimo Samita Maia Neto** – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 212, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Designa Comissão para avaliar e auditar os preços de gêneros alimentícios adquiridos através dos processos licitatórios realizados durante o exercício de 2015".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão composta pelos Servidores GERMAN DE ALMEIDA NETO – Controlador Geral, ISABEL CHRISTINA DA SILVA – Coordenadora Técnica e RAUL OLIVEIRA VALEIRO – Agente Administrativo, sob a presidência do primeiro, para avaliar e auditar os preços oriundos dos processos licitatórios realizados durante o exercício de 2015, que visem a aquisição de gêneros alimentícios adquiridos para consumo de escolas, creches, PETI, hospital, Asilo e APAE.

Art. 2° A comissão ora designada deverá fazer uma avalição sistemática dos gêneros alimentícios licitados, tais como produtos de panificação, hortifrutigranjeiros, carnes, bebidas, farinhas e cereais complementares, frios, embutidos e todo e qualquer produto destinado a alimentação, **a fim de** averiguar se estão em conformidade com os valores reais praticados no mercado.

Art. 3° Após a verificação, a comissão deverá emitir um Parecer Técnico no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Sindicado: Marcelo Ribeiro Santos

Objeto: Processo Administrativo Disciplinar por Abandono de Cargo.

Portaria: 700/2014.

Decisão Final: Demissão do servidor do seu cargo e das suas funções junto ao serviço público do Município de Alto Araguaia.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Exonera Gerente Administrativo de Gabinete"

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o senhor PAULO AFONSO DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão de Gerente Administrativo de Gabinete, da Secretaria Municipal de Obras e Frota, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 214, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Coordenador Técnico II".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. MODESTO MACHADO NETO, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Técnico II, a partir de 24 de março de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frotas, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 215, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Revoga a Portaria nº 157/2015".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 157/2015, que nomear a Sra. MARILIA MAIA RABELO, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
PORTARIA Nº 041/2015

Alto Boa Vista – MT, 31 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **KARINA FERNANDES DA COSTA**, da função de Supervisora da Merenda Escolar, a pedido, conforme preceitua o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Boa Vista – Lei 18/93, de 30/07/1993 em seu Artigo 46.

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo anterior, o setor de Recursos Humanos deverá tomar todas as providências necessárias e legais para o cumprimento desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, em Alto Boa Vista – MT, 31 DE MARÇO DE 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por meio de sua pregoeira Srª Edi Batista Ribeiro de Miranda, designada pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2015, torna público, para todos os interessados, **RETIFICAÇÃO** ao Edital Pregão Presencial nº. 031/2015 – Processo de Licitação nº. 043/2015, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condi-**

ções estabelecidas no Edital e seus anexos. A data de abertura continua a mesma, a saber, dia 17/04/2015 às 08h00.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

Onde se lê:

Custo Estimado:

O custo estimado é no valor de R$ 128.163,44 (cento e vinte e oito mil cento e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), conforme cotação de preços feita pelo Departamento de Compras, de acordo com as exigências legais.

Leia-se:

Custo Estimado:

O custo estimado é no valor de R$ 11.751,67 (onze mil setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), conforme cotação de preços feita pelo Departamento de Compras, de acordo com as exigências legais.

Das condições gerais:

a) Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original. b) Informações podem ser obtidas pelo fone 066 – 3471 2450/3471 1155 ou pelo e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br. **Alto Garças – MT, 31 de Março de 2015. EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA – PREGOEIRA.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por meio de sua pregoeira Srª Edi Batista Ribeiro de Miranda, designada pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2015, torna público, para todos os interessados, **RETIFICAÇÃO** ao Edital Pregão Presencial nº. 025/2015 – Processo de Licitação nº. 035/2015, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GUINCHO TIPO MUCK, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, *CONSIDERANDO* o Decreto n. 025/2015 que dispõe sobre o Ponto Facultativo nas repartições públicas, RETIFICA o que segue:**

Onde se lê:

Data: 02/04/2015 - Abertura: 13h00min

Leia-se:

Data: 06/04/2015 - Abertura: 13h00min

Das condições gerais:

a) Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original. b) Informações podem ser obtidas pelo fone 066 – 3471 2450/3471 1155 ou pelo e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br. **Alto Garças – MT, 31 de Março de 2015. EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA – PREGOEIRA.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1015, 31 DE MARÇO DE 2015.

Atualiza monetariamente e fixa os valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passam a vigorar nos procedimentos licitatórios realizados no Município de Alto Garças – MT e dá outras providências.

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2° e no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei n° 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo n° 120 da Lei n° 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta n° 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo n° 23 da Lei n° 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo n° 23 da Lei n° 8.666/93 se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei n° 9.648/1998;

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.°: As modalidades de licitação constantes no art. 22 da Lei n° 8.666/1993 serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R$ 362.115,00 (trezentos e sessenta e dois mil e cento e quinze reais);

b) tomada de preços - até R$ 3.621.150,00 (três milhões seiscentos e vinte e um mil e cento e cinquenta reais);

c) concorrência: acima de R$ 3.621.150,00 (três milhões seiscentos e vinte e um mil e cento e cinquenta reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R$ 193.128,00 (cento e noventa e três mil cento e vinte e oito reais);

b) tomada de preços - até R$ 1.569.165,00 (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e cinco reais);

c) concorrência - acima de R$ 1.569.165,00 (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e cinco reais);

Artigo 2.º:

É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 36.211,50 (trinta e seis mil duzentos e onze reais e cinquenta centavos);

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 19.312,80 (dezenove mil trezentos e doze reais e oitenta centavos).

Artigo 3.º: Os valores constantes desta lei serão atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Artigo 4.º: É parte integrante desta lei o Anexo I contendo o demonstrativo da atualização dos valores.

Artigo 5.º: As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6.º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 31 de Março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

ANEXO I

PERÍODO	IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%)	TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 12/2013 (%)
06/1998 a 12/1998	0,18	141,41%
01/1999 a 12/1999	20,10	
01/2000 a 12/2000	9,95	
01/2001 a 12/2001	10,37	
01/2002 a 12/2002	25,39	
01/2003 a 12/2003	8,69	
01/2004 a 12/2004	12,42	
01/2005 a 12/2005	1,20	
01/2006 a 12/2006	3,85	
01/2007 a 12/2007	7,75	
01/2008 a 12/2008	9,80	
01/2009 a 12/2009	-1,71	
01/2010 a 12/2010	11,32	
01/2011 a 12/2011	5,10	
01/2012 a 12/2012	7,81	
01/2013 a 12/2013	5,52	
01/2014 a 12/2014	3,67	

MODALIDADE	VALOR R$ DESDE 1998	VALOR ATUALIZADO R$ (+ 141,41%)
Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei n° 8.666/93	15.000,00	36.211,50
Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei n° 8.666/93	8.000,00	19.312,80
Convite - para obras e serviços de engenharia	150.000,00	362.115,00
Convite - para compras e serviços em geral	80.000,00	193.128,00
Tomada de Preços - para obras e serviços de engenharia	Até 1.500.000,00	Até 3.621.150,00
Tomada de Preços - para compras e serviços em geral	Até 650.000,00	Até 1.569.165,00
Concorrência - para obras e serviços de engenharia	Acima de 1.500.000,00	Acima 3.621.150,00
Concorrência - para compras e serviços em geral	Acima de 650.000,00	Acima 1.569.165,00

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT , em 31 de Março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 01/ 2015- SAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Rua Dom Aquino 346, centro, em Alto Garças, Estado do Mato Grosso, através do *PREFEITO CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR*, em cumprimento aos artigos 34, 35 e 36 da Lei complementar n° 141/2012, de 13 de janeiro de 2012, FAZ SABER a quem interessar possa sobre a Prestação de Contas das Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 3° Quadrimestre de 2014, que se encontra à disposição para a apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, durante o presente exercício, em **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no dia **07 de abril de 2015, às 13 horas, no AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Alto Garças – MT,30 de março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 063, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CRIA E NOMEIA COMISSÃO DE ADEQUAÇAO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS – MT

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

Considerando, o Oficio 040/2015 da Secretaria Municipal de Educação;

R E S O L V E:

Artigo 1º: Criar e Nomear a Comissão de Adequação do Plano Municipal de Educação do município de Alto Garças – MT.

Artigo 2º: A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- Rosilene Cézar L`Astorina, CPF: 458.386.741-72 - Secretária Municipal de Educação

- Rozimeiry Mendes Teixeira, CPF: 415.784.731-87 – Representante de Servidores da rede Municipal de Educação: Técnica Administrativa Educacional.

- Solevânia Aparecida Tavares Costa, CPF: 001.474.281-06 - Representante de Servidores da Rede Estadual: Técnica Administrativa Educacional.

- Ana Lúcia Gonçalves Gouveia, CPF: 017.617.211- 43 - Representante dos servidores da Rede Municipal: Apoio Administrativo.

- Solimar Maria dos Santos, CPF: 978.744.691-00 - Representante dos servidores da Rede Estadual: Apoio administrativo.

- Débora Denise Prante Ribeiro, CPF: 719.464.381-20 - Representante da Comissão de Educação da Câmera de Vereadores do Município de Alto Garças.

- Luciano Dourado Ribeiro, CPF: 580.488.711-49 - Representante da Sociedade Civil: Rotary Club de Alto Garças.

- Eliônes Resende Machado Costa, CPF: 580.503.291-00 - Representante da Sociedade Civil: Sindicato Patronal Rural de Alto Garças.

- Orlando de Souza Reis, CPF: 333.067.881-04 - Representante da Comissão do Transporte Escolar.

- Fernanda Batista Mendonça, CPF: 015.884.491-22 – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social.

- Alessandre Anjos da Silva, CPF: 814.079.801-06 - Representante do Conselho Municipal de Educação.

- Ana Paula da Costa Silva, CPF: 011.879.351-90 – Representante do Conselho do FUNDEB.

- Euda Alves Calças, CPF: 662.627.981-53 – Representante da Secretaria Municipal de Administração.

- Geisica Silva Polasio, CPF: 032.493.701-69 – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

- Celi Aparecida Teixeira, CPF: 644.634.949-15 – Representante dos Professores da Rede Municipal de Educação.

- Celma Silva Oliveira Clemente, CPF: 580.524.881-68 - Representante dos Professores da Rede Estadual de Educação.

- Beatriz da Rocha Ludwing, CPF: 487.253.581-20 – Representante da Igreja Luterana do Brasil.

- Delma Aguiar Sessel, CPF: 538.035.079-87 – Representante dos Diretores da Rede Municipal de Educação.

- Reginaldo Procópio, CPF: 893.386.00106 - Representante dos Diretores da Rede Estadual de Educação.

- Maria Auxiliadora Lopes Alves, CPF: 017.274.981-60 - Representante de pais da rede Municipal de Ensino.

- Rosenir Vicente Rodrigues Manfio, CPF: 992.295.951-87 - Representante do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Artigo 3º: Os membros da Comissão terão acesso irrestrito às informações estatísticas, educacionais, administrativas e financeiras necessárias à adequação do Plano Municipal de Educação.

Artigo 4º: Será garantido aos membros da Comissão o pagamento de despesas realizadas e necessárias ao bom desempenho das funções de cada membro nos trabalhos a serem realizados.

Artigo 5º: A Comissão tem o prazo de sessenta (60) dias para realizar a adequação do Plano Municipal de Educação.

Artigo 6º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 30 de Março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

CONTABILIDADE
ANEXO DA RREO 1º BIMESTRE DE 2015

Município de Alto Garças - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.597.246,84**	**15,63**	**4.597.246,84**	**15,63**	**24.817.243,21**
RECEITAS CORRENTES	**27.331.476,06**	**27.331.476,06**	**4.597.246,84**	**16,82**	**4.597.246,84**	**16,82**	**22.734.229,22**
RECEITA TRIBUTARIA	2.522.920,76	2.522.920,76	290.171,44	11,50	290.171,44	11,50	2.232.749,32
Impostos	2.298.713,98	2.298.713,98	202.106,16	8,79	202.106,16	8,79	2.096.607,82
Taxas	224.206,78	224.206,78	88.065,28	39,28	88.065,28	39,28	136.141,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	89.265,10	14,88	89.265,10	14,88	510.734,90
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	600.000,00	600.000,00	89.265,10	14,88	89.265,10	14,88	510.734,90
RECEITA PATRIMONIAL	115.771,09	115.771,09	49.960,65	43,15	49.960,65	43,15	65.810,44
Receitas de Valores Mobiliarios	115.771,09	115.771,09	49.960,65	43,15	49.960,65	43,15	65.810,44
RECEITA DE SERVIÇOS	1.044.100,00	1.044.100,00	151.089,63	14,47	151.089,63	14,47	893.010,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.931.009,54	21.931.009,54	3.902.519,44	17,79	3.902.519,44	17,79	18.028.490,10
Transferências Intergovernamentais	21.547.377,27	21.547.377,27	3.816.780,06	17,71	3.816.780,06	17,71	17.730.597,21
Transf. de Conv	383.632,27	383.632,27	85.739,38	22,35	85.739,38	22,35	297.892,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.117.674,67	1.117.674,67	114.240,58	10,22	114.240,58	10,22	1.003.434,09
Multas e Juros de Mora	111.179,78	111.179,78	30.904,55	27,80	30.904,55	27,80	80.275,23
Indenizações e Restituições	100.000,00	100.000,00	3.288,64	3,29	3.288,64	3,29	96.711,36
Receita da Divida Ativa	591.462,71	591.462,71	66.781,97	11,29	66.781,97	11,29	524.680,74
Receitas Diversas	315.032,18	315.032,18	13.265,42	4,21	13.265,42	4,21	301.766,76
RECEITAS DE CAPITAL	**2.083.013,99**	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.083.013,99**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.083.013,99	2.083.013,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.013,99
Transferências de Convênios	2.083.013,99	2.083.013,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.013,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.597.246,84**	**15,63**	**4.597.246,84**	**15,63**	**24.817.243,21**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.597.246,84**	**15,63**	**4.597.246,84**	**15,63**	**24.817.243,21**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.414.490,05	29.414.490,05	4.597.246,84	15,63	4.597.246,84	15,63	24.817.243,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**6.304.307,82**	**6.304.307,82**	**21.904.557,50**	**3.335.726,10**	**3.335.726,10**	**24.873.139,22**	**2.794.419,78**
DESPESAS CORRENTES	**19.840.020,44**	**20.209.159,36**	**5.148.709,68**	**5.148.709,68**	**17.036.645,16**	**3.172.514,20**	**3.172.514,20**	**17.036.645,16**	**2.634.044,88**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	8.200.875,16	8.374.875,16	2.083.937,98	2.083.937,98	6.290.937,18	2.083.937,98	2.083.937,98	6.290.937,18	1.920.576,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.639.145,28	11.834.284,20	3.064.771,70	3.064.771,70	8.769.512,50	1.088.576,22	1.088.576,22	10.745.707,98	713.468,32
DESPESAS DE CAPITAL	**8.200.640,50**	**7.831.501,58**	**1.155.598,14**	**1.155.598,14**	**7.668.289,68**	**163.211,90**	**163.211,90**	**7.668.289,68**	**160.374,90**
INVESTIMENTOS	7.300.640,50	6.931.501,58	515.598,14	515.598,14	6.415.903,44	11.512,50	11.512,50	6.919.989,08	8.675,50
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	900.000,00	900.000,00	640.000,00	640.000,00	260.000,00	151.699,40	151.699,40	748.300,60	151.699,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**168.204,38**	**168.204,38**	**0,00**	**0,00**	**168.204,38**	**0,00**	**0,00**	**168.204,38**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—		—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**6.304.307,82**	**6.304.307,82**	**21.904.557,50**	**3.335.726,10**	**3.335.726,10**	**28.208.865,32**	**2.794.419,78**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**6.304.307,82**	**6.304.307,82**	**21.904.557,50**	**3.335.726,10**	**3.335.726,10**	**28.208.865,32**	**2.794.419,78**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.261.520,74	—	4.597.246,84
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	—	3.335.726,10	4.597.246,84	—	7.391.666,62

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22
Administração	5.252.139,02	5.265.493,02	1.689.610,59	1.689.610,59	26,80	3.575.882,43	965.058,68	965.058,68	28,93	4.300.434,34
Administração Geral	2.782.843,40	2.792.197,40	754.869,23	754.869,23	11,97	2.037.328,17	402.003,67	402.003,67	12,05	2.390.193,73
Administração Financeira	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Administração de Receitas	812.500,00	812.500,00	325.338,83	325.338,83	5,16	487.161,17	155.560,66	155.560,66	4,66	656.939,34
Infra-Estrutura Urbana	1.255.795,62	1.259.795,62	576.058,31	576.058,31	9,14	683.737,31	387.422,13	387.422,13	11,61	872.373,49
Serviços Urbanos	342.000,00	342.000,00	33.344,22	33.344,22	0,53	308.655,78	20.072,22	20.072,22	0,60	321.927,78
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Social	1.344.943,40	1.258.172,20	223.757,79	223.757,79	3,55	1.034.414,41	125.203,14	125.203,14	3,75	1.132.969,06
Administração Geral	213.000,00	183.000,00	42.279,73	42.279,73	0,67	140.720,27	42.279,73	42.279,73	1,27	140.720,27
Assistência ao Idoso	96.500,00	97.500,00	58.202,00	58.202,00	0,92	39.298,00	6.152,00	6.152,00	0,18	91.348,00
Assistência ao Portador de Deficiência	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	342.800,00	342.800,00	36.007,00	36.007,00	0,57	306.793,00	29.689,63	29.689,63	0,89	313.110,37
Assistência Comunitária	692.043,40	634.272,20	87.269,06	87.269,06	1,38	547.003,14	47.081,78	47.081,78	1,41	587.190,42
Saúde	5.014.534,00	5.564.896,12	1.389.584,18	1.389.584,18	22,04	4.175.311,94	915.064,73	915.064,73	27,43	4.649.831,39
Administração Geral	124.000,00	124.000,00	17.451,06	17.451,06	0,28	106.548,94	5.887,89	5.887,89	0,18	118.112,11
Atenção Básica	3.792.000,00	4.191.662,12	1.094.681,58	1.094.681,58	17,36	3.096.980,54	839.421,67	839.421,67	25,16	3.352.240,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.434,00	835.134,00	275.876,56	275.876,56	4,38	559.257,44	68.548,29	68.548,29	2,05	766.585,71
Suporte Profilático e Terapêutico	147.000,00	147.000,00	1.574,98	1.574,98	0,02	145.425,02	1.206,88	1.206,88	0,04	145.793,12
Vigilância Sanitária	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00
Vigilância Epidemiológica	244.000,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00
Trabalho	296.644,90	296.644,90	150.000,00	150.000,00	2,38	146.644,90	45.115,07	45.115,07	1,35	251.529,83
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	296.644,90	296.644,90	150.000,00	150.000,00	2,38	146.644,90	45.115,07	45.115,07	1,35	251.529,83
Educação	9.236.307,40	9.043.512,48	942.454,20	942.454,20	14,95	8.101.058,28	797.227,21	797.227,21	23,90	8.246.285,27
Administração Geral	376.900,00	376.900,00	55.190,45	55.190,45	0,88	321.709,55	13.603,97	13.603,97	0,41	363.296,03
Alimentação e Nutrição	205.036,79	205.036,79	52.058,35	52.058,35	0,83	152.978,44	24.099,81	24.099,81	0,72	180.936,98
Ensino Fundamental	4.672.665,83	4.622.665,83	509.355,06	509.355,06	8,08	4.113.310,77	461.654,54	461.654,54	13,84	4.161.011,29
Ensino Médio	443,70	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Educação Infantil	3.861.261,08	3.718.466,16	325.850,34	325.850,34	5,17	3.392.615,82	297.868,89	297.868,89	8,93	3.420.597,27
Cultura	385.300,00	446.940,00	366.992,75	366.992,75	5,82	79.947,25	193.712,00	193.712,00	5,81	253.228,00
Difusão Cultural	385.300,00	446.940,00	366.992,75	366.992,75	5,82	79.947,25	193.712,00	193.712,00	5,81	253.228,00
Urbanismo	2.611.600,00	2.626.260,00	495.188,14	495.188,14	7,85	2.131.071,86	0,00	0,00	0,00	2.626.260,00
Infra-Estrutura Urbana	2.611.600,00	2.626.260,00	495.188,14	495.188,14	7,85	2.131.071,86	0,00	0,00	0,00	2.626.260,00

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22
Saneamento	1.564.100,00	1.422.050,00	207.420,17	207.420,17	3,29	1.214.629,83	85.546,86	85.546,86	2,56	1.336.503,14
Administração Geral	599.100,00	628.331,00	207.420,17	207.420,17	3,29	420.910,83	85.546,86	85.546,86	2,56	542.784,14
Serviços Urbanos	290.000,00	274.000,00	0,00	0,00	0,00	274.000,00	0,00	0,00	0,00	274.000,00
Saneamento Básico Urbano	675.000,00	519.719,00	0,00	0,00	0,00	519.719,00	0,00	0,00	0,00	519.719,00
Agricultura	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Extensão Rural	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Energia	405.360,85	405.360,85	150.000,00	150.000,00	2,38	255.360,85	53.120,59	53.120,59	1,59	352.240,26
Energia Elétrica	405.360,85	405.360,85	150.000,00	150.000,00	2,38	255.360,85	53.120,59	53.120,59	1,59	352.240,26
Transporte	937.031,37	718.631,37	36.000,00	36.000,00	0,57	682.631,37	0,00	0,00	0,00	718.631,37
Transporte Rodoviário	937.031,37	718.631,37	36.000,00	36.000,00	0,57	682.631,37	0,00	0,00	0,00	718.631,37
Desporto e Lazer	77.200,00	77.200,00	13.300,00	13.300,00	0,21	63.900,00	3.978,42	3.978,42	0,12	73.221,58
Desporto Comunitário	77.200,00	77.200,00	13.300,00	13.300,00	0,21	63.900,00	3.978,42	3.978,42	0,12	73.221,58
Encargos Especiais	900.000,00	900.000,00	640.000,00	640.000,00	10,15	260.000,00	151.699,40	151.699,40	4,55	748.300,60
Serviço da Dívida Interna	900.000,00	900.000,00	640.000,00	640.000,00	10,15	260.000,00	151.699,40	151.699,40	4,55	748.300,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	168.204,38	168.204,38	0,00	0,00	0,00	168.204,38	0,00	0,00	0,00	168.204,38
TOTAL (III) = (I + II)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Défict Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	-	-	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.176.348,72**	**2.438.354,19**	**2.384.544,26**	**2.129.823,86**	**2.543.704,05**	**2.510.040,89**	**2.241.484,85**	**2.434.633,89**	**2.281.076,88**	**2.635.187,93**	**2.726.310,53**	**2.428.890,02**	**28.930.400,07**	**29.134.638,89**
RECEITA TRIBUTARIA	175.774,31	147.928,43	167.859,40	258.652,71	374.697,82	401.057,41	147.407,84	114.888,22	132.962,46	123.857,01	120.287,36	103.668,78	2.269.141,55	1.662.120,07
I.P.T.U.	35.428,44	21.726,15	49.281,19	105.373,63	146.789,74	4.358,30	6.775,98	7.689,93	5.366,84	22.845,22	5.277,44	18.629,78	429.563,84	569.860,73
I.R.R. F	23.295,69	25.931,38	24.132,19	27.571,81	26.461,44	22.875,26	24.487,55	25.154,33	40.257,58	24.273,41	23.312,92	21.307,93	309.072,49	104.851,24
I.S.S.	64.459,91	70.802,65	87.759,73	113.221,37	184.739,55	364.587,91	86.272,82	51.399,91	63.373,43	65.754,26	31.661,73	22.248,76	1.186.262,03	676.013,86
I.T.B.I.	4.168,21	3.813,82	16.948,38	5.159,13	4.939,14	3.874,19	19.349,11	15.071,23	13.345,74	1.741,90	10.192,18	3.260,12	101.863,15	118.187,46
Outras Receitas Tributárias	48.421,06	25.654,43	9.737,91	7.326,77	11.767,95	5.381,75	10.522,18	15.572,82	10.598,87	9.341,22	49.843,09	38.222,19	242.390,24	224.206,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	37.347,73	37.465,18	36.857,36	41.808,16	44.427,83	43.879,01	40.257,36	43.535,32	45.791,70	41.192,01	45.806,41	43.358,69	501.426,76	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	71.995,91	75.922,09	-170.505,28	25.502,82	28.052,29	26.688,26	29.159,96	30.671,45	28.006,05	28.309,91	23.090,99	26.869,96	219.764,11	52.550,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	34.456,36	31.553,97	253.044,09	83.975,51	82.722,93	92.159,55	85.914,77	91.130,43	91.859,28	88.346,47	77.507,35	73.582,28	1.086.254,99	1.044.100,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.752.698,77	2.091.190,92	2.022.740,79	1.643.426,32	1.938.778,29	1.891.071,14	1.845.233,17	2.084.469,51	1.907.597,72	2.295.797,11	2.423.366,45	2.103.642,37	24.000.012,56	24.643.894,15
Cota-Parte do F.P.M.	478.543,06	546.176,33	727.847,10	545.838,34	468.806,08	569.519,62	499.231,56	471.825,24	624.521,05	1.004.483,41	761.858,94	777.720,46	7.476.381,09	7.313.607,50
Cota-Parte do I.C.M.S.	642.405,62	835.345,22	675.856,70	620.510,62	909.966,85	769.012,54	801.231,89	792.983,17	737.878,24	802.694,56	862.343,44	769.928,00	9.247.157,25	7.134.418,57
Cota-Parte do I.P.V.A.	176.450,71	133.178,11	138.485,83	74.317,86	53.991,37	41.290,37	24.552,31	26.316,54	27.613,34	8.551,34	6.450,50	133.169,65	844.367,93	614.441,27
Cota-Parte do ITR.	8.018,69	11.821,49	2.756,81	996,44	2.646,23	6.086,61	39.169,70	257.916,01	35.700,47	39.278,94	12.595,26	1.382,25	415.346,80	192.138,97
Outras Transferências Correntes	253.393,47	321.449,02	238.308,95	192.481,49	293.749,81	231.387,43	254.800,88	271.576,48	242.935,59	186.844,09	463.098,27	137.331,76	3.104.147,04	6.180.107,10
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	5.969,27	5.673,21	5.673,75	7.095,04	7.305,47	12.752,97	8.945,48	7.360,07	0,00	17.909,60	82.884,86	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	8.146,58	0,00	0,00	40.732,90	40.405,58
Transferências do FUNDEB	193.897,22	239.147,46	229.442,84	196.534,77	201.671,11	282.826,24	215.066,97	247.025,81	225.930,26	241.438,22	267.010,14	269.201,65	2.788.992,69	3.068.775,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.073,64	54.293,60	74.747,90	76.658,34	75.024,89	55.185,52	93.511,93	69.938,96	76.859,67	59.585,42	36.151,97	77.768,24	853.800,08	1.111.974,67
DEDUÇÕES (II)	**261.083,49**	**302.289,30**	**309.803,84**	**249.147,28**	**287.896,80**	**277.992,37**	**273.651,68**	**310.822,71**	**290.977,20**	**308.332,26**	**-178.468,66**	**-153.385,15**	**2.539.942,92**	**-1.381.131,88**
Ded de Rec- p/ Form- do FUNDEF/FUNDEB - IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-403,80
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	261.083,49	302.289,30	309.803,84	249.147,28	287.896,80	277.992,37	273.651,68	310.822,71	290.977,20	308.332,26	0,00	0,00	2.871.796,73	0,00
Deduç de Receip/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-178.468,66	-153.385,59	-331.854,25	-1.380.727,98
Multas e Juros de Mora Taxa Func-de Estab- comerci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44	0,44	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**1.915.265,23**	**2.136.064,89**	**2.074.740,42**	**1.880.676,58**	**2.255.807,45**	**2.232.048,52**	**1.967.833,17**	**2.124.011,18**	**1.990.099,68**	**2.326.855,67**	**2.904.779,19**	**2.582.275,17**	**26.390.457,15**	**30.515.770,77**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**27.215.704,97**	**4.547.286,19**	**4.485.600,67**
Receita Tributária	2.522.920,76	290.171,44	562.575,33
I.P.T.U.	558.860,73	23.907,22	16.719,18
I.S.S.	1.494.054,39	107.767,40	386.721,42
I.T.B.I.	122.444,46	17.936,41	17.118,23
I.R.R.F.	123.354,40	52.495,13	44.950,43
Outras Receitas Tributárias	224.206,78	88.065,28	97.066,07
Receita de Contribuição	600.000,00	89.265,10	77.544,84
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	600.000,00	89.265,10	77.544,84
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.771,09	49.960,65	124.218,36
(-) Aplicações Financeiras	115.771,09	49.960,65	124.218,36
Transferências Correntes	21.931.009,54	3.902.519,44	3.704.452,47
F.P.M.	5.850.886,00	1.231.671,49	1.249.745,37
I.C.M.S.	5.753.690,59	1.327.417,19	1.113.366,26
Convênios	383.632,27	85.739,38	56.203,20
Outras Transferências Correntes	9.942.800,68	1.257.691,38	1.285.137,64
Demais Receitas Correntes	2.161.774,67	265.330,21	141.028,03
Dívida Ativa	591.462,71	66.781,97	47.099,13
Diversas Receitas Correntes	1.570.311,96	198.548,24	93.928,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.083.013,99	0,00	0,00
Convênios	2.083.013,99	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**29.298.718,96**	**4.547.286,19**	**4.485.600,67**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**20.209.159,36**	**5.148.709,68**	**4.548.271,71**	**3.172.514,20**	**2.503.580,41**
Pessoal e Encargos Sociais	8.374.875,16	2.083.937,98	1.734.353,37	2.083.937,98	1.734.353,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.834.284,20	3.064.771,70	2.813.918,34	1.088.576,22	769.227,04
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**20.209.159,36**	**5.148.709,68**	**4.548.271,71**	**3.172.514,20**	**2.503.580,41**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**7.831.501,58**	**1.155.598,14**	**578.752,88**	**163.211,90**	**201.158,17**
Investimentos	6.931.501,58	515.598,14	122.752,88	11.512,50	39.166,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00	640.000,00	456.000,00	151.699,40	161.991,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**6.931.501,58**	**515.598,14**	**122.752,88**	**11.512,50**	**39.166,88**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**168.204,38**	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**27.308.865,32**	**5.664.307,82**	**4.671.024,59**	**3.184.026,70**	**2.542.747,29**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**1.989.853,64**	**-1.117.021,63**	**-185.423,92**	**1.363.259,49**	**1.942.853,38**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superavit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	94.506,77	37.636,38	37.636,38	-	94.506,77	239.875,35	1.067.666,37	162.372,79	155.515,79	-	1.152.025,93	1.246.532,70
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	94.506,77	37.636,38	37.636,38	0,00	94.506,77	239.875,35	1.067.666,37	162.372,79	155.515,79	0,00	1.152.025,93	1.246.532,70
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.089,20	2.089,20	2.089,20	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC. CULT. DESPORTO E LAZEI	94.506,77	0,00	0,00	0,00	94.506,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.506,77
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.458,97	48.086,89	48.086,89	0,00	748.372,08	748.372,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.245,00	18.791,89	3.700,00	1.743,00	0,00	18.293,89	18.293,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.569,81	0,00	0,00	0,00	1.569,81	1.569,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	141.683,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	42.297,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00	6.000,00	6.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	30.766,88	30.766,88	0,00	0,00	0,00	156.787,00	100.669,35	95.769,35	0,00	61.017,65	61.017,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	31.355,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	2.293,50	2.293,50	0,00	0,00	0,00	4.327,35	4.327,35	4.327,35	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	3.326,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.585,81	0,00	0,00	0,00	69.585,81	69.585,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	19.966,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	4.576,00	4.576,00	0,00	0,00	0,00	8.556,34	0,00	0,00	0,00	8.556,34	8.556,34
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**94.506,77**	**37.636,38**	**37.636,38**	**0,00**	**94.506,77**	**239.875,35**	**1.067.666,37**	**162.372,79**	**155.515,79**	**0,00**	**1.152.025,93**	**1.246.532,70**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	923.891,61	923.891,61	89.908,79	89.908,79	9,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	309.875,81	309.875,81	28.806,61	28.806,61	9,30
1.1.1- IPTU	139.715,18	139.715,18	5.976,83	5.976,83	4,28
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	124,93	124,93	63,89	63,89	51,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	147.865,68	147.865,68	15.784,31	15.784,31	10,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	22.170,02	22.170,02	6.981,58	6.981,58	31,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	109.673,47	109.673,47	4.484,11	4.484,11	4,09
1.2.1- ITBI	109.673,47	109.673,47	4.484,11	4.484,11	4,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	473.503,73	473.503,73	43.494,20	43.494,20	9,19
1.3.1- ISS	471.503,73	471.503,73	40.446,23	40.446,23	8,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	–	0,00	2.939,67	2.939,67	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	108,30	108,30	5,42
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	30.838,60	30.838,60	13.123,87	13.123,87	42,56
1.4.1- IRRF	30.838,60	30.838,60	13.123,87	13.123,87	42,56
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	3.774.574,82	3.774.574,82	807.835,95	807.835,95	21,40
2.1- Cota-Parte FPM	1.963.621,93	1.963.621,93	384.897,32	384.897,32	19,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.963.621,93	1.963.621,93	384.897,32	384.897,32	19,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.783.604,64	1.783.604,64	414.817,86	414.817,86	23,26
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.101,40	10.101,40	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	25.000,00	25.000,00	4.477,15	4.477,15	17,91
2.5- Cota-Parte ITR	-46.155,73	-46.155,73	-5.082,71	-5.082,71	11,01
2.6- Cota-Parte IPVA	38.402,58	38.402,58	8.726,33	8.726,33	22,72
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	4.698.466,43	4.698.466,43	897.744,74	897.744,74	19,11

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	786.013,99	786.013,99	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	786.013,99	786.013,99	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	355.392,03	355.392,03	253.865,28	253.865,28	71,43
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.141.406,02	1.141.406,02	253.865,28	253.865,28	22,24

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.580.897,93	1.580.897,93	371.841,94	371.841,94	23,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.380.727,98	1.380.727,98	331.854,25	331.854,25	24,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	403,90	403,90	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	46.155,73	46.155,73	5.082,71	5.082,71	11,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	153.610,32	153.610,32	34.904,98	34.904,98	22,72
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	–	3.081.375,17	537.402,85	537.402,85	17,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.068.775,16	3.068.775,16	536.211,79	536.211,79	17,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.600,01	12.600,01	1.191,06	1.191,06	9,45
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.487.877,23	1.487.877,23	164.369,85	164.369,85	11,05
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.841.265,10	1.841.265,10	326.234,95	326.234,95	17,72
13.1- Com Educação Infantil	899.865,11	899.865,11	177.776,52	177.776,52	19,76
13.2- Com Ensino Fundamental	941.399,99	941.399,99	148.458,43	148.458,43	15,77
14- OUTRAS DESPESAS	1.227.510,06	1.227.510,06	114.627,99	114.627,99	9,34
14.1- Com Educação Infantil	563.275,11	563.275,11	36.184,77	36.184,77	6,42
14.2- Com Ensino Fundamental	664.234,95	664.234,95	78.443,22	78.443,22	11,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.068.775,16	3.068.775,16	440.862,94	440.862,94	14,37

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
16.1 - FUNDEB 60%	—
16.2 - FUNDEB 40%	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	440.862,94
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	60,71
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	21,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	17,96

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.174.616,61	1.174.616,61	224.436,19	224.436,19	19,11

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.463.140,22	1.463.140,22	213.961,29	213.961,29	14,62
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.497.018,93	2.497.018,93	239.558,53	239.558,53	9,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.605.634,94	1.605.634,94	226.901,65	226.901,65	14,13
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	891.383,99	891.383,99	12.656,88	12.656,88	1,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.960.159,15	3.960.159,15	453.519,82	453.519,82	11,45

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	164.369,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	–
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	1.191,06
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	165.560,91
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	287.958,91
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	32,08

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	548.468,25	548.468,25	87.341,96	87.341,96	15,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	548.468,25	548.468,25	87.341,96	87.341,96	15,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.508.627,40	4.508.627,40	540.861,78	540.861,78	12,00

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	24.861,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	536.211,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-163.406,09	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	-163.406,09	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.191,06	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	725.670,71	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22
Administração	5.252.139,02	5.265.493,02	1.689.610,59	1.689.610,59	26,80	3.575.882,43	965.058,68	965.058,68	28,93	4.300.434,34
Administração Geral	2.782.843,40	2.792.197,40	754.869,23	754.869,23	11,97	2.037.328,17	402.003,67	402.003,67	12,05	2.390.193,73
Administração Financeira	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Administração de Receitas	812.500,00	812.500,00	325.338,83	325.338,83	5,16	487.161,17	155.560,66	155.560,66	4,66	656.939,34
Infra-Estrutura Urbana	1.255.795,62	1.259.795,62	576.058,31	576.058,31	9,14	683.737,31	387.422,13	387.422,13	11,61	872.373,49
Serviços Urbanos	342.000,00	342.000,00	33.344,22	33.344,22	0,53	308.655,78	20.072,22	20.072,22	0,60	321.927,78
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Social	1.344.943,40	1.258.172,20	223.757,79	223.757,79	3,55	1.034.414,41	125.203,14	125.203,14	3,75	1.132.969,06
Administração Geral	213.000,00	183.000,00	42.279,73	42.279,73	0,67	140.720,27	42.279,73	42.279,73	1,27	140.720,27
Assistência ao Idoso	96.500,00	97.500,00	58.202,00	58.202,00	0,92	39.298,00	6.152,00	6.152,00	0,18	91.348,00
Assistência ao Portador de Deficiência	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	342.800,00	342.800,00	36.007,00	36.007,00	0,57	306.793,00	29.689,63	29.689,63	0,89	313.110,37
Assistência Comunitária	692.043,40	634.272,20	87.269,06	87.269,06	1,38	547.003,14	47.081,78	47.081,78	1,41	587.190,42
Saúde	5.014.534,00	5.564.896,12	1.389.584,18	1.389.584,18	22,04	4.175.311,94	915.064,73	915.064,73	27,43	4.649.831,39
Administração Geral	124.000,00	124.000,00	17.451,06	17.451,06	0,28	106.548,94	5.887,89	5.887,89	0,18	118.112,11
Atenção Básica	3.792.000,00	4.191.662,12	1.094.681,58	1.094.681,58	17,36	3.096.980,54	839.421,67	839.421,67	25,16	3.352.240,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.434,00	835.134,00	275.876,56	275.876,56	4,38	559.257,44	68.548,29	68.548,29	2,05	766.585,71
Suporte Profilático e Terapêutico	147.000,00	147.000,00	1.574,98	1.574,98	0,02	145.425,02	1.206,88	1.206,88	0,04	145.793,12
Vigilância Sanitária	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00
Vigilância Epidemiológica	244.000,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00
Trabalho	296.644,90	296.644,90	150.000,00	150.000,00	2,38	146.644,90	45.115,07	45.115,07	1,35	251.529,83
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	296.644,90	296.644,90	150.000,00	150.000,00	2,38	146.644,90	45.115,07	45.115,07	1,35	251.529,83
Educação	9.236.307,40	9.043.512,48	942.454,20	942.454,20	14,95	8.101.058,28	797.227,21	797.227,21	23,90	8.246.285,27
Administração Geral	376.900,00	376.900,00	55.190,45	55.190,45	0,88	321.709,55	13.603,97	13.603,97	0,41	363.296,03
Alimentação e Nutrição	205.036,79	205.036,79	52.058,35	52.058,35	0,83	152.978,44	24.099,81	24.099,81	0,72	180.936,98
Ensino Fundamental	4.672.665,83	4.622.665,83	509.355,06	509.355,06	8,08	4.113.310,77	461.654,54	461.654,54	13,84	4.161.011,29
Ensino Médio	443,70	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Educação Infantil	3.861.261,08	3.718.466,16	325.850,34	325.850,34	5,17	3.392.615,82	297.868,89	297.868,89	8,93	3.420.597,27
Cultura	385.300,00	446.940,00	366.992,75	366.992,75	5,82	79.947,25	193.712,00	193.712,00	5,81	253.228,00
Difusão Cultural	385.300,00	446.940,00	366.992,75	366.992,75	5,82	79.947,25	193.712,00	193.712,00	5,81	253.228,00
Urbanismo	2.611.600,00	2.626.260,00	495.188,14	495.188,14	7,85	2.131.071,86	0,00	0,00	0,00	2.626.260,00
Infra-Estrutura Urbana	2.611.600,00	2.626.260,00	495.188,14	495.188,14	7,85	2.131.071,86	0,00	0,00	0,00	2.626.260,00

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22
Saneamento	1.564.100,00	1.422.050,00	207.420,17	207.420,17	3,29	1.214.629,83	85.546,86	85.546,86	2,56	1.336.503,14
Administração Geral	599.100,00	628.331,00	207.420,17	207.420,17	3,29	420.910,83	85.546,86	85.546,86	2,56	542.784,14
Serviços Urbanos	290.000,00	274.000,00	0,00	0,00	0,00	274.000,00	0,00	0,00	0,00	274.000,00
Saneamento Básico Urbano	675.000,00	519.719,00	0,00	0,00	0,00	519.719,00	0,00	0,00	0,00	519.719,00
Agricultura	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Extensão Rural	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Energia	405.360,85	405.360,85	150.000,00	150.000,00	2,38	255.360,85	53.120,59	53.120,59	1,59	352.240,26
Energia Elétrica	405.360,85	405.360,85	150.000,00	150.000,00	2,38	255.360,85	53.120,59	53.120,59	1,59	352.240,26
Transporte	937.031,37	718.631,37	36.000,00	36.000,00	0,57	682.631,37	0,00	0,00	0,00	718.631,37
Transporte Rodoviário	937.031,37	718.631,37	36.000,00	36.000,00	0,57	682.631,37	0,00	0,00	0,00	718.631,37
Desporto e Lazer	77.200,00	77.200,00	13.300,00	13.300,00	0,21	63.900,00	3.978,42	3.978,42	0,12	73.221,58
Desporto Comunitário	77.200,00	77.200,00	13.300,00	13.300,00	0,21	63.900,00	3.978,42	3.978,42	0,12	73.221,58
Encargos Especiais	900.000,00	900.000,00	640.000,00	640.000,00	10,15	260.000,00	151.699,40	151.699,40	4,55	748.300,60
Serviço da Dívida Interna	900.000,00	900.000,00	640.000,00	640.000,00	10,15	260.000,00	151.699,40	151.699,40	4,55	748.300,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	168.204,38	168.204,38	0,00	0,00	0,00	168.204,38	0,00	0,00	0,00	168.204,38
TOTAL (III) = (I + II)	28.208.865,32	28.208.865,32	6.304.307,82	6.304.307,82	100,00	21.904.557,50	3.335.726,10	3.335.726,10	100,00	24.873.139,22

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.176.348,72**	**2.438.354,19**	**2.384.544,26**	**2.129.823,86**	**2.543.704,05**	**2.510.040,89**	**2.241.484,85**	**2.434.633,89**	**2.281.076,88**	**2.635.187,93**	**2.726.310,53**	**2.428.890,02**	**28.930.400,07**	**29.134.638,89**
RECEITA TRIBUTÁRIA	175.774,31	147.928,43	167.859,40	258.652,71	374.697,82	401.057,41	147.407,84	114.888,22	132.962,46	123.957,01	120.287,36	103.668,78	2.269.141,55	1.882.120,07
I.P.T.U.	35.428,44	21.726,15	49.281,19	105.373,63	146.789,74	4.358,30	6.775,98	7.689,93	5.366,84	22.845,22	5.277,44	18.629,78	429.563,84	568.860,73
I.R.R.F	23.295,69	25.931,38	24.132,19	27.571,81	26.461,44	22.875,26	24.487,55	25.154,33	40.257,58	24.273,41	23.312,92	21.307,93	309.072,49	104.851,24
I.S.S.	64.459,91	70.802,65	67.759,73	113.221,37	184.739,55	364.567,91	86.272,82	51.399,91	63.373,43	65.754,26	31.661,73	22.248,76	1.186.262,03	676.013,86
I.T.B.I.	4.168,21	3.813,82	16.948,38	5.159,13	4.939,14	3.874,19	19.349,11	15.071,23	13.345,74	1.741,90	10.192,18	3.260,12	101.863,15	118.187,46
Outras Receitas Tributárias	48.421,06	25.654,43	9.737,91	7.326,77	11.767,95	5.381,75	10.522,18	15.572,82	10.588,87	9.341,22	49.843,09	38.222,19	242.380,24	224.206,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	37.347,73	37.465,18	36.857,36	41.808,16	44.427,83	43.879,01	40.257,36	43.535,32	45.791,70	41.192,01	45.805,41	43.358,69	501.426,76	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	71.995,91	75.922,09	-170.505,26	25.502,62	26.052,29	26.688,26	29.159,96	30.671,45	26.006,05	26.309,91	23.090,99	26.869,96	219.764,11	52.550,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	34.456,36	31.553,87	253.044,09	83.975,51	82.722,93	92.159,55	85.914,77	91.130,43	91.859,26	88.346,47	77.507,35	73.582,26	1.086.254,99	1.044.100,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.752.698,77	2.091.190,92	2.022.740,79	1.643.426,32	1.938.778,29	1.891.071,14	1.845.233,17	2.084.469,51	1.907.597,72	2.295.797,11	2.423.366,45	2.103.642,37	24.000.012,56	24.643.894,15
Cota-Parte do F.P.M.	478.543,06	546.176,33	727.847,10	545.838,34	468.806,08	569.519,62	499.231,56	471.825,24	624.521,05	1.004.483,41	761.858,94	777.720,46	7.476.391,09	7.313.607,50
Cota-Parte do I.C.M.S.	642.405,62	835.345,22	675.856,70	620.510,62	909.966,85	769.012,54	801.231,99	792.983,17	737.878,24	802.694,56	892.343,44	766.928,00	9.247.157,25	7.134.418,57
Cota-Parte do I.P.V.A.	176.450,71	133.178,11	138.485,83	74.317,86	53.991,37	41.290,37	24.552,31	26.316,54	27.613,34	8.551,34	6.450,50	133.169,65	844.367,93	614.441,27
Cota-Parte do ITR.	8.018,69	11.821,49	2.756,81	996,44	2.646,23	6.086,61	39.169,70	257.916,01	35.700,47	39.278,94	12.595,26	1.382,25	415.346,80	192.139,97
Outras Transferências Correntes	253.393,47	321.449,02	238.308,95	192.481,49	290.749,81	231.387,43	254.800,88	271.576,48	242.935,59	186.844,09	463.098,27	137.331,76	3.104.147,04	6.180.107,10
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	5.969,27	8.673,21	6.873,75	7.095,04	7.305,47	12.752,97	8.945,48	7.360,07	0,00	17.909,60	82.884,86	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	8.146,58	0,00	0,00	40.732,90	40.405,58
Transferências do FUNDEB	193.897,22	239.147,46	229.442,84	196.534,77	201.671,11	282.826,24	215.066,97	247.025,81	225.930,26	241.438,22	267.010,14	269.201,85	2.788.992,89	3.068.775,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.073,64	54.293,60	74.747,90	76.658,34	75.024,89	55.185,52	93.511,93	69.938,96	76.859,67	59.585,42	36.151,97	77.768,24	853.800,08	1.111.974,67
DEDUÇÕES (II)	**261.083,49**	**302.289,30**	**309.803,84**	**249.147,26**	**287.896,80**	**277.992,37**	**273.651,68**	**310.822,71**	**290.977,20**	**308.332,26**	**-178.468,66**	**-153.385,15**	**2.539.942,92**	**-1.381.131,88**
Ded de Rec- p/ Form- do FUNDEF/FUNDEB - IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-403,80
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	261.083,49	302.289,30	309.803,84	249.147,26	287.896,80	277.992,37	273.651,68	310.822,71	290.977,20	308.332,26	0,00	0,00	2.871.796,73	0,00
Deduç de Receip/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-178.468,66	-153.385,59	-331.854,25	-1.380.727,98
Multas e Juros de Mora Taxa Func-de Estab- comerci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44	0,44	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**1.915.265,23**	**2.136.064,89**	**2.074.740,42**	**1.880.676,58**	**2.255.807,45**	**2.232.048,52**	**1.967.833,17**	**2.124.011,18**	**1.990.099,68**	**2.326.855,67**	**2.904.779,19**	**2.582.275,17**	**26.390.457,15**	**30.515.770,77**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	-	-	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**27.215.704,97**	**4.547.286,19**	**4.485.600,67**
Receita Tributária	2.522.920,76	290.171,44	562.575,33
I.P.T.U.	558.860,73	23.907,22	16.719,18
I.S.S.	1.494.054,39	107.767,40	386.721,42
I.T.B.I.	122.444,46	17.936,41	17.118,23
I.R.R.F.	123.354,40	52.495,13	44.950,43
Outras Receitas Tributárias	224.206,78	88.065,28	97.066,07
Receita de Contribuição	600.000,00	89.265,10	77.544,84
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	600.000,00	89.265,10	77.544,84
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.771,09	49.960,65	124.218,36
(-) Aplicações Financeiras	115.771,09	49.960,65	124.218,36
Transferências Correntes	21.931.009,54	3.902.519,44	3.704.452,47
F.P.M.	5.850.886,00	1.231.671,49	1.249.745,37
I.C.M.S.	5.753.690,59	1.327.417,19	1.113.366,26
Convênios	383.632,27	85.739,38	56.203,20
Outras Transferências Correntes	9.942.800,68	1.257.691,38	1.285.137,64
Demais Receitas Correntes	2.161.774,67	265.330,21	141.028,03
Dívida Ativa	591.462,71	66.781,97	47.099,13
Diversas Receitas Correntes	1.570.311,96	198.548,24	93.928,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.083.013,99	0,00	0,00
Convênios	2.083.013,99	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**29.298.718,96**	**4.547.286,19**	**4.485.600,67**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**20.209.159,36**	**5.148.709,68**	**4.548.271,71**	**3.172.514,20**	**2.503.580,41**
Pessoal e Encargos Sociais	8.374.875,16	2.083.937,98	1.734.353,37	2.083.937,98	1.734.353,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.834.284,20	3.064.771,70	2.813.918,34	1.088.576,22	769.227,04
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**20.209.159,36**	**5.148.709,68**	**4.548.271,71**	**3.172.514,20**	**2.503.580,41**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**7.831.501,58**	**1.155.598,14**	**578.752,88**	**163.211,90**	**201.158,17**
Investimentos	6.931.501,58	515.598,14	122.752,88	11.512,50	39.166,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00	640.000,00	456.000,00	151.699,40	161.991,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**6.931.501,58**	**515.598,14**	**122.752,88**	**11.512,50**	**39.166,88**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**168.204,38**	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**27.308.865,32**	**5.664.307,82**	**4.671.024,59**	**3.184.026,70**	**2.542.747,29**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**1.989.853,64**	**-1.117.021,63**	**-185.423,92**	**1.363.259,49**	**1.942.853,38**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superavit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	94.506,77	37.636,38	37.636,38	-	94.506,77	239.875,35	1.067.666,37	162.372,79	155.515,79	-	1.152.025,93	1.246.532,70
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	94.506,77	37.636,38	37.636,38	0,00	94.506,77	239.875,35	1.067.666,37	162.372,79	155.515,79	0,00	1.152.025,93	1.246.532,70
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.089,20	2.089,20	2.089,20	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC. CULT. DESPORTO E LAZEI	94.506,77	0,00	0,00	0,00	94.506,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.506,77
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.458,97	48.086,89	48.086,89	0,00	748.372,08	748.372,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.245,00	18.791,89	3.700,00	1.743,00	0,00	18.293,89	18.293,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.569,81	0,00	0,00	0,00	1.569,81	1.569,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	141.683,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	42.297,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00	6.000,00	6.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	30.766,88	30.766,88	0,00	0,00	0,00	156.787,00	100.669,35	95.769,35	0,00	61.017,65	61.017,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	31.355,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	2.293,50	2.293,50	0,00	0,00	0,00	4.327,35	4.327,35	4.327,35	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	3.326,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.585,81	0,00	0,00	0,00	69.585,81	69.585,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	19.966,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	4.576,00	4.576,00	0,00	0,00	0,00	8.556,34	0,00	0,00	0,00	8.556,34	8.556,34
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**94.506,77**	**37.636,38**	**37.636,38**	**0,00**	**94.506,77**	**239.875,35**	**1.067.666,37**	**162.372,79**	**155.515,79**	**0,00**	**1.152.025,93**	**1.246.532,70**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	923.891,61	923.891,61	89.908,79	89.908,79	9,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	309.875,81	309.875,81	28.806,61	28.806,61	9,30
1.1.1- IPTU	139.715,18	139.715,18	5.976,83	5.976,83	4,28
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	124,93	124,93	63,89	63,89	51,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	147.865,68	147.865,68	15.784,31	15.784,31	10,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	22.170,02	22.170,02	6.981,58	6.981,58	31,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	109.673,47	109.673,47	4.484,11	4.484,11	4,09
1.2.1- ITBI	109.673,47	109.673,47	4.484,11	4.484,11	4,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	473.503,73	473.503,73	43.494,20	43.494,20	9,19
1.3.1- ISS	471.503,73	471.503,73	40.446,23	40.446,23	8,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	–	0,00	2.939,67	2.939,67	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	108,30	108,30	5,42
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	30.838,60	30.838,60	13.123,87	13.123,87	42,56
1.4.1- IRRF	30.838,60	30.838,60	13.123,87	13.123,87	42,56
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	3.774.574,82	3.774.574,82	807.835,95	807.835,95	21,40
2.1- Cota-Parte FPM	1.963.621,93	1.963.621,93	384.897,32	384.897,32	19,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.963.621,93	1.963.621,93	384.897,32	384.897,32	19,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.783.604,64	1.783.604,64	414.817,86	414.817,86	23,26
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.101,40	10.101,40	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	25.000,00	25.000,00	4.477,15	4.477,15	17,91
2.5- Cota-Parte ITR	-46.155,73	-46.155,73	-5.082,71	-5.082,71	11,01
2.6- Cota-Parte IPVA	38.402,58	38.402,58	8.726,33	8.726,33	22,72
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	4.698.466,43	4.698.466,43	897.744,74	897.744,74	19,11

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	786.013,99	786.013,99	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	786.013,99	786.013,99	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	355.392,03	355.392,03	253.865,28	253.865,28	71,43
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.141.406,02	1.141.406,02	253.865,28	253.865,28	22,24

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.580.897,93	1.580.897,93	371.841,94	371.841,94	23,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.380.727,98	1.380.727,98	331.854,25	331.854,25	24,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	–	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	403,90	403,90	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	46.155,73	46.155,73	5.082,71	5.082,71	11,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	153.610,32	153.610,32	34.904,98	34.904,98	22,72
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	–	3.081.375,17	537.402,85	537.402,85	17,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.068.775,16	3.068.775,16	536.211,79	536.211,79	17,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.600,01	12.600,01	1.191,06	1.191,06	9,45
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.487.877,23	1.487.877,23	164.369,85	164.369,85	11,05
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.841.265,10	1.841.265,10	326.234,95	326.234,95	17,72
13.1- Com Educação Infantil	899.865,11	899.865,11	177.776,52	177.776,52	19,76
13.2- Com Ensino Fundamental	941.399,99	941.399,99	148.458,43	148.458,43	15,77
14- OUTRAS DESPESAS	1.227.510,06	1.227.510,06	114.627,99	114.627,99	9,34
14.1- Com Educação Infantil	563.275,11	563.275,11	36.184,77	36.184,77	6,42
14.2- Com Ensino Fundamental	664.234,95	664.234,95	78.443,22	78.443,22	11,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.068.775,16	3.068.775,16	440.862,94	440.862,94	14,37

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
16.1 - FUNDEB 60%	—
16.2 - FUNDEB 40%	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	440.862,94
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	60,71
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	21,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	17,96

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.174.616,61	1.174.616,61	224.436,19	224.436,19	19,11

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.463.140,22	1.463.140,22	213.961,29	213.961,29	14,62
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.497.018,93	2.497.018,93	239.558,53	239.558,53	9,59
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.605.634,94	1.605.634,94	226.901,65	226.901,65	14,13
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	891.383,99	891.383,99	12.656,88	12.656,88	1,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.960.159,15	3.960.159,15	453.519,82	453.519,82	11,45

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	164.369,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	–
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	1.191,06
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	165.560,91
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	287.958,91
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	32,08

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	548.468,25	548.468,25	87.341,96	87.341,96	15,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	548.468,25	548.468,25	87.341,96	87.341,96	15,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.508.627,40	4.508.627,40	540.861,78	540.861,78	12,00

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	24.861,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	536.211,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-163.406,09	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	-163.406,09	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.191,06	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	725.670,71	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.831.501,58	1.155.598,14	163.211,90	0,00	6.675.903,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**7.831.501,58**	**1.155.598,14**	**163.211,90**	**0,00**	**6.675.903,44**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-7.831.501,58**	**-1.155.598,14**	-	-	**-6.675.903,44**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.890,84	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.890,84	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.890,84	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	214,78	-41.890,84	-41.676,06

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.498.034,00	4.950.750,12	1.386.876,68	28,01	915.064,73	18,48
Pessoal e Encargos Sociais	1.425.808,03	1.605.808,03	721.652,65	44,94	721.652,65	44,94
Outras Despesas Correntes	3.072.225,97	3.344.942,09	665.224,03	19,89	193.412,08	5,78
DESPESAS DE CAPITAL	516.500,00	614.146,00	2.707,50	0,44	0,00	0,00
Investimentos	516.500,00	614.146,00	2.707,50	0,44	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	516.500,00	614.146,00	2.707,50	0,44	0,00	0,00
Investimentos	516.500,00	614.146,00	2.707,50	0,44	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.014.534,00	5.564.896,12	1.389.584,18	24,97	915.064,73	16,44

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.758.329,46	1.907.629,46	347.555,17	25,01	197.754,41	21,61
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.758.329,46	1.907.629,46	347.555,17	25,01	197.754,41	21,61
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[4]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[5]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.758.329,46	1.907.629,46	347.555,17	25,01	197.754,41	21,61
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.256.204,54	3.657.266,66	1.042.029,01	74,99	717.310,32	78,39

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]	717.310,32

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.792.000,00	4.191.662,12	1.094.681,58	78,78	839.421,67	91,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.434,00	835.134,00	275.876,56	19,85	68.548,29	7,49
Suporte Profilático e Terapêutico	147.000,00	147.000,00	1.574,98	0,11	1.206,88	0,13
Vigilância Sanitária	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	244.000,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	124.000,00	124.000,00	17.451,06	1,26	5.887,89	0,64
TOTAL	**5.014.534,00**	**5.564.896,12**	**1.389.584,18**	**100,00**	**915.064,73**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Alto Garças, 31/03/2015

Município de Alto Garças - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	29.414.490,05
Previsão Atualizada	—	29.414.490,05
Receitas Realizadas	4.597.246,84	4.597.246,84
Déficit Orçamentário	—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	28.208.865,32
Créditos Adicionais	—	0,00
Dotação Atualizada	—	28.208.865,32
Despesas Empenhadas	6.304.307,82	6.304.307,82
Despesas Liquidadas	3.335.726,10	3.335.726,10
Superavit Orçamentário	—	1.261.520,74

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	6.304.307,82	6.304.307,82
Despesas Liquidadas	3.335.726,10	3.335.726,10

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	26.390.457,15

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00
Liquidadas	0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-2.076.055,10	0,00
Resultado Primário	0,00	1.363.259,49	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.307.541,72	0,00	155.515,79	1.152.025,93
EXECUTIVO	1.307.541,72	0,00	155.515,79	1.152.025,93
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	132.143,15	0,00	37.636,38	94.506,77
EXECUTIVO	132.143,15	0,00	37.636,38	94.506,77
TOTAL:	**1.439.684,87**	**0,00**	**193.152,17**	**1.246.532,70**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	287.958,91	25%	32,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	326.234,95	60%	60,71
Liquidadas	326.234,95		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	163.211,90	7.668.289,68

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	717.310,32	15,00	0,00
Liquidadas	717.310,32		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 51/2015

CONTRATO 51/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITO: ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

CONTRATADA: SAO CRISTOVAO TRANSPORTE EIRELI

CNPJ 26.796.953/0001-35

OBJETO: REALIZACAO TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL

VIGENCIA : 31/03 A 31/12/2015

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Água Santa /Caju/Faz. Dr. Márcio. (Vespertino)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E. E "Água Santa"	110 KM	5,55	610,50	200	22.000	122.100,00

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 002/2015

RESOLUÇÃO Nº. 002/2015

Dispõe sobre alteração de Tabela do Plano de Cargos *e Salários dos Funcionários da Câmara Municipal* **de Alto Paraguai-MT, da Resolução 002/2014 e das outras Providências. Os Vereadores dos com base na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno e em cumprimento a Emenda Constitucional nº 19/1998, requer a Vossa Excelência que receba e submeta as Comissões Técnica e ao Plenário desta Casa a presente Resolução que visa Alterar o Plano de Cargos e Salários dos Funcionários da Câmara Municipal.**

Art. 1.º - O art. 12 da Resolução 02/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Inciso II, os funcionários do Quadro Efetivo serão compostos pelos cargos descritos no anexo VII E VIII da presente Resolução.

Inciso III – SERVIDOR EFETIVO - poderá optar por uma das formas estabelecidas nas alíneas abaixo;

a) - A estabelecida no Inciso anterior;

b) - Os seus vencimentos mais a remuneração prevista para a função gratificada para o qual for nomeado;

c) – Os cargos em comissão terão as seguintes denominações:

DAS – Direção e Assessoramento Superior – 5– Perceberão os funcionários nomeados para os cargos de:

- Diretor Geral

DAS –

Direção e Assessoramento Superior – 4 – Perceberão os funcionários nomeados para os cargos de:

- Assessor de Imprensa

- Coordenador Administrativo

DAÍ – Direção e Assistência Intermediaria – Perceberão os funcionários nomeados para os cargos de:

Encarregado de Contabilidade

Encarregado de Informática

Coordenador Técnico Legislativo

d)– O Cargo em Comissão DAS 5 e DAS 4, nomeado no cargos perceberá quanto:

I – Em cumprimento de horário integral de trabalho 100% (cem por cento) da remuneração instituída.

II - Em cumprimento somente das solicitações feitas pela Mesa Diretora, percebera 80% (oitenta por cento) da remuneração instituída.

e) – Os valores a serem pagos para os cargos de DAS E DAÍ serão os constantes no Anexo IX desta Lei.

PARAGRAFO ÚNICO – Todas as hipóteses aqui elencadas estarão sujeitas ao Inciso II do Artigo 9º desta Lei.

Art.2º. O valor do salário mensal de Assessor Jurídico, Contador e Controlador Interno da Câmara Municipal de Alto Paraguai – MT, será de acordo com o valor Constante do Anexo V, Tabela I, II, III e IV da presente Resolução.

Parágrafo Único- o Valor do salário mensal do Diretor da Câmara Municipal de Alto Paraguai será de acordo com o constante no anexo IX da presente Resolução.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Alto Paraguai, 13 de Março de 2015.

Alessandro Souza de Carvalho Juarez Vaz de Almeida

Presidente Vice-Presidente

Marcia Leite de Oliveira Rozinei Rodrigues da Silva

1ª Secretário 2° Secretário

ANEXO I

QUADRO – CARGOS – PROVIMENTOS EM COMISSÃO

GRUPO	CATEGORIA FUNCIONAL	CARGOS	REFERENCIA	REMUNERAÇÃO
I	DIREÇÃO GERAL	PRESIDENTE	-	-
II	DIREÇÃO GERAL	DIRETOR GERAL	DAS 5	1.500,00
II	ASSESSORIA	IMPRENSA	DAS 4	1.200,00
I	DIREÇÃO GERAL	COORD. ADMINISTRATIVO	DAS 4	1.200,00
I	ENCARREGADO	COORD. TÉCNCA	DAÍ	788,00
III	ENCARREGADO	ENC. INFORMATICA	DAÍ	788,00
III	ENCARREGADO	ENC. CONTABIL	DAÍ	788,00

ANEXO IV

QUANTIDADE DE CARGOS EXISTENTE NA

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT

DISCRIMINAÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	OBS.
PRESIDENTE	ELETIVO	01(UM)	
DIRETOR GERAL	EM COMISSÃO	01(UM)	
ASS. JURIDICO	EFETIVO	01(UM)	
ASS. DE IMPRENSA	EM COMISSÃO	01(UM)	
COORD. ADMINSTRATIVO	EM COMISSÃO	01(UM)	
COORD. TÉCNICO	EM COMISSÃO	01(UM)	
ENC. DE INFORMATICA	EM COMISSÃO	01(UM)	
ENC. CONTABILIDADE	EM COMISSÃO	01(UM)	
AG. ADMINISTRATIVO	EFETIVO	02 (DOIS)	
SEC. RECEPCIONISTA	EFETIVO	01(UM)	
TÉC. LEGISLATIVO	EFETIVO	01(UM)	
AUX. CONTABILIDADE	EFETIVO	01(UM)	
CONTINUO	EFETIVO	01(UM)	
MOTORISTA	EFETIVO	01(UM)	
VIGILANTE	EFETIVO	02 (DOIS)	
CONTADOR	EFETIVO	01 (UM)	
CONTROLADOR INTERNO	EFETIVO	01 (UM)	

GRUPO DE VENCIMENTO POR CATEGORIA

NÍVEL SUPERIOR

REFERENCIA	DESCRIÇÃO	SALARIO R$
CLASSE A	CONTADOR	2.800,00
CLASSE A	ASSESSOR JURÍDICO	1.800,00
CLASSE A	CONTROLADOR	800,00

TABELA DE VENCIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO GRUPOS

I,II,III e IV

REFERENCIA	REMUNERAÇÃO
DAS 5	R$ 1.500,00
DAS 4	R$ 1.200,00
DAI	R$ 788,00

Câmara Municipal de Alto Paraguai, 13 de Março de 2015.

Alessandro Souza de Carvalho Juarez Vaz de Almeida

Presidente Vice-Presidente

Marcia Leite de Oliveira Rozinei Rodrigues da Silva

1ª Secretário 2° Secretário

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 50/2015

CONTRATO 50/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITO: ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

CONTRATADA: LJ SALVADOR -ME

CNPJ 20.957.408/0001-08

OBJETO: REALIZACAO TRANSPORTE ESCOLAR ZONA RURAL

VIGENCIA : 31/03 A 31/12/2015

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia (R$)	Dias Letivos	Km/ Ano	Valor Total (R$)
Água Santa /Caju/ Faz. Dr. Márcio. (Matutino e Noturno)	Veículo em ótimas condições de uso com capacidade p/ 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E.E "Água Santa"	220Km	5,55	1.221,00	200	44.000	244.200,00

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

A Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia *13/03/2015* ***às*** *13h00min*, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES COM REFERIDA MANUTENÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA PARA OS SETORES DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ORÇAMENTO, RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, PROTOCOLO, ALMOXARIFADO, COMPRAS, LICITAÇÃO, PATRIMONIO E PORTAL TRANSPARENCIA EM DATA CENTER, PARA ATENDER AO LEGISLATIVO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Câmara Municipal, sito a Rua XV de novembro, 85, Centro, Alto Paraguai – MT, das 07h00min as 13h00min, e no site da Câmara Municipal www.camaradealtoparaguai.com.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3396-1569.

Câmara Municipal de Alto Paraguai - MT, 31 de Março de 2015.

_____

CLEONICE GONÇALVES DOS SANTOS

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0123/2015

PORTARIA Nº 0123/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 005/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE GENERO ALIMENTÍCIO (LEITE IN NATURA).**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **IZADETE LOURDES LUSSANI, TÉCNICO ADMINISTRATIVO.**

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0122/2015

PORTARIA Nº 0122/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 025/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE GENERO ALIMENTÍCIO (CASTANHA E BOLACHA DE CASTANHA).**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **IZADETE LOURDES LUSSANI, TÉCNICO ADMINISTRATIVO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

RESULTADO FINAL

A Senhora Dionísia Alves Pereira,Presidente da Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 012 de 03 de fevereiro de 2015, diante do andamento em conformidade ao cronograma estabelecido pelo Edital de Abertura do Concurso Público, e ainda,

Considerando

a publicação do Edital Complementar nº 004 e 005 em data de 26 de março de 2015, apresentando o Resultado Prévio e os Títulos de Pós Graduação,

Considerando que não houve qualquer recurso administrativo,

Considerando que o trabalho desta Comissão de Concurso Público chegou ao final,

Resolve apresentar para homologação do Chefe do Poder Legislativo, o Resultado Final por ordem de classificação entre "APROVADOS" com vaga garantida, e "CLASSIFICADOS", os quais comporão o Cadastro de Reserva.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão de Concurso Público apresenta ao Chefe do Poder Legislativo o Resultado Final do processo de Concurso Público da Câmara Municipal de Apiacás, para a devida homologação.

O "RESULTADO FINAL" ao cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal de Apiacás está disposto por ordem de classificação das maiores notas dos candidatos "APROVADOS" e "CLASSIFICADOS", que listarão o Cadastro de Reserva durante o prazo de validade do Concurso Público Edital nº 001/2015.

Código	Nome do Candidato	Notas LP	Notas MAT	Notas CG	Notas CE	Pós Grad.	SOMA AC.	SOMA NOTAS	CLASSIFICAÇÃO
5135	KATIA REGINA DA SILVA	6	10	12	42	1	28	71	1º APROVADO
5138	EDUARDO FONTANA	2	6	10	39	-	22	57	1º CLASSIFICADO
5133	ANGÉLICA FERNANDES NUNES	4	6	8	36	-	21	54	2º CLASSIFICADO
5144	MÁRCIA FREIESLEBEM	4	4	12	30	-	20	50	3º CLASSIFICADO
5139	PEDRO WASHINGTON PEREIRA SILVA	6	6	10	27	-	20	49	4º CLASSIFICADO

Apiacás 31 de março de 2015.

Dionísia Alves Pereira

Presidente da Comissão de Concurso

PREFEITURA MUNICIAL
TERMO DE POSSE DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP.

Aos (01) Hum dia do mês de Abril de 2.015, compareceu à Sede Própria do PREVIAP - Fundo Municipal de Previdência dos Servidores do Município de Apiacás – MT, a Sra. **IVONE HOISSA TEIXEIRA**, servidora efetiva, eleita entre os servidores segurados do PREVIAP, com 50% da totalidade dos votos, para o Cargo de Diretora Executiva deste Instituto, sendo a homologação do resultado final da Eleição publicado na AMM no dia 04/02/2015, através do Edital 004/2015, conforme regulamento de Eleição nº 001/2014 e Lei Municipal nº 900 de 23/02/2015, para a assinatura do Presente Termo de Posse Eletivo com Vigência de 01/04/2015 à 31/12/2017.

Apiacás-MT, 01 de Abril de 2015

Publica-se,

Ivone Hoissa Teixeira

ELEITA

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA N° 143/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1° - Ceder a Servidora Publica Municipal Sra.**IVONE HOISSA TEIXEIRA**,ocupante do cargo de Analista Tributária, para desempenhar a função de Diretora Executiva junto ao PREVIAP – Fundo Municipal de Previdência Social de Apiacás-MT, no período de 01/04/2015 à 30/03/2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Cumpra-se,

Pública-se;

Apiacás-MT, 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 700/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerada a Sra. **ANAELISE PELLAT**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 0699/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **JOÃO DE ALMEIDA**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 698/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerado o Sr. **VALDIR DAL MOLIN**, no cargo de **SUPERVISOR ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 697/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerado o Sr. **WHELLINGTON JOSE DA SILVA**, no cargo de **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS URBANOS**, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº 142/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Rescindir a pedido o Contrato de Prestação de Serviços nº 015/2015, da Servidora Publica Municipal Sra.**FLAVIA RODRIGUES MARTINEZ**,do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 01 de Abril 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 141/2015

SUMULA*: "DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra.**DERLI FERNANDA CARVALHO BOTTEGA**,ocupante do cargo de Educador Social – Portaria nº 409/2010 – Concurso Público nº 002/2010, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Pública-se

Apiacás-MT, 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 137/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar o Servidor **ADALBERTO FALASCA,** ocupante do cargo de Administrador, que se encontrava exercendo a função de Diretor Executivo do PREVIAP, conforme Lei Complementar nº. 010/2008.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 138/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **ALDALENA FERNANDES,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA N°. 139/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Médica a Servidora **MARIA DA GLÓRIA DE SOUSA SILVA**,ocupante do cargo de Professora, no período de 01/04/2015 à 14/06/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 140/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **ANTONIA ARAUJO SILVA,** ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional, que se encontrava afastado para fins de tratar de assuntos particulares, conforme Lei Complementar nº. 010/2008.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 098/2015

PORTARIA Nº 098/2015

SÚMULA: *DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 026/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE RADIO DIFUSÃO FM COM ALCANCE EM TODO O MUNICÍPIO DE APIACÁS, COM INSERÇÃO DIARIAS E ENTREVISTAS MENSAIS.*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LÍDIA MARIA SILVA CONTRERA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 1º BIMESTRE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – ESTADO DE MATO GROSSO

COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO DO RREO 1º BIMESTRE 2015.

Comunicamos aos munícipes de Apiacás que o RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 1º bimestre de 2015, em conformidade aos artigos 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000-LRF, encontra-se publicado no site oficial do Município de Apiacás www.APIACAS.mt.gov.br/portaltransparencia e no jornal oficial dos Municípios AMM edição de 31/03/2015.

Apiacás MT, 31 de março de 2015.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DEAPIACÁS -PREVIAP

COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO DO RREO 1º BIMESTRE 2015.

Comunicamos aos munícipes de Apiacás que o RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 1º bimestre de 2015, em conformidade aos artigos 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000-LRF, encontra-se publicado no site oficial do Município de Apiacás www.APIACAS.mt.gov.br/portaltransparencia e no jornal oficial dos Municípios AMM edição de 31/03/2015.

Apiacás MT, 31 de março de 2015.

Adalberto Falasca

Diretor Executivo do PREVIAP

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 099/2015

PORTARIA Nº 099/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 002/2014. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA CASA DE ABRIGO.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LILIAN EVANGELISTA ROCHA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0702/2015

DECRETO Nº. 0702/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srª. **CILMARA DE MENDONÇA DE PAULA,** no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º

- Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT., 01 de abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0701/2015

DECRETO Nº. 0701/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srª. **MAURA APARECIDA DE SOUZA LOPES,** no cargo de

ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE

, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT., 01 de abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0110/2015

PORTARIA Nº 0110/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 023/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA JURIDICA.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **MARCIA FREIESLEBEM, CHEFE DE GABINETE.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0100/2015

PORTARIA Nº 0100/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 054/2014. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE CONVENIO E CONTRATOS DE REPASSE, A SEREM FIRMADOS EM NOME DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, JUNTO A ORGÃOS FEDERAIS.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **SILVIA PIERINA ROZZA KRIZANOWISK, PREGOEIRA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0111/2015

PORTARIA Nº 0111/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 067/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTO PARA RECAPEAMENTO ASFALTICO DAS AVENIDAS E VIAS DESTE MUNICÍPIO.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA -** Engenheiro Civil, Reg. Nac. CREA

120933034-2.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0112/2015

PORTARIA Nº 0112/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 012/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCERIZADOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO PARA AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **JOSÉ CARLOS INÁCIO, MOTORISTA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0113/2015

PORTARIA Nº 0113/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 027/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA VOLTADA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO, COM ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL E LOGÍSTICO DOS PROCESSOS E PROJETOS DO INTERESSE DA MUNICIPALIDADE.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **MARCIA FREIESLEBEN, CHEFE DE GABINETE.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0109/2015

PORTARIA Nº 0109/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 059/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCRITÓRIO CORRESPONDENTE NA CIDADE DE ALTA FLORESTA**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **MARCIA FREIESLEBEM, CHEFE DE GABINETE.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0114/2015

PORTARIA Nº 0114/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 037/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MÍDIA ESCRITA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LÍDIA MARIA SILVA CONTRERA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0115/2015

PORTARIA Nº 0115/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 036/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEICULAÇÃO DE MATÉRIA ESCRITA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL MINIMO DUAS VEZES POR SEMANA.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LÍDIA MARIA SILVA CONTRERA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0101/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 058/2014. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ENGENHARIA SANITARIA INCLUINDO A RESPONSABILIDADE TECNICA DO DAE DURANTE 04 MESES.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **ROMULO SANTANA BALEEIRO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0116/2015

PORTARIA Nº 0116/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 013/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCERIZADOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO PARA AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **JOSÉ CARLOS INÁCIO, MOTORISTA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0102/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 025/2014. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MEDICOS PARA TODO O BRASIL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **UENDEL DE SOUZA CASTRO, AGENTE SANITARISTA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0117/2015

PORTARIA Nº 0117/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 039/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LILIAN EVANGELISTA ROCHA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0126/2015

PORTARIA Nº 0126/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 001/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SITE.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **ÉROS CEZAR RAMOS JUNIOR, TÉCNICO DE INFORMÁTICA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0118/2015

PORTARIA Nº 0118/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 018/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARES.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **ÉROS CEZAR RAMOS JUNIOR, TÉCNICO DE INFORMÁTICA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0103/2015

PORTARIA Nº 0103/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 024/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHAELER, DIRETORA DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0104/2015

PORTARIA Nº 0104/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 025/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DE ILUMIÇÃO PUBLICA E DOS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHAELER, DIRETORA DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022 DE 31 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 006 que apresenta o Resultado Final e o Rol de candidatos Aprovados e Classificados, e dá outras providências".

O Senhor **JOSÉ EDER DA LUZ**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando o transcurso do processo de Concurso Público Edital nº 001/2015 dentro da normalidade,

Considerando a ausência de qualquer tipo de recurso,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 006 que apresenta o Resultado Final e a Classificação dos candidatos concorrentes ao cargo de Controlador Interno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

JOSÉ EDER DA LUZ

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0125/2015

PORTARIA Nº 0125/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 032/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PONTES.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **ALEXANDRE DA SILVA, MECÂNICO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0119/2015

PORTARIA Nº 0119/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 069/2012. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DO PSF-I – EMPRESA BURITIS COMERCIO E CONST. LTDA. SERVIÇO DE**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA -** Engenheiro Civil, Reg. Nac. CREA

120933034-2.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0105/2015

PORTARIA Nº 0105/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 035/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIA EM TV LOCAL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LÍDIA MARIA SILVA CONTRERA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0124/2015

PORTARIA Nº 0124/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 006/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE GENERO ALIMENTÍCIO (LEITE IN NATURA).**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **IZADETE LOURDES LUSSANI, TÉCNICO ADMINISTRATIVO.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0106/2015

PORTARIA Nº 0106/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 006/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHEIRO CIVIL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **SILVIA PIERINA ROZZA KRIZANOWISK, PREGOEIRA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0120/2015

PORTARIA Nº 0120/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 072/2012. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **JOSEANE GONÇALVES, ENFERMEIRA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0107/2015

PORTARIA Nº 0107/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 038/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MÍDIA ESCRITA E SITE.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços a Srª. **LÍDIA MARIA SILVA CONTRERA, ASSISTENTE GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0121/2015

PORTARIA Nº 0121/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 033/2015. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROGRAMA MAIS MEDICOS PARA TODO O BRASIL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **UENDEL DE SOUZA CASTRO, AGENTE SANITARISTA.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0108/2015

PORTARIA Nº 0108/2015

SÚMULA: **DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 007/2013. PARA ACOMPANHEMTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA CONTÁBIL.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **ALCIR FELDBERG, CONTADOR.**

Art. 2°

- Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT., 31 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 19/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre o Reconhecimento de nova composição do Conselho Municipal da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e da outras providencias."

O **Sr. JOSÉ MARRA NERY**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para exercerem a função de Conselheiros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme indicação de classe que as representam as pessoas abaixo relacionadas:

- Representantes do Poder executivo:

Titular: Thaiz Augusta Nery, portadora do RG nº 1541729-8 SSP/ MT, inscritano CPF nº003.610.041-25, residente e domiciliadanaavenida José Morbeck, s/nº bairro Jardim urânia II, Araguaiana – MT

Suplente: Jose Marques da silva , portador do RG nº 482.769 SSP/MT, inscrito no CPF Nº 329.257.861-20SSPMT, residente e domiciliado a Avenida Jose Morbeck nº 73 ,Bairro Jardim Urania IIAraguaiana-MT

-Representante da Secretaria Municipal de educação e Cultura:

Titular: Julyana PatríciaCorreiade Moraes , portadora do RG nº 2111549-4 SSP/MT, inscritano CPF 031.290.261- 18, residente na ruaGuanabaras/n , Bairro Centro. Araguaiana - MT

Suplente: NilcimeireMarquesda SilvaFerreira, portadora do RG nº 650827-8 SSP/MT, inscrita no CPF nº 568.116.081-53, residente a AvenidaJosé Morbeck nº 107 , bairro Jardim Urania IIAraguaiana –MT.

_ Representante dos professoresMunicipais:

Titular: Maria Aparecida de Oliveira , portadora do RG: 3255724-3224490 SSP/GO, inscrita no CPF nº 649280631-04 , residente a rua B nº 254 Bairro são José Araguaiana - MT

Suplente: Lidia Arraes de Oliveira e Silva , portadora doRG nº 397.775 SSP/MT , inscrita no CPF nº 395.707.701, residente e domiciliadaavenida Dr José Morbeck s/nbairro Jardim Urania II- Araguaiana –MT

- Representante dos diretores da Educação Básica:

Titular : Eurípia Martins de Freitas e Aguiar , portadora do Rg nº 549.305 SSP/ MT , inscrita no CPF nº 395.763.451-20,, residente e domiciliada arua dr José Morbeck s/n centro – Araguaiana – MT.

Suplente: Carlos Wagner Perné dos Santos , portador do RG nº 128 1233-1 SSP /MT, inscrito no CPF nº 218. 042.728- 09, residente e domiciliado na travessaJoão Gomesnº 211 bairro Centro – Araguaiana – MT.

- Representantesdos servidores técnicos - administrativosdas escolas Básicas públicas.

Titular: Terezinha de JesusRamalho de Souza, portadora do RG nº 692 383 SSP/MT, inscrita no CPF nº284.238.361, residente e domiciliada a rua Francisco Leite nº 183, bairro jardim urânia II- Araguaiana – MT

Suplente: Janaina Ferreirade Sousa , portadora do RG nº 1288099-0SSP/MT, inscrita no CPF nº 945.096.381-91, residente e domiciliada arua Natal nº 27 Bairro jardim Urania I.- Araguaiana –MT

Representantes dos pais de alunos da educação Básica Pública:

Titular: Kênia ReginaAlvesda Silva , portadora do RG nº 1643474-9 SJP/SSP/MT , inscrita no CPF nº 010.784.591- 18, residentena rua Maria da Encarnação , quadra 11 lote 12 Bairro Jardim Paraíso .- Araguaiana MT.

Suplente: Vivinay PatríciaMarquesdos Santos, portadora do RG nº 119 3413-1 SSP/MT, inscrita no CPF nº 890.257.251-04 , residente e domiciliada a rua Natals/n bairro Jardim Saveco – Araguaiana –MT.

Titular; Elizabete Maria Vasco Reis , portadora do RG: 451839-0 SSP/MT , inscrita no CPF nº 327.729.551-68, residente e domiciliada a rua BR s/n Conjunto Agnaldo Ferlete. –Araguaiana- Mato Grosso

Suplente: Keila Regina A. MoraesMarques , portadora do RG:1282746-0, inscrita no CPF nº 911930281-91, residente a ruapraça da Matriz s/n Bairro antigo Centro. Araguaiana – Mato Grosso.

- Representantesdos estudantesda educação Básica pública :

Titular: Rafael Nunes Reis , portador do RG nº 2753482-0 SSP/MT,inscrito no CPF nº 061.874.291-33,residente e domiciliado a rua B s/nº Bairro são José – AraguaianaMato Grosso.

Suplente: Gonçalo Araujo Ramos Junior, portador do RG nº 2527596-8 SSP/MT, inscrito no CPF nº 050.655.531-30, residente e domiciliado a Rua Domingos Vicente do Rosário Q12 Lote 24 Bairro Jardim ParaísoAraguaiana Mato Grosso.

- Representantesdos estudantes daEducação Básica públicaindicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: Divina EternaNunes , portadora do RG nº 1852.964SSP/GO, inscrita no CPF nº 454.575.301-94, residente na rua Otávio Dutra nº 8 lote 9 Bairro Jardim Saveco. Araguaiana – Mato Grosso.

Suplente: WenderMarquesde Oliveira , portador do CPF: nº 068.402.331-89 , residentena chácara Cachoeirinhas/nº Zona Rural – Araguaiana-Mato Grosso.

-Representantes do conselho Tutelar:

Titular: Elizabete Souza Oliveira , portadora do RG nº159841-4SSP/MT, inscrita no CPF nº 010.635.271-71 , residente e domiciliada a rua Cuiabá s/nº, bairro Jardim Urania II. Araguaiana- Mato Grosso.

Suplente: Washington Luiz Ferreira , portador do RG nº 415637SSP/ MT, inscrito no CPF nº 334.532.761-91, residente a rua Eurico Teixeira , s/nº BairroSão José – Araguaiana .- Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 007/2013 de 18 de janeiro de 2013.

.

Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT RESOLUÇÃO Nº. 003/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

RESOLUÇÃO Nº. 003/2015

O Cidadão Sr. SEBASTIÃO CARLOS MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

Artigo 1º. - Fica Reduzido o Subsídio do Presidente e dos Vereadores da Câmara Municipal de Araguainha-MT, durante os meses de Março à Dezembro/2015.

Artigo 2º. – A Redução do Subsídio do Presidente e Vereadores, que se trata o artigo anterior desta Portaria, foi determinada para estabelecer o Índice de gastos com Pessoal, conforme a Emenda Constitucional nº. 25.

Artigo 3º. – A Redução será fixada durante os meses de Março á Dezembro/2015, ficando estabelecida da seguinte forma;

PRESIDENTE: R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais)

VEREADOR: R$ 788,00 (Setecentos e Oitenta e Oito Reais).

Artigo 4º. – Esta Resolução entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as suas disposições em contrario.

Artigo 5º. - Registra-se, publica-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 27 de Março de 2015.

Sebastião Carlos Mendes da Silva Luiz Claudio de Souza

Presidente Tesoureiro

Wênio Ribeiro Dutra

Vereador

Ademaria Barbosa de Lima Elzi Naves Marques Wagner Almeida de Sousa

Vereadora Vereador Vereador

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO**.**

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE** e tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado SPLIT, peças, acessórios e manutenção, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I deste Edital.As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Bahia, 430 - Centro, até o dia 14/04/2015 as 15h00min horário de Brasília,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3476 1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 31 de março de 2015.

Vander Lúcio Nunes de Jesus

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 REGISTRO DE PREÇOS – SERVIÇOS DE INTERNET

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

REGISTRO DE PREÇOS – Serviços de Internet

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT torna pública que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇOPOR LOTE, **visando à aquisição de Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, modalidade Link IP Dedicado, conforme especificações no Anexo I.** As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Bahia, 426 - Centro, até o dia 14**/04/2015 as 14h00min** sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3476 1210, e-mail – designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 31 de Março de 2015.

Vander Lúcio Nunes de Jesus

PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT PORTARIA Nº. 003/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

PORTARIA Nº. 003/2015

O Cidadão Sr. SEBASTIÃO CARLOS MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

CONCEDER ao Srº. ARISTENEU MENDES DE MATOS, brasileiro, casado, Agente Administrativo desta Casa de Leis, suas férias que lhes são justas por Lei, sendo elas gozadas no período de 02/03/2015 á 31/03/2015, relativas ao período de 23/11/2011 á 22/11/2012.

Portanto, fica o funcionário obrigado a entrar em atividades de suas funções a partir do dia 01/04/2015.

REGISTRA – SE

PUBLICA – SE E

CUMPRA – SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 26 de Fevereiro de 2015.

SEBASTIÃO CARLOS MENDES DA SILVA

Presidente

LEI MUNICIPAL Nº 757 DE 31 DE MARÇO DE 2015 DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA POR ACÚMULO DE FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE FARMACÊUTICO.

LEI MUNICIPAL Nº 757 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA POR ACÚMULO DE FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE FARMACÊUTICO.

A Prefeita Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a função gratificada por acúmulo de função e responsabilidade técnica a ser desempenhada por farmacêutico, servidor do quadro efetivo do município,

§ 1º **-** O servidor no uso das funções e responsabilidades deste cargo receberá a título de **Gratificação a valor, da D.A.S I. Anexo II lei 559/2008**

§ 3º**–**Só poderá assumir o Cargo servidor efetivo com formação superior na área de farmácia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

_____

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 054.2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 054/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DO PSF IV (SÃO MATEUS), NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT PERFAZENDO UM TOTAL DE 403,03M², ORIUNDO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 340 DE 04 DE MARÇO DE 2013 QUE REDEFINE O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS). , SOB A PROPOSTA 11344687000113001, BLOCO DE INVESTIMENTO, TRANSFERÊNCIA FUNDO-A-FUNDO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 27/01/2015 até 30/07/2015

VALOR GLOBAL:

R$-436.430,78

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NR 68/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: NORTEC – CONSULTORIA ENGENHARIA E SANEAMENTO – LTDA, CNPJ n.º 01.315.642/0001-42;

OBJETO; Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA e do AUMENTO DO QUANTITATIVO do contrato principal que tem como objeto Serviços Técnicos de Gerenciamento Comercial, compreendendo os seguintes serviços:

IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COMERCIAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE LEITURA INFORMATIZADA COM EMISSÃO E ENTREGA DA FATURA SIMULTÂNEA, LEITURA MANUAL DE HIDRÔMETRO E CORTE E RELIGAÇÃO DE LIGAÇÕES.

ITEM	**SERVIÇOS**	**UNID.**	**QUANT. Anterior**	**QUANT 25%**	VALOR	TOTAL
1	Disponibilização do software de gerenciamento. comercial e atendimento ao público.	Mês	12	3	4.725,10	14.175,30
2	Leitura e emissão de fatura de água, esgoto simultânea.	Ud x Mês	108.000	27.000	1,08	29.160,00
3	Impressão e entrega de Notificação de Débito Vencido e demais documentos	Ud x Mês	36.000	9.000	1,08	9.720,00
4	Suspensão do Fornecimento de água	Ud x Mês	6.000	1.500	3,96	5.940,00
5	Religação no fornecimento de água – ramal e cavalete	Ud x Mês	6.000	1.500	3,96	5.940,00
6	Baixa automática de pagamento de faturas	Ud x Mês	115.200	28.800	0,14	4.032,00
7	Serviços das Demais Localidades	Ud x Mês	7.920	1.980	0,42	831,60
	TOTAL (R$)					69.798,90

DO VALOR - O valor a ser aditivado é de R$ 69.798,90 (Sessenta e Nove Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais e Noventa Centavos) em conformidade com especificações da planilha. O referido aditivo de quantitativo representa 25%, quantitativos dos serviços prestados do referido contrato e enquadra-se no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93.
Prazo de Vigência: 14/02/2015 À 14/05/2015

Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72**,** torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2014 originaria do PREGÃO ELETRONICO Nº003/2014 – do município de Araras - SP, para AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) VEICULOS NOVOS, ZERO KM, TIPO HATCH, PARA ATENDER A CAMPANHA DA PREMIAÇÃO DO IPTU 2014 E 2015, conforme lote 01, e as condições constantes do respectivo Edital/Ata e seus anexos, com valor total de R$68.000,00(sessenta e oito mil reais). CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL – INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, CNPJ inscrita no CNPJ: 59.104.422/0001-50. Barra do Bugres/MT, 24 de março de 2015.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72**,** torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071/2014 originaria do PREGÃO PRESENCIAL Nº090/2014 – do município de Tangara da Serra - MT, para AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RM 1C, conforme lote 27, e as condições constantes do respectivo Edital/Ata e seus anexos, com valor total de R$175.514,00(Cento e setenta e cinco mil quinhentos e quatorze reais). CONTRATADO: EMAM – EMULSOES E TRANSPORTE LTDA, CNPJ inscrita no CNPJ: 04.420.916/0003-13. Barra do Bugres/MT, 24 de março de 2015.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO
RESOLUÇÃO Nº 01/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI/2015, da Prefeitura Municipal de Barra do Bugre/MT, definindo os Procedimentos Metodológicos e Cronológicos e dá outras Providencias.

ALIANDRO PIOVEZAN GOMES, Controlador Geral do Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o disposto nos artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal, Art. 52 da CE, combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 de 04.05.2000,

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64 Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT e,

Considerando a Resolução Normativa Nº 26/2014 – TP. Altera a Resolução Normativa nº 33/2012, aprova os requisitos, o conceito e a estrutura da referência do sistema de controle interno dos fiscalizados, bem como estabelecer a competência da UCI para elaborar, aprovar, modificar, e executar o seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º – Estabelecer o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

§ 1º - A auditoria interna é executada através de projetos individualizados por área de atuação e consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinado órgão ou entidade e possui o objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado.

§ 2º - Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, falhas, erros e outras deficiências, bem como as recomendações do órgão de controle externo pendentes de implementação, quando existentes.

Parágrafo Único - A auditoria interna é executada por servidores do Controle Interno e servidores requisitados de outros Departamentos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 2º – O Plano Anual de Auditoria Interna obedecerá aos procedimentos previstos nos seguintes documentos:

I. Plano de Ação do Controle Interno;

II. Lei Municipal n° 020/2008;

III. Regimento Interno do Controle Interno;

V. Recomendações do TCE/MT

Art. 3º – O Programa Anual de Auditoria Interna (PAAI), em 2015, será realizado de 01 de abril a 31 de dezembro de 2015 de acordo com a programação dos anexos I, II, III, IV, V, VI e VII:

Art. 4º - Fica aprovado, na forma do anexo I, II, III, IV, V, VI e VII, na ordem e nos prazos fixados, o cronograma de execução do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício 2015.

Parágrafo Único - O prazo de execução da Auditoria Interna poderá ser prorrogado, desde que justificado pela unidade auditada, com autorização prévia pelo Coordenador Geral de Controle Interno.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres - MT, 31 de março de 2015.

ALIANDRO PIOVEZAN GOMES Controlador Geral

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central B. Legal	Etapa	Atividade	Procedimento	Dta. Inicial	Dta. Final	Equipe
SCV – Sistema de Convênio e Consórcio	Depto. Contratos, Conv. E Consórcios	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SCV – Sistema de Convênio e Consórcio	Depto. Contratos, Conv. E Consórcios	Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SCV – Sistema de Convênio e Consórcio	Depto. Contratos, Conv. E Consórcios	Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

IN SCV Nº 001 E 002/2009

SCV – Sistema de Convênio e Consórcio	Depto. Contratos, Conv. E Consórcios		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

ANEXO II

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central	B. Legal	Etapa	Atividade	Procedimento	Dta. Inicial	Dta. Final	Equipe

SPOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	Depto. De Engenharia	IN SPOP Nº 001 E 002/2009	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SPOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	Depto. De Engenharia		Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SPOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	Depto. De Engenharia		Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SPOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	Depto. De Engenharia		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

ANEXO III

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central	B. Legal	Etapa	Atividade	Procedimento	Dta. Inicial	Dta. Final	Equipe

SADS – Sistema de Agricul. E Desen. Sustentável	Depto. De Agricultura	IN SADS Nº 001 E 002/2009	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SADS – Sistema de Agricul. E Desen. Sustentável	Depto. De Agricultura		Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SADS – Sistema de Agricul. E Desen. Sustentável	Depto. De Agricultura		Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SADS – Sistema de Agricul. E Desen. Sustentável	Depto. De Agricultura		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

ANEXO IV

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central	B. Legal	Etapa	Atividade	Procedimento	Dta. Inicial	Dta. Final	Equipe

SSAB – Sistema de Saúde e Atenção Básica	Secretaria de Saúde	IN SSBA Nº 001/2010	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SSAB – Sistema de Saúde e Atenção Básica	Secretaria de Saúde		Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SSAB – Sistema de Saúde e Atenção Básica	Secretaria de Saúde		Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SSAB – Sistema de Saúde e Atenção Básica	Secretaria de Saúde		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

ANEXO V

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central	B. Legal	Etapa	Atividade	Procedimento	Dta. Inicial	Dta. Final	Equipe

SVS – Sistema de Vigilância em Saúde	Dept. de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	IN SVS Nº 001/2010	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SVS – Sistema de Vigilância em Saúde	Dept. de Vigilância Sanitária e Epidemiológica		Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

SVS – Sistema de Vigilância em Saúde	Dept. de Vigilância Sanitária e Epidemiológica		Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SVS – Sistema de Vigilância em Saúde	Dept. de Vigilância Sanitária e Epidemiológica		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

ANEXO VI

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2015

Sist. Adm Org. Central B. Legal Etapa Atividade Procedimento Dta. Inicial Dta. Final Equipe

SBE – Sist. de Bem Estar Social	Dept. de Programas Sociais	IN SBE Nº 001 e 004/2010	Planejamento	Definir os pontos de controle do sistema, a serem verificados na secretaria.	Pesquisando a legislação pertinente, as verificações anteriores, e os riscos e vulnerabilidade do sistema.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SBE – Sist. de Bem Estar Social	Dept. de Programas Sociais		Verificação	Verificar a situação dos pontos de controle em relação a situação ideal	Utilizando a normativa para verificação dos procedimentos de rotina	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SBE – Sist. de Bem Estar Social	Dept. de Programas Sociais		Relatório	Emitir relatório ao gestor e ao responsável pelo sistema conforme decreto n. 98/2009	Utilizando as anotações dos papéis de trabalho, e as cópias dos documentos analisados.	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.
SBE – Sist. de Bem Estar Social	Dept. de Programas Sociais		Encaminhamento	Reunir com o responsável do sistema para repassar o relatório	Discussão técnicas e emitir relatório orientativo para regularizar a situação dos sistema, e aprimorar a instrução normativa, se houver necessidade	01/04/2015	31/12/2015	Controlador, Téc. Adm e Responsável pelo Sistema.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 005/2015

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, *TORK-SUL COMERCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA*, inscrita no CNPJ sob o n° 05.662.126/0007-30

Objeto: O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01(UMA) MONIVELADORA,** para atender ao **Convênio nº 786220/2013** firmado com Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – **SUDECO.**

Valor: Valor global de R$ 449.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Nove Mil Reias)

Processo Licitatório:

Adesão a Ata de Registro e Preço nº 032/2014, oriunda do Pregão Presencial nº 08/2014 - Município e Tangara da Serra-MT

Dotação Orçamentária: Repasses do governo federal e empenhados no Orçamento Municipal, sob o código orçamentário:

12.002.0.0.26.782.8070.1.002–4.4.90.52.00.00 – Aquisição de maquinas pesadas

Responsável Jurídico: ANTÔNIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

Vigência: 05/02/2015 a 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, inscrita no CNPJ nº 03.439.239/0001-50, **NOTIFICA** o servidor **EDMAR RODRIGUES SOUZA JÚNIOR**, com lotação no Gabinete do Prefeito, a comparecer nesta Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Administração, no horário normal de expediente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de abandono de emprego, conforme dispõe o Art. 149, inciso II, do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Barra do Garças/MT., 31 de março de 2015.

MARCELO CHIAVAGATTI FRANCISQUELLI

Secretário Mun. de Administração

LEI Nº 3609 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Projeto de Lei nº 006/2015, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Dispõe sobre complementação de vagas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS,** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade do serviço, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, e em regime de urgência, o seguinte pessoal, que fica, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, inclusive para preenchimento de função específica na educação básica, visando compor o quadro da Secretaria Municipal de Educação:

I - 20 (vinte) Apoio Administrativo Educacional

Art. 2º - O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31.12.2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 05.001.12.361.0007.2027- Manutenção das Atividades Secretaria Educação. - 339011 – Venc. Vantagens Fixas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos contados a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de março de 2015.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2015

Aviso de Licitação *Pregão Presencial nº. 015/2015*

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que se encontra aberta Licitação modalidade Pregão Presencial nº 015/2015, regida pela Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94, Lei 10520/2002, no Tipo **"Menor por item",** com o objetivo de contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais Farmacológicos para atender a Secretaria de Saúde. Os envelopes contendo a de Proposta de Preços e Habilitação deverão ser entregues às 08:00 h do dia 22de abril de 2015, no Paço Municipal no endereço acima citado e pelo telefone: 066-3592-3200 ou site: www.brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte - MT, 30 de Março de 2015.

Donizete Alves de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O Prefeito Municipal de Brasnorte-MT, resolve baseado no Artigo 22, parágrafo 7º da Lei Federal 8.666/93 DESERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015, tendo com objeto **o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Consumo para manutenção da rede de água e esgoto do nosso Município.**

.

Brasnorte (MT), 31 de Março de 2015.

_____

Eudes Tarciso de Aguiar

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO Nº. 024/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AUTOMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE E A EMPRESA TOYOTA DO BRASIL LTDA.

O **MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Curitiba, nº. 1.080, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.375.138/0001-38, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **EUDES TARCISO DE AGUIAR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Curitiba nº. 689, Centro, nesta cidade de Brasnorte-MT, portador do RG n.º 0728287-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 832.116.401-34, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a Empresa TOYOTA DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 59.104.760/0001-91, com sede na Avenida Piraporinha, nº 1.111, Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo-SP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 055/2010, e ainda de conformidade com a documentação constante no Edital Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE (Proc. Adm. n.º 1005/2014), conforme autorização para adesão a Ata de Registro de Preços nº 04/2015, emanada pela Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de 04 (quatro) unidades de automóvel, cujas especificações técnicas são aquelas da proposta formulada pela CONTRATADA e que integram, para todos os efeitos, o presente CONTRATO.

1.2. O fornecimento obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados:

a) Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE e seus anexos e documentos que acompanham a licitação;

b) Proposta de Preços da Contratada;

c) Processo Administrativo de Contratação n.º 1005/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá vigência pelo período de: 31/03/2015 a 16/03/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A CONTRATANTE, além de cumprir com o estipulado no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE obriga-se a:

a) efetuar o pagamento de acordo com o pactuado;

b) acompanhar, avaliar e fiscalizar a realização do objeto deste contrato;

c) comunicar à contratada as ocorrências para que efetue medidas corretivas;

d) prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à realização do objeto deste contrato;

e) liberar o local para o fornecimento, quando for o caso;

f) informar à contratada os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

g) notificar à contratada dos recebimentos provisório e definitivo, com o atesto na nota fiscal, após a respectiva vistoria e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

h) proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para a boa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA, de acordo com o disposto no Anexo I – Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2014 obriga-se a:

a) fornecer o bem cotado rigorosamente de acordo com as especificações e condições apresentadas na proposta comercial;

b) Fornecer o bem novo e de primeiro uso, manual de uso e garantia;

c) responsabilizar-se por quaisquer despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o bem;

d) responder solidariamente com o fabricante e o distribuidor pelos materiais fornecidos;

e) substituir o bem caso apresente defeito de fabricação conforme dispõe o Código de Defesa do Consumidor, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a partir da data de comunicação, via fax ou e-mail;

f) arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega do bem.

f1) os bens deverão ser entregues até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do envio da Ordem de Fornecimento (OF)/nota de empenho, sendo válida a comunicação enviada por e-mail ou fax, ou diretamente ao contratado;

g) a manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação no edital do Pregão (eletrônico) N.º 62/2014-JFPE.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O fornecimento deverá ser realizado de acordo com as especificações previstas no edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE, na proposta da CONTRATADA e no Processo Administrativo de contratação.

5.2. Os materiais fornecidos serão recebidos:

a) Provisoriamente - para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes na proposta, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do fornecimento;

b) Definitivamente - mediante atesto da nota fiscal, em conjunto com o recibo de que trata o art. 73, §1º, in fine, da Lei n.º 8.666/93, até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

5.3. A liquidação do fornecimento será feira mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o recebimento definitivo.

5.4. Ocorrendo o fornecimento fora das especificações e/ou condições predeterminadas, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS

6.1. O preço total contratado é de R$ 464.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), assim distribuído:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Camioneta – Veículo tipo picape, marca Toyota modelo Hilux Cabine Dupla 4x4 Diesel Standard Pack, 4 portas, 5 passageiros incluindo o motorista, caçamba com ganchos internos, protetor de caçamba, capota marítima, tração 4X4, transmissão manual mínimo de 5 velocidades, freios ABS nas quatro rodas. Air bag duplo, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos dianteiros e traseiros, travas elétricas das portas com acionamento à distância e controle na chave, rádio com CD player/MP3 e conexões USB, alto-falantes e antena externa, película de segurança, motor turbo intercooler 3.0 L, potência 171 cv, capacidade do tanque de 80L, combustível diesel, - Emplacado com seguro obrigatório quitado no exercício em curso. Ano/Modelo: 2015/2015, cor branca, com sensor, proteção com equipamento Santo Antonio, estribos laterais.	04	116.000,00	464.000,00
VALOR TOTAL: 464.000,00				

6.2. Incluem-se no preço do objeto do presente contrato todas aquelas, sem exceção, capazes de dar condições para a realização integral das exigências e condições estipuladas no Anexo I do edital do Pregão ELETRÔNICO N.º 62/2014-JFPE, na proposta da contratada, bem como a assistência técnica, quando for o caso, durante o prazo de garantia, despesas com fretes, instalação, testes, tributos e outras diversas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o 5.º (quinto) dia útil seguinte ao atesto previsto no subitem 5.2 da Cláusula Quinta, em parcela única.

7.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100) ; I = (6/100); I = 0,00016438

365 365

7.3. A CONTRATANTE não efetivará o pagamento se no ato do recebimento forem verificados defeitos nos produtos, ou se os mesmos estiverem em desacordo com as especificações ou demais características do Termo de Referência e da proposta, o que será justificado por escrito.

7.4. Se a nota fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.

7.5. Caberá à CONTRATADA, a cada pagamento, o encargo e apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto ao FGTS;

b) Prova de regularidade com a Seguridade Social;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, abrangendo a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

e) demais documentos previstos no Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas para fazerem face ao pagamento do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

02. Gabinete do Prefeito Municipal

02.001. Gabinete do Prefeito Municipal

02.001.04.122.0002.1.141.4.4.90.52.00.00. Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 10 – Recursos Livres – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

04. Secretaria Municipal de Infraestrutura

04.004. Estradas Vicinais

04.004.26.782.0022.1.068.4.4.90.52.00.00. Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 10 – Recursos Livres – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

05. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

05.006. Salário Educação

05.006.12.361.0006.1.273.4.4.90.52.00.00. Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 56 – FNDE – Salário Educação

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

9.1. Na hipótese de se verificar descumprimento de obrigações durante a execução do contrato, ficará a CONTRATADA sujeita, garantida a prévia e ampla defesa em regular processo administrativo, a ser conduzido pela CONTRATANTE, às sanções descritas no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2014-JFPE, a saber:

a) Advertência nos seguintes casos:

a.1) atraso de até 05 (cinco) dias no fornecimento do(s) item(ns), ou na sua substituição quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do prazo previsto;

a.2) por qualquer falha no desempenho do produto objeto do item fornecido, quando se tratar de reincidência;

b) multa moratória:

b.1) de 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do(s) item(s) contratado(s), incidente a partir do 6º (sexto) dia de atraso no fornecimento do(s) item(ns), ou na sua substituição, total ou parcial, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado;

b.2) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do(s) item(ns) contratado(s) não fornecido(s) por atraso no seu fornecimento, ou na sua substituição, total ou parcial, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, contado a partir do 16º (décimo sexto) dia subsequente ao término do prazo previsto e até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

c) multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do(s) item(ns) contratado(s), após ultrapassado o 30º (trigésimo) dia de atraso no fornecimento do(s) item(ns), ou na sua substituição, total ou parcial, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, ensejando, se couber, a anulação do empenho, a rescisão do contrato e o cancelamento da ata de registro de preços.

9.2. Para a mesma infração, a sanção de multa absorve a sanção de advertência, e a multa compensatória absorve a multa moratória.

9.3. O atraso a que alude à alínea “c” do item 9.1 reputar-se-á, conforme o caso, como retardamento da execução do objeto contratado ou negativa de manutenção da proposta, enquadradas entre as infrações passíveis das sanções previstas no item 9.4.

9.4. O contratado será suspenso de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sendo descredenciado do SICAF por período igual ao da sanção, quando ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo da multa e das cominações legais.

9.5. A multa será deduzida do valor do pagamento, salvo se o mesmo já houver sido efetuado, quando, nesse caso, será cobrada pela via administrativa, a ser quitada no prazo de 05 (cinco) dias úteis e, não surtindo resultado, convertida em suspensão de contratação e de participação de licitações no âmbito da Prefeitura Municipal de Brasnorte - MT pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.6. Todas as penalidades serão registradas no Sistema Nacional de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

9.7. Para fins de dosagem da sanção, serão avaliados a gravidade da infração e os antecedentes do fornecedor no âmbito da Administração Pública Federal.

9.8. Assegurar-se-á ao contratado o pagamento pelos fornecimentos já efetuados, devidamente apurados, deduzidas as multas aplicadas.

9.9. As penalidades serão aplicadas ao contratado durante a vigência do contrato de fornecimento, reputando-se extinto o contrato com o ateste da nota fiscal, ressalvadas as obrigações relativas à garantia dos bens.

9.9.1. Considera-se aplicada a penalidade:

a) tratando-se de advertência ou multa, após a intimação da penalidade;

b) tratando-se de suspensão de licitar e contratar com a União, a partir da data da publicação da sanção no Diário Eletrônico pela Prefeitura Municipal de Brasnorte - MT.

9.10. **Cada órgão será responsável por todos os atos referentes ao processo de apuração da falta por parte dos fornecedores, devendo ao final comunicar ao órgão gestor, quando for o caso.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto deste Contrato, nos termos do art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93 e, no caso de supressões superiores a 25%, mediante acordo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. O presente Contrato será divulgado no Diário oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os empregados da CONTRATADA não mantêm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo aquela responsável pelo pagamento e/ou recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas, previdenciários e outros, que existam ou venham a ser criados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Aplicam-se aos casos omissos os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir questões oriundas do presente contrato será competente o foro da Comarca de Brasnorte -MT.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Brasnorte-MT, 31 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

CNPJ: 01.375.138/0001-38

Prefeito EUDES TARCISO DE AGUIAR

CONTRATANTE

TOYOTA DO BRASIL LTDA

CNPJ: 59.104.760/0001-91

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ NOME:_____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA DE BRASNORTE
PORTARIA Nº 127/2015

Portaria nº 127/2015

O Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, Considerando a Lei 059/2014, artigo 85 de 05 de Dezembro de 2014,

Resolve

ARTIGO 1º -

Retificar a Portaria 050/2015, onde houve o reenquadramento dos Professores com 20 horas para 30 horas semanais, onde consta Lara Back, Matrícula 781, não procede, pois o cargo da servidora é de Técnico Administrativo Educacional.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos Vinte e um dias do mês de Janeiro do Ano de Dois Mil e Quinze.

Publique-se, Registre-se e Comunique-se

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito de Brasnorte

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO N.º 023/2015

CONTRATADA: LIDER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

OBJETO: Prestação de Serviço de Construção e Elaboração de um Projeto Elétrico de um Trafo de 150kva, para atender a Escola de Educação Infantil Renascer.

VALOR: R$ 6.475,00

VIGÊNCIA: 30/06/2015

DATA: 30/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2015

CONTRATADA: BP IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga prazo de vigência e valordevido à necessidade do LOCATÁRIO em continuar a utilizar o imóvel locado.

VALOR: R$ 1.600,00

VIGÊNCIA: 31/05/2015

DATA: 31/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 048/2013

CONTRATADA: CARLITO OLIVEIRA SANTOS – ME.

OBJETO: Prorroga prazo de vigência e valorem razão da necessidade de continuarmos atendendo a esta municipalidade.

VALOR: R$ 8.580,00

VIGÊNCIA: 30/06/2015

DATA: 31/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº. 001/2014

OSCIP: INSTITUTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS/ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

OBJETO: Prorroga a vigência do Termo de Parceria Primitivo.

VALOR: R$ 654.000,00

VIGÊNCIA: 30/06/2015

DATA: 31/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
PORTARIA Nº 122/2015

Portaria nº 122/2015

O Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, Prefeito do Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º -Nomear os membros abaixo relacionados para cumprirem o mandato da Comissão de Transporte Escolar, biênio 2015/2017, de acordo com o disposto no Art. 6º da Instrução Normativa nº 015/GS/SEDUC/2012 de 26/10/2012:

Rosmarie Lemes Poletto - CPF 709.067.779-68 – Representante do Conselho Municipal de Educação. Thayamara Cristina Ritzel – CPF 021.025.091-76 – Representante do Conselho Municipal de Educação. Reginaldo Oliveira Dias – CPF 456.650.011-04 – Representante do Poder Executivo. Anderson Baldini Rodrigues – CPF 966.266.581-15 – Representante do Poder Executivo. Ines Pazdiora – CPF 481.139.050-49 – Assessora Pedagógica da SEDUC. Ângela Morandini – CPF 951.208.901-72 – Representante dos professores da rede Estadual. Marilise Bernardi Rossi – CPF 602.922.539-15 – Representante dos professores da rede Estadual. Maria de Carmen Knapp – CPF 622.094.181-00 – Representante dos professores da rede Municipal. Eva Sebastiana Santana – CPF 270.269.061-00 – Representante dos professores da rede Municipal. Alana Vagner Vieira – CPF 068.756.321-60 – Representante de alunos. José Rivaldo Junior – CPF 060.495.621-56 – Representante de alunos. Valmir Balena – CPF 733.770.079-20 – Representante de pais. Claudete Vilhaba Prestes – CPF 030.278.281-85 – Representante de pais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, Vinte dias do mês de Março de Dois Mil e Quinze.

Publique-se, Registre-se e Comunique-se.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito de Brasnorte

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.457 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 2.457 DE 31 DE MARÇO DE 2015

Decreta Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a celebração da Semana Santa encontra seu ápice no Tríduo Pascal, que compreende a Quinta-Feira Santa, a Sexta-Feira da Paixão e Morte do Senhor e a solene Vigília Pascal, no sábado à noite;

Considerando a vultosa população prosélita a celebração da Semana Santa no Município de Campinápolis;

Considerando que o dia 03 de abril – Sexta - Feira Santa – é feriado nacional;

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública Municipal o dia 02 de abril de 2015.

Art.2º - Ficam excluídos do presente Decreto os Plantões de Caráter Essencial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -

Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 31 de Março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 005 ao Contrato de Prestação de Serviço nº **018/2014**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do ParecisX CPOL Consultoria e Projetos de Obras Ltda - EPP

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Da Vigência, do Contrato.

Prazo: 60 dias

Data: 24/03/2015

Procedimento Licitatório: Concorrência n° 03/2014

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 161, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto na Portaria nº 013/2015,

Considerando o disposto na Portaria nº 143, de 23 de março de 2015, que determina o cancelamento da Sindicância Administrativa nº 001/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 003, lavrada em 30 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DETERMINAR, a partir desta data, a instauração da SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº. 002/2015, tendo como fato gerador apurar a denúncia efetuada pelo Senhor Itacir Carpenedo, paciente portador de doença renal crônica, dependente de hemodiálise, onde notifica o Município quanto ao excesso de velocidade adotado pelos motoristas condutores dos veículos que fazem o transporte dos usuários para o município de Tangará da Serra que oferece o tratamento de hemodiálise, conforme solicitação de abertura de procedimento administrativo rezado nos Memorandos nºs 446 e 1067, provenientes da Secretaria Municipal de Saúde, contendo anexos oriundos do Escritório Carpenedo Sampaio Advogados e Boletim de Ocorrência nº 2014.29787, lavrado na Polícia Judiciária Civil - Delegacia de Polícia de Campo Novo do Parecis, bem como o cancelamento da Sindicância Administrativa nº 001/2015, gravada na Portaria nº 143, de 23 de março de 2015, publicada no Jornal Eletrônico dos Município do Estado de Mato Grosso, Ano X, nº 2192, de 25 de março de 2015, página 47, todos em anexo.

2.DESIGNAR uma Comissão composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a) Presidente: Juliana Andrade Anunciato, matrícula nº 587, CPF nº. 869. 711.231-15;

b) Membro: Elisangela Borges de Freitas Forestieri, matrícula funcional nº 2228, CPF nº 016.918.229-06;

c) Membro: Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula funcional nº. 836, CPF nº. 832.824.833-68.

3.A Comissão terá o prazo de trinta (30) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo.

4.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 165, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto da Lei Municipal nº. 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal,

Considerando a Portaria nº 148, de 23 de março de 2015, que abstrai a servidora Sara Castelli da Comissão de Processo Administrativo nº 002/2015, instituído pela Portaria nº 068/2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DESIGNAR, a partir desta data, o servidor WILIAN RICARDO PICCIRILLI, matrícula funcional nº 2239, CPF nº 375.899.098-07, para compor a Comissão a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015, com fins de apurar responsabilidades da empresa ENGENHO – PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n° 15.522.431/0001-95, estabelecida na rua José Corsino n° 1.324-W, bairro Jardim do Lago, CEP: 78.300-000, na cidade de Tangará da Serra – MT, quanto ao não cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 037/2014, oriundo do processo licitatório modalidade Tomada de Preço n° 007/2014, tendo por objeto a Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos para instalação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) que serão edificadas nos bairros Alvorada, Olenka e Nossa Senhora Aparecida, sendo que a referida empresa condicionou a assinatura e encaminhamento do contrato, bem como a entrega dos projetos licitados à readequação dos preços.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº **008/2015**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do ParecisX NORTEC Consultoria Eng. e Saneamento Ltda

Objeto: retificar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Valor e da Forma de Pagamento, do Contrato.

Data: 30/03/2015

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 09/2015

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2015 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido **implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

Cargo - Agente Operacional – Especialidade - Motorista de Veículos Pesados

INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)	COLOCAÇÃO
0000000855	CLEBER MACHADO SANTOS	12

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos (as) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 164, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,*Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto na Portaria nº 013/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 003, lavrada em 30 de março de 2015,

Considerando a Portaria nº 148, de 23 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DESIGNAR, a partir desta data, o servidor GERALDO BASTOS RIBEIRO, matrícula funcional nº 836, CPF nº 832.824.833-68, para compor a Comissão de PROCESSO ADMINIST**RATIVO DISCIPLINAR Nº. 003/2015,** tendo como fato gerador a apuração de responsabilidades do servidor Sergio da Silva Lima, matrícula funcional 1575, cargo Agente Administrativo, especialidade Recepcionista, lotado na Secretaria de Infraestrutura, por ter supostamente abandonado o local de trabalho na Estação de Tratamento de Água, ocasionando prejuízos no abastecimento de água à população do centro da cidade, sendo que a situação de abandono foi constatada pelos servidores Mauro Savio Fischer e Antonio Rosa Martins que estiveram no local para verificação dos fatos e encontraram as bombas desligadas, conforme relatado no Memorando nº 002/2015/SINFRA, datado de 05 de janeiro de 2015, constando o mesmo de Recomendação Jurídica.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

DA FINALIDADE: Dispensa de Licitação para celebração de contrato para prestação de serviços de entrega de carnês de IPTU e Notificações Extrajudiciais dos débitos inscritos na divida ativa do Departamento de Tributação e Fiscalização

DO OBJETO: Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para prestação de serviços de entrega de 8.440 Carnês de IPTU e 1. 000 Notificações Extrajudiciais dos débitos inscritos na divida ativa do departamento do Departamento de Tributação e Fiscalização

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DO CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa publica, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.028.316/0016-90, com sede na Praça da Republica, nº 101, centro, Cuiabá – Mato Grosso.

DA JUSTIFICATIVA

: Contratação de empresa para serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei

DA QUANTIDADE A SER ENTREGUE: 8.440 Carnês de IPTU e 1.000 Notificações Extrajudiciais

VALOR: R$ 45.123,20 (Quarenta e cinco mil cento e vinte e três reais e vinte centavos)

FORMA DE PAGAMENTO: Será pago ao contratado o valor de R$ 4,78 (quatro reais e setenta e centavos) por carnê e R$ 4,78 (quatro reais e setenta e centavos) por notificação efetivamente entregue.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.002.04.129.0017.2026.3.3.30.39.00.00

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, VIII da Lei n.º8.666/93 e suas alterações.

Campo Novo do Parecis, 30 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão de Licitação.

RATIFICO nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 a Dispensa de Licitação, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Mauro Valter Berft

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 162, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto na Portaria nº 013/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 003, lavrada em 30 de março de 2015,

Considerando a Portaria nº 148, de 23 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DESIGNAR, a partir desta data, o servidor WILIAN RICARDO PICCIRILLI, matrícula funcional nº 2239, CPF nº 375.899.098-07, para compor a Comissão de PROCESSO ADMINIST**RATIVO DISCIPLINAR Nº. 001/2015,** tendo como fato gerador o abalroamento de veículo público, qual seja, veículo marca/espécie Renault Masteramb, placa NUA 9714 CNP-MT, cor branca, ano/mod 2010/2010, chassi 93YADCUH6AJ451808, código de frota SAMU 185, código patrimonial 21942, tendo como condutor o servidor Uelinton Gonçalves Machado, matrícula funcional, cargo Agente Operacional, especialidade Motorista de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatos no Memorando nº 1328/Deptº SMS, datado de 16 de dezembro de 2014, e documentos anexos, sendo estes Boletim de Ocorrência Policial – Acidente de Trânsito 1001/2014, proveniente da Policia Militar do Estado de Mato Grosso-CR VII – Médio Norte – CPA Tangará da Serra/Cia PM de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2015

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo, deverá comparecer no prazo de *03 (três) dias,* a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2014.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: AGENTE EDUCACIONAL – DISTRITO ITAMARATY NORTE – 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	Candidato
6º	LUCIELI PINTO

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 167, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando a Portaria nº 065 de 9 de fevereiro de 2015,

Considerando a solicitação do Ofício nº 014/2015 – C.P.A. Nº 002/2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.PRORROGAR, por igual período, o prazo de vigência do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2015, instaurado através da Portaria nº 065, de 9 de fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.130/2006.

2. O período da nova vigência tem seu início em 10 de abril de 2015 e término em 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº **047/2014**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X A. Modesto de Oliveira - EPP

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Vigência, do Contrato.

Data: 23/03/2015

Procedimento Licitatório:

Tomada de Preço n° 015/2014

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 166, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando a Portaria nº 063 de 9 de fevereiro de 2015,

Considerando a solicitação do Ofício nº 009/2015 – C.P.A. Nº 002/2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.PRORROGAR, por igual período, o prazo de vigência do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015, instaurado através da Portaria nº 063, de 9 de fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1.130/2006.

2. O período da nova vigência tem seu início em 10 de abril de 2015 e término em 09 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
***PORTARIA Nº 146, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 168, de 17 de março de 2015,

Considerando a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1.NOMEAR,os membros que comporão o **Fórum Municipal de Educação do Município de Campo Novo do Parecis**,

I – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis:

Jerusa Pinto Pinheiro – CPF: 015.057.627-74;Maria Edilene Mateus Nascimento – CPF: 886.467.853-00.

II – Representante do Conselho Municipal de Educação:

César Augusto Guedes – CPF: 582.025.280-20.

III – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Claudiomiro Bottin – CPF: 787.551.079-15. IV – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:Viviane Alves Fernandes Dias Petry – CPF: 861.880.621-72;Lenir Regina da Silva Jacobi – CPF: 002.146.281-08.

V – Representantes da Câmara Municipal:

Clóvis Antonio de Paula – CPF: 535.192.211-87;Leandro Martins dos Santos – CPF: 919.087.280-00.

VI – Representantes da Assessoria Pedagógica:

Hedi Helma Bencke – CPF: 581.155.369-20;Heloísa Helena Alves Rozette – CPF: 530.778.651-49.

VII – Representante dos Conselhos Municipais de Campo Novo do Parecis:

Vera Lúcia de Freitas Silva – CPF: 395.128.196-00.

VIII – Representantes das Escolas Indígenas:

Miriam Kazaizokairo – CPF: 481.932.241-91;Rony Walter Azoinayce Paresi – CPF: 789.043.741-20;Valdirene Avelino Zakenaezokero – CPF: 910.808.511-00.

IX – Representantes da Escola Especial Bem-Me-Quer – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Eliane Rute Callegari da Silva – CPF: 886.087.439-49;Eder Leandro de Paula – CPF: 036.574.909-57.

X – Representantes do Instituto Luterano de Educação do Parecis - ILEP:

Maysa Barbosa de Freitas – CPF: 007.350.761-03;Janety Odeli Semmi – CPF: 984.402.331-91.

XI – Representantes da Escola Municipal 04 de Julho:

Léia Maria Réa Nedel – CPF: 304.069.781-15;Darli Seibert Ventura – CPF: 308.688.820-20;Cleidiane Delazeri – CPF: 911.731.911-00;Rosana Segalotto – CPF: 512.527.240-04.

XII – Representantes da Escola Municipal Jardim das Palmeiras:

Tamires Cristina Fiuza Velho – CPF: 015.860.121-18;Fernanda Santos Melo da Silva – CPF: 019.194.895-09.

XIII – Representantes da Escola Municipal Professor Antonio Pereira:

Marinês Zaminhan – CPF: 477.399.089-91;Maria Celi Cella – CPF: 611.060.979-04;Inez de Ávila Del Barco – CPF: 581.803.701-00.

XIV – Representantes da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida:

Rosimar da Silva – CPF: 468.749.251-72;Aline Orso Funke – CPF: 717.903.221-20.

XV – Representantes da Escola Municipal Nivaldo Alves da Costa:

Ervino Jacobi – CPF: 467.372.789-49;Maria Derci Teixeira dos Santos – CPF: 461.032.441-53;Elisabete Vicente de Oliveira – CPF: 005.935.711-85.

XVI – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati Norte:

Divanir Terezinha Tillwitz – CPF: 962.152.241-20;Aparecida Gorétima Vieira – CPF: 407.353.891-87.

XVII – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Hestha Beata Kettener Heidemann:

Maria Aparecida Assunção – CPF: 277.429.461-49;Gessi Terezinha Minozzo – CPF: 762.160.631-20;Roberta Cristina Freitas Silva – CPF: 065.385.826-48;Arlan Soares Rondon – CPF: 712.273.162-49.

XVIII – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Armando Jacinto Brólio:

Jane da Silveira – CPF: 638.483.090-68;Agustinha Aurora Freitas Maciel da Silva – CPF: 780.133.721-20.XIX – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte:Delmira Maria Neta – CPF: 420.240.721-00;Elsa Vareiro – CPF: 595.183.591-72;Maria de Fátima Pereira – CPF: 834.560.661-04;Lucinéia Rodrigues da Costa – CPF: 002.000.821-08.

XX – Representantes da Escola Municipal de Educação Infantil Jordana Araujo da Silva:

Maria de Lourdes Lima Fay – CPF: 313.030.801-68;Geni Ivete Hegele – CPF: 668.157.709-15;Nedite Regina Dalavia Lopes – CPF: 538.061.581-34.

XXI – Representante da Federação dos Sindicatos:

Nedilson Maciel dos Santos – CPF: 825.035.401-04.

XXII – Representantes da Escola Estadual do Parecis:

Rosangela Kempf da Silva – CPF: 513.112.089-68;Diuceia Rosa Ribeiro – CPF: 621.650.461-49.

XXIII – Representantes da Escola Estadual Marechal Cândido Rondon:

Giovani Correa dos Santos – CPF: 003.940.325-43;Fernanda Rauber Anschau – CPF: 947.647.431-91.

XXIV – Representantes da Escola Estadual Padre Arlindo Ignácio de Oliveira:

Lilhamar Cristina Ferreira Coelho – CPF: 820.170.931-49;Karina Aparecida Justino – CPF: 024.845.071-94;Andreia Paula Justino Campos – CPF: 019.270.151-70.

XV – Representantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMT – Campus Parecis:

Tânia Maria Alves de Abreu Gimenes – CPF: 914.092.841-15;Kesley Gomes Pedroso – CPF: 007.224.751-79;Rosani Nonenmacher – CPF: 415.859.761-72.

XXVI – Representantes do Centro de Ensino Integrado do Parecis - CEIP:

Kátia Prado – CPF: 367.024.711-49;Katiuscia Ferreira Vargas – CPF: 692.996.501-44.

XXVII – Representantes do Conselho Tutelar:

Angélica Bortolussi dos Santos – CPF: 824.590.101-68;Stella Marys Silveira – CPF: 535.207.931-72.

XXVIII – Representantes da Escola Estadual Argeu Augusto de Moraes:

Adriana Aparecida Barbosa Altes – CPF: 629.901.609-49;Zulma Marcela dos Santos Batista Gouveia – CPF: 013.410.781-08.

XXIX – Representantes da Escola Estadual União da Chapada:

Fabiana Rodrigues Batista – CPF: 998.144.711-00.

XXX – Representantes da Escola Estadual Madre Tarcila:

Maria do Socorro Carlos de Sousa Sena – CPF: 629.819.981-49;Valdenice Alves Batista – CPF: 851.224.081-49.

XXXI – Representantes do Conselho Municipal dos Pastores:

Marleide Araújo de Brito – CPF: 860.699.421-91;Sirineu Panini Prates – CPF: 964.751.881-15.

XXXII – Representantes da Igreja Católica – Paróquia São Cristóvão:

Marceli Fátima Escher – CPF: 027.598.439-71; Jorge Clemente Schiavo – CPF: 358.085.000-87.

XXXIII – Representantes da UNOPAR:

Maria Ivonete de Santana – CPF: 513.838.451-15;Marileusa Pereira – CPF: 708.498.031-85.

XXXIV – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

Anderson Elias Siebert – CPF: 782.913.481-20.

3. DESIGNAR os membros representantes da 1ª. Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação que irão participar do Fórum:

Ana Paula Fedrigo - CPF: 966.833.411-68;

Andréa Cristina Branco - CPF: 749.079.649-00;

Ângela Maria de Castro - CPF: 781.938.779-34;

Aparecida Ribeiro dos Santos Berto - CPF: 407.694.881.53;

Clarice Inês Weber - CPF: 854.865.231-49;

Clébio da Fonte Pinheiro - CPF: 213.574.397-68;

Dionardo Mendes da Conceição - CPF: 789.043.741-20;

Elaine Alves de Carvalho - CPF: 537.761.941-20;

Fábio Valente - CPF: 213.600.328-35;

Fernanda Casagrande - CPF: 000.033.981-45

Jacob Ignácio Sznitowski - CPF: 535.197.601-34;

Jane Eire Pereira Castro - CPF: 406.140.001-06;

Lorena Salete Horn - CPF: 798.294.301-20;

Luiz Alberto Gehl - CPF: 629.471.610.72;

Luiza Cristina Lopes - CPF: 460.287.731-15;

Lurdes Joner Enzweiler - CPF: 423.345.789-91;

Marcelo Perini - CPF: 838.942.171-20;

Marisa Rodrigues Batista - CPF: 464.761.480-87;

Merci Hilda Scharnberg Pydd – CPF: 787.157.099-49;

Moacir Batista da Graça - CPF: 073.949.748-04;

Paulo Renato Godoi - CPF: 015.439.441-67;

Rildo Francisco Tomazelli - CPF: 406.221.421-00;

Ronaldo Kezomaiake - CPF: 883.493.901-82;

Salete Sá da Rocha - CPF: 446.898.021-49;

Sandra Josefina Paim Teixeira - CPF: 452.040.989-68;

Silvana do Carmo Gomes- CPF: 828.474.281-00;

Tânia Maria Baggio Maria - CPF: 020.233.289-69;

Tereza Maria dos Santos Silva - CPF: 326.906.902-25;

Vanderlei César Guollo – CPF: 572.085.731-15;

Vânia Cavalheiro Moraes Ranzi – CPF: 368.202.961.34;

Vera Cristina de Quados – CPF: 598.903.470-91;

Zélia Silva Alves Pedrotti – CPF: 440.954.301-68.

4.Constituem objetivos fundamentais do Fórum Municipal de Educação:

I - colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

II - contribuir junto com as organizações governamentais e não governamentais para a implantação e implementação de políticas para a Educação Básica e Superior em âmbito Municipal;

III - articular para que os sistemas públicos garantam o acesso das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas instituições de Educação Básica e Superior;

IV - acompanhar o cumprimento da legislação específica, colaborando na sua implementação;

V - articular debates para obtenção de indicativos sobre a realidade de atendimento, visando à proposição da política de Educação Básica e Superior;

VI - incentivar e divulgar estudos e pesquisas relacionados à Educação Básica e Superior;

VII - apoiar a obtenção de fontes de recursos financeiros para a Educação Básica e Superior;

VIII - organizar encontros sistemáticos para a troca de experiências entre setores envolvidos com a Educação, visando o estabelecimento das ações;

IX - divulgar informações relativas às políticas, regulamentações e funcionamento das instituições de Educação Básica e Superior;

X - articular-se aos demais Fóruns de Educação Básica e Superior;

XI - incentivar a implementação de projetos de formação de profissionais da Educação Básica e Superior;

XII - estabelecer a implementação de propostas pedagógicas de qualidade nas instituições públicas e privadas.

5. A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, as equipes Gestoras das Escolas e os Professores responsáveis por Escola, da Rede Pública Municipal de Ensino serão participantes permanentes do Fórum Municipal de Educação.

6.O Fórum Municipal de Educação terá vigência de 10 (dez) anos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

*Republicado para correção.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 163, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, *Considerando* o disposto no art. 200 e 272 da Lei Municipal nº. 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.433/2011,

Considerando o disposto na Portaria nº 013/2015,

Considerando o disposto na Ata nº 003, lavrada em 30 de março de 2015,

Considerando a Portaria nº 148, de 23 de março de 2015,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1.DESIGNAR, a partir desta data, a servidora JULIANA ANDRADE ANUNCIATO, matrícula funcional nº 587, CPF nº 869.711.231-15, para compor a Comissão de PROCESSO ADMINIST**RATIVO DISCIPLINAR Nº. 002/2015,** tendo como fato gerador a colisão de máquina pública, qual seja, marca/espécie Motoniveladora Caterpillar 120K, placa NI, cor amarela, ano/mod 2014/2014, chassi NI, código de frota MN 218, código patrimonial 27690, tendo como condutor o servidor Vilson Borchardt, matrícula funcional 223, cargo Agente Infraestrutura, especialidade Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme relatos no Memorando nº 888/2014/SINFRA, datado de 17 de dezembro de 2014, e documentos anexos, sendo estes Boletim de Ocorrência Policial – Acidente de Transito 1020/2014, proveniente da Policia Militar do Estado de Mato Grosso-CR VII – Médio Norte – CPA Tangará da Serra/Cia PM de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 030/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL**, na modalidade pregão (presencial) n° 030/2015, a se realizar no dia **22 de março de 2015 às 14h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 31 de março de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017

O Senhor **FÁBIO SCHROETER**, Prefeito do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, por meio da sua **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO** nomeada pela Portaria nº 596/2014 de 09 de Dezembro de 2014, com base no que estabelece o item 18.6 do Edital de Abertura do Concurso Público Nº 001/2015, torna público o que segue: 1. RESULTADO FINAL PARA CARGOS COM 2ª FASE, conforme ANEXO I, deste Edital Complementar; 2. RESULTADO FINAL PARA CARGOS COM 2ª FASE PARA CANDIDATOS PNE, conforme ANEXO II, deste Edital Complementar; 3. RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR PÓS-CURSOS E AVALIAÇÕES DA APRENDIZAGEM PARA CARGOS COM 2ª FASE, conforme ANEXO III, deste Edital Complementar;

A integra deste Edital Complementar bem como seus anexos poderão ser consultados no Site oficial da Prefeitura de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br, no mural oficial da Prefeitura de Campo Verde e site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso. Campo Verde/MT, 31 de Março de 2015. *FÁBIO SCHROETER* - Prefeito do Município de Campo Verde/MT**, JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO -** Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO N.° 030/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO DO LOTEAMENTO DENOMINADO "RESIDENCIAL GREEN VILLE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na legislação pertinente a matéria e em especial a Lei Complementar Municipal n. 022/2010 e Plano Diretor Municipal,

CONSIDERANDO que o parcelamento contém as características de um loteamento com os requisitos da Lei nº 6.766/79 e da Lei Complementar Municipal n°. 022/2010, tais como, a divisão em lotes; a destinação dos lotes, a abertura de logradouros públicos, reserva legal;

CONSIDERANDO que todas as unidades possuem sua frente para um logradouro público, e suas dimensões estão em conformidade com a legislação municipal em vigor, e que, o sistema viário existente, quais sejam, conjunto de vias e respectivas conexões, acessos e travessias, destinados

à circulação de pessoas e veículos, foram devidamente vistoriadas e reconhecidas pelo Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do loteador executar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em conformidade com as normas e critérios técnicos aprovados pela Concessionária de Serviços de Água e Saneamento de Campo Verde;

CONSIDERANDO ainda, que a gleba a ser loteada não se encontra em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações; não foi aterrada com material nocivo à saúde pública; as condições geológicas do terreno é própria para a edificação e, finalmente não está localizada em área de preservação ecológica e está dotada de condições sanitárias para sua aprovação;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do empreendedor de implantação do sistema viário devidamente asfaltado, sendo que as diretrizes que compõem o traçado urbano, fazendo parte do loteamento, deverão ser pavimentadas com CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, cabendo ao loteador realizar a manutenção da pavimentação por um período de 5 (cinco) anos, rede elétrica, iluminação pública, meio fios com sarjeta, escoamento de águas pluviais, arborização e sinalização vertical e horizontal de acordo com as normas do CONTRAN.

CONSIDERANDO finalmente, que o processo obedece todas as disposições contidas na Lei Federal n° 6.766, de 19/12/79, bem como a licença prévia fornecida junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o parecer favorável e Alvará de Licença n.º 102/2015, emitidos pelo Departamento de Obras da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o LOTEAMENTO URBANO com o nome fantasia de "RESIDENCIAL GREEN VILLE", de propriedade da RESIDENCIAL CAMPO VERDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 20.498.926/0001-66, localizada na Avenida Brasília, n° 671, Campo Verde, Mato Grosso, contando com 1.410 (mil quatrocentos e dez) lotes, com uma área total de 980.000,00m² (novecentos e oitenta mil metros quadrados), ficando assim distribuídos:

Áreas de Lotes	53,40%	523.306,99 m²;
Áreas Vias Públicas	26,41%	258.800,89 m²;
Áreas Verdes	10,00%	98.009,87 m2;
Áreas Públicas Municipais	10,19%	99.882,25 m² , devendo as unidades serem distribuídas conforme a planta apresentada e memorial descritivo anexo.

Parágrafo Único – O loteamento aprovado no caput deste artigo está localizado na Zona de expansão urbana do Município de Campo Verde, encontra-se localizada a margem da BR-070, Fazenda Morada do Sol, Campo Verde, Estado de Mato Grosso, com as seguintes coordenadas: seguintes coordenadas: partindo do M-164H2, de coordenadas UTM de 695.770,26 E – N = 8.278.403,89, localizado a 35,00m do eixo da BR 070 (Faixa de Domínio) e Parte Remanescente da Fazenda Morada do Sol Lote B, segue confrontando com a faixa de Domínio da BR 070 na distância de 644,53m e azimute de 200°25'47", até o M-9A1; deste segue confrontando com Parte Remanescente, na distancia de 1.291,54m e azimute de 290°25'47", até o M-174D1; deste segue confrontando com a Fazenda Morada do Sol Lote A e B, na distancia de 1.143,34m e azimute de 20°25'47", até o M-164F1; deste segue confrontando com a Rua 1.208 do Loteamento Belvedere, na distancia de 434,18 e azimute de 170°25'54". Até o M-164G; deste segue confrontando com a Rua Barra do Garças do Loteamento Belvedere, na distancia de 627,50m e azimute de 109°34'46". Até o M-164H; deste segue confrontando com Parte Remanescente do Lote B da Fazenda Morada do Sol, nas distancias e azimutes de 132,12m – 199°34'46", até o M-164H1; 445,07m – 110°25'47", até o M-164H2, ponto inicial desta descrição encerrando-se assim este perímetro, conforme Memorial Descrito.

Art. 2° - O Município poderá através do Setor de Fiscalização, realizar novos levantamentos topográficos, a fim de confirmar os levantamentos já realizados pelo proprietário do loteamento aprovado neste ato, e, caso seja constatado alguma diferença no parcelamento, deverá o loteador fazer a devida compensação, a fim de que sejam cumpridas as determinações da Lei Federal n° 6.766, de 19/12/79, sem prejuízo das sanções previstas na referida Lei.

Art. 3º - O proprietário loteador dará em garantia para a execução das obras de infra-estrutura no loteamento, 846 (oitocentos e quarenta e seis) lotes, o que representa 60% (sessenta por cento) do empreendimento, que serão liberados após a execução de cada etapa de serviços devidamente atestado pelo Departamento de Engenharia do Município:

QUADRA	LOTES	QUANTIDADE	INFRAESTRUTURA APROVADA
42	05 ao 17	13	Locação
42	22 ao 34	13	Locação
11	03 ao 19	17	Locação
10	01 ao 02	02	Locação
10	23 ao 37	15	Locação
28	22 ao 34	13	Locação
32	05 ao 34	30	Abertura de Logradouros
31	05 ao 34	30	Abertura de Logradouros
30	05 ao 34	30	Abertura de Logradouros
12	01 ao 19	19	Movimento de Terra
12	24 ao 38	15	Movimento de Terra
13	01 ao19	19	Movimento de Terra
13	24 ao 38	15	Movimento de Terra
14	01 ao 19	19	Movimento de Terra
14	24 ao 38	15	Movimento de Terra
23	05 ao 34	30	Colocação de Meio Fio e Linha de d água
29	05 ao 17	13	Posteamento
29	22 ao 34	13	Posteamento
07	01 ao 15	15	Posteamento
07	28 ao 38	11	Posteamento
03	01 ao 19	19	Posteamento
03	24 ao 38	15	Posteamento
09	01 ao 19	19	Iluminação Pública
09	24 ao 38	15	Iluminação Pública
08	01 ao19	19	Iluminação Pública
08	24 ao 38	15	Iluminação Pública
06	01 ao 15	15	Rede Elétrica
06	28 ao 38	11	Rede Elétrica
05	01 ao 15	15	Rede Elétrica
05	28 ao 38	11	Rede Elétrica
04	01 ao 19	19	Rede Elétrica
04	24 ao 38	15	Rede Elétrica
17	01 ao 17	17	Pavimentação de vias
18	03 ao 17	15	Pavimentação de vias
16	01 ao 19	19	Pavimentação de vias

16	24 ao 38	15	Pavimentação de vias
15	01 ao 19	19	Pavimentação de vias
15	24 ao 38	15	Pavimentação de vias
19	05 ao 34	30	Rede de Drenagem
20	05 ao 34	30	Rede de Drenagem
21	05 ao 34	30	Rede de Esgoto
22	05 ao 34	30	Rede de Esgoto
45	01 ao 06	06	Arborização
38	05 ao 11	07	Rede de Água
38	12 ao 18	07	Rede de Água
37	05 ao 11	07	Rede de Água
37	12 ao 18	07	Rede de Água
36	05 ao 11	07	Rede de Água
44	01 ao 15	15	Rede de Água
44	24 ao 34	11	Rede de Água
43	05 ao 16	12	Rede de Água
43	23 ao 34	12	Rede de Água
-	**Total**	**846**	-

Parágrafo Primeiro: Os lotes acima descritos perfazem 846(oitocentos e quarenta e seis) lotes residenciais/comerciais, correspondente a 60% (sessenta por cento) do número de unidades loteadas, que deverão ser caucionados em nome do Município de Campo Verde/MT, quando do registro do mesmo no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Campo Verde, tudo em conformidade com o inciso V, art. 18 da Lei Federal 6.766/79, às expensas do loteador.

Parágrafo Segundo: Os imóveis referidos nos Parágrafos Primeiro serão liberados, por etapa e por percentual, na medida em que as obras de infra-estrutura forem concluídas pelo Loteador e liberadas pela vistoria do Poder Executivo Municipal;

Parágrafo Terceiro: O correspondente a 50% (cinqüenta por cento) dos lotes caucionados em favor do Município de Campo Verde em garantia de construção das obras de infraestrutura do sistema de drenagem pemanecerão gravados como garantia até a conclusão da totalidade das obras de drenagem pluvial, e somente serão liberados após a avaliação e Aprovação Final da equipe técnica do Departamento de Engenharia do Município, na forma que consta do respectivo Termo de Caução.

Art. 4º - Os imóveis mencionados no art. 3º, dados em caução serão usados exclusivamente para a garantia da realização das obras de infra-estrutura, tais como, demarcação de lotes e quadras, sistema viário devidamente asfaltado, sendo que as diretrizes que compõem o traçado urbano, fazendo parte do loteamento, deverão ser pavimentadas com CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, cabendo ao loteador realizar a manutenção da pavimentação por um período de 5 (cinco) anos, rede elétrica, iluminação pública, meio fios com sarjeta, escoamento de águas pluviais, arborização e sinalização vertical e horizontal de acordo com as normas do CONTRAN, conforme consta do respectivo Termo de Caução.

Art. 5º - O loteador terá o prazo de 02 (dois) anos a partir do registro do referido loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Posse, podendo ser prorrogado por apenas uma vez, através de requerimento devidamente justificado e atestado pelo Departamento de Engenharia, para a realização das obras de infra-estrutura, caso contrário o Poder Público Municipal, poderá alienar os imóveis de que trata o artigo 3º, ou incorporá-los ao Patrimônio Municipal e realizar as obras ás suas expensas.

Art. 6º - Caso o valor atribuído aos lotes dado em caução na época da realização das obras de infra-estruturas, não satisfizer as despesas, ficam os loteadores obrigados a arcar com a diferença apurada.

Art. 7º - Encaminhe-se cópia a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Fazenda, para que o setor de Cadastro Imobiliário tome as providências legais, com o objetivo de lançamento dos tributos.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 31 dias do mês de março de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL

FÁBIO SCHROETER

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 009/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna público o resultado do PREGÃO Nº 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CASTER E CAMBAGEM DE PNEUS VISANDO ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT: a empresa TIAGO LANNER ME, CNPJ 11.846.872/0001-91, foi vencedora do lote 01 e 02 com o valor total de R$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais). Campo Verde, 31 de março de 2015. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.069, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DO NÚMERO DA LEI NOS ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, CORRESPONDENTE AOS HORÁRIOS PERMITIDOS PARA ATIVIDADES DE BARES E RESTAURANTES E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATADAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigatória a inserção no Alvará de Localização e Funcionamento pelo Poder Público Municipal de Campo Verde-MT quando da sua emissão, o número da Lei que o institui e que regula os horários de funcionamento, além dos referidos artigos.

Art. 2º. A descrição da Lei será realizada no campo, OBSERVAÇÃO CADASTRAL.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 26 de março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: DICAMP DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de laboratório para realização de exames de mamografia.

Valor: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Vigência: até 18 de junho de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 11/2012, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM POSTAGEM.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses.

Data de assinatura: 05 de janeiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 019/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna público o resultado do PREGÃO Nº 019/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA INFORMATIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUENCIA DOS SERVIDORES, POR MEIO DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO: a empresa ECONT COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA, CNPJ 06.076.563/0001-40, foi a vencedora do certame com o valor total de R$ 67.840,00 (sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais). Campo Verde, 31 de março de 2015. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
CONVÊNIO PROJETO SOCIAL

Trabalho Social

Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV Recursos FAR

CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O *BANCO DO BRASIL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE* **CAMPO VERDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV - REGULAMENTADO PELA LEI Nº 11. 977, DE 7.7.2009 E PELO DECRETO Nº 7.499, DE 16.6.2011 - NA FORMA ABAIXO:**

O BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lote 32, Bloco C, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Sr. João Paulo de Oliveira, RG nº 30869311 SESP PR, CPF nº 655.675.951-15, doravante denominado BANCO e, de outro lado PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, órgão público do poder executivo municipal, com sede e foro em Campo Verde - MT, inscrito no CNPJ nº 24. 950.495/0001-88, doravante denominado CONVENIADO, neste ato representado pelo Sr. Fábio Schroeter, portador do RG nº 32.960.685, CPF nº 346.080.601-04, residente e domiciliado à Rua Tupi, 254, Casa 11 - Condomínio Quinta das Flores - Vale do Sol - Campo Verde/ MT , no uso de suas atribuições, têm justa e acertada a execução de Projeto de Trabalho Social, de acordo com o especificado pelo BANCO e Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Instrumento tem por finalidade a realização de atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I (Projeto de Trabalho Social), que passa a constituir parte integrante e complementar deste instrumento.

Parágrafo Único - As atribuições do CONVENIADO, para implementação do Projeto de Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida, serão realizadas no empreendimento denominado Residencial Recanto dos Pássaros, constituído de 400 (quatrocentas) unidades habitacionais, beneficiando cerca de 1.200 (um mil e duzentas) pessoas, localizado à Rodovia BR 070 - Fazenda Iraci II - Campo Verde-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - O Projeto de Trabalho Social de que trata a CLÁUSULA PRIMEIRA será realizado por um prazo de 9 meses, no período de _15/05/2015 até 15/02 /2016.

Parágrafo Primeiro - O prazo citado no caput desta Cláusula poderá ser estendido por até 180 (cento e oitenta) dias, nos casos em que houver necessidade e, mediante a apresentação de justificativas e um novo cronograma físico-financeiro, a ser aprovado pelo BANCO, e de assinatura de TERMO ADITIVO a este convênio.

Parágrafo Segundo - Para celebração de Termo Aditivo o CONVENIADO deverá apresentar a justificativa e a proposta de um novo cronograma físico-financeiro do Projeto de Trabalho Social de que trata a CLÁUSULA PRIMEIRA deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS - Os recursos para a implementação do Projeto de Trabalho Social, referido na CLÁUSULA PRIMEIRA, são provenientes do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial e totalizam o valor de R$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais).

Parágrafo Único - Os recursos mencionados no Caput desta cláusula destinar-se-ão, exclusivamente, ao custeio de despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento de ações previstas no Projeto de Trabalho Social, citado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO - O BANCO obriga-se a:

a) disponibilizar para o CONVENIADO os documentos e as informações que possuir, referentes ao empreendimento citado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira, necessários à execução do Projeto de Trabalho Social, objeto deste contrato;

b) manter o acompanhamento da execução do Projeto de Trabalho Social citado na Cláusula Primeira, utilizando-se de recursos humanos próprios ou terceirizados de que dispor;

c) analisar as eventuais solicitações de alterações no cronograma físico-financeiro feitas pelo CONVENIADO;

d) realizar os ressarcimentos devidos ao CONVENIADO, nas condições estabelecidas neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO - Constituem obrigações do CONVENIADO:

a) fornecer ao BANCO a relação dos profissionais que irão compor a equipe técnica designados para a execução das atividades do Projeto de Trabalho Social, anexando currículos e qualificação profissional;

b) indicar o nome do responsável pelo Projeto de Trabalho Social, anexando comprovantes de regularidade no respectivo Conselho de Classe e vínculos empregatícios com o CONVENIADO;

c) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto, a que alude este Convênio, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;

d) manter, em Agência do BANCO, conta bancária vinculada a este Convênio;

e) apresentar ao BANCO relatórios parciais de atividades e financeiros relativos a este Convênio, em periodicidade compatível com o cronograma físico-financeiro estabelecido;

f) dar ciência ao BANCO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

g) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Convênio.

CLÁSULA SEXTA - DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS - O CONVENIADO se obriga a apresentar relatórios parciais de atividades e financeiro, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao mês de referência, sendo que a liberação das parcelas se dará, após a aprovação dos referidos relatórios pelo BANCO, em no máximo D+2.

Parágrafo Primeiro - Fica convencionado que só serão admitidas as despesas

diretamente relacionadas ao desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social citado na CLÁUSULA PRIMEIRA, limitadas aos valores nele previstos e aprovados pelo BANCO e comprovadas através de documentos fiscais em nome do Órgão Executor.

Parágrafo Segundo - As despesas não passíveis de comprovação através de documento hábil e contábil deverão ser justificadas através de comprovantes oficiais. As despesas com prestadores de serviços devem ser comprovadas por meio de RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS FORMAS DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS - Os recursos referidos na CLÁUSULA TERCEIRA serão liberados pelo BANCO na Agência 3037-6 conta corrente nº 34.546-6 do CONVENIADO, de movimentação exclusiva para este convênio, de acordo com as condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro do Projeto de Trabalho Social citado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Único - A liberação dos recursos relativos a cada parcela está condicionada ao aceite do relatório de prestação de contas e à execução das atividades previstas no cronograma físico-financeiro, conforme estabelecido no ANEXO I.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO - O BANCO se reserva o direito de acompanhar e avaliar a execução do Projeto de Trabalho Social referido na CLÁUSULA PRIMEIRA, através de seus técnicos e/ou de instituição a quem delegar tal competência.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONVENIADA - Serão de exclusiva responsabilidade do CONVENIADO os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou de qualquer natureza, decorrentes da execução do presente convênio, bem como os encargos resultantes de reclamações trabalhistas e de infringências legais cometidas pelo CONVENIADO, inclusive os que advierem de prejuízos causados pelos seus prepostos junto a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTABILIZAÇÃO - O CONVENIADO obriga-se a

contabilizar os recursos recebidos na conta de movimentação única vinculada a este convênio, conforme legislação fiscal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COMPROVAÇÃO - Os documentos

comprobatórios originais das despesas realizadas para a execução do Projeto de Trabalho Social, objeto do presente termo, depois de analisados e aprovados pelo BANCO, serão arquivados, obrigatoriamente, no respectivo órgão de contabilidade do CONVENIADO, ficando à disposição do BANCO, que poderá requisitá-los, para exame, quando necessário e para acompanhamento administrativo e fiscalização financeira.

Parágrafo Único - Caso a conta bancária do Órgão Executor citada na CLÁUSULA SÉTIMA, ao fechamento contábil deste convênio, apresente saldo, o referido valor será integralmente revertido para o FAR - Fundo de Arrendamento Residencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO - Operar-se-á a rescisão de pleno direito do presente termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, quando se verificar o descumprimento de quaisquer das cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MULTA - Se, em virtude de inadimplemento das obrigações ora assumidas pelo CONVENIADO, o BANCO tiver de recorrer a meios judiciais para haver quaisquer quantias, ficará o CONVENIADO sujeito a uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor conveniado e mais sanções e cominações atribuídas ou que venham a ser atribuídas pelas normas do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO - O CONVENIADO providenciará a publicação de extrato do presente instrumento no órgão de publicação oficial do Município, cabendo ao BANCO providenciar a publicação do mesmo extrato no Diário Oficial da União, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93 e na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste Convênio, fica eleito o foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

E por estarem assim acordes, o BANCO e o CONVENIADO firmam, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e por seus sucessores.

CAMPO VERDE - MT, 31 de MARÇO de 2015. Local/Data

João Paulo de Oliveira Fábio Schroeter

Gerente de Negócios Prefeito de Campo Verde-MT

Testemunhas

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 048/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CASTER E CAMBAGEM DE PNEUS VISANDO ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT.

PREGÃO: 009/2015

EMPRESA: TIAGO LANNER ME, CNPJ 11.846.872/0001-91

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Quant.	Marca	R$ Unit.	R$ Total
01	Solução de tecnologia informatizada para implementação de registro eletrônico de frequência dos servidores, por meio de relógio de ponto eletrônico com Software incluso.	20	Henry	R$1.892,00	R$37.840,00
02	Bobina térmica compatível com o relógio de ponto.	1000 und	Fábrica de Bobinas	R$ 30,00	R$30.000,00
Total: Sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais					R$67.840,00

VIGÊNCIA: 31/03/2015 À 31/03/2016

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA INFORMATIZADA PARA IM-

PLEMENTAÇÃO DE REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUENCIA DOS SERVIDORES, POR MEIO DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO.

PREGÃO: 019/2015

EMPRESA: ECONT COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA EPP, CNPJ 06.076.563/0001-40

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Quant.	Marca	R$ Unit.	R$ Total
01	Solução de tecnologia informatizada para implementação de registro eletrônico de frequência dos servidores, por meio de relógio de ponto eletrônico com Software incluso.	20	Henry	R$1.892,00	R$37.840,00
02	Bobina térmica compatível com o relógio de ponto.	1000 und	Fábrica de Bobinas	R$ 30,00	R$30.000,00
Total: Sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais					R$67.840,00

VIGÊNCIA: 31/03/2015 À 31/03/2016

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 231/2015

PORTARIA Nº 231/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SENHORA PATRICIA ITO DANTAS DELVECHIO DO CARGO DE DIRETORA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TRATOR, ROLO COMPACTADOR E GRADE ARADORA.

PREGÃO: 025/2015

EMPRESA: CONSTRULOCAR LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ N° 18.307.722/0001-59

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	R$ UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	LOCACÃO DE TRATOR 90 CV - 4X4	250	DIÁRIA	R$ 336,00	R$84.000,00
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	R$UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO	250	DIÁRIA	R$ 456,00	R$ 114.000,00
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	R$ UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	LOCAÇÃO DE GRADE ARADORA	250	DIÁRIA	R$ 116,00	R$29.000,00

VIGÊNCIA: 30/03/2015 À 30/03/2016

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
ESTADO DE MATO GROSSO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 24 DE FEVEREIRO 2015.

Dispõe sobre a Aprovação do Projeto Resgatar/2015 da Comunidade Terapêutica de Vitima de Álcool e Drogas – Resgate Vidas

O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO VERDE, no uso de suas atribuições legais, nos termos da **LEI Nº 1456/2009,** de 18 de Fevereiro de 2009, em reunião ordinária de Ata nº 024/2015 realizada no dia 24 de Fevereiro de 2015 ás 15h/mim.

RESOLVER

Art. 1º- Aprovar o Projeto Resgatar/2015, da Associação de Assistência e Recuperação de Vitimas do Álcool e Drogas Comunidade Terapêutica – Resgate Vidas

Art. 2º - Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde, 24 de Fevereiro de 2015.

LARISSA DE LIMA NOVAIS

Presidente do

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, do artigo 3º da Lei Municipal nº 658, de 26 de janeiro de 2015, e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado de Provas Objetivas e Títulos, dependendo do cargo, para contratação temporária de excepcional interesse público e programas de governo nas vagas do Quadro Temporário do Poder Executivo Municipal, discriminadas no Anexo I desse edital e normas neles estabelecidas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado regido pelos termos desse edital será executado pela empresa *STS Consultoria e Informática Ltda - ME*, contratada na forma da Lei 8.666/1993, em estrita consonância com o disposto no ordenamento jurídico positivo e será acompanhado e fiscalizado pela Comissão Organizadora do Município de Campos de Júlio, designada através da Portaria nº 089, de 30 de março de 2015.

1.2. As vagas e suas especificações (número de vagas; vencimentos iniciais; escolaridade mínima exigida; carga horária de trabalho, etc) são os constantes do Anexo I desse edital.

1.3. As atribuições específicas de cada cargo são as constantes do Anexo II desse edital.

1.4. Os programas das disciplinas que compõem a prova objetiva de cada cargo são os constantes do Anexo III desse edital.

1.5. O Cronograma estimado para a realização do Processo Seletivo é o constante do Anexo V, que poderá ser alterado no interesse da eficácia das realizações, a critério da Comissão Organizadora.

1.6. Do Regime Jurídico e Previdenciário: A contratação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Especial de natureza Estatutário, o regime previdenciário será Regime Geral de Previdência.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. São condições básicas para a inscrição:

2.1.1. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88).

2.1.2. Estar ciente de que deverá possuir, na data da contratação, a qualificação mínima exigida para o cargo e a documentação prevista no subitem 9. 1 a 9.5 desse edital.

2.1.3. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas nesse edital.

2.2. As inscrições deverão ser efetuadas pela **internet**, no site **www.camposdejulio.mt.gov.br** ou **www.sydcon.com.br**, no período de **7/4/2015 a 16/ 4/2015**.

2.3. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo antes de efetuar a sua inscrição, a fim de evitar o cancelamento desta, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público.

2.4. A inscrição será gratuita.

2.5. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, **fac-simile** (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado no subitem 2.2 ou 2.3 desse edital.

2.6. O candidato é responsável pela fidedignidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário.

2.7. O candidato ao preencher o requerimento de inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente e de acordo com as exigências e normas estabelecidas para esse Processo Seletivo, bem como possuir os requisitos para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.

2.8. A homologação das inscrições será divulgada por meio de edital, afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, e nos endereços eletrônicos: www.camposdejulio.mt.gov.br, diariomunicipal.org/mt/amm/ e www.sydcon.com.br.

2.9. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de um dia útil, a contar da data de sua divulgação, à Presidenta da Comissão Organizadora desse Processo Seletivo Simplificado, constante na Portaria Municipal nº. 089, de 30 de março de 2015. Interposto o recurso e não havendo a manifestação a tempo da Comissão, o candidato poderá participar condicionalmente das provas.

2.10. O candidato poderá inscrever-se para quantos cargos desejar, porém somente poderá fazer as provas para um deles, exceto se aplicadas em horários ou dias diferentes, em cujo caso poderá fazer prova para mais de um cargo. As provas para todos os cargos poderão ser aplicadas no mesmo dia e horário, hipótese em que o candidato inscrito em mais de um cargo deverá optar por apenas um deles, ficando expressamente advertido que o candidato que se inscrever para mais de um cargo o fará por sua conta e risco.

2.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesse edital em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.12. O presente edital estará disponível nas páginas dos endereços eletrônicos www.camposdejulio.mt.gov.br e www.sydcon.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse material.

2.13. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem no presente Processo Seletivo desde que as deficiências de que são portadoras sejam compatíveis com as atribuições do cargo e declaradas no ato da inscrição.

2.14. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

2.15. O preenchimento dos dados constantes na ficha de inscrição é de total responsabilidade do candidato.

2.16. Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta.

3. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 A pessoa portadora de necessidade especial é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Público de que trata esse edital, podendo concorrer às vagas, desde que haja compatibilidade entre as atribuições da função e a necessidade especial de que é portador (a), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 114/2002 e do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2 A pessoa portadora de necessidade especial participará da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo e à avaliação das provas, duração, horário e local de aplicação das provas e nota mínima exigida.

3.3 Aos candidatos portadores de necessidades especiais, amparados pelo § 1º do artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, é assegurada a reserva de vagas de 10% (dez por cento), desde que o grau de necessidade especial de que são portadores, seja compatível com as atribuições essenciais do emprego, descritas nesse edital.

3.3.1. Consideram-se necessidades especiais àquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002 e Decreto Federal nº 3.298/99, que constituam inferioridade e impliquem grau acentuado de dificuldade para integração social.

3.3.2. Não serão considerados como necessidades especiais os distúrbios de acuidade visual ou auditiva, passíveis de correção simples, pelo uso de lentes ou aparelhos específicos.

3.4. O candidato portador de necessidade especial e que atenda aos pré-requisitos do presente edital, deverá declarar, expressamente, sua condição no ato da inscrição, para que possa gozar dos benefícios previstos na legislação.

3.5. Conforme a Lei Complementar Estadual nº 114/2002 e o inciso IV do Decreto Federal nº 3.298/99, aos candidatos com necessidades especiais será exigida a apresentação de Laudo Médico, expedido a no máximo seis meses da data de encerramento das inscrições, no original ou cópia autenticada (emitido após a data de publicação do presente edital no Diário Oficial do Município) atestando a espécie e o grau ou nível de necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID10, bem como a provável causa de necessidade especial. Esse laudo não será devolvido e não serão considerados resultados de exames ou documentos diferentes do acima descrito.

3.6. O candidato portador de necessidade especial deverá requerer, no ato da inscrição, a necessidade de qualquer adaptação e condições especiais para a realização das provas a serem prestadas, conforme Lei Complementar Estadual nº 114/2002 e o Decreto Federal nº 3.298/99.

3.7. Caso a necessidade especial não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde, estabelecidos na Lei nº 7.853 de 24/10/1989 e o Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, a opção de concorrer às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais será desconsiderada, passando o candidato a fazer parte do grupo geral de inscrição.

3.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

3.9. A declaração de deficiência para efeito de inscrição e realização das provas não substitui em hipótese alguma a avaliação médica admissional para fins de aferição da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

3.10. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem P.N.E, se aprovados no Processo Seletivo Simplificado terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

3.11. Caso não haja contratação conjunta de todos os aprovados, a cada 19/20 de candidatos sem deficiência, o último vigésimo será contratado oriundo da lista de candidatos com deficiência aprovados, independentemente de sua classificação geral, respeitando-se a ordem de classificação da lista dos candidatos aprovados com deficiência. Caso o candidato não realize a inscrição de acordo com as normas estabelecidas nesse edital não será considerado como portador de deficiência apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário de inscrição.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO:

4.1. Além da ficha de inscrição, o candidato deverá entregar cópias dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade do requerente.

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente.

c) Comprovante de residência (conta atualizada de luz, de água ou de telefone fixo e etc., ou declaração contendo o endereço do candidato no Pedido de Inscrição).

4.2. A entrega dos documentos referidos nas alíneas do subitem 4.1 deverá ser efetivada no Protocolo Central, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Valdir Masutti, nº 779 W – Loteamento Bom Jardim, em Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, pelo próprio candidato, no horário de 08h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, até a data de 16/4/2015, mediante a apresentação do original e respectiva cópia dos documentos.

4.3. As informações prestadas no requerimento de inscrição bem como a documentação comprobatória apresentada serão de inteira responsabilidade do candidato, ficando sujeito, em caso de má-fé comprovada através de processo administrativo que garanta os princípios do contraditório e da ampla defesa, ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

4.4. Expirado o prazo do subitem 4.2 não será permitida a complementação da documentação entregue.

4.5. Em hipótese alguma haverá a substituição do cargo consignado na ficha de inscrição.

5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O Processo Seletivo para contratação temporária de excepcional interesse público dos cargos desse edital será realizado mediante Provas Objetivas, Provas de Títulos, conforme especificado nesse instrumento.

5.1.1. Da Prova Objetiva:

5.1.2. Serão aplicadas Provas Objetivas, de caráter eliminatório, a todos os candidatos regularmente inscritos nesse Processo Seletivo Simplificado, de conformidade com o disposto no Anexo I do presente edital, bem como às seguintes determinações:

a) Valorização: de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, incluídas todas as disciplinas.

b) Duração: três horas.

c) Composição das questões de múltipla escolha com quatro alternativas para cada enunciado, sendo uma única delas a correta.

d) A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões, abrangendo as áreas de conhecimento previstas no Anexo III desse edital, sendo os pesos correspondentes às disciplinas de cada prova, da seguinte forma:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual	Peso Total
Língua Portuguesa	06	5,00	30,00
Conhecimentos Gerais	06	5,00	30,00
Conhecimentos Específicos	08	5,00	40,00
Total de Pontos			100,00

5.1.3. Será eliminado o candidato que obtiver pontuação 0 (zero) em quaisquer das disciplinas da Prova Objetiva e considerado classificado o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

5.1.4. Os programas das disciplinas que integram a Prova Objetiva são os constantes do Anexo III desse edital.

5.1.5. A bibliografia constante do Anexo III desse edital é indicada apenas a titulo de sugestão, como forma de orientação dos estudos pelos candidatos, não sendo obrigatória a sua exclusividade na elaboração das questões.

5.1.6. Se por qualquer eventualidade uma questão tiver resposta dupla e/ou divergência na redação, verificada mediante recurso dos candidatos e/ou diretamente pela Comissão Organizadora, essa será anulada com a pontuação respectiva adicionada a todos candidatos que tenham a mesma na sua prova.

5.2. Da prova de Títulos:

5.2.1. A Prova de Títulos tem por objetivo valorizar o conhecimento e experiência profissional dos candidatos de nível superior, em função do grau de instrução adicional que o mesmo possui, além do exigido como escolaridade, tendo caráter classificatório, mediante pontuação adicional com base nos fatores discriminados no quadro abaixo:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:

Título	Documentos Comprobatórios	Valor Título
a) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação, com carga horária mínima de 360 horas, na correlacionada do cargo pretendido.	- Certificado, expedido por órgão, entidade e ou instituição de ensino; Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.	2,00
b) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado, ou certificado de conclusão de mestrado, acompanhado do histórico escolar, na área de educação.	- Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente reconhecido; Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.	3,00
c) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado, ou certificado de conclusão de doutorado, acompanhado do histórico escolar, na área de educação.	- Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação; Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.	5,00

5.2.2. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos que obtiveram o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

5.2.3. O julgamento da prova de títulos será realizado no dia 22/4/2015, na Secretaria Municipal de Educação.

5.2.4. Os títulos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal via protocolo, pelo próprio candidato, no horário de 08h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, até a data de 16/4/2015.

5.2.5. Quanto aos títulos a que se referem aos subitens “a” a “c” do item 5.2.1, será considerado apenas o de maior titulação, impossibilitada a pontuação cumulativa da mesma titulação ou de titulações diferentes.

5.2.6. O candidato que não entregar os títulos no prazo estipulado nesse edital receberá nota zero na prova de títulos.

5.2.7. Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, admitindo-se a apresentação de certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

5.2.8. Dos documentos comprobatórios de títulos deverão ser fornecidas cópias que ficarão anexadas aos demais documentos do candidato e não poderão apresentar rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas.

5.2.9. Os títulos deverão ser entregues em fotocópias autenticadas por cartório de notas ou pelo responsável pelo protocolo, acompanhada do original e protocolados até o dia 16/4/2015, contendo a identificação do candidato e seu número de inscrição. O candidato, no ato da entrega, preencherá e assinará formulário próprio, previsto no Anexo IV desse edital, declarando os títulos entregues, seu nome e o cargo pretendido. Não serão aceitos documentos originais ou documentos via fax, endereço eletrônico ou correio.

5.2.10. Somente serão considerados como títulos os cursos que têm relação direta com o cargo na abrangência relacionada com a área pública e sejam expedidos por instituição de ensino credenciado pelo MEC.

5.2.11. A apresentação de títulos não é obrigatória, ficando, porém, o candidato ciente de que se não apresentá-los na data e hora marcada, receberá nota 0 (zero) de pontuação na Avaliação de Títulos.

5.2.12. A avaliação de títulos não elimina nenhum candidato, por constituir uma etapa apenas de pontuação classificatória.

5.2.13. Fica facultada à Administração Pública Municipal ou à empresa organizadora do Processo Seletivo Simplificado a solicitação dos documentos originais relativos aos títulos, para esclarecimento de divergências eventuais.

5.2.14. Será de responsabilidade única e exclusiva do candidato a apresentação tempestiva dos títulos de que dispuser, não se admitindo, em qualquer hipótese, a apresentação desses fora dos prazos ou dos locais estabelecidos nesse edital.

5.2.15. Não serão considerados os títulos entregues fora do prazo previsto.

5.2.16. Somente serão aceitos os títulos referentes à área de atuação do profissional.

5.2.17. Não serão aceitos, para os efeitos desta etapa, os diplomas dos cursos descritos no Anexo I desse edital.

5.2.18. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências desse edital.

5.2.19. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação, sujeitando-se ainda, caso reste comprovada a responsabilidade desse, a exclusão do Processo Seletivo.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1. A Prova Objetiva será realizada com observância das condições abaixo:

6.1.1. Data: 26/4/2015.

6.1.2. Local e Horário: As provas escritas objetivas serão realizadas às 08h00min, horário de Campos de Júlio/MT, nas dependências da Escola Municipal Germano Lazaretti, situada na Rua Marechal Cândido Rondon, nº 289-E, Centro.

6.2. Não haverá segunda chamada para a realização da Prova Objetiva.

6.3. Em hipótese alguma será realizada prova fora do local ou do horário determinado.

6.4. Durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso ou porte de calculadora, bip, telefone celular, walkman, ou outro meio de transmissão de som, imagem ou comunicação, bem como relógio que contenha calculadora eletrônica.

6.5. Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova ou que, durante a sua realização, for surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com terceiros, por quaisquer dos meios de que trata o subitem anterior, o mesmo se aplicando ao candidato que venha a tumultuar, de alguma outra forma, a realização da prova.

6.6. O candidato deverá comparecer ao local da realização da prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos, portando caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, Comprovante de Inscrição e a documentação de que trata o subitem 6.7.

6.7. O ingresso do candidato na sala onde se realizará a prova somente será permitido mediante a apresentação do Comprovante de Inscrição e do documento original de identidade ou outro de igual valor legal, desde que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, preferencialmente o mesmo apresentado no ato da inscrição.

6.8. Não será permitida a entrada de candidatos no local da prova após o início dessa.

6.9. No início das provas o candidato receberá o caderno de provas e folha oficial de respostas.

6.10. Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal de sala a folha oficial de respostas, retendo para si o caderno de provas.

6.11. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 01h00min poderá levar consigo o caderno de provas;

6.12. O candidato que sair antes do horário acima, terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de um dia, a partir do dia seguinte de aplicação da prova, junto a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, das 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min, após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão automaticamente incinerados.

6.13. Será considerado ausente o candidato que deixar de assinar a Lista de Presença ou não devolver a Folha Oficial de Respostas devidamente assinada.

6.14. A leitura das orientações constantes da capa do "Caderno de Provas" e a verificação do cargo a que se refere o mesmo são da responsabilidade do candidato, sendo sumariamente eliminado aquele que, por qualquer razão, realizar a prova de um cargo distinto daquele para o qual se inscreveu, seja do mesmo nível de escolaridade ou não.

6.15. Somente serão computadas as opções transferidas à caneta para a Folha Oficial de Respostas, não se considerando válida a questão que contenha mais de uma opção assinalada, emenda, rasura ou que não tenha sido transferida para a referida Folha.

6.16. O desempenho do candidato na Prova Objetiva será apurado mediante o exame da Folha Oficial de Respostas.

6.17. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a esse Processo Seletivo Simplificado.

6.18. Os gabaritos oficiais das Provas Objetivas serão publicados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, www.camposdejulio.mt.gov.br no dia seguinte ao da aplicação das provas escritas, até às 17h00min.

7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO, DESEMPATE E RESULTADO

7.1. A classificação provisória do Processo Seletivo Simplificado será divulgada por cargo, em ordem alfabética incluindo todos os candidatos inscritos, separada por candidatos de concorrência plena e P.N.E - Portadores de Necessidades Especiais, sob a denominação de "Resultado Provisório", contendo: número da inscrição, nome do candidato, pontuação obtida na Prova Objetiva, pontuação por título (se for o caso) e classificação provisória.

7.2. A classificação final do Processo Seletivo será divulgada por cargo, em ordem decrescente de classificação, incluindo todos os candidatos inscritos, separada por candidatos de concorrência plena e P.N.E, sob a denominação de "Resultado Final", contendo: número da inscrição, nome do candidato, com a soma da nota final da Prova Objetiva, da pontuação por título (se for o caso) que é igual a classificação final.

7.2.1. A classificação final será divulgada após o julgamento de possíveis recursos da Prova Objetiva.

7.3. Dos Critérios de Desempate

7.3.1. Verificando-se a ocorrência de empate no total dos pontos apurados, terá preferência na ordem de classificação, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver obtido maior nota na prova de conhecimentos específicos, se houver;

b) Tiver obtido maior nota na prova de português;

c) Tiver a maior idade civil.

7.4. Será aprovado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na Prova Objetiva.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, em face da publicação do gabarito oficial da Prova Objetiva, dos erros ou omissões na atribuição de pontos ou da classificação provisória dos candidatos.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos por escrito via letra de forma, datilografados ou impressos, no prazo máximo de um dia útil após a divulgação do resultado impugnado, contendo, obrigatoriamente, a justificativa fundamentada, protocolados na Prefeitura e endereçados à Presidenta da Comissão Organizadora, utilizando o modelo de formulário constante do Anexo VI desse edital.

8.3. Não serão aceitos recursos apresentados após o prazo estabelecido no item 8.2.

8.4. A competência para conhecer e julgar os recursos interpostos é da empresa STS Consultoria e Informática Ltda - ME.

8.4.1. As decisões dos recursos interpostos serão divulgadas nos quadros de avisos da Prefeitura e site www.sydcon.com.br e www.camposdejulio.mt.gov.br.

8.5. Os recursos deverão ser protocolados junto ao Protocolo Central, na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, localizada na Avenida Valdir Masutti, nº 779 W – Loteamento Bom Jardim, em Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no horário das 08h00min às 11h00min e 13h00min ás 17h00min.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os candidatos classificados serão convocados para contratação, de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido nesse edital ou naquelas vagas criadas durante a validade do Processo Seletivo;

9.2. Os candidatos contratados serão lotados de acordo com a necessidade e critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal, a quem compete a designação do local de trabalho.

9.3. Os candidatos classificados excedentes às vagas atualmente existentes serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado de um ano, e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município, ocorridas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado;

9.3.1. Os candidatos classificados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município, e facultativamente na imprensa local, a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para serem contratados e receberem a designação do respectivo local de trabalho;

9.4. Para serem contratados o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

9.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

9.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

9.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

9.4.7. Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

9.4.8. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

9.4.9. Título de Eleitor;

9.4.10. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

9.4.11. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

9.4.12. Duas fotos 3x4, colorida e recente;

9.4.13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

9.4.14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.15. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

9.4.16. Declaração contendo o endereço residencial;

9.4.17. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

9.4.18. Declaração de bens;

9.4.19. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

9.4.20. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

9.4.21. Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital;

9.5. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo fixado nesse edital perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Processo Seletivo Simplificado regido por esse edital terá prazo de validade de um ano, a contar da data de sua homologação, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pelo cessamento da

situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil –ADI, Professor de Língua Inglesa, nos termos da Lei Municipal nº. 658, de 26 de janeiro de 2015.

10.2. Os profissionais contratados na forma do processo regido por esse edital e pela Lei nº 658, de 26 de janeiro de 2015 farão jus ao piso salarial profissional nacional, instituído pela Lei nº. 11.738/2008, em conformidade com a Resolução de Consulta nº 23/2010 do TCE/MT, bem como a férias acrescida do terço constitucional, integral ou proporcional aos meses trabalhados, décimo terceiro salário e recolhimento dos encargos sociais do INSS, com desconto do valor do contratado, no atendimento da lei previdenciária.

10.3. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nessa lei a continuidade dos serviços de educação, até a realização do concurso público que viabilize o provimento, em caráter efetivo, de vagas relativas aos cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil –ADI e Professor de Língua Inglesa, bem como para substituição dos Professores de Pedagogia, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Educação Física e de Professor de Ciências do quadro efetivo em gozo de férias ou licenças previstas em lei ou para suprimento de vacância de cargos resultantes de pedidos de exoneração ou falecimento de seus titulares, até o provimento efetivo, nessa última hipótese.

10.4. O número de vagas por cargo é inicialmente o constante do Anexo I desse edital, podendo ser alterado em função do surgimento ou criação de novas vagas no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

10.5. Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas, a relação de classificados será utilizada como Cadastro Reserva, desde que obedecida rigorosamente à ordem de classificação.

10.6. Somente se abrirá novo Processo Seletivo antes de expirado o prazo de validade do presente na hipótese de inexistência de candidatos aprovados e classificados para o preenchimento das vagas oferecidas.

10.7. Ao candidato aprovado recomenda-se manter endereço atualizado junto à Prefeitura Municipal de Campos de Júlio durante o prazo de validade desse Processo Seletivo Simplificado, visando auxiliar na sua localização, quando de sua convocação para contratação, cuja convocação oficial se dará nos termos do subitem 10.8 desse edital.

10.8. A inscrição do candidato importará no conhecimento prévio desse edital e na aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas.

10.9. Será excluído do Processo Seletivo, em qualquer de suas fases, assegurados os direitos de ampla defesa e do contraditório, o candidato que:

a) apresentar, em qualquer fase documento ou declaração falsa ou inexata.

b) agir com violência física ou verbal, ameaçar, constranger ou ofender quaisquer dos membros da Comissão Organizadora no desempenho de suas atribuições ou da equipe de aplicação de provas.

c) for surpreendido no momento da realização das provas em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma vedada nesse edital, bem como utilizando livros, cadernos, apostilas, anotações, impressos ou equipamentos eletrônicos.

d) valendo-se da condição de servidor público, tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros.

e) apresentar-se embriagado para a realização das provas.

10.10. As publicações e divulgações oficiais referentes a esse Processo Seletivo Simplificado serão afixadas no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: diariomunicipal.org/mt/amm/.

10.11. O Resumo do edital será publicado no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: diariomunicipal.org/mt/amm/.

10.12. Fica expressamente proibida a participação dos membros da Comissão de Processo Seletivo, como candidatos às vagas disponibilizadas no presente Processo Seletivo.

10.13. As reclamações de candidatos sobre a existência de erro em questões das provas, mesmo que por suposição, somente serão conhecidas quando comunicadas, registradas e assinadas pelo candidato e pelo aplicador de provas, em formulário próprio de ocorrências, disponível para este fim na ocasião da realização da prova.

10.14. Os prazos estabelecidos nesse edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos.

10.15. Eventuais modificações introduzidas nesse edital serão levadas ao conhecimento público mediante afixação no mural de publicações e divulgação nos demais veículos referidos no subitem 10.10, podendo a Comissão Organizadora utilizar-se de todos os meios de comunicação existentes na região, tais como rádios, faixas, carros de som, televisão, etc., para promover a divulgação de quaisquer atos aditivos necessários ou prestar informações aos candidatos e ao público em geral.

10.16. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, fica facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10.17. Maiores informações acerca desse processo poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, situada na Avenida Valdir Masutti, nº 779 W – Loteamento Bom Jardim, na cidade de Campos de Júlio ou pelo telefone (65) 3387 2800, das 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.

10.18. Fazem parte integrante desse edital os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

10.19. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora desse Processo Seletivo.

10.20. Não serão fornecidas, por via telefônica ou postal, informações quanto à posição dos candidatos na classificação do Processo Seletivo.

10.21. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Mato Grosso.

10.22. Compete à empresa STS Consultoria e Informática Ltda - ME pronunciar-se sobre o deferimento das inscrições, bem como a elaboração das provas e sua respectiva avaliação, inclusive recursos e após submeter o expediente à Comissão Organizadora do presente processo para submetê-lo à homologação e publicação.

10.23. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final do Processo Seletivo, mediante decreto.

Campos de Júlio/MT, 01 de Abril de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

ODILA NELCI KRAMPE DONAT

Presidenta da Comissão Organizadora

ANEXO I - DOS CARGOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

VAGAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇão

NÍVEL SUPERIOR

Denominação do Cargo e Padrão de Vencimento	Vagas			Requisitos	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal Inicial (R$)
	Normal	PNE	Total			
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI	011	01	012	Pedagogia com Habilitação/Especialização em Educação Infantil	30	2.519,00
Professor de Ciências	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Educação Física	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Geografia	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de História	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Língua Inglesa	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Língua Portuguesa	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Matemática	001	-	001	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32
Professor de Pedagogia	014	01	015	Ensino Superior Completo na Área	25	2.877,32

(*) PNE - Portadores de Necessidades Especiais.

ANEXO II - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

_ATRIBUIÇÕES PARA OS CARGOS:

_Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI;

_Professor de Língua Ciências.

_Professor de Língua Educação Física;

_Professor de Língua Geografia;

_Professor de Língua História;

_Professor de Língua Inglesa;

_Professor de Língua Portuguesa;

_Professor de Língua Matemática;

_Professor de Pedagogia.

I - Cumprir e fazer cumprir os horários e o Calendário Escolar;

II - Marcar sua presença diariamente no relógio ponto digital;

III - Zelar pela disciplina geral do Estabelecimento em cooperação com a direção e, particularmente, empenhar-se pela disciplina de sua turma;

IV - Manter absoluta assiduidade prevenindo, em tempo, a Direção de eventuais faltas a que se veja forçado;

V - Discutir, analisar e deliberar junto à Diretoria e demais órgãos instituídos no Estabelecimento de Ensino;

VI - Comparecer às reuniões, grupos de estudos e seminários pedagógicos, conforme o Calendário Escolar e ou atendendo ao interesse do ensino;

VII - Ter sempre presente a formação integral dos alunos, conduzindo-os à formação de hábitos e senso critico;

VIII - Preparar convenientemente as aulas relativas às atividades concernentes à sua ação docente;

IX - Reger suas atividades docentes de acordo com o Projeto Político Pedagógico, as diretrizes metodológicas próprias e com o planejamento compatível;

X - Executar programa de atividades, áreas de estudo ou disciplinas mantendo rigorosamente em dia a digitalização dos Diários de Classe que deverão ser feitos com clareza, precisão e presteza;

XI - Avaliar os alunos, atribuindo-lhes notas de aproveitamento, conceitos ou pareceres conforme o previsto no Regimento Escolar, encaminhando, bimestralmente, estes resultados à Secretaria da escola, no prazo para isto estipulado;

XII - Estabelecer com os alunos um regime de ativa e constante colaboração tratando-os com educação, respeito e compreensão;

XIII - Marcar reuniões com os pais quando se fizer necessário, mediante autorização antecipada da Direção.

XIV - Comentar com os alunos resultados dos trabalhos e avaliações, esclarecendo erros e dúvidas;

XV - Comunicar à Direção e Equipe Técnica - Pedagógica a relação dos alunos que não acompanham a aprendizagem, bem como aqueles que não apresentam conduta satisfatória;

XVI - Proceder à observação dos alunos, identificando necessidades e carências de ordens sociais, psicológicas e de saúde que interfiram na aprendizagem, encaminhando-os à Equipe Técnica ou outros setores de competência;

XVII - Participar de atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade.

XVIII- Manter com os colegas e demais órgãos, espírito de equipe, colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa.

XIX - Zelar pelo patrimônio permanente e de consumo da unidade escolar e do órgão central.

XX - Ficam, enfim, compromissados os docentes de todos os deveres que lhes são atribuídos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do município e pelas Leis de Ensino.

ANEXO III - DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DA PROVA OBJETIVA

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Cargos:

_Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI;

_Professor de Língua Ciências;

_Professor de Língua Educação Física;

_Professor de Língua Geografia;

_Professor de Língua História;

_Professor de Língua Inglesa;

_Professor de Língua Portuguesa;

_Professor de Língua Matemática;

_Professor de Pedagogia.

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo consistirão em:

1. Língua Portuguesa com interpretação de texto;

2. Conhecimentos Gerais;

3. Conhecimentos Específicos.

LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS:

Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação.

CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS:

Município de Campos de Júlio: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal; Atualidades gerais, político, econômico, social e ambiental.

Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do Mundo, do Brasil e do Estado de Mato Grosso.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE auxiliar de desenvolvimento infantil - ADI

Lei Federal n.º 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal n.º 9.394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Indivíduo e Sociedade. Família na sociedade brasileira atual. Cultura, Identidades culturais. Questões étnicas, racismo. Diferenças culturais e discriminação. Globalização, descentralização e participação social. Trabalho e desemprego na Sociedade de Classes Democracia e participação política; Direitos civis, políticos e sociais. Direitos de cidadania no Brasil na atualidade. A Constituição de 1988. Plano de Defesa de Direitos Humanos. Assistência social como direito. Enfrentamento da pobreza. Direitos das pessoas com deficiência, dos idosos. Violação de direitos. Políticas públicas de proteção social e a rede sócio assistencial de proteção social. Atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano/apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campos de Júlio; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor DE Ciências: Trabalhando o corpo: Modificações externas do corpo; Alimentação; Atividades físicas do indivíduo e suas reações para o desenvolvimento harmônico do organismo; Relações entre saúde e nutrição; Higiene e saúde - abordagem biológica, social, política e econômica; Células/Tecidos/Órgãos/Aparelhos-Sistema; Célula animal e vegetal; Condições de vida determinante do estado de saúde. Organismo saudável/doente: Transformação e manutenção dos alimentos em energia básica; Importância e evolução da genética. Hereditariedade: Transmissão dos caracteres hereditários; Cromossomos; Genes recessivos e dominantes; Primeira lei de Mendel; Herança e meio; Herança ligada ao sexo; Grupos sangüíneos; Fator RH - Eristoblastose fetal; Casamento consangüíneo; Doenças sexualmente transmissíveis - abordagem biológica, social, política e econômica. O meio e suas inter-relações. Relações ecológicas; Cadeia e teia alimentar; Flora e fauna do estado e do país; Utilização adequada dos recursos; Matéria; Transformações da energia no meio ambiente e suas aplicações; Força/movimento dos corpos; Segurança/primeiros socorros; Plantas tóxicas e medicinais; Vícios sociais; Animais peçonhentos; Microorganismos; Doenças causadas e ou transmitidas por: vírus, bactérias, protozoários, vermes, antrópodes. Matéria: Propriedades físicas e estado da matéria;

Estrutura da matéria; Substância simples e composta; Misturas e métodos de separação; Fenômenos físicos e químicos; Reações químicas; Ligações químicas - Valência; Funções químicas: óxidos, ácidos, sais e bases. Energia: Força/movimento dos corpos; Equilíbrio dos corpos; Trabalho e energia; Calor de temperatura; Ondas; Luz; Som; Eletricidade; Magnetismo. Explorando o universo: Viagem pelo espaço; As descobertas espaciais e suas influências; Desenvolvimento da astronáutica e suas implicações sociais, políticas e econômicas; Medidas: tempo, espaço, velocidade; Recursos usados para medidas a grandes distâncias; Importância dos satélites espaciais; Evolução de tempo e fenômenos metereológicos; Exploração Aerofotogramétrica; Gravitação; Movimentos dos corpos celestes; Força de interação no movimento dos astros. Reinos: Animal, Vegetal e mineral.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor DE Educação Física: Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre jogos; Conhecimentos sobre lutas; Conhecimentos sobre danças; Conhecimentos sobre atividades aquáticas/natação; Conhecimentos sobre capoeira; Práticas corporais alternativas; Legislação sobre educação física; Estudo das capacidades físicas; Estudo das habilidades físicas; Educação Física e estilo de vida; Socorros de urgência aplicados ao ambiente escolar; Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; Noções sobre ergonomia no contexto escolar; Conhecimentos sobre atividades posturais; Abordagens da Educação Física; Ética profissional no ambiente escolar; Educação Física adaptada. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campo Verde; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor de Geografia: Integração entre sociedade e natureza no espaço imediato de vida do aluno: As transformações desse espaço, via trabalho, considerando o aproveitamento político-econômico dos elementos naturais. A produção do Espaço Geográfico Brasileiro: O processo de industrialização na produção do espaço urbano, suas implicações na produção do espaço rural e na sociedade. O processo de produção do espaço geográfico brasileiro: A regionalização como resultado da apropriação econômico-social politicamente diferenciada. Os grandes conjuntos regionais: Centro-sul, Nordeste e Amazônia: O processo de industrialização, a produção do espaço urbano-rural e suas interações; A questão da terra; O problema do abastecimento; Os problemas urbanos e rurais; A realidade social nordestina. A relação sociedade/natureza no mundo contemporâneo: A apropriação diferenciada dos fatores de produção, a divisão internacional do trabalho e a construção de um espaço mundial também diferenciado. O mundo capitalista subdesenvolvido: As relações de dependência de tecnologia e de capitais; A urbanização e as alterações na relação cidade-campo; A questão ambiental. O mundo da economia planificada: A abordagem das relações políticas, econômicas e sociais; A produção do espaço urbano industrial; A produção do espaço agrário; A crise do socialismo; A transformação do leste europeu; A criação da comunidade dos Estados Independentes; A apropriação e a desagregação da natureza. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campo Verde; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor de História: O homem e a sociedade: agente social, agente da história. Conceito de História. A história e o ofício do historiador. Importância da história e o caráter globalizante do processo histórico: As fontes históricas e o tempo histórico. As comunidades primitivas: Os caçadores e coletores; Os pastores e agricultores; A natureza das comunidades primitivas. As comunidades antigas: O modo de produzir, organizar-se e pensar dos incas e egípcios; O modo de produzir, organizar-se e pensar dos gregos e romanos. A transição do escravismo para o feudalismo: A decadência do Império Romano do Ocidente: a crise do escravismo; As penetrações bárbaras e a formação dos Impérios bárbaros (germanos); O oriente bisantino e árabe: contribuições para a cultura ocidental. As novas relações de trabalho na Europa ocidental e o feudalismo: Economia, sociedade e organização política; A cultura medieval; A igreja; A transição do feudalismo para o capitalismo: A crise feudal; A modernidade européia; O sistema colonial. A consolidação do capitalismo: O capitalismo: conceito e característica; A luta política da burguesia européia; A revolução industrial; As lutas do proletariado europeu; A conjuntura européia. A crise do sistema colonial. A expansão capitalista e a divisão internacional do trabalho (século XIX e início do XX): A abertura de novos mercados separa o capitalismo europeu ocidental - o imperialismo; A expansão territorial e a consolidação do capitalismo norte-americano; A estruturação do estado na América Latina - o caudilhismo; O império brasileiro, trabalho e economia brasileira no século XIX; A república brasileira (1889/1920). O capitalismo financeiro e monopolista, as suas crises estruturais: o Neo-Imperialismo e a vida socialista: A introdução ao mundo contemporâneo: quadro geral; A conjuntura européia do início do século XX; A disputa e o enfrentamento entre o capitalismo e o socialismo; O Neo-Imperialismo e a América Latina; O Neo-Imperialismo e a luta de libertação da Ásia e da África; O Brasil (1920/1960). O capitalismo dependente, o subdesenvolvimento e as vias de superação: revolução e alinhamento internacional: Processos revolucionários; Ali-

nhamento; O Brasil de 1960 aos dias atuais; O mundo contemporâneo - questões atuais. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campo Verde; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor de língua inglesa: Métodos e abordagens de ensino de língua inglesa e os PCNs. O ensino da leitura em língua inglesa. O ensino do vocabulário e da gramática da língua inglesa. Inglês escrito e falado: contrastes principais. Conteúdo léxico-gramatical - Verbos: tempo, voz, aspecto e modo; Phrasal verbs e verbos preposicionados; Discurso direto e relatado. Substantivos, pronomes, artigos, adjetivos, possessivos, numerais. Advérbios e preposições. Subordinação, coordenação e períodos compostos. Coesão lexical e gramatical. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campos de Júlio; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor de Língua Portuguesa: Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campo Verde; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor (Matemática): Matemática Aplicada à Realidade - Conjuntos Numéricos: Números naturais; números inteiros; números racionais; números reais. Relações e funções: Noções sobre relação e funções; função do 1º grau; função do 2º grau. Matemática Comercial: Razão; proporção; médias; grandezas proporcionais; regra de três; juros; porcentagem; câmbio. Equações, inequações e sistemas: Equação do 1º grau; equação do 2º grau; sistema de equações do 1º grau. Cálculo Algébrico: Polinômios e operações; produtos notáveis; fatoração; operações com frações algébricas. Geometria: Ponto, reta, plano; semi-reta e segmento de reta; polígono; ângulo; triângulo; quadrilátero; circunferência e círculo; segmentos proporcionais; Teorema de Tales; Teorema das bissetrizes; semelhança de triângulos; relações métricas no triângulo retângulo; aplicação do Teorema de Pitágoras. Unidades de medidas: Comprimento; Superfície; Volume; Capacidade e massa. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campo Verde; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Professor de Pedagogia: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96. 2. Tendências Pedagógicas da Educação (Liberais e Progressistas). 3. Psicologia Genética (Piaget). 4. Teoria Sócio-construtivista (Vygotsky). 5. Henri Wallon – O desenvolvimento infantil. 6. A Psicogênese da Escrita. 7. O Projeto Político Pedagógico da Escola. 8- Filosofia e Educação: As concepções da educação, Os grandes pensadores em educação, Pensadores modernos e pós-modernos da educação. 9- Sociologia da comunicação: pressupostos (paradigmas sociológicos: Marx, Durkheim, Weber. 10. Parâmetros Curriculares Nacionais (séries iniciais) e Referencial da Educação Infantil. 11. Prática Educativa Interdisciplinar e Transdisciplinar. 12. A Literatura Infantil na Escola. 13. Educação e Ludicidade. 14. Educação Inclusiva (aspectos étnicos, culturais e raciais). 15. Educação Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial. 16. Avaliação Escolar sob uma perspectiva construtivista. 17. Pedagogia Libertadora (Paulo Freire). 18. Tecnologias, Informática e Educação. 19. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 20- Escola organizada por ciclos de formação humana; Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem. Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação: Concepções de sociedade, homem e educação; A função social da escola pública; O conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Os elementos do trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos e avaliação escolar); Concepção de desenvolvimento humano / apropriação do conhecimento na psicologia histórico-cultural; procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene. Legislação da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso e Município de Campos de Júlio; Principais influências Pedagógicas da atualidade; História da Educação a partir do século XX; Tendências da Educação Contemporânea; Educação Inclusiva; Pedagogia do Campo; Fundamentos da Psicologia da Educação; Ética Profissional; Interdisciplinaridade; Estatuto da Criança e do Adolescente; Temas transversais; Princípios de Avaliação.

ANEXO IV - MODELO DE FORMULÁRIO DE TÍTULOS

Nome do Candidato:_____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES:

(campos preenchidos pelo candidato)				(deixar em branco)	
Nº	Nº de Horas	Histórico/Resumo	Pré-pontuação		

*Observação: Preencher em letra de forma ou à máquina nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em duas vias, sendo uma para a comissão e outro como recibo de protocolo.

Declaro, para os devidos fins que possuo como requisito de habilitação para o cargo de inscrição - curso: _____ e não estou anexando o mesmo nesta relação.

Data: ____/____/2015.

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

ANEXO V - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
1/4/2015	08h00min	Publicação da Íntegra do Edital	Quadro de Avisos Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br
6/4/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Prazo para Recursos Sobre o Edital de Processo Seletivo	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
7/4/2015 a 16/4/2015	00h00min – 7/4/2015 até 24h00min – 13/4/2015	Período de Inscrições no Endereço Eletrônico: www.sydcon.com.br	www.sydcon.com.br
16/4/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Último Dia para Entrega dos Documentos (Item 4 deste Edital)	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
16/4/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Último Dia para Protocolo dos Títulos	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
17/4/2015	16h00min	Divulgação da Relação das Inscrições	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br
22/4/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Prazo para Recurso Sobre as Inscrições	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
23/4/2015	16h00min	Julgamento dos Recursos Sobre as Inscrições e Homologação Definitiva das Inscrições	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br
26/4/2015	08h00min às 11h00min	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br

ANEXO V - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
27/4/2015	16h00min	Divulgação dos Gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br
28/4/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Prazo para Recurso sobre os Gabaritos da Prova Objetiva	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
29/4/2015	16h00min	Julgamento dos Recursos Sobre os Gabaritos da Prova Objetiva	Prefeitura Municipal
30/4/2015	16h00min	Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova de Títulos	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br
4/5/2015	08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min	Prazo para Recurso sobre o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova de Títulos	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
5/5/2015	16h00min	Julgamento dos Recursos Sobre o Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Prefeitura Municipal
6/5/2015	16h00min	Divulgação do Resultado Final	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br

7/5/2015	08h00min às 11h00-min e das 13h00min às 17h00-min	Prazo para Recursos Sobre o Resultado Final.	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
8/5/2015	16h00min	Julgamento dos Recursos Sobre o Resultado Final	Prefeitura Municipal

ANEXO V - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
8/5/2015	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo para Homologação pelo Prefeito	Quadro de Avisos da Prefeitura www.camposdejulio.mt.gov.br diariomunicipal.org/mt/amm/. www.sydcon.com.br

ANEXO VI - MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO

FORMULÁRIO DE RECURSO

Para: Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 001/2015 - Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT.

Nome do Candidato:	
Número da Inscrição:	Cargo:

TIPO DE RECURSO – (Assinale o Tipo de Recurso)		Referente à Prova Objetiva
( )	Contra o Edital do Processo Seletivo Simplificado	Número da Questão:
( )	Contra Indeferimento de Inscrição	Gabarito Oficial:
( )	Contra Gabarito da Prova Objetiva	Resposta Candidato:
( )	Contra Resultado da Prova Objetiva	
( )	Contra o Resultado Final	

Justificativa do Candidato. Razões do Recurso

Obs.: Reproduzir a quantidade necessária - Preencher em letra de forma ou à máquina; entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: ____/____/2015.

Assinatura do Candidato	Assinatura do Responsável pelo Recebimento

ANEXO VII - REQUERIMENTO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome do Candidato:	
Número Inscrição:	Cargo:

Vem REQUERER vaga especial como PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____ Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____ Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____.

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

Data: ____/____/2015.

_____

Assinatura

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 023/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Locação de maquinário pesado

Contratado: V. L. MORETTO E CIA LTDA - EPP, CNPJ: 04.746.603/0001-98

Valor global: R$ 24.872,40 (vinte e quatro mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)

Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 023/2015.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 30 de Março de 2015.

Michelle C. Almeida Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 056- 2015

Data: 30/03/2015

Contratado: CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA EPP

Objeto: Execução de obras de Reforma Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Canarana-MT.

Valor: R$ R$ 54.425,11 (Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Vinte Cinco Reais e Onze Centavos).

Vigência: 30/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que os vencedores na sessão que se realizou na data de

17/03/2015

na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por lote foram:

- LOTES 01, 02, 12, 14 e 16 – FRACASSADOS
- LOTES 06, 08, 10, 11, 15 e 23 - DESERTOS
- LOTES 03, 07, 09 e 17 – AP DA SILVA MULTIEVENTOS - ME
- LOTES 04 e 13 – JOÃO GILBERTO LIMA & CIA LTDA-ME
- LOTE 05 – BENILDE INES LUCIO SCALABRINI – ME
- LOTE 18 – KAKANGAHU TASSU KUIKURU
- LOTE 19 – NILO KUIKURU
- LOTE 20 – AVENTU PIQUET KUIKURU
- LOTE 21 – URISSAPA TABATA KUIKURU
- LOTE 22 – NHEKOHILO LUCIANO KUIKURU

Canarana -MT, 31 de Março de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 057-2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 057- 2015

Data: 30/03/2015

Contratado: NELSI WINCK SILVA

Objeto: locação do imóvel comercial para fins de instalação do Hospital Municipal no município de Canarana-MT.

Valor Mensal: R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), de acordo com a cláusula 5ª.

Vigência: 30/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2540 / 2015

De 30 de Março de 2015

Dispõe sobre a convocação de candidatos

aprovados em concurso público.

Evaldo Osvaldo Diehl, prefeito municipal de Canarana ,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº 001/2014 considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art.14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana, para tratar de assunto de seu interesse.

Parágrafo único. O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerada desistente da vaga.

Art. 2° A candidata convocada é a seguinte:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/Concurso
CELIA REGINA DOS SANTOS	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	RESERVA	EDITAL 001/2014

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 30 de março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 191/2015

De 30 de março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NIVIA SCHINEIDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora NIVIA SCHNEIDER por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2013 A 02/04/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 30 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 192/2015

De 30 de março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AMANDA DEZONTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora AMANDA DEZONTINI por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/04/2014 A 31/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 30 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO *AO CONTRATO N.º 073/2014,* **QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESA J.C BAPTISTA FERREIRA GARCIA- ME.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor EVALDO OSVALDO DIEHL, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº 132.773.839-20, e de outro lado a empresa J.C BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 11.073.488/0001-01, Inscrição Estadual nº. 13.376.119-3, estabelecida na cidade de Canarana – MT, à Av. Fernando Correa da Costa, nº 4413, sala 05, Cep. 78.080-000, em Cuiabá-MT, neste ato representada por ALICE SOUZA GARCIA, Carteira de Identidade nº.070.296 SSP/MT e CPF nº 175.585.141-34, e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1 - Alteração do inciso 3.5 da CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGENCIA, do Contato n°. 073/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGENCIA

3.1 - (...)

3.2 - (...)

3.3 - (...)

3.4 - (...)

3.5 - O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura até o dia 03/04/2015, podendo, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

1.1.2 – Prorrogação do Contrato nº. 073/2014, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência prorrogada até o dia 25/09/2015, podendo ocorrer a extinção do ajuste antes do decurso desse prazo, caso a administração efetue contratação resultante de novo procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Na hipótese da extinção do contrato pela conclusão de novo procedimento licitatório, a CONTRATADA deverá ser pré-avisada com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data da cessação da prestação dos serviços, por ofício da autoridade competente.

CLAUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A necessidade promovida por este Termo Aditivo se deve devido a não previsão no contrato originário de Clausulas prevendo a alteração contratual, e diante disso a administração se sentiu na obrigação de promover o presente aditamento.

2.2 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os materiais oferecidos pelo CONTRATADO são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os mesmos foram entregues de forma satisfatória, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência.

2.3 – O presente aditivo encontra embasamento legal no Art. 65, inciso II, alínea “b” e art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício e orçamento para o ano de 2.015 na dotação orçamentária abaixo mencionada:

ÓRGÃO : 09 – Secretaria Municipal de Ação Social

UNIDADE : 02

Função: 08

Sub-função: 244

Programa: 1095

Atividade: 2.087

Elemento: 3.3.90.30

Código Reduzido: 411

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no contrato nº 073/2014, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E DA RATIFICAÇÃO

5.1 - A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

5.2 - Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato nº 073/2014, firmado em 03 de Abril de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 25 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

_____

EVALDO OSVALDO DIEHL

PREFEITO MUNICIPAL

J.C BAPTISTA FERREIRA GARCIA – ME

_____

ALICE SOUZA GARCIA

RG: 070.296/MT CPF: 175.585.141-34

FISCAL DO CONTRATO

_____

GRETHAN POLLYANNA KOESTER VIANA

Portaria nº 055/2014 de 20/02/2014

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015

PROCESSO Nº. 014/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº.132.773.839-20, **RESOLVE** registrar os preços da empresa

L.R. DE FARIA ME

, inscrita no CNPJ/MF nº 20.668.655/0001-40 estabelecida na cidade de Canarana –MT, à Av Mato Grosso, nº 315, Centro, neste ato representada por LILIA RUTH DE FARIA, Carteira de Identidade nº. 214.9956 SSP/GO, CPF nº666.759.361-15, nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº 007/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da (S) empresa (S) L.R. DE FARIA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 20.668.655/0001-40 estabelecida na cidade de Canarana-MT, à Av. Mato Grosso, para o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de propaganda volante para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT*, conforme especificações do Edital.*

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2015, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no Processo nº 014/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: L.R. DE FARIA - ME

CNPJ: 20.668.655/0001-40

Endereço: Av. Mato Grosso, nº 315, Centro.

CEP: 78640-000 Cidade/Estado: Canarana-MT

Representante Legal: Lilia Ruth de Faria

RG: 214.9956 SSP/GO CPF: 666.759.361-15

3.2 - Descrição, Quantidade e ITENS Registrados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Veículo Tipo I – Veículo modelo GOL 1000, Marca VW, ano de fabricação e modelo 1996/1996, para propaganda volante com no mínimos 04 lados com sistema de som e que atinja 90 decibéis e em perfeitas condições de tráfego, devidamente habilitado pelo DETRAN.	Hora	3.590	44,00	157.960,00

CLAUSULA QUARTA – ORGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretaria Municipal de Administração e Secretarias Municipais de Saúde, Obras e Serviços Urbanos, Assistência Social, Finanças, Gabinete do Prefeito, Agricultura e Meio Ambiente, Esporte e Lazer e Educação e Cultura.

4.2 – A presente ATA esta vinculada ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Canarana-MT, 24 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

L.R. DE FARIA – ME

LILIA RUTH DE FARIA

RG nº. 2149956 SSP/GO E CPF nº 666.759.361-15

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193/2015

De 30 de março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ STEFANISKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor JOSÉ STEFANISKI por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 22/01/2010 A 21/01/.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 30 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 194/2015

De 30 de março de 2015.

Designa Servidor para Função Agente de Desenvolvimento Local.

Evaldo Osvaldo Diehl Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 39 da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 – Lei da Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Designa Lauri Biguelini para exercer a Função de Agente de Desenvolvimento Local - Responsável pelo Centro de Atendimento do Empreendedor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria 139/2013 de 26 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 30 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA - CONCORRÊNCIA Nº 001/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT., comunica que a Sessão Pública de *Abertura do Invólucro nº 02* contendo a Proposta Técnica da **Concorrência Nº 001/2015**, cujo objeto é a **concessão remunerada de exploração de espaço no Canteiro Central da Avenida Paraná, cruzamento com a Avenida Rio Grande do Sul, bairro Centro, tamanho de 14mx22m para a instalação de 01 (um) Outdoor de Led para divulgação das Potencialidades do Município de Canarana-MT**, será realizada **no dia 14 de Abril de 2015 (Terça-feira), às 10h00 (Brasília)**, na Sala de licitações.

Canarana - MT, 31 de Março de 2015.

_____

Marli Ines Londero

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°189/2015.

De 27 de Março de 2015

Dispõe sobre prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo administrativo nomeada através da Portaria n°122/2015 e alterada pela portaria nº142/2015.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e com base no que dispõe a Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos e;

Considerando a solicitação da Comissão por meio do ofício nº006/2015, datado de 27 de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo administrativo nomeada pela Portaria n° 122/2015 e alterada pela portaria nº 142/2015, por mais 30 dias, a contar da data de publicação desta portaria.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 27 de Março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 190/2015.

De 30 de março de 2015.

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ANGELICA JANAINA ALVES, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR LIC-PLENA-01 EMEB VIRIATO CORREA,Lotada na Secretaria de Educação,da Lei Complementar nº 124/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº. 2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 30 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Ribeiro de Souza – brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº. 0325037-7 SSP/PR e CPF/MF nº. 284.335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza nº. 633, na cidade de Carlinda/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **REOBOTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.417.424/0001-70**, e Inscrição Estadual n.º13.22.54.90-5 estabelecida a Rua Estados Unidos nº145, CEP: 78.580-000, na cidade de Alta Floresta-MT, neste ato representada pelo Sr. Dinnéa Mara Bueno de Godoi da Silva, portador do CIRG n.º 0838677-3 SSP-MT e CPF N°621.612.451-04 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10. 520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2015**, para

REGISTRO DE PREÇOS

, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ACADÊMICOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência em anexo, e especificado abaixo:

ITEM	ITINERÁRIO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	Linha: Carlinda - Alta Floresta – Unemat – Uniflor ida / Uniflor - Unemat – Carlinda volta.	Km	7.000	R$ 4,42	R$ 30,940,00
VALOR TOTAL R$: 30,940,00					

1.2. Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 30/03/2015 até 30/03/2016.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da partir da execução dos serviços licitados e emissão da Nota Fiscal devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 A execução dos serviços deverá ser em até 02 (dois) dias, contados da expedição da ordem de serviço.

4.1.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

4.1.2 O Serviço de Transporte Acadêmico deverá ser executado conforme itinerário descrito no item e o veículo devera atender na integra as exigências, todos previstos no Termo de Referência em anexo.

4.2 O prazo previsto no item 12.1 deve ser reduzidos de acordo com a gravidade e emergência do caso, encaminhada para as empresas/entidades, a fim de não prejudicá-las.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8. 666/1993.

4.4 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

4.5 Em caso de emergência os serviços deverão ser realizados imediatamente pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 **- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.**

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os ele-

mentos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 **- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.**

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo Município.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do Município; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo Município, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2015 a proposta da empresa REOBOTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.417.424/0001-70, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 30 de Março de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Prefeito Municipal

REOBOTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA,

CNPJ nº 05.417.424/0001-70

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

RREO - ANEXO 02 1º BIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.176.500,00	21.162.500,00	4.659.019,20	4.659.019,20	2.414.950,76	2.414.950,76	94,20	11,41	18.747.549,24
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.781.000,00	1.878.218,00	805.652,50	805.652,50	279.603,35	279.603,35	10,90	14,88	1.598.614,65
ADMINISTRACAO GERAL	1.672.000,00	1.562.782,00	513.480,25	513.480,25	199.827,27	199.827,27	7,79	12,78	1.362.954,73
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	105.000,00	110.553,00	22.067,96	22.067,96	17.405,51	17.405,51	0,67	15,74	93.147,49
ASSISTENCIA AO IDOSO	11.000,00	6.747,00							6.747,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	774.000,00	772.700,00	170.587,83	170.587,83	98.781,36	98.781,36	3,85	12,78	673.918,64
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.700.885,00	1.783.000,00	579.859,41	579.859,41	207.397,53	207.397,53	8,09	11,63	1.575.602,47
ATENCAO BASICA	4.005.000,00	3.937.885,00	750.863,26	750.863,26	468.907,52	468.907,52	18,29	11,90	3.468.977,48
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	40.000,00	40.000,00	7.234,38	7.234,38	2.025,80	2.025,80	0,07	5,06	37.974,20
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	96.000,00	96.000,00	17.612,92	17.612,92	2.060,05	2.060,05	0,08	2,14	93.939,95
VIGILANCIA SANITARIA	142.800,00	143.800,00	5.322,86	5.322,86	5.322,86	5.322,86	0,20	3,70	138.477,14
TRABALHO									
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	231.615,00	231.615,00	231.615,00	231.615,00	25.581,38	25.581,38	0,99	11,04	206.033,62
EDUCAÇÃO									
EDUCACAO ESPECIAL	122.000,00	122.000,00							122.000,00
EDUCACAO INFANTIL	921.000,00	921.000,00	152.029,91	152.029,91	151.329,85	151.329,85	5,90	16,43	769.670,15
ENSINO FUNDAMENTAL	5.181.000,00	5.163.000,00	741.481,11	741.481,11	593.306,11	593.306,11	23,14	11,49	4.569.693,89
ENSINO SUPERIOR	30.000,00	30.000,00							30.000,00
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	237.500,00	237.500,00	2.575,33	2.575,33	2.575,33	2.575,33	0,10	1,08	234.924,67
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	325.000,00	325.000,00	109.257,00	109.257,00	29.257,00	29.257,00	1,14	9,00	295.743,00
SERVICOS URBANOS	534.000,00	534.000,00	88.360,06	88.360,06	51.975,06	51.975,06	2,02	9,73	482.024,94
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	5.000,00	5.000,00							5.000,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO URBANO	70.000,00	70.000,00							70.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	130.000,00	113.000,00	36.236,00	36.236,00	2.986,00	2.986,00	0,11	2,64	110.014,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									

Emissão: 31/03/2015 15:46:59 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

ABASTECIMENTO	5.000,00	5.000,00							5.000,00
ADMINISTRACAO GERAL	506.000,00	506.000,00	96.926,10	96.926,10	73.803,47	73.803,47	2,87	14,58	432.196,53
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
TURISMO	193.200,00	210.200,00	53.771,69	53.771,69	26.581,58	26.581,58	1,03	12,64	183.618,42
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	2.086.500,00	2.086.500,00	204.165,23	204.165,23	159.121,38	159.121,38	6,20	7,62	1.927.378,62
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	221.000,00	221.000,00	34.920,40	34.920,40	11.089,87	11.089,87	0,43	5,01	209.910,13
ENCARGOS ESPECIAIS									
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	40.000,00	40.000,00	35.000,00	35.000,00	6.012,48	6.012,48	0,23	15,03	33.987,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00							10.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	903.500,00	887.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	5,79	16,74	738.857,93
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 22.080.000,00	R$ 22.050.000,00	R$ 4.807.661,27	R$ 4.807.661,27	R$ 2.563.592,83	R$ 2.563.592,83	100,00	11,62	R$ 19.486.407,17

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**Inicial**	**Atualizada (a)**	**Despesa Empenhada**		**Despesas Liquidadas**				**Saldo a Liquidar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/total e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	903.500,00	887.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	5,79	16,74	738.857,93
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	55.000,00	55.000,00	10.265,64	10.265,64	10.265,64	10.265,64	0,40	18,66	44.734,36
ADMINISTRACAO GERAL	39.000,00	39.000,00	7.982,94	7.982,94	7.982,94	7.982,94	0,31	20,46	31.017,06
ASSISTENCIA COMUNITARIA	43.500,00	43.500,00	6.323,41	6.323,41	6.323,41	6.323,41	0,24	14,53	37.176,59
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	55.000,00	55.000,00	1.320,69	1.320,69	1.320,69	1.320,69	0,05	2,40	53.679,31
ATENCAO BASICA	110.000,00	92.000,00	27.071,38	27.071,38	27.071,38	27.071,38	1,05	29,42	64.928,62
VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00	7.000,00	6.764,84	6.764,84	6.764,84	6.764,84	0,26	96,64	235,16
EDUCACAO INFANTIL	121.000,00	121.000,00	21.133,57	21.133,57	21.133,57	21.133,57	0,82	17,46	99.866,43
ENSINO FUNDAMENTAL	394.000,00	394.000,00	57.015,61	57.015,61	57.015,61	57.015,61	2,22	14,47	336.984,39
DIFUSAO CULTURAL	6.000,00	6.000,00	446,56	446,56	446,56	446,56	0,01	7,44	5.553,44
SERVICOS URBANOS	5.000,00	5.000,00							5.000,00
ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00	15.000,00	2.122,68	2.122,68	2.122,68	2.122,68	0,08	14,15	12.877,32
TURISMO	10.000,00	10.000,00	1.475,61	1.475,61	1.475,61	1.475,61	0,05	14,75	8.524,39
TRANSPORTE RODOVIARIO	35.000,00	35.000,00	5.642,37	5.642,37	5.642,37	5.642,37	0,22	16,12	29.357,63
DESPORTO COMUNITARIO	10.000,00	10.000,00	1.076,77	1.076,77	1.076,77	1.076,77	0,04	10,76	8.923,23

Emissão: 31/03/2015 15:46:59 — Page 2 de 3

Homologado

RREO - ANEXO 08 1º BIMESTRE 2015

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	915.000,00	915.000,00	68.013,63	68.013,63	7,43%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	285.000,00	285.000,00	14.620,61	14.620,61	5,13%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.000,00	150.000,00	6.776,79	6.776,79	4,52%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	266,84	266,84	5,34%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	6.578,85	6.578,85	6,58%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	2.501,26	2.501,26	5,00%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(20.000,00)	(20.000,00)	(1.503,13)	(1.503,13)	(7,52)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	350.000,00	350.000,00	21.264,67	21.264,67	6,08%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	350.000,00	350.000,00	21.264,67	21.264,67	6,08%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	280.000,00	280.000,00	32.128,35	32.128,35	11,47%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.000,00	270.000,00	32.047,11	32.047,11	11,87%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	77,75	77,75	1,56%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	3,49	3,49	0,07%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.214.000,00	12.214.000,00	2.193.296,74	2.193.296,74	17,96%
2.1- Cota-Parte FPM	7.800.000,00	7.800.000,00	1.539.589,30	1.539.589,30	19,74%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.800.000,00	7.800.000,00	1.539.589,30	1.539.589,30	19,74%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	571.251,31	571.251,31	15,03%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	6.179,25	6.179,25	15,45%
2.5- Cota-Parte ITR	150.000,00	150.000,00	13.502,72	13.502,72	9,00%
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	59.246,14	59.246,14	14,81%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	4.000,00	4.000,00	3.528,02	3.528,02	88,20%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.129.000,00	13.129.000,00	2.261.310,37	2.261.310,37	17,22%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	565.000,00	565.000,00	119.293,00	119.293,00	21,11%
5.1- Transferências do Salário-Educação	280.000,00	280.000,00	81.812,81	81.812,81	29,22%
5.2- Outras Transferências do FNDE	285.000,00	285.000,00	37.480,19	37.480,19	13,15%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400.000,00	400.000,00	56.011,36	56.011,36	14,00%
6.1- Transferência de Convênios	400.000,00	400.000,00	56.011,36	56.011,36	14,00%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.000,00	200.000,00			
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.165.000,00	1.165.000,00	175.304,36	175.304,36	15,05%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.442.000,00	2.442.000,00	436.717,74	436.717,74	17,88%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.560.000,00	1.560.000,00	307.917,81	307.917,81	19,74%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	114.250,24	114.250,24	15,03%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00			
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00			
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	30.000,00	30.000,00	2.700,53	2.700,53	9,00%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	11.849,16	11.849,16	14,81%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.210.000,00	4.210.000,00	739.915,53	739.915,53	17,58%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.200.000,00	4.200.000,00	738.433,05	738.433,05	17,58%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.482,48	1.482,48	14,82%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.758.000,00	1.758.000,00	301.715,31	301.715,31	17,16%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 31/03/2015 15:47:49 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	107.411,44
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015²	107.411,44

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.282.250,00	3.282.250,00	565.327,59	565.327,59	17,22%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	301.715,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	1.482,48
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	303.197,79
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	-303.197,79
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	-13,41

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	107.411,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	738.433,05	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.482,48	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	847.326,97	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Emissão: 31/03/2015 15:47:49 Page 2 de 2
Homologado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves,

s/nº, na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Ribeiro de Souza, brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº 0325037-7 SSP/PR e CPF/MF nº 284. 335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza nº. 633, na cidade de Carlinda/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º01.507.091/0001-19, e Inscrição Estadual n.º 51.200. 618.859 estabelecida na AV Tancredo de Almeida Neves.ºNº439, bairro Centro, cidade de Carlinda MT, neste ato representada pelo Sr ADEMIR OLIVEIRA portador do CPF: 792.840.781-72 e RG: 1025980-5 SJ/MT, residente e domiciliado na cidade de Carlinda-MT, com procuração registrada no Cartório Ribeiro – Livro nº P/022, Folha 175, selo digital AJK09033- doravante doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2015**, para

REGISTRO DE PREÇOS

, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DE EXTREMA POBREZA, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARLINDA - MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND.	QTDE.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Aquisição de Cestas Básicas de Gêneros Alimentícios para atender a necessidade de famílias de baixa renda e de extrema pobreza, atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Carlinda – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.	Und.	600	R$48,00	R$28. 800,00

As cestas básicas de gêneros alimentícios deverão conter, obrigatóriamente, os seguintes itens e quantidades relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	AÇÚCAR - 2 KG	Pacote	1
02	ARROZ TIPO 1 – 5 KG	Pacote	2
03	BOLACHA DE ÁGUA E SAL	Pacote	1
04	EXTRATO DE TOMATE - 300 GR	Unidade	1
05	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 – 1 KG	Pacote	2
06	FUBÁ DE MILHO – 500 GR	Pacote	1
07	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE – 1 KG	Pacote	1
08	ÓLEO DE SOJA	Unidade	1
09	SAL REFINADO IODADO BRANCO – 1 KG	Pacote	1

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 24/03/2015 até 24/03/2016.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos licitados e apresentação da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Administração.

3.2- O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos produtos entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

3.3- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.4- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.6- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.7- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O produto será fornecido de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 As cestas deverão ser entregues sem nenhum ônus para a Prefeitura, diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social ou local por esta indicado, podendo as Requisições serem diariamente, semanalmente ou mensalmente.

4.2 O produto deverá ser entregue no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da Solicitação.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8. 666/1993.

4.4 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os ele-

mentos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2015, a proposta da empresa COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA-EPP, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 24 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Prefeito Municipal

COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA-EPP

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

NILTON NUNES GABRIEL

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

RREO - ANEXO 12 1º BIMESTRE 2015

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO/2015 - Bimestre JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	13.190.000,00	13.190.000,00	2.257.983,90	17,12
Impostos	890.000,00	890.000,00	65.314,32	7,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.000,00	50.000,00	2.501,26	5,00
Divida Ativa dos Impostos	100.000,00	100.000,00	6.578,85	6,58
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	12.150.000,00	12.150.000,00	2.183.589,47	17,97
Da Uniao	7.950.000,00	7.950.000,00	1.553.092,02	19,54
Do Estado	4.200.000,00	4.200.000,00	630.497,45	15,01
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	2.515.000,00	2.515.000,00	340.727,48	13,55
Da Uniao para o Municipio	2.295.000,00	2.295.000,00	317.524,18	13,84
Do Estado para o Municipio	220.000,00	220.000,00	23.203,30	10,55
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				
TOTAL	**15.705.000,00**	**15.705.000,00**	**2.598.711,38**	**16,54**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	5.218.685,00	5.399.000,00	1.394.429,04	25,83
Pessoal e Encargos Sociais	2.350.300,00	2.281.480,00	434.114,99	19,03
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	2.868.385,00	3.117.520,00	960.314,05	30,80
DESPESAS DE CAPITAL	936.000,00	755.685,00	1.620,70	0,21
Investimentos	936.000,00	755.685,00	1.620,70	0,21
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**6.154.685,00**	**6.154.685,00**	**1.396.049,74**	**22,68**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (e)	% (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	6.154.685,00	6.154.685,00	1.396.049,74	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	6.140.685,00	6.140.685,00	1.396.049,74	100,00
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS	5.740.685,00	5.921.000,00	1.396.049,74	100,00
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos	400.000,00	219.685,00		
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**14.000,00**	**14.000,00**		

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	0,00	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 18,00% ** [(VI - VII f) / I]	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g)
Atencao Basica	4.115.000,00	4.029.885,00	777.934,64	55,72
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	1.755.885,00	1.838.000,00	581.180,10	41,63
Suporte Profilatico e Terapeutico	40.000,00	40.000,00	7.234,38	0,51
Vigilancia Sanitaria	147.800,00	150.800,00	12.087,70	0,86
Vigilancia Epidemiologica	96.000,00	96.000,00	17.612,92	1,26
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL	**6.154.685,00**	**6.154.685,00**	**1.396.049,74**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício
² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 31/03/2015 15:48:45 Page 1 de 1
Homologado

RREO - ANEXO 01 DESPESAS 1º BIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.961.500,00	-14.000,00	25.947.500,00	4.659.019,20	4.659.019,20	2.414.950,76	2.414.950,76	9,30	23.532.549,24
DESPESAS CORRENTES	20.385.500,00	320.086,00	20.705.586,00	4.621.434,50	4.621.434,50	2.403.678,99	2.403.678,99	11,60	18.301.907,01
Pessoal e Encargos Sociais	11.030.000,00	-52.820,00	10.977.180,00	1.465.530,09	1.465.530,09	1.465.530,09	1.465.530,09	13,35	9.511.649,91
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	944,41	944,41	18,88	4.055,59
Outras Despesas Correntes	9.350.500,00	372.906,00	9.723.406,00	3.150.904,41	3.150.904,41	937.204,49	937.204,49	9,63	8.786.201,51
DESPESAS DE CAPITAL	3.106.000,00	-334.086,00	2.771.914,00	37.584,70	37.584,70	11.271,77	11.271,77	0,40	2.760.642,23
Investimentos	3.071.000,00	-334.086,00	2.736.914,00	7.584,70	7.584,70	6.203,70	6.203,70	0,22	2.730.710,30
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	35.000,00		35.000,00	30.000,00	30.000,00	5.068,07	5.068,07	14,48	29.931,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00		10.000,00						10.000,00
RESERVA DO RPPS	2.460.000,00		2.460.000,00						2.460.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	923.500,00	-16.000,00	907.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	16,37	758.857,93
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	26.885.000,00	-30.000,00	26.855.000,00	4.807.661,27	4.807.661,27	2.563.592,83	2.563.592,83	9,54	24.291.407,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.885.000,00	-30.000,00	26.855.000,00	4.807.661,27	4.807.661,27	2.563.592,83	2.563.592,83	9,54	24.291.407,17
SUPERÁVIT (XIII)						775.880,23	775.880,23		-775.880,23
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.885.000,00	-30.000,00	26.855.000,00	4.807.661,27	4.807.661,27	3.339.473,06	3.339.473,06	12,43	23.515.526,94

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES	923.500,00	-16.000,00	907.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	16,37	758.857,93
Pessoal e Encargos Sociais	923.500,00	-16.000,00	907.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	16,37	758.857,93
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	923.500,00	-16.000,00	907.500,00	148.642,07	148.642,07	148.642,07	148.642,07	16,37	758.857,93

Emissão: 31/03/2015 15:43:58

Page 1 de 2

Homologado

RREO - ANEXO 01 RECEITAS 1º BIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.950.000,00	22.950.000,00	3.339.473,06	14,55	3.339.473,06	14,55	19.610.526,94
RECEITAS CORRENTES	21.440.000,00	21.440.000,00	3.339.473,06	15,57	3.339.473,06	15,57	18.100.526,94
RECEITA TRIBUTARIA	1.273.500,00	1.273.500,00	100.650,65	7,90	100.650,65	7,90	1.172.849,35
Impostos	1.160.000,00	1.160.000,00	97.361,43	8,39	97.361,43	8,39	1.062.638,57
Taxas	113.500,00	113.500,00	3.289,22	2,89	3.289,22	2,89	110.210,78
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	5.577,41	4,64	5.577,41	4,64	114.422,59
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	120.000,00	120.000,00	5.577,41	4,64	5.577,41	4,64	114.422,59
RECEITA PATRIMONIAL	191.000,00	191.000,00	33.353,37	17,46	33.353,37	17,46	157.646,63
Receitas Imobiliárias	1.000,00	1.000,00	280,00	28,00	280,00	28,00	720,00
Receitas de Valores Mobiliários	190.000,00	190.000,00	33.003,37	17,37	33.003,37	17,37	156.996,63
Receitas de Concessões e Permissões			70,00		70,00		-70,00
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	52.000,00	52.000,00	563,92	1,08	563,92	1,08	51.436,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.575.000,00	19.575.000,00	3.178.328,66	16,23	3.178.328,66	16,23	16.396.671,34
Transferências Intergovernamentais	18.563.000,00	18.563.000,00	3.122.317,30	16,82	3.122.317,30	16,82	15.440.682,70
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.012.000,00	1.012.000,00	56.011,36	5,53	56.011,36	5,53	955.988,64
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.500,00	228.500,00	20.999,05	9,18	20.999,05	9,18	207.500,95
Multa de Juros de Mora	73.500,00	73.500,00	4.194,03	5,70	4.194,03	5,70	69.305,97
Indenizações e Restituições	20.000,00	20.000,00	7.372,27	36,86	7.372,27	36,86	12.627,73
Receita da Dívida Ativa	135.000,00	135.000,00	9.432,75	6,98	9.432,75	6,98	125.567,25
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	1.510.000,00	1.510.000,00					1.510.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000,00	1.500.000,00					1.500.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.500.000,00	1.500.000,00					1.500.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	22.950.000,00	22.950.000,00	3.339.473,06	14,55	3.339.473,06	14,55	19.610.526,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.950.000,00	22.950.000,00	3.339.473,06	14,55	3.339.473,06	14,55	19.610.526,94
DÉFICIT (VI)	3.935.000,00	3.905.000,00	1.468.188,21	37,59	1.468.188,21	37,59	2.436.811,79
TOTAL(VII) = (V + VI)	26.885.000,00	26.855.000,00	4.807.661,27	17,90	4.807.661,27	17,90	22.047.338,73

Emissão: 31/03/2015 15:43:58

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
DECRETO MUNICIPAL Nº. 024/2015

DATA: 30 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA- MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado Ponto Facultativo na Secretaria Municipal de Saúde nos dias 30 e 31/03/2015, em virtude do falecimento do Sr. Jose Fidelis de Oliveira, pai da servidora municipal Sra. Janda Carlota Schneider, conforme Decreto n° 023/2015 de 30/03/2015.

Parágrafo Primeiro: O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários as atividades de caráter essencial, tais como, saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal Cláudia - Estado de Mato Grosso, 30 de março de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
DECRETO Nº 023/2015

DATA: 30 de Março de 2015

SÚMULA: Decreta Luto Oficial pelo Falecimento do Srº Jose Fidelis de Oliveira.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado Luto Oficial por 03 (Três) dias, devido ao falecimento do Srº **Jose Fidelis de Oliveira**, pioneiro deste município e pai da servidora pública Sra. **Janda Carlota Schneider**.

Artigo 2º - Os efeitos deste Decreto são referentes à data do falecimento (30/03/2015).

Cláudia – MT, 30 de Março de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
DECRETO MUNICIPAL Nº. 022/2015

DATA: 24 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ORGÃO PUBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA- MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado Ponto Facultativo nos órgãos da administração pública municipal no dia 02/04/2014, em virtude da comemoração religiosa de "Quinta-feira Santa".

Parágrafo Primeiro: O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários as atividades de caráter essencial, tais como, saúde e limpeza pública.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal Cláudia - Estado de Mato Grosso, 24 de março de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO CARTA CONVITE 003/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO

CARTA CONVITE Nº 003/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO, TORNA PUBLICO AOS INTERRESSADOS QUE REALIZOU LICITAÇAO NA MODALIDADE CARTA CONVITE - SERVIÇOS Nº 003/2015, PARA **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE VIA PÚBLICA, INCLUSIVE PASSEIO, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, COM QUANTIDADE ESTIMADA DE 10.000,00 M2 DE PAVIMENTAÇÃO**, E SAGROU VENCEDORA A EMPRESA: P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA ME – CNPJ: 17.504.585/0001-80, NO VALOR DE 29.900,00 (VINTE E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS) .

COCALINHO MT, 30 DE MARÇO DE 2015

GRAZIELA MEOTTI

PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITAÇAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 089/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 089/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: Revoga o Decreto Nº. 051/GP/2013 **de 18 de janeiro de 2013, e dá outras providencias.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Revoga **o Decreto nº. 051/GP/2013 que concedeu acréscimo de 20% (vinte por cento) a Servidora Efetiva ocupante do Cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, Senhora Janete Rosa Dias Fernandes para exercer a Função de Confiança como Coordenadora Pedagógica das Escolas do Campo desta Municipalidade.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 19 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 19/03/2015 a 19/04/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 090/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 090/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: Revoga o Decreto Nº. 137/GP/2014 **de 04 de fevereiro de 2014, e dá outras providencias.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Revoga **o Decreto nº. 137/GP/2014 que concedeu acréscimo de 20% (vinte por cento) a Servidora Efetiva ocupante do Cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 horas, Senhora Elizete Sodré Oliveira para exercer a Função de Confiança como Supervisora Pedagógica Municipal desta Municipalidade.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 19 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 19/03/2015 a 19/04/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 087/GP/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 087/GP/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora

LUANA APARECIDA ELER GALTER,

portadora do RG N.º 2300645-5 SSP/MT E CPF nº. 043.363.601-70, para exercer o cargo de Assessor Adjunto, Responsável pelo PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, vinculado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 16 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 16/03/2015 a 16/04/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 076/GP/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 076/GP/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor

ANTONIO SERGIO ARAUJO DA SILVA,

portador do RG N.º 2699093-8 SSP/MT E CPF nº. 031.676.268-79, para exercer o cargo de Assessor Adjunto, vinculado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/03/2015 a 02/04/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 092/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 092/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: Revoga o Decreto Nº. 305/GP/2013 **de 01 de agosto de 2013, e dá outras providencias.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Revoga **o Decreto nº. 305/GP/2013 que concedeu acréscimo de 40% (quarenta por cento) a Servidora Efetiva ocupante do Cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, Senhora Roselene Francisca Pimentel para exercer a Função de Confiança como Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Pequenos Passos.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 19 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 19/03/2015 a 19/04/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 091/GP/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Súmula: Revoga o Decreto Nº. 191/GP/2013 **de 15 de abril de 2013, e dá outras providencias.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Revoga **o Decreto nº. 191/GP/2013 que concedeu acréscimo de 06% (seis por cento) a Servidora Efetiva ocupante do Cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 horas, Senhora Maricelma de Souza Oliveira para exercer a Função de Confiança como Coordenadora Geral do Programa Mais Educação.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 19 de março de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 19/03/2015 a 19/04/2015

ASSESSORIA JURÍDICA/CONTRATOS
LEI Nº 619/2015

LEI Nº. 619/2015

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO DE COLNIZA, ESTADO DE MATO GROSSO."

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, e com o amparo do Inciso III artigo 80 da Lei Orgânica deste Município de Colniza/MT, faço saber que, a Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O índice de revisão geral anual dos subsídios dos vereadores do poder legislativo de Colniza, estado de Mato Grosso, acumulado no ano de 2013/2014, será de 11, 791 % (onze virgula setecentos e um por cento), chegando ao subsidio de R$ 5.187,10 (cinco mil cento e oitenta e sete reais e dez centavos), apartir de 1º (primeiro) de março de 2015.

Art. 2°- As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, mediante anulação de outras.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza - MT, em 30 de Março de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

SILVIO VAHL

Secretário Mun. de Administração

Decreto N° 002/GP/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

***MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº.* 022/2015**

PROCESSO Nº. **026/2015/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de COLIDER - MT COMUNICA através deste, conforme Edital devidamente publicado, referente ao Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 31 de Março de 2015, onde se consagrou vencedor dos Itens licitados pela Empresa: **GRAMEIRA SINOP LTDA ME.**

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de grama, palmeiras e árvores para execução de projeto de paisagismo de ruas, avenidas, canteiros e prédios públicos do Município de Colíder-MT, conforme disposto no Anexo III - Termo de Referência**.**

COLIDER/MT, 31 de Março de 2015.

ZENILDA ALVES DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO 4

AVISO DE LICITAÇÃO nº 004/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 008/2015 de 04/02/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Licitatório nº 004/2015 na Modalidade de Tomada de Preço nº03/2015 para aquisição de Material de Consumo, conforme Anexo II do Edital nº 004/2015 de 31/03/2015, sendo que sua abertura se dará no próximo dia 16/04/2015 às 08horas na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Comodoro. Demais condições constantes nos Anexos, que contêm as especificações necessárias ao presente certame, os quais fazem parte integrante do Edital nº 004/2015 de 31/03/2015, como se aqui estivessem transcritos.

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855 email: camaracdo@brturbo.com.br e camara@camaracomodoro.mt.gov.br

Comodoro/MT, 31 de março de 2015.

Martha Fontini Catelani - Presidente da CPL

Wender Bier de Souza - Secretário da CPL

AVISO 5

AVISO DE LICITAÇÃO nº 005/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a

Portaria nº 008/2015 de 04/02/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Licitatório nº 005/2015 na Modalidade de Tomada de Preço nº04/2015 para aquisição de Material de Expediente, conforme Anexo II do Edital nº 005/2015 de 31/03/2015, sendo que sua abertura se dará no próximo dia 16/04/2015 às 10horas na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Comodoro. Demais condições constantes nos Anexos, que contêm as especificações necessárias ao presente certame, os quais fazem parte integrante do Edital nº 005/2015 de 31/03/2015, como se aqui estivessem transcritos.

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855 email: camaracdo@brturbo.com.br e camara@camaracomodoro.mt.gov.br

Comodoro/MT, 31 de março de 2015.

Martha Fontini Catelani - Presidente da CPL

Wender Bier de Souza - Secretário da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 14/2015

DECRETO 014/2015

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA NA DATA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que no dia 3 de Abril, é feriado nacional, em comemoração a sexta-feira da paixão;

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais da administração direta e indireta em face da Semana Santa, o expediente no dia 2 de abril de 2015.

Art. 2º - Ficam fora deste Decreto os órgãos que exercem atividades essenciais e emergências e que forem determinados pelo Executivo Municipal para continuarem em atividades, tais como: Secretaria Municipal de Educação, Hospital Municipal e serviços de limpeza.

Art. 3º -Aos Secretários Municipais e dirigentes dos órgãos e entidades cabe observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência nestes dias.

Art. 4º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal de Confresa, em 30 de março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÕES DA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões do Ponto Facultativo no dia 02/04/2015, declarado através do Decreto 014/2015 do dia 30 de Março do ano de 2015, fica prorrogado para o dia 06/07/2015:

Pregão Presencial nº 16/2015 que tem como objeto Aquisições de Medicamentos para o Hospital Municipal de Confresa, às 14:30;Pregão Presencial nº 17/2015 que tem como objeto Aquisição de Aparelho de Ultrassonografia, às 08:00;Pregão Presencial nº 18/2015 que tem como objeto Aquisições de Combustíveis e Gás GLP Botijão 13 kg, às 09:30;Pregão Presencial nº 19/2015 que tem como objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Caminhão Coletor e Compactador de Resíduos Domésticos, às 16:00;

Confresa, 31 de Março de 2015

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA

PROCESSO LICITATORIO Nº 060/2014

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA,N° 33/201

***TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA*,**

Através do presente instrumento retifica-se o Contrato de AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA, nº 33/2014, para que dele passe a constar o quanto segue:

1°- É revisto o PREÂMBULO do contrato de aquisição de bens n° 33/2014, para que:

Onde se lê:

Preâmbulo: **TORK SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.643.977/0001-06, situada na Rua Calos Henrique Splingler nº 928 na Cidade de Campo Grande MS, Cep.79018-800,

Leia-se:

Preâmbulo: TORK SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.662.126/0007-30, situada na Rua Jose Inácio de Melo nº 1780 Santa Maria na Cidade de Jataí GO, Cep.75800-105,

E, por estarem justos e concordados, assinam o presente TERMO DE RETIFICAÇÃO em 04 (quatro) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura do Município de Confresa-Mt, 30 de Dezembro de 2014.

Prefeitura do Município de Confresa

Gaspar Domingos Lazari

Tork Sul Comercio de Peças e Maquinas Ltda

Jose Renato Nucci

Testemunhas:

Jose Carneiro da Silva

Cpf.344.618.251-91

Iranizo Matos Rodrigues

Cpf.983.429.751-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis tipos etanol, gasolina, óleo diesel, óleo diesel B S10 e agente redutor liquido automotivo (ARLA 32) no município de Cáceres, a varejo, para veículos de diversas secretarias, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo IV – Termo de Referência deste Edital. *Abertura:* 14/04/2015 - Horário de Cuiabá – 08:00 horas - **Informações:** Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horá-

rio comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 - O Edital poderá ser obtido através do site: **www.conquistadoeste.mt.gov.br**. Conquista D'Oeste, 31 de Março de 2015.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOSN°016/2015

REFERENTE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCAL REGISTRO **Nº0125**

PROCESSO Nº 019/2015

Aos trinta e um dias do mês de Março de 2015, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, localizada na Avenida 20 de Dezembro nº 725 Centro, Cotriguaçu-MT, neste ATO representado pela Prefeita Municipal **Srª: ROSANGELA APARECIDA NERVIS**, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Travessa Beija Flor, n° 16, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de **C.I. RG nº 1030709-5 SSP/MT e do CPF/MF nº 769.037.371-20** de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 796/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no município, e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2015, PROCESSO Nº 019/205** RESOLVE registrar os preços da empresa:

MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME, CNPJ:

11.276.497/0001-91, localizada na Rua Santa Barbara nº 118, Bairro Jardim Santa Marta, Cuiabá –MT, CEP: 78.043-680, doravante denominados simplesmente

FORNECEDOR , nos termos do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2015, PROCESSO Nº 019/205, Registro de Preços para futura e eventual: "DIÁRIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES SERVIÇOS: HOSPEDAGEM, FORNECIMENTODE REFEIÇÕES(CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE (LOCOMOÇÃO DE PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIOSE TRATAMENTO MÉDICO)", atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual: "DIÁRIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES

SERVIÇOS: HOSPEDAGEM, FORNECIMENTODE REFEIÇÕES(CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE (LOCOMOÇÃO DE PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIOSE TRATAMENTO MÉDICO)",

para atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de

Registro de Preço: MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME, CNPJ:

11.276.497/0001-91, apresentou e registrou os seguintes itens:

DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT DE DIARIAS NO MÊS	Valor Unitário da diária	Valor Total (12 meses)
DIARIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ, COM O OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES SERVIÇOS: hOSPEDAGEM, FORNECIEMTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE) , TRANSPORTE (LOCOMOCAO DOS PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIOS E TRATAMENTO MÉDICO)	3120	R$ 29,50	R$ 92.040,00
TOTAL GERAL			R$ 92.040,00

A empresa: MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME, CNPJ: 11.276.497/0001-91, foi vencedora nos itens acima relacionados no menor preço por item de R$ 92.040,00 (Noventa e dois mil e quarenta reais) , validade da proposta conforme o Edital.

1.1 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme

Decreto Municipal n. 796/2013;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 796/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, por

meio da Secretarias Municipais e Departamento de Compras, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pela Secretarias Municipais.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega do material deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio(que poderá ser por e-mail ou fax) da NAD(Nota de Autorização de Despesa) ou Nota de Empenho, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local de prestação do serviço será na capital do estado conforme descreve o objeto da

presente ata será designada pela Secretaria Municipal de Cotriguaçu/MT, nos dias estabelecidos pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 A empresa detentora dos preços registrados podera ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 A prestação de serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de

Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os serviços licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os serviços prestados deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético- profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei

8.66

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto

desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 A Secretaria Municipal de Saúde rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os serviços devem ser realizados diariamente ou semanalmente diretamente na capital do estado (CUIABÁ/MT).

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os serviços registrados em Ata imediatamente após emissão

da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado; 6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o

especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga

a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante a prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do serviço cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização

de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações,

bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;

XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e

outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do

fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade

competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.

7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser feito a prestação de serviços;

II - receber os serviços nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;

II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que

observadas as normas de segurança;

III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA; V - fiscalizar o serviço do objeto licitado;

VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os

preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e

condições estabelecidas neste edital;

8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu

responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;

8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos serviços, nos termos do presente edital;

8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicido pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante –

“Caronas”, estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;

8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretaria Municipal de Saúde, buscar oficialmente, junto

ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;

8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no §

1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das

seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2015:

ORGÃO: BÁSICO	07	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE SANEAMENTO
UNIDADE:	001	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE SANEAMENTO
BÁSICO		
FUNÇÃO	10	SAÚDE
SUB/FUNÇÃO	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0011	ATENDIMENTO INTEGRAL A SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	2067	MANUTENÇÃO E ENCARGOS
ELEMENTO JURÍDICA	3390-39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a

realização dos serviços solicitados, sempre entre os dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.

10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos,

encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;

10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;

10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de

responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata,

admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;

11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no

mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n ° 796/2013;

11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de

90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.

11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT;

11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de

Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento

equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente

deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste

Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;

12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser

aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do

FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;

12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM

13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de

mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender

a substituição do produto registrado;

13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído

somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo

regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;

II) multa de 10% do valor da Ata;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois)

anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;

IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo

prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;

14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 1% (um por cento) incidente sobre o valor

total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;

14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição do material sofrerá multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;

14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da

fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a

Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de

5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Cotriguaçu-MT;

14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;

14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais; c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;

14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;

14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o

FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura

de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 012/2015,

Processo nº 019/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Cotriguaçu/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Cotriguaçu-MT, 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal de Cotriguaçu de Cotriguaçu/MT

GISLAINE G. DA SILVA BARROS

Pregoeira da Comissão Especial de Licitação Prefeitura de Cotriguaçu/MT

MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME

CNPJ Nº 11.276.497/0001-91,

Representante legal: MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO

CPF: 692.990.131-87

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
PREGÃO Nº 018/2015

MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP

PROCESSO Nº 026/2015

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de: *"***AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DE (COTRIGUAÇU X JUINA) E (JUINA X CUIABÁ) E DE (CUIABÁ X JUINA) E DE (JUINA X COTRIGUAÇU), DE (AGROVILA X COTRIGUACU) E (COTRIGUACU X AGROVILA) E (COTRIGUAÇU X JURUENA) E (JURUENA X COTRIGUACU) E (AGROVILA X JUINA) E (JUINA X AGROVILA), PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNCÍPIO DE COTRIGUAÇU",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 (dezesseis) de Abril de 2015, às 9:00 (Nove horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66)35551621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br,(Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 31 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de COTRIGUAÇU**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, RESOLVE:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas, realizadas no dia 29/03/2015;

II. Definir o prazo de 01 (um) dia úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.bre afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu (MT), 31 de Março de 2015.

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Presidente da Comissão Examinadora

WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA

Secretária

JESUÍNA MARIA DE AQUINO

Membro

NOELI MARIA LORANDI

Suplente

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
CHAMADA PÚBLICA N° 002/2015- RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo 014/2015

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, CHAMADA PÚBLICA n° 001/2014– OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA, PAULO FREIRE E CENTRO EDUCACIONAL PEQUENO CIDADÃO"– PRAZO: 31/12/2015; MENOR PREÇO POR ITEM CONFORME DESCRITO ABAIXO:

CLAUSENI STORCK KOLLING, CPF: 991.367.321-68

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
Pão de abobora	KG	1302	R$ 5,90	R$ 7.681,80
Pão de mandioca	KG	1302	R$ 5,90	R$ 7.681,80
		TOTAL GERAL		**R$ 15.363,60**

ELIDIANE TEREZINHA CAMARGO, CPF: 938.607.811-20

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
Bolacha de melado	PACOTE DE 500 GR	1.365	R$ 7,30	R$ 9. 964,50
		TOTAL GERAL		R$ 9. 964,50

MARIA HELENA SULZBACH, CPF: 983.083.781-53

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
LEITE	LITROS	6.720	R$ 1,60	R$ 10. 752,00
ABOBORA	KG	315	R$ 2,40	R$ 756,00
CEBOLINHA	MAÇO (200G)	588	R$ 2,00	R$ 1. 176,00
INHAME	KG	336	R$ 3,24	R$ 1. 088,64
MANDIOCA COM CASCA	KG	441	R$ 1,80	R$ 793,80
POKAN	KG	800	R$ 2,20	R$ 1. 760,00
SALSINHA	MAÇO (200G)	588	R$ 2,10	R$ 1. 234,80
			Total geral	R$ 17. 561,24

DATA 31/03/2015

Rosangela Aparecida Nervis .

Prefeita Municipal

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2015

Processo nº 020/2015

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, PREGÃO PRESENCIAL n° 020/2015– OBJETO: "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO** *E INFRA ESTRUTURA*". EMPRESA: **RETIFICADORA JUINA LTDA, CNPJ: 24.748.436/0001-93.** Validade da proposta: 60 dias. PRAZO: 31 de Dezembro de 2015. MENOR PREÇO POR ITEM CONFORME DESCRITO ABAIXO:

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL		QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
RETIFICAR E POLIR VIB. (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 594,85	R$ 594,85
RETFICAR E BRUNIR CILINDRO (PC 160)	SERVIÇO	6	R$ 94,52	R$ 567,12
SERVICO ENCAMISAR CILINDRO (PC 160)	SERVIÇO	6	R$ 94,52	R$ 567,12
PLAINAR FACE BLOCO (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 351,72	R$ 351,72
MANDRILHAR MANCAIS (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 522,17	R$ 522,17
EMBUCHAR COMANDO (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 147,18	R$ 147,18
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 353,50	R$ 353,50
RETIFICAR FERRO BIELA (PC 160)	SERVIÇO	6	R$ 68,51	R$ 411,06
EMBUCHAR MAND. BIELA (PC 160)	SERVIÇO	6	R$ 65,63	R$ 393,78
PLAINAR CABECOTE (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 335,32	R$ 335,32
RETIFICAR SEDES (PC 160)	SERVIÇO	12	R$ 15,98	R$ 191,76
RETIFICAR VALVULAS (PC 160)	SERVIÇO	12	R$ 14,28	R$ 171,36
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (PC 160)	SERVIÇO	12	R$ 14,28	R$ 171,36
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (PC 160)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
POLIR COMANDO (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 63,24	R$ 63,24
MONTAGEM DO MOTOR (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 1.245,50	R$ 1.245,50
DESMONTAGEM DO MOTOR (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 133,98	R$ 133,98
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 181,69	R$ 181,69
PINTURA DO MOTOR (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 83,64	R$ 83,64

TIRAR MOTOR E INSTALAR (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 768,72	R$ 768,72
REVISAO BOMBA OLEO (PC 160)	SERVIÇO	1	R$ 414,10	R$ 414,10
RETIFICAR E POLIR VIB. (PLACA JYY5761)	SERVIÇO	1	R$ 1.535,20	R$ 1.535,20
PLAINAR FACE BLOCO (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	6	R$ 110,64	R$ 663,84
MANDRILHAR MANCAIS (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 1.037,34	R$ 1.037,34
EMBUCHAR COMANDO (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 274,05	R$ 274,05
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 515,10	R$ 515,10
EQUALIZAR ALT. CAMISA (PLACA JYY5761)	SERVIÇO	6	R$ 110,64	R$ 663,84
RETIFICAR FERRO BIELA (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	6	R$ 149,21	R$ 895,26
EMBUCHAR MAND. BIELA (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	6	R$ 142,10	R$ 852,60
PLAINAR CABEÇOTE (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 329,26	R$ 329,26
RETIFICAR SEDES (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
RETIFICAR VALVULAS (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	12	R$ 21,42	R$ 257,04
POLIR COMANDO (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 156,31	R$ 156,31
MONTAGEM DO MOTOR (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 2.674,92	R$ 2.674,92
DESMONTAGEM DO MOTOR (PLACA JYY5761)	SERVIÇO	1	R$ 199,00	R$ 199,00
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 268,98	R$ 268,98
PINTURA DO MOTOR (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 118,50	R$ 118,50
TIRAR MOTOR E INSTALAR (PLACA JYY 5761)	SERVIÇO	1	R$ 1.262,50	R$ 1.262,50
PLAINAR FACE BLOCO (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 658,52	R$ 658,52
MANDRILHAR MANCAIS (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 1.027,17	R$ 1.027,17
EMBUCHAR COMANDO (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 274,05	R$ 274,05
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 515,10	R$ 515,10
EQUALIZAR ALT. CAMISA (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	6	R$ 110,64	R$ 663,84
RETIFICAR FERRO BIELA (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	6	R$ 149,21	R$ 895,26
EMBUCHAR MAND. BIELA (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	6	R$ 142,10	R$ 852,60
PLAINAR CABECOTE (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 329,26	R$ 329,26
RETIFICAR SEDES (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	12	R$ 26,52	R$ 318,24
MONTAGEM DO MOTOR (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 2.711,85	R$ 2.711,85
DESMONTAGEM DO MOTOR (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 200,97	R$ 200,97
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 268,98	R$ 268,98
PINTURA DO MOTOR (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 139,06	R$ 139,06
TIRAR MOTOR E INSTALAR (PLACA JYS 4957)	SERVIÇO	1	R$ 1.262,50	R$ 1.262,50
RETIFICAR E BRUNIR CILINDROS (CZC-8729)	SERVIÇO	6	R$ 93,00	R$ 558,00
ENCAMISAR CILINDROS (CZC-8729)	SERVIÇO	6	R$ 94,85	R$ 569,10
PLAINAR FACE BLOCO (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 366,63	R$ 366,63
MANDRILHAR MANCAIS (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 523,18	R$ 523,18
EMBUCHAR COMANDO (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 135,00	R$ 135,00
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 160,37	R$ 160,37
RETIFICAR FERRO BIELA (CZC-8729)	SERVIÇO	6	R$ 66,30	R$ 397,80
EMBUCHAR MAND. BIELA (CZC-8729)	SERVIÇO	6	R$ 62,22	R$ 373,32
PLAINAR CABECOTE (CZC -8729)	SERVIÇO	1	R$ 365,62	R$ 365,62
RETIFICAR SEDES (CZC-8729)	SERVIÇO	12	R$ 16,32	R$ 195,84
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (CZC-8729)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (CZC-8729)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
RETIFICAR COMANDO (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 223,30	R$ 223,30
MONTAGEM DO MOTOR (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 1.323,10	R$ 1.323,10
DESMONTAGEM DO MOTOR (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 135,00	R$ 135,00
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 182,70	R$ 182,70
PINTURA DO MOTOR (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 84,66	R$ 84,66
TIRAR MOTOR E INSTALAR (CZC-8729)	SERVIÇO	1	R$ 474,70	R$ 474,70
RETIFICAR E POLIR VIB. (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 596,91	R$ 596,91
RETFICAR E BRUNIR CILNDRO (LAJ-9684)	SERVIÇO	6	R$ 94,40	R$ 566,40
SERVICO ENCAMISAR CILINDRO (LAJ-9684)	SERVIÇO	6	R$ 94,40	R$ 566,40
PLAINAR FACE BLOCO (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 368,45	R$ 368,45
MANDRILHAR MANCAIS (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 523,18	R$ 523,18
EMBUCHAR COMANDO (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 135,00	R$ 135,00
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 160,37	R$ 160,37
RETIFICAR FERRO BIELA (LAJ-9684)	SERVIÇO	6	R$ 66,30	R$ 397,80
EMBUCHAR MAND. BIELA (LAJ-9684)	SERVIÇO	6	R$ 62,22	R$ 373,32
PLAINAR CABECOTE (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 367,43	R$ 367,43
RETIFICAR SEDES (LAJ-9684)	SERVIÇO	12	R$ 16,32	R$ 195,84
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (LAJ-9684)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (LAJ-9684)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
POLIR COMANDO (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 64,26	R$ 64,26
MONTAGEM DO MOTOR (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 1.323,10	R$ 1.323,10
DESMONTAGEM DO MOTOR (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 135,00	R$ 135,00
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 182,70	R$ 182,70
PINTURA DO MOTOR (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 84,66	R$ 84,66
TIRAR MOTOR E INSTALAR (LAJ-9684)	SERVIÇO	1	R$ 477,05	R$ 477,05
RETIFICAR E POLIR VIB. (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 596,91	R$ 596,91
RETFICAR E BRUNIR CILNDRO (BXI-7372)	SERVIÇO	6	R$ 94,40	R$ 566,40
SERVICO ENCAMISAR CILINDRO (BXI-7372)	SERVIÇO	6	R$ 94,40	R$ 566,40

PLAINAR FACE BLOCO (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 368,45	R$ 368,45
MANDRILHAR MANCAIS (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 523,18	R$ 523,18
EMBUCHAR COMANDO (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 135,00	R$ 135,00
MANDRILHAR BUCHA COMANDO (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 160,00	R$ 160,00
RETIFICAR FERRO BIELA (BXI-7372)	SERVIÇO	6	R$ 66,30	R$ 397,80
EMBUCHAR MAND. BIELA (BXI-7372)	SERVIÇO	6	R$ 62,22	R$ 373,32
PLAINAR CABECOTE (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 365,62	R$ 365,62
RETIFICAR SEDES (BXI-7372)	SERVIÇO	12	R$ 16,32	R$ 195,84
ESMERILHAR E MONTAR VAL. (BXI-7372)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
SUBSTITUIR GUIAS DE VAL. (BXI-7372)	SERVIÇO	12	R$ 12,24	R$ 146,88
POLIR COMANDO (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 63,95	R$ 63,95
MONTAGEM DO MOTOR (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 1.310,00	R$ 1.310,00
DESMONTAGEM DO MOTOR (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 133,00	R$ 133,00
LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 180,00	R$ 180,00
PINTURA DO MOTOR (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 83,00	R$ 83,00
TIRAR MOTOR E INSTALAR (BXI-7372)	SERVIÇO	1	R$ 470,00	R$ 470,00

Total geral R$ 51.184,73

Totalizando um valor de **R$ R$ 51.184,73 (Cinquenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos),** valores a serem pagos conforme os serviços prestados.

Cotriguaçu/MT, 31 de Março de 2015

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

SEC. GOVERNO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de COTRIGUAÇU**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, RESOLVE:

I. Divulgar o Gabarito das Provas Objetivas, realizadas no dia 29/03/2015;

II. Definir o prazo de 01 (um) dia úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.bre afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu (MT), 31 de Março de 2015.

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Presidente da Comissão Examinadora

WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA

Secretária

JESUÍNA MARIA DE AQUINO

Membro

NOELI MARIA LORANDI

Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 032/2014

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 33420/2014)

O Município de Cuiabá, através da Presidente da comissão de licitação torna público para conhecimentos dos interessados, que após a análise das propostas pela equipe técnica, as propostas das empresas ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA, GAZIN INDUSTRIA e COMÉRCIO DE MÓVEIS E LM REYES EMPREENDIMENTOS**, foram consideradas CLASSIFICADAS, e que as empresas** WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP, BANDEIRANTES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, COXIPÓ COM. DE PRD. DE PAPELARIA, IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, AKDD ELETÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME e GLOBAL AR COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA, não atenderam ao item 11.2.5 do edital, sendo as propostas declaradas DESCLASSIFICADAS**, do certame Concorrência Pública 032/2014, cujo objeto é** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Permanentes (Condicionador de ar/cortinas de ar) e Contratação de Empresa especializada em serviços de Instalação de equipamentos condicionadores de ar, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. Conforme item 14 do edital, as mesmas terão o prazo de cinco dias para interpor recursos.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 30 de março de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 070/2015

NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia- MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a candidata Sra. **EDMEIRE DE SOUZA SILVA JUVINO**, portadora do CPF 571.525.861-87, aprovada no Concurso Público n° 001/2014, homologado no dia 17 de dezembro de 2014, para exercer as funções inerentes ao cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, conforme Lei Municipal Complementar 073/2013, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Curvelândia - MT, 31 de março de 2015.

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 219/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSELI MATOS DOS SANTOS**,brasileira, residente e domiciliada no Distrito Horizonte D'Oeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1184515-5 SJ/MT e CPF n.º 841.505.211-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **ROSELI MATOS DOS SANTOS**, no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal União, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais(em substituição a Professora Sirley Ribeiro Fâncio Martinez que está na Coordenação Pedagógica), devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

ROSELI MATOS DOS SANTOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 037/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ADRIANA PEREIRA DE CAMPOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos desenhistas, nº 225, Bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG 1984158-2 SSP/MT e CPF n.º 029.993. 971-51, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *ADRIANA PEREIRA DE CAMPOS,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (sendo 20 H/A em substi-

tuição a Professora Flavia Lucia de Barros Alvares que está na Coordenação Pedagógica e 10 H/A em vaga livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.157,51 (dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

ADRIANA PEREIRA DE CAMPOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 139 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 10595, de 24 de março de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir o Contrato Administrativo nº 411/2014-SA, do cargo de Médico Clínico Geral, da senhora **UYARA PASSOS TORRES DE ARAUJO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos desde 19 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 26.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 066/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Pescadores, nº 372, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1450460-0 SSP/MT e CPF n.º 001.669. 641-74, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de março, localizado na Zona Rural do Munícipio de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.876,70 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

ALEXANDRA ROSA DE OLIVEIRA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 125 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 8337, 8333, 8332, 8328, 8326, 8324, 8320, 8325, 8338, 8335, de 05 de março de 2015, 9232, de 12 de março de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar carga horária dos contratos por prazo determinado abaixo relacionados, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HA	LOCAL	PERÍODO
004	Cleide de Alcantara Silva	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Paulo Freire	23.02.15 a 18.12.15
221	Marlei Santos da Silva	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Centro Municipal de Educação Infantil	24.02.15 a 04.03.15
155	Marilene Rosa de Oliveira Campos	Professor Licenciado em Pedagogia	10	Escola Municipal Santa Catarina	25.02.15 a 18.12.15
235	Ana Rosa Rodrigues da Silva	Professor Licenciado em Letras	03	Escola Municipal Paulo Freire	20.02.15 a 18.12.15
007	Pedro Paulo Oliveira Sabala	Professor Licenciado em Matemática	06	Escola Municipal Paulo Freire	20.02.15 a 18.12.15
164	Ana Marcia da Silva Cruz	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Gotinhas do Saber	24.02.15 a 08.03.15
187	Nadia Francisca Bacellar Prattes Garcia	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Fazendo Arte	06.04.15 a 04.07.15
152	Jenésio da Silva Tolomeu	Professor Licenciado em Pedagogia	10	Escola Municipal Paulo Freire	20.02.15 a 18.12.15
046	Aparecida Pinto de Souza	Professor Licenciado em Letras	02	Escola Municipal Clarinópolis	23.02.15 a 18.12.15
240	Jane Katia Bocalan Ricaldes	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo	19.02.15 a 18.03.15
114	Selma de Oliveira Rodrigues	Professor Licenciado em Pedagogia	13	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	09.03.15 a 07.04.15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 295/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA EUNICE DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada no Distrito de Nova Cáceres, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2896147-1 SSP/MT e CPF n.º 622.013.011-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *MARIA EUNICE DOS SANTOS,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2015.

_____

MARIA EUNICE DOS SANTOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 251/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **JACKSON FORNAZARI DO NASCIMENTO,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Áustria nº 20- Bairro Vila Real do Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 2261866-0 SSP/MT e CPF n.º 037.519. 391-05, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor

JACKSON FORNAZARI DO NASCIMENTO, no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Núcleo Sadia, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

JACKSON FORNAZARI DO NASCIMENTO

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 250/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **ANDERSON LUIZ DA SILVA CUNHA**,brasileiro, residente e domiciliado no Distrito Nova Cáceres, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 2237845-6 SSP/MT e CPF n.º 038.832-491-06, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **ANDERSON LUIZ DA SILVA CUNHA**, no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções no Núcleo Sadia, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070

Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

ANDERSON LUIZ DA SILVA CUNHA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO-TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2015

Protocolo Nº 4871 de 09 de fevereiro de 2015

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia visando a objetivando a **Contratação de empresa de Engenharia" visando à Obras Implantação conforme segue:**

Lote I – Execução de serviços referentes à Obra de Implantação que contemplam serviços de Drenagem, Hidráulica e Sanitária, Terraplanagem e Elétrica da Escola de Educação Infantil Profa. Emília Darci – Proinfância Tipo B, localizada na Rua J Bairro Residencial Aeroporto no Munícipio de Cáceres-MT.

Lote II -

Execução de serviços referentes à Obra de Implantação que contemplam serviços de Drenagem, Hidráulica e Sanitária, Terraplanagem e Elétrica da Escola de educação Infantil Cavalhada II – Proinfância Tipo C, localizada na Rua dos Desenhistas, Bairro Cavalhada II, no Munícipio de Cáceres-MT.

Código	Empresa Vencedora	Valor
18605	C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA ME – CNPJ: 09329856/0001-80	Lote 01 – R$ 64.057,22
18605	C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA ME – CNPJ: 09329856/0001-80	Lote 02 – R$ 81.419,83

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Prefeitura de Cáceres, 31 de março de 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2015 – CMEC

Altera em parte a Resolução nº 08/2009/CMEC/MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante com a Lei do CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC, em conformidade com os Pareceres CNE/CEB nº 20/2009 e nº 22/2009, com fundamento no Parecer 12/2010, nas Resoluções CNE/CEB nº 001/2010 e nº 006/2010 e o Acordão do Superior Tribunal de Justiça, referente ao Recurso Especial nº 1.412.704-PE, considerando a necessidade de consolidar normas, bem como dar providencias, e por decisão dos conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de 03/03/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 10 da Resolução nº 008/2009/CMEC/MT de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 –A organização das turmas decorrerá das especificidades da proposta pedagógica e não poderá exceder a relação professor/criança descrita seguir:

I.Crianças de 0 a 1 ano - de 06 a 10 educandos: 01 professor e 01 auxiliar;II.Crianças de 2 anos - de 10 a 15 educandos: 01 professor e 01 auxiliar;III.Crianças de 3 anos - de 15 a 20 educandos: 01 professor e 01 auxiliar;IV.Crianças de 4anos - de 20 a 25 educandos: 01 professor e 01 auxiliar;V.Crianças de 5 anos - de 20 a 25 educandos: 01 professor.

Parágrafo Único: .....
.....

ART. 2º - O Art. 11 da Resolução nº 008/2009/CMEC/MT de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 – A data para ingresso ou matrícula nas turmas dispostas no artigo 10 desta resolução será até 31/03 do ano letivo em curso desta matricula.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRADAPUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres – MT, 03 de março de 2015.

Prof.º Láecio Neves Cardoso

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Prof.ª Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2015- COM REGISTRO DE PREÇOS- TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviço Urbano.

Objeto: **A**quisição conjunto de equipamentos para fazer reparos e novo asfalto Usina de Asfalto, Vibroacabadora, Retroescavadeira, Caminhão caçamba para atender à manutenção e possíveis pavimentações das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres.

Fonte de Recursos: Dotação Orçamentaria 3.3.90, da Secretaria Solicitante.

Realização: 09 de Março 2015, as 09h 00min horário de Brasília.

Empresa Vencedora: ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. Vencedora do lote 03, perfazendo o valor total de R$2.660. 000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta mil reais).

Empresa Vencedora: PAV PARTS COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME, Vencedora do lote 01, perfazendo o valor total de R$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).

Empresa Vencedora: TORK SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA, Vencedora do lote 02 , perfazendo o valor total de R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Prefeitura de Cáceres/MT, 31 de Março de 2015.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 249/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **DEODATO PEREIRA DA SILVA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito de Nova Cáceres, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 428340 SSP/MT e CPF n.º 207.629.411-20, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor *DEODATO PEREIRA DA SILVA,* no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções no Núcleo Sadia, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

DEODATO PEREIRA DA SILVA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 258/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e ao senhor **JULIO FLAVIO DUARTE PEREIRA,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Princesa Izabel, nº 652, Bairro Vila Mariana, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1862177-5 SSP/MT e CPF n.º 020. 203.021-01, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor *JULIO FLAVIO DUARTE PEREIRA*, no cargo de Guarda, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março/Núcleo Sadia, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

JULIO FLAVIO DUARTE PEREIRA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2015 – CMEC

Altera em parte a Resolução nº 09/2009/CMEC/MT e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante com a Lei do CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC, em conformidade com os Pareceres CNE/CEB nº 20/2009 e nº 22/2009, com fundamento no Parecer 12/2010, nas Resoluções CNE/CEB nº 001/2010 e nº 006/2010 e o Acordão do Superior Tribunal de Justiça, referente ao Recurso Especial nº 1.412.704-PE, considerando a necessidade de consolidar normas, bem como dar providencias, e por decisão dos conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de 03/03/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 6º da Resolução nº 009/2009/CMEC/MT de 08 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

–

Para ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Parágrafo Único – As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no caput deste artigo, deverão ser matriculadas na Pré-Escola.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 005/2010/CMEC, de 29 de dezembro de 2010.

REGISTRADAPUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres – MT, 03 de março de 2015.

Prof.º Láecio Neves Cardoso

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Prof.ª Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 077/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua do Fico, nº 35, Bairro Rodeio, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1503337-6 SSP/MT e CPF n.º 998.588.431-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

RUBERLÉIA CÍCERA DO COUTO COSTA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°05/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Ação Social.

Objeto: *A*quisição de produtos para fabricação de pães para dar continuidade às ações dos serviços assistenciais desenvolvidas nas unidades de referencia da Secretaria Municipal de Ação Social.

Realização: 31 de Março 2015 às 14h00minmin horário de Cuiabá.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

OBSERVAÇÃO: DEVIDO PROBLEMAS TÉCNICOS NO SISTEMA, FICA PRORROGADO A DATA DO CERTAME QUE SERIA DIA 31/03/2015, PARA 07/04/2015, AS 09:00 HORAS , HORARIO DE CUIABA-MT

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 31 de Março de 2015.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 003/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **DEIZIANE DUARTE DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Jose Palmiro da Silva, nº 18, Quadra 13 – Bairro São José, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1447261-9 SSP/MT e CPF n.º 960.498.981-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *DEIZIANE DUARTE DA SILVA,* no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 15 (quinze) horas semanais (Em substituição a Professora Edenilda de Araujo Correa que está na Coordenação Pedagógica) e 05 (cinco) horas semanais em substituição ao Professor Mauro Alves da Silva que está na Direção e as demais 14 (catorze) em vaga livre, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.445,28 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2014.

_____

DEIZIANE DUARTE DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 046/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **APARECIDA PINTO DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Cristo Rei, s/nº, Cristo Rei, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1247129-1 SSP/MT e CPF n.º 893.623.731-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *APARECIDA PINTO DE SOUZA,* no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Clarinópolis, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 28 (vinte) horas semanais (Em Vaga Livre) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.013,76 (dois mil, treze reais e setenta e seis centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

APARECIDA PINTO DE SOUZA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 106 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 47/2003 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 8316, de 05 de março de 2015, e 8740, de 09 de março de 2015,

R E S O L V E:

Art.1º Designar os servidores relacionados abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para responderem pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares na Rede Municipal de Ensino.

NOME	UNIDADE ESCOLAR	PERÍODO
Marina Helena Gomes	Núcleo Vila Real	23.02.15 a 31. 12.15
Katiane Artiago Campos Santana	Escola Municipal Pequeno Sábio	09.03.15 a 18. 12.15

Art. 2º Ao professor na função de coordenador pedagógico será concedida gratificação correspondente ao valor de R$ 632,62 (seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), independente da tipologia da Unidade Escolar.

Art. 3º

Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em 23.03.2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 151/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARLENE ROSALIA DE PAULA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua E, Quadra 12, Lote 12, Residencial Talhamares, Bairro Santa Izabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2324797-5 SSP/MT e CPF n.º 900.288.801-53 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *MARLENE ROSALIA DE PAULA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Professora Erenice Simão Alvarenga, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Sebastiana da Silva Magalhães), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

MARLENE ROSALIA DE PAULA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº
CPF nº
_____

RG nº
CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 117 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7897, de 03 de março de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Contratar, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, os relacionados abaixo, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	**NOME**	HABILITAÇÃO	PERÍODO	C.H	SALÁRIO
228	Lazaro Eugenio Teixeira	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
229	Dorival Valentim	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
230	Ademir Venancio da Silva	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
231	Mario Campos da Silva	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
232	Antonio Donizete Teles	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
233	Eonilton Alves da Costa	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
234	Manoel Jose da Silva	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
235	Ana Rosa Rodrigues de Souza	Letras	09.02.15 a 18.12.15	28	R$ 2.013,76

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 02/08.

236	Zenildo Tavares	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
237	Cristalino Moreira de Souza	Motorista de Ônibus	19.02.15 a 19.02.16	40	R$ 788,00
238	Jose Carlos Anselmo Azeredo	Motorista de Ônibus	13.02.15 a 13.02.16	40	R$ 788,00
239	Renato Sebastião de Souza	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
240	Jane Katia Bocalan Ricaldes	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
241	Marcos Ortiz Torres	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
242	Joao Torres da Cunha	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
243	Luiz Carlos da Silva	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
244	Sandro da Silva Teixeira	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
245	Jose Luiz Torres da Cunha	Motorista de Ônibus	10.02.15 a 10.02.16	40	R$ 788,00
246	Sinvaldo Ribeiro Sales	Motorista de Ônibus	11.02.15 a 11.02.16	40	R$ 788,00
247	Sebastião Martins Neres	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
248	Elder Campos	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
249	Deodato Pereira da Silva	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
250	Anderson Luiz da Silva Cunha	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
251	Jackson Fornazari do Nascimento	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
252	Celso Bueno Tavares	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
253	Adriano Pernet	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
254	Airton Lourenço Salviani	Motorista de Ônibus	10.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 03/08.

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 03/08.

255	Lourival Chaves de Arruda	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
256	Carlos Alberto da Silva Bretas	Motorista de Ônibus	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
257	Joilson Adriano Rodrigues	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
258	Julio Flavio Duarte Pereira	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
259	Sergio Torres	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
260	Soterio Simplicio de Oliveira	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
261	Rogério Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
262	Cícero José da Silva	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
263	Andrade Ramos	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
264	Cristiano dos Santos Silva	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
265	Joenil Paz da Silva	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
266	Miguel da Costa Viana	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
267	Arcenio Silva Vilarvas	Guarda	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
268	Jose Rezende da Silva	Guarda	20.02.15 a 18.12.15	40	R$ 788,00
269	Márcia Barbosa de Souza	Guarda	12.02.15 a 12.02.16	40	R$ 788,00
270	Elisângela de Almeida	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	12.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
271	Marta Tertunina Conceição Gomes	Auxiliar de Serviços Gerais	12.02.15 a 12.02.16	40	R$ 788,00
272	Andreia Avelina da Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
273	Silvana de Oliveira Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	11.02.15 a 11.02.16	40	R$ 788,00

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 04/08.

274	Luciana Alves Leonel do Carmo	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
275	Keila Janaina Gaiva Lisboa	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	11.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
276	Alander Jose do Carmo Marciano	Educação Física	09.02.15 a 19.05.15	15	R$ 1.078,80
277	Helem Cebalho	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	11.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
278	Inez Alves Guimarães Martins	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
279	Ademir da Silva Marques	Motorista de Ônibus	11.02.15 a 11.02.16	40	R$ 788,00
280	Ercinda Primo da Cunha	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	12.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
281	Marilza da Costa Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
282	Luzinete de Oliveira Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
283	Iza Mara Ferreira de Barros Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
284	Silvia Francisca Almeida Silva	Pedagogia	13.02.15 a 05.04.15	20	R$ 1.438,35
285	Flavia dos Santos Nascimento da Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
286	Josiane de Oliveira Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
287	Elene Mary Fardim	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
288	Rosana Maria de Arruda Mareco	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
289	Josiane Ines de Souza	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	11.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 05/08.

290	Claudia da Silva Barros	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	12.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
291	Elizabeth Oliveira da Silva Leite	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 31.12.15	40	R$ 788,00
292	Eva Benedita de Almeida	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	24.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
293	Geralda Santiago da Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	11.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
294	Cristiane Duarte de Oliveira Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
295	Maria Eunice dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
296	Neuzeli de Oliveira Dias	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 19.03.15	40	R$ 788,00
297	Antonia Inez Canhete Freire	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 788,00
298	Cleuza Maria Santana da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
299	Patricia Luiza da Chaga	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
300	Izaura Aparecida da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
301	Aparecida Santos de Barros	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
302	Vanira Cebalho de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
303	Marinete Rodrigues Pereira Benites	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 14.07.15	40	R$ 788,00
304	Izabel Marcelina de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
305	Marci Pereira Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
306	Sinézia Aparecida Tavares Silva Cruz	Pedagogia	26.02.15 a 25.03.15	20	R$ 1.438,35
307	Eliane Belmira Camargo Ferraz dos Santos	Assistente Administrativo	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 06/08.

308	Joyci Moreira dos Reis	Assistente Administrativo	19.02.15 a 19.02.16	40	R$ 808,95
309	Roberto Carlos Pereira dos Santos	Assistente Administrativo	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 808,95
310	Mariuza Aparecida de Oliveira Dias	Assistente Administrativo	24.02.15 a 24.02.16	40	R$ 808,95
311	Simone Santos da Silva	Assistente Administrativo	19.02.15 a 19.02.16	40	R$ 808,95
312	Franciely Barros Borges	Assistente Administrativo	11.02.15 a 11.02.16	40	R$ 808,95
313	Cleusa Cruz Nunes	Assistente Administrativo	19.02.15 a 19.02.16	40	R$ 808,95
314	Patricia da Silva Almeida	Assistente Administrativo	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
315	Maria Helena Oliveira Leite	Auxiliar de Serviços Gerais	11.02.15 a 18.05.15	40	R$ 788,00
316	Vitória de Castro Dourado	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 788,00
317	Jucimeire Teles dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 19.04.15	40	R$ 788,00
318	Elisangela de Souza Costa	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	26.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
319	Sileide Silva Cardoso	Auxiliar de Serviços Gerais	26.02.15 a 18.12.15	40	R$ 788,00
320	Ione Fernandes Caires Vanini	Assistente Administrativo	25.02.15 a 25.02.16	40	R$ 808,95
321	Maurilei Nunes da Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	24.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
322	Adriana Novaes Zuchini	Ciências Físicas e Biológicas	23.02.15 a 23.02.16	30	R$ 2.157,51
323	Luciana da Silva Torres	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
324	Andreia Aparecida Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais	19.02.15 a 19.02.16	40	R$ 788,00
325	Elizeide Cebalho de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.08.15	40	R$ 788,00

Decreto nº 117 de 18 de março de 2015 - fls. 07/08.

326	Maria Norberta da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	24.02.15 a 18.12.15	40	R$ 788,00
327	Lidiana dos Santos Silva	Ciências Físicas e Biológicas	27.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
328	Aparecida Rocha da Silva	Pedagogia	25.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
329	Josiane Aparecida Prado de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
330	Marcelly Lima de Campos	Nutricionista	04.02.15 a 04.02.16	40	R$ 3.698,06
331	Zenaide da Rocha Nogueira Feitosa	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
332	Marcia Gomes Alves da Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
333	Nihilson da Silva Cebalho	Motorista	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
334	Leidirene da Silva Gonçalves de Jesus	Assistente Administrativo	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 808,95
335	Cassia Losangela da Silva Pinto Dutra	Pedagogia	09.02.15 a 21.04.15	20	R$ 1.438,35
336	Manoel de Oliveira Ramos	Pedreiro	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
337	Luciane Arruda da Silva Motta	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	11.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
338	Fernanda Fernandes da Cruz	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	24.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95
339	Cleusa dos Santos Ferreira Pereira	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95

340	Daianny Vieira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	09.02.15 a 09.02.16	40	R$ 788,00
341	Nadis Ferreira de Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	12.02.15 a 27.04.15	40	R$ 788,00
342	Nellyssa Sonaque Rodrigues	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	10.02.15 a 18.12.15	40	R$ 808,95

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 17.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 041/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ENILCE PEREIRA DE SOUZA GIL,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 222, Bairro Santa Izabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1112204-8 SJ/MT e CPF n.º 840.091.521-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *ENILCE PEREIRA DE SOUZA GIL,* no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Tânia Maria Sanábria Carvalho Tolloti que está na Coordenação Pedagogica), devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

ENILCE PEREIRA DE SOUZA GIL

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 012/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIENE EVANGELISTA ASSUNÇÃO,** brasileira, resi-

dente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, 996, Bairro Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 993.506 SSP/MT e CPF n.º 785.820.32153, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *LUCIENE EVANGELISTA ASSUNÇÃO*, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Prof. Edmir Laurentino Silva que está de afastamento sem ônus), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com o cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

LUCIENE EVANGELISTA ASSUNÇÃO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 298/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLEUZA MARIA SANTANA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada no Sítio São José, Comunidade São Francisco, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1080069-7 SJ/MT e CPF n.º 791.316.541-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *CLEUZA MARIA SANTANA DA SILVA,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal São Francisco/Núcleo União, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2015.

_____

CLEUZA MARIA SANTANA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 006/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA**,brasileira, residente e domiciliada na Rua Barcelona, nº 05, Bairro Jardim Imperial Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1809662-0 SEJUSP/MT e CPF n.º 012.105.281-85, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA**, no cargo de Professor Licenciado em História, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos (Vaga livre), com carga horária de trabalho de 10 (dez) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **20 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 719,20 (setecentos e dezenove reais e vinte centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 105 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 8313, e 8318, de 05 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para responderem pela Direção Escolar.

NOME	UNIDADE ESCOLAR	PERÍODO
Robson André Morales	Núcleo Vila Real	06.02.15 a 22. 07.15
Marilza Ribeiro de Aguiar	Escola Professor Eduardo Benevides Lindote	18.12.15 a 17. 01.15

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 079/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIENE MARIA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua A, nº 04, Residencial Ana Paula, Bairro Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portadora do RG 0952684-6 SSP/MT e CPF n.º 630. 817.031-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *LUCIENE MARIA DA SILVA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Paraiso, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a profa. Elina Monteiro Rodrigues de Oliveira que está no CMEC).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 01 julho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

LUCIENE MARIA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 125/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARCIA REGINA LADEIA,** brasileira, residente e domicili-

ada na Rua São Jorge, Nº 832, Cavalhada, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0915152-4 SJ/MT e CPF n.º 604.038.611-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *MARCIA REGINA LADEIA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Tancredo Neves, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Joana D´arc da Silva Moraes que está na Direção), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

MARCIA REGINA LADEIA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 154/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **EDNA GARCIA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua General Osório, 481 – Centro, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0201213-8 SSP/MT e CPF n.º 460.418.501-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constit21-uição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *EDNA GARCIA SILVA*, no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Paraíso, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Marinete Hurtado Dionísio que está de atestado médico até 01/06/2015).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2015 e término em 01 de junho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 1. 438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município

a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de março de 2015.

_____

EDNA GARCIA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 090/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ABIGAIL DA SILVA MORAES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Coronel Henrique Cordeiro, nº 87, Bairro Maracanãzinho, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0665894-6 SSP/MT e CPF n.º 452.497.501-25, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *ABIGAIL DA SILVA MORAES,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Maria Deilda de Souza que está de licença-prêmio até 21 de abril de 2015), e 20 (vinte) horas semanais (em vaga livre até 18 de dezembro de 2015), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.876,70 (dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de março de 2015.

_____

ABIGAIL DA SILVA MORAES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 034/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **RODY VIEIRA RODRIGUES SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Silvestre Carlos, s/nº, Distrito de Vila Aparecida, Município de Cáceres-MT, portadora do RG 0880075-8 SEJUSP/MT e CPF n.º 865.881.841-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *RODY VIEIRA RODRIGUES SOUZA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Em substituição ao Professor Mauro Alves da Silva que está na Direção) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.157,51 (dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de março de 2015.

_____

RODY VIEIRA RODRIGUES

SOUZA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 119 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9877, de 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **CATARINA DIMAS DA SILVA FLORES**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 020/2015 – PGM, entre a VIEGAS DE SOUZA E CIA LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de fevereiro de 2015. **Contrato Administrativo nº 021/2015** – PGM, entre a M DAS GRAÇAS DE ALMEIDA COMERCIO – ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de fevereiro de 2015. **Contrato Administrativo nº 022/2015** – PGM, entre a LATICINIO SÃO LUIZ LTDA-ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de fevereiro de 2015. **Contrato Administrativo nº 025/2015** – PGM, entre a EMPLACA SERV. DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 27 de fevereiro de 2015.

Contrato Administrativo nº 027/2015– PGM, entre a P.C. DA SILVA RESTAURANTE-ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 03 de março de 2015.

1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.03.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 123 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9877, de 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **JOSIELDO DOS SANTOS SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 028/2015 – PGM, entre a empresa W.P DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 03 de março de 2015.

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2015.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Fazenda

Afixado em: 25.03.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 114 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9877, de 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **JOSUÉ ALCÂNTARA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 013/2015 – PGM, entre a LOCAÇÃO C/ JOÃO FERMINO e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 12 de fevereiro de 2015.

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2015.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 25.03.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 108 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9496, de 16 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FG-02 aos senhores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Nome	Cargo	Período
Ademir Venâncio da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Airton Lourenço Salviani	Motorista de ônibus	10/02/15 a 09/02/16
Antonio Donizete Teles	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Celso Bueno Tavares	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Deodato Pereira da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Eonilton Alves da Costa	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
João Torres da Cunha	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Lazaro Eugenio Teixeira	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Luiz Carlos da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Manoel Jose da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Sandro da Silva Teixeira	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Sebastião Martins Neres	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Zenildo Tavares	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Ademir da Silva Marques	Motorista de ônibus	11/02/15 a 11/02/16
Marcos Ortiz Torres	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16

Jose Luiz Torres da Cunha	Motorista de ônibus	10/02/15 a 10/02/16
Sinvaldo Ribeiro Sales	Motorista de ônibus	11/02/15 a 11/02/16
Elder Campos	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Anderson Luiz da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Jackson Fornazari do Nascimento	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Dorival Valentim	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Mario Campos da Silva	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Nihilson da Silva Cebalho	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Cristalino Moreira de Souza	Motorista de ônibus	19/02/15 a 19/02/16
Renato Sebastião de Souza	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Adriano Pernet	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
Lourival Chaves de Arruda	Motorista de ônibus	09/02/15 a 09/02/16
José Carlos Anselmo Azeredo	Motorista de ônibus	13/02/15 a 13/02/16

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 106 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 6649, de 23 de fevereiro de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Contratar, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, os relacionados abaixo, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	**NOME**	HABILITAÇÃO	PERÍODO	C.H	SALÁRIO
002	Jocilene Maria Olanda Silva	Pedagogia	19.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
003	Deiziane Duarte da Silva	Letras	09.02.15 a 18.12.15	34	R$ 2.445,28
004	Cleide de Alcantara Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
005	Divina Rodrigues da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
006	Maria Sebastiana Oliveira Pereira	História	20.02.15 a 18.12.15	10	R$ 719,20
007	Pedro Paulo de Oliveira Sabala	Matemática	09.02.15 a 18.12.15	25	R$ 1.797,92
008	Andreia de Oliveira Pinto Barros	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 02/11.

009	Rosana Aparecida da Silva Cruz	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	16	R$ 1.150,72
010	Andreia Aparecida de Oliveira Pinto	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
011	Romilda de Barros Araujo	Pedagogia	12.02.15 a 04.05.15	20	R$ 1.438,35
012	Luciene Evangelista Assunção	Pedagogia	12.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
013	Eni Cunha Vilela Ferreira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,38
014	Idezia de Cândio	História	09.02.15 a 18.12.15	29	R$ 2.085,68
015	Frank Anacleto Chaves	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
016	Elida Rezende da Silva	Pedagogia	09.12.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
017	Marcos Novack	Pedagogia	09.02.15 a 18.02.15	30	R$ 2.157,51
018	Nilson Balbino Leite Ribeiro	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
019	Francisco Carlos Novack	Pedagogia	19.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
020	Marcio Cristovão de Souza Bispo	Pedagogia	24.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
021	Lucinei Borges Gomes	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
022	Gerlando Paula da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
023	Rozilene Barbosa	Letras	09.02.15 a 18.12.15	25	R$ 1.797,92

024	Thelma Pires Geronimo Motta	Pedagogia	24.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 03/11.

025	Arlete da Silva Ribeiro	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
026	Livia Torres Valladares	Matemática	09.02.15 a 18.12.15	12	R$ 863,04
027	Elena Mazzon	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
028	Laura Ramos Vezaro	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
029	Roselene de Jesus Motta da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
030	Fernanda Pinto da Silva Barros	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
031	Janeide Pereira da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 20.04.15	20	R$ 1.438,35
032	Jesuína Miranda da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
033	Marta Norberto da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.02.15	40	R$ 2.876,70
034	Rody Vieira Rodrigues Souza	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
035	Paulo Seza Ribeiro Magalhães	Matemática	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
036	Eva Devaize Leite Mendes	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	26	R$ 1.869,92
037	Adriana Pereira de Campos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
038	Izabel Maria de Souza	Letras	09.02.15 a 18.12.15	34	R$ 2.445,28
039	Natalino Ribeiro de Pinho	Letras	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
040	Tatiana da Silva	Letras	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 04/11.

041	Enilce Pereira de Souza Gil	Letras	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,38
042	Diana Landim dos Passos Reis	Pedagogia	09.02.15 a 19.07.15	20	R$ 1.438,35
043	Maria Sebastiana Aguiar	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
044	Ana Paula Inacio Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
045	Maria Aparecida de Freitas	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	29	R$ 2.085,68
046	Aparecida Pinto de Souza	Letras	09.02.15 a 18.12.15	28	R$ 2.013,76
047	Caroline Santos Alcantara de Campos	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
048	Eliane de Souza Rodrigues	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
049	Guiomar de Matos Sequeira Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
050	Cleire Pereira da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
051	Gleice Marangueli da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
052	Gisele Christiane de Alcântara Costa	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	34	R$ 2.445,28
053	Marcia Novack da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
054	Odania Ferreira da Silva França	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
055	Sirlei Antunes Magalhães	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	23	R$ 1.654,16
056	Rosangela Matucari	Pedagogia	09.02.15 a 18.02.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 05/11.

057	Anedina Francisca Alves	Letras	19.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
058	Jane Antunes Magalhães	Pedagogia	09.02.15 a 18.1215	20	R$ 1.438,35
059	Maria Rita Silva Pereira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
060	Simoni Ribeiro da Silva	Letras	19.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
061	Maria José Ramos Cabrera	Geografia	19.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
062	Clotilde Clara da Silva	Pedagogia	19.02.15 a	20	R$ 1.438,35

			18.12.15		
063	Evane Antunes Magalhães	Pedagogia	13.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
064	Valdete Rodrigues dos Santos	Pedagogia	11.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
065	Karen Fernanda da Silva	Educação Física	09.02.15 a 18.12.15	21	R$ 1.510,32
066	Alexandra Rosa de Oliveira	Pedagogia	09.02.15. a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
067	Franciane Aparecida Chaves Ferrari	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	17	R$ 1.222,64
068	Franciele Gomes Deluque	Matemática	09.02.15 a 30.04.15	12	R$ 863,04
069	Angela Maria de Andrade	Pedagogia	09.02.15 a 29.05.15	20	R$ 1.438,35
070	Jose Sergio dos Santos Vicente	Pedagogia	09.02.15 a 29.05.15	20	R$ 1.438,35
071	Luiz Marcelo Barbosa	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	31	R$ 2.229,52
072	Maria Iva Ramos Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 06/11.

073	Lindinalva de Moura Macedo	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
074	Maria de Lourdes Fornanciari	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	24	R$ 1.726,08
075	Maria Aparecida dos Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
076	Neuzeli das Dores Lira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
077	Ruberleia Cicera do Couto Costa	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
078	Julia Cristina Sabala de Souza Filha	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
079	Luciene Maria da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 01.07.15	20	R$ 1.438,35
080	Nayhara Mirelli Moraes da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
081	Andreia Souza da Costa	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
082	Amelia Cristina Benevides da Silva	Letras	09.02.15 a 01.09.15	20	R$ 1.438,35
083	Jucimeira Gonçalves de Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
084	Maria do Carmo Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
085	Elaine Francisca de Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
086	Antonia Mariluci de Souza Freitas	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
087	Celia Maria Leite da Silva	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
088	Maria de Albuquerque Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 07/11.

089	Selma de Albuquerque Rodrigues	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157.51
090	Abigail da Silva Moraes	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
091	Alessandra Aparecida Caetano	Letras	20.02.15 a 18.12.15	08	R$ 575,36
092	Ademildo Pereira de Oliveira	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	14	R$ 1.006,88
093	Edna dos Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$1.438,35
094	Elvis Sacramento Silva	Educação Física	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
095	Rivaldo Delcaro	Educação Física	09.02.15 a 18.12.15	14	R$ 1.006,88
096	Maria Pedrosa de Aguiar Ribeiro	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
097	Karla Lima do Brasil	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
098	Zelia Maria de Souza	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	40	R$ 2.876,70
099	Cleudineide Pereira Leite	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	28	R$ 2.013,76
100	Luzia Margareth da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	36	R$ 2.589,12
101	Claudionor Martins Pereira	Geografia	09.02.15 a 18.12.15	32	R$ 2.301,44
102	Rachel de Carvalho Neves	História	09.02.15 a	20	R$ 1.438,35

			18.12.15		
103	Eleziel Beijamin da Silva Leite	Matemática	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
104	Zirlei das Graças Vilela	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 08/11.

105	Nilzanete da Costa Cebalho	Letras	09.02.15 a 18.12.15	22	R$ 1.582,24
106	Jane Leobaldina dos Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
107	Rosilene Simões Miranda	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
108	Orisvaldo Jose da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	25	R$ 1.797,92
109	Mayara de Almeida Tavares	Educação Física	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
110	Rosangela Cristina da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 06.11.15	20	R$ 1.438,35
111	Elisangela Hurtado de Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 19.07.15	20	R$ 1.438,35
112	Glauciele Monteiro de Souza Andrade	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
113	Dalva dos Santos Ranzani	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
114	Selma de Oliveira Rodrigues	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
115	Claudia Aparecida Ribeiro de Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
116	Ana Luci dos Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	26	R$ 1.869,92
117	Rosangela de Oliveira Arruda	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
118	Joice de Fatima Cardoso Ximenes	Pedagogia	09.02.15 a 06.07.15	20	R$ 1.438,35
119	Isaura Isabel Conte	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
120	Nelza de Souza Braga	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 09/11.

121	Marcia Helena Ribeiro Toledo	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
122	Janine Aparecida Ferreira Egues Candia	Pedagogia	09.02.15 a 19.07.15	20	R$ 1.438,35
123	Edite Aparecida Camargo da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
124	Luiz Miguel Ribeiro de Moura	Ciências Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
125	Maria Regina Ladeia	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
126	Valquiria Soares de Souza	Pedagogia	19.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
127	Roseli Hurtado da Cruz Souza	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
128	Sonia dos Reis Carvalho	Pedagogia	09.02.15 a 10.07.15	20	R$ 1.438,35
129	Manoel Sebastião da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
130	Vanessa Pereira dos Santos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
131	Roseli Aparecida da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
132	Elisangela da Silva Barbosa	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
133	Fernanda Aparecida da Conceição de Oliveira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$1.438,35
134	Darci Martins	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
135	Domingas Ortiz Ramos	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
136	Cristiane Rosa Valentim Pereira	Letras	09.02.15 a 18.12.15	22	R$ 1.582,24

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 10/11.

137	Eunice de Albuquerque Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
138	Istaining Wilcieslaine Barbosa Teixeira	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
139	Izabel Cristina de Souza Saturnino da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$1.438,35
140	Alvacir Alex de Oliveira Ricci	Matemática	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

141	Aparecida de Jesus Martins Castilho	História	09.02.15 a 18.12.15	23	R$ 1.654,16
142	Luziene Lucia de França	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	25	R$ 1.797,92
143	Luzinete Miranda de Toledo Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	25	R$ 1.797,92
144	Diana Lourença de Jesus	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
145	Karla Santana da Silva	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
146	Erica Patricia da Silva	Ciências Físicas e Biológicas	09.02.15 a 18.12.15	24	R$ 1.726,08
147	Jose Aparecido da Silva Santos	Letras	09.02.15 a 18.12.15	30	R$ 2.157,51
148	Sandra de Oliveira Leite	Pedagogia	19.02.15 a 05.05.15	40	R$ 2.876,70
149	Elizangela da Costa e Silva	Letras	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
150	Katiane Artiago Campos Santana	Pedagogia	09.02.15 a 06.11.15	20	R$ 1.438,35
151	Marlene Rosalia de Paula	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35
152	Jenesio da Silva Tolomeu	Pedagogia	09.02.15 a 18.12.15	20	R$ 1.438,35

Decreto nº 106 de 06 de março de 2015 - fls. 11/11.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 17.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 107 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7648 de 02 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar a pedido, a servidora **MARIA LÚCIA MONASKI VILA,** do cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, sem ônus para esta Administração Pública Municipal, para tratar de assuntos de interesse particular, **no período de 02** (dois) anos, a partir de 06 de abril de 2015 até 05 de abril de 2017.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 130 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 8740, de 09 de março de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionadas, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO
150	Katiane Artiago Campos Santana	Professor Licenciado em Pedagogia	Escola Municipal Pequeno Sábio	07.11.15 à 18.12.15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 128 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Or-

gânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 5932, de 13 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir a pedido, o Contrato Administrativo nº 119/2015-SA, do cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, da senhora **ISAURA ISABEL CONTE**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 14 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 073/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LINDINALVA DE MOURA MACEDO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua D, nº 91,Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0418578-1 SEJUSP/MT e CPF n.º 352. 710.191-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *LINDINALVA DE MOURA MACEDO*, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição à Profª. Sandra Regina da Silva que está no PACTO), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

LINDINALVA DE MOURA MACEDO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 132 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7509, de 27 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora **ELIZANGELA DE SÁ MARTINS,** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 127 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 6489, de 20 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir a pedido, o Contrato Administrativo nº 094/2015-SA, do cargo de Professor Licenciado em Educação Física, do senhor **ELVIS SACRAMENTO SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 126 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 8740, de 09 de março de 2015, 9231, de 12 de março de 2015, 9435, de 13 de março de 2015, e 10004, de 18 de março de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar carga horária dos contratos por prazo determinado abaixo relacionados, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, lotados na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HA	LOCAL	PERÍODO
150	Katiane Artiago Campos Santana	Professor Licenciado em Pedagogia	10	Escola Municipal Pequeno Sábio	09.03.15 a 18.12.15
240	Jane Katia Bocalan Ricaldes	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo	01.04.15 a 29.06.15
164	Ana Marcia da Silva Cruz	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Gotinhas do Saber	10.03.15 a 07.06.15
158	Suzane Pereira dos Santos	Professor Licenciado em Pedagogia	20	Escola Municipal Buscando o Saber	01.04.15 a 29.06.15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 23.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 305/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARCI PEREIRA RODRIGUES,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Silvestre Carlos, s/nº Distrito de Vila Aparecida, Cáceres-MT, portadora do RG nº 1291601-3 SSP/MT e CPF n.º 010.352.001-55, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *MARCI PEREIRA RODRIGUES,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2015.

_____

MARCI PEREIRA RODRIGUES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 341/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **NADIS FERREIRA DE MAGALHÃES,** brasileira, residente e domiciliada no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1109321-8 SJ/MT e CPF n.º 805.968.601-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *NADIS FERREIRA DE MAGALHÃES,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal União e Trabalho, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição a servidora Aparecida Botelho Ricaldes que está de atestado até 27 de abril de 2015).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de fevereiro de 2015 e término em 27 de abril de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 23 de março de 2015.

_____

NADIS FERREIRA DE MAGALHÃES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 064/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **VALDETE RODRIGUES DOS SANTOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua O,Quadra 18, Lote 19, Bairro Residencial Aeroporto, Município de Cáceres-MT, portadora do RG 37028996-1SSP/SP e CPF n.º 571.344.801-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *VALDETE RODRIGUES DOS SANTOS,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Primavera, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Virginia dos Anjos que está na Coordenação Pedagógica) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **11 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

VALDETE RODRIGUES DOS SANTOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 044/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA**,brasileira, residente e domiciliada no Distrito do Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1947096-7SSP/MT e CPF n.º 025.157.891-70, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA**, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, na Zona Rural do Município de Cáceres, (Em substituição à Professora Olinda Regina Santiago de Oliveira que está na Coordenação), com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com o devidocumprimento de 200 (duzentos) dias letivos**.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se- pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª , ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

ANA PAULA INÁCIO DE OLIVEIRA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 155/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Maris de Barros nº 281 – Bairro: Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1022023-2 SSP/MT e CPF n.º 025.186.181-39, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constit21-uição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS*, no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina/ Núcleo Limão, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **11 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com cumprimento de 200(duzentos) dias letivos.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 1. 438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068

Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de março de 2015.

_____

MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 062/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **CLOTILDE CLARA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua dos Madeireiros, Lote 02, Quadra 01, Bairro Cavalhada III, Município de Cáceres-MT, portadora do RG 952.678 SSP/MT e CPF n.º 031.825.906-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *CLOTILDE CLARA DA SILVA,* no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Guanabara, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em vaga livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

CLOTILDE CLARA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 338/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ**,brasileira, residente e domiciliada na Rua O, Quadra 01, Lote 24, Residencial Portal das Aguas, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2786490-1 SSP/MT e CPF n.º 850.719.431-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Or-

gânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em vaga livre) e Escola Municipal Vitória Régia, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **24 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2071
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2015.

_____

FERNANDA FERNANDES DA CRUZ

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 124/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA**,brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Marechal Castelo Branco, Nº 118, Bairro São Miguel, Município de Cáceres-MT, portador do RG 735.663 SSP/MT e CPF n.º 572.180.801-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA**, no cargo de Professor Licenciado em Ciências Biológicas, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (em substituição a Professora Selenir Pinto de Souza que está na Direção), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de março de 2015.

_____

LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Considerando o Edital nº 01/2015 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**;**

A Prefeitura de Cáceres – MT, através da Secretaria Municipal de Ação Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 02/2015, designada através do Decreto nº 032/2015 para atender a necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público - conforme o Edital nº 01/2015. Informa convocação dos Candidatos classificados do Seletivo Simplificado 02/2015 para comparecer no prazo de 07 dias a partir da data da publicação para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria.

Relação do(s) candidato(s) classificado(s) do Processo Seletivo Simplificado 02/2015. Considerando que o(s) candidato(s) classificado(s) deverá comparecer a esta secretaria para entrega de documentação, conforme estabelece o Edital 01/2015. Cito os nomes dos candidatos classificados abaixo relacionados:

Cargo: Auxiliar de Cuidador - SAIP – Casa da Criança - 09			
Ordem	Nome	RG	Código
13	Neuza da Silva Miranda	530370	09
14	Marilda Lopes	1439329-8	09

Cargo: Orientador Social – CRAS/CCI - 13			
Ordem	Nome	RG	Código
08	Camilo César T. Maciel	1285251-1	13

Isso é o que nos cabe informar.

Cáceres-MT, 31 de Março de 2015.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 02/2015 (Decreto nº 032/2015)

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Odilei Gomes de Campos

Franciane da Silva Lopes

Claudio Henrique Donatoni

Secretário Mun. De Ação Social.

.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 216/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JOANA DURVALINA DA CRUZ MENACHO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Saldanha da Gama, nº 111, Bairro Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0406003-2 SJ/MT e CPF n.º 788.303.621-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora *JOANA DURVALINA DA CRUZ MENACHO,* no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Paraíso, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em vaga livre), devendo cumprir 200(duzentos)dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município

a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

JOANA DURVALINA DA CRUZ MENACHO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 319/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SILEIDE SILVA CARDOSO,** brasileira, residente e domiciliada no Distrito do Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2112887-1 SSP/MT e CPF n.º 034.131.141-31, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *SILEIDE SILVA CARDOSO,* no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Santo Antonio do Caramujo, Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição à Maria Tereza da Silva, Maria Aparecida Pereira Moreira, e Izaura Landim dos Passos, que estarão de licença-prêmio).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de fevereiro de 2015 e término em 19 de novembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de março de 2015.

_____

SILEIDE SILVA CARDOSO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 018/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **NILSON BALBINO LEITE RIBEIRO,** brasileiro, residente e domiciliado no Assentamento Antônio Conselheiro I, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 0418557-9 SSP/MT e CPF n.º 318.488. 851-72, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor *NILSON BALBINO LEITE RIBEIRO*, no cargo de Professor Licenciado em Geografia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Laranjeira, na Zona Rural do Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais (Vaga Livre), devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2. 157,51(dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

NILSON BALBINO LEITE RIBEIRO

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 015/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhor **FRANK ANACLETO CHAVES,** brasileiro, residente e domiciliado no Assentamento Paiol, localizado na zona Rural do Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1.399.622 SSP/ES e CPF n.º 072.658. 317-05, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor *FRANK ANACLETO CHAVES*, no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Paulo Freire, Núcleo Paiol, localizada na Zona Rural do Município de Cáceres, (VAGA LIVRE), com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

FRANK ANACLETO CHAVES

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAUDE
CONVOCAÇÃO 004/2015 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 003/2015;

A Comissão do Seletivo Simplificado nº 003/2014, vem por meio desta, CONVOCAR os candidatos aprovados do teste seletivo Edital 003/2015, 4ª chamada, para providenciarem no prazo de 10 (Dez) dias a partir da data desta publicação para protocolar a entrega de seus documentos no Recursos Humanos desta Secretaria Municipal de Saúde conforme determinado no referido Edital.

O candidato deverá estar munido das documentações abaixo descritas em fotocópias autenticadas , segue:

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Certidão de Casamento ou Nascimento;

3. Certidão de Nascimento dos filhos;

4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

6. Cadastro do PIS/PASEP;

7. Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

8. Título de Eleitor;

9. Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

10. Atestado Médico Adimensional;

11. (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

12. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

13. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo escolhido, devidamente registrado pelo MEC;

14. Comprovante de Residência à data da Contratação em nome do admitido;

15. Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório;

16. Declaração de Bens devidamente registrada em cartório;

17. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

18. Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

19. Carteira Nacional de Habilitação;

20. Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

21. Conta Bancária para crédito salarial junto Caixa Econômica Federal.

22. Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

23. Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, ao cargo inscrito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES.

CONVOCAÇÃO 004/2015.

Diante da desistência de HELENA ARANTES PEREIRA e RAFAEL RIOLA DA SILVA BERTOCHE, convocados abaixo relacionados, venho através deste, solicitar ao nobre presidente da Comissão do Teste Seletivo Simplificado nº 003/2015 a CONVOCAÇÃO dos aprovados para o mesmo cargo na classificação seqüencial em substituição dos desistentes e RETIFICAR O EDITAL Nº 001, conforme especificação abaixo.

CANDIDATO QUE APRESENTOU SUA DESISTÊNCIA À CONVOCAÇÃO

INCRIÇÃO	NOME	CARGO	CH	LOCAL DE TRABALHO
317	HELIANA ARANTES PEREIRA	CLÍNICO GERAL	40	PAM
352	RAFAEL RIOLA DA SILVA BERTOCHE	CLÍNICO GERAL	40	PAM

CANDIDATO CONVOCADO EM SUBSTITUIÇÃO AO DESISTENTE ACIMA

INCRIÇÃO	NOME	CARGO	CH	LOCAL DE TRABALHO
472	CAMILA REIS GERALDELE	CLÍNICO GERAL	40	PAM

499	LUCAS COELHO MIRANDA	CLÍNICO GERAL	40	PAM

Cáceres-MT, 31 de Março de 2015

JOSUÉ VALDEMIR ALCÂNTARA

Presidente da Comissão do Teste Seletivo Simplificado 003/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 136 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9353, de 13 de março de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor **MARCO FLÁVIO DA CUNHA MARTINS,** do cargo de Fiscal de Tributos, da Secretaria de Fazenda, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 13 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Fazenda

Afixado em: 26.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 138 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 10593, de 24 de março de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir o Contrato Administrativo nº 410/2014-SA, do cargo de Médico Clínico Geral, do senhor **ANDRÉ POSTIGO CORDEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 26.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 233/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **EONILTON ALVES DA COSTA,** brasileiro, residente e domiciliado no Distrito Nova Cáceres, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 922590 SSP/MT e CPF n.º 651.111.331-00, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor *EONILTON ALVES DA COSTA,* no cargo de Motorista, a que refere o Decreto nº 117, de 18 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março/Núcleo Sadia, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 09 de fevereiro de 2016.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e

forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

EONILTON ALVES DA COSTA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 048/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ELIANE DE SOUZA RODRIGUES**,brasileira, residente e domiciliada no Distrito de Horizonte Do Oeste, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1322649-59 SSP/MT e CPF n.º 909.741.741-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1. 931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **ELIANE DE SOUZA RODRIGUES,** no cargo de Professora Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal União (em vaga livre) carga horária de trabalho 20 (vinte) horas semanais, devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

ELIANE DE SOUZA RODRIGUES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 049/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GUIOMAR DE MATOS SEQUEIRA SILVA**,brasileira, residente e domiciliada na Rua Santa Luzia, s/nº, Distrito de Caramujo, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2008011-5 SSP/MT e CPF n. º 010.465.651-41, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **GUIOMAR DE MATOS SEQUEIRA SILVA,** no cargo de Professora Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Santo Antonio do Caramujo (em substituição a Professora Cláudia Aparecida Souto e Silva que está na Direção) carga horária de trabalho 20 (vinte) horas semanais, devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de março de 2015.

_____

GUIOMAR DE MATOS SEQUEIRA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.031/2015

Autoriza a cessão em comodato de bem imóvel público à Secretaria **de** Estado **de** Segurança **Pública** - SESP e dá outras providências

O Senhor **JUVIANO LINCOLN**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder em comodato à *SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.415/0028-64, com sede no Centro Político Administrativo, Bloco B, 2º andar, em Cuiabá – Mato Grosso, através da **PERÍCIA OFICIAL E IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - POLITEC**, inscrita no CNPJ sob nº. 12.312.866/0001-17, com sede na Av. Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.245, Bairro Carumbé, CEP: 78.085-743, Cuiabá – MT, o imóvel assim descrito: Lote urbano nº 05, Quadra nº 29, localizado à Rua Almirante Batista das Neves, Centro, em Diamantino/MT, com área de 253,00m² e edificação de 95,95m².

Parágrafo Único. A presente cessão em comodato é para dar viabilidade ao Termo de Cooperação, cujo modelo segue anexo, que tem por objeto a Instalação e Implementação de uma Unidade POLITEC no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º. O prazo de vigência do contrato a ser firmado entre as partes é de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Diamantino/MT, 18 de março de 2015.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0____/2015/SESP

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESP E O MUNICIPIO DE DIAMANTINO/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03. 507.415/0028-64, com sede no Centro Político Administrativo, Bloco B, 2º andar, em Cuiabá – Mato Grosso, neste ato denominado COOPERANTE, representado pelo seu Secretário, nomeado pelo Ato nº 001 de 02 de Janeiro de 2015, MAURO ZAQUE DE JESUS, brasileiro, casado, servidor público estadual, através da PERÍCIA OFICIAL E IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DE MATO GROSSO inscrita no CNPJ sob nº. 12. 312.866/0001-17 com sede na Av. Gonçalo Antunes de Barros, nº 3245, Bairro Carumbé, CEP: 78.085-743, Cuiabá – MT, doravante denominada COOPERANTE, neste ato representado pelo Diretor Geral RUBENS SADAO OKADA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua das Acácias, nº 72, Condomínio Florais, RG 775.769 e CPF nº. 545.561.801-63 e de outro lado o MUNICÍPIO DE Diamantino- MT, por intermédio da PREFEITU-

RA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede na Rua/Avenida Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº2341, Bairro Centro, CEP: 78.400-000, em Diamantino-MT, neste ato denominado COOPERADO, representado pelo Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, portador da Cédula de Identidade nº 378465 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº 304.779. 991-15, com sujeição as Normas da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Lei nº 4.320/64 de 17/03/1964 e suas alterações posteriores, e Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 01/ 2009 de 23/04/2009 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Instalação e Implementação de uma Unidade POLITEC no Município de Diamantino– MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para consecução do objeto deste Termo, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo COOPERANTE, na forma deste instrumento, que, assinados pelos representantes legais, passam a fazer parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

Excepcionalmente, o Plano de Trabalho poderá ser alterado com a devida justificativa, antes do término do período de vigência, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Cooperação, não haverá repasse de recursos entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – O COOPERANTE compromete-se a:

a) Disponibilizar efetivo para assessorar, chefiar e participar das ações referentes ao objeto deste Termo de Cooperação Técnica;

b) Disponibilizar, mobiliário, equipamentos e matérias para o funcionamento da Unidade POLITEC

c) Disponibilizar efetivo para estruturar a Unidade;

d) Alimentar as informações referentes à formalização do presente instrumento no Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGCON, no endereço, www.seplan.mt.gov.br;

e) Orientar, técnica e administrativamente, os procedimentos técnicos e operacionais necessário à execução do objeto pactuado;

f) Publicar o Extrato do Termo no Diário Oficial do Estado.

II – O COOPERADO compromete-se a:

a) Disponibilizar espaço físico adequado para instalação da Unidade POLITEC;

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo do presente Termo de Cooperação será até 31/12/2035, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo das partes mediante Termo Aditivo, desde que devidamente justificada e solicitada antes do término da vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada ao COOPERANTE, por meio dos órgãos responsáveis ou de mandatários legalmente constituídos, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício da fiscalização e do controle da execução deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Termo de Cooperação será, obrigatoriamente, destacada a participação do COOPERANTE, observando o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente termo será rescindido nos seguintes casos:

I – Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

II – Comprometimento de despesas em desacordo com o Plano de Trabalho;

III – Não cumprimento das obrigações assumidas e, previamente estabelecidas;

IV – Por rescisão amigável.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições estabelecidas, pela superveniência de norma legal, por fato administrativo que o torne formal, materialmente inexeqüível, ou a qualquer tempo, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, nos termos acordados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

A eficácia da cooperação e de seus aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, que será providenciado pelo COOPERANTE no prazo de 20 (vinte) dias, conforme o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 01/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Cooperado deverá apresentar Relatório de Conclusão do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias do término da vigência, conforme estabelece o art. 17 e o art. 19, Inciso I da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 01/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cuiabá – MT com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir toda e qualquer dúvida da execução deste Termo de Cooperação.

E, por estarem, assim, justas e conveniadas, firmam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cuiabá-MT, __ de _____ de 2015

MAURO ZAQUE DE JESUS RUBENS SADAO OKADA

Secretário de Estado de Segurança Diretor Geral da Perícia Oficial e Identificação Técnica Pública

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal de

Diamantino/MT

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO 002/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através da CPL, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **17/04/2015 às 08h00-min**, Licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇO, tipo “Menor Preço

Global", cujo objetivo é: *Contratação de Empresa especializada para realizar Pavimentação em Pedras Irregulares (Calçamento) no município de Diamantino - MT*. O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

DURVAL DOMINGOS

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 005/2015

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **PRISMA ENGENHARIA ARQUITETURA E SANEAMENTO LTDA ME,** CNPJ: 09.576.427/0001-07, no valor previsto de **R$ 7.900,00** (Sete mil e novecentos Reais), Objetivando a *Prestação de Serviços para elaboração de Ensaios de Sondagem para Resistência de Solo, referente a quatro pontos, onde se instalará Pórticos de Entrada do Município de Diamantino – MT*. Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 31 de Março de 2015.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 048/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme edital nº 001/2011 de 26 de julho de 2011, homologado através do Decreto nº 02/2012 de 04 de janeiro de 2012, publicado no Jornal AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios na edição de 11 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso público da Prefeitura Municipal de Diamantino realizado de acordo com o edital 001/2011 de 26 de julho de 2011 para exercer em caráter efetivo conforme relação em anexo.

Art. 2º - Os nomeados tem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º - No ato da posse os nomeados deverão apresentar os documentos do anexo I deste Decreto, constante do item 7.4 do Edital de Concurso.

Art. 4º - Serão considerados desistentes e, portanto, eliminados do concurso público os nomeados que não comparecerem na data estabelecida para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

PARAGRAFO ÚNICO: A falta de um único documento inabilitará os nomeados á posse do cargo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Diamantino, 31 de março de 2015

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 048/2015

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município
01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

ANEXO II DO DECRETO Nº 048/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Cargo: (24) – ENFERMEIRO Inscrição Média Final
6º MARCELO JOAQUIM PADILHA 00337 6,50
Cargo: (41) – ATENDENTE DE CIDADANIA
15º SILVANIA ROSALIA DE PINHO 00840 6,33
Cargo: (42) - ATENDENTE DE CIDADANIA/DECIOLANDIA
3º KISSILA REJANE DA SILVA SIQUEIRA SANTOS 00252 6,00

JUVIANO LINCOLNPrefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 019/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 019/2015**, cujo objeto é *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ACADEMIAS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS* **DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **PAULO ZIOBER EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA,** CNPJ: 08.374.053/0001-84, totalizando **R$ 83.812,00** (Oitenta e três mil e oitocentos e doze Reais).

Diamantino - MT, 31 de Março de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA | Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2015

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779. 991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2015**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME,** inscrito no CNPJ sob nº 13.498.051/0001-37, com endereço na Avenida XV de Novembro, nº 734, andar 01, Centro Sul, Cuiabá – MT, neste ato representada pelo Sr. Luiz Fernando Provenzano de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.504.582-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 008.253.171-42, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da

Lei n° 8.666/93

de 21/06/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto Municipal nº 033/2015 de 24 de Fevereiro de 2015 que regulamenta o SPR e Decreto Municipal nº 018/2012 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 01

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ACRIPEN PRETO	ACRILEX	UND	20	R$ 2,78	R$ 55,60
02	AGULHA DE BORDAR TAPESTRY, COM AS SEGUINTES NUMERAÇÕES: 13/14/16/18/22/24 E 26 PCT C/ 10 UND.	AQUARELA	PCT	20	R$ 4,30	R$ 86,00
03	AGULHA DE CROCHE BARBANTE	TELANIPO	UND	60	R$ 1,50	R$ 90,00
04	AGULHA DE MAO Nº12 PCT C/ 20 UND	CORRENTE	PCT	60	R$ 2,18	R$ 130,80
05	AGULHA DE MAQUINA E202 014 90/14 Nº 14 10X1	SINGER	PCT	30	R$ 4,19	R$ 125,70
06	AGULHA PONTO RUSSO 1X1	TELANIPO	UND	60	R$ 7,02	R$ 421,20
07	ALFINETE DE COSTURA Nº 29, CX C/ 50 GR	IARA	CX	20	R$ 4,30	R$ 86,00
08	ARAME ALUMINIO P/FLOR LISA 5 MM	ARANHA	NV	20	R$ 1,03	R$ 20,60
09	ARAME ALUMINIO P/FLOR TERCIDO 5 MM	ARANHA	NV	20	R$ 1,47	R$ 29,40
10	ARGOLA DE METAL 25 MM 50X1	OF	PCT	60	R$ 11,32	R$ 679,20
11	BARBANTE CRU, 100%ALGODÃO, NAS NUMERAÇÕES:4/4, 4/6, 4/8 E 4/10, COM METRAGEM ENTRE 366 MTS A 915 MTS.	ROMA	NV	200	R$ 7,84	R$ 1.568,00
12	BARBANTE COLORIDO, 100% ALGODÃO NAS NUMERAÇÕES:4/4, 4/6 E 4/8, COM METRAGEM ENTRE 457 MTS E 915 MTS.	ROMA	NV	200	R$ 9,25	R$ 1.850,00
13	BASE P/CORTE A2 60X43 CM	CIRCULO	UND	02	R$ 112,12	R$ 224,24
14	BOLA DE ISOPOR 30 MM PCT C/100	STYROFORM	PCT	10	R$ 8,27	R$ 82,70
15	BOLA DE ISOPOR 500 MM	STYROFORM	UND	10	R$ 28,30	R$ 283,00
16	BOTAO CHATO 23X35 10X1	NYBC	PCT	20	R$ 5,50	R$ 110,00
17	BOTAO DE STRASS P/CHINELO	BLESSED	PCT	20	R$ 7,02	R$ 140,40
18	CABEÇA DE BONECA C/ 10 UNIDADES	DEMETRIOS	PCT	10	R$ 5,58	R$ 55,80
19	CHINELO COLORIDO, NAS NUMERAÇÕES 33 À 44.	HAVIANAS	PR	600	R$ 8,27	R$ 4.962,00
20	COLA CHINELO 50 GR	GLITTER	UND	60	R$ 4,79	R$ 287,40
21	COLA PANO GLITER 500G	GLITTER	UND	20	R$ 25,85	R$ 517,00
22	COLA QUENTE FINA TRANSPARENTE, EMBALAGEM COM 01 KG.	TRAMA	PCT	40	R$ 22,59	R$ 903,60
23	COLA QUENTE GROSSA TRANSPARENTE, EMBALAGEM COM 01 KG.	TRAMA	PCT	40	R$ 22,59	R$ 903,60
24	CORDAO ENCERADO 100% ALGODÃO, ROLO COM 100 GR.	SETTA	RL	20	R$ 6,15	R$ 123,00

25	ELASTICO Nº14 COM 100 MTS, COMPOSIÇÃO: 72% ALGODÃO E 28% ELASTODIENO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	REAL	NV	10	R$ 28,57	R$ 285,70
26	ENCHIMENTO SOFT KG	TROMBIM	KG	30	R$ 16,06	R$ 481,80
27	ENFEITE P/CHINELO DIVERSOS	BLESSED	PCT	20	R$ 3,43	R$ 68,60
28	ENTRETELA TERMOCOLANTE PATCHWORK, COM 0,90 MT DE LARGURA.	FIORELLA	MT	40	R$ 5,28	R$ 211,20
29	FITA CETIM 04 MM C/ 100 MTS	TRADER	NV	40	R$ 10,01	R$ 400,40
30	FITA CETIM 11 MM C/10MTS	PROGRESSO	UND	40	R$ 2,12	R$ 84,80
31	FITA FLORAL PARA FLOR	DEMETRIOS	NV	40	R$ 2,18	R$ 87,20
32	FLOR P/CHINELO ACRILICO	BLESSED	UND	600	R$ 1,90	R$ 1.140,00
33	FRANJAO ECOLOGICO BARROCO, ROLO COM 180 MTS.	EUROFIOS	NV	20	R$ 7,57	R$ 151,40
34	LÂ CLUBE C/100 GR 1X1	PARAMOUNT	UND	200	R$ 3,86	R$ 772,00
35	LANTEJOULA 12MM METALICA, PACOTE COM 1000 UNIDADES.	LANTECOR	PCT	20	R$ 9,58	R$ 191,60
36	LINHA BORDAR ANCHOR 100% ALGODÃO MERCERIZADO, NOVELO COM 85 MTS. CX C/ 10N NOVELOS.	CORRENTE	CX	100	R$ 43,92	R$ 4.392,00
37	LINHA CROCHE BARROCO, ROLO COM 400 GR	CIRCULO	NV	20	R$ 15,95	R$ 319,00
38	LINHA DE COSTURA 100% POLIESTER, ROLO COM 1.829 MTS(2.000JDS), EMBALAGEM COM A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	SETTA	TB	40	R$ 2,45	R$ 98,00
39	LINHA DE CROCHE , 100% ALGODÃO MERCERIZADO, NOVELO COM 125MTS	CIRCULO	NV	400	R$ 2,20	R$ 880,00
40	LINHA DE NYLON Nº0,40, 100% POLIAMIDA, ROLO COM 100 MTS	MAZZAFERRO	TB	40	R$ 7,08	R$ 283,20
41	LINHA DE PESCA Nº 0,25, 100% POLIAMIDA, PARA TRABALHO DE ARTESANTO EM CHINELOS.	MAZZAFERRO	NV	40	R$ 2,12	R$ 84,80
42	LINHA P/BORDAR PONTO RUSSO KG	ROSE FIOS	KG	60	R$ 50,62	R$ 3.037,20
43	MANTA AGRILICA 150GR	ALLFIBRA	UNID	200	R$ 6,80	R$ 1.360,00
44	MEIA PARA FLOR LISA	ORIENTAL	UND	600	R$ 0,93	R$ 558,00
45	MEIA PARA FLOR MESCLADA	ORIENTAL	PC	200	R$ 2,15	R$ 430,00
46	MISSANGA COLORIDA, PACOTE COM 240 GR.	BLESSED	PCT	60	R$ 8,93	R$ 535,80
47	MISSANGA DE VIDRO COLORIDO, PACOTE COM 240 GR.	BLESSED	PCT	60	R$ 8,93	R$ 535,80
48	OLEO DE LINHACA 100 ML 1X1	ACRILEX	UND	20	R$ 4,08	R$ 81,60
49	PANO DE COPA ALVEJADO LISO, COM 1,40 MT DE LARGURA	SANTA MARGARIDA	MT	600	R$ 4,35	R$ 2.610,00
50	PAPEL IMPERMIAVEL 50X60CM PCT C/40FLS	VMP	PCT	20	R$ 13,82	R$ 276,40
51	PASSA FITA COM 5,0 CM DE LARGURA E 13,7 MT DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO: 80% POLIESTER E 20% ALGODÃO	ARTEPUNTO	PCT	20	R$ 19,10	R$ 382,00
52	PEDRARIA PLASTICA, PACOTE COM 240GR	LADEIRA	PCT	60	R$ 13,60	R$ 816,00
53	PEDRARIA DIVERSAS, PACOTE COM 240GR	LADEIRA	PCT	60	R$ 13,58	R$ 814,80
54	PEROLA PLASTICA, PACOTE COM 490 GR	LADEIRA	PCT	60	R$ 25,04	R$ 1.502,40
55	PESTILHO FLOR PCT C/24UND	DEMETRIOS	PCT	20	R$ 4,08	R$ 81,60
56	PINCEL CHATO 815 N02	TIGRE	UND	40	R$ 1,82	R$ 72,80
57	PINCEL CHATO 815 N04	TIGRE	UND	40	R$ 2,45	R$ 98,00
58	PINCEL CHATO 815 N06	TIGRE	UND	40	R$ 2,72	R$ 108,80
59	PINCEL CHATO 815 N08	TIGRE	UND	40	R$ 2,80	R$ 112,00
60	PINCEL CHATO 815 N10	TIGRE	UND	40	R$ 2,94	R$ 117,60
61	PINCEL CHATO 815 N12	TIGRE	UND	40	R$ 3,05	R$ 122,00
62	PINCEL CHATO 815 N14	TIGRE	UND	40	R$ 3,46	R$ 138,40
63	PINCEL CHATO 815 N16	TIGRE	UND	40	R$ 4,08	R$ 163,20
64	PISTOLA DE COLA QUENTE FINA	SNAUZER	UND	20	R$ 7,08	R$ 141,60
65	PISTOLA DE COLA QUENTE GROSSA	SNAUZER	UND	20	R$ 11,16	R$ 223,20
66	REGUA AUXILIAR PATCHWORK 25X5CM	CIRCULO	UND	10	R$ 37,23	R$ 372,30
67	RENDA DE ALGODAO, COM 5,0 CM DE LARGURA, COM 10MT DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA	IPIRANGA	PCT	10	R$ 41,36	R$ 413,60

68	REVISTA DE PINTURA	EDITORA MI-NUANO	UND	20	R$ 4,95	R$ 99,00
69	REVISTA PONTO CRUZ	EDITORA MI-NUANO	UND	20	R$ 4,95	R$ 99,00
70	REVISTA VAGONITE	EDITORA MI-NUANO	UND	20	R$ 4,95	R$ 99,00
71	SECANTE DE COBALTO 100 ML	ACRILEX	UND	20	R$ 4,35	R$ 87,00
72	SIANINHA MISTA, COM 9 MM DE LARGURA E 10 MT DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE. EMBALAGEM COM A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE. FABRICA ÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	SÃO JOSÉ	UND	60	R$ 8,70	R$ 522,00
73	STRASS EM METRO	ARANHA	MT	10	R$ 25,09	R$ 250,90
74	TECIDO ATOALHADO 1,40 M LARGURA	DOHLER	MT	200	R$ 15,51	R$ 3. 102,00
75	TECIDO BORBADO ETAMINE 100% ALGODÃO, COM 1,40 M DE LARGURA. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	IBIRAPUERA	MT	600	R$ 8,16	R$ 4. 896,00
76	TECIDO BORDAR VAGONITE 100% ALGODÃO, COM 1,40 M DE LARGURA. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	ESTILOTEX	MT	600	R$ 14,97	R$ 8. 982,00
77	TECIDO DE ALGODAO CRU 2,50 M LARGURA	TEXANA	MT	200	R$ 13,55	R$ 2. 710,00
78	TECIDO FELTRO 100% POLIAMIDA, COM 1,40M DE LARGURA, CORES VARIADAS.	SANTA FÉ	MT	100	R$ 9,52	R$ 952,00
79	TECIDO PANO DE COPA ALVEJADO 100% ALGODÃO, COM 70 CM DE LARGURA.	SANTA MAR-GARIDA	MT	600	R$ 4,41	R$ 2. 646,00
80	TECIDO PARA PATCHWORK 100% ALGODÃO, COM 1,40M DE LARGURA.	PERIPAN	MT	200	R$ 12,30	R$ 2. 460,00
81	TECIDO PATCHOWORK FLORENÇA 100% ALGODÃO, COM 1,40M DE LARGURA.	PERIPAN	MT	200	R$ 12,30	R$ 2. 460,00
82	TECIDO TROPICAL ESTAMPADO 100% ALGODÃO, COM 1,40M DE LARGURA.	PERIPAN	MT	200	R$ 16,27	R$ 3. 254,00
83	TECIDO TROPICAL LISO 100% ALGODÃO, COM 1,40M DE LARGURA	PERIPAN	MT	100	R$ 10,45	R$ 1. 045,00
84	TELA BRANCA 20X20 CM	GUEDES	UND	20	R$ 3,43	R$ 68,60
85	TELA BRANCA 20X30 CM	GUEDES	UND	20	R$ 4,08	R$ 81,60
86	TELA BRANCA 20X40 CM	GUEDES	UND	20	R$ 6,23	R$ 124,60
87	TELA BRANCA 24X30 CM	GUEDES	UND	20	R$ 5,31	R$ 106,20
88	TELA BRANCA 30X30 CM	GUEDES	UND	20	R$ 6,12	R$ 122,40
89	TELA BRANCA 30X40 CM	GUEDES	UND	20	R$ 6,36	R$ 127,20
90	TELA BRANCA 30X50 CM	GUEDES	UND	20	R$ 10,23	R$ 204,60
91	TELA BRANCA 30X60 CM	GUEDES	UND	20	R$ 12,00	R$ 240,00
92	TELA BRANCA 40X40 CM	GUEDES	UND	20	R$ 10,72	R$ 214,40
93	TELA BRANCA 40X50 CM	GUEDES	UND	20	R$ 12,51	R$ 250,20
94	TELA BRANCA 40X60 CM	GUEDES	UND	20	R$ 13,06	R$ 261,20
95	TELA BRANCA 50X50 CM	GUEDES	UND	20	R$ 16,03	R$ 320,60
96	TELA BRANCA 50X60 CM	GUEDES	UND	20	R$ 16,68	R$ 333,60
97	TELA BRANCA 50X70 CM	GUEDES	UND	20	R$ 20,27	R$ 405,40
98	TELA BRANCA 60X60 CM	GUEDES	UND	20	R$ 19,87	R$ 397,40
99	TELA BRANCA 60X90 CM	GUEDES	UND	20	R$ 27,73	R$ 554,60
100	TELA BRANCA 70X100 CM	GUEDES	UND	20	R$ 36,98	R$ 739,60
101	TELA BRANCA 80X100 CM	GUEDES	UND	20	R$ 37,80	R$ 756,00
102	TESOURA DE PRECISAO TITANIUM	MUNDIAL	UND	20	R$ 22,53	R$ 450,60
103	TINTA OLEO 20 ML BRANCO IRIDESCENTE	ACRILEX	UND	20	R$ 3,05	R$ 61,00
104	TINTA OLEO 20 ML BRONZE IRIDESCENTE	ACRILEX	UND	20	R$ 3,05	R$ 61,00
105	TINTA OLEO 20 ML COBRE IRIDESCENTE	ACRILEX	UND	20	R$ 3,05	R$ 61,00
106	TINTA OLEO 20 ML CORES DIVERSAS	ACRILEX	UND	200	R$ 3,05	R$ 610,00
107	TINTA OLEO 20 ML OURO IRIDESCENTE	ACRILEX	UND	20	R$ 3,05	R$ 61,00
108	TINTA OLEO 20 ML PRATA IRIDESCENTE	ACRILEX	UND	20	R$ 3,05	R$ 61,00
109	TINTA RELEVO COM GLITER 35 ML	ACRILEX	UND	200	R$ 3,80	R$ 760,00
110	TINTA TECIDO CLAREADOR 37ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	ACRILEX	CX	10	R$ 19,40	R$ 194,00

111	TINTA TECIDO COM GLITER 35ML,CORES DIVERSAS 1X1.	ACRILEX	UND	60	R$ 3,80	R$ 228,00
112	TINTA TECIDO 37 ML CORES DIVERSAS	ACRILEX	CX	100	R$ 19,40	R$ 1.940,00
113	TINTA TECIDO METALICA 35 ML CORES DIVERSAS.	ACRILEX	UND	100	R$ 2,31	R$ 231,00
114	TIRA BORDADA , COM 5,0 CM DE LARGURA E 13,7MT DECOMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO 80% DE POLIESTER E 20% DE ALGODÃO.	ARTEPUNTO	PCT	20	R$ 24,49	R$ 489,80
115	TOALHA DE BANHO100% ALGODÃO DIMENÇOES: 70CMX1,40 MT.	ATLANTICA	UND	200	R$ 11,38	R$ 2.276,00
116	TOALHA DE ROSTO P/BORDAR 100% ALGODÃO. DIMENSÕES: 50 CM X 80 CM.	ATLANTICA	UND	200	R$ 6,37	R$ 1.274,00
117	TOALHA LAVABO 100% ALGODÃO. DIMENSÕES: 25 CM X 36 CM.	DOHLER	UND	200	R$ 2,17	R$ 434,00
118	VASO CACHEPOT GRANDE	PLASMAZ	UND	40	R$ 7,05	R$ 282,00
119	VASO CACHEPOT MEDIO	PLASMAZ	UND	40	R$ 4,24	R$ 169,60
120	VASO CACHEPOT PEQUENO	PLASMAZ	UND	40	R$ 3,64	R$ 145,60
121	VIES DE ALGODAO LARGO 100% ALGODÃO LARGURA INICIAL 35 MM, LARGURA PARTE EXTERNA 23 MM.	PERIPAN	UND	60	R$ 7,51	R$ 450,60
TOTAL						R$ 87.984,34

Valor total da proposta: R$ 87.984,34 (oitenta e sete mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 012/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de 02 (Dois) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 24 horas, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I.Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II.Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III.Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I.Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II.Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III.Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV.Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I.Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II.As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II)Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a)Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b)Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c)Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I.Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II.Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 012/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III.É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO JUVIANO LINCOLN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME SR. LUIZ FERNANDO P. DE SOUZA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	LAURO JOSNEY CORREA RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2014

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2014 – ASS: 31/03/2015 – referente ao reajuste da tarifa referencial, a água (**TRA**) e da tarifa referencial do esgoto (*TRE*) ficam reajustados para **R$ 2,22** (dois reais e vinte e dois centavos). Detentor: **CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE DIAMANTINO S. A.**, Objeto: **CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE COMPREENDEM PROJETO, CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES INTEGRANTES DOS SISTEMAS FÍSICOS, OPERACIONAIS E GERENCIAIS DE PRODUÇÃO, TRATAMENTO, ADUÇÃO, RESERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, COLETA, AFASTAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE ESGOTOS SANITÁRIOS, INCLUINDO A GESTÃO DOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS, A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS ENVOLVIDOS, O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NO**

MUNICÍPIO SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PREVISTO NO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.987 DE 13/02/95. . Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 31 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 021/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **14/04/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: *Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS, ANALGÉSICOS, ANTIPIRÉTICOS, ANTINFLAMATÓRIOS E MEDICAMENTOS CONTRACEPTIVOS E HORMÔNIOS PARA ATENDer As DEMANDAs DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 020/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 020/2015**, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA,** CNPJ: 36.879.070/0001-09, totalizando **R$ 420.000,00** (Quatrocentos e vinte mil Reais).

Diamantino - MT, 31 de Março de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/GAB/036/2015

DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARA SERVIDOR EFETIVO **CLEIDE MARIA ANZIL**

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Legislação Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o retorno da servidora **Cleide Maria Anzil,** Mat 66, CPF 778.343.561-00 no cargo de Agente Administrativo da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Diamantino – MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Gabinete do Prefeito Municipal em 31 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:005/2015

DATA ASSINATURA: 06 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: AUTO POSTO REIS LTDA

VIGENCIA: 06 DE SETEMBRO DE 2015

VALOR REGISTRADO:

R$ 448.950,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2015

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA

LEI MUNICIPAL Nº.513/2015

LEI MUNICIPAL Nº.513/2015

DATA: 24 de Março de 2015.

SÚMULA: **Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros para a Entidade Civil Esportiva Independente Moto Clube de Feliz Natal-MT, e dá outras providências.**

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **faz saber** que a

Câmara Municipal de Vereadores

aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros no valor R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para A ENTIDADE CIVIL ESPORTIVA INDEPENDENTE MOTO CLUBE DE FELIZ NATAL-MT, inscrita no CNPJ sob nº 15.397.494/0001-67, com sede na Avenida Maravilha, nº 799-N, na cidade de Feliz Natal – MT.

Art. 2º- O valor do repasse financeiro autorizado no artigo anterior se destinará a cobertura parcial das despesas com a promoção e realização de um evento esportivo e de lazer, denominado Gincana de Motos e Som Automotivo, a ser realizado no dia 03 de Maio de 2015.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária:

04 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

004.005 – Departamento de Municipal de Desporto

27 – Desporto e Lazer

812 – Desporto Comunitário

0020 – Desenvolv. do Esporte e Atividades Motoras

1126- Promoção e apoio de eventos esportivos e lazer.

339039.00.00.00 – Outros Serv. de Terc. – Pessoa Jur.

Art. 4º - A Entidade beneficiada deverá apresentar junto à Prefeitura Municipal, prestação de contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após a realização do evento.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 512/2015.

LEI MUNICIPAL N° 512/2015.

DATA: 19 de Março de 2015.

SÚMULA: **Dispõe sobre doação de Veículo da Câmara Municipal de Feliz Natal –MT ao Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.**

O

SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO,

no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizada a Câmara Municipal de Feliz Natal a doar o veículo de sua propriedade ao Fundo Municipal de saúde de Feliz Natal -MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º12.941.827/0001-89, situada na Av: Maravilha Praça da Bíblia s/nº, centro, neste Município de Feliz Natal, a saber:

I - veículo Chevrolet/S-10, placa NJR-9594, com ano de fabricação 2010, modelo 2010, combustível a gasolina, cor PRATA, chassi 9BG138SFOAC 441003;

Art. 2º - A doação que se refere a presente lei será em caráter definitivo, ficando autorizado o Presidente da Câmara Municipal a assinar a autorização para transferência deste veículo em favor do Fundo Municipal de Saúde de Feliz Natal - MT.

Art. 3º - A partir da vigência desta Lei a Prefeitura Municipal de Feliz Natal fluirá plenamente do uso do veículo e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidade civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o veículo doado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 511/2015

LEI MUNICIPAL Nº 511/2015

DATA: 18 de Março de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo outorgar Permissão de Uso de imóvel público, e dá outras providências.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Permissão de Uso, gratuita de 03 (três) salas de aula da Escola Municipal 25 de Dezembro para à Empresa Soesa - Sociedade de Ensino Superior do Agreste Ltda–ME, CNPJ nº 07.664.688/0001-53, com sede na cidade de Arapiraca- AL.

§ 1º - O imóvel Municipal a ser utilizado pela Empresa Soesa - Sociedade de Ensino Superior do Agreste Ltda–ME, destinar-se-á para as aulas presenciais dos cursos de Extensão Universitária e Pós-Graduação ministrados pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa–FERA a serem implantados neste Município.

§ 2º - A utilização das salas de aulas ocorrerá somente aos domingos.

§ 3 º - As despesas com a limpeza das salas utilizadas serão de responsabilidade da Empresa permissionária.

Art. 2º - A presente Permissão de Uso será autorizada pelo período de 02 (dois) anos à contar da publicação desta Lei, podendo ser prorrogada, à interesse das partes.

Parágrafo Único – Em caso de relevante interesse público, o Município poderá requerer as salas de aula a qualquer tempo, mediante ato fundamentado do Prefeito Municipal, assegurando um prazo razoável à permissionária para providenciar outro espaço.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVÊNIO Nº 002/2015

CONVÊNIO Nº 002/2015

CONVENENTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE FELIZ NATAL–MT

OBJETO: CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO, SOB FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, À **PROPONENTE**, PARA CUSTEIO DO TRANSPORTE DOS ACADÊMICOS**,** NO TRAJETO COMPREENDIDO DA CIDADE DE FELIZ NATAL– MT ÀS UNIVERSIDADES E OU FACULDADES SEDIADAS NA CIDADE DE SINOP – MT

VALOR: R$ 150.000,00 (CENTO E CINQÜENTA MIL REAIS).

VIGÊNCIA: DE 03 DE MARÇO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 001/2015

CONVÊNIO Nº 001/2015

CONVENENTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONVENIADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FELIZ NATAL

OBJETO: CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À PROPONENTE, PARA CUSTEIO PARCIAL DAS DESPESAS DA ENTIDADE, RELATIVAS À MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

VALOR: R$38.400,00 (TRINTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DE 03 DE MARÇO DE 2015 COM EFEITOS RETROATIVOS À 02 DE JANEIRO DE 2015, ENCERRANDO-SE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO DE RATEIO 002/2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO DE RATEIO 002/2015.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO DE RATEIO Nº: 002/2015

DATA ASSINATURA: 02 DE MARÇO DE 2015, COM EFEITOS RETROATIVOS À 02 DE JANEIRO DE 2015

PROPONENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES – MT

VIGENCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR: R$ **24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O PRESENTE TERMO A CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA **LEI MUNICIPAL Nº 219/2007**, DE 23/05/2007

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 020/2014 – 1º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 04 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: **CLAUDIA ROSANE CRISTIANETTI FERREIRA ROMANI** – ME

VIGÊNCIA: 05 DE MARÇO DE 2016

LICITAÇÃO

: PREGÃO PRESENCIAL 004/2014

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO 020/2014 EM MAIS 12 (DOZE) MESES À CONTAR DO DIA 05/03/2015, BEM COMO ACRESCENTAR O VALOR REFERENTE AO PERÍODO DO ADITAMENTO, ISTO É, DE 05.03.2015 À 05.03.2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 020/2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 020/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 020/2015

DATA ASSINATURA: 23 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES – LTDA

VIGENCIA: 23 DE JUNHO DE 2015

VALOR: R$ 142.000,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

LICITAÇÃO: ADESÃO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE-MT.

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO (VAN), ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, ZERO QUILOMETRO, COM INCLUSÃO DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 018/2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 018/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 018/2015

DATA ASSINATURA: 12 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME

VIGENCIA: 12 DE MARÇO DE 2016

VALOR: R$ 72.000,00(SETENTA E DOIS MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWARES DE GESTÃO EDUCACIONAL, DESTINADO A ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL CONVOCAÇÃO 015/2015

Processo Seletivo 001/2014

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital do Processo Seletivo n.º 001/2014 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, a partir de 31 de Março de 2015 até a data máxima de 09 de Abril 2015, munidos dos documentos necessários, constantes no item XVIII-7- do A ao R do Edital Completo n.º001/2014, para eventual contratação.

Nome	Inscrição	Pontuação	Classificação
Cargo: MONITOR CASA LAR			
SINDY LEIA GOMES PEREIRA ELIANE PAULA AMORIM FABIANA DE OLIVEIRA DA CONCEIÇAO	022 076 176	85 80 80	APROVADO APROVADO CLASSIFICADA

Feliz Natal-MT, 31 de Março de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 017/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 017/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 017/2015

DATA ASSINATURA: 12 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: OLIVEIRA LEÃO SERVIÇOS GEOLÓGICOS E AMBIENTAL LTDA ME

VIGENCIA: 12 DE JULHO DE 2015

VALOR: R$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: DISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO

OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJETO DE OUTORGA DE CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA E TAMPONAMENTO DE 04 (QUATRO) POÇOS, JUNTO A SEMA – MT.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:008/2015

DATA ASSINATURA: 26 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: DIEGO ANTUNES DOS SANTOS-ME

VIGENCIA: 26 DE MARÇO DE 2016

VALOR REGISTRADO:

R$ 215.200,00 (DUZENTOS E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, COMPREENDENDO.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:007/2015

DATA ASSINATURA: 23 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES – LTDA

VIGENCIA: 23 DE MARÇO DE 2016

VALOR REGISTRADO:

R$ 142.000,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

LICITAÇÃO: ADERIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

OBJETO: EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO (VAN), ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, ZERO QUILOMETRO, COM INCLUSÃO DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:006/2015

DATA ASSINATURA: 06 DE MARÇO DE 2015

CREDOR: SASC COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA - ME

VIGENCIA: 06 DE SETEMBRO DE 2015

VALOR REGISTRADO:

R$ **151.926,00** (CENTO E CINQUENTA E UM MIL E NOVECENTOS E VINTE E SEIS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, GÁS DE COZINHA E GELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 19-2015

PORTARIA Nº. 19/2015

ANÍSIO APARECIDO PERES, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal e considerando o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor:

Considerando a necessidade de promover o horário de trabalho do Procurador Jurídico da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - Estabelecer o horário de trabalho do Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT., a partir de 23 de março de 2015, com jornada de 16 (dezesseis) horas semanais distribuídas conforme discriminado abaixo:

Segunda-feira: início às 08:00 horas até 12:00 horas;

Terça-feira: início às 08:00 horas até 12:00 horas;

Quinta-feira: início às 08:00 horas até 12:00 horas;

Sexta-feira: início às 08:00 horas até 12:00 horas.

Artigo 2º – Quando houver necessidade da presença do Procurador Jurídico em Sessão Ordinária ou Extraordinária, seu horário de trabalho será das 08:00 horas às 10:00 horas e das 19:00 horas às 21:00 horas.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 14/2014.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, EM 23 DE MARÇO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente da Câmara Municipal

RH
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 008/2010 TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL 004/2015

O **MUNICIPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE,** pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua São Paulo, nº 236, Centro, Figueirópolis D'Oeste – MT, inscrita no CNPJ/MF 01.367.762/0001-93, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 229042 e do CPF nº. 327.996. 081-91, e o Sr.º. *EDMILSON BATISTA*, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Guanabara, em Figueirópolis D'Oeste - MT, portador do RG. N.º 1589931-4 SSP/MT e CPF Nº 008.907.261-83, tem justo e acertado entre si o que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Fica rescindido amigavelmente o contrato em referência, não cabendo às partes qualquer indenização.

2. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1. As partes concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas.

2.2. Concordam não haver qualquer obrigação de ordem financeira.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 31 de Março de 2015

MUNICIPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Lino Cupertino Teixeira – Prefeito Municipal

Contratante

EDMILSON BATISTA

CONTRATADO

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

RG. CPF: RG. CPF:

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 18-2015

PORTARIA Nº 18/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

O Exmº Srº. *ANÍSIO APARECIDO PERES*, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT., no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Artigo 27, da Lei Complementar nº 021/2014, e considerando o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor:

RESOLVE:

Artigo 1º - Considerando a solicitação do servidor DIVINO FERREIRA DA COSTA e atendendo às disposições do artigo 27, da Lei Complementar nº 021/2014, que dispõe sobre o Adicional de Capacitação, destinado aos servidores das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Figueirópolis D'Oeste-MT, resolve:

Artigo 2º - Fica determinado o pagamento de Adicional de Capacitação, ao servidor DIVINO FERREIRA DA COSTA, concedido na razão de 2% (dois por cento), tendo por base de incidência o vencimento básico, haja vista o mesmo ter cumprido os requisitos previstos no art. 27, da Lei Complementar nº 021/2014.

Artigo 3º - O pagamento do referido Adicional de Capacitação será realizado pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data de conclusão da útima ação que totalizou o mínimo de 120 (cento e vinte) horas, conforme disposto no § 2º, do art. 27, da Lei Complementar nº 021/2014.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 12 DE MARÇO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17-2015

PORTARIA Nº 17/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

O Exmº Srº. *ANÍSIO APARECIDO PERES*, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT., no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Artigo 27, da Lei Complementar nº 021/2014, e considerando o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor:

RESOLVE:

Artigo 1º - Considerando a solicitação da servidora Ana Paula de Oliveira e atendendo às disposições do artigo 27, da Lei Complementar nº 021/2014, que dispõe sobre o Adicional de Capacitação, destinado aos servidores das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Figueirópolis D'Oeste-MT, resolve:

Artigo 2º - Fica determinado o pagamento de Adicional de Capacitação, à servidora Ana Paula de Oliveira, concedido na razão de 2% (dois por cento), tendo por base de incidência o vencimento básico, haja vista a mesma ter cumprido os requisitos previstos no art. 27, da Lei Complementar nº 021/2014.

Artigo 3º - O pagamento do referido Adicional de Capacitação será realizado pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data de conclusão da útima ação que totalizou o mínimo de 120 (cento e vinte) horas, conforme disposto no § 2º, do art. 27, da Lei Complementar nº 021/2014.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 12 DE MARÇO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente da Câmara Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

De 31 de Março de 2015.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. LINO CUPERTINO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014, conforme relação abaixo:

CARGO: PSICOLOGO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	APROVADO
49	ANA KARLA DOS ANTOS AMARAL	51	1º

Art. 2º O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:

a) Cópia da cédula de identidade;

b) Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia do reservista ou documento equivalente;

e) Cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) Cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

j) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

k) Atestado médico admissional;

l) Cópia do comprovante de residência.

m) Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e em caso de possuir um vínculo empregatício, com acumulação legal de cargo;

n) Declaração de próprio punho do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;

o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 5 (cinco) anos. P) Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF; do Pai e Mãe.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado PSS Nº 003/2014.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 31 de Março de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

PREVIGUAR
PORTARIA Nº 011/2015 - RETIFICA A PORTARIA Nº 033/2014

PORTARIA N.º 011*/201***5**

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 033/2014 referente a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da

servidor

a Sra. Lourdes Bussolaro."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdencia Social – PREVIGUAR – dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria 033/2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 2080, referente a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a Sra. Lourdes Bussolaro, portadora da cédula de Identidade nº. 3.625.122.0 SSP/PR e CPF nº. 426.865.209-49, servidora efetiva, no cargo de Fiscal Tributário, Nível "10", Classe "A", devidamente matriculado sob o n.º 622, conforme processo administrativo do PREVIGUAR, nº. 2014.04.000081P,

Onde se lê: Considerando o Art. 40, § 1º, III, alínea "a" da CF/88, com redação dada pelo Art. 6º incisos I, II, III e IV da EC 41/2003, c/c art. 12, III, "a" da Lei n.º 091, de 18 de maio de 2005, que "*Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso e dá outras providências*

Leia-se: Considerando o art. 6º incisos I, II, III e IV da EC 41/2003, c/c art. 12, III, "a" da **Lei n.º 091, de 18/05/2005, que "***Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guarantã do Norte - MT; e Lei Complementar 195/2011 que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do município de Guarantã do Norte.*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 31 de Março de 2015.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 162/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, do servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Eliane Bandieira
CARGO:	Agente Comunitário de Saúde
Período de:	02/01/2014 a 02/01/2015
Período Aquisitivo:	06/04/2015 a 05/05/2015 (30 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 254/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 164/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Edilaine de Almeida Santos
CARGO:	Agente de Consultório Dentário
Período de:	11/03/2012 a 11/03/2013
Período Aquisitivo:	08/04/2015 a 22/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 256/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 168/2015 de 30/03/2015.

*"CONCEDE AFASTAMENTO A PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS***."**

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1°

-

CONCEDE afastamento não remunerado, por período de 02 (Dois) anos, a Sr.ª Anne Kelin Walker da Cunha, cargo efetivo em Professora, brasileira, maior, portadora do RG nº 1733424-1 SSP/MT e do CPF n°. 016.290.141-09, residente nesta cidade e município de Guarantã do Norte.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de Dois Mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 260/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 161/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, do servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	Paulo Sergio de Souza
CARGO:	Agente Comunitário de Saúde
Período de:	16/03/2011 a 16/03/2012
Período Aquisitivo:	01/04/2015 a 15/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 252/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 166/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 166/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Roseli Pelinson
CARGO:	Fiscal Sanitpario
Período de:	16/07/2012 a 16/07/2013
Período Aquisitivo:	30/03/2015 a 13/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 258/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 163/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Regiane do Amaral Marques Pereira
CARGO:	Agente de Consultório Dentário
Período de:	16/04/2013 a 16/04/2014
Período Aquisitivo:	06/04/2015 a 20/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 255/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 165/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Elenir Maria Szidoski Fagundes
CARGO:	Técnica de Enfermagem
Período de:	04/07/2011 a 04/07/2012
Período Aquisitivo:	06/04/2015 a 20/04/2015 (15 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 257/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2015 DE 30/03/2015.

PORTARIA Nº 167/2015 *de 30/03/2015***.**

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º

– CONCEDER FÉRIAS, da servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	Katilene Souza dos Reis
CARGO:	Agente Administrativo
Período de:	26/06/2010 a 26/06/2011(10 dias) 26/06/2011 a 26/06/2012 (30 dias)
Período Aquisitivo:	30/03/2015 a 08/05/2015 (40 dias)

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 30 (trinta) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 30/03/2015.

NP 259/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PORTARIA Nº 145, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Designa o servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente a contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura, para execução de obras/serviços, sob regime de empreitada global, destinada a drenagem e pavimentação asfáltica, em vias urbanas no Município e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo o servidor Eugênio Sylvio Neto Lucchesi para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do processo administrativo nº 031 – Concorrência Pública nº 001/2015 – contratação de empresa especializada em obras de infraestrutura, para execução de obras/serviços, sob regime de empreitada global, destinada a drenagem e pavimentação asfáltica, em vias urbanas no Município.

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designada, fica designado como suplente o servidor Eliezer Farias de Rossi.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PORTARIA Nº 146, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Designa a servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de auto-elétrica, tornearia e soldagem, e retifica de motores e bombas injetoras, destinados a manutenção preventiva e corretiva de caminhões, máquinas, veículos e motocicletas da frota municipal e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo a servidora Aparecida Teixeirapara responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do processo administrativo nº 030 – Pregão Presencial nº 018/2015 – contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de auto-elétrica, tornearia e soldagem, e retifica de motores e bombas injetoras, destinados a manuten-

ção preventiva e corretiva de caminhões, máquinas, veículos e motocicletas da frota municipal.

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designada, fica designado como suplente o servidor Ruan Alecio Fontebasse.

Art. 3º.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

RREO- DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Município de IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.379.510,00	35.879.510,00	6.847.926,14	6.847.926,14	2.896.097,84	2.896.097,84	95,44	8,07	32.983.412,16
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	1.512.000,00	1.512.000,00	205.243,02	205.243,02	153.206,88	153.206,88	5,04	10,13	1.358.793,12
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	87.500,00	87.500,00	2.299,00	2.299,00	2.299,00	2.299,00	0,07	2,62	85.201,00
ADMINISTRACAO GERAL	3.669.050,00	3.669.050,00	1.429.629,43	1.429.629,43	575.146,11	575.146,11	18,95	15,67	3.093.903,89
CONTROLE INTERNO	15.000,00	15.000,00							15.000,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	30.000,00	30.000,00							30.000,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	40.000,00	40.000,00							40.000,00
ORDENAMENTO TERRITORIAL	10.500,00	10.500,00							10.500,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	105.000,00	105.000,00	49.732,00	49.732,00	1.692,00	1.692,00	0,05	1,61	103.308,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
DEFESA CIVIL	37.500,00	37.500,00							37.500,00
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	18.000,00	18.000,00							18.000,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	1.171.750,00	169.500,00	33.310,80	33.310,80	12.609,93	12.609,93	0,41	7,43	156.890,07
ASSISTENCIA AO IDOSO	50.000,00	50.000,00	1.383,90	1.383,90	164,50	164,50		0,32	49.835,50
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	3.000,00	3.000,00							3.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	932.500,00	938.200,00	216.100,82	216.100,82	107.202,15	107.202,15	3,53	11,42	830.997,85
INFRA-ESTRUTURA URBANA	50.000,00	50.000,00							50.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2.136.408,00	2.136.408,00	82.338,46	82.338,46	45.621,28	45.621,28	1,50	2,13	2.090.786,72
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	1.135.500,00	1.135.500,00	464.340,52	464.340,52	335.011,53	335.011,53	11,04	29,50	800.488,47
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	620.488,00	524.488,00	420.000,00	420.000,00	46.000,00	46.000,00	1,51	8,77	478.488,00
ATENCAO BASICA	4.119.500,00	4.255.500,00	528.296,05	528.296,05	380.113,82	380.113,82	12,52	8,93	3.875.386,18
INFRA-ESTRUTURA URBANA	170.000,00	130.000,00	4.480,20	4.480,20	4.480,20	4.480,20	0,14	3,44	125.519,80
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	110.000,00	110.000,00	17.038,40	17.038,40	1.050,00	1.050,00	0,03	0,95	108.950,00
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	138.000,00	138.000,00	84.604,60	84.604,60	72.003,80	72.003,80	2,37	52,17	65.996,20
VIGILANCIA SANITARIA	16.000,00	16.000,00							16.000,00
TRABALHO									
FOMENTO AO TRABALHO	4.500,00	3.500,00							3.500,00
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	542.500,00	542.500,00	106.447,40	106.447,40	45.681,29	45.681,29	1,50	8,42	496.818,71
EDUCACAO ESPECIAL	6.000,00	6.000,00							6.000,00
EDUCACAO INFANTIL	2.215.500,00	2.242.500,00	298.029,34	298.029,34	186.573,36	186.573,36	6,14	8,31	2.055.926,64
ENSINO FUNDAMENTAL	4.105.600,00	4.078.600,00	1.040.551,57	1.040.551,57	224.807,54	224.807,54	7,40	5,51	3.853.792,46
ENSINO PROFISSIONAL	9.000,00	9.000,00							9.000,00
ENSINO SUPERIOR	120.000,00	120.000,00	114.376,00	114.376,00					120.000,00

Emissão: 31/03/2015 12:46:52 Page 1 de 3

Homologado

Município de IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	162.000,00	162.000,00	20.056,02	20.056,02	6.598,85	6.598,85	0,21	4,07	155.401,15
PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEO	13.000,00	13.000,00	948,40	948,40	948,40	948,40	0,03	7,29	12.051,60
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.507.000,00	7.929.372,00	111.011,38	111.011,38	29.606,61	29.606,61	0,97	0,37	7.899.765,39
SERVICOS URBANOS	2.772.642,00	2.903.520,00	814.248,91	814.248,91	430.563,63	430.563,63	14,18	14,82	2.472.956,37
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	16.000,00	11.300,00							11.300,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO URBANO	666.625,00	666.625,00	135.572,02	135.572,02	63.027,90	63.027,90	2,07	9,45	603.597,10
GESTÃO AMBIENTAL									
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	63.500,00	63.500,00	36,00	36,00	36,00	36,00		0,05	63.464,00
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	18.500,00	18.500,00	8.864,01	8.864,01	804,07	804,07	0,02	4,34	17.695,93
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	10.000,00	10.000,00							10.000,00
ADMINISTRACAO GERAL	373.000,00	373.000,00	93.432,94	93.432,94	61.901,96	61.901,96	2,04	16,59	311.098,04
EXTENSAO RURAL	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	4.000,00	4.000,00	0,13	16,66	20.000,00
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	6.000,00	6.000,00							6.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
PROMOCAO INDUSTRIAL	50.000,00	50.000,00							50.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
PROMOCAO COMERCIAL	310.000,00	310.000,00	440,00	440,00	440,00	440,00	0,01	0,14	309.560,00
TURISMO	5.000,00	5.000,00							5.000,00
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	220.000,00	220.000,00	68.000,00	68.000,00	11.890,14	11.890,14	0,39	5,40	208.109,86
TRANSPORTE									
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	329.000,00	329.000,00	41.589,95	41.589,95	19.517,85	19.517,85	0,64	5,93	309.482,15
LAZER	65.000,00	14.000,00							14.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS									
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	437.447,00	437.447,00	431.525,00	431.525,00	73.099,04	73.099,04	2,40	16,71	364.347,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00							150.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	802.485,00	802.485,00	151.779,21	151.779,21	138.192,56	138.192,56	4,55	17,22	664.292,44
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 34.181.995,00	R$ 36.681.995,00	R$ 6.999.705,35	R$ 6.999.705,35	R$ 3.034.290,40	R$ 3.034.290,40	100,00	8,27	R$ 33.647.704,60

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**Inicial**	**Atualizada (a)**	**Despesa Empenhada**		**Despesas Liquidadas**				**Saldo a Liquidar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/total e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	802.485,00	802.485,00	151.779,21	151.779,21	138.192,56	138.192,56	100,00	17,22	664.292,44
LEGISLATIVA	20.000,00	20.000,00	2.852,79	2.852,79	2.852,79	2.852,79	2,06	14,26	17.147,21
ACAO LEGISLATIVA	20.000,00	20.000,00	2.852,79	2.852,79	2.852,79	2.852,79	2,06	14,26	17.147,21

Emissão: 31/03/2015 12:46:52

Homologado

Município de IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

ADMINISTRAÇÃO	160.000,00	160.000,00	45.035,96	45.035,96	45.035,96	45.035,96	32,58	28,14	114.964,04
ADMINISTRACAO GERAL	160.000,00	160.000,00	45.035,96	45.035,96	45.035,96	45.035,96	32,58	28,14	114.964,04
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.500,00	2.500,00							2.500,00
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2.500,00	2.500,00							2.500,00
SAÚDE	210.000,00	210.000,00	50.084,52	50.084,52	50.084,52	50.084,52	36,24	23,84	159.915,48
ADMINISTRACAO GERAL	210.000,00	210.000,00	50.084,52	50.084,52	50.084,52	50.084,52	36,24	23,84	159.915,48
EDUCAÇÃO	380.000,00	380.000,00	36.211,54	36.211,54	36.211,54	36.211,54	26,20	9,52	343.788,46
ADMINISTRACAO GERAL	15.000,00	15.000,00	661,27	661,27	661,27	661,27	0,47	4,40	14.338,73
EDUCACAO ESPECIAL	5.000,00	5.000,00							5.000,00
EDUCACAO INFANTIL	158.000,00	158.000,00	16.048,15	16.048,15	16.048,15	16.048,15	11,61	10,15	141.951,85
ENSINO FUNDAMENTAL	202.000,00	202.000,00	19.502,12	19.502,12	19.502,12	19.502,12	14,11	9,65	182.497,88
SANEAMENTO	13.985,00	13.985,00	2.687,20	2.687,20	1.297,35	1.297,35	0,93	9,27	12.687,65
SANEAMENTO BASICO URBANO	13.985,00	13.985,00	2.687,20	2.687,20	1.297,35	1.297,35	0,93	9,27	12.687,65
ENCARGOS ESPECIAIS	16.000,00	16.000,00	14.907,20	14.907,20	2.710,40	2.710,40	1,96	16,94	13.289,60
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	16.000,00	16.000,00	14.907,20	14.907,20	2.710,40	2.710,40	1,96	16,94	13.289,60

Emissão: 31/03/2015 12:46:52 Page 3 de 3

Homologado

RREO-RESULTADO NOMINAL

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/DEZ/2015 (b)	Em 28/FEV/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	1.220.531,25	1.532.156,25	1.480.218,75
DEDUCOES (II)	6.823.812,26	6.823.812,26	8.054.995,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.968.566,99	6.968.566,99	8.097.602,43
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	144.754,73	144.754,73	42.607,37
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-5.603.281,01	-5.291.656,01	-6.574.776,31
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	14.907,18	14.907,18	12.196,78
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.618.188,19	-5.306.563,19	-6.586.973,09

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.280.409,90	-968.784,90

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	-439.347,98

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/DEZ/2015 (b)	Em 28/FEV/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)	8.660.965,43	8.660.965,43	8.658.255,03
Passivo Atuarial	8.646.058,25	8.646.058,25	8.646.058,25
Demais Dividas	14.907,18	14.907,18	12.196,78
DEDUCOES (VIII)	6.094.058,64	6.094.058,64	6.290.041,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.094.058,64	6.094.058,64	6.290.041,60
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)	2.566.906,79	2.566.906,79	2.368.213,43
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.566.906,79	2.566.906,79	2.368.213,43

Fonte: Município de IPIRANGA DO NORTE

Emissão: 31/03/2015 13:43:22 Page 1 de 1
Homologado

RREO- RESTOS A PAGAR

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO		144.754,73		107.978,87	36.775,86	180.241,16	2.889.057,67		121.319,08	2.947.979,75
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	144.754,73	0,00	107.978,87	36.775,86	180.241,16	2.889.057,67	0,00	121.319,08	2.947.979,75

Emissão: 31/03/2015 13:46:47

Agili Softwares para Area Publica

Page 1 de 1
Homologado

RREO- RECEITA E DESPESA PREVIDENCIARIA

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUN PREV SOCIAL DOS SERV IPIRANGA DO NORTE
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	797.000,00	797.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
RECEITAS CORRENTES	797.000,00	797.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
Receita de Contribuições dos Segurados	716.000,00	716.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
Pessoal Civil	716.000,00	716.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
Ativo	714.000,00	714.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
Inativo	1.000,00	1.000,00			
Pensionista	1.000,00	1.000,00			
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial	70.000,00	70.000,00			
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários	70.000,00	70.000,00			
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.000,00	5.000,00			
Demais Receitas Correntes	6.000,00	6.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
( ) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.341.908,00	1.341.908,00	52.327,09	52.327,09	99.880,29
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	2.138.908,00	2.138.908,00	78.317,44	78.317,44	188.333,80

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	2.136.408,00	2.136.408,00	45.621,28	45.621,28	41.330,58
ADMINISTRAÇÃO	1.926.408,00	1.940.908,00	27.152,54	27.152,54	9.415,53
Despesas Correntes	228.289,08	242.789,08	27.152,54	27.152,54	9.415,53
Despesas de Capital	1.698.118,92	1.698.118,92			
PREVIDÊNCIA	210.000,00	195.500,00	18.468,74	18.468,74	31.915,05
Pessoal Civil	210.000,00	195.500,00	18.468,74	18.468,74	31.915,05
Aposentadorias					
Pensões	210.000,00	195.500,00	18.468,74	18.468,74	31.915,05
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.500,00	2.500,00			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)V)	2.138.908,00	2.138.908,00		45.621,28	41.330,58
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI)			32.696,16	32.696,16	147.003,22

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	103.500,00	103.500,00	7.695,66	7.695,66	21.945,95
Plano Financeiro	100.000,00	100.000,00	7.407,56	7.407,56	21.778,77
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva	100.000,00	100.000,00	7.407,56	7.407,56	21.778,77
Outros Aportes para o RPPS					
Plano Previdenciário	3.500,00	3.500,00	288,10	288,10	167,18
Recursos para Cobertura de Déficit					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	3.500,00	3.500,00	288,10	288,10	167,18
Outros Aportes para o RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
INVESTIMENTOS	6.214.306,40	6.290.041,60	6.094.058,64
OUTROS BENS E DIREITOS			

Emissão: 31/03/2015 14:04:11 — Page 1 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUN PREV SOCIAL DOS SERV IPIRANGA DO NORTE
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.333.907,20	1.333.907,20	50.725,92	50.725,92	98.698,35
Receita de Contribuições	1.333.907,20	1.333.907,20	50.725,92	50.725,92	98.698,35
Patronal	1.211.000,00	1.211.000,00	40.067,01	40.067,01	73.866,01
Pessoal Civil	1.211.000,00	1.211.000,00	40.067,01	40.067,01	73.866,01
Ativo	1.211.000,00	1.211.000,00	40.067,01	40.067,01	73.866,01
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Militar					
Para Cobertura de Déficit Atuarial	108.000,00	108.000,00	7.948,51	7.948,51	22.121,94
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	14.907,20	14.907,20	2.710,40	2.710,40	2.710,40
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	1.333.907,20	1.333.907,20	50.725,92	50.725,92	98.698,35

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	2.500,00	2.500,00			
Despesas Correntes	2.500,00	2.500,00			
Despesas de Capital					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	2.500,00	2.500,00			

Fonte:FUNDO MUN PREV SOCIAL DOS SERV IPIRANGA DO NORTE

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988
[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

Emissão: 31/03/2015 14:04:11 Page 2 de 2

Homologado

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 012/2015

Portaria nº 012/2015

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as festividades da Semana Santa dia 03 de abril Sexta- feira Santa e 05 de abril Páscoa feriados nacionais,

RESOLVE:

Art. 1º -

Autorizar em caráter excepcional Ponto Facultativo, pelo Órgão Legislativo, **no dia 02 de Abril de 2015.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 31 de março de 2015.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

RREO - BALANÇO ORÇAMENTARIO DESPESA

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.379.510,00	2.500.000,00	35.879.510,00	6.847.926,14	6.847.926,14	2.896.097,84	2.896.097,84	8,07	32.983.412,16
DESPESAS CORRENTES	22.264.629,08	475.072,00	22.739.701,08	6.508.848,94	6.508.848,94	2.822.393,14	2.822.393,14	12,41	19.917.307,94
Pessoal e Encargos Sociais	12.630.995,00	-11.740,00	12.619.255,00	1.997.106,62	1.997.106,62	1.965.424,08	1.965.424,08	15,57	10.653.830,92
Juros e Encargos da Dívida	124.685,00		124.685,00	119.900,00	119.900,00	21.161,54	21.161,54	16,97	103.523,46
Outras Despesas Correntes	9.508.949,08	486.812,00	9.995.761,08	4.391.842,32	4.391.842,32	835.807,52	835.807,52	8,36	9.159.953,56
DESPESAS DE CAPITAL	9.271.762,00	2.024.928,00	11.296.690,00	339.077,20	339.077,20	73.704,70	73.704,70	0,65	11.222.985,30
Investimentos	8.824.000,00	2.084.928,00	10.908.928,00	27.452,20	27.452,20	21.767,20	21.767,20	0,19	10.887.160,80
Inversões Financeiras	135.000,00	-60.000,00	75.000,00						75.000,00
Amortização da Dívida	312.762,00		312.762,00	311.625,00	311.625,00	51.937,50	51.937,50	16,60	260.824,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.843.118,92		1.843.118,92						1.843.118,92
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	802.485,00		802.485,00	151.779,21	151.779,21	138.192,56	138.192,56	17,22	664.292,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	34.181.995,00	2.500.000,00	36.681.995,00	6.999.705,35	6.999.705,35	3.034.290,40	3.034.290,40	8,27	33.647.704,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.181.995,00	2.500.000,00	36.681.995,00	6.999.705,35	6.999.705,35	3.034.290,40	3.034.290,40	8,27	33.647.704,60
SUPERÁVIT (XIII)						814.104,34	814.104,34		-814.104,34
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.181.995,00	2.500.000,00	36.681.995,00	6.999.705,35	6.999.705,35	3.848.394,74	3.848.394,74	10,49	32.833.600,26

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	786.485,00		786.485,00	136.872,01	136.872,01	135.482,16	135.482,16	17,22	651.002,84
Pessoal e Encargos Sociais	786.485,00		786.485,00	136.872,01	136.872,01	135.482,16	135.482,16	17,22	651.002,84
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)	16.000,00		16.000,00	14.907,20	14.907,20	2.710,40	2.710,40	16,94	13.289,60
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	16.000,00		16.000,00	14.907,20	14.907,20	2.710,40	2.710,40	16,94	13.289,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	802.485,00		802.485,00	151.779,21	151.779,21	138.192,56	138.192,56	17,22	664.292,44
SUPERÁVIT (IV)	539.423,00		539.423,00						539.423,00
TOTAL (V) = (III + IV)	1.341.908,00		1.341.908,00	151.779,21	151.779,21	138.192,56	138.192,56	10,29	1.203.715,44

Emissão: 31/03/2015 12:45:13

Page 1 de 2

Homologado

RREO - BALANÇO ORÇAMENTARIO RECEITA

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.840.087,00	32.840.087,00	3.796.067,65	11,55	3.796.067,65	11,55	29.044.019,35
RECEITAS CORRENTES	30.230.087,00	30.230.087,00	3.796.067,65	12,55	3.796.067,65	12,55	26.434.019,35
RECEITA TRIBUTARIA	4.732.890,00	4.732.890,00	345.707,69	7,30	345.707,69	7,30	4.387.182,31
Impostos	4.307.890,00	4.307.890,00	329.230,00	7,64	329.230,00	7,64	3.978.660,00
Taxas	325.000,00	325.000,00	15.177,43	4,66	15.177,43	4,66	309.822,57
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	1.300,26	1,30	1.300,26	1,30	98.699,74
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	801.000,00	801.000,00	34.807,94	4,34	34.807,94	4,34	766.192,06
Contribuições Sociais	716.000,00	716.000,00	25.990,35	3,62	25.990,35	3,62	690.009,65
Contribuições Econômicas	85.000,00	85.000,00	8.817,59	10,37	8.817,59	10,37	76.182,41
RECEITA PATRIMONIAL	288.000,00	288.000,00	60.407,03	20,97	60.407,03	20,97	227.592,97
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	288.000,00	288.000,00	60.407,03	20,97	60.407,03	20,97	227.592,97
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	557.610,00	557.610,00	89.488,68	16,04	89.488,68	16,04	468.121,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.087.488,00	23.087.488,00	3.244.261,79	14,05	3.244.261,79	14,05	19.843.226,21
Transferências Intergovernamentais	22.647.488,00	22.647.488,00	3.184.867,21	14,06	3.184.867,21	14,06	19.462.620,79
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	440.000,00	440.000,00	59.394,58	13,49	59.394,58	13,49	380.605,42
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	763.099,00	763.099,00	21.394,52	2,80	21.394,52	2,80	741.704,48
Multa de Juros de Mora	190.000,00	190.000,00	3.150,22	1,65	3.150,22	1,65	186.849,78
Indenizações e Restituições	41.000,00	41.000,00	1.754,26	4,27	1.754,26	4,27	39.245,74
Receita da Dívida Ativa	516.099,00	516.099,00	16.474,44	3,19	16.474,44	3,19	499.624,56
Receitas Diversas	16.000,00	16.000,00	15,60	0,09	15,60	0,09	15.984,40
RECEITAS DE CAPITAL	2.610.000,00	2.610.000,00					2.610.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00					110.000,00
Alienação de Bens Móveis	110.000,00	110.000,00					110.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.500.000,00	2.500.000,00					2.500.000,00
Transferências Intergovernamentais	600.000,00	600.000,00					600.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.900.000,00	1.900.000,00					1.900.000,00
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.341.908,00	1.341.908,00	52.327,09	3,89	52.327,09	3,89	1.289.580,91
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	34.181.995,00	34.181.995,00	3.848.394,74	11,25	3.848.394,74	11,25	30.333.600,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.181.995,00	34.181.995,00	3.848.394,74	11,25	3.848.394,74	11,25	30.333.600,26
DÉFICIT (VI)		2.500.000,00	3.151.310,61	126,05	3.151.310,61	126,05	-651.310,61
TOTAL(VII) = (V + VI)	34.181.995,00	36.681.995,00	6.999.705,35	19,08	6.999.705,35	19,08	29.682.289,65
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A	10.379.651,31	10.379.651,31	2.500.000,00	24,08	2.500.000,00	24,08	7.879.651,31
Superávit Financeiro	10.379.651,31	10.379.651,31	2.500.000,00	24,08	2.500.000,00	24,08	7.879.651,31
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 31/03/2015 12:45:13

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.341.908,00	1.341.908,00	52.327,09	3,89	52.327,09	3,89	1.289.580,91
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.333.907,20	1.333.907,20	50.725,92	3,80	50.725,92	3,80	1.283.181,28
Contribuições Sociais	1.333.907,20	1.333.907,20	50.725,92	3,80	50.725,92	3,80	1.283.181,28
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	8.000,80	8.000,80	1.601,17	20,01	1.601,17	20,01	6.399,63
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias	8.000,80	8.000,80	1.601,17	20,01	1.601,17	20,01	6.399,63
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.341.908,00	1.341.908,00	52.327,09	3,89	52.327,09	3,89	1.289.580,91
DÉFICIT (IV)			99.452,12		99.452,12		-99.452,12
TOTAL (V) = (III + IV)	1.341.908,00	1.341.908,00	151.779,21	11,31	151.779,21	11,31	1.190.128,79

Emissão: 31/03/2015 12:45:13

Page 2 de 2

Homologado

RREO - DEMONSTRATIVO DA RCL

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARCO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.006.331,10	2.614.770,41	2.449.254,80	2.083.394,11	2.376.971,30	3.522.607,51	2.403.111,28	2.923.410,19	4.641.796,27	2.960.036,57	2.292.438,60	2.134.949,17	32.409.071,31	34.695.852,00
Receita Tributaria	240.655,60	461.695,05	414.540,43	340.228,22	307.299,69	1.318.034,60	274.638,26	230.991,57	2.471.519,21	326.873,52	173.937,76	171.769,93	6.732.183,84	4.732.890,00
IPTU	1.402,60	75.374,73	171.039,31	88.280,30	36.795,16	13.092,17	6.155,23	4.451,19	2.256,74	61.422,22		1.063,02	461.332,67	600.000,00
ISS	114.411,40	124.894,78	146.731,85	128.322,50	88.896,09	141.653,87	140.610,86	160.601,29	74.527,75	120.440,95	85.837,50	64.273,66	1.391.202,50	1.600.000,00
ITBI	53.660,00	187.672,35	19.011,47	61.763,82	125.100,70	1.083.448,29	88.309,16	10.949,73	2.333.747,69	26.400,00	31.722,85	6.953,59	4.028.739,65	1.432.890,00
IRRF	41.840,58	42.877,38	47.431,04	52.204,45	49.047,69	65.021,61	34.124,41	51.317,09	55.394,51	108.422,32	53.937,11	85.442,27	687.060,46	675.000,00
Outras Receitas Trib.	29.341,02	30.875,81	30.326,76	9.657,15	7.460,05	14.818,66	5.438,60	3.672,27	5.592,52	10.188,03	2.440,30	14.037,39	163.848,56	425.000,00
Receita Contribuicoes	47.989,53	48.925,25	46.046,01	51.124,65	44.543,93	51.860,59	51.515,91	52.107,98	51.796,88	119.432,28	8.271,87	26.536,07	600.150,95	801.000,00
Receita Patrimonial	17.968,61	19.192,11	25.026,70	19.843,85	24.341,23	24.707,90	26.040,82	31.492,73	49.084,66	30.893,60	24.973,62	35.433,41	328.999,24	288.000,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos	42.373,19	38.352,20	44.256,89	40.246,70	42.542,26	47.057,59	48.850,69	47.655,83	43.399,21	48.129,96	54.730,74	34.757,94	532.353,20	557.610,00
Transf. Correntes	1.564.474,48	1.960.934,07	1.848.838,54	1.562.513,26	1.884.427,10	2.010.814,38	1.931.792,46	2.479.859,41	1.945.589,24	2.253.813,89	2.025.193,41	1.850.388,50	23.318.638,74	27.553.253,00
Cota-Parte do FPM	358.907,29	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	354.212,73	468.390,79	753.018,75	571.401,61	583.290,34	5.607.285,83	6.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	823.012,54	1.045.665,01	865.868,09	794.962,31	1.165.796,34	985.213,90	1.026.491,60	1.015.923,68	977.483,34	1.028.365,34	1.001.489,65	837.562,06	11.567.833,86	12.600.000,00
Cota-Parte do IPVA	81.968,26	82.683,16	87.747,21	61.027,29	32.443,68	34.425,28	16.865,63	14.551,10	9.929,50	10.152,22	2.617,96	93.532,56	527.943,85	600.000,00
Cota-Parte do ITR	3.424,23	3.934,34	2.072,03	1.066,01	4.385,57	207.394,99	249.406,64	712.387,11	165.629,46	174.201,10	42.333,72	24.373,24	1.590.608,44	1.000.000,00
Transf. LC 87/1996		5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	5.218,46	10.436,92			52.184,60	65.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	149.856,86	184.829,31	177.328,92	151.895,30	155.865,03	202.975,29	166.218,27	189.497,85	174.614,15	186.599,72	198.774,63	199.420,27	2.137.875,60	2.500.000,00
Outras Transf. Corr.	147.305,30	228.971,55	164.718,50	138.965,12	169.113,45	148.446,74	93.168,17	188.068,48	144.323,54	91.039,84	208.575,84	112.210,03	1.834.906,56	4.288.253,00
Outras Receitas Corr.	92.869,69	85.671,73	70.546,23	69.437,43	73.817,09	70.132,45	70.273,14	81.302,67	80.407,07	180.893,32	5.331,20	16.063,32	896.745,34	763.099,00
DEDUCOES (II)	42.818,61	41.805,45	41.325,04	44.416,98	44.543,93	45.020,22	44.389,49	44.058,16	45.262,95	119.432,28		25.990,35	539.063,46	716.000,00
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.	42.818,61	41.805,45	41.325,04	44.416,98	44.543,93	45.020,22	44.389,49	44.058,16	45.262,95	119.432,28		25.990,35	539.063,46	716.000,00
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.963.512,49	2.572.964,96	2.407.929,76	2.038.977,13	2.332.427,37	3.477.587,29	2.358.721,79	2.879.352,03	4.596.533,32	2.840.604,29	2.292.438,60	2.108.958,82	31.870.007,85	33.979.852,00

Emissão: 31/03/2015 13:19:21

Page 1 de 1

Homologado

RREO - DEMONSTRATIVO RESULTADO PRIMARIO

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE JAN/FEV	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.942.087,00	3.735.660,62	3.735.660,62	4.149.728,56
Receitas Tributárias	4.732.890,00	345.707,69	345.707,69	354.377,25
IPTU	600.000,00	1.063,02	1.063,02	2.576,80
ISS	1.600.000,00	150.111,16	150.111,16	120.524,19
ITBI	1.432.890,00	38.676,44	38.676,44	61.450,00
IRRF	675.000,00	139.379,38	139.379,38	89.088,37
Outras Receitas Tributárias	425.000,00	16.477,69	16.477,69	80.737,89
Receitas de Contribuições	801.000,00	34.807,94	34.807,94	102.172,80
Receitas Previdenciárias	716.000,00	25.990,35	25.990,35	88.453,51
Outras Receitas de Contribuições	85.000,00	8.817,59	8.817,59	13.719,29
Receita Patrimonial Líquida				
Receita Patrimonial	288.000,00	60.407,03	60.407,03	33.125,93
(-) Aplicações Financeiras	288.000,00	60.407,03	60.407,03	33.125,93
Transferências Correntes	23.087.488,00	3.244.261,79	3.244.261,79	3.567.547,66
FPM	6.500.000,00	1.154.691,95	1.154.691,95	1.171.636,22
ICMS	12.600.000,00	1.839.051,71	1.839.051,71	1.789.309,84
Convênios	440.000,00	59.394,58	59.394,58	21.504,00
Outras Transferências Correntes	3.547.488,00	191.123,55	191.123,55	585.097,60
Demais Receitas Correntes	1.320.709,00	110.883,20	110.883,20	125.630,85
Dívida Ativa	516.099,00	16.474,44	16.474,44	39.884,71
Diversas Receitas Correntes	804.610,00	94.408,76	94.408,76	85.746,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.610.000,00			102.816,00
Operações de Crédito (III)				
Amortização de Empréstimos (IV)				
Alienação de Bens (V)	110.000,00			
Transferências de Capital	2.500.000,00			102.816,00
Convênios	1.900.000,00			
Outras Transferências de Capital	600.000,00			102.816,00
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.500.000,00			102.816,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**32.442.087,00**	**3.735.660,62**	**3.735.660,62**	**4.252.544,56**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		NO BIMESTRE JAN/FEV	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.526.186,08	2.957.875,30	2.957.875,30	2.280.218,83
Pessoal e Encargos Sociais	13.405.740,00	2.100.906,24	2.100.906,24	1.725.468,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	124.685,00	21.161,54	21.161,54	1.181,94
Outras Despesas Correntes	9.995.761,08	835.807,52	835.807,52	553.568,60
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.401.501,08	2.936.713,76	2.936.713,76	2.279.036,89
DESEPESAS DE CAPITAL (XI)	11.312.690,00	76.415,10	76.415,10	57.846,42
Investimentos	10.908.928,00	21.767,20	21.767,20	55.136,02
Inversões Financeiras	75.000,00			
Concessão de Empréstimos (XII)				
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)				
Demais Inversões Financeiras	75.000,00			
Amortização da Dívida (XIV)	328.762,00	54.647,90	54.647,90	2.710,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.983.928,00	21.767,20	21.767,20	55.136,02
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	1.843.118,92			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XIV)	**32.442.087,00**	**2.958.480,96**	**2.958.480,96**	**2.334.172,91**

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-3.786.461,00**	**777.179,66**	**777.179,66**	**1.918.371,65**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE RE	**116.447,42**

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Emissão: 31/03/2015 às 13:32 **PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE** Page 1 de 1

Homologado

RREO - OPERAÇÃO DE CREDITO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.312.690,00	76.415,10		11.236.274,90
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	11.312.690,00	76.415,10		11.236.274,90

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.312.690,00	-76.415,10	-11.236.274,90

Fonte: MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 31/03/2015 13:47:44 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA N°. 008/2015

"Resolve Conceder Férias ao Servidor que Menciona e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, o Sr. **NELSO LUIZ MARCON** no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

Art.1º - Conceder férias regulamentares a Servidora LUZIA DE OLIVEIRA, lotada no quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Itanhangá-MT referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014, sendo 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, do dia 23/03/2015 a 01/04/2015, período de gozo de 20 (vinte) dias 02/04/2015 a 21/04/2015.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 12 dias do Mês de Março de 2015.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

NELSO LUIZ MARCON

Presidente da Câmara Municipal

Itanhangá – MT.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO – SRP - PREGÃO PRESENCIAL N°.: 008/2015 - PROCESSO N°.: 012/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro, Itanhangá-MT, através do seu Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, faz-se saber aos interessados que foi **PRORROGADO** o procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial n°. 008/2015**, que tem por finalidade o *"Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de eletricista de alta e baixa tensão e serviços de eletrotécnica para atender as necessidades do Município de Itanhangá-MT. A abertura desta licitação foi prorrogada e ocorrerá no dia* **30 de ABRIL de 2015, ás 08:00 (oito) horas**, no Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Itanhangá, informamos que permanecerão as demais condições estabelecidas no edital e seus anexos. Motivoda prorrogação**: LICITAÇÃO DESERTA**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, pelo telefone (66) 3578-2500, ou pelo e-mail licitacao@itanhanga.mt.gov.br ou pelo site http://www.itanhanga.mt.gov.br. Itanhangá-MT, 30 de Março de 2015.

GENOTAN ROBERTO CHAVES HETKOWSKI

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO RSP - PREGÃO PRESENCIAL N°. 009/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, por meio do seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria n° 033/2015, de 26/01/2015, em cumprimento á Lei Federal n° 8.666/93, 10.520/02 e demais normas complementares, torna público a **RETIFICAÇÃO** do edital do Pregão Presencial n° 009/2015 que tem como objeto : **Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar de alunos da rede pública de ensino do Município de Itanhangá-MT.** A nova data para realização do certame será dia *15 de abril de 2015 ás 08:00 horas*,na Sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT. Os interessados poderão obter maiores informações pelo telefone (66) 3578-2500 de segunda á sexta-feira, horário das 07h ás 11h, ou pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br ou pelo site www.itanhanga.mt.gov.br/licitações

Itanhangá (MT), 31 de Março de 2015.

GENOTAN ROBERTO CHAVES HETKOWSKI

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA N°. 009/2015

"Resolve Alterar a Portaria 15/2014 e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, o Sr. **NELSO LUIZ MARCON** no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

-

Art.1º - Alterar a Portaria 15/2014 que concede a Gratificação salarial de 40% (quarenta por cento), para 53,78% (cinqüenta e três virgula setenta e oito por cento) sobre o salário base, a servidora Maria Fabiana Hammel, lotada no cargo efetivo de Contador, da Câmara Municipal de Itanhangá-MT .

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 12 dias do Mês de Março de 2015.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

NELSO LUIZ MARCON

Presidente da Câmara Municipal

Itanhangá – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.° 13/2015

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo nos órgãos da administração pública municipal no dia 02 abril de 2015 (quinta-feira), em virtude das comemorações religiosas da "Sexta-Feira Santa" .

Parágrafo Segundo O disposto no caput deste artigo não se aplica às atividades consideradas de caráter essencial, tais como, saúde, limpeza pública, e Fundação Hospitalar de Saúde do Município de Itaúba, os quais funcionarão normalmente.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 31 dias do mês de março do ano de dois mil e quinze .

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 31/03/2015 À 30/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014** realizado em 25 de JANEIRO de 2015, CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
1º	ROSICLER HERGESELL	BIOQUIMICO

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 31 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: *Nº 019/2015*

Data assinatura: 30/03/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratado: MALACARNE & SILVA LTDA – ME, CNPJ nº 05.543.849/0001-25

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA DUPLA SERTANEJA BRENNO REIS E MARCO VIOLA, EM ATENDIMENTO ÀS FESTIVIDADES DA "FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL"

Valor Global: R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

Data da vigência: 30/05/2015

Inexigibilidade n° 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua Pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h30min DO DIA 15 DE ABRIL DE 2015**, na Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, situada a na Praça Frei Liberato, nº 311, Centro – ITIQUIRA – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h30min DO DIA 15 DE ABRIL DE 2015.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, 311, CENTRO, no horário das 12h00 às 18h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Para fornecimento do Edital e seus anexos na forma impressa será cobrada uma taxa no valor de R$ 20,00 (vinte reais), referentes aos custos de reprodução gráfica. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 31 de março de 2015.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO À FARMÁCIA BÁSICA MUNI-**

CIPAL, do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.995.371/0001-50** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 351.305,00 (trezentos e cinquenta e um mil trezentos e cinco reais); PRO REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELE – ME, CNPJ nº 05.159.591/0001-68 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 112. 995,00 (cento e doze mil novecentos e noventa e cinco reais); DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520. 829/0001-40 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 408.800,00 (quatrocentos s e oito mil e oitocentos reais); CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/ 0001-70 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 480.590,00 (quatrocentos e oitenta mil quinhentos e noventa reais) e RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI, CNPJ nº 06.696.359/0001-21 sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 154.659,00 (cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais).

Itiquira/MT, 31 de março de 2015.

Juliane Presotto

Pregoeira

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2015.

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS VITÓRIA DA UNIÃO SANTA ANA - APRUSAN, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Frei LiberatoKeterrer n.º 311, Centro, inscrito no CNPJ/ MF sob o nº 03.370.251/0001 – 56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. **HUMBERTO BORTOLINI,** brasileiro, casado, empresário, portador da CI/RG nº 4.392.099 – 5 – SSP/PR e inscrito no CPF/ MF sob o n.º 352.935.601-82, domiciliado e residente à Avenida Adelino de Souza Campos, 287, Centro, em Itiquira – Mato Grosso, denominando de

CONCEDENTE

, e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS VITÓRIA DA UNIÃO SANTA ANA – APRUSAN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.058.340/0001-07, situada na zona rural do Município de Itiquira/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. EDIFALDO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, agricultor, portador da CI/RG nº. 0338156-0 - SSP/ MT e inscrito no CPF/MF sob o nº. 241.117.241-91, residente e domiciliado no Sítio cachoeirinha, Assentamento Santa Ana, em Itiquira/MT; denominada de CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Convênio, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

Constitui objeto do presente Convênio a concessão de auxílio financeiro à CONVENENTE para instalação de uma (01) torre na referida associação objetivando a recepção do sinal de Link de Internet e demais equipamentos, conforme autorização e condições previstas na Lei Municipal nº. 886 de 24 de março de 2015, cuja cópia segue anexa fazendo parte integrante do presente.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E PAGAMENTO.

O valor do Convênio no importe de R$30.750,00 (trinta mil setecentos e cinqüenta reais) será depositado ou transferido pelo Município, ora CONCEDENTE, em uma única parcela, na conta-corrente nº. 18.527-2 - Agência 2.186-5 – BANCO DO BRASIL S/A de titularidade da Associação, ora CONVENENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO.

O valor a ser pago pela CONCEDENTE à CONVENENTE correrá à conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, sendo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Gerência de Desenvolvimento Rural

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0018 – Promoção e Extensão Rural

Projeto/Atividade:1.285– Contribuição para a Associação dos Agricultores do Município de Itiquira/MT.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES.

4.1 – Compete ao CONCEDENTE:

a) Efetuar o depósito do valor integral do auxílio financeiro, conforme consignado na Clausula Segunda;

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Convênio através da Secretaria Municipal de Agricultura.

4.2 – Compete ao CONVENENTE:

a) Aplicar o auxílio financeiro, depositados pelo CONCEDENTE, nos termos da Cláusula Primeira;

b) Fazer prestação de contas do auxílio financeiro recebido em até o dia 30 de abril de 2015;

c) Fazer e enviar ao CONCEDENTE a prestação de contas composta de:

c.1) extrato bancário da movimentação financeira;

c.2) relação de pagamentos contendo: o nome do credor: CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal (nota fiscal e recibo); número, data e valor do cheque, acompanhada de suas respectivas cópias.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente Convênio terá sua vigência nos termos da Lei Municipal nº. 886 de 24/03/2015, ou seja, em até 30/04/2015.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO.

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, desde que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de dez (10) dias, para posterior celebração do Termo de Rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO.

O CONCEDENTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO.

As partes em comum acordo, elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os representantes das partes assinam o presente convênio lavrado em três (03) vias de igual teor e forma, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Itiquira-MT, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS VITÓRIA DA UNIÃO SANTA ANA - APRUSAN

EDIFALDO FERREIRA DA SILVA

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

FABIANO DALLA VALLE ALEX ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração Secretário Municipal de Finanças

CPF/MF: 804.569.361-49 CPF/MF: 005.717.241-24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: *Nº 006/2015*

Data assinatura: 31/03/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00. 995.371/0001-50

Valor Global: R$ 351.305,00 (trezentos e cinquenta e um mil trezentos e cinco reais)

Adjudicatária: PRO REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELE – ME, CNPJ nº 05.159.591/0001-68

Valor Global: R$ 112.995,00 (cento e doze mil novecentos e noventa e cinco reais)

Adjudicatária: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520.829/0001-40

Valor Global: R$ 408.800,00 (quatrocentos s e oito mil e oitocentos reais)

Adjudicatária: CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70

Valor Global: R$ 480.590,00 (quatrocentos e oitenta mil quinhentos e noventa reais)

Adjudicatária: RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI, CNPJ nº 06.696.359/0001-21

Valor Global: R$ 154.659,00 (cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO À FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL.

Data da vigência: **12 meses**

Pregão Presencial nº 008/2015

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2014

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2014

Data da Rescisão: 31/03/2015

Distratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT

Distratado: ANTÔNIO PEREIRA CESAR

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO **PEDREIRO-ITIQUIRA.**

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 200/2015

TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 200*/2015*

Aos 30(Trinta) dias do mês de **Março** , do ano 2015 (dois mil e quinze), às 16hs 40min, na Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, compareceu **EVANS PEREIRA E SILVA**, brasileiro(a), Solteiro , portador(a) da Cédula de Identidade/CI com RG.SSP/MT n.º **1116013-6**,e do CPF/MF n.º **528.208.581-04**; residente e domiciliado(a) à Rua Gonçalves Dias n.º 07, Bairro Apoema, em Itiquira, Estado do Mato Grosso; na presença das duas testemunhas infra-assinadas e identificadas, para TOMAR POSSE no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, nível "**I**

"

, classe/referência "A", aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Itiquira, tendo sido classificado (a) em 9º lugar , de acordo com o Edital Complementar n.º 026/2013 - 19 de agosto de 2013, homologado pelo Decreto Municipal n° 044/2013, de 19 de agosto de 2013, e convocado(a) de acordo com a Edital de Publicação n.º 023/2015, de 09 de Março de 2015, todos publicados por afixação nos murais das repartições públicas municipais e de outras repartições do Estado e/ou da União, e em jornal de circulação no Município, na região e no Estado.

Neste ato, o (a) empossado (a) declara expressamente estar ciente sob o Regime de Trabalho ser o Estatutário, conforme Lei Municipal n.º 379/1999, e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria, exaradas no item 8 do Edital de Reabertura n.º 001/2013- 10 de junho de 2013, e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO(a) no Cargo/Função AGENTE ADMINISTRATIVO LOCALIZADO EM ITIQUIRA, de que tem perfeita ciência e está plenamente de acordo, SUJEITANDO-SE às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA em hipótese alguma.

No ato da posse o (a) Servidor (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial (requerida pelo Município), COMPROMISSANDO-SE a cumprir fielmente seus deveres, e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

_____ HUMBERTO BORTOLINI Prefeito Municipal	_____ EVANS PEREIRA E SILVA Empossado(a) - Assinatura

TESTEMUNHAS

1º _____ Nome: Eliane Neubert CI/RG: 1694503-4 SSP/MT CPF/MF: 029.728.061-90	2º _____ Nome: Laura Cristina de Oliveira CI/RG: 1298273-3 SSP/MT CPF/MF: 936.752.671-72

LEI MUNICIPAL Nº 887 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 887 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Produtores Rurais de Itiquira – APRI – I, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação dos Produtores Rurais de Itiquira – APRI – I, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.430.480/0001-81, estabelecida na Rua Dom Wonibaldo nº 11, Jardim Novo Planalto, em Itiquira/MT, no valor de R$ 21. 750,00 (vinte e um mil setecentos e cinqüenta reais).

Art. 2º. O recurso financeiro ora concedido no artigo 1º será utilizado na instalação de 01 (uma) torre na referida associação objetivando a recep-

ção do sinal de Link de Internet e demais equipamentos, nos moldes do Termo de Referência - ANEXO I, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. As entidades beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do convênio, para prestar contas do auxílio financeiro recebido.

Parágrafo Único. A prestação de contas referida no caput deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira e relação de pagamentos contendo: o nome do credor; CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal (nota fiscal e recibo), número, data e valor do cheque, acompanhada de suas respectivas cópias.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT aos 24 de março de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

BENEFICIÁRIO DO AUXÍLIO FINANCEIRO:

Associação dos Produtores Rurais de Itiquira – APRI - I

- AUXÍLIO-FINANCEIRO DESTINADO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E RESPECTIVA INSTALAÇÃO CONSISTENTE EM:

a) aquisição e instalação de 01 (uma) torre metálica de 30 metros;

b) projeto e instalação de SPDA (sistemas de proteção contra descargas atmosféricas) da torre;

c) energização e aterramento da torre;

d) aquisição de equipamentos e materiais para transmissão de internet wireless, via rádio, com freqüência de 5.8GHZ a serem instalados em 02 (duas) torres, necessárias para a transmissão.

VALOR TOTAL DO AUXÍLIO FINANCEIRO = R$ 21.750,00 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 032/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *TECNOLUB PEÇAS E SERVIÇOS LTDA; OBJETO:* "Registro de preços para eventuais aquisições de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) para os diversos setores da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 54.920,00 (cinqüenta e quatro mil e novecentos e vinte reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 26/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 038/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *PAULO F. VAZ DOS SANTOS – ME; OBJETO:* **"Registro de preços para eventual aquisição de Parafusos, Porcas, Arruelas, Ferramentas e Materiais diversos para Manutenções realizadas pela Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";VALOR GLOBAL** R$ 150.434,50 (cento e cinqüenta mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e cinqüenta centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 30/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 037/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *PNEUS VIA NOBRE LTDA; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para atendimento a frota de veículos do Município de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 210.662,00 (duzentos e dez mil e seiscentos e sessenta e dois reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 27/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 036/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI – EPP; OBJETO:* **"Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para atendimento a frota de veículos do Município de Jaciara/MT";VALOR GLOBAL** R$ 181.862,00 (cento e oitenta e um mil e oitocentos e sessenta e dois reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 27/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 035/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *FÊNIX RECAPAGENS & AUTO CENTER; OBJETO:* **"Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para atendimento a frota de veículos do Município de Jaciara/MT";VALOR GLOBAL** R$ 56.612,00 (cinqüenta e seis mil e seiscentos e doze reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 27/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 034/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *GALEÃO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA; OBJETO:* **"Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para atendimento a frota de veículos do Município de Jaciara/MT"; VALOR GLOBAL** R$ 176.679,60 (cento e setenta e seis mil e seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 27/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 033/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *EQUIMAF S/A EQUIPAMENTOS MÁQUINAS E FERRAMENTAS; OBJETO:* "Registro de preços para eventuais aquisições de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) para os diversos setores da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 35.898,00 (trinta e cinco mil e oitocentos e noventa e oito reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 26/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO: "Registro de preços para eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços relacionados à filmagem, edição e fotografia, com equipamento digital com capacidade para fotografar e gravar em qualidade HD, para cobertura de eventos, ações e produções institucionais e arquivamento junto ao acervo da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **22 DE ABRIL DE 2015 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara – MT, 31 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015, POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na *Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, Jangada – MT* JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Objeto: **AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT,** de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 09 de Março de 2015 – no endereço acima. Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. Jangada – MT, 31 de Março de 2015.

JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PORTARIA 051/PREV-JUARA/2015

PORTARIA N.º 051/PREV-JUARA/2015

***"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição* a servidora Sra. Dinair Auxiliadora Pereira de Goes."**

A Secretária Municipal de Administração do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal e art. 81, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.656 de 20/04/2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juara-MT e Anexo I da Lei Municipal n° 2.393, de 18/03/2014, que dispõe sobre o reajuste do piso Salarial dos ocupantes de cargos do Magistério Público Municipal da Educação Básica;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a Sra. Dinair Auxiliadora Pereira de Goes, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 0551319-7 - SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 503.631.401-82, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo Professora, Nível "08", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Integrais, conforme processo administrativo do PREV-JUARA, n.º 2015.04.00022P, a partir de 10/03/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Juara-MT, 25 de Março de 2015.

QUEILA SILVA DO CARMO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

EDITAL SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 002/2015/SME - JURUENA/MT EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 DIVULGA CHAMADA DOS INSCRITOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA/MT, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital Simplificado de Seleção nº 002/2015/SME, visando atender aos princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e:

Considerando o resultado classificatório dos inscritos a contrato temporário para os cargos de Técnico Administrativo Escolar e Inspetor de Pátio para a zona urbana;

Considerando o EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 – Juruena MT;

RESOLVE:

I – Divulgar o **LOCAL DE COMPARECIMENTO** para a **CHAMADA** dos inscritos no Edital de Seleção Nº 002/2015/SME – Juruena/MT, para o cargo de Técnico Administrativo Escolar e Inspetor de Pátio.

§ **Local: Secretaria Municipal de Educação** § Data: 01/04/2015 § Horário: 08 horas

Juruena/MT, 30 de março de 2015.

Raimundo Manske

Prefeito Municipal em exercício

(Original Assinada)

SEGUNDO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2014

O Prefeito do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital de Reabertura nº. 001/2014, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** (SEGUNDA CHAMADA) dos Candidatos Habilitados, relacionados no anexo II deste Edital, para provimento dos cargos públicos especificados no mesmo anexo.
Os convocados deverão comparecer, conforme data de apresentação estipuladas no ANEXO II do presente Edital, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Juruena, Avenida 04 de Julho, nº. 360 – Cen-

tro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital e exames de saúde pré-admissionais, tudo na forma do item 12 do edital de abertura do concurso público municipal.
Prefeitura Municipal de Juruena/MT 30 de Março de 2015.
RAIMUNDO MANSKE
Prefeito Municipal em Exercício
ANEXO I
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014 - PARA TOMAR POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR FOTOCOPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL:
1) Documentos pessoais: RG, CPF, Título Eleitoral, Certidão de Nascimento ou Casamento;
2) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) para quem possuir;
3) Cartão PIS/PASEP para quem possuir;
4) CNH (Carteira Nacional de Habilitação) para os cargos de motorista e operador de maquina conforme categoria exigida para cada caso;
5) Uma foto 3X4 atual;
6) Abertura de Conta Salário no Banco Bradesco;
7) Documento pessoal dos dependentes: filhos e cônjuge;
8) Comprovante de residência;
9) Comprovante de quitação eleitoral (www.tse.jus.br);
10) Comprovante de quitações das obrigações militares (Certificado de Reservista);
11) Comprovante de escolaridade, por meio de certificado ou diploma, conforme exigência do cargo escolhido;
12) Comprovante de registro no conselho da respectiva categoria, e quando se tratando de profissão regulamentada, incluir o comprovante de quitação da anuidade;
13) Idoneidade civil e criminal comprovadas por certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da Comarca onde o mesmo reside (www.tjmt.jus.br);
14) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme previsto na CF/88, art. 37 Inciso XVI, alíneas a, b, c;
15) Comprovante de aptidão de sanidade física e mental para exercício do cargo, comprovando por exame admissional regular, feito por profissional medico indicado pela Administração Municipal;
16) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
2-MODELO DE DECLARAÇÕES.
2.1-Declaração Acúmulo de Cargo.
DECLARAÇÃO
Eu, ..., brasileiro(a) maior, capaz (casado/solteiro), inscrito(a) no RG nº.....Órgão..... e no CPF nº. ....., para efeito de provimento do cargo público de ....., no Município de Juruena/MT, **DECLARO**, sob as penas da Lei que:
( ) **NÃO EXERÇO** quaisquer outro cargo público em qualquer ente ou entidade pública estadual, municipal ou federal;
( ) **EXERÇO** o cargo de ..... no .....(indicar local/ente), com carga horária de ..... horas nos horários de ....(indicar intervalo da jornada de trabalho).
Juruena/MT ...../...../.....
(Nome completo)
2.3-DECLARAÇÃO DE BENS.
Observação: A declaração compreenderá imóveis, móveis, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior.
DECLARAÇÃO DE BENS
EU....., brasileiro(a), maior, capaz, (casado/solteiro), inscrito(a) no RG nº..... SSP/..... e no CPF nº. ....., para efeito de provimento do cargo público de ....., no Município de Juruena/MT, DECLARO, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 13 da Lei 8.429/92, que possuo os seguintes bens:
1-(bem).....R$ (avaliação)
2-(bem).....R$ (avaliação)
3-(bem).....R$ (avaliação)
Juruena/MT, .../...../.....
.....
(nome completo)
ANEXO II
RELAÇÃO CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS – CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 01/2014
2ª CONVOCAÇÃO

CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL - SEC. ASSIST. SOCIAL (2)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
2º	ROSICLEA SAUER DOERNER	1045	01/04/2015
CARGO:	ENFERMEIRO (6)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
5º	TELIRIO PINTO DE FARIAS	530	01/04/2015
CARGO:	MÉDICO (11)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	MARCUS VINICIUS DOS ANJOS BOTELHO	524	01/04/2015
2º	CESAR FRANCISCO ARANIBAR ZAVALETA	333	01/04/2015
CARGO:	PSICÓLOGO SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL (19)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	ALEX SANDER SCHURA	659	01/04/2015
CARGO:	PSICÓLOGO SEC. SAÚDE (20)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	TATIANE DA SILVA QUEIROZ MATEUS	170	01/04/2015
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ZONA URBANA (15)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
10	SILVANA CARDOSO DA SILVA TEIXEIRA	1060	04/05/2015
11	CRISTIANE RODRIGUES DE ABREU PALÁCIO	639	04/05/2015
CARGO:	PROF.ANOS INIC.ENSINO FUNDAMENTAL-ZONA URBANA (17)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
9º	PATRICIA KOLLING	995	04/05/2015
10	MARIA SILVIA RODRIGUES MENDES	1185	04/05/2015
CARGO:	OFICIAL ADMINISTRATIVO (28)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
5º	TATIANY SILVA HENRIQUE	014	01/04/2015
CARGO:	AUXILIAR DE COMPRAS (23)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
2º	RAFAELA ROSENDO DA SILVA	257	01/04/2015
CARGO:	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA (26)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO

3º	MARCELO PHILIPPSEN	1128	01/04/2015
CARGO:	PROF. ANOS INIC. ENS. FUND. MAGISTÉRIO –ZONA URBANA (30)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO		DATA DE APRESENTAÇÃO
3º	MICHELLY TAVARES HENRIQUES INÁCIO	1324	04/05/2015
CARGO:	PROF. EDUC.INFANTIL-MAGISTÉRIO –ZONA URBANA (31)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO		DATA DE APRESENTAÇÃO
3º	GENILSON DE SOUSA COSTA	868	04/05/2015
CARGO:	TAE - TÉC. ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL -ZONA URBANA(32)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
7º	ROSILENE DA CONCEIÇÃO SOARES	042	01/04/2015
CARGO:	TÉCNICO EM ENFERMAGEM (35)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
9º	MARCELO NORBERT	465	01/04/2015
CARGO:	AAE - INSPETOR DE PÁTIO -ZONA URBANA -SEC.EDUCAÇAO(42)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
4º	EVERTON MACHADO DA SILVA	776	01/04/2015
CARGO:	AUXILIAR ADMINISTRATIVO-RECEPCIONISTA (37)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
3º	ANA CAMILA DE JESUS	012	01/04/2015
CARGO:	AAE-MERENDEIRA-ZONA URBANA SEC. EDUCAÇÃO (38)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
6º	ROSELI CAVALCANTE PEREIRA	066	01/04/2015
CARGO:	AAE-ZELADORA-ZONA URBANA SEC. EDUCAÇÃO (40)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
11	ILLESCLE DOS SANTOS	1294	01/04/2015
CARGO:	AAE-ZELADORA ZONA RURAL SEC. EDUCAÇÃO (41)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
3º	JOCELMA PEREIRA DA SILVA	681	01/04/2015
CARGO:	AUXILIAR DE GARAGEM – AUXILIAR MECÂNICO (47)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	NOEL GONÇALVES BORGES	403	01/04/2015
CARGO:	AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS - ZELADOR (44)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
7º	LUCILENE PIRES DE SOUZA	865	01/04/2015
CARGO:	OPERADOR DE MÁQ.RODOVIARIA-PÁ CARREGADEIRA (56)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	ANTONIO PRIM	1166	01/04/2015
CARGO:	OPERADOR DE MÁQ.RODOVIARIA-MOTO NIVELADORA (60)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	SIDNEI IFRAN	331	01/04/2015
2º	MARCOS DIOGO DUTRA FERRAZ	332	01/04/2015
CARGO:	MOTORISTA VEÍCULO GRANDE (58)		
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO
1º	ADILSON MATEUS LAVARDA	1165	01/04/2015
2º	GLEIDSON ANTERIO DE SOUZA	1126	01/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2015

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL "AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO COM TUBETE E CAVALETE PVC, DESTINADO PARA AS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE (CONFORME ANEXO DO EDITAL)".**

O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 003/2015 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015, cujo certame se deu às 09 hs do dia 31/03/2015; sagrou vencedoras as seguintes proponentes: **AAGUA COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA**, vencedora do **Iten 01**. Totalizando um valor unitário de R$ 15,00 (quinze reais) e valor global do **Item 01** de R$: 22.500,00 (vinte e dois mil quinhentos reais) preço final, e a empresa **SAGA MEDIÇÃO LTDA**, vencedora do **Item 02**. Totalizando um valor unitário de R$: 41,85 (quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos) e valor global do Item 02 de R$: 62. 775,00 (sessenta e dois mil setecentos e setenta e cinco reais) preço final. Maiores informações fone 0xx65 3228-1178.

Lambari D'Oeste/MT. 31 de Março de 2015.

Duilho Rabelo Boascivis

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

SAAE -SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - REGISTRO DE PREÇO 009/2015

Objeto: Registro de preço em que objetivafutura e eventual contratação de empresa para aquisição de hipoclorito de sódio (líquido) para tratamento de água para consumo humano atendendo assim a Portaria nº 2914/11 do Ministério de Saúde para ser distribuída a população do Município, para o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde/MT,

tudo conforme descrição no Anexo I – Termo de Referência do edital.

Realização: Por meio do site www.bll.org.br.

Inserção de propostas no sistema da BLL-LICITAÇÕES: das 10h de 06/04/2015 até as 17h do dia 14/04/2015, horário de Brasília - DF.

Início da sessão pública de disputa 15/04/2015 às 10h horário de Brasília - DF, por meio do site www.bll.org.br,na sede do SAAE de Lucas do Rio Verde – MT.

Edital Completo: SAAE – Fone: (65) 3549-7715/7708, email: compras@saaelrv.com.br e nos sites www.bll.org.bre http://www.saaelrv.com.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Decreto Federal n° 5.450/05.

Lucas do Rio Verde - MT, 31 de Março de 2015.

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO

Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 01 DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2015

O Prefeito em Exercício do Município de Lucas do Rio Verde e a Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta retificar o item 7.4 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 02/2015 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 16 de março de 2015, que passa a vigorar conforme segue:

Onde se lê:

7.4 - Da Pontuação das Provas

Cargo:	**Tipo de Provas**	**Nº de Questões**	**Peso**	**Pontuação da Prova Prática**	**Total de Pontos**
Professor de Pedagogia Professor de História Orientador (a) de Atividade Física	Objetiva – Conhecimentos Específicos	10	1,0	-	100
Instrutor Instrumentista (Fanfarra) Instrutor Instrumentista (Bateria e Percussão) Instrutor Instrumentista (Teclado) Instrutor de Canto e Coral Instrutor de Dança (Salão) Instrutor de Dança (Ballet)	Objetiva - Conhecimentos Específicos	10	1,0	0 a 60	100

Leia-se:

7.4 - Da Pontuação das Provas

Cargo:	Tipo de Provas	Nº de Questões	Peso	Pontuação da Prova Prática	Total de Pontos
Professor de Pedagogia Professor de História Orientador (a) de Atividade Física Fisioterapeuta	Objetiva – Conhecimentos Específicos	10	1,0	-	100
Instrutor Instrumentista (Fanfarra) Instrutor Instrumentista (Bateria e Percussão) Instrutor Instrumentista (Teclado) Instrutor de Canto e Coral Instrutor de Dança (Salão) Instrutor de Dança (Ballet)	Objetiva - Conhecimentos Específicos	10	1,0	0 a 60	100

Permanecem inalterados os demais termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado 02/2015.

Lucas do Rio Verde – MT, 31 de março de 2015.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA Prefeito Municipal	ALEXANDRE LOMBA DE OLIVEIRA Presidente da Comissão Examinadora

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Demite servidor da Autarquia Municipal de Água e Esgoto.

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI, Diretor da Autarquia Municipal SAAE,no uso das atribuições legais, em especial no artigo 4º, da Lei 2.103/2013;

RESOLVE:

Art. 1° Demitir, o servidor concursado **VILSON MORAIS** do cargo de Operador de Sistemas, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, por decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2014.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde-MT, 30 de Março de 2015.

JULIANO HENDRIGO BORDONI MANZEPPI

DIRETOR EXECUTIVO-SAAE

Publique-se e Cumpre-se.

PREFEITURA MUNICIPAL
DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 002/2014:

Diante do relatório apresentado pela comissão processante do Processo Administrativo nº 002/2014, fundamento e ao final decido:

Trata-se de denúncia realizada pelo munícipe sr. Olívio Zanelatto Augusto, oriunda do Ofício n. 055/2014/CI, dando conta de que servidor Vilson Morais da Autarquia Municipal de Água e Esgoto teria lhe cobrado o valor de R$100,00 (cem reais), em dinheiro, pelo fornecimento de peças do cavalete, para a instalação de ligações de água, sendo que foi realizada a ampliação da rede de água onde o servidor na ocasião forneceu os materiais e executou o serviço em horário de trabalho.

Nomeou-se comissão processante para apurar as irregularidades apontadas. Ao final a comissão opinou: dois votos a favor do arquivamento e um voto pela exoneração do servidor Vilson Morais.

Primeiramente há que se destacar que o objeto do presente processo administrativo n. 02/2014, também foi averiguado **in loco** pela Controladoria Interna do Município, a qual em sua visita ao local constatou possíveis irregularidades na ligação de água realizada pela Autarquia SAAE no imóvel do denunciante, bem como na oportunidade colheu informações do denunciante onde este afirmou que teria pago o valor de R$ 100,00(cem reais) pelas peças do cavalete quando de sua instalação naquele local.

O servidor acusado foi citado e apresentou a defesa escrita às fls. 95/136.

O denunciante Olívio Zanelatto Augusto foi ouvido às fls. 143/146.

Foram ouvidos os seguintes servidores do SAAE: Geovane Spengler(fls. 147/148), coordenador de TI, Genildo Furtado Farias (fls. 149/151), coordenador do departamento e água, Elizeldo Reis (fls. 160/162), coordenador administrativo, Marines Caon de Lima (fls. 130/164), atendente, Denilson Brito de Souza(fls. 165/166), responsável pelo almoxarifado.

O servidor acusado Vilson Morais foi ouvido às fls. 152/155.

Foi procedida a acareação entre o acusado e denunciante (fls. 156).

A testemunha Vilmar Fernandes de Souza foi ouvida às fls. 157/159.

A comissão processante apresentou relatório final às fls.201/224, **concluindo** expressamente que:

"*Diante do exposto no processo, ficou claro que o servidor Vilson realizou a viabilidade técnica e de imediato sem as taxas fossem pagas pelo morador executou duas ligações de água, ademais conforme denúncia de Olívio o servidor Vilson* **cobrou R$ 100,00(cem reais) pelas peças de cavalete com confirmação da testemunha Vilmar.**

Desta forma, o servidor infringiu os art. 112, inciso III, IX, artigo 114,inciso IX, conforme a testemunha e denunciante afirmaram, e incisos XII e o XVII.

Assim, esta comissão tem um voto pela exoneração e dois votos pela não aplicação de penalidade, sendo assim o sr. Silvio OPINA:

-pela penalidade de exoneração visto tais fatos atentarem contra o princípio da moralidade administrativa, visto ter ficado comprovado através da testemunha o ato de solicitar dinheiro para fornecer material para executar serviço.

As integrantes da comissão

Patricia e Meridiana OPINAM e fundamentam seu voto:

"Quanto a investigação das infrações dos artigos 114 dos incisos IX, XII, XV e XVI, optamos pela não exoneração do referido servidor, devido a ausência de dados comprobatórios de culpa ou se provas da inocência do acusado, ou seja, não houve instrumentalização do dano ao patrimônio público, não houve a materialidade dos fatos investigados, dessa forma se houver em algum outro momento novos instrumentos que possam dar veracidade ao fato, que seja reaberto o processo. Conforme as oitivas realizadas no decorrer do processo, o senhor Olívio Zanelatto afirmou em seu depoimento no dia 16/07/2014 as 14:30 minutos, quando fora questionado se havia pago alguma coisa ao servidor, ele afirmou que sim, entretanto não tinha nenhum recibo e afirmou ainda que não havia nenhuma testemunha no local. Entretanto no dia 28/07/2014 o mesmo compareceu na prefeitura com a uma advogada Dr. Luciana de Jesus Ribeiro e o com senhor Vilmar Fernandes de Souza como testemunha, onde o senhor Vilmar afirmou em seu depoimento que viu o senhor Olívio pagando o valor de R$ 100,00 (cem reais) a um funcionário do SAAE, porém a testemunha não soube identificar quem era o servidor, mesmo após a comissão ter mostrado todas as fotos contidas no processo, essa testemunha surgiu ao final do processo, não fornecendo nenhuma materialidade dos fatos, e tornando duvidoso o seu depoimento.

Diante desse fato, e do depoimento do acusado, que fora ouvido, onde o mesmo afirmou que não recebeu nenhum valor, e somente executou os serviços que fora solicitado não informou de onde veio o material, e que afirmou que em nenhum momento recebeu nenhum valor financeiro. Quando feito a acareação entre o seu Olívio e o Seu Vilson, ambos mantiveram seu depoimento inicial, ou seja, que o seu Olívio afirmou que havia pago o valor para o Vilson e o Vilson afirmou que não recebeu nenhum valor do seu Olívio.

Um fato apurado por essa comissão e que no SAAE, não há o fornecimento de Kits cavalete, e que todo o material que sai do almoxarifado possui um destino pré-definido, dessa forma não houve dano ao patrimônio público, descaracterizando apropriamento indevido de material.

Devido a ausência de dados comprobatórios de culpa ou se provas da inocência do acusado, ou seja, ocorre muitas divergências apresentadas no processo, não podemos nem afirmar ou negar se houve a infração dos artigos 114 dos incisos IX, XII, XV." (Grifo nosso).

DECIDO E FUNDAMENTO:

Pois bem. Uma vez verificado que respeitado os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, bem como o devido processo legal, à luz das provas que nos autos constam, não é possível acatar a opinião de dois dos membros da comissão processante nomeada pela Portaria n. 431, de 02 de maio de 2014, senão vejamos:

A denúncia do sr. Olivio Zanelatto Augusto foi feita por escrito, com identificação do denunciante mediante identificação do servidor acusado.

Com relação a alegação de cerceamento de defesa, não restaram comprovados que qualquer pedido tenha sido negado. Ainda, foram de todas as formas oportunizadas ao processado o contraditório e a ampla defesa.

Conforme verificado nos autos através dos depoimentos dos servidores responsáveis(fls 143/166), o procedimento administrativo de solicitação de ligação de água nova, liberação de materiais no almoxarifado, lançamento de cobranças e verificação de viabilidade técnica devem ser aprimorados vez que da forma como estão são sujeitos a falhas e, consequentemente, prejuízo ao erário.

De tal modo, no caso em tela as falhas administrativas e operacionais foram identificadas tanto que o próprio denunciante atestou e levou ao conhecimento do SAAE que não estava recebendo e, portanto, pagando as suas contas de água, fato que demonstra que a Autarquia SAAE dever aprimorar seus procedimentos.

É fato incontroverso que o acusado realizou o serviço de ligação de água nova na residência do denunciante, conforme relatado em seu depoimento:

"….fui e olhei o local o mesmo não passava a rede em frente a casa mas tinha um ramal com água suficiente para religar mais dois cavaletes então levei o caso ao Genildo e falei pra ele que o sr. Olívio estava nervoso e que ele já tinha pedido essa ampliação a 04 anos atrás no tempo do diretor Daltro e nunca foi tomado providencia.

O Genildo pediu para aguardar até o dia seguinte 23/10/2013 e passando para mim dia 24/10/2013 ele mandou o Ezequias tirar outra ordem de serviço e fazer essa ligação para o sr. Olívio não vir mais encher o saco, mesmo sem ter pago as taxas ele falou que não tinha problema que ele iria resolver e fazer a ligação e acarretar isso ai e eu como não posso desrespeitar ele por ser meu superior executei ….."

Contudo, a denúncia consiste de que o servidor acusado tenha se valido do cargo para obter vantagens pessoais (recebimento de dinheiro).

É imperioso ressaltarmos que, a própria comissão processante após fartamente relatar todos os atos do processo administrativo, em sua conclusão afirma que "o servidor Vilson cobrou R$ 100,00(cem reais) pelas peças de cavalete com confirmação da testemunha Vilmar.... Desta forma, o servidor infringiu os art. 112, inciso III, IX, artigo 114, inciso IX, conforme a testemunha e denunciante afirmaram, e incisos XII e o XVII."

Ou seja, ao compulsar os autos, verificamos que conforme ordens de serviço juntada as fls. 29-40 restou cabalmente demonstrado que o servidor Vilson Morais executou o serviço conforme descrito na denúncia, e que foi a serviço do SAAE. Verifica-se, também, que o servidor de fato executou a ligação de água nova, apenas com a solicitação de viabilidade técnica de instalação de rede nova sem que houvesse ordem de serviço para tanto. E ainda, conforme denúncia do Sr. Olívio Zanelatto Augusto, fato comprovado por prova testemunhal do sr. Vilmar Fernandes de Souza(fls. 157/159), testemunha esta que viu o servidor do SAAE realizar o serviço de ligação

de água e que este servidor recebeu duas notas de R$ 50,00(cinquenta reais), ou seja, R$100,00 (cem reais) naquela ocasião. Verifica-se que tal prova testemunhal foi produzida durante a instrução processual, portanto, em momento oportuno, onde se buscava a verdade dos fatos.

A comprovação de que o servidor se valeu do cargo público para proveito pessoal(dinheiro), não pode passar aos olhos da administração sem que esta tome as medidas cabíveis, na preservação do interesse público e da moralidade administrativa.

De tal modo, em que pese o voto de dois membros opinarem pela não aplicação de nenhuma penalidade sequer, outra não pode ser a decisão desta administração, senão acatar o que os autos comprovaram e a própria comissão processante concluiu (apesar de dois membros tentarem justificar o contrário) e aplicar penalidade cabível a prática de valer-se do cargo para logar proveito pessoal (valor em dinheiro).

Sabemos que o julgamento acatará o relatório da Comissão Processante, salvo quando contrário às provas dos autos, pois não se julga por presunção e sim por certeza. É o princípio da livre persuasão racional conjugado com o indelegável dever de fundamentar a decisão proveniente da competente autoridade administrativa.

A prova é o coração do processo, e tem a finalidade de contrapor ao relatório da Comissão Disciplinar se ela desprezá-la. Nesse sentido, a penalidade proposta pelo relatório poderá ser agravada:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO. PENALIDADE DIVERSA DA SUGERIDA PELA COMISSÃO PROCESSANTE. POSSIBILIDADE. CONCLUSÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. A jurisprudência é absolutamente pacífica no sentido da independência das esferas penal e administrativa, de forma que eventual punição administrativa prescinde de condenação criminal para ser aplicada. A análise de mandado de segurança, onde se pretenda a anulação de procedimento administrativo que tenha imposto penalidade ao servidor, restringe-se à observância dos princípios do contraditório e ampla defesa, proporcionalidade da pena aplicada ou outros aspectos procedimentais, sendo incabível a rediscussão dos próprios fatos e atos originários no apuratório administrativo. O impetrante valeu-se de seu pedido de reconsideração, devidamente analisado pela Administração. O art. 169 da Lei nº 8.112 /90 permite que o julgamento discorde do relatório da Comissão, quando contrário à prova dos autos. Tal relatório constata toda a omissão e irregularidades praticadas pelo impetrante, mas conclui, tão-somente, pela aplicação da pena de advertência, motivo pelo qual o parecer ministerial, ao propor a pena de demissão, por improbidade administrativa, em observância ao preceito supra, não violou direito líquido e certo do impetrante. Segurança denegada. (STJ - MS: 7019 DF 2000/0049969-2, Relator: Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Data de Julgamento: 13/12/2000, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 05/03/2001 p. 122 JBCC vol. 189 p. 94 RSTJ vol. 152 p. 441)

ADMINISTRATIVO - DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL - PROCESSO DISCIPLINAR - DEMISSÃO - RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE - CONCLUSÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 168 DA LEI 8.112/90 - ATO DEMISSIONÁRIO - ACOLHIMENTO DO PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA - AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO - INOCORRÊNCIA - PARECERES POSTERIORES AO RELATÓRIO FINAL - DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO ACUSADO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E FINALIDADE - VIOLAÇÃO - INEXISTÊNCIA - "WRIT" IMPETRADO COMO FORMA DE INSATISFAÇÃO COM O CONCLUSIVO DESFECHO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - ORDEM DENEGADA. I - A Lei 8.112/90, em seu artigo 168, permite que a autoridade competente para aplicação da pena discorde do relatório final apresentado pela Comissão Processante, desde que a conclusão lançada não guarde sintonia com as provas angariadas nos autos e a sanção imposta esteja devidamente motivada. II - Tendo a autoridade administrativa encampado parecer de sua Consultoria Jurídica, devidamente fundamentado, não há qualquer vício no ato demissionário por falta de motivação. III - Descabido o alegado cerceamento de defesa pela ausência de manifestação do acusado quanto aos pareceres lançados após o relatório final da Comissão Processante pois a Portaria de demissão não se baseou em tais peças, mas fundamentou-se nas provas colhidas na ação disciplinar. Ademais, segundo a cediça jurisprudência desta Corte o indiciado se defende dos fatos que lhe são imputados. Assim, aplicável o princípio do "pas de nullité sans grief", tendo em vista que eventual nulidade do processo administrativo exige a respectiva comprovação do prejuízo, o que não ocorreu no presente caso, em que o acusado teve ciência desde o início dos fatos ensejadores da instauração do processo administrativo, sendo-lhe oportunizado o contraditório e ampla defesa. IV - A aplicação da pena de demissão não visou privilegiar interesses privados, mas teve como base delitos disciplinares autônomos, que não dependem do cometimento de outra falta para a sua configuração, não se cogitando da aplicação do princípio da consunção, muito menos em ofensa aos princípios da impessoalidade e finalidade. V - Evidenciado o respeito aos princípios da legalidade, da motivação, do contraditório e da impessoalidade, não há nulidade do ato atacado, principalmente quando o "writ" é impetrado como forma derradeira de insatisfação com o robusto e conclusivo desfecho da ação disciplinar. VI - Ordem denegada. (STJ - MS: 9719 DF 2004/0070420-6, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 24/11/2004, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 06.12.2004 p. 190)

ISTO POSTO, uma vez comprovado nos autos que o servidor acusado Vilson Morais logrou proveito pessoal (recebeu dinheiro) pelo material utilizado(peças do cavalete) na instalação dos serviços de ligação de água nova, dia 24/10/2013, fato confirmado pelo denunciante Olívio Zanelatto Augusto e pela testemunha Vilmar Fernandes de Souza, infringiu este o art. 114, da Lei Complementar 42/2006(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que determina “ao servidor é proibido: inciso IX: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública". Acabando assim por se enquadrar no art. 130, do mesmo diploma legal, que dispõe “a exoneração será aplicada nos seguintes casos: inciso XII: transgressão dos incisos IX a XVI do art. 114."; além de descumprir diretamente o princípio da moralidade administrativa e do interesse público. Sendo assim, DETERMINO:

I- Seja aplicada ao servidor Vilson Morais, ocupante do cargo de operador de sistemas, na Autarquia Municipal SAAE, a penalidade de exoneração, conforme disposto no artigo 130, XII, da Lei Complementar Municipal n. 42/2006, por transgressão ao artigo 114, IX, do mesmo diploma legal, bem como por comprovado desrespeito ao princípio da moralidade administrativa;

II- Sejam tomadas as medidas necessárias para cumprimento desta decisão;

III- Intime-se o senhor Vilson Morais.

IV- Cientifique ao órgão de Controle Interno para que os processos administrativos e operacionais da Autarquia SAAE sejam revistos e aprimorados, com a urgência que o caso requer, devendo ser juntado aos presentes autos a comprovação das medidas adotadas;

V- Encaminhe-se cópia dos presentes autos ao representante do Ministério Público;

VI- Após arquive-se os autos.

Lucas do Rio Verde, dia 13 de janeiro de 2015.

MIGUEL VAZ RIBEIRO

Vice-Prefeito Municipal

no exercício do cargo de Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2015

Referente: Pregão Eletrônico (Registro de Preço) para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de informática (tablet, celular smartphone e impressora térmica), para uso pelas secretarias Municipais, pelas ACS (Agentes Comunitárias de Saúde) e fiscais para auxiliar nos cadastros e na fiscalização no Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Data: 26/03/2015

Empresas Vencedoras:COMPEX TECNOLOGIA LTDA, Lote 0004, totalizando o valor de R$ 3.534,00 (três mil, quinhentos e trinta e quatro reais); JVM COPIADORAS E INFORMÁTICA LTDA EPP, o Lote 0001, Lote 0002 e o Lote 0003, totalizando o valor de R$ 223.490,00 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 31 de março de 2015

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREVILUCAS
EXTRATO DE ADESÃO Nº 01/2015 AO PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2014 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2014

O PREVILUCAS - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde, vem tornar pública a adesão ao Procedimento Administrativo Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2014, Registro de Preços nº 032/2014, Ata de Registro de Preços nº 093/2014, lançado pela Prefeitura Municipal de Sinop através da Secretaria Municipal de Gestão Pública o qual objetiva o Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de equipamentos e materiais de informática visando atender as necessidades das Secretarias Municipais.

O PREVILUCAS irá adquirir da Empresa: STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, detentora da Ata de Registro de Preços Nº 093/2014, o valor de R$ 4.987,00(Quatro mil novecentos e oitenta e sete reais). A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, no Previlucas - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde-MT. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93(com alterações da Lei 8883/94 e ainda pelo Decreto Nº 3.931 de 19/09/2001).

Lucas do Rio Verde, 31de Março de 2015.

Andressa Luciana Frizzo

Diretora Executiva Previlucas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 035/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória em favor do servidor Sr. ANTONIO MENDONÇA SOBRINHO".

O Diretor Executivo do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 186, incisos "I", da Lei Municipal n.º 004/2005, de 05 de Julho de 2005, Art. 12, incisos "II", da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Compulsória** ao servidor Sr. ANTONIO MENDONÇA SOBRINHO, portador do RG. n.º 1.033.057 – SSP/GO CPF/MF n.º 301.783.391-72 e da Cédula Eleitoral de n.º 110294018/48, Zona "023", Seção "256", servidor efetivo no cargo de Operador de Maquinas, nível "09", Classe "E", contando com um total de 8.833 dias, ou seja, 24 (vinte quatro) anos, 02 (dois) meses e 13 (treze) dias, lotado na Secretaria Municipal de Obras, matricula n.º 032, com proventos proporcionais, sem direito a paridade, conforme o processo do PREVILANDIA, n.º 2015.07.00000001, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de março de 2015, data em que o servidor completou 70 anos de idade, revogadas disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 31 de Março de 2015.

_____

Nivaldo Aparecido Moreira

Diretor Executivo do PREVILANDIA

_____

ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2015

OBJETO: Este instrumento tem por objetivo aditivar o prazo inicialmente avençado entre as partes através do contrato nº 006/2015**.** Em conformidade com o do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, este termo aditiva o prazo de vigência do presente contrato até o dia *30 de junho de 2015*, podendo, ainda, ser prorrogado novamente, obedecendo-se o limite máximo previsto em lei, mediante celebração de novo Termo Aditivo, ficando mantidas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato nº. 006/2015.

CONTRATADO: **AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA**

DATA ASSINATURA: 02/03/2015

DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 02/03/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 30/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 026/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 17 **de ABRIL de 2015 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ". Maiores informações através do Edital nº. 043/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 01 de Abril de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -1º BIMESTRE DE 2015 - ANEXO III -MATUPÁ /MT

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

31/03/15

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/ 14	Abr/ 14	Mai/ 14	Jun/ 14	Jul/ 14	Ago/ 14	Set/ 14	Out/ 14	Nov/ 14	Dez/ 14	Jan/ 15	Fev/ 15		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.296.861,61	2.630.267,38	2.658.291,53	2.804.283,37	2.308.806,46	2.561.409,47	2.041.277,99	3.164.351,91	2.856.291,29	3.564.478,24	3.560.986,58	2.743.304,16	33.190.609,99	35.043.637,00
Receitas Tributária	237.507,01	453.339,68	175.224,45	234.969,30	163.943,94	456.052,00	143.799,95	246.527,35	175.949,16	825.746,82	325.710,43	215.674,37	3.654.444,46	2.639.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	37.536,69	315.852,81	28.546,61	61.367,27	20.770,82	63.919,18	17.369,59	48.697,03	23.603,71	23.647,07	0,00	0,00	641.310,78	1.100.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	28.972,73	20.377,75	28.762,98	49.875,73	22.112,01	259.610,66	21.959,89	70.185,01	19.180,50	620.387,00	29.075,39	17.807,83	1.188.307,48	350.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	63.301,27	72.816,10	71.245,68	77.184,79	71.259,93	70.997,94	58.890,01	72.472,99	76.929,91	97.693,23	57.961,90	66.622,40	857.376,15	550.000,00
Outras Receitas Tributárias	107.696,32	44.293,02	46.669,18	46.541,51	49.801,18	61.524,22	45.580,46	55.172,32	56.235,04	84.019,52	238.673,14	131.244,14	967.450,05	639.000,00
Receitas de Contribuições	49.995,05	34.788,97	44.638,76	56.012,32	56.527,68	60.011,30	58.097,86	53.511,99	59.889,12	98.625,93	5.895,40	51.720,14	629.714,52	883.781,00
Receita Patrimonial	70.624,31	133.228,25	67.607,69	50.522,71	140.418,02	91.813,54	85.252,68	162.087,63	49.773,61	98.860,01	28.633,22	88.599,57	1.067.421,24	954.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.871.992,23	1.899.023,51	2.291.746,83	2.395.098,76	1.894.121,68	1.844.286,51	1.692.837,01	2.635.714,60	2.449.285,91	2.463.110,00	3.151.178,04	2.352.127,45	26.940.522,53	29.879.000,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	553.751,38	697.908,35	780.561,12	666.090,98	497.414,49	548.886,44	480.267,56	509.825,70	689.113,19	778.910,39	944.325,52	1.008.401,54	8.155.456,66	9.000.000,00
Cota Parte do ICMS	490.189,64	460.015,80	629.804,53	559.072,37	568.022,69	536.782,39	546.808,16	726.356,83	674.319,33	572.989,20	819.825,34	558.209,97	7.142.396,25	8.200.000,00
Cota Parte do IPVA	85.042,20	89.685,00	127.982,39	94.346,11	74.651,22	61.332,36	35.737,53	31.197,11	22.390,91	10.917,61	51.634,69	152.576,98	837.494,11	900.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	302.537,10	316.368,79	403.012,37	344.737,07	319.795,02	310.723,53	292.349,10	395.518,01	380.639,38	344.048,78	482.178,24	367.420,23	4.259.327,62	5.247.500,00
Outras Transferências Correntes	440.471,91	335.045,57	350.386,42	730.852,23	434.238,26	386.561,79	337.674,66	972.816,95	682.823,10	756.244,02	853.214,25	265.518,73	6.545.847,89	6.531.500,00
Outras Receitas Correntes	66.743,01	109.886,97	79.073,80	67.680,28	53.795,14	109.246,12	61.290,49	66.510,34	121.393,49	78.135,48	49.569,49	35.182,63	898.507,24	687.856,00
DEDUÇÕES (II)	261.164,65	285.299,49	346.634,74	301.664,86	267.115,44	270.587,10	252.427,45	324.256,78	318.994,73	354.945,44	373.599,13	399.545,91	3.756.235,72	4.089.181,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	35.400,80	34.788,97	39.189,56	37.766,33	39.101,62	41.198,29	38.108,53	37.852,28	37.743,33	79.061,25	5.895,40	51.720,14	477.826,50	638.781,00
Servidor	35.400,80	34.788,97	39.189,56	37.766,33	39.101,62	41.198,29	38.108,53	37.852,28	37.743,33	79.061,25	5.170,90	50.995,64	476.377,50	638.781,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	225.763,85	250.510,52	307.445,18	263.898,53	228.013,82	229.388,81	214.318,92	286.404,50	281.251,40	275.884,19	367.703,73	347.825,77	3.278.409,22	3.450.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.035.696,96**	**2.344.967,89**	**2.311.656,79**	**2.502.618,51**	**2.041.691,02**	**2.290.822,37**	**1.788.850,54**	**2.840.095,13**	**2.537.296,56**	**3.209.532,80**	**3.187.387,45**	**2.343.758,25**	**29.434.374,27**	30.954.456,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -1º BIMESTRE DE 2015 - ANEXO I -MATUPÁ /MT

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. 31/03/15

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Fev 2015 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	38.552.337,00	38.552.337,00	5.640.861,24	14,63	5.640.861,24	14,63	32.911.475,76
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	31.359.237,00	31.359.237,00	5.588.761,24	17,82	5.588.761,24	17,82	25.770.475,76
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	2.639.000,00	2.639.000,00	541.384,80	20,51	541.384,80	20,51	2.097.615,20
1.1.1.0.00.00 - Impostos	2.350.000,00	2.350.000,00	483.036,40	20,55	483.036,40	20,55	1.866.963,60
1.1.2.0.00.00 - Taxas	288.500,00	288.500,00	58.348,40	20,22	58.348,40	20,22	230.151,60
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	883.781,00	883.781,00	57.615,54	6,52	57.615,54	6,52	826.165,46
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	638.781,00	638.781,00	57.615,54	9,02	57.615,54	9,02	581.165,46
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	954.000,00	954.000,00	117.232,79	12,29	117.232,79	12,29	836.767,21
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	154.000,00	154.000,00	41.569,47	26,99	41.569,47	26,99	112.430,53
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.194.600,00	26.194.600,00	4.787.775,99	18,28	4.787.775,99	18,28	21.406.824,01
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	26.180.600,00	26.180.600,00	4.787.775,99	18,29	4.787.775,99	18,29	21.392.824,01
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	687.856,00	687.856,00	84.752,12	12,32	84.752,12	12,32	603.103,88
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	193.856,00	193.856,00	27.780,12	14,33	27.780,12	14,33	166.075,88
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	29.000,00	29.000,00	328,02	1,13	328,02	1,13	28.671,98
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	415.000,00	415.000,00	56.643,98	13,65	56.643,98	13,65	358.356,02
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	7.193.100,00	7.193.100,00	52.100,00	0,72	52.100,00	0,72	7.141.000,00
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	52.100,00	260,50	52.100,00	260,50	-32.100,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	52.100,00	260,50	52.100,00	260,50	-32.100,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.163.100,00	7.163.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.163.100,00
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	7.163.100,00	7.163.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.163.100,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	904.763,00	904.763,00	72.784,37	8,04	72.784,37	8,04	831.978,63

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.385.000,00	38.385.000,00	5.713.645,61	14,48	5.713.645,61	14,48	33.743.454,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	38.395.000,00	38.385.000,00	5.713.645,61	14,48	5.713.645,61	14,48	33.753.454,39
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	38.395.000,00	38.385.000,00	5.713.645,61	14,48	5.713.645,61	14,48	33.753.454,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	35.524.140,06	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Fev 2015	No Bimestre	Jan a Fev 2015	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.764.434,00	0,00	38.764.434,00	7.723.649,01	7.723.649,01	4.402.010,03	4.402.010,03	11,36	34.362.423,97
DESPESAS CORRENTES	29.698.012,25	0,00	29.698.012,25	6.981.732,82	6.981.732,82	3.676.743,84	3.676.743,84	12,38	26.021.268,41
Pessoal e Encargos Sociais	14.768.922,33	0,00	14.768.922,33	2.140.824,43	2.140.824,43	1.961.167,03	1.961.167,03	13,28	12.807.755,30
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Despesas Correntes	14.928.089,92	0,00	14.928.089,92	4.840.908,39	4.840.908,39	1.715.576,81	1.715.576,81	11,49	13.212.513,11
DESPESAS DE CAPITAL	7.955.892,75	0,00	7.955.892,75	741.916,19	741.916,19	725.266,19	725.266,19	9,12	7.230.626,56
Investimentos	7.946.892,75	0,00	7.946.892,75	741.916,19	741.916,19	725.266,19	725.266,19	9,13	7.221.626,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.110.529,00	0,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	692.666,00	0,00	692.666,00	161.047,40	161.047,40	75.121,13	75.121,13	10,85	617.544,87
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	38.385.000,00	0,00	38.385.000,00	7.884.696,41	7.884.696,41	4.477.131,16	4.477.131,16	11,35	34.907.968,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	38.385.000,00	0,00	38.385.000,00	7.884.696,41	7.884.696,41	4.477.131,16	4.477.131,16	11,35	34.907.968,84
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.236.514,45	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.385.000,00	0,00	38.385.000,00	7.884.696,41	7.884.696,41	4.477.131,16	5.713.645,61	14,48	33.743.454,39

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2025 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, pelo Decreto nº 1992 de 28/01/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00

horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º.

Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
CRISTIANE SOUSA MACEDO	4102705	18	11º

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -1º BIMESTRE DE 2015 - ANEXO II -MATUPÁ /MT

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. 31/03/15

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Fev (c)	No Bimestre (d)	Jan a Fev (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	39.457.100,00	39.457.100,00	7.884.696,41	7.884.696,41	4.477.131,16	4.477.131,16	100,00	11,35	34.979.968,84
LEGISLATIVA	1.332.000,00	1.332.000,00	342.119,27	342.119,27	179.681,51	179.681,51	4,01	13,49	1.152.318,49
Ação Legislativa	1.332.000,00	1.332.000,00	342.119,27	342.119,27	179.681,51	179.681,51	4,01	13,49	1.152.318,49
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.311.200,00	4.210.797,20	1.241.840,95	1.241.840,95	514.196,42	514.196,42	11,49	12,21	3.696.600,78
Administração Geral	3.555.000,00	3.377.547,20	997.453,08	997.453,08	418.052,78	418.052,78	9,34	12,38	2.959.494,42
Administração Financeira	626.200,00	643.250,00	223.982,17	223.982,17	75.737,94	75.737,94	1,69	11,77	567.512,06
Ordenamento Territorial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Extensão Rural	100.000,00	160.000,00	20.405,70	20.405,70	20.405,70	20.405,70	0,46	12,75	139.594,30
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.285.541,88	2.223.422,88	265.517,40	265.517,40	163.394,33	163.394,33	3,65	7,35	2.060.028,55
Assistência ao Portador de Deficiência	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	556.000,00	485.600,00	54.191,60	54.191,60	35.429,95	35.429,95	0,79	7,30	450.170,05
Assistência Comunitária	1.726.541,88	1.734.822,88	211.325,80	211.325,80	127.964,38	127.964,38	2,86	7,38	1.606.858,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.261.571,00	1.261.571,00	158.266,01	158.266,01	138.966,01	138.966,01	3,10	11,02	1.122.604,99
Previdência do Regime Estatutário	1.261.571,00	1.261.571,00	158.266,01	158.266,01	138.966,01	138.966,01	3,10	11,02	1.122.604,99
SAÚDE	9.134.230,70	9.422.725,50	3.001.223,93	3.001.223,93	1.392.863,48	1.392.863,48	31,11	14,78	8.029.862,02
Administração Geral	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Atenção Básica	3.687.798,71	3.749.681,51	905.164,54	905.164,54	488.671,30	488.671,30	10,91	13,03	3.261.010,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.648.862,40	5.025.474,40	2.050.977,86	2.050.977,86	869.453,74	869.453,74	19,42	17,30	4.156.020,66
Suporte Profilático e Terapêutico	127.535,44	77.535,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.535,44
Vigilância Epidemiológica	520.034,15	470.034,15	45.081,53	45.081,53	34.738,44	34.738,44	0,78	7,39	435.295,71
TRABALHO	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Fomento ao Trabalho	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
EDUCAÇÃO	10.677.227,42	10.359.527,42	1.277.263,28	1.277.263,28	1.007.531,10	1.007.531,10	22,50	9,73	9.351.996,32
Ensino Fundamental	8.008.227,42	7.665.627,42	830.358,34	830.358,34	688.196,65	688.196,65	15,37	8,98	6.977.430,77
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ensino Superior	40.000,00	64.900,00	64.391,69	64.391,69	6.531,54	6.531,54	0,15	10,06	58.368,46
Educação Infantil	2.257.000,00	2.257.000,00	345.512,31	345.512,31	292.008,77	292.008,77	6,52	12,94	1.964.991,23
Educação Especial	362.000,00	362.000,00	37.000,94	37.000,94	20.794,14	20.794,14	0,46	5,74	341.205,86
CULTURA	510.000,00	521.480,00	73.366,97	73.366,97	48.079,35	48.079,35	1,07	9,22	473.400,65
Administração Geral	90.000,00	101.480,00	41.193,98	41.193,98	16.925,36	16.925,36	0,38	16,68	84.554,64
Difusão Cultural	420.000,00	420.000,00	32.172,99	32.172,99	31.153,99	31.153,99	0,70	7,42	388.846,01
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	5.287.000,00	5.097.000,00	370.763,83	370.763,83	316.328,17	316.328,17	7,07	6,21	4.780.671,83
Infra-estrutura Urbana	2.384.000,00	2.384.000,00	590,00	590,00	590,00	590,00	0,01	0,02	2.383.410,00
Serviços Urbanos	2.903.000,00	2.713.000,00	370.173,83	370.173,83	315.738,17	315.738,17	7,05	11,64	2.397.261,83
HABITAÇÃO	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO	189.300,00	635.500,00	447.729,84	447.729,84	447.729,84	447.729,84	10,00	70,45	187.770,16
Saneamento Básico Rural	141.300,00	141.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.300,00
Saneamento Básico Urbano	48.000,00	494.200,00	447.729,84	447.729,84	447.729,84	447.729,84	10,00	90,60	46.470,16
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	843.500,00	904.655,00	358.050,31	358.050,31	58.126,06	58.126,06	1,30	6,43	846.528,94
Promoção da Produção Vegetal	115.500,00	115.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.500,00
Abastecimento	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Extensão Rural	720.000,00	781.155,00	358.050,31	358.050,31	58.126,06	58.126,06	1,30	7,44	723.028,94
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	160.000,00	160.000,00	8.703,54	8.703,54	8.587,72	8.587,72	0,19	5,37	151.412,28
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Normalização e Qualidade	100.000,00	100.000,00	8.703,54	8.703,54	8.587,72	8.587,72	0,19	8,59	91.412,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS	352.000,00	297.000,00	600,00	600,00	600,00	600,00	0,01	0,20	296.400,00
Promoção Industrial	57.000,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00
Comercialização	100.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Turismo	195.000,00	195.000,00	600,00	600,00	600,00	600,00	0,01	0,31	194.400,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	360.000,00	362.000,00	81.783,80	81.783,80	81.783,80	81.783,80	1,83	22,59	280.216,20
Energia Elétrica	360.000,00	362.000,00	81.783,80	81.783,80	81.783,80	81.783,80	1,83	22,59	280.216,20
TRANSPORTE	530.000,00	495.892,00	12.839,95	12.839,95	12.839,95	12.839,95	0,29	2,59	483.052,05
Infra-estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte Rodoviário	520.000,00	485.892,00	12.839,95	12.839,95	12.839,95	12.839,95	0,29	2,64	473.052,05

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. 31/03/15

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS Jan a Fev (c)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Fev (e)	% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
DESPORTO E LAZER	589.000,00	589.000,00	50.627,33	50.627,33	50.487,33	50.487,33	1,13	8,57	538.512,67
Desporto Comunitário	589.000,00	589.000,00	50.627,33	50.627,33	50.487,33	50.487,33	1,13	8,57	538.512,67
ENCARGOS ESPECIAIS	411.000,00	411.000,00	194.000,00	194.000,00	55.936,09	55.936,09	1,25	13,61	355.063,91
Serviço da Dívida Interna	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Outros Encargos Especiais	401.000,00	401.000,00	194.000,00	194.000,00	55.936,09	55.936,09	1,25	13,95	345.063,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.110.529,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
Reserva de Contingência	1.110.529,00	1.110.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.529,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**38.385.000,00**	**38.385.000,00**	**7.884.696,41**	**7.884.696,41**	**4.477.131,16**	**4.477.131,16**	**100**	**11,3468**	**34.979.968,84**

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 14/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, 31 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA ÁREA DA PEDAGOGIA	
Nome	**Classificação**
MARCIA CRISTINA INÁCIO LOPES	61º LUGAR
MARIZA DA SILVA SANTOS	62º LUGAR
ROSANGELA APARECIDA IVO LEITE	63º LUGAR
LETÍCIA ESTEVES MOREIRA	64º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 31 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 037/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **IVETE FERNANDES GOMES.Objeto** os serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura em substituição a professora **Maria de Lourdes Maziero Orlando** que se encontra em gozo de Licença Premio conforme Pta nº 083/2015 e conforme atribuição de aula realizada pela secretaria. Período de: 23/02/2015 a 31/05/2015. Valor Global R$ 7.409,51. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 065/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **ADÉLIA MÔNICA DA SILVA SALES. Objeto:** os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR , lotada na Secretaria de Educação e Cultura em substituição a professora NEUZELI DUARTE ALEXANDRE, que encontra-se afastada, conforme portaria nº 256/2013 e de acordo com atribuição de aula realizada pela secretaria.. Período de: 02/03/2015 a 30/07/2015. Valor Global R$ 12.404,69. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 066/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E MAICON ZURI. Objeto: **Prestar** serviços inerentes às funções do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO EQUIPE VOLANTE, com lotação na Secretaria de Assistência Social Trabalho e cidadania, para atender o Programa do Governo Federal de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Período de: 02/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 9.888,53. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 067/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E KLEBER DE SOUZA LEAL. Objeto: prestar serviços inerentes às funções do cargo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição ao servidor aposentado Edson da Silva Macedo. Período de: 02/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 13.508,08. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 068/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E BRAITINI GIOVANI CAVALI FAKINE. Objeto: prestar serviços inerentes às funções do cargo de MONITOR DE ESPORTES, com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, para atender ao Programa BOM DE BOLA BOM DE ESCOLA, ESPORTE NA ESCOLA, no treinamento de Futsal. Período de: 09/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 12.124,05. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 02/03/2015.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 123/2015

PORTARIA Nº 123 DE 23 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO PARA APURAR REAL ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÈNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município,

Considerando que existem no setor de cadastro imóveis que à época do cadastramento no foram identificados seus proprietários, sendo então cadastrados como IGNORADOS ou IGN;

Considerando que existem situações em que o proprietário foi identificado porem sem fazer menção de seus documentos pessoais (CPF, RG);

Considerando que com a falta de identificação dos nomes dos proprietários ou a indicação do CPF ou RG, o município fica impossibilitado de mover ações de cobrança dos impostos;

Considerando que o setor de contabilidade encontra-se com dificuldade no encerramento do balanço devido a não identificação dos reais devedores dos casos elencados,

R E S O L V E

Art. 1º -

Nomear os servidores abaixo identificados para sob a presidência do primeiro comporem Comissão para Apuração do Real Estoque de Divida Ativa do Município, a saber:

MASTERSON FELIPE DA SILVA – Matricula nº 591;

JOÃO CARLOS DIAS – Matrícula nº 36;

ALENISIO DE SOUZA GOMES – Matrícula nº 38 e,

CARLOS EDUARDO TOLON – Matrícula nº 1743.

Art. 2º - Compete à Comissão ora Designada:

a) Efetuar o levantamento junto ao Cadastro Imobiliário visando a detecção dos casos de cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança;

b) Efetuar o expurgo de oficio das Dividas Ativas dos Cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança, e estejam prescritas;

c) Expurgar a Divida Ativa dos cadastros inconsistentes ou incompletos que inviabilizam ações de cobrança e que sejam inferiores à 2 (duas) UFMs, de acordo com a Lei Complementar nº 047/2005;

d) Apontar os casos de Cadastros Inconsistentes e ou Incompletos que possam ser objeto de atualização in loco (trabalho de campo) visando a atualização cadastral;

e) Indicar os casos dos imóveis cuja propriedade é sabida, mas que o contribuinte se recusa apresentar a identificação necessária para o cadastramento imobiliário, a fim de que possam ser tomadas as medidas jurídicas que os casos requererem.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 23 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 025/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **APARECIDA VENCATO PUERARI. Objeto** os serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora **EDNA APARECIDA DA SILVA, nomeada** para Supervisora Pedagógica da Educação Infantil pela Pta nº 069/2015 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanal. Data da assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 026/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **POLIANA PAULA DOS SANTOS.** Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Junto a Secretária de Saúde. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 10.159.04. Carga horária: 40 horas semanal. Data da assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 027/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E JANAINA HELENA POMAR. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora SUELI DO PRADO DE OLIVEIRA DIDONI, nomeada Supervisora Pedagógica e Administrativa do Ensino Fundamental, conforme Pta nº 008/2015 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanal. Data da assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 028/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ROSELI BERNARDO DOS PASSOS. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora IRENE SIQUEIRA RODRIGUES, nomeada para Supervisora Pedagógica da Educação Infantil, conforme Pta nº 033/2013 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanal. Data de Assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 029/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E CLAUDINEIA DA CRUZ STRAMBECK. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora LUCIANA PEREIRA CASTILHO, nomeada para Supervisora Pedagógica e Administrativa do Ensino Fundamental, conforme Pta nº 069/2015 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanal. Data de Assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 030/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E MARLENE MIRANDA LEAL FILHO. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora MIRIAN DA SILVA FARIA, nomeada para Supervisora Pedagógica da Educação Infantil pela Pta nº 010/2015 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139,51. Carga horária: 40 horas semanal. Data de Assinatura: 23/02/2015.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 031/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **ANA MARIA DE FARIAS SOARES. Objeto** Prestar serviços inerentes às funções do cargo de *PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora **EDIRLEI ALVES BORGES COSTA, nomeada** para Coordenadora de Educação e Cultura, conforme Pta nº 023/2008 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanais. data de assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 032/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **CLEUSA MAZALI DA SILVA.** Objeto Prestar serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura e conforme atribuição de aula realizada pela secretaria. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 23/03/2015.

CONTRATO Nº 033/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E JANETE PRESTES FURLAN. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora MARIA ELIANE PINHEIRO CUNHA, designada para Atendimento Educacional Especializado AEE e conforme Pta nº 070/2015 atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 16/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 26.055,06 Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 034/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E EDENIR APARECIDA PEREIRA TERTULIANO. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora JEANE DE SOUZA CINTRA GUEDES, nomeada Diretora do Centro de Educação Infantil, conforme Pta nº 001/2014 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139.51. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 23/02/2015.

CONTRATO Nº 035/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E LUCIMARA DIVINA DA SILVA. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a professora MARIA HELENA DA CRUZ SILVA, nomeada para Supervisora Pedagógica e Administrativa do Ensino Fundamental, conforme Pta nº 005/2014 e atribuição de aula anual, realizada pela secretaria de educação. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 28.139,51. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura:23/02/2015.

CONTRATO Nº 036/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E CASSIA LOSANGELA DA SILVA PINTO DUTRA. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, lotada na Secretaria de Educação e Cultura e conforme atribuição de aula realizada pela secretaria. Período de: 23/02/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 17.587,04. Carga horária: 25 horas semanais.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 069/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **KAIROZAN DE OLIVEIRA BORGES**. **Objeto:** prestar os serviços inerentes às funções do cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura e conforme atribuição de aula realizada pela secretaria. Período de: 02/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 27.390,23. Carga horária: 40 horas semanais. Data de Assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 071/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **KELITA JOVIO BACCA. Objeto** os serviços inerentes às funções do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS**, no Centro Educacional "Vereador Athier Almeida Tamandaré" com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a aposentada **EDNA PINHEIRO MARTINS FERNANDES**. Período de: 09/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 8.457,86. Carga horária: 40 horas semanais. Data de assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 075/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E VALMIR SOARES VICTOR. Objeto Prestar serviços inerentes às funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS/COVEIRO, com lotação na Secretaria de Obras e Infra-estrutura, em substituição ao servidor exonerado JOSE BATISTA DOS SANTOS. Período de: 02/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 8.641,73. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 02/03/2015.

CONTRATO Nº 088/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E RANIELLI RODRIGUES RIBEIRO. Objeto os serviços inerentes às funções do cargo de MONITOR DE INFORMATICA, na Escola "Inedi Fontes Castilho Queiroz" com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, para Atender o Programa INCLUSÃO DIGITAL/FNDE. Período de: 02/03/2015 a 31/01/2016. Valor Global R$ 12.387,61. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 02/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **15/2015**, cujo Objeto é a ***Contratação de Serviço de Transporte de Alunos da Rede Pública Municipal de Nobres-MT.*** Cuja abertura ocorreu no dia 30/03/2015, as empresas participantes foram Desabilitadas por não atender as exigências do edital, sendo o certame declarado **FRACASSADO.**

Nobres, 30 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Nobres – torna público aos interessados, que na Carta Convite 005/2015 – Tipo: Menor Preço. Objeto: **Execução De Serviços De Assessoria Contábil E Financeira Por Um Período De 10 (Dez) Meses Conforme Termo De Referência**. cuja abertura ocorreu às 14:00, do dia 25/03/2015, não houve participantes, sendo declarada ***DESERTA*.**

Nobres, 25 de Março de 2015.

Luciene Maria Nonato

Presidente CPL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Nobres – torna público aos interessados, que na Carta Convite 006/2015 – Tipo: Menor Preço. Objeto: **Contratação De Empresa Para Prestação De Serviço De Reforma E Adequação Do Prédio Da Creche Municipal Alda Pacheco Serra (Sede), Alda Pacheco Serra (Extensão Santo Antônio) E Escola**

Municipal Marechal Rondon. cuja abertura ocorreu às 10:00, do dia 20/03/2015, não houve participantes, sendo declarada ***DESERTA*.**

Nobres, 20 de Março de 2015.

Luciene Maria Nonato

Presidente CPL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 061/2015

PORTARIA Nº. 061/2015

"Declara Vacância d*o* Cargo de Psicóloga, ocupado pela servidora efetiva ADRIANA SOUZA ANDRADE"

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 63, inciso II, alínea "**a**" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a vacância do cargo de Psicóloga, ocupado pela servidora efetiva ADRIANA SOUZA ANDRADE, matrícula 10344, inscrita no RG 14298988 SSP/MT e devidamente cadastrada no CPF nº 012.104.931-01, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 43, inciso III da Lei Municipal nº. 992/2006.

Art. 2º. A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor, a partir do dia 1 de Abril de 2015, data da posse no novo cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 30 março de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 060/2015

PORTARIA Nº. 060/2015

Concede Licença sem remuneração por motivo de assuntos particulares, a Sr*a*. NATARA TEIXEIRA DOS ANJOS.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º.

Conceder licença sem remuneração por motivo de assuntos particulares a servidora pública municipal Sra. NATARA TEIXEIRA DOS ANJOS lotada na secretaria de administração, devidamente cadastrada no CPF nº. 023.690.461-20, por 02 (dois) anos, a contar de 25/03/2015, com término em 25/03/2017, pelo que preceitua o art. 88, da Lei Municipal nº. 992/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2015, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de março de 2015

Sebastião Gilmar Luiz da Silva Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **18/2015**, cujo Objeto é a ***Aquisição de Pneus e Acessórios para atender a diversas secretarias do município de Nobres-MT*.** Cuja abertura ocorreu no dia 30/03/2015, foi sagrada vencedora a empresa **PNEU VIA NOBRE LTDA,** com o valor global de R$ 444.661,80 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais com oitenta centavos), os ITENS 01, 02, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 22, 23, 29, 35, 36, 38, 44, 45, 46, 47 e 48, foram declarados

FRACASSADOS.

Nobres, 30 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 027/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP 027/2015**, do tipo MENOR PREÇO, cuja abertura ocorrerá as 09:00h do dia 14/04/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇAO DE CAMISETAS para atender a Secretaria de Administração**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 028/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 028/2015**, do tipo MENOR PREÇO, cuja abertura ocorrerá as 14:00h do dia 14/04/2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA** do Município de Nobres - MT em conformidade com as cláusulas e condições contidas neste Edital e seus Anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 SR

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, comunica aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o objeto a aquisição de combustíveis: óleo diesel, óleo diesel S10, gasolina, etanol, óleos lubrificantes, filtros e baterias automotivas, destinados aos veículos e maquinários pertencentes ao Patrimônio Municipal, e combustíveis para abastecer os veículos que estarão em trânsito, com destino à capital do Estado e região, conforme Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Data de Abertura: 22 de Abril de 2015. Horário: 08:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação no e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 31 de Abril de 2015.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº 017-2015

DECRETO Nº 017-2015

“Declara Ponto facultativo no dia 02 de abril de 2015 e dá outras providências.”

CARLOS ROBERTO DA COSTA, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando as celebrações religiosas a serem realizadas na Semana Santa;

Considerando o Feriado Nacional do dia 03 de abril de 2015 (Sexta-feira Santa);

Considerando que as celebrações religiosas que antecedem a Páscoa iniciam-se na Quinta-feira, dia 02 de abril, próximo.

D E C R E T A

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO, nos Órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 02 de Abril de 2015 (Quinta-feira Santa), com suspensão dos expedientes.

Art.2º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, em especial ao Hospital Municipal, limpeza pública, vigilâncias em saúde e Conselho Tutelar, os quais manterão equipes permanentes de atendimento.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 31 de Março de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 083/2015

PORTARIA Nº. 083/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Transferir os servidores abaixo relacionados para a Secretaria onde se encontram desempenhando suas atividades a partir de março de 2015.

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

Jose Cerilo de Morais

Antonil da Silva Medeiros

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 24 de fevereiro de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA N° 088/2015

PORTARIA N° 088/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora**Lucilene Santana Campos,** do cargo em Comissão de Coordenadora Serviços de Convivência e Fortalecimento – DAS -3, a partir de 01/04/2015.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Abril de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 082/2015

PORTARIA Nº. 082/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Conceder Elevação de Classe as servidoras: **Luciane Ferreira da Silva**, lotada na Sec. Municipal de Educação no cargo de Professora, elevando-se da classe **A** para classe **B** com base no processo nº 428/2015 e a

Edenilze Maciel

, lotada na Secretaria de Saúde no cargo de Técnica de enfermagem, elevando-se da classe B para classe C, com base no processo nº 3543/2013.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 24 de março de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº. 001/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Convite N°. 001/2015, Objeto: Constitui objeto desta licitação: locação de softwares de administração pública nos termos fixados neste edital e seus anexos, cuja abertura ocorreu no dia 31 de Março de 2015, as 09:00, sagrou – se vencedora a empresa; **ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJ. & INFORMATICA LTDA**, com uma proposta no valor global de R$:8.928,00 (Oito Mil Novecentos e Noventa e Oito Reais).

Nova Brasilândia – MT, 31 de Março de 2015.

_____

JEAN CARLOS PEREIRA DE SOUZA

PORTARIA N° 096/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DECRETO Nº. 015/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM RESPEITO À SEMANA SANTA NA CIDADE DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Art. 1º - Fica determinado

Ponto Facultativo Municipal

no dia 02 de Abril de 2015 (quinta-feira) em todas as repartições públicas municipais, excetuados as que exercem serviços essenciais à população que terão seu funcionamento normal, tais como Secretária de Saúde, Coleta de Lixo, Conselho Tutelar, entre outros.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT

Em, 30 de março de 2015.

Vicente Gerotto de Medeiros

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 071/2015

EMENTA: NOMEIA O SRº. **PAULO WAGNER NOGUERIA DIAS** PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "**SECRETÁRIO DE INFRA ESTRUTURA"** DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º

- Fica nomeado e empossado a partir do dia 01/04/2015 o Srº. PAULO WAGNER NOGUERIA DIAS, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 0371689-9 - SSP/MT e CPF nº 384.463.081-34, residente e domiciliado na Av. Blairo Maggi, no município de Nova Marilândia - MT, para ocupar o cargo de provimento em comissão de "SECRETÁRIO DE INFRA ESTRUTURA" lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada pela Lei Municipal nº 675/2014 do dia 10 de Março de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE – 01/04/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 008/2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.**

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inc. XXIII, 170, inc. VI, 182, § 2º, 186, inc. II e 225, da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção e da precaução;

CONSIDERANDO o Estado Democrático de Direito, em que a plenitude do exercício da cidadania, pelo resguardo dos valores mínimos da dignidade humana, avulta como um de seus autênticos objetivos fundamentais**,** bem como quea Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é integrante, estabeleceu convenção no sentido de que a moradia constitui-se em direito social fundamental do cidadão, e que, igualmente, a Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000, incluiu entre os preceitos da Constituição Federal do Brasil a moradia como direito social fundamental;

CONSIDERANDO a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Resolução n.º 41/128, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4.12.1986, que estabeleceu em seu artigo 8º o direito de habitação como dever do Estado;

CONSIDERANDO as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10. 257/2001), que fixa normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, e demais normas vigentes aplicáveis à disciplina da ocupação e do uso do espaço urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação dos imóveis destacados pelas Leis 038/93 e 291/2003, deste Município;

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público local a promoção da política de desenvolvimento urbano, objetivando o pleno ordenamento das funções sociais da cidade e do território como um todo, de forma a garantir o bem-estar de suas populações, consoante inteligência do artigo 182 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, bem como os princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada o CONDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que terá como objetivo ser um Conselho Consultivo e Deliberativo, para imediata e correta tomada de decisão quanto as providências inerentes aos contratos de transferência de imóveis públicos, que tiveram como suporte as Leis Municipais n.os 038/1993 e 291/2003.

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, será composto por 12 membros, sendo seis titulares e seis suplentes, indicados sempre em duplicidade, tendo em vista que um ocupará a titularidade do Conselho e outro a suplência, pelas seguintes entidades:

a) Associação Comercial e Industrial de Nova Marilândia/MT;

b) Poder Legislativo Municipal;

c) Conselho Municipal de Habitação de Nova Marilândia/MT;

d) Associação dos Avicultores de Nova Marilândia/MT;

e) Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia/MT; e f) Secretaria de Engenharia do Município de Nova Marilândia/MT.

Parágrafo Único – Compete ao Poder Executivo Municipal prover meios de informações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 3º - A Presidência será exercida por um dos membros titulares indicados pelas entidades destacadas no art. 2º deste Decreto.

Art. 4º - Os membros do Conselho que pertençam a entidades, terão mandato até o término de suas gestões as quais representam, ou por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

Art. 5º - Os membros do CONDES, terão poderes para deliberarem, realizarem reuniões entre eles e com outras entidades Públicas e Privadas e emitirem pareceres e indicarem as providências, acerca transferências imobiliárias inerentes as Leis indicadas no art. 1º deste Decreto.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão, não terão qualquer tipo de remuneração

Art. 7º - Os componentes serão indicados pelos participantes , via ofício ao Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - Cabe a qualquer dos componentes do Conselho, solicitar a presença de Secretários Municipais e/ou outras autoridades à reunião a fim de prestação de esclarecimentos, quando ligado com as transferências dos bens públicos, por força das Leis Municipais n.os 038/1993 e 291/2003.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE –31/03/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 072/2015

EMENTA: NOMEIA O SRº. **GEOVANIO FRASNCISCO DA SILVA REIS** PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COLETA DE ENTULHOS" DO** PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica nomeado e empossado a partir do dia 01/04/2015 o Srº. GEOVANIO FRASNCISCO DA SILVA REIS, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1135258-2 - SSP/MT e CPF nº 694.136.061-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, no município de Nova Marilândia - MT, para ocupar o cargo de provimento em comissão de "CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COLETA DE ENTULHOS" lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada pela Lei Municipal nº 675/2014 do dia 10 de Março de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE – 01/04/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 070/2015

EMENTA: NOMEIA O SRº. **MANOEL VINICIOS FERNANDES DA SILVA** PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE FORA DO MUNICÍPIO" DO** PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º

- Fica nomeado e empossado a partir do dia 01/04/2015 o Srº. MANOEL VINICIOS FERNANDES DA SILVA, portador da RG Nº. 1843692-7 - SSP/MT e CPF n º 040.192.501-38, residente e domiciliado na Rua Alagoas, nº181 de Nova Marilândia-MT, para ocupar o cargo de provimento em comissão de "CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE FORA DO MUNICÍPIO" lotado na Secretaria Municipal de Saúde do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e o servidor nomeado por esta Portaria será remunerada na forma determinada pela Lei Municipal nº 675/2014 do dia 10 de Março de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE – 01/04/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 007/2015

EMENTA: FICA DECLARADO PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 02 (DOIS) DE ABRIL DO CORRENTE EXERCICIO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE ÀS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

DECRETA

CONSIDERANDO ser maior o custo benefício dos serviços prestados diante das interrupções dos feriados dos dias 03 (três) de abril de 2015 (dois mil e quinze);

CONSIDERANDO que as horas não laboradas pelos servidores, serão compensadas em igual número, oportunamente;

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 02 (dois) de abril de 2015;

Art. 2º - O presente Decreto terá efeito para todos os órgãos ligados à administração pública municipal.

Parágrafo único – Não haverá prejuízo para o interesse público, aos servidores municipais, nem para os contribuintes em geral, em face do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2015

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado *CONTRATANTE,* e de outro lado **ELETROLUZ RIO CLARO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Guanabara, nº 591 - Centro - CEP 78.435-000 no Município de São José do Rio Claro-MT, inscrita no **CNPJ 32.995.953/0001-23**, representado neste ato por **WALDEMIR DE OLIVEIRA MORO**, portador da cédula de identidade n° 464 606 SSP/MT, portador do CPF/MF 328.352.801-20, residente e domiciliada a Rua Guanabara, nº 591 - Centro - CEP 78.435-000 no Município de São José do Rio Claro-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e alterações posteriores, e pelas convenções estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 005/2015, e neste instrumento.

OBJETO: O objeto deste contrato consiste naCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE REDE ELETRICA DE BAIXA, MEDIA TENSÃO E COMPLEMENTAR NAS RUAS TATIANE, ADRIANA E DANIELE DO BAIRRO JD. TROPICAL DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

DO PREÇO: O valor da execução dos serviços, objeto do presente Contrato, importa em R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais). O valor será pago ao Contratado em 04 (quatro) parcelas no valor de R$ 13.000,00, (treze mil reais), sendo a primeira com vencimento até 30/03/2015; e as demais até o dia 30 (trinta) dos meses subsequente e a ultima com vencimento em 30/06/2015, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.

DA VIGENCIA: – O prazo do presente instrumento contratual será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.001.25.752.0061.1037.449051.000000-207.

ASSINAM:

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

João Braga Neto

Contratante

_____

ELETROLUZ RIO CLARO COM. VAREJ. DE MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA – ME

CNPJ 32.995.953/0001-23

Contratado

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro e comissão de apoio, instituída pela Portaria nº 13/2015 de 26 de Janeiro de 2015, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia 10/04/2015, às 08h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1140, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO RADIO DIFUSORA “FM” PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS PÚBLICOS E MATERIAS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subsequente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013.

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 31 de Março de 2015.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 023/2014. PREGÃO PRESENCIAL 033/2014.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA DO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro – CEP 78.445-000, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, resolve reajustar os preços da *Empresa* **METRAVEL MECANICA DE TRATORES E VEICULOS LTDA CNPJ.: 26.558.817/0001-73**, neste ato representada por Sr. Carlos Roberto dos Santos, portador do RG 620357 SSP/MT, inscrito no CPF 568.548.891-20, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 -

O objeto da licitação é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS, conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de reajustamento de Preços, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

Empresa METRAVEL MECANICA DE TRATORES E VEICULOS LTDA CNPJ.: 26.558.817/0001-73.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	Marca	Vlr. ANTERIOR	VALOR ATUAL	Vlr. Total
1	250	LT	Óleo Lubrificante 15W 40 base sintética para motores a gasolina/etanol (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	23,80	30,63	7.657,50
2	20	LT	Óleo Lubrificante 4 Tempos 20w50 Api SL (óleo lubrificante multigrau de alto desempenho para motocicletas dotadas de motores de quatro tempos (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	11,00	14,15	283,00
4	70	BD	Óleo Lubrificante Turbo 40 API: CF ZFTE-ML 04B para motores a diesel (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	145,00	186,61	13.062,70
5	150	BD	Óleo HIDRAULICO 68-DIN 51524 para tratores, maquinas e implementos agrícolas (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	135,80	174,77	26.215,50
8	60	BD	Óleo Lubrificante 140 – API: GL5 (Óleo lubrificante para engrenagens hipóides, eixos traseiros, caixas de mudança e caixa de diferenciais em geral) (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	180,00	231,66	13.899,60
11	40	FRASCO 500 ml	DOT 3 FMVSS-116 (fluido sintético de alto ponto de ebulição para uso em sistemas de freios a disco ou tambor, de veículos automotivos e tratores. (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	12,00	15,44	617,60
12	105	FRASCO 500 ml	DOT 4 FMVSS-116 (fluido sintético de alto ponto de ebulição para uso em sistemas de freios a disco ou tambor, de veículos automotivos e tratores. (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	14,62	18,81	1.975,05
13	140	LT	Óleo Lubrificante 20w50 para motores a gasolina/etanol (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	12,05	15,50	2.170,00
14	24	TAMBOR 200 KG	Graxa Mineral para Rolamentos NLG 12 (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	2.140,00	2.754,18	66.100,32
15	28	BD 20KG	Graxa Mineral para Rolamentos NLG 12 (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	230,00	296,01	8.288,28
16	55	LT	Fluido para Radiador SAE J1034 (Fluído sintético para uso em sistemas de arrefecimento de veículos automotivos.) (NÃO RECONDICIONADO)	TESXA	15,55	20,01	1.100,55
				Total	141.369,55		

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. **O reajuste é justificável, pois o governo federal deu aumento de todo produto derivado do petróleo como pneus, borracha, gasolina, óleo diesel e outros, assim como se não bastasse deve se levar em consideração a alta do dólar moeda de compra desses produtos citados, o que acarreta desequilíbrio entre as partes aqui contratado.**

3.2. O referido aumento foi anunciado pelo Conselho de Administração da Petrobrás no dia 06/02/2015, portanto fica justificado o pedido de reequilíbrio.

Reajuste do valor para o licitante:

- Reajuste 28,7% por cento para Lubrificantes.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2014, PREGÃO PRESENCIAL 033/2014 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 31 de Março de 2014.

_____ _____

Município de Nova Maringá METRAVEL MECANICA DE TRATORES E VEICULOS LTDA

JOÃO BRAGA NETO Carlos Roberto dos Santos

Contratante Contratado

TESTEMUNHAS:

MANOEL DA COSTA CAMPOS

Secretario Geral de Administração

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 037.865.001-77

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2015

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado *CONTRATANTE,* e de outro lado Sr. **MARCOS MARINHO PEREIRA DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 286.826.703-30 e portador da Cédula de Identidade RG nº 677780, SSP/PI, residente e domiciliado neste município, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, alterações posteriores e neste instrumento.

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INSTRUÇÃO DE CURSO VIOLÃO NO DISTRITO DE BRIANORTE,** visando a formação de crianças e adolescentes

,

para o Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos - PBVA-SCFV.

DO PREÇO: **O valor da execução do objeto do presente Contrato, importa em R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). - O valor será pago ao contratado em 06 (três) parcelas iguais de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), com vencimento até o dia 10 do mês subsequente, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.**

DA VIGENCIA: **– O prazo do presente instrumento contratual é de 06 (seis) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura 31/03/2015, com seu término em 30/09/2015, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.**

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

09.002.08.244.0091.2061.339036000000-368

ASSINAM:

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

MARCOS MARINHO PEREIRA DOS SANTOS

Contratado

TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2014

RETIFICA-SE O SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2014, PUBLICADO NO JORNAL ELETRÔNICO DA AMM/MT NA DATA DE 17/03/2015.

ONDE SE LÊ:

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2014

LEIA-SE:

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2014

Nova Maringá – MT, 31 de março de 2015.

_____

JOÃO BRAGA NETO

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

TESTEMUNHAS:

_____ _____

LEOSANDRA Ap. PAZ DALLA MANOEL DA COSTA CAMPOS

Sec. Mun. de Saúde e Saneamento Sec. De Administração

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 023/2014

TOMADA DE PREÇOS 004/2014.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o *MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,* Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **EMPRESA SILVA & BRIZOLA LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua JOÃO PAULO II Nº 54, Jardim Ouro Verde - CEP. 78.370-000, Nova Olímpia - MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 19.409.914/0001-39 LTDA– ME, representado neste ato por GILMAR DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº. 615.918.311-72 e do RG n.º 1186404-4 SEJUSP/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 **– Fica O CONTRATO n.º 023/2014 celebrado entre as partes supra discriminadas prorrogado por mais 250 (duzentos e cinquenta) dias, com base na Clausula sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 02 de Março de 2015 e término em 10 de Novembro de 2015.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

2.2 - **As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.**

Nova Maringá – MT, aos 02 de Março de 2015.

_____ _____

Município de Nova Maringá SILVA & BRIZOLA LTDA – ME

JOÃO BRAGA NETO Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ _____

LEOSANDRA Ap. PAZ DALLA MANOEL DA COSTA CAMPOS

Sec. Mun. de Saúde e Saneamento Sec. De Administração

TERMO DISTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

DISTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E ROSELI FELICIO DE OLIVEIRA.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n. º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado Sra. **ROSELI FELICIO DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, inscrito no CPF/MF sob nº 267.130.328-93 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 268122647, SSP/MT, residente e domiciliado neste município, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.

O presente DISTRATO tem como objeto a rescisão do CONTRATO N.º 05/2015 e seus termos aditivos, cujo objeto contratação de profissional para prestação de serviço especializado de facilitadora de curso de corte e costura no município de Nova Maringá/MT, para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - PBVA-SCFV.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONSIDERAÇÕES DO DISTRATO

02.1 – As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato n.º 05/2015, fincado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus obrigacional advindo do mesmo.

02.2 – Todas as cláusulas e condições contidas no presente restam desde já DISTRATADOS. 02.3 – Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato n.º 05/2015, não havendo quaisquer pendências recíprocas, firmando inclusive que, em função dos termos do presente, resta vedado pleitear judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido contrato. 02.4 – O presente DISTRATO passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura do mesmo. 02.5 – Pelo presente Termo, o CONTRATADO declara que não há nada a reclamar e nenhum motivo para exigir quaisquer pagamentos com alusão ao contrato ora distratado, renunciando a quaisquer outros valores, seja a que título for.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

03.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

03.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT, 31 de março de 2015.

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

ROSELI FELICIO DE OLIVEIRA

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Luciana Garcia Harala Roberto de Lima

CPF nº 786.955.701-34 CPF nº 827.430.611-20

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2015

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n. º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado *CONTRATANTE,* e de outro lado **REGINA PEREIRA DA SILVA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 006.596.701-19 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 791374, SSP/MT, residente e domiciliada neste município, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, alterações posteriores e neste instrumento.

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE FACILITADORA DE CURSO DE ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** visando a formação para a participação e cidadania, desenvolvendo o protagonismo e a autonomia das famílias em varias faixas etárias**,** para o Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos - PBVA-SCFV.

DO PREÇO:

O valor da execução do objeto do presente Contrato, importa em R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). O valor será pago ao contratado em 06 (seis) parcelas iguais de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), com vencimento até o dia 10 do mês subsequente, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.

DA VIGENCIA: **O prazo do presente instrumento contratual é de 06 (seis) meses, iniciando a vigência na data de sua assinatura 24/03/ 2015, com seu término em 24/09/2015, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.**

DOTAÇÂO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

09.002.08.244.0091.2061.339036.000000-368.

ASSINAM:

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

REGINA PEREIRA DA SILVA

Contratado

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 014/2014

TOMADA DE PREÇO 002/2014

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **EDILSON CESAR DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 864242 SSP/MT e do CPF n.º 412.137.851.20, filiação: Adenoaldo dos Santos e Aparecida Mozeiro dos Santos, natural de Capezal do Sul/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **EMPRESA SILVA & BRIZOLA LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua JOÃO PAULO II Nº 54, Jardim Ouro Verde - CEP. 78.370-000, Nova Olímpia - MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 19.409.914/0001-39 LTDA– ME, representado neste ato por GILMAR DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº. 615.918.311-72 e do RG n.º 1186404-4 SEJUSP/MT, doravante simplesmente denominado CONTRATADO, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – O presente termo tem por objeto a supressão de supressão de R$ 7.903,08 (sete mil novecentos e três reais e oito centavos) do valor total contratado, referente ao seguinte item:

ITEM/ COD	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT S/ BDI (R$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R$)	TOTAL (R$)
73931/ 001	Estrutura de madeira aparelhada para telha ondulada de fibrocimento, alumínio ou plástica apoiada em laja ou paredes	M²	261,00	24,24	30,28	7. 903,08

01.2 A supressão contratual é necessária para readequar o contrato nos termos artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nova Maringá – MT, 05 de janeiro de 204.

_____ _____

Município de Nova Maringá SILVA & BRIZOLA LTDA – ME

EDILSON CESAR DOS SANTOS Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ _____

LEOSANDRA Ap. PAZ DALLA MANOEL DA COSTA CAMPOS

Sec. Mun. de Saúde e Saneamento Sec. De Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
DECRETO Nº 028/2015.

DE 31 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: “ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NO DIA 02 DE ABRIL”

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica alterado o horário de funcionamento no dia 02 de Abril de 2015.

Parágrafo Único - O horário de funcionamento da Administração no dia 02 de Abril será das 07:00 as 11:00 horas

ARTIGO 2º - Os serviços públicos de urgência e emergência nas áreas de Saúde e Obras terão atendimento normal, no dia referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 31 de Março de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º074/2015

De 30 de Março de 2015

SÚMULA: “CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA”..

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 17 de Março de 2015,

RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva, SILVANA APARECIDA PECINATO, cargo de Assistente de Controle Admnistrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 30 de Março de 2015, com vencimentos integrais e demais vantagens da função

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 30 de Março de 2015

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2015 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2015 - *CLASSIFICAÇÃO FINAL*

A Comissão do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE PESSOAL VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO – ANO 2015**, designada pela Portaria nº 951/2015, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e demais legislações e aplicáveis à espécie,

torna público; torna público o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº. 001/2015.

PORTADORES NECESSIDASES ESPECIAIS			
CARGO:	Agente de Endemias		
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
047	Luciana do nascimento Ramos	3.0	42º- LUGAR Desclassificado

DEMAIS INSCRIÇÕES: Agente de Combate as Endemias

Nº DA INSCRIÇÃO	Agente de Endemias	PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇAO
041	Jonhatha de Oliveira da Silva	10.0	1º - LUGAR Classificado
035	Wesley Sidney dos Santos	10.0	2º - LUGAR Classificado
053	Ryan Richelle Almeida	10.0	3º - LUGAR Classificado
028	Beatriz Tavares dos Santos	10.0	4º - LUGAR Classificada
014	Wilk França Costa	10.0	5º - LUGAR Classificado
051	Eliezer de Jesus Silva	9.0	6º - LUGAR Classificado
032	Poliana Santana Bueno	9.0	7º - LUGAR Classificada
005	Mirian de Paula Silva	9.0	8º - LUGAR Classificada
040	Vanessa Batista da Costa	9.0	9º - LUGAR Classificada
036	Nair Manoela Lucas	8.0	10º - LUGAR Classificada
015	Mária Ferreira Coelho	8.0	11º - LUGAR Classificada
042	Vitor Matheus Tavares Lopes	8.0	12º - LUGAR Classificado
020	Patrícia Vieira Barbosa	7.0	13º - LUGAR Classificada
027	Marciane Bergemeier Freitas	7.0	14º - LUGAR Classificada
001	Tathiane Ferreira de Rezende	7.0	15º - LUGAR Classificada
012	Lucimar Florentino de Aneris	7.0	16º - LUGAR Classificada
011	Debora Miranda Moura Sobrinho	7.0	17º - LUGAR Classificada
023	Francielly Antunes Giacomini	7.0	18º - LUGAR Classificada
043	Rosa Helena Alves de Lima	6.0	19º - LUGAR Classificada
049	Michele de Castro Gomes	6.0	20º - LUGAR Classificada
054	Ivone Barbosa Santana	6.0	21º - LUGAR Classificada
002	Fermina de Sousa Rodrigues	6.0	22º - LUGAR Classificada
007	Luzaine Alves Gomes	6.0	23º - LUGAR Classificada
030	Iolanda Laura de Souza	6.0	24º - LUGAR Classificada
022	Rosiene Alves de Lima	6.0	25º - LUGAR Classificada
024	Lorrany Fernandes dos Santos	6.0	26º - LUGAR Classificada
048	Lorena Cristina Aleixo da Silva	6.0	27º - LUGAR Classificada
034	Karita Dayane da Silva de Oliveira Menezes	6.0	28º - LUGAR Classificada
039	Leinimar Vieira Cavalcante	6.0	29º - LUGAR Classificada
026	Oséias Junior Lima de Souza	6.0	30º - LUGAR Classificado
037	Maria Aparecida Ribeiro	5.0	31º - LUGAR Desclassificada
016	Valdivina Florentino de Aneris	5.0	32º LUGAR Desclassificada
052	Daiane Otoni Ribeiro	5.0	33º - LUGAR Desclassificada
013	Bruno Rodrigues da Silva	5.0	34º - LUGAR Desclassificado
008	Affonso Rodrigues de Azeredo	5.0	35º - LUGAR Desclassificado
017	Manoel Ferreira Coelho	4.0	36º - LUGAR Desclassificado
025	Eliane Afonso de Sousa	4.0	37º - LUGAR Desclassificada
006	Adenilsa Gomes dos Anjos Rodrigues	4.0	38º - LUGAR Desclassificada
046	Marcelo da Costa Castro	4.0	39º - LUGAR desclassificado
033	Diuglas de Queiroz	3.0	40º - LUGAR Desclassificada
050	Antônio Carlos Batista da Costa	3.0	41º - LUGAR Desclassificado
003	Rosane Fernandes Santana	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
004	Lindolfo Antônio de Morais	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificado
009	Rosemar dos Anjos Menezes Santos	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
010	Deigimar Bueno Pereira	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
019	Claudineia da Silva Amorim	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
021	Luciene Rodrigues de Souza	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
029	Alisete A. de Oliveira Souza	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
031	Susana de Sousa Meireles	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
044	Chistyan Douglas Reckziegel	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificado
045	Dayane Santos Gonçalves	0.0	NÃO COMPARECEU Desclassificada
018	Jordelma Campos sales	0.0	NÃO COMPARECU Desclassificada
038	Divina Auclesia Soares Malheiros	0.0	NÃO COPARECEU Desclassificada

Nova Nazaré, 30 de Março de 2015.

BEATRIZ DE SOUSA LIMA RODRIGUES DE AZEREDO

Presidente Comissão Processo Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3093/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADO: FRANCISCO DA SILVA CUNHA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3093/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratado: FRANCISCO DA SILVA CUNHA

Cargo/Função: Professor

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3115/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ANDREZA LEANDRO DA SILVA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3115/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ANDREZA LEANDRO DA SILVA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3117/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ZILDA DE CASTILHO AGRA SILVA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3117/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ZILDA DE CASTILHO AGRA SILVA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3099/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: VERA LUCIA FIGUEIREDO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3099/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: VERA LUCIA FIGUEIREDO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3101/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: VANDREZA VALERIA BRABILA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3101/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: VANDREZA VALERIA BRABILA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3090/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: VANDERLEIA DE SOUZA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3090/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: VANDERLEIA DE SOUZA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3085/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: TEREZA CRISTINA DE SOUZA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3085/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: TEREZA CRISTINA DE SOUZA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3116/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: SILVANIA MARTINS DE ARAUJO BATISTA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3116/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: SILVANIA MARTINS DE ARAUJO BATISTA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3105/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: SANDRA GIOVANA SANTANA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3105/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: SANDRA GIOVANA SANTANA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 23/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3121/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADO: ABNER ALCANTARA DOS SANTOS

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3121/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratado: ABNER ALCANTARA DOS SANTOS

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3109/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ROSINETE LEMES DE MORAIS DO NASCIMENTO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3109/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ROSINETE LEMES DE MORAIS DO NASCIMENTO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12004/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TRANSPORTE, ESCOLAR DIRECIONADOS AO TRANSPORTE RURAL E RODOVIÁRIO PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT-CNPJ 03.238. 920/0001-30.

CONTRATADAS: O DA SILVA CEBALHO TURISMO ME valor de R$ 98. 780,00 (noventa e oito mil e setecentos e oitenta reais); **NEUZA MARIA MACHADO - ME** valor de R$ 231.795,00 (duzentos e trinta e um mil e setecentos e noventa e cinco reais); JTO SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA ME valor de R$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 30/03/2015 a 30/03/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 420.375,00(quatrocentos e vinte mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Nova Olímpia/MT 31 de Março de 2015

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3097/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ROSANGELA SILVA MARANHÃO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3097/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ROSANGELA SILVA MARANHÃO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3124/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ROSANA FRANCO SILVA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3124/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ROSANA FRANCO SILVA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3103/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: PAMELA SOTERO CAMARGO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3103/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: PAMELA SOTERO CAMARGO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3096/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: OZENIDE DA SILVA MOREIRA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3096/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: OZENIDE DA SILVA MOREIRA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3120/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ODILENE MARIA FERNANDES

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3120/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ODILENE MARIA FERNANDES

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3118/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: NEIVA CARVALHO COSTA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3118/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: NEIVA CARVALHO COSTA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3108/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: NANCI FRANCINI BEHRENZ

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3108/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: NANCI FRANCINI BEHRENZ

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3123/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: MARIA ROZENI SANTANA LOBO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3123/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: MARIA ROZENI SANTANA LOBO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3113/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: MARIA DORLI MOREIRA DE LIMA BERTOLDO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3113/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: MARIA DORLI MOREIRA DE LIMA BERTOLDO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3112/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: MARIA ANGELA SATINGER PINHO PATELLI

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3112/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: MARIA ANGELA SATINGER PINHO PATELLI

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3095/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: LUCIMAR PADILHA DE MORAES

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3095/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: LUCIMAR PADILHA DE MORAES

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3122/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: LISA DANIELLE DE SOUSA CARVALHO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3122/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: LISA DANIELLE DE SOUSA CARVALHO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3088/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: LEIDIANA NONATA PEREIRA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3088/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: LEIDIANA NONATA PEREIRA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3098/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADO: KREVERSON VIERA DE ARRUDA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3098/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratado: KREVERSON VIERA DE ARRUDA

Cargo/Função: Professor

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3089/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: JUCIELE SINDIAMARA DE SOUZA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3089/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: JUCIELE SINDIAMARA DE SOUZA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3110/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: JOZILENE NUNES DA COSTA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3110/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: JOZILENE NUNES DA COSTA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3086/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: JOANIZE CRISTINA CORREA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3086/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: JOANIZE CRISTINA CORREA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3091/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: JAINE MARIANY GOMES DE OLIVEIRA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3091/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: JAINE MARIANY GOMES DE OLIVEIRA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3094/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: IVANIR GONÇALVES ALVES

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3094/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: IVANIR GONÇALVES ALVES

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3100/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: CAROLINE MOREIRA ALVES

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3100/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: CAROLINE MOREIRA ALVES

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3087/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: IRACILDA GABRIEL DA SILVA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3087/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: IRACILDA GABRIEL DA SILVA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3107/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: CLEONICE ROBERTO DE MELO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3107/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: CLEONICE ROBERTO DE MELO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3114/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3114/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3102/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: DANIELA DE CARVALHO

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3102/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: DANIELA DE CARVALHO

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3106/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: EDIANA DIAS PAVAN

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3106/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: EDIANA DIAS PAVAN

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 27/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3104/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ADILAINE BRITO PEREIRA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3104/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ADILAINE BRITO PEREIRA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3119/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ADINEIA SANTOS SOUZA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3119/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ADINEIA SANTOS SOUZA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 3092/2015 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT CONTRATADA: ADRIANA DOS SANTOS ALMEIDA OLIVEIRA

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público nº 3092/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

Contratada: ADRIANA DOS SANTOS ALMEIDA OLIVEIRA

Cargo/Função: Professora

Vencimento Mensal: 1.452,07 (Um mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e sete centavos)

Vigência: 19/03/2015 **e o final** 23/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 065/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: GENÉSIO F DE SOUZA & CIA LTDA ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO na Clausula Quinta do Contrato nº. 065/2014, que tem como o objeto a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO COM ESTRUTURA METÁLICA COM ÁREA 1000M² (MIL) METROS QUADRADOS COM A FINALIDADE DE USO COMO ALMOXARIFADO E ABRIGO PARA AS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DE NOVA SANTA HELENA, Conforme Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 001/2014.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica alterado o Prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057/2013

Nono Termo Aditivo ao Contrato nº. 057/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: R. M. DA SILVA JÚNIOR & CIA. LTDA - ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo do Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA nº. 057/2013, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ATEC E EXECUÇAO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS DO PÚBLICO ALVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 036/2013.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Alterar a Cláusula Sexta - dos prazos do Contrato Original, onde a vigência do referido contrato será até 30 de junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2013

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº. 058/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: R. M. DA SILVA JÚNIOR & CIA. LTDA - ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo do Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA nº. 058/2013, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – ATEC DO PROGRAMA PNHR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABAIXO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 035/2013.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Alterar a Cláusula Sexta - dos prazos do Contrato Original, onde a vigência do referido contrato será até 30 de junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DECIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO na Clausula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº. 048/2013, que tem como o objeto a Execução da EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO (CASA DO ARTESANATO), CORRESPONDENTE A UMA ÁREA CONSTRUIDA DE 230,40M², Conforme Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 005/2012.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica alterado o Prazo de vigência até o dia 30 de Junho de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2014

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 073/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: GRAMEIRA SINOP LTDA – ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO na Clausula Sexta do Contrato nº. 073/2014, que tem como o objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 2000 M² DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO E 30 (TRINTA) MUDAS DE COQUEIRO TIPO COCO DA BAHIA ANÃO (COCUS NUCIFERA) COM NO MÍNIMO 2 m DE ALTURA CADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DAS RESPECTIVAS MUDAS E GRAMA COM EXECUÇÃO DO PROJETO PAISAGÍSTICO DA ESCOLA "BRANCA DE NEVE".

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica alterado o Prazo de vigência até o dia 30 de Junho de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CANCELAMENTO PREGAO PRESENCIAL 013/2015

A PREFEITURA DE NOVA SANTA HELENA INFORMA QUE A LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 013/2015, DE TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, REFERENTE À REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE CARDIOLOGIA, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos; que estava previsto para acontecer no dia 31/03/2015 teve resultado como CERTAME CANCELADO – *vez que houve APENAS UM PARTICIPANTE INTERESSADO E ESTE, NÃO TRABALHAR COM TODOS OS ITENS LICITADOS, HOUVE A NECESSIDADE DE CANCELAMENTO DO CERTAME E SER FEITO NOVO PROCESSO LICITATÓRIO FUTURAMENTE. JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO, PREGOEIRO OFICIAL.*
31 de março de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074/2014

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº. 074/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: FUHR & CIA LTDA - ME

Data Assinatura: 31 de março de 2015

Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO do Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA nº. 074/2014, que tem como o objeto o seguinte: LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) TRANSFORMADOR 75KVA 34,5KV, 2 (DOIS) POSTES DE CONCRETO 11/600, 2 (DOIS) PADRÕES TRIFÁSICOS COM DISJUNTOR GERAL E DEMAIS COMPONENTES RELATIVOS AOS MESMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO E DE INSTALAÇÃO DOS TRANSFORMADORES, POSTES DE CONCRETO E PADRÕES CITADOS ACIMA, E SEREM INSTALADOS NA ESCOLA MUNICIPAL "BRANCA DE NEVE". LOTE 02: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO DE REDES ELÉTRICAS INDEPENDENTES PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE ÁR CONDICIONADO NA ESCOLA ANTERIORMENTE MENCIONADAS.LOTE 03: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS ELÉTRICOS ADQUIRIDOS PARA AS REDES ELÉTRICAS REFERIDAS ACIMA

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Alterar a Cláusula Sexta e Décima Primeira - dos prazos do Contrato Original, onde a vigência do referido contrato será até 30 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.668, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.668, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Paulo Henrique de Oliveira Barbosa, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Antonio Alves de Souza e Cia Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Paulo Henrique de Oliveira Barbosa**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional n.º 3726, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.672, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.672, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Suzete Madair Miranda, para atuar na fiscalização de contrato**, **e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Supermercado Celeiro Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Suzete Madair Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional n.º 3618, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.664, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.664, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Elivani Oliveira Soares, para atuar na fiscalização de contrato**, **e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Antonio Alves de Souza e Cia Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Elivani Oliveira Soares**, Gari, Matrícula Funcional n.º 3674, lotada junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Vias Públicas, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.675, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.675, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Lilian da Rocha, para atuar na fiscalização de contrato, **e dá outras providências.**

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Supermercado Celeiro Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Lilian da Rocha, Enfermeira, Matrícula Funcional n.º 3889, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.665, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.665, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Valdivino Antonio da Costa, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Antonio Alves de Souza e Cia Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Valdivino Antonio da Costa**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional n.º 22, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.667, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.667, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Olga Maria Aires de Almeida, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Antonio Alves de Souza e Cia Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Olga Maria Aires de Almeida**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional n.º 139, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.671, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.671, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Gisele Cristina Ferreira, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Supermercado Celeiro Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Gisele Cristina Ferreira**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional n.º 651, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Vias Públicas, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.663, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.663, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Antonio Carlos Ruoso Limberger, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Antonio Alves de Souza e Cia Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Antonio Carlos Ruoso Limberger**, Chefe da Divisão de Desporto Escolar, Matrícula Funcional n.º 3791, lotado junto a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.670, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.670, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Cerisvaldo Caetano de Brito, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Supermercado Celeiro Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Cerisvaldo Caetano de Brito**, Secretário Municipal de Desporto e Lazer, Matrícula Funcional n.º 776, lotado junto a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.661, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.661, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a designação de Nemias Batista Pereira, **e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 240 da Lei Municipal n.º 1.753, de 03 de dezembro de 2013, que **dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT**,**resolve**:

Art. 1º Designar **Nemias Batista Pereira** – Advogado - OAB 4544 B-MT, para, como Defensor Dativo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar nº 027/CPPA/2015, a que responde o acusado

Rivair Fernandes da Silva Ribeiro

, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional n.º 754, que, regularmente intimado através de citação pessoal não compareceu para oitiva no dia e hora marcados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.669, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.669, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Elisângela Firmino Maia Araújo da Silva, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Supermercado Celeiro Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Elisângela Firmino Maia Araújo da Silva, Atendente, Matrícula Funcional n.º 82, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2.015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2.015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 16 de abril de 2.015, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e através sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br. ó link Licitação.

Nova Xavantina – MT, 16 de abril de 2.015.

DANILO PEREIRA DE ARAUJO **Pregoeiro Oficial.**

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.677, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.677, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de Celma Souza Sobrinho, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com o resultado final do Concurso Público Municipal n.º 001/2012, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que

dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,

de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21de outubro de 2014, que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Nomear Celma Souza Sobrinho, brasileira, portadora da CI/RG n.º 1112699-0-SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 801.798.941-53, para exercer em estágio probatório a função de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 31 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.676, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N.º 6.676, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Ednaldo Fragas da Silva, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município; **resolve**:

Art. 1º A pedido, exonerar

Ednaldo Fragas da Silva

, que exercia a função de Secretário Municipal de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 5.562/2013.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 31 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.674, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.674, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Vanderlene Maria de Oliveira, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Supermercado Celeiro Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Vanderlene Maria de Oliveira**, Professora – Chefe da Direção das Escolas Rurais, Matrícula Funcional n.º 1178, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para **Contratação de pessoa jurídica (empresa) para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino do Município de Nova Xavantina – MT**, às 10h00min (horário de Brasília) do dia 30 de abril de 2.015, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br. ó **link Licitação.** Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 31 de março de 2.015.

DANILO PEREIRA DE ARAUJO

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.666, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.666, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Murilo Passarelli, para atuar na fiscalização de contrato, **e dá outras providências.**

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Antonio Alves de Souza e Cia Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Murilo Passarelli, Biólogo, Matrícula Funcional n.º 3909, lotado junto a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.662, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.662, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação **Adriano Dias de Souza, para atuar na fiscalização de contrato**, **e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa

Antonio Alves de Souza e Cia Ltda

para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Adriano Dias de Souza, Chefe da Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional n.º 3327, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.673, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 6.673, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Arinos Oliveira Serpa, para atuar na fiscalização de contrato, **e dá outras providências.**

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 19/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Supermercado Celeiro Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2.015, resolve:

Art. 1º Nomear Arinos Oliveira Serpa, Assistente Administrativo – Chefe da Divisão de Meio Ambiente, Matrícula Funcional n.º 3580, lotado junto a Secretaria Municipal de Turismo de Meio Ambiente, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 19/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 19/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 30 de março de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DECRETO Nº 025/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Artigo. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, nos órgãos da Administração Pública Municipal, no dia 02 de abril de 2015 (Quinta-feira Santa) em virtude do feriado do dia 03 de abril de 2015, (Sexta-feira Santa).

Artigo. 2º - Os dispostos no Artigo 1º, não se aplicam aos plantões necessários às atividades de caráter essencial.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 31 de março de 2015.

João Antônio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Srª: **Melissa Raimundi Rodrigues,** brasileira, maior, portadora do RG: 2130100-0 SSP/MT e do CPF:nº 045.344.601-98,servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Administração** no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 29/03/2015 a 27/04/2015 com retorno no dia 28/04/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 27 de março de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 024/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº: 8.142 de Dezembro de 1990.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde, a se realizar no dia 06 de maio de 2015 em Novo Horizonte do Norte, que desenvolverá seus trabalhos com o tema: **"Saúde Pública e Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".**

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal de Saúde, será Presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, e na sua ausência, pela coordenação da Conferência.

Art. 3º O Regimento interno da 5ª Conferência Municipal de Saúde será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e editado mediante portaria do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 4º As despesas com a realização da 5ª Conferência Municipal de Saúde ocorrerão dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2014

PREGÃO: N.º 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO: N.º 001/2015

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o **CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93**, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.

João Antonio de Oliveira

, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 755911 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 580.988.101-78, RESOLVE REALINHAR OS PREÇOS da empresa Jair Pereira Duarte - EPP, inscrita no CNPJ: 01.169.309/0001-72,

localizada a Rodovia BR J3, Saída para Porto dos gaúchos s/nº. Novo Horizonte do Norte – MT – CEP: 78.570-000, representada legalmente pelo Sr. Jair Pereira Duarte, portador do RG: 0101211-8 SSP/MT e CPF: 827.388.668-91, em conformidade com o Item 4 subitem 4.2. letra “a” da Ata de Registro de Preços 004/2015, bem como o artigo 17 do Decreto Federal 7.892/2013, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações.

1. DO OBJETO

Realinhamento de preços de combustíveis em especifico dos itens 05 – Óleo Diesel e 06 – Gasolina Comum e 07 - Etanol mediante solicitação da empresa fornecedora acima citada, conforme notas fiscais e pesquisa de mercado em anexo.

2. DA JUSTIFICATIVA

O fornecedor acima citado enviou a esta prefeitura solicitação de Realinhamento de Preços, justificando aumento de preços comprovado através de notas fiscais e pesquisa de preços realizadas pelo setor de compras desta prefeitura, ficando constatado que o reequilíbrio econômico financeiro do preço registrado na referida ata quando da licitação seria o procedimento mais vantajoso.

3. DOS VALORES REALINHADOS

Item	Descrição produto Abastecimento em Novo H. do Norte	Marca	Valor Unitario Registrado	Valor Unitário Realinhado
05	Óleo diesel Comum	Idaza	3,14	3,34
06	Gasolina comum	Idaza	3,69	3,93
07	Etanol	Idaza	2,34	2,42

As demais clausulas da Ata de Registro de Preços 004/2015, se manterão inalteradas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 30 de Março de 2015.

JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Contratante

JAIR PEREIRA DUARTE – EPP

CNPJ: 01.169.309/0001-72

Jair Pereira Duarte

Fornecedor/Signatário

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015 PROCESSO N.º 006/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada através da Portaria 006/2015, de acordo com a Lei n° 8666/93, torna público a **prorrogação** licitação na modalidade Tomada de Preços. *O***bjeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para Implantação, Adaptação e Modernização de Biblioteca no Município de Novo Horizonte do Norte com área construída de 122,40 m/2**, conforme especificado no anexo I do edital. Nova data para inicio da sessão: **Dia 17/04/2015,** ás **08h00min**, horário local, na sala de licitações desta prefeitura. Os interessados a adquirir cópia do edital atualizado poderão acessar o endereço eletrônico http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Concorrencia-Publica/ ou ainda solicitar nos endereços de email licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br ou licitacaonhn@hotmail.com ou pelo telefone (66) 3559 1900.

Novo Horizonte do Norte - MT, 31 de Março de 2015.

JULIANO GAMBA

Presidente CPL

PORTARIA N.º 070/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar os Servidores: *RANTER FERREIRA BARROS matrícula: 767, MARCOS RAFAEL DE SOUZA matrícula: 836, AGEU SOUZA DE LIMA matrícula: 958*, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Sindicância, incumbida de apurar no prazo de 30 (trinta) dias as possíveis irregularidades referente ao fato envolvendo o veículo Ônibus Volkswagen Placa**: OBG 4343,** conduzido pelo motorista **José Luiz de Souza Santos**, **matrícula: 866,** lotado a Secretaria Municipal de Educação a serviço do transporte escolar de alunos da zona rural que perfazia o trajeto da comunidade Santa Lúcia, destino as escolas públicas de ensino na zona urbana. Para isso será dado a abertura a Sindicância com a função de ser esclarecido o determinado fato cujo esclarecimento e apuração são de interesse da autoridade que determinou sua instauração.

Art. 2º - A comissão terá o prazo de 30 dias, para concluir os seus trabalhos, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 3º - Após concluir os Trabalhos e emitidos o parecer da Comissão, seja concluso os presentes autos, para posteriores deliberações, ao EXMO. SR. Prefeito Municipal.

Art 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2015.

JOAO ANTONO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 026/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO que a utilização de testada, passeio e vias públicas para a colocação de entulhos destinados à coleta e remoção, deve ser disciplinada de modo a garantir a segurança, a higiene e saúde da população e tem por finalidade manter o município limpo.

CONSIDERANDO, ainda, que a escassez de caminhão e maquinários necessários à execução dos serviços inviabiliza a remoção diária e regular dos entulhos pela Municipalidade,

CONSIDERANDO, a determinação constante nas Leis Municipais nºs 1090, de 10 de março de 2015 e 1091, de 10 de março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º- Os serviços de coleta e transporte de entulhos, terras, sobras de materiais de construção e resíduos de qualquer natureza, bem como: serviços de limpeza de terrenos baldios passam a ser disciplinados pelo presente decreto.

Art. 2º- Fica expressamente proibido a colocação, depósito e armazenamento dos resíduos, serviços de limpeza de terrenos baldios a que se refere o presente decreto nas testadas dos imóveis, passeios ou vias públicas;

Art. 3º- Os entulhos e resíduos mencionados no parágrafo anterior deverão ser destinados na localidade do Imóvel Rural denominado Viveiro chácara nº 30 Gleba Ibitinga, próximo a Aspunort.

Art. 4º- Todos e quaisquer danos ao patrimônio público, ao pavimento, ao passeio, à sinalização, ou a outros equipamentos urbanos, que venham a ser causados pela colocação ou permanência de entulhos na via pública, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte que arcará com os respectivos custos de substituição, execução e reinstalação.

Art. 5º- Os agentes do Departamento de Fiscalização Municipal, atendendo ao interesse público e à situação excepcional, poderão determinar, a qualquer tempo, que, em caráter de urgência, o usuário/munícipe retire os entulhos do local, ainda que regularmente colocados, mesmo que não esgotado o prazo autorizado e previsto para a coleta.

Art. 6º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 31 de março de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA Nº. 86/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 86/2015

De 30 de Março de 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1°

- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001, no período de 03/03/2015 à 01/06/2015 o servidor efetivo, Sr. MARCOS JOSE CHRISTIANINI, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 18023037 SSP/MT e do CPF sob o nº 009.567.491.86, no cargo de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizante, devidamente matriculada sob o nº 930, referente o período aquisitivo de 01/10/2017 à 30/09/2012.

Artigo. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 03 de Março de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Novo Mundo/MT, em 30 de Março de 2015.

_____

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 087/2015.

PORTARIA N.º 087/2015.

De 30 de março de 2015.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do

PREVI-MUNDO

, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados e perícia médica de 01/03/2015 à 24/04/2015, à servidora Sra. ROSA MARIA ROSATO, portadora do RG nº 1003699 SSP/MT e do CPF nº 889.284.541.15, servidora Efetiva no cargo de Apoio Administrativo Profissionalizado Merendeira, matriculada no DRH sob o nº 38.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.com efeitos a partir de 01/03/2015

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 30 De Março de 2015

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

Nos termos do Contrato nº. 31/2015, de 24/03/2015, firmado entre o Município de **NOVO SÃO JOAQUIM**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e a empresa **EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.461.691/0001-84, para a EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO, fica a CONTRATADA AUTORIZADA a executar os serviços caracterizados abaixo:

Serviço: REFORMAS E AMPLIAÇÕES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.

Local: MT-110 KM 01 – PARQUE DE EXPOSIÇÕES NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM - MT

Valor Global: R$ 82.005,72 (oitenta e dois mil e cinco reais e setenta e dois centavos), conforme planilha de preços em anexo.

Novo São Joaquim - MT, 31 de Março de 2.015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

HIGGOR PINHO E SILVA

CREA MG175819/LP

DECRETO 014/2015

DECRETO Nº 014/2015

31/03/2015

"DECRETA PONTO FACULTATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Leonardo Farias Zampa,

Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município de Novo São Joaquim-MT;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 02 de Abril de 2015, data que antecede o Feriado Nacional de Sexta-feira Santa.

Parágrafo Único – Todos os órgãos e setores da administração pública da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, voltarão aos seus expedientes normais no dia 06 de Abril de 2015 a partir das 07:00 horas.

Os setores de serviços considerados essenciais terão seus expedientes normais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos trinta e um dias do mês de Abril de 2015.

Leonardo Farias Zampa

Pref. Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N 1082/2015

DECRETONº1082/2015.FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1154/2014, de 05 de dezembro de 2014, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 106.000,00 (Cento e Seis Mil Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo. :

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

08.004.08.243.0015.2058.3190.04.00.00.....R$ 5.000,00

08.002.08.241.0015.2050.3390.39.00.00.....R$35.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Imp. E de Trasnf. De Impostos – Educação

06.001.04.122.0002.2026.3390.36.00.00.....R$60.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.365.0010.2037.3390.36.00.00.....R$6.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 106.000,00

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

08.001.04.122.0002.2043.3390.39.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Transferência de Imp. e de Transf. de Imposto - Educação.

06.001.04.122.0002.1091.4490.51.00.00.....R$60.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.361.0009.2033.4490.52.00.00.....R$ 6.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 106.000,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga –MT, 02 de Fevereiro de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

02 / 02/2015.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1095 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1095 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

”Convocação de Audiência Pública para aprovação do Plano Diretor Participativo do Município de Paranatinga-MT e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, **Srº.** *VILSON PIRES*, no uso e gozo de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade de convocação de audiência pública para aprovação do Plano Diretor Participativo, objetivando a votação da minuta de lei, em cumprimento à Lei Federal n˚ 10.257/2.001, e demais normas pertinentes:

DECRETA:

Art. 1°- Fica convocada Audiência Pública para votação do Plano Diretor Participativo, nos termos da Lei Federal n˚ 10.257/2.001.

Art. 2°- A Audiência Pública será realizada no dia 16 de abril de 2015, na Câmara Municipal , das 19:00h às 22:00h.

Art. 3°- A Audiência Pública tem como objetivo geral a aprovação do Plano Diretor Participativo e como objetivos específicos, a votação das propostas constantes na minuta de lei deste instrumento legal.

Art. 4°-A minuta de lei do Plano Diretor Participativo, a ser votada na presente Audiência Pública, foi organizada, acompanhada e monitorada pela Comissão Gestora do Plano Diretor Participativo, cujos membros foram eleitos na audiência pública do dia 31 de julho de 2014, convocada pelo Decreto n˚. 1019 de 16 de julho de 2014.

Art. 5°- O processo de aprovação do Plano Diretor Participativo foi composto por debates, consultas e audiências públicas, com publicidade nos termos da Lei Federal n˚. 10.257/2.001.

Art. 6°-

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.7º - Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,30 de Março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N 1083/2015

DECRETO Nº1083/2015.FL. 01/03.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1161/2015, de 18 de fevereiro de 2015, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 364.500,00 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil Reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

08.002.08.241.0015.2050.3390.39.00.00.....R$ 17.000,00

02.001.04.122.0002.2003.3390.39.00.00.....R$40.000,00

06.002.13.392.0013.2041.3390.36.00.00.....R$26.000,00

04.001.04.122.0002.2010.3390.39.00.00.....R$32.500,00

07.001.27.812.0014.2042.3390.36.00.00.....R$10.000,00

09.001.04.122.0002.2061.3191.30.00.00.....R$5.000,00

08.004.08.243.0015.2058.3191.13.00.00.....R$2.000,00

08.004.08.243.0015.2058.3190.11.00.00.....R$27.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Imp. E de Trasnf. De Impostos – Educação

06.002.12.361.0009.2031.3390.39.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência de Rec. Nac. do Desenv. da Educação – FNDE.

06.002.12.361.0009.2031.4490.52.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.365.0010.2037.3190.04.00.00.....R$50.000,00

06.002.12.365.0010.2037.3190.13.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transferência de Rec. do Fundo de Assist. Social - FNAS.

08.003.08.244.0015.1171.3390.14.00.00.....R$10.000,00

08.003.08.244.0015.1171.3390.36.00.00.....R$15.000,00

08.003.08.244.0015.1164.3390.39.00.00.....R$10.000,00

08.003.08.244.0015.1163.3390.30.00.00.....R$10.000,00

08.003.08.244.0015.1171.3390.30.00.00.....R$40.000,00

08.004.08.244.0015.2060.3390.36.00.00.....R$10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 364.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

08.001.04.122.0002.2043.3390.39.00.00.....R$ 17.000,00

02.001.04.122.0002.1009.4490.52.00.00.....R$40.000,00

06.002.13.392.0013.1127.3390.39.00.00.....R$26.000,00

04.001.04.125.0002.1039.4490.52.00.00.....R$22.000,00

04.001.04.128.0002.1037.3390.30.00.00.....R$5.000,00

04.001.04.128.0002.1037.3390.36.00.00.....R$2.500,00

04.001.04.128.0002.1037.3390.39.00.00.....R$3.000,00

07.002.27.812.0014.1145.4490.52.00.00.....R$10.000,00

09.002.15.451.0016.1190.4490.51.00.00.....R$5.000,00

11.002.22.661.0018.2074.3390.39.00.00.....R$2.000,00

10.002.04.122.0002.2065.3190.11.00.00.....R$27.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Transferência de Imp. e de Transf. de Imposto - Educação.

06.001.04.122.0002.1091.4490.51.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência de Fundo Nac. do Desenv. da Educação - FNDE.

06.002.12.366.0012.2027.3390.39.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.361.0009.2033.3190.04.00.00.....R$ 70.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transferência de Rec. do Fundo de Assiste. Social - FNAS.

08.004.08.244.0015.1170.3390.30.00.00.....R$10.000,00

08.004.08.244.0015.1170.3390.39.00.00.....R$15.000,00

08.004.08.244.0015.1170.3390.36.00.00.....R$30.000,00

08.004.08.243.0015.2057.3390.30.00.00.....R$40.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 364.500,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga –MT, 02 de Fevereiro de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

02 / 02/2015.

_____

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2015

Contrato nº. 035/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **Airton Bresolin Serviços – Me.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Construção e Reconstrução de Ponte do Córrego Cacique, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Valor: **R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais).** Período: 30/03/2015 a 31/12/2015.

Paranatinga, 30 de março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 035/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: **O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Dispensa n° 010/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.**	Unidade Gestora: *PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA*
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Construção e Reconstrução de Ponte do Córrego Cacique, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.	
Vigência: 30/03/2015 ATÉ O DIA 31/12/2015	
Contratado: **Airton Bresolin Serviços - ME**	
Valor do Contrato: **R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)**	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor

Claudecy Barretos dos Santos

, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº 035/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 31 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

Fiscal de Contrato

Volmir Colussi

suplente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Contrato nº. 021/2011 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Distratado: **Construtora Ferreira Ltda**. Cujo objeto era contratação de empresa para construção de 50 unidades habitacionais do Programa Tô Feliz, na Comunidade Salto da Alegria no Município de Paranatinga. Data da Rescisão: 30/03/2015.

Paranatinga, 30 de Março de 2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Contrato nº. 022/2011 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Distratado: **Construtora Ferreira Ltda**. Cujo objeto era contratação de empresa para construção de 50 unidades habitacionais do Programa Tô Feliz, na Comunidade Santiago do Norte no Município de Paranatinga. Data da Rescisão: 30/03/2015.

Paranatinga, 30 de Março de 2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA Nº. 011/2015

O Município de Paranatinga – MT, através da CPL, nomeada pela portaria 022/2014 em 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Dispensa de Licitação objetivando a Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com parecer jurídico acostado aos autos, exigências do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 31 de Março de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Presidente da CPL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO/DESERTA/REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Licitação, pela modalidade, **Pregão Presencial 007/2015**, cujo objeto Registro de Preços para Aquisição de Combustíveis (álcool/etanol, gasolina comum e óleo diesel), fora do Município atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Não compareceram interessados para a Presente Licitação, sendo declarada deserta. A mesma será Republicada no dia 08/04/2015 quarta-feira às 08h.

Paranatinga-MT, 31 de Março de 2014.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 124/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Edital de Convocação nº. 003/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora

RAQUEL BENVINDO

no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 125/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a servidora

MARCIA SOUZA DE AMORIM MARIOTO,

do cargo de Chefe de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 126/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a servidora

MARLI DE FATIMA LOPES,

do cargo de Chefe de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 127/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o servidor

MAICON ALISSON WILCZAK

no Cargo de Assessor de Limpeza, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 03 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 128/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a servidora

SANDRIELEN MAIARA SOARES DE OLIVEIRA

do Cargo de CHEFE DE DIVISÃO, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 129/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADO** o servidor

DIONE FELIX SARDINHA

no Cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 04 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 130/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora

SIRLEI PEREIRA FARIAS

do cargo de CHEFE DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 04 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 131/2015.

*SÚMULA: "***DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica

NOMEADA

a senhora DAIANE MUNHOZ DOS SANTOS no Cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 05 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 132/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que, diante da necessidade o servidor foi movimentado pelo Decreto Municipal nº. 253/2013, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, e na presente data foi colocado à disposição pela referida secretaria.

DECRETA:

***Art. 1º* -** Retornar o Servidor **FERNANDO DA SILVA**, lotado no cargo de Motorista, para exercer as funções do seu cargo na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos/Saneamento.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se em especial o Decreto Municipal nº. 253/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 05 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 133/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora

ELZA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS

, do cargo de Chefe de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 05 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 134/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Processo Seletivo Público nº. 001/2014, e o Edital de Convocação nº. 001/2015, de 20 de fevereiro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica

NOMEADA

a senhora ROSIMAR DA SILVA OLIVEIRA no Cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro área 17, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 09 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 135/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Processo Seletivo Público nº. 001/2014, e o Edital de Convocação nº. 001/2015, de 20 de fevereiro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica

NOMEADA

a senhora CLECILDA FELIX DE ATHAIDE no Cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro área 28, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 09 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 136/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Processo Seletivo Público nº. 001/2014, e o Edital de Convocação nº. 001/2015, de 20 de fevereiro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica

NOMEADA

a senhora SANDRA REGINA BISPO ELIAS no Cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro área 09, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 09 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 137/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando do Edital de Convocação nº. 004/2015, de 27 de fevereiro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica

NOMEADA

a senhora GESLAINE FRANCISCO DA SILVA no Cargo de Agente Administrativo Escolar/Assentamento São Pedro, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua afixação/ ou publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 09 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 138/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DECRETO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogadoo Decreto Municipal nº. 027/2013, que designa a servidora **LUCIANE RAQUEL BRAUWERS** no cargo de Chefe do Departamento de Licitação, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 139/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a servidora **LIZANDRA BERTOLINI** do Cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 140/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o servidor

ANDRE LUIZ DE ALMEIDA

no cargo de Assessor Técnico em Finanças e Controle, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 141/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o servidor **FABIO JUVENIANO**, do cargo de

COORDENADOR DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL

, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 142/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a servidora **SANDRA APARECIDA DOS SANTOS VARGAS,** do cargo de

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS

, lotada na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 143/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADO** o servidor

ANDRE LUIZ DE ALMEIDA

no cargo de Diretor Administrativo de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 145/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a servidora **SANDRA APARECIDA DOS SANTOS VARGAS,** no cargo de

ASSESSOR TECNICO DE FINANÇAS

, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 146/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **AUXILIANA BENDLER,** no cargo de

ASSESSOR DE LIMPEZA

, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir da data do dia 13 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 147/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº. 012/2010, e suas posteriores alterações;

Considerando que a reportada remoção possui motivação amparada no interesse da Administração Municipal, e que se faz necessário a remoção para o ajustamento de quadros de pessoal e às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização;

Considerando que a referida servidora foi empossada na Secretaria Municipal de Educação, porém, sem destinação de qualquer unidade escolar.

DECRETA:

Art. 1º - Fica movimentada a Servidora SANDRA CRISTINA GALLO, lotada no cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE V A VIII – CIÊNCIAS, a partir do dia 13 de Março de 2015, na Escola Municipal Juscelino k. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação/ou publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 12 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 148/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **ANCELMA CORNETTIONE NARDO DE FREITAS** do Cargo de

DIRETOR DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL

, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 16 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 149/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora **ANCELMA CORNETTIONE NARDO DE FREITAS** no cargo de

COORDENADOR ADMINISTRATIVO JURÍDICO

, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 16 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 150/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **LUCILENE COELHO SCHONINGER**, do cargo de Chefe de Enfermaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 16 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 151/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **EDINA DUQUES MENDES**, do cargo de Chefe de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 16 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 152/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a servidora **LIZANDRA BERTOLINI** no cargo de Chefe do Departamento de Licitação, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 16 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 153/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - A pedido, fica **EXONERADO** oSenhor

PEDRO LUIZ BIANCHINI

do Cargo de Diretor de Frota Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 17 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 155/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADO** oSenhor

FERNANDO MARQUES DE ALMEIDA

no Cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 20 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 156/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE **A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder a Servidora Ana Carla Antônio dos Santos, lotada no Cargo de Professor, o afastamento por licença maternidade, que será remunerada pelo período de 120 (cento e vinte) dias pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e 60 (sessenta) dias pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 20 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 157/2015.

SÚMULA*: "***DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PUBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o feriado da Semana Santa;

DECRETA:

Art. 1º - Fixar Ponto Facultativo no dia 02 de abril de 2015, nas repartições públicas do município de Paranaita/MT.

Art. 2º - Os serviços essenciais terão seu funcionamento normal.

Art. 3º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 24 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 158/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº. 012/2010, e suas posteriores alterações;

Considerando que a reportada remoção possui motivação amparada no interesse da Administração Municipal, e que se faz necessário a remoção para o ajustamento de quadros de pessoal e às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização;

Considerando que há necessidade da permanência dos servidores na Secretaria Municipal de Educação e o ingresso nos seus respectivos cargos de carreira foram através do devido processo legal;

Considerando ainda, que a Secretaria de Educação dispõe de vaga, porém, já se encontram lotadas pelos servidores na respectiva secretaria.

DECRETA:

Art. 1º - Fica definitivamente removida a Servidora ANALISE FREIRE, lotada no cargo de Professora, da Escola Municipal Maria Quitéria para a Escola Municipal Juscelino k. de Oliveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação/ou publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 25 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 159/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **MAGNO WILLIAN PEREIRA PRATES,** no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 160/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **PEDRO CARDOSO** no cargo de

CHEFE DE DIVISÃO

, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 162/2015.

SUMULA: *"DETERMINA MEDIDAS PARA CUMPRIMENTO DE ÍNDICES CONSTITUCIONAIS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

ØConsiderando a crise econômica incidente sobre a redução da receita liquida no Município, decorrente do Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, e;

ØConsiderando que, nos termos do Artigo 22 da Lei Complementar nº. 101 de 4 de Maio de 2000, o Município deverá fazer a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

ØConsiderando que, nos termos da Legislação vigente, compete a Administração tomar medidas cabíveis para que a referida Lei seja cumprida.

DECRETA:

Art. 1º - Subsidiar os Secretários Municipais na formalização de ações que possibilita a redução imediata da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto do caput do artigo 1º, ficam vedadas de imediato as seguintes ações;

§1º

- A alteração de estrutura administrativa que implique aumento de despesa.

§2º - A Admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de afastamento por licença maternidade, aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e obras.

§3º - o pagamento de hora extra, salvo no caso de situações devidamente justificada.

§4º - o pagamento de função gratificada e função de encarregado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 163/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **EDIVALDO DE OLIVEIRA,** do cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 164/2015.

*SÚMULA: "***DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor

GENILSON MARTINS DA CRUZ

, **d**o cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 166/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **JOÃO MIRANDA RODRIGUES**, do cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 167/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **JOSÉ ADÃO DA HORA,** do cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 168/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Servidora **ELUCINETE PRADO DOS SANTOS**, do cargo de Assessor Executivo da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 169/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Servidora **VANUSA HUNGRIA ROODRIGUES,** no cargo de Assessor de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 27 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 170/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **JOÃO FERREIRA DE SOUZA**, no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 171/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **ANDERSON DE OLIVEIRA VENOR**, do cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 172/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **JOSÉ BENEDITO DE MEDEIROS**, no cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 173/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Servidor **SIDIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA,** no cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 144/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **FABIO JUVENIANO**, no cargo de

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS

, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 11 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 174/2015.

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Servidora **TEREZA DE OLIVEIRA PINTO,** no cargo de Assessor de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria Municipal de Obras, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 175/2015.

SÚMULA*: "***DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a Servidora

TAINARA CAROLINE MOURA

, do cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em 30 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 027/2015.

*SÚMULA***: "DISPOE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARTICULAR A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe o Artigo 90 da Lei Municipal Complementar nº. 012/2012 e suas posteriores alterações;

Resolve:

Art. 1º - A pedido, fica interrompida a licença de interesse particular concedida ao Servidor ELVIS PEDROSO, com retorno na data do dia 02 de março de 2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 27 de fevereiro de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 028/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR INTERESSE PARTICULAR DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos da Lei Complementar nº. 012/2010, e suas posteriores alterações;

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Fabrício Nogueira Augusta, lotado no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Obras, o afastamento por interesse particular, por um período de 02 anos a partir do dia 02 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 029/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA **DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os dispositivos da Lei Complementar nº. 012/2010, e suas posteriores alterações;

Resolve:

Art. 1º - Conceder a Servidora Maria Izabel Schoninger de Souza, lotada no Cargo de Agente de Conservação e Manutenção, na Secretaria Municipal de Educação, o afastamento por motivo de doença em pessoa da família, por um período de 90 (noventa) dias, anos a partir do dia 02 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 032/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO ASERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Movimentar o servidor **ISNALDO LOPES DA SILVA**, lotada no Cargo de Professor, para o Departamento de Apoio Educacional, na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar as ações do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 031/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE **DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Girlene Guimarães Taborda, lotada no cargo de Merendeira na Secretaria Municipal de Educação, o afastamento por Licença Maternidade no período de 180 (cento oitenta) dias, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações,

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 033/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Ezequiel Cunha Schaida, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 032/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Silvio da Silva Gomes, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 034/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Fabio de Oliveira dos Santos, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 035/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Aparecido Agostinho do Nascimento, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 036/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Ronivaldo Marques Pinto, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Roberto da Silva, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 038/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Milton Cardoso de Oliveira, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 039/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Michel Crespo Pinto, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 040/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Marino Francisco dos Santos, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 041/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Marcos Aurélio Acela da Silva, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 042/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014, **Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Marcio da Costa Britzke, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 043/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Ivanil Pereira, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 045/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Edson Marcos de Souza, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 046/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Diego Barros da Silva, lotado no cargo de Condutor de Veículo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 047/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Iraci Severo dos Santos, lotada no cargo de Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 048/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Crisleide Machado dos Santos, lotada no cargo de Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 049/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Adrieli Cruz Dias, lotada no cargo de Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 050/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Edilaine Bonfim Oliveira, lotada no cargo de Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 051/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Jéssica Railine Evangelista do Vale, lotada no cargo de Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 052/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Luciene Malaquias França, lotada no cargo de Auxiliar de Conservação de Manutenção, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 053/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Márcia Ferreira dos Santos, lotada no cargo de Auxiliar de Conservação de Manutenção, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 054/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Quedma Lima dos Santos, lotada no cargo de Auxiliar de Conservação de Manutenção, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 055/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Lélia Pereira da Silva, lotada no cargo de Auxiliar de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 056/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Raquel Benvindo, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 057/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Aveir P. dos Santos, lotado no cargo de Agente de Saúde Ambiental (Endemias) a elevação de nível - 5 para o nível 6, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 058/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Itagiba Dela Jiustina, lotado no cargo de Contador a elevação de nível - 5 para o nível 6, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 059/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Luis Ferreira de Jesus, lotado no cargo de Operador de ETA a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 060/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Francisco Duarte de Paulo, lotado no cargo de Operador de ETA a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 061/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Adão Licieski, lotado no cargo de Agente de Fiscalização e Arrecadação a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 062/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor João Abreu Lopes, lotado no cargo de Zelador/Vigia a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 063/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Joaquim de Jesus Teodoro, lotado no cargo de Coletor de Lixo a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 064/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Valdelice Garcia Benfica, lotado no cargo de Agente de Conservação e Manutenção a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 065/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o servidor Manoel Josué da Silva, lotado no cargo de Coletor de Lixo a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 066/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria J. Moreira Meireles Nascimento, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 067/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Alessandra dos R. Bezerra, lotada no cargo de Enfermeira a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 068/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o servidor Mario Takeniko Issaka, lotado no cargo de Médico, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 069/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Cleuza Ferreira da Silva Luz, lotada no cargo de Merendeira Escolar, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 070/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Cristiane Ribeiro Coutinho, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 071/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Delia T. Kawassaki Carlesso, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 072/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Eunice Aparecido Rado Vasconcelos, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 073/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Marilda da Silva, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 074/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Nilton Dias de Oliveira, lotado no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 075/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Ruthe Moura Paz, lotada no cargo de Agente de Conservação e Manutenção, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 076/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Sandra Mara Volponi, lotada no cargo de Merenda Escolar, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 077/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Sueli da Silva Rodrigues, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 4 para o nível 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 078/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Aparecida Godoy Viana, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 3 para o nível 4, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 079/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Alirio Walzburger, lotado no cargo de Auxiliar de Mecânico, a elevação de nível - 2 para o nível 4, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 080/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Sandra Cristina Gallo Peterson, lotada no cargo de Professor, a elevação de nível - 3 para o nível 4, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 081/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Thiago Zatti, lotado no cargo de Agente Administrativo, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 082/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Juliana Comiran, lotada no cargo de Técnico Administrativo, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 083/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Dilson Pereira dos Santos, lotado no cargo de Oficial de Manutenção, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 084/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Sidney Soares dos Santos, lotado no cargo de Oficial de Manutenção, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 085/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Danieli da Silva Schwaicerski, lotada no cargo de Tecnico em Desenvolvimento Infantil, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 086/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Auda Ferreira Novaes Paschoal, lotada no cargo de Psicologa, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 087/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO CLASSE E NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Keli Fabiane Felix, lotada no cargo de Técnico em Sistema de Informações da Saúde, a elevação de classe e nível A-1 para classe e nível B-2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 088/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Waldir Correa Paz, lotado no cargo de Operador de Água e Esgotos, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 089/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Samara Eckert Santana, lotada no cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico, a elevação de nível - 1 para o nível

2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 090/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Iracema Correia de Almeida, lotada no cargo de Professor Pedagogo, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 091/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Juliard dos Reis, lotado no cargo de Operador de Maquina I, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 092/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Uanderson Evangelista, lotado no cargo de Motorista, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 093/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Valdinei Makoin do Nascimento, lotado no cargo de Motorista, a elevação de nível - 1 para o nível 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 02 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 094/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Cristiano Colodel de Souza, lotado no cargo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, o Adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 095/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Rogério Damasceno Gomes, lotado no cargo de Cirurgião Dentista, na Secretaria Municipal de Saúde, o Adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 096/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Josete Tavares do Nascimento, lotada no cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 097/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder a servidora Josevany Neves Assunção, lotada no cargo de Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 098/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Sanley Marcos Alves, lotado no cargo de Oficial de Manutenção, na Secretaria Municipal de Obras, o Adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 099/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

***Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº. 800/2014,* Resolve:**

Art. 1º - Conceder ao servidor Marcelo da Silva Vale, lotado no cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Obras, o Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento), conforme dispositivos da Lei Municipal nº 800/2014.

Art. 2º -

Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 100/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

***Art. 1º* -** Conceder ao**Senhor** Alírio Walzburger, lotado no cargo de Auxiliar de Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 32% (trinta e dois por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 101/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

***Art. 1º* -** Conceder ao**Senhor José** Maria Pereira Luz, lotado no cargo de Carpinteiro*, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 102/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao**Senhor** Luiz Rogerio Biff Pasini, lotado no cargo de Mecânico*, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 103/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao**Senhor** Milton Pereira Aguiar, lotado no cargo de Carpinteiro*, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 104/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao**servidor** Raimundo Nonato da C. Carvalho, lotado no cargo de Lubrificador/Lavador, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 105/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Rodinaldo Soares de Oliveira, lotado no cargo de Eletricista de Veículos Automotores, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 106/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Valdeli da Silva Souza, lotado no cargo de Pedreiro*, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 107/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Osmar Felix, lotado no cargo de Encanador, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 108/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Cleiton José de Oliveira, lotado no cargo de Encanador*, na Secretaria Municipal de Obras, a Função Gratificada de 30% (trinta por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 109/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor Carlos Adalberto Picinim Macuglia, lotada no cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de 50% (cinquenta por cento), pelo exercício de sua função inerente a designação do cargo que ocupa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 15 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 111/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Márcia Aparecida Ferreira, lotada no cargo de Merendeira Escolar, a elevação de nível - 4 para o nível - 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 112/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Cleuzeli Pereira de Lima, lotada no cargo de Professor Series Iniciais, a elevação de nível - 4 para o nível - 5, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 113/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Tânia Maria Zanette, lotada no cargo de Gestor Administrativo e Financeiro, a elevação de nível - 3 para o nível - 4, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 114/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Aline Cristina Duenha, lotada no cargo de Professora de Inglês, a elevação de nível - 3 para o nível - 4, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 115/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Cristina Cerioli de Oliveira, lotada no cargo de Agente de Conservação e Manutenção, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 116/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Noemi Bartziki dos Santos, lotada no cargo de Agente Administrativo da Saúde, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 117/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Luiza Lopes, lotada no cargo de Auxiliar de Limpeza, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 118/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Cleonice Souza do Carmo, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 119/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Nilseia Peres da Silva, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 120/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Alcirene Barros da Silva, lotada no cargo de Agente Administrativo, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 121/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Eudarys Lucas da Silva, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 122/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Izabel Cristina Elias, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 123/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Casturina Farias de Aguiar, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 124/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Elizabete do Nascimento Silva, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 126/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Maria Mendes dos Santos, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 127/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Nelsi Maciel da Luz, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 128/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Rozane Aparecida Sobrinho, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

ORTARIA Nº. 129/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Sandra Regina Martins da Silva, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

ORTARIA Nº. 130/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Terezinha Aparecida de Oliveira Antonio, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 131/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Vilma Maria Alves de Jesus, lotada no cargo de Técnica de Enfermagem, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 132/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Rosilene Aparecida dos Anjos Azevedo, lotada no cargo de Auxiliar de Limpeza, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 133/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Nilva Luciano Carlos da Silva, lotada no cargo de Agente Administrativo da Saúde, a elevação de nível - 1 para o nível - 2, conforme dispositivos da Lei Complementar nº 012/2010, e suas posteriores alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 134/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO **DE SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder a servidora Delia T. Kawassaki Carlesso, lotada no cargo de Professora, o afastamento por Licença Prêmio no período de 01 a 30 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

Em, 26 de março de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO TERMOS ADITIVOS CONTRATOS DIVERSOS

PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATOS DE PESSOAL

Extrato de Aditivo nº002/2015 ao Contrato nº 117/2014
Contratantes: PMPP/VILSON MARQUES FERREIRA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Motorista, para desempenhar suas atividades na Secretaria Mun. de Educação.
Vigência: 30 de março a 02 de setembro de 2015.
Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 30/03/2015
Extrato de Aditivo nº002/2015 ao Contrato nº 159/2014
Contratantes: PMPP/ANAIDE SILVEIRA DE SOUZA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Auxiliar de Serviços Gerais , para desempenhar suas atividades na Secretaria Mun. de Educação.
Vigência: 30 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 30/03/2015
Extrato de Aditivo nº002/2015 ao Contrato nº 160/2014
Contratantes: PMPP/LUANA TAVARES DE PAULA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar suas atividades na Secretaria Mun. de Promoção e Ação Social.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015

Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 161/2014
Contratantes: PMPP/JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Motorista, para desempenhar suas atividades na Secretaria Mun. de Educação.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015
Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 162/2014
Contratantes: PMPP/MARIA ROSA LOPES GOMES
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Agente de Vigilância, para desempenhar suas atividades na Secretaria Mun. de Educação.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015
Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 163/2014
Contratantes: PMPP/LUZIA DE MENDONÇA REZENDE

Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015

Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 165/2014
Contratantes: PMPP/GENILSON ROCHA DA SILVA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Agente de Vigilância, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015
Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 166/2014
Contratantes: PMPP/ALESSANDRO RODRIGUES DE SOUZA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Motorista, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015
Extrato de Aditivo nº001/2015 ao Contrato nº 168/2014
Contratantes: PMPP/SILVANA DA SILVA
Objeto: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado na função de Motorista, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.
Vigência: 31 de março a 11 de setembro de 2015.
Valor: R$ Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2014.
Data da assinatura: 31/03/2015

DECRETO N.º 019 - 2015 - PONTO FACULTATIVO SEXTA FEIRA SANTA

DECRETO Nº. 019/2.015.

DE 31 DE MARÇO DE 2.015.

DeterminaPonto Facultativoe dá outras providências;

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO; o Ponto Facultativo no dia 03 de Abril de 2015, de Sexta feira Santa;

CONSIDERANDO o Decreto de n.º 2.627/2014 de 02/12/2014 do Governo do Estado, que dispõe sobre a divulgação dos dias de feriado nacional, estadual e ponto facultativo nas repartições públicas do Estado de Mato Grosso, do ano de 2015;

RESOLVE: ART.1º - DECRETAR PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 02/04/2015 (Quinta-feira), exceto os serviços essenciais a população em geral, em especial a Saúde e Limpeza Urbana. PARAGRAFO ÚNICO – Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer setor das Repartições Públicas Municipal. ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrado nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EDITAL PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado do Mato Grosso, torne-se publico para o conhecimento de todos que o RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO, referente ao I Bimestre de 2015, encontra-se à disposição de qualquer contribuinte ou cidadão deste Município, para exame e apreciação, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça São Carlos 755, em cumprimento ao que determina o Artigo 165 da Constituição Federal e Artigo 5º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas e Lei complementar 101 de 04 de Maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Planalto da Serra, 308 de Março de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2015

A Prefeita Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei Orgânica do Município, **CONVIDA** a todos os cidadãos para estarem participando da “Audiência Pública”, para discussão e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2016 do município de Poconé-MT.

Local: Auditório da Câmara Municipal de Poconé

Dia: 10 de abril de 2015.

Horário: 09:30 horas.

Poconé – MT, 30 de março de 2015.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO) **Prefeita Municipal de Poconé**

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO N°04/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 0003/2015, de 09/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIA DESTE MUNICÍPIO/ FORMA DE CARONA, foram:

Empresa: **DIMAQ- CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA- EPP**.

CNPJ: 05.220.404/0001-04

TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP.

CNPJ: 70.430.558/0001-92

TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI.

CNPJ: 07.838.209/0001-78

POCONE - MT, 01 de Abril de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1485/2015

“Dispõe sobre autorização de Elevação de Nível de Servidor do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências.”

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Conforme Memorando de autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Lei Municipal nº 534/2009, de 03/11/2009, fica autorizado a Elevação de Nível da Servidora **WANDEIR SILVERINA DA SILVA SOUSA,** de Professora – Nível 06 Classe "C"para **Nível 07 Classe "C".**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 19 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 768/2015

"Dispõe sobre a inclusão da abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra na Lei nº 704/2013 no Plano Plurianual e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda, no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, a inclusão da Lei Municipal nº 768/2015 na Lei nº 704/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1484/2015

"Dispõe sobre autorização de Elevação de Nível de Servidor do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências."

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Conforme Memorando de autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Lei Municipal nº 534/2009, de 03/11/2009, fica autorizado a Elevação de Nível da Servidora **LINDOMAR ALVES DE SOUSA,** de Professora – Nível 06 Classe "D"para **Nível 07 Classe "D".**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 19 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 767/2015

"Dispõe sobre a abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO por rubrica no total de 438,000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais) conforme preceitua a Resolução de Consulta nº 43/2008 c/c com o acordo com o art. 43, § 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64. com a classificação na seguinte dotação:

órgão: 09 Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Secretario

Função: 15 Urbanismo

Sub-função 451 - Infra - Estrutura Urbana

Programa: 5015 – Construção de Um Centro de Múltiplo Uso

Projeto Atividade: 2097 - Construção de Um Centro de Múltiplo Uso

Elemento de Despesa:44.90.51.00 R$ 438.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura do credito especial por excesso de arrecadação na rubrica a que se refere o artigo 1º desta Lei, será utilizado o Termo de Convenio nº 60/2014 celebrado por intermédio da Secretaria de Estado da Cidade no valor de R$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais) cujo objeto é Construção de Um Centro de Múltiplo Uso da Secretaria municipal de obras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 770/2015

"Dispõe sobre a abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente abertura de *CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO* por rubrica no total de 480,000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) conforme preceitua a Resolução de Consulta nº 43/2008 c/c com o acordo com o art. 43, § 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64. com a classificação na seguinte dotação:

órgão: 09 Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Secretario

Função: 15 Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra - Estrutura Urbana

Programa: 5016 – Recuperação de Edificações Públicas – Reforma da Antiga Escola São Miguel.

Projeto Atividade: 2098 – Recuperação de Edificações Públicas – Reforma da Antiga Escola São Miguel.

Elemento de Despesa: 44.90.51.00 -R$ 480.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura do credito especial por excesso de arrecadação na rubrica a que se refere o artigo 1º desta Lei, será utilizado o Termo de Convenio nº 059/2014 celebrado por intermédio da Secretaria de Estado da Cidade no valor de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) cujo objeto é Recuperação de Edificações Públicas – Reforma da Antiga Escola São Miguel da Secretaria municipal de obras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 772/2015

"Dispõe sobre a inclusão da abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra na Lei nº 0703/2013 Lei de Diretrizes Orçamentária e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda, no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, a inclusão da Lei Municipal n º 772/2015 na Lei nº703/2013 que trata-se da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício financeiro de 2015. com a classificação programática abaixo.

órgão: 09 Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Secretario

Função: 15 Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra - Estrutura Urbana

Programa: 5016 - Recuperação de Edificações Públicas – Reforma da Antiga Escola São Miguel

Projeto Atividade: 2098 – Recuperação de Edificações Públicas – Reforma da Antiga Escola São Miguel

Elemento de Despesa: 44.90.51.00 - R$ 480.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1486/2015

"Dispõe sobre transferência de servidor de Folha de Pagamento para recebimento de remuneração e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, **Sr.ª Divina Maria da Silva Oda**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica autorizado o Setor de Recursos Humanos a proceder a transferência de servidor de Folha de Pagamento conforme abaixo, para recebimento de remuneração:

RE	NOME	DA FOLHA	PARA A FOLHA
1955	Patrick Medeiros da Cruz	2.1.2	3.1.2

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 19 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1453/2014

"Dispõe sobre cancelamento de Empenhos inscritos em Restos a Pagar dos Exercícios de 2012 e 2013 do Executivo e dá outras providências "

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

Considerando que o referido valor cancelado trata-se de saldos de empenhos globais não utilizados ou inseridos em parcelamentos e;

Considerando as imposições contidas na Lei n° 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e;

Considerando a necessidade destes cancelamentos de Empenhos dos Exercícios de 2012 e 2013, para os devidos fins de encerramento do Exercício Financeiro e Orçamentário, deste Órgão:

DECRETA

Art. I.° Ficam cancelados os Empenhos realizados em 2012 e 2013 inscritos em Restos a Pagar, abaixo relacionado:

EXERCÍCIO 2012

28/12/2012 Valor ref. a Canc N.E. 004096/2012-2..... 0,03

28/12/2012 Valor ref. a Canc N.E. 004065/2012-2..... 22,00

TOTAL .....R$ 22,03

EXERCÍCIO 2013

10/12/2013 Valor ref. a Canc N.E. 004280/2013-2..... 375,00

26/03/2013 Valor ref. a Canc N.E. 000875/2013-2..... 2.945,04

13/08/2013 Valor ref. a Canc N.E. 002278/2013-2..... 16.781,50

10/12/2013 Valor ref. a Canc N.E. 004283/2013-2..... 73,00

TOTAL .....R$ 20.174 ,54

TOTAL GERAL .....R$ 20.196,57

Art. 2.° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 30 de Dezembro de 2014.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 769/2015

"Dispõe sobre a inclusão da abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra na Lei nº 0703/2013 Lei de Diretrizes Orçamentária e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, a inclusão da lei Municipal n º 769/2015 na Lei nº703/2013 que trata-se da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, com a classificação programática abaixo.

órgão: 09 Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Secretario

Função: 15 Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra - Estrutura Urbana

Programa: 5015 – Construção de um Centro Múltiplo Uso

Projeto Atividade: 2097 - Construção de um Centro Múltiplo Uso Elemento de Despesa: 44.90.51.00 438.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT 31 de março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.° 02/2015

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, através de sua Pregoeira, comunica a todos os interessados que o Edital, MODALIDADE: **Pregão Presencial nº. 02/2015**, OBJETO: **contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar para atender os alunos da zona rural da Região da Atoladeira, veículo com capacidade mínima de 16 lugares, pelo período conforme constam os dias letivos do Calendário Escolar-2015, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital PP 02/2015**, REALIZAÇÃO: **14/04/2015**, foi prorrogado pelo motivo de não comparecimento de empresas interessadas ao certame licitatório às 09:00 Horas (horário de Brasília). Por oportuno, informamos que estão mantidas todas as demais condições e exigências do instrumento convocatório. O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no horário da 07:30hs às 13:30hs, e no site: www.pmpontaldoaraguaia.com.br. Demais informações pelo telefone:(66)3401-7450.

Pontal do Araguaia/ MT, 31 de março de 2015.

MÁRCIA REGINA S. CAROLO

Pregoeira.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 771/2015

"Dispõe sobre a inclusão da abertura de credito especial na Secretaria Municipal de Obra na Lei nº 704/2013 no Plano Plurianual e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia –MT Srª. Divina Maria da Silva Oda no uso de suas atribuições legais que a confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, a inclusão da Lei Municipal n° 771/2015 na Lei nº 704/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1488/2015

"Dispõe sobre Ponto Facultativo para Repartições Públicas do Município."

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando que sexta-feira, 03/04/2015, é Paixão de Cristo,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo para as repartições públicas deste município na quarta-feira dia 01/04/2015 e quinta-feira dia 02/04/2015, retornando as atividades normais no dia 06/04/2015.

Art. 2º - O disposto neste decreto não se aplica às repartições que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia - MT, 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 765/2015

"Atualiza e acrescenta numero de vagas ao Anexo I da Lei Municipal nº 740/2014 e da outras providências."

A Exmª. Srª. DIVINA MARIA DA SILVA ODA**,** Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Atualiza e acrescenta número de vagas ao Anexo I da Lei Mun. nº 740/2014, para atender continuidade e necessidade de contratação temporária até a aplicação de concurso Público.

Art. 2º - Ficam inalterados os demais artigos da Lei Municipal nº 740/2014.

Art. 3º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS E CARGOS

QUANT	CARGO	LOCAL DE TRABALHO	VALOR	JORNADA DE TRABALHO
3	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Assistência Social	788,00	40 semanais
1	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	788,00	40 semanais
3	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
6	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	788,00	40 semanais
4	Agente de Segurança	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	788,00	40 semanais
2	Agente de Segurança	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	788,00	40 semanais
3	Merendeira	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	788,00	40 semanais
3	Motorista	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1. 500,00	40 semanais
1	Mecânico	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	3. 000,00	40 semanais
8	Trabalhador Braçal	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	788,00	40 semanais
1	Coveiro / Zelador	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	788,00	40 semanais
3	Varredor de Via Pública	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	788,00	40 semanais
4	Coletor de Lixo	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	788,00	40 semanais
1	Jardineiro	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	788,00	40 semanais
3	Facilitador de Oficinas	Secretaria Municipal de Assistência Social	788,00	40 semanais
1	Auxiliar Administrativo	Secretaria Municipal de Assistência Social	788,00	40 semanais
3	Auxiliar Administrativo	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
2	Fiscal de Tributos	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	788,00	40 semanais
1	Fiscal Sanitário	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
2	Agente de Combate a Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
5	Técnico em Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
2	Auxiliar de Consultório Dentário	Secretaria Municipal de Saúde	788,00	40 semanais
6	Inspetor de Alunos	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	788,00	40 semanais
2	Professor de Língua Portuguesa	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1. 088,95	30 semanais
1	Professor de Matemática	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1. 088,95	30 semanais
8	Professor de Pedagogia	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1. 088,95	30 semanais
1	Professor de História	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1. 088,95	30 semanais
1	Psicólogo	Secretaria Municipal de Saúde	1. 700,00	40 semanais
1	Fonoaudiólogo	Secretaria Municipal de Saúde	1. 700,00	40 semanais
1	Médico Clínico	Secretaria Municipal de Saúde	5. 000,00	20 semanais
1	Bioquímico	Secretaria Municipal de Saúde	1. 206,00	20 semanais
1	Assistente Social	Secretaria Municipal de Saúde	1. 206,00	20 semanais
1	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	1. 206,00	20 semanais

*Demais informações poderão ser encontradas no Edital.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 766/2015

"Dispõe sobre o desmembramento do Setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio em Setor de Compras e Almoxarifado e Setor de Patrimônio dá outras providências."

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a fazer o desmembramento do Setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio**,** objeto de fusão autorizada pela Lei Municipal nº 296/2001, atualizada pela Lei Municipal n° 507/2008, para:

Chefe de Setor de Compras e Almoxarifado;

Chefe de Setor de Patrimônio;

Parágrafo Primeiro. A remuneração dos Chefes de Setores nomeados para os setores acima mencionados será baseada no nível (CC-4).

Art. 2.º - Compete ao **Chefe de Setor de Compras e Almoxarifado**, as seguintes atribuições:

I. organizar e atualizar Cadastro de Fornecedores da Prefeitura;

II. realizar coleta de preços e compras;

III. controlar o prazo de entrega das mercadoria;

IV. receber e conferir a nota fiscal dos materiais ou produtos adquiridos;

V. guardar, conservar, classificar, codificar e registrar materiais e equipamentos;

VI. fornecer materiais requisitados aos setores da Prefeitura;

VII. organizar, controlar e movimentar a entrada e saída de estoque;

VIII. elaborar a previsão de compras objetivando suprir as necessidades dos órgãos da Prefeitura;

IX. organizar e atualizar o catálogo de materiais;

X. preparar requisição para efetuar as compras para reposição de estoque;

XI. realizar inventário de material em estoque no almoxarifado pelo menos uma vez ao ano;

XII. elaborar mapa mensal de consumo de material, encaminhando ao Secretário de Administração;

XIII. Receber os pedidos de compras dos diversos setores da Prefeitura Municipal;

XIV. Fazer lançamento das Notas Fiscais em Sistema de Cadastro;

XV. Manter atualizado o Sistema Eletrônico de Controle de Estoque;

XVI. exercer outras atribuições correlatas.

Art. 3.º - Compete ao Chefe de Setor de Patrimônio, as seguintes atribuições:

I. Conferir os bens patrimoniais a serem incorporados juntamente com a Comissão de Patrimônio;

II. cadastrar os bens patrimoniais da Prefeitura em sistema de cadastro;

III. organizar e atualiza o cadastro de Bens Móveis e Imóveis do Município,;

IV. codificar os bens patrimoniais permanentes;

V. realizar inventário dos mesmos pelo menos uma vez ao ano;

VI. Elaborar os termos de responsabilidade sobre a guarda e utilização dos bens patrimoniais da Prefeitura e distribuí-los aos respectivos órgãos;

VII. Executar atividades e procedimentos relativos ao tombamento de material permanente e patrimonial da Prefeitura Municipal;

VIII. Manter informado ao Secretário de Administração sobre irregularidades e novidades na movimentação, utilização e gestão dos bens patrimoniais da Prefeitura Municipal;

IX. Manter informada o Setor de Contabilidade sobre as apropriações, alterações e desapropriações no ativo permanente, resultante de processos de incorporação, comodato, permuta, indenizações, reposições de bens e baixa;

X. Manter atualizado o cadastro de agentes patrimoniais dos diferentes órgãos da Prefeitura Municipal;

XI. Realizar inspeções e processos de controle periódicos para a verificação do estado dos bens patrimoniais da Prefeitura Municipal;

XII. Incluir e excluir os bens móveis e imóveis do sistema de cadastro;

XIII. Manter atualizados os registros de movimentação de bens patrimoniais;

XIV. Assessorar as demais áreas da Prefeitura com informações da situação dos bens patrimoniais móveis e imóveis Prefeitura Municipal;

XV. exercer outras atribuições correlatas.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 31 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1483/2015

"Dispõe sobre autorização de Elevação de Nível de Servidor do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências."

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1º. Conforme Memorando de autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Lei Municipal nº 534/2009, de 03/11/2009, fica autorizado a Elevação de Nível do Servidor **CELSO JOSÉ DA SILVA FILHO,** de Professor – Nível 04 Classe "C"para **Nível 05 Classe "C".**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 19 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 034/GP/2015

"Dispõe sobre Revogação de Portaria n° 073/2014 de 02/04/2014 e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Revogar em todos os seus termos a Portaria n° 073/2014 de 02/04/2014, que averba o Tempo de Contribuição do INSS de Servidor ao FUNAPEM.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 033/GP/2015

"Altera cargo de servidor comissionado e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Alterar o cargo do servidor comissionado Sr. **Waldir Carrijo da Silva,** portador do CPF n.º 378.289.081-72, em forma de ascensão, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos – CC-1,** conforme Lei Municipal n° 507/2008 de 09/12/2008.

Art. 2º - O Secretário nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia,02 de Março de 2015.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO PREGÃO N.033/2015

(PROCESSO N.072/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 033/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PESQUISA DE PREÇOS PARA OS SEGUINTES OBJETOS: PEÇAS MECANICAS, ELÉTRICAS; ELETRONICAS; MATERIAL DE DESGASTE; LUBRIFICANTES; PNEUS; ACESSÓRIOS; FILTROS; SERVIÇOS DE: TORNO SOLDA (MECÂNICA E ELÉTRICA); SERVIÇOS EM

GERAL; SUSPENSÃO; RETÍFICA E OUTROS OBJETOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 15 de abril 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 15 de abril de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 31 de março de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	*CPF/CNPJ*	**Notificação de Lançamento (ITR)**
AMILTON AMELIO BAGGIO	704.453.979-34	8999 /00195/2014
JESUINO POLICARPO FURQUIM	392.833.991-53	8999 /00266/2014
JOAO EDUARDO CAIXETA RIBEIRO	476.516.016-53	8999 /00267/2014
JOSE ORLANDO FERNANDES CORREA	904.126.721-20	8999 /00292/2014
JOSUE SAMPAIO DE SOUZA	274.468.401-53	8999 /00291/2014
LEILA TIOLA	126.825.356-15	8999 /00288/2014
UNIVALDO DE OLIVEIRA BELEM	273.892.941-91	8999 /00280/2014
UNIVALDO DE OLIVEIRA BELEM	273.892.941-91	8999 /00279/2014
MARILENE FERREIRA DE SOUZA	354.100.861-04	8999 /00277/2014
PEDRO MARTINIANO NETO	003.951.778-04	8999 /00274/2014
PIO SARAIVA DE LIMA	419.713.451-72	8999 /00249/2014
ROZANA MARTINS PACHECO	988.216.791-87	8999 /00258/2014
ROZANA MARTINS PACHECO	988.216.791-87	8999 /00257/2014

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: MARCINDO LEITE RIBEIRO DA COSTA Matrícula: 00000668

Cargo/Portaria de Nomeação n° : FISCAL DE TRIBUTOS Assinatura:

GABINETE
DECRETO Nº. 050, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

"Declara ponto facultativo a data que menciona".

O Prefeito de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, **DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado, em todo território do município, feriado o dia 03/04/2015, Sexta-Feira Santa.

Art. 2º. O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e a paralisação das secretarias municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, 30 de março de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito

GABINETE
ERRATA

EDITAL EXTRAORDINÁRIO Nº 001/2015/SME Considerando que a Escola Municipal Ovídio Miranda Brito não alcançou o número mínimo de 150 (cento e cinquenta) alunos, conforme rege a Lei nº 723/2004, a Secretaria Municipal de Educação de Pontes e Lacerda suspende os efeitos do Edital Extraordinário nº 001/2015/SME para a eleição de diretor na referida escola até que haja pronunciamento do Ministério Publico. Publicado no Diário Oficial da AMM no dia 05/03/2015, Edição 2178, páginas 183, 184,185, 186 e 187

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 0001-A, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	*CPF/CNPJ*	**Notificação de Lançamento (ITR)**
AIRES DE FREITAS	303.877.871-00	8999 /00062/2014
AIRES DE FREITAS	303.877.871-00	8999 /00061/2014
ANTONIO SERGIO SOUZA QUEIROZ	535.585.101-00	8999 /00198/2014
ANTONIO SERGIO SOUZA QUEIROZ	535.585.101-00	8999 /00199/2014
ARINDO TIMOTEO DE ALMEIDA	093.991.601-06	8999 /00205/2014
BRAZ JOSE VILLAR DO CARMO	120.250.608-90	8999 /00116/2014
BRAZ JOSE VILLAR DO CARMO	120.250.608-90	8999 /00116/2014
CARLOS LOPES DO PRADO	496.768.658-34	8999 /00065/2014
CARLOS LOPES DO PRADO	039.420.401-82	8999 /00066/2014

CECILIA MICHELÃO MOZER	714.344.451-00	8999 /00067/2014
CECILIA MICHELÃO MOZER	714.344.451-00	8999 /00085/2014
CLAUDIO BARROS DA SILVA	594.164.831-68	8999 /00120/2014
CLAUDIO BARROS DA SILVA	594.164.831-68	8999 /00211/2014
FLAVIO JOSÉ DE PAULA MARAVIESKI	608.681.551-87	8999 /00143/2014
FLAVIO JOSÉ CORREA BEZERRA	559.190.811-04	8999 /00089/2014

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: MARCINDO LEITE RIBEIRO DA COSTA Matrícula: 00000668

Cargo/Portaria de Nomeação n° : FISCAL DE TRIBUTOS Assinatura:

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 0001-B, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	*CPF/CNPJ*	**Notificação de Lançamento (ITR)**
CARLOS DO CARMO DO NASCIMENTO	137.790.951-49	8999 /00053/2014
GONCILIO CORREA	154.148.508-44	8999 /00050/2014
SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA	152.703.359-72	8999 /00146/2014
SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA	152.703.359-72	8999 /00121/2014
LUIZ BATISTA QUIRINO	318.501.031-00	8999 /00127/2014
LUIZ BATISTA QUIRINO	318.501.031-00	8999 /00128/2014

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: MARCINDO LEITE RIBEIRO DA COSTA Matrícula: 00000668

Cargo/Portaria de Nomeação n° : FISCAL DE TRIBUTOS Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 070/2015

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO MUNICIPAL)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar *nº 044/2013* (“Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Srª. **APARECIDA DA COSTA MARQUES**, Portadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 1384604-3 SSP/MT e CPF. Nº. 038.268. 261-08**, para o cargo comissionada de **ENCARREGADA DE SETOR DE LIMPEZA PUBLICA** na Secretaria de Educação na Escola Rural Papa João Paulo II.

Artigo 2º

) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de Março de 2015,

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 069 /2015

(QUE CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER AO, REPLAQUETAMENTO E REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO que a Administração tem necessidade premente de exercer um melhor controle sobre os bens públicos existentes e os atuais registros não mais correspondem às reais necessidades administrativas, encontrando–se atualmente obsoleto em sua função principal, que é permitir a administração à pronta identificação e controle dos bens existente, que se compõem no patrimônio público,

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão Especial, cuja finalidade principal é proceder ao replaquetamento e reavaliação de todos os bens patrimoniais, móveis e imóveis, pertencentes ao Município de Porto Estrela, bem como registrá-los em fichas individuais que os identifiquem dentro da administração, atribuindo-lhes, individualmente um valor numérico expresso em moeda corrente no país, correspondendo seu valor de avaliação.

Art. 2º. A comissão de que trata o artigo anterior, será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Salomar Duraes

Secretario: Cristiano Martins de Jesus

Membro: Mario Sergio dos Santos da Silva

Membro: Valdinei Natalino Corrêa de Souza

Art. 3°- A Comissão ora constituída devera:

§ 1° - exercer somente as funções citadas no art 1° até o termino do Levantamento Patrimonial;

§ 2° - concluir os trabalhos dentro do prazo Máximo de 60(sessenta) dias contados a partir da promulgação da presente portaria, prazo este que poderá ser prorrogado desde que haja motivo justificável e aceito pela Administração Pública Municipal.

Art. 4°. Os trabalhos não serão remunerados reputando-se serviços altamente relevantes prestados ao Município.

Art. 5°. Os serviços de contabilidade e controle do Município adotarão os valores apurados pela Comissão para atualizar os registros e balanços destinados a expressar a situação patrimonial do Município.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 068/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL À SERVIDOR)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 036/2012 "Que autoriza a adequação do Anexo II – Tabela de Remuneração Cargos Efetivos da Lei Complementar nº 003/2006 "**INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA",** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível ao Servidor conforme segue abaixo:

Nº.	Nome	Data Admissão	Cargo	Nível/ Classe	Elevação de Nivel
001	Aparecida Macedo de Souza	02/03/ 1998	Ag.Serv. Público	16/B	17/B
002	Diulina Nunes da Silva	12/03/ 2007	Ag.Serv. Público	05/B	06/B
003	Edenir Silva Camargo	04/03/ 2002	Vigia	13/C	14/C
004	Ednalva Dias de Carvalho	19/03/ 2007	Ag.Serv. Público	05/B	06/A
005	Josué Masieri	12/03/ 2007	Motorista	05/C	06/C
006	Luiz da Silva Ferreira	13/03/ 2007	Motorista	05/C	06/C
007	Maria Elizete F. do Rosario	25/03/ 2002	Ag. Saúde	13/C	14/C
008	Maria de Fatima Caldeira	04/03/ 2002	Ag. S. Publico	13/B	14/B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 067/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL AOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 027/2010 "Altera os Anexos II e III da Lei Complementar nº 013/2008, de 18 de Março de 2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Andreia de Aguiar C. Moretti	02/03/2007	Professora	C/05	C/06
002	Clarisse Ferreira da Silva	01/03/2007	Merendeira	B/05	B/06
003	Dalvalina de Souza Camargo	04/03/2002	Merendeira	A/13	A/14
004	Elsa Santinelo Gramulha	13/03/2007	Professora	C/05	C/06
005	Eurico de Souza Almeida	28/03/2003	Motorista	B/12	B/13
006	João Francisco dos Santos	04/03/2002	Ag.Serv. Público	A/13	A/14
007	João José Toledo Camargo	09/03/2007	Professor	C/05	C/06
008	Maria Aparecida da Silva	01/03/2007	Merendeira	A/05	A/06
009	Maria Ivone dos Santos	01/03/2007	Ag.Serv. Público	B/05	B/06
010	Maria Marcia da Silva Almeida	20/03/2007	Merendeira	A/05	A/06
011	Maria Santina Correa	12/03/2007	Ag.Serv. Público	C/05	C/06
008	Marta Sales de Souza	04/03/2002	Merendeira	B/13	B/14
009	Petrolina Dias de Carvalho	13/03/2007	Merendeira	A/05	A/06
010	Rita Ribeiro de Oliveira	04/03/2002	Merendeira	B/13	B/14
011	Rosangela F. da Silva	04/03/2002	Merendeira	C/13	C/14

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela-MT, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 066/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORA)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível à respectiva Servidora, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
001	Rosemeire Benedita de Assunção	12/03/2007	Ag.Serv. Público	05/C	06/C

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2.015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 060/2015

(**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO MUNICIPAL)**

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar **nº 044/2013** ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear o Sr°. **ARNALDO AMARO DA SILVA**, Portador da Cédula de Identidade **RG. Nº. 1082586-0 SSP/MT e CPF. Nº. 781.509. 221-72**, para o cargo comissionado na Secretaria de Obras

de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE OFICINA.**

Artigo 2º

) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Março de 2015.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 059/2015

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE SERVIDOR MUNICIPAL)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) – Exonerar o Sr. **ARNALDO AMARO DA SILVA**,Portador da Cédula de Identidade RG Nº **1082586-0 SSP/MT e CPF Nº. 781.509. 221-72**, exonerar da função de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a 28 de Fevereiro de 2015.

Artigo 3º) – Revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT,03 de Março de 2015.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 063/2015

(DISPÔE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO MUNICIPAL)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar **nº 044/2013** ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear o Sr°. **RENATO APARECIDO DA SILVA**, Portador da Cédula de Identidade **RG. Nº. 1458945-1 SSP/MT e CPF. Nº. 962.467. 231-87**, para o cargo comissionado na Secretaria de Obras de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Artigo 2º

) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Março de 2015,

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 065/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 037/2012 "Que altera os incisos II e III do art. 7º. e autoriza a adequação do **ANEXO II,** da Lei Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível ao respectivo Servidor, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA AD-MISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NIVEL
001	Osmar Ribeiro da Silva	04/03/2002	AG. Serv. Publico	13/A	14/A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 064/2015

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIDORES)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NIVEL
001	Genivaldo Gomes da Silva	01/03/2011	Auditor C. Interno	02/B	03/B
002	Maria Tereza da Silva	04/03/2002	Telefonista	13/C	14/C
003	Nilson de Farias	04/03/2002	Ag. Fiscalização	13/A	14/A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2015.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 062/2015

"Dispõe sobre a concessão de Auxilio Doença pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao Sr° Aldo Ferreira da Silva Campos."

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Art. 59 da Lei n° 8213,"O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos."de 24 de Julho de 1991; Artigos 71, 77 e 78 do Decreto n° 3. 048, de 06 de Maio de 1999; Portaria Ministerial 359 de 31 de Agosto de 2006, Artigo 207, da IN 20 INSS/PRES. De 10/10/2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXILIO DOENÇA**, ao servidor

Sr

. Aldo da Silva Campos, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 980.748 - SSP/MT e do CPF sob o n.º 801.761.601-59, residente e domiciliado neste município, funcionário Comissionado, no cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos Integrais, conforme Beneficio n.º 6084352204, a partir de 05/03/2015 até dia 31/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 071/2015

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias aos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme relação abaixo:

N.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	Genivaldo G. da Silva	Auditor	Sec.Mun. de Administração	13/04/2015 a 02/05/2015
002	Aline Priscila Guedes	Tec. Saúde	Sec.Mun. de Saúde	A Programar
003	Vinicius C. M. Assunção	Ag. Administrativo	Sec.Mun. de Saúde	04/03/2015 a 23/03/2015
004	Luciane Paes Franco	Enfermeira	Sec.Mun. de Saúde	04/03/2015 a 02/04/2015
005	Rosângela F. da Silva	Merendeira	Sec.Mun. de Educação	09/03/2015 a 07/04/2015
006	Antonio Pastor dos Santos	Op. Maq. Pesadas	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
007	Erotides R.A. dos Santos	Op.Maq. Pesadas	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
008	Jamil Rodrigues de Souza	Motorista	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
009	Joao Antonio Aguilera	Op.Maq. Pesadas	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
010	Lucas Pastor dos Santos	Ag.Serv.Publico	Sec.Mun. de Obras	10/03/2015 a 08/04/2015
011	Moises Seehagel da Silva	Motorista	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
012	Orlando pereira da Silva	Ag. Serv.Publico	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 21/03/2015
013	Paulo da Silva	Ag. Serv.Publico	Sec.Mun. de Obras	09/03/2015 a 28/03/2015
014	Rozelino Alves Viana	Pedreiro	Sec.Mun. de Obras	10/03/2015 a 08/04/2015
015	Josimar Lopes	Tratorista	Sec.Mun. de Obras	02/03/2015 a 31/03/2015

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 30 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 022/2015

(QUE DISPÕE SOBRE FERIADO NACIONAL E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado, neste dia **02 de Abril – Quinta- Feira – Ponto Facultativo,** e no dia **03 de Abril – Feriado de Sexta-Feira da Paixão,** para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 31 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 061/2015

(**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA DILVA CIRILO DE FRANÇA**)

CONSIDERANDO o Art. 101 item III, e 112 *caput* da Lei Complementar n° 001/2006 – Que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providencias correlatas.

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) CONCEDER Licença para acompanhamento de sua genitora à servidora **DILVA CIRILO DE FRANÇA** portadora do RG n° **790.503 SSP/MT e CPF n° 503.713.711-08**, Lotada na Secretária Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 20 de Fevereiro de 2015, conforme firmado no Atestado Médico da mesma data.

Artigo 2º) – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de Fevereiro de 2015.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 16 de Março de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº 025/2015

De: 30 de Março de 2015.

"Concede Ponto Facultativo o dia 02 de Abril de 2015, em virtude do feriado de Sexta-Feira da Paixão, dia 03 de Abril de 2015".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude do feriado de Sexta-Feira da Paixão dia 03 de Abril de 2015, fica Decretado Ponto Facultativo o dia 02 de Abril de 2015 nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Infraestrutura a preservação e funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua responsabilidade, área e competência.

Art. 3 - A pasta de Educação seguirá o calendário letivo, elaborado pelas instituições municipais de ensino e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 30 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 162/2015

De: 31 de março de 2015

"Concede Licença Maternidade à servidora Maria Jociele da Silva e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o artigo 126 e 234 da Lei Municipal n° 018 de 18/06/1991;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora **Maria Jociele da Silva**, nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 120 (cento e vinte dias) a partir do dia 26/02/2015 conforme atestado médico.

Parágrafo Único – Será atribuído Auxilio Natalidade em quantia equivalente a um vencimento mínimo por motivo de nascimento de filho.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 31 de março de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

Tipo: Menor Preço por Lote.

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 005/2015 REGISTRO DE PREÇOS 003/2015**, tendo como objetocontratação de empresa especializada para futura Aquisição de Luminária de LED e materiais elétricos para Iluminação de Ruas, Avenidas e Praças Públicas, incluindo desmontagem, acondicionamento das lâmpadas retiradas em embalagem própria a transporte, montagem e instalação, substituindo as lâmpadas das luminárias existentes, cuja a abertura ocorreu as catorze horas, do dia 31 de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – W. S. CAVALLARI EPP, inscrita no CNPJ: 01.115.168/0001-05, localizada na Rua Rio Branco ,625-E, Centro, na Cidade de Juara-MT.

O valor Total Global é de R$ 1.441.543,12 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e quarenta e três reais e doze centavos).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 31 de março de 2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

CONTABILIDADE
BALANÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2014

** CONSOLIDADO **

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
1705/2014	ACORDO CADPREV 00873	27		16/10/2014	929.541,80	929.541,80				35.736,15	27	893.805,65
1593/2013	ACORDO CADPREV 01153/2013	60	18	01/12/2013	249.513,46	249.513,46			21.823,75	56.563,06	42	171.126,65
1593/2013	ACORDO CADPREV 01154/2013	60	6	01/12/2013	319.205,03	319.205,03			110.259,85		54	208.945,18
1593/2013	ACORDO CADPREV 01207/2013	240	24	01/12/2013	1.159.455,61	1.159.455,61			48.912,89	12.974,39	216	1.097.568,33
1593/2013	ACORDO CADPREV 01208/2013	240	7	01/12/2013	3.524.153,07	3.524.153,07			136.718,87	233.976,94	233	3.153.457,26
1386/2010	DIVIDA INTERNA - REDE CEMAT - 2010	108	3	31/12/2012	1.638.817,85	1.366.790,65		3.952.192,18	68.006,94		105	5.250.975,89
1402/2010	PARCELAMENTO INSS	240	10	31/12/2012	584.234,37	415.805,99		1.953.913,25	105.371,53		230	2.264.347,71
29/2004	PRECATORIOS	60		31/12/2012	1.162.605,03	786.800,58				461.151,36	60	325.649,22
TOTAL					**9.567.526,22**	**8.751.266,19**		**5.906.105,43**	**491.093,83**	**800.401,90**	**967**	**13.365.875,89**
TOTAL GERAL					**9.567.526,22**	**8.751.266,19**		**5.906.105,43**	**491.093,83**	**800.401,90**	**967**	**13.365.875,89**

Emissão: 24/03/2015 19:06:43 PREFEITURA DE POXOREU Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			33.188.266,31	DESPESA			34.042.105,24
RECEITAS CORRENTES		36.577.132,25		DESPESAS CORRENTES		31.515.846,08	
RECEITA TRIBUTARIA	4.612.112,46			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.813.671,80		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	185.820,18			JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	34.411,74		
RECEITA PATRIMONIAL	2.196.352,97			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.667.762,54		
RECEITA DE SERVICOS	787.683,19			DESPESAS DE CAPITAL		2.526.259,16	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	28.226.459,01			INVESTIMENTOS	1.277.342,81		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	568.704,44			AMORTIZACAO DE DIVIDA	1.248.916,35		
RECEITAS DE CAPITAL		237.692,08		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			1.417.411,44
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	237.692,08			REPASSES PASSIVOS		1.417.411,44	
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-3.626.558,02			REPASSE CONCEDIDO	1.417.411,44		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			1.417.411,44				
REPASSES ATIVOS		1.417.411,44					
REPASSE RECEBIDO	1.417.411,44						
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**34.605.677,75**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**35.459.516,68**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			4.486.691,67	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			1.448.357,78
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		4.486.691,67		LIQUIDACAO DE CREDITOS - PELA ENTRADA DE RECUR		1.448.357,78	
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	256.352,70			DIVIDA ATIVA RECEBIDA	203.851,73		
BENS DE ESTOQUE	4.230.338,97			OUTRAS LIQUIDACOES DE CREDITOS	1.244.506,05		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			491.093,83	INCORPORACAO DE PASSIVOS			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE PASSIVOS		491.093,83					
PARCELAMENTOS	491.093,83						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**4.977.785,50**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**1.448.357,78**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			2.589,87
INCORPORACOES DE ATIVOS			1.581.134,28	INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCE		2.589,87	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		36.716,00		INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN	2.589,87		
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	36.716,00			DESINCORPORACOES DE ATIVOS			4.242.983,65
INCORPORACAO DE DIREITOS		1.544.418,28		BAIXA DE BENS MOVEIS		4.242.983,65	
DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	1.089.490,93			BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	12.644,68		
INCORPORACAO DE OUTROS DIREITOS	454.927,35			BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	4.230.338,97		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			282.857,60	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			69.609,96
AJUSTES DE CREDITOS		282.857,60		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		69.609,96	
ATUALIZACAO MONETARIA	282.857,60			DEPRECIACOES	69.609,96		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			10.425.366,53	INCORPORACAO DE PASSIVOS			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		10.425.366,53		AJUSTES DE OBRIGACOES			5.906.105,43
REVERSAO DE PROVISOES	9.624.964,63			ATUALIZACAO DE OBRIGACOES EXTERNAS		5.906.105,43	
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	800.401,90			PARCELAMENTOS	5.906.105,43		

Emissão: 24/03/2015 19:04:51 Agili - Softwares para Área Pública Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

AJUSTES DE OBRIGACOES							
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**12.289.358,41**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**10.221.288,91**
Total das Variações Ativas			**51.872.821,66**	**Total das Variações Passivas**			**47.129.163,37**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**4.743.658,29**
Total Geral			**51.872.821,66**	**Total Geral**			**51.872.821,66**

Emissão: 24/03/2015 19:04:51 Agili - Softwares para Área Pública .'ágina 2

CONTABILIDADE
BALANÇO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2014

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	31.647.982,24	33.188.266,31	1.540.284,07	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	37.244.856,59	34.042.105,24	-3.202.751,35
RECEITAS CORRENTES	36.053.568,18	36.115.668,02	62.099,84	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	36.124.285,16	33.835.659,34	-2.288.625,82
RECEITA TRIBUTARIA	1.424.773,85	3.488.215,41	2.063.441,56	DESPESAS CORRENTES	31.508.261,90	31.309.400,18	-198.861,72
RECEITA DE CONTRIBUICOES	954.504,00	848.253,00	-106.251,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.904.602,08	13.813.671,80	-90.930,28
RECEITAS DE VAORES MOBILIARIOS	745.629,54	1.420.542,88	674.913,34	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	36.465,00	34.411,74	-2.053,26
RECEITA DE SERVICOS	473.322,92	787.683,19	314.360,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.567.194,82	17.461.316,64	-105.878,18
TRANSFERENCIAS CORRENTES	31.608.818,64	28.226.459,01	-3.382.359,63	DESPESAS DE CAPITAL	4.616.022,26	2.526.259,16	-2.089.763,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	846.519,23	1.344.514,53	497.995,30	INVESTIMENTOS	3.361.407,26	1.277.342,81	-2.084.064,45
RECEITAS DE CAPITAL	703.216,79	237.692,08	-465.524,71	AMORTIZACAO DE DIVIDA	1.254.615,00	1.248.916,35	-5.698,65
ALIENACAO DE BENS				RESERVA DE CONTIGENCIA	1,00		-1,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	703.216,79	237.692,08	-465.524,71	RESERVA DE CONTIGENCIA	1,00		-1,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	1.598.400,00	461.464,23	-1.136.935,77	CRÉDITOS ESPECIAIS	1.120.571,43	206.445,90	-914.125,53
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	1.598.400,00	461.464,23	-1.136.935,77	DESPESAS CORRENTES	212.509,90	206.445,90	-6.064,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARI				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-6.707.202,73	-3.626.558,02	3.080.644,71	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.509,90	206.445,90	-6.064,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA PATRIMONIAL				DESPESAS DE CAPITAL	908.061,53		-908.061,53
(-) DEDUCOES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-6.707.202,73	-3.626.558,02	3.080.644,71	INVESTIMENTOS	908.061,53		-908.061,53
(-) DEDUCOES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES				AMORTIZACAO DE DIVIDA			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				AMORTIZACAO DE DIVIDA			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.417.761,44	1.417.411,44	-350,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.329.000,00	1.417.411,44	88.411,44
RECEBIMENTO DE DUODECIMO	1.417.761,44	1.417.411,44	-350,00	REPASSE AO LEGISLATIVO	1.329.000,00	1.417.411,44	88.411,44
SubTotal	33.065.743,68	34.605.677,75	1.539.934,07	SubTotal	38.573.856,59	35.459.516,68	-3.114.339,91
Déficit Total	5.508.112,91	853.838,93	-4.654.273,98	Superávit Total			
Total	38.573.856,59	35.459.516,68	-3.114.339,91	Total	38.573.856,59	35.459.516,68	-3.114.339,91

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita Municipal

DOUGLAS FIGUEIREDO DA C. SILVA
Secretario de Finanças

ADALIA PEREIRA IRMA
Contadora-CRC/MT-002636-0-8

Emissão: 24/03/2015 19:01:30 — Agili - Softwares para Área Pública — Página 1

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

Tendo em vista o inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, bem como parecer da Assessoria Jurídica desta Administração o Processo Licitatório de Pregão Presencial nº 007/2015 Registro de Preços nº 005/2015, cujo Objeto da Presente Licitação *Contratação de Empresa Especializada na solução de operação e gestão do processo de venda de ingressos e controle de acesso para o Encontro de Violeiros*. Foi **REVOGADO** com base no Artigo 49 da Lei 8.666/93, dadas as razões e fato superveniente.

Poxoréu-MT, 30 de março de 2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

CONTABILIDADE
BALANÇO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)

em R$ - P. Contas TCE

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			12.326.545,18
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		12.326.545,18	
DISPONIVEL EM BANCOS	12.326.545,18		
CREDITOS EM CIRCULACAO			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			12.326.545,18

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			1.543.856,06
CREDITOS EM CIRCULACAO		1.543.856,06	
CREDITOS TRIBUTARIOS	4.543.392,42		
PROVISAO PARA PERDAS DE DIVIDA ATIVA TRIB	-2.999.536,36		
INVESTIMENTOS			
PERMANENTE			17.380.863,79
BENS MOVEIS E IMOVEIS		17.457.744,83	
BENS MOVEIS	6.652.930,91		
BENS IMOVEIS	10.804.813,92		
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-76.881,04	
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-76.881,04		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			18.924.719,85
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			31.251.265,03

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
PASSIVO REAL DESCOBERTO			396.736,82
			396.736,82

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			2.614.154,68
RESPONSABILIDADES POR TITULOS VALORES E BENS		384.020,00	
RECEBIDOS	5.000,00		
CONCEDIDOS	379.020,00		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		1.117.209,44	
DE RECEITAS	1.117.209,44		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.112.925,24	

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DEPOSITOS			1.271.111,25
CONSIGNACOES		1.250.422,85	
DE TERCEIROS	1.182.065,09		
DO TESOURO MUNICIPAL	68.357,76		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		20.688,40	
DEPOSITOS E CAUCOES	20.688,40		
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES EM CIRCULACAO			2.995.549,39
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES		2.995.549,39	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.372.582,44		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.622.966,95		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			4.266.660,64

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			13.365.875,89
OBRIGACOES PARCELADAS		13.040.226,67	
PARCELAMENTO DE INSS	2.264.347,71		
OUTROS PARCELAMENTOS	10.775.878,96		
PRECATORIOS	325.649,22		
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			14.015.465,32
PLANO PREVIDENCIARIO		14.015.465,32	
PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	14.015.465,32		
PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
DIVIDA FUNDADA			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			27.381.341,21
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			31.648.001,85

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			2.614.154,68
TITULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABILIDADE		384.020,00	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		1.117.209,44	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.112.925,24	

Emissão: 24/03/2015 19:04:00

Agili - Softwares para Área Pública

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)

em R$ - P. Contas TCE

ATIVO				PASSIVO			
DE DESPESAS	1.112.925,24						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			2.614.154,68	**TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO**			2.614.154,68
TOTAL DO ATIVO			34.262.156,53	**TOTAL DO PASSIVO**			34.262.156,53

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita Municipal

DOUGLAS FIGUEIREDO DA C. SILVA
Secretario de Finanças

ADALIA PEREIRA IRMA
Contadora-CRC/MT-002636-0-8

Emissão: 24/03/2015 19:04:00

Agili - Softwares para Área Pública

Página 2

Homologado

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO

AVISO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que aderiu Ata de Registro de Preço nº 050/2014, do Processo Administrativo nº 131/2014 oriundo ao Pregão Presencial nº 061/2014, do Município de Água Boa Estado de Mato Grosso, com amparo no art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, informando que essa adesão visa atender ao Município de Poxoréu, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em telecomunicações, possuam outorga da ANATEL, para prestação de serviço de telefonia móvel, através da tecnologia 2G ou 3G pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de 65 acessos móveis com a disponibilização em regime DCE comodato das estações móveis.

Em, Poxoréu/MT. 27 de março de 2015.

Alessandro dos Santos Oliveira

Presidente CPL

Jane Maria Sanchez Lopes Rocha

Prefeita Municipal

CONTABILIDADE
BALANÇO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			33.188.266,31
RECEITAS CORRENTES		36.577.132,25	
RECEITA TRIBUTARIA	4.612.112,46		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	185.820,18		
RECEITA PATRIMONIAL	2.196.352,97		
RECEITA DE SERVICOS	787.683,19		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	28.226.459,01		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	568.704,44		
RECEITAS DE CAPITAL		237.692,08	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	237.692,08		
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-3.626.558,02	
Total da Receita Orçamentária			**33.188.266,31**

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Títulos	R$	R$	R$
INTERFERENCIAS ATIVAS			1.417.411,44
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.417.411,44	
REPASSES ATIVOS	1.417.411,44		
Total de Transf. Financeiras Recebidas			**1.417.411,44**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			561,98
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		561,98	
SALARIO-FAMILIA (ESTATUTARIO)	561,98		
CONSIGNACOES			2.582.578,89
PREVIDENCIA MUNICIPAL		56.318,68	
DEMAIS SEGURADOS	56.318,68		
INSS		1.121.184,98	
DEMAIS SEGURADOS	1.121.184,98		
PENSAO ALIMENTICIA		36.402,65	
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA DE POXORE	24.782,49		
PENSAO ALIMENTICIA (CAMARA MUNICIPAL DE PO	11.148,32		
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA DE POXORE	471,84		
OUTROS CONSIGNATARIOS		1.062.392,30	
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA DE POXORE	149.304,38		
CONTRIBUICAO SINDICAL (CAMARA MUNICIPAL DE	2.616,28		
CONVENIO CEF (PREFEITURA DE POXOREU)	598.596,81		
BV FINANCEIRA (PREFEITURA DE POXOREU)	142.397,09		
BMG (PREFEITURA DE POXOREU)	11.597,48		
ASSEMP (PREFEITURA DE POXOREU)	120.647,82		
ASSEMP BUCAL (PREFEITURA DE POXOREU)	2.450,00		
ASSEMP SOMED (PREFEITURA DE POXOREU)	34.782,44		
IRRF DE SERVIDORES		30.837,85	
IRRF (PREFEITURA DE POXOREU)	2.730,06		
IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	22.850,40		
IRPF (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIA	914,55		
IRRF (PREFEITURA DE POXOREU)	4.342,84		

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
DESPESA			34.042.105,24
LEGISLATIVA		1.414.551,93	
ADMINISTRACAO		7.791.152,62	
ASSISTENCIA SOCIAL		1.997.762,24	
PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.770.113,20	
SAUDE		9.336.725,50	
EDUCACAO		7.650.220,90	
CULTURA		31.500,00	
URBANISMO		2.266.048,61	
SANEAMENTO		949.721,26	
AGRICULTURA		615.891,40	
ORGANIZACAO AGRARIA		11.472,90	
INDUSTRIA		135.797,93	
COMERCIO E SERVICOS		3.000,00	
TRANSPORTE		68.146,75	
Total da Despesa Orçamentária			**34.042.105,24**

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Títulos	R$	R$	R$
INTERFERENCIAS PASSIVAS			1.417.411,44
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		1.417.411,44	
REPASSES PASSIVOS	1.417.411,44		
Total de Transf. Financeiras Concedidas			**1.417.411,44**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			561,98
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		561,98	
SALARIO-FAMILIA (ESTATUTARIO)	561,98		
CONSIGNACOES			2.375.248,40
PREVIDENCIA MUNICIPAL		56.318,68	
DEMAIS SEGURADOS	56.318,68		
INSS		928.509,56	
DEMAIS SEGURADOS	928.509,56		
PENSAO ALIMENTICIA		36.402,65	
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA DE POXORE	24.782,49		
PENSAO ALIMENTICIA (CAMARA MUNICIPAL DE PO	11.148,32		
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA DE POXORE	471,84		
OUTROS CONSIGNATARIOS		1.051.950,62	
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA DE POXORE	149.569,39		
CONTRIBUICAO SINDICAL (CAMARA MUNICIPAL DE	2.616,28		
CONVENIO CEF (PREFEITURA DE POXOREU)	591.394,80		
BV FINANCEIRA (PREFEITURA DE POXOREU)	145.116,77		
BMG (PREFEITURA DE POXOREU)	5.373,12		
ASSEMP (PREFEITURA DE POXOREU)	120.647,82		
ASSEMP BUCAL (PREFEITURA DE POXOREU)	2.450,00		
ASSEMP SOMED (PREFEITURA DE POXOREU)	34.782,44		
IRRF DE SERVIDORES		26.624,46	
IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	25.709,91		
IRPF (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIA	914,55		
ISS		2.328,16	
ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	2.328,16		

Emissão: 24/03/2015 19:02:55 Agili - Softwares para Área Pública Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

ISS		2.328,16		OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		273.114,27	
ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	2.328,16			DESCONTO CONSIGNADOS EM FOLHA (CAMARA M	104.595,64		
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		273.114,27		SOMED (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOC	5.718,45		
DESCONTO CONSIGNADOS EM FOLHA (CAMARA M	104.595,64			CDC - SALARIO (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDEN	151.056,18		
SOMED (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOC	5.718,45			SOMED (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	595,60		
CDC - SALARIO (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDEN	151.056,18			ASSEMP (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SO	8.636,11		
SOMED (CAMARA MUNICIPAL DE POXOREU)	595,60			IRPF (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIA	1.565,79		
ASSEMP (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SO	8.636,11			ISSQN (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCI	359,00		
IRPF (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIA	1.565,79			ISSQN (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCI	587,50		
ISSQN (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCI	359,00			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			5.744,16
ISSQN (FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCI	587,50			DEPOSITOS E CAUCOES		5.744,16	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			5.744,16	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS (PREFEITURA D	5.744,16		
DEPOSITOS E CAUCOES		5.744,16		OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			281.625,00
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS (PREFEITURA D	5.744,16			RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		225.027,81	
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAME			1.808.399,50	DO EXERCICIO ANTERIOR	224.412,27		
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR		618.146,67		DO SEGUNDO EXERCICIO	615,54		
PESSOAL A PAGAR	30.981,13			RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		56.597,19	
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.910,07			LIQUIDADOS	56.597,19		
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	581.415,47			INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN			2.589,87
SUPRIMENTOS DE FUNDOS	840,00						
DESPESAS NAO LIQUIDADAS A PAGAR		1.190.252,83					
PESSOAL A PAGAR	598,28						
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	1.162.357,15						
TRANSFERENCIAS	24.572,40						
DIARIAS	2.725,00						
Total da Receita Extra-Orçamentária			**4.397.284,53**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**2.665.769,41**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**	**Títulos**	**R$**	**R$**	**R$**
CAIXA				CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			9.781.901,06	BANCOS CONTA MOVIMENTO			10.906.387,83
BANCOS CONTA VINCULADA			1.666.967,93	BANCOS CONTA VINCULADA			1.420.157,35
Total do Saldo do Exercício Anterior			**11.448.868,99**	**Total do Saldo para o Exercício Seguinte**			**12.326.545,18**
Total da Receita			**50.451.831,27**	**Total da Despesa**			**50.451.831,27**

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita Municipal

DOUGLAS FIGUEIREDO DA C. SILVA
Secretario de Finanças

DOUGLAS FIGUEIREDO DA C. SILVA
Secretario de Finanças

Emissão: 24/03/2015 19:02:55

Agili - Softwares para Área Pública

Página 2

CONTABILIDADE
BALANÇO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
SALARIO FAMILIA (CAMARA)		561,98		561,98		
Subtotal:		**561,98**		**561,98**		
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	100.196,71					100.196,71
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	72.673,37					72.673,37
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS (PREFEITURA)						
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	3.269,61					3.269,61
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	1.115,50					1.115,50
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	1.429,50					1.429,50
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	272.058,26			615,54		271.442,72
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	176.852,93			15.299,31		161.553,62
RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS (PREFEITURA)						
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	8.064,54					8.064,54
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	596.982,75			219.278,68		377.704,07
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	227.021,36			41.297,88		185.723,48
R.P. de 2014 Nao Processados (PREFEITURA)		1.169.626,70				1.169.626,70
R.P. de 2014 Processados (PREFEITURA)		614.440,90				614.440,90
RESTOS A PAGAR / PROCESSADO (FUNDO)	9.110,36			5.133,59		3.976,77
RESTOS A PAGAR / NAO PROCESSADO - LIQUIDADO (FUNDO)						
R.P. de 2014 Nao Processados (FUNDO)		20.626,13				20.626,13
R.P. de 2014 Processados (FUNDO)		3.705,77				3.705,77
Subtotal:	**1.468.774,89**	**1.808.399,50**		**281.625,00**		**2.995.549,39**
DEPOSITOS						
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA)		24.380,70	401,79	24.782,49		
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)	16.345,58	149.304,38		149.569,39		16.080,57
CONVENIO CEF (PREFEITURA)	41.271,39	598.596,81		591.394,80		48.473,40
BV FINANCEIRA (PREFEITURA)	2.719,68	140.691,09	1.706,00	145.116,77		
BMG (PREFEITURA)	2.483,92	11.597,48		5.373,12		8.708,28
BICBANCO (PREFEITURA)						
ASSEMP (PREFEITURA)		120.637,58	10,24	120.647,82		
I.N.S.S (PREFEITURA)	249.453,96	384.682,92		236.436,99		397.699,89
POXOREO PREVI (PREFEITURA)	324.018,44	647.363,85		632.335,77		339.046,52
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA)			471,84	471,84		
IRRF (PREFEITURA)	34.975,31	2.730,06				37.705,37
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)						
CONVENIO CEF (PREFEITURA)	96,95					96,95
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS (PREFEITURA)	20.688,40	5.744,16		5.744,16		20.688,40
BV FINANCEIRA (PREFEITURA)	3.937,93					3.937,93
BMG (PREFEITURA)	3.749,38					3.749,38
ASSEMP (PREFEITURA)	7.417,59					7.417,59
POXOREU PREVI (PREFEITURA)	7.564,58					7.564,58
I.N.S.S (PREFEITURA)	290.112,82					290.112,82
IRRF (PREFEITURA)	17.691,16	4.342,84				22.034,00
CONVENIO CEF (PREFEITURA)						
PENSAO ALIMENTICIA (PREFEITURA)	683,00					683,00
SALARIO FAMILIA (PREFEITURA)						

Emissão: 24/03/2015 19:07:24

PREFEITURA DE POXOREU

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
SALARIO MATERNIDADE (PREFEITURA)						
INSS - OUTRAS ORIGENS (PREFEITURA)	1.628,90	30.215,41		814,00		31.030,31
CONTRIBUIÇÃO FESSP-MT (PREFEITURA)	98,64					98,64
IPTU (PREFEITURA)	732,52					732,52
DAE (PREFEITURA)	10,50					10,50
ALVARA (PREFEITURA)						
ASSEMP BUCAL (PREFEITURA)		2.450,00		2.450,00		
ASSEMP SINDICAL (PREFEITURA)						
ASSEMP SOMED (PREFEITURA)		34.782,44		34.782,44		
CONTRIBUICAO SINDICAL (CAMARA)		2.616,28		2.616,28		
DESCONTO CONSIGNADOS EM FOLHA (CAMARA)		104.595,64		104.595,64		
INSS (CAMARA)		57.722,80		57.722,80		
IRRF (CAMARA)	2.859,51	22.850,40		25.709,91		
ISSQN (CAMARA)		2.328,16		2.328,16		
OUTROS DESCONTOS (CAMARA)						
PENSAO ALIMENTICIA (CAMARA)		11.148,32		11.148,32		
PREVI POXOREU (CAMARA)	310,85	24.412,22		24.412,22		310,85
SOMED (CAMARA)		595,60		595,60		
SOMED (FUNDO)		5.718,45		5.718,45		
POXOREU -PREVI (FUNDO)		31.856,46		31.856,46		
INSS (FUNDO)		1.040,00		1.040,00		
IRPF (FUNDO)		914,55		914,55		
CDC - SALARIO (FUNDO)		151.056,18		151.056,18		
ASSEMP (FUNDO)		8.636,11		8.636,11		
POXOREU - PREVI (FUNDO)	26.993,02					26.993,02
INSS (FUNDO)	160,00	160,00		160,00		160,00
IRPF (FUNDO)	2.956,25	1.565,79		1.565,79		2.956,25
CDC - SALARIO (FUNDO)	3.305,41					3.305,41
ASSEMP (FUNDO)	1.008,42					1.008,42
ISSQN (FUNDO)	506,65	359,00		359,00		506,65
ISSQN (FUNDO)		587,50		587,50		

Emissão: 24/03/2015 19:07:24

PREFEITURA DE POXOREU

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
TARIFAS (FUNDO)		50,00		50,00		
Subtotal:	1.063.780,76	2.585.733,18	2.589,87	2.380.992,56		1.271.111,25
Subtotal:	2.532.555,65	4.394.132,68	2.589,87	2.662.617,56		4.266.660,64
TOTAL	2.532.555,65	4.394.694,66	2.589,87	2.663.179,54		4.266.660,64
TOTAL GERAL	2.532.555,65	TOTAL (b+c)	4.397.284,53	TOTAL (d+e)	2.663.179,54	4.266.660,64

Emissão: 24/03/2015 19:07:24

PREFEITURA DE POXOREU

Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
SALARIO FAMILIA (CAMARA)		561,98		561,98		
Subtotal:		**561,98**		**561,98**		
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	100.196,71					100.196,71
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	72.673,37					72.673,37
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS (PREFEITURA)						
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	3.269,61					3.269,61
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	1.115,50					1.115,50
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	1.429,50					1.429,50
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	272.058,26			615,54		271.442,72
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	176.852,93			15.299,31		161.553,62
RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS (PREFEITURA)						
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	8.064,54					8.064,54
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	596.982,75			219.278,68		377.704,07
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	227.021,36			41.297,88		185.723,48
R.P. de 2014 Nao Processados (PREFEITURA)		1.169.626,70				1.169.626,70
R.P. de 2014 Processados (PREFEITURA)		614.440,90				614.440,90
RESTOS A PAGAR / PROCESSADO (FUNDO)	9.110,36			5.133,59		3.976,77
RESTOS A PAGAR / NAO PROCESSADO - LIQUIDADO (FUNDO)						
R.P. de 2014 Nao Processados (FUNDO)		20.626,13				20.626,13
R.P. de 2014 Processados (FUNDO)		3.705,77				3.705,77
Subtotal:	**1.468.774,89**	**1.808.399,50**		**281.625,00**		**2.995.549,39**
DEPOSITOS						
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA)		24.380,70	401,79	24.782,49		
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)	16.345,58	149.304,38		149.569,39		16.080,57
CONVENIO CEF (PREFEITURA)	41.271,39	598.596,81		591.394,80		48.473,40
BV FINANCEIRA (PREFEITURA)	2.719,68	140.691,09	1.706,00	145.116,77		
BMG (PREFEITURA)	2.483,92	11.597,48		5.373,12		8.708,28
BICBANCO (PREFEITURA)						
ASSEMP (PREFEITURA)		120.637,58	10,24	120.647,82		
I.N.S.S (PREFEITURA)	249.453,96	384.682,92		236.436,99		397.699,89
POXOREO PREVI (PREFEITURA)	324.018,44	647.363,85		632.335,77		339.046,52
PENSOES ALIMENTICIAS (PREFEITURA)			471,84	471,84		
IRRF (PREFEITURA)	34.975,31	2.730,06				37.705,37
EMP. BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)						
CONVENIO CEF (PREFEITURA)	96,95					96,95
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS (PREFEITURA)	20.688,40	5.744,16		5.744,16		20.688,40
BV FINANCEIRA (PREFEITURA)	3.937,93					3.937,93
BMG (PREFEITURA)	3.749,38					3.749,38
ASSEMP (PREFEITURA)	7.417,59					7.417,59
POXOREU PREVI (PREFEITURA)	7.564,58					7.564,58
I.N.S.S (PREFEITURA)	290.112,82					290.112,82
IRRF (PREFEITURA)	17.691,16	4.342,84				22.034,00
CONVENIO CEF (PREFEITURA)						
PENSAO ALIMENTICIA (PREFEITURA)	683,00					683,00
SALARIO FAMILIA (PREFEITURA)						

Emissão: 24/03/2015 19:07:24

PREFEITURA DE POXOREU

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
SALARIO MATERNIDADE (PREFEITURA)						
INSS - OUTRAS ORIGENS (PREFEITURA)	1.628,90	30.215,41		814,00		31.030,31
CONTRIBUIÇÃO FESSP-MT (PREFEITURA)	98,64					98,64
IPTU (PREFEITURA)	732,52					732,52
DAE (PREFEITURA)	10,50					10,50
ALVARA (PREFEITURA)						
ASSEMP BUCAL (PREFEITURA)		2.450,00		2.450,00		
ASSEMP SINDICAL (PREFEITURA)						
ASSEMP SOMED (PREFEITURA)		34.782,44		34.782,44		
CONTRIBUICAO SINDICAL (CAMARA)		2.616,28		2.616,28		
DESCONTO CONSIGNADOS EM FOLHA (CAMARA)		104.595,64		104.595,64		
INSS (CAMARA)		57.722,80		57.722,80		
IRRF (CAMARA)	2.859,51	22.850,40		25.709,91		
ISSQN (CAMARA)		2.328,16		2.328,16		
OUTROS DESCONTOS (CAMARA)						
PENSAO ALIMENTICIA (CAMARA)		11.148,32		11.148,32		
PREVI POXOREU (CAMARA)	310,85	24.412,22		24.412,22		310,85
SOMED (CAMARA)		595,60		595,60		
SOMED (FUNDO)		5.718,45		5.718,45		
POXOREU -PREVI (FUNDO)		31.856,46		31.856,46		
INSS (FUNDO)		1.040,00		1.040,00		
IRPF (FUNDO)		914,55		914,55		
CDC - SALARIO (FUNDO)		151.056,18		151.056,18		
ASSEMP (FUNDO)		8.636,11		8.636,11		
POXOREU - PREVI (FUNDO)	26.993,02					26.993,02
INSS (FUNDO)	160,00	160,00		160,00		160,00
IRPF (FUNDO)	2.956,25	1.565,79		1.565,79		2.956,25
CDC - SALARIO (FUNDO)	3.305,41					3.305,41
ASSEMP (FUNDO)	1.008,42					1.008,42
ISSQN (FUNDO)	506,65	359,00		359,00		506,65
ISSQN (FUNDO)		587,50		587,50		

Emissão: 24/03/2015 19:07:24

PREFEITURA DE POXOREU

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE POXOREU
ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
TARIFAS (FUNDO)		50,00		50,00		
Subtotal:	1.063.780,76	2.585.733,18	2.589,87	2.380.992,56		1.271.111,25
Subtotal:	2.532.555,65	4.394.132,68	2.589,87	2.662.617,56		4.266.660,64
TOTAL	2.532.555,65	4.394.694,66	2.589,87	2.663.179,54		4.266.660,64
TOTAL GERAL	2.532.555,65	TOTAL (b+c)	4.397.284,53	TOTAL (d+e)	2.663.179,54	4.266.660,64

Emissão: 24/03/2015 19:07:24 PREFEITURA DE POXOREU Página 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 058 /2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E BAIXA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a **Comissão Permanente de Avaliação, Depreciação e Baixa** de Bens Móveis e Imóveis do Município de Reserva do Cabaçal – MT, cujas atribuições encerrarão em 31 de Dezembro de 2015, composta pelos seguintes servidores:

1º - DEOLIRA VALERIO DO NASCIMENTO

Presidente

2º - ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA

Membro

3° - PAULO DINIZ DA SILVA

Membro

4º VALTAIR LEOPOLDINO NEGRES

Membro

SUPLENTES:

1° NILSON TEIXEIRA MACIEL

2° PABLO JUNIOR DA SILVA

3° AMARILDO RODRIGUES GOMES

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 10 de MARÇO de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

TARCISIO FERRARI.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 013/2015

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, por intermédio da Pregoeira, torna público a PRORROGAÇÃO da licitação modalidade Carta Convite nº 013/2015, visando a Contratação de empresa especializada em construção de rede de distribuição trifásica, conforme especificações contidas no Anexo I, a realizar – se no dia 13 de abril de 2015, às 09h00min (horário local), sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima men-

cionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX66) 3415 1207.

Ribeirãozinho - MT, 31 de março de 2015.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza - Pregoeira

PORTARIA 147/2015

Portaria nº 147/GP/15 Em, 13 de Março de 2.015

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Considerando o pedido de exoneração da servidora MARCIA BENTO DA SILVA, protocolado junto ao Departamento de Pessoal, Considerando ainda que o município não tem direito subjetivo de manter-lo no cargo contra sua vontade, em conformidade com o mesmo, fica o servidor **desligado definitivamente do quadro de funcionários,** onde ocupava o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, desempenhando a função junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015

2º ATO

PROCESSO N° 039/2015

PREGÃO PRESENCIAL R.P - N° 023/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO PARCELADO DE BILHETES DE PASSAGENS TERRESTRES, COMPREENDENDO A RESERVA, AGENDAMENTO, VENDAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO E REEMBOLSO CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010, nº 207/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 -Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 16/04/2015

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Rondolândia - MT, 31 de Março de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 016/2015

2º ATO

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.

1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, *TORNA PÚBLICO* para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 016/2015,** cujo **Objeto: "Aquisição de Peças e Prestação de Serviços para manutenção do veiculo Uno Mille Fire Flex 04 Portas, Placa OBK -9252/MT, Chassi 9BD15822AD6644885, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 030/2015 - SEMAS, **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 31 de Março de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

2º ATO

PROCESSO N° 022/2015

TOMADA DE PREÇOS - N° 001/2015

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada através do Decreto nº 1.045/GAB/PMR/2015 de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO,** para todos os interessados que esta instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015, Objeto: "**Contratação de Empresa para Construção de 04 (quatro) Unidades Escolares nas Terras Indígenas Zoró, contendo 01 (uma) sala de aula com 36 (trinta e seis) alunos cada, com fornecimento de Materiais, mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, conforme projetos referente ao Programa PAR do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação"**, processado nos autos do processo Administrativo de nº 022/ 2015 – SEMEC.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala CPL, sede do Município de Rondolândia, Av. Joana Alves de Oli-

veira, Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira, pelo valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), mediante depósito referenciado na conta corrente de nº 55.894-X, Agência: 0951-2 – Banco do Brasil.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá no dia 28/04/2015 às 09:00 horas.

Rondolândia - MT, 31 de Março de 2015.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

Decreto n° 1.045/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 043/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2015 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Bronelle e Colombi LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 07.950.433/0001-57, instalada e localizada na Av. Sete de Setembro nº 2356, Bairro Centro, na cidade de Cacoal/RO, representada neste ato pelo seu procurador Srº Jarles Castro Alves, portador do CPF nº 865.833.282-91 e do RG nº 975519 SSP/RO , nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 024/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, aos nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006 e nº e 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição de doces e derivados para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social , cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 024/2015 do Edital de Pregão Presencial n°024/2015, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 043/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: Bronelle e Colombi LTDA-ME	
CNPJ n°07.950.433/0001-57	
Endereço: Av. Sete de Setembro, 2356, Centro	
Cidade/Estado: Cacoal/RO	CEP: 76.964-050
Telefone: (69) 3441-5543	E-mail: financeirore@hotmail.com
Procurador: Jarles Castro Alves	
CPF n°. 865.833.282-91	

2.1. Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CX	200	SUSPIRO – CAIXA COM 50 UNIDADES - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	FRONTEIRA	15,93	3.186,00
02	CX	200	SORVETE SECO – CAIXA COM 50 UNIDADES - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	FRONTEIRA	15,93	3.186,00
03	CX	200	GOMA TUBO FRUTAS SORTIDAS 30X32 G - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	DORI	9,53	1.906,00
04	PCT	400	BALA FRUTAS SORTIDAS 700 G - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	DORI	5,09	2.036,00
05	PCT	5.000	SACO PLASTICO DE POLIPROPILENO 2 LITROS	PLASNEDO	0,19	950,00
06	PCT	500	FITILHO 5MM X 50 (CORES DIVERSAS)	CROMUS	1,19	595,00
07	PCT	300	BOMBOM PACOTES COM - EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	BOM SABOR	9,49	2.847,00
08	PCT	200	PIRULITO EM FORMATO DE CORAÇÃO - PACOTE PE TRANSPARENTE COM 100 PIRULITOS. SABORES VARIADOS. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES NO ATO DA ENTREGA.	FLORESTAL	10,09	2.018,00
09	PCT	200	PIRULITO SORTIDOS, PACOTE COM 100 UNIDADES DE PIRULITOS DE 5G CADA. SABOR DE FRUTAS. - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	BERBAU	4,89	978,00
10	PCT	400	VARETA PEGA BALÃO PCT COM 10 UNIDADES NA COR BRANCA OU TRANSPARENTE	REGINA	3,29	1.316,00
11	CX	150	DOCE DE ABÓBORA CAIXA COM 50 UNIDADES - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	FRONTEIRA	15,93	2.389,50
12	CX	150	DOCE PÉ DE MULEQUE CAIXA COM 50 UNIDADES - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	FRONTEIRA	16,45	2.467,50

13	KG	200	CHOCOLATE AO LEITE EM BARRA - NÃO CONTÉM GLÚTEM. EMBALAGEM DE 1KG. DE BOA QUALIDADE. - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	HARALD	14,09	2.818,00
14	KG	200	CHOCOLATE BRANCO EM BARRA – NÃO CONTÉM GLUTEM. EMBALAGEM DE 1KG. DE BOA QUALIDADE. - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	HARALD	14,09	2.818,00
17	CX	100	CASQUINHA DE SORVETE - TIPO CONE OU COPO, EM WAFFER, DE BOA QUALIDADE. CAIXA COM 50 UNIDADES - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	MARVY	4,27	427,00
18	CX	200	DOCE DE LEITE EM TABLETE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM 50 UNIDADES CADA CAIXA - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	CANDY BELLE	14,45	2.890,00
19	UNIDADE	2.000	PANETONE - CONFECCIONADO COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, UVAS PASSAS (9,99%), FRUTAS CRISTALIZADAS (9,99%), GORDURA VEGETAL, OVO LÍQUIDO INTEGRAL, GEMA DE OVOS, MANTEIGA, EXTRATO DE MALTE, SAL,ESTABILIZANTE: MONO E DIGLICERÍDIOS DE ÁCIDOS GRAXOS (INS 471),AROMATIZANTES, CORANTES NATURAIS: CÚRCUMA (INS 100I) E URUCUM (INS160B) E CONSERVADORES: PROPIONATO DE CÁLCIO (INS282) E ÁCIDO-SÓRBICO (INS200) CONTÉM GLÚTEM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL-450 GRAMAS. DE BOA QUALIDADE.	TOMMY	10,45	20.900,00
20	PCT	200	PIRULITO MASTIGÁVEL - PACOTE COM 100 UNIDADES DE PIRULITOS DE 5G CADA. SABOR DE FRUTAS. - VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DO ATO DA ENTREGA	ZAZUAGE	5,99	1.198,00
22	UNIDADE	40	FORMA DE SILICONE OVO DE PASCOA 2X1 (250 GRAMAS)	BWB	6,49	259,60
23	PCT	40	SACO PARA OVO DE PÁSCOA (250 GRAMAS) 50 UNIDADES COLORIDOS	CROMUS	50,45	2.018,00
24	UNIDADE	100	FITA DE 3CM CORES VARIADAS – ROLO DE 100MTS	CROMUS	4,49	449,00
25	UNIDADE	2000	SUPORTE PEQUENO PARA OVO DE PÁSCOA (250 GRAMAS)	BWB	0,32	640,00
26	UNIDADE	100	FLOCOS DE ARROZ – PACOTE 500 G	HARALD	10,45	1.045,00
27	UNIDADE	500	FOLHAS GRANDES DE PAPEL CHUMBO PARA OVO DE PÁSCOA (250 GRAMAS)	CROMUS	0,86	430,00
28	UNIDADE	100	PINCEL Nº18	CONDOR	3,79	379,00
29	UNIDADE	10.000	PICOLÉ DE FRUTA SABORES VARIADOS	-	0,89	8.900,00
30	UNIDADE	100	BALDE DE SORVETE DE 5LITROS SABORES DIVERSOS	-	37,45	3.745,00
31	UNIDADE	100	BALDE DE SORVETE DE 10LITROS SABORES DIVERSOS	-	56,95	5.695,00
32	UNIDADE	5.000	POTES DE SORVETES DE 250G SABOR VARIADO	-	2,09	10.450,00

2.2. DETENTORA RESERVA DA ATA:

NOME:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 88.936,00 (oitenta e oito mil novecentos e trinta e seis reais).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 024/2015;

3.3. Substituir os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso haja comprovação de defeito de fábrica,

3.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-M.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.8. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.9. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9.1. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.13. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.14. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°024/2015.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento dos produtos desta licitação deverá ser entregue no Almoxarifado da Prefeitura, em até 03 (três) dias úteis, após emissão da autorização de fornecimento ou emissão de requisições, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 024/2015.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. No data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6. A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. 10.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias das Secretarias Municipais:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esport

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.128 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação e Unidades/ Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (36).

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esport

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.129 – Manutenção das Escolas Municipais

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (42).

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.150 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Assistência Social Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (184).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 024/2015 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I- Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 024/2015, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 31 de Março de 2015.

_____ _____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT Bronelle e Colombi LTDA-ME

BETT SABAH M.DA SILVA 07.950.433/0001-57

Prefeita Municipal Jarles Castro Alves

Participantes desta ARP:	Procurador
Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretário N° Decreto (carimbo)	Secretário N° Decreto (carimbo)

EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2015

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao *PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2015,* cujo **Objeto: "Registro de Preços, para Futuras e Eventuais Aquisições de Doces e Derivados para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 043/2015 – SEMEC e SEMAS, tendo como vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30,31 e 32, a empresa: **Bronelle e Colombi LTDA - ME, CNPJ: 07.950.433/0001-57,** com o valor global de R$ 88. 936,00 (oitenta e oito mil novecentos e trinta e seis reais), e os itens: 15,16 e 21 foram desclassificados.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 31 de Março de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

2º ATO

PROCESSO N° 023/2015

TOMADA DE PREÇOS - N° 002/2015

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada através do Decreto nº 1.045/GAB/PMR/2015 de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO,** para todos os interessados que esta instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015, Objeto: "**Contratação de Empresa para construção de 01 (uma) Quadra Escolar Coberta, conforme projeto padrão para Quadra Poliesportiva com Vestiários (980,40m²), pelo Programa Proinfância – Pac/Quadra Escolar Coberta, com fornecimento de materiais, mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, conforme projetos referente ao Programa Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE"**, processado nos autos do processo Administrativo de nº 023/2015 – SEMEC.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala CPL, sede do Município de Rondolândia, Av. Joana Alves de Oliveira, Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira, pelo valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), mediante depósito referenciado na conta corrente de nº 55.894-X, Agência: 0951-2 – Banco do Brasil.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá no dia 28/04/2015 às 15h00min.

Rondolândia - MT, 31 de Março de 2015.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

Decreto n° 1.045/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2015

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.1.044/ GAB / PMR / 2015, de 05 de Janeiro de 2015, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao *PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 023/2015,* cujo **Objeto: "Registro de preços para futura e eventual contratação de Empresa para prestação de serviços de fornecimento parcelado de Bilhetes De Passagens Terrestres, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso"** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 039/2015 – SEMUSA e GAB, **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 30 de Março de 2015.

Luciene Souza Santos

Pregoeira

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

PROCESSO N° 051/2015

PREGÃO PRESENCIAL - N° 028/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas para futura e eventual aquisição de material permanente e penso para atender as necessidades do Centro Odontológico para atender os usuários da Unidade Básica de Saúde**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010, 207/2013 de 25/01/2013 e 1.067 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº1. 044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177 .

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 15/04/2015

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 31 de Março de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.044/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 53 - 2015

PORTARIA Nº 053/2015

De 31 de Março de 2015

"Dispõe sobre afastamento sem ônus, nos termos artigo 124 e seguintes da Lei 1.234/2011, no âmbito da administração publica, e dá outras providencias".

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, Doutor João Antônio da Silva Balbino, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido o afastamento sem ônus para o servidor **MARIA ANGELA DE ARRUDA,** técnica em enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido de **03.03.2015** à

01.03.2017

.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario, com efeitos administrativos e financeiros retroativos à 03.03.2015.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 52 - 2015

PORTARIA N° 052/2015,

De 31 de Março de 2015.

"Dispõe alteração da Portaria Administrativa 197/2014, e dá outras providencias".

O EXCELENTISSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, **DR. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade da administração publica em apurar **"possíveis"**irregularidades e **"possíveis"**danos ao patrimônio publico no âmbito da administração publica municipal;

Considerando a necessidade de transparência e de respeito aos direitos consagrados da ampla defesa e do contraditório;

Considerando

os dispositivos legais pertinentes ao tema transcritos nos artigos 200 à 317 da Lei Municipal 1.234/2011;

R E S O L V E:

Art. 1º.DESIGNAR os servidores Álvaro Augusto Lemes (matricula 13), Wagner Dias de Oliveira (matricula 1436) e Eloy Schulz (matricula 1445) que a presidirá, para comissão processante permanente para apurar possíveis irregularidades funcionais e possíveis danos ao patrimônio publico no âmbito da administração publica municipal.

Art. 2º.Para cumprimento fiel cumprimento do disposto no artigo anterior, as noticias de possíveis irregularidades e possíveis danos ao patrimônio publico no âmbito da administração publica municipal deverão ser remetidos a Comissão Permanente pelo Chefe do Executivo Municipal para devida analise, sendo a estes atribuídas todas as prerrogativas legais previstas na Lei 1.234/2011 e demais dispositivos legais que regulamentam o tema.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação e/ou afixação.

Art. 4º.Revogam-se disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste/MT, 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 54 - 2015

PORTARIA 054/2015

DE 31 DE MARÇO DE 2.015

"Dispõe sobre exoneração e nomeação de pessoa em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) do cargo de Chefe de Divisão de Alta e Média Complexidade (Regulação), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a seguinte pessoa:

a)

Graciele Jodete Boabaid

;

Artigo 2º - Fica nomeado(a) para o cargo de Chefe de Divisão de Alta e Média Complexidade (Regulação), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a seguinte pessoa:

a) Jurene Maria da Silva;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 12 - 2015

DECRETON° 012/2015

de 31 de Março de 2015

"Dispõe sobre regulamentação e de premiações do evento municipal denominado "Campeonato da Copa Rural de Futebol Sete 2015 em Rosário Oeste – MT", com fulcro na Lei Federal de nº. 5.768/71", e da outras providencias".

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro nos dispositivos legais contidos na Lei Federal de nº. 5.768/71,

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado a premiação conforme Lei Federal 5.768/71, relativa ao

"Campeonato da Copa Rural de Futebol Sete 2015 em Rosário Oeste – MT"

, realizado no decorrer dos meses de Março e Abril do ano de 2015.

Parágrafo Único: A tabela de jogos contendo local e horário serão elaboradas e divulgadas pela Coordenação de Esporte Municipal.

Art. 2º A premiação conferida aos vencedores será realizada no dia 04 (quatro) de Abril de 2015, obedecendo a seguinte proporção:

MASCULINO

a) 1º Lugar – R$ 800,00 (oitocentos reais)

b) 2º Lugar – R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art. 3º - Ao se inscreverem para participação do evento, os participantes autorizarão automaticamente a Secretaria Municipal Governo, através de sua Coordenadoria de Esporte e Lazer Municipal a utilizar, editar, publicar, reproduzir, por meio de jornais, revistas, televisão, rádio e internet, imagens, conteúdos e qualquer informação, sem restrição de espécie alguma.

Art.4º. A participação no "Campeonato da Copa Rural de Futebol Sete 2015 em Rosário Oeste – MT", implica a aceitação irrestrita deste decreto e de seu regulamento.

Art. 5º – Ficam autorizadas das demais despesas com a manutenção do campeonato.

Art. 6º - As despesas oriundas deste Decreto, e as demais que se fizerem necessárias para o bom andamento do "Campeonato da Copa Rural de Futebol Sete 2015 em Rosário Oeste – MT" correrão por Dotação Orçamentária própria da Secretaria Municipal de Governo/Esporte e Lazer.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1410 - 2015

LEI Nº. 1.410/2015,

De 31 de Março de 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal para firmar convenio com a Cooperativa Agrícola Mista – REDECOOP, e da outras providencias"

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Executivo Municipal a firmar convenio com a Cooperativa Agrícola Mista – REDECOOP, visando a execução dos serviços previstos pela Lei Municipal nº 1.163/2009, de 02 de Setembro de 2009, que instituiu Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal no Município de Rosário Oeste/MT (SIM), podendo aditá-lo ou renová-lo a critério da administração publica municipal.

Art. 2º - Caberá a Cooperativa Agrícola Mista – REDECOOP, dentre as demais obrigações a serem pactuadas ao tempo da formalização do convenio com o Poder Executivo Municipal:

1- Responsabilizar-se pela a elaboração e execução do Serviço de Inspeção, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.163/2009, de 02 de Setembro de 2009, que instituiu Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal no Município de Rosário Oeste/MT (SIM).

2- Responsabilizar-se pelos profissionais que compõem a equipe técnica prestadora de serviço, devidamente habilitados junto aos órgãos competentes.

3- Responsabilizar-se pelos pagamentos mensais à equipe técnica prestadora dos serviços mediante apresentação de fatura e/ou recibo de prestação de serviço.

4- Facilitar a participação do profissional técnico em eventos de caráter administrativo e técnico de interesse profissional.

5- Definir prioridades no atendimento técnico e criar metas a serem alcançadas para a excelência na qualidade dos produtos inspecionados pela RedeCoop.

6- Divulgar o Programa Serviço de Inspeção Municipal, permitindo a participação a eventos que venham a difundir as ações do Programa.

7- Coordenar a execução do "Serviço Inspeção Municipal" (SIM) e as respectivas tarefas, com o apoio dos Responsáveis técnicos dos empreendimentos, assumindo a co-responsabilidade na elaboração, gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalizações destes empreendimentos.

8- Efetuar os controles e a contabilidade dos atos e fatos administrativos e financeiros, de acordo com a legislação em vigência encaminhando-os a Secretaria Municipal de Agricultura, quando solicitado.

9- Priorizar os empreendimentos destinados a geração de renda e oportunidade de trabalho, que estejam preferencialmente vinculados a uma rede de processamento, comercialização e de prestação de serviços.

10- Incentivar as atividades para que possam ser executadas através do cooperativismo/associativismo e que tenham prioridades em relação à individual.

11- Prestar contas dos Recursos recebidos da Prefeitura na forma exigida.

12- Manter Abertos seus registros e livros de contas para eventual realização de fiscalização e auditoria feita pelas entidades participantes deste contrato.

Art. 3º - Para execução dos serviços descritos no artigo 2º o Poder Executivo Municipal transferirá a RedeCoop valor global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de igual valor, a partir da publicação deste instrumento .

PARÁGRAFO UNICO: O valor estipulado no caput desta cláusula poderá ser alterado, mediante comprovação de necessidade, constante de novo cronograma financeiro de desembolso.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar-se de instrumentos legais cabíveis e necessários para o bom e fiel cumprimento das determinações cominadas por esta lei.

Art. 5º- A Cooperativa Agrícola Mista – REDECOOP terá seus serviços supervisionados diretamente pela Secretaria Municipal de Agricultura, a qual estará vinculada e subordinada.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º-Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, em 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1409 - 2015

Lei n.º 1.409/2015.

De 31 de Março de 2015

"Altera a Lei Municipal n.º 1.318/2013, cria o cargo de Coordenador(a) de Habitação, e da outras providencias"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Altera a Lei Municipal 1.318/2013, em seu artigo 7ª, item VIII e Anexo I e cria o cargo de Coordenador(a) de Habitação, DAS 05 na Secretaria Municipal de Assistência Social da forma que abaixo segue.

VIII – Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS

1 – Secretário(a) Municipal;

2 – Diretor(a) do CRAS;

3 – Diretor(a) de Programa e Projetos Sociais;

4 – Diretor(a) do Bolsa Família;

5 - Coordenador(a) de Habitação;

6 – Coordenador(a) de Proteção e Controle da Criança e do Adolescente;

7 – Coordenador(a) de Programa de Trabalho Emprego e Renda;

8 – Coordenador(a) da Casa Transitória Pedro Henrique Coelho Belém;

9 - Chefe de Apoio Administrativo

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar modificações que se fizerem necessárias para inclusão do cargo de Coordenador(a) de Habitação em sua estrutura organizacional.

Art. 3º. O anexo I da Lei Municipal 1.318/2013 passará a vigorar com as modificações descritas na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), conforme abaixo segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social Social – SMAS:	Símbolo	Número de Vagas
1 – Secretário Municipal	DAS – 01	01
2 – Diretor do CRAS	DAS – 04	01
3 – Diretor de Programa e Projetos Sociais	DAS – 04	01
4 – Diretor do Bolsa Família	DAS – 04	01
5 – Coordenador(a) de Habitação	DAS – 05	01
6 – Coordenador de Proteção e Controle da Criança e do Adolescente	DAS – 07	01
7 – Coordenador do Programa de Trabalho Emprego e Renda;	DAS – 06	01
8 – Coordenador da Casa Transitória Pedro Henrique Coelho de Belém	DAS – 07	01
9 – Chefe de Setor de Apoio Administrativo.	DAS – 08	01

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 31 de Março de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº584/2015

LEI Nº 584/2015

DATA: 31 de Março de 2015.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com Associação dos Estudantes de Santa Carmem (AESC), para concessão de auxílio financeiro no valor total de R$92.000,00 (noventa e dois mil reais) e dá outras providências.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER,** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Estudantes de Santa Carmem, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 11.999.864.0001-85, sediada na Rua Padre Anchieta, nº 1045, Bairro Centro, Santa Carmem - MT, para concessão de auxílio financeiro no valor de R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), com a finalidade de custear despesas do transporte de universitários até os campus do Município de Sinop/MT, no período noturno.

Parágrafo único -

O pagamento do auxílio financeiro que se refere o caput deste artigo será em 8 (oito) parcelas, sendo cada parcela no valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), a primeira parcela será paga até o quinto dia útil de cada mês após a aprovação desta lei.

Art. 2º - O representante legal da Associação dos Estudantes de Santa Carmem-MT deverá prestar contas em até 60 (sessenta) dia a contar do repasse financeiro da concedente, ao Poder Executivo, devendo a referida prestação de contas conter os requisitos exigidos no termo de convênio a ser celebrado.

Art. 3º - Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados ao pagamento de despesas com a contratação de ônibus de transporte escolar dos Universitários residentes em Santa Carmem/MT, e que estudem na cidade de Sinop/MT.

Art. 4º - A Associação dos Estudantes de Santa Carmem deverá seguir nas suas aquisições o princípio da economia de recursos, através do menor preço, efetuando pesquisa de mercado em no mínimo três estabelecimentos, devidamente comprovada na prestação de contas, observados os princípios da impessoalidade e economicidade, objetivando o melhor aproveitamento possível do dinheiro público.

Art. 5º - A Associação dos Estudantes de Santa Carmem assume o compromisso de restituir ao Município os valores concedidos, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a fazenda municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;

III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 6º - É reservado ao Município o direito de acompanhar e avaliar a execução dos serviços, fiscalizar in loco a utilização dos recursos e solicitar outras informações até 5 (cinco) anos, contados da aprovação de contas pelo TCE das contas do Município de Santa Carmem, correspondente ao ano de prestação de contas do auxílio.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária: 04.04001.12.364.00082078. 3390390000-0100000000.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 31 de Março de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044-2013

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 044/2013 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT CONTRATADA: Lira e Costa LTDA - ME, CNPJ: 10.642.203/0001-35. OBJETO: Prorrogado a Vigência de 27 de Março de 2015 até 25 de Junho de 2015. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas. Santa Cruz do Xingu – MT, 27 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 12/2015

De 31 de Março de 2015.

"DISPÕE SOBRE O BENEFICIO DO ARTIGO 13 E SEUS PARAGRAFOS DA LEI COMPLEMENTAR 063/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **LEOMARIO TABORDA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao servidor Edson Luis Ludwig, o beneficio de acréscimo de 2% (dois porcento) sobre o vencimento base, conforme prevê o artigo. 13º e seus parágrafos da Lei complementar 063/2014.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 31 de Março de 2015.

LEOMARIO TABORDA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 31.03.2015.

PROCESSO SELETIVO 001/2015 EDITAL N° 003/2015

Em cumprimento às determinações do Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO** – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 039/2014, de 07 de Março de 2014 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL Processo Seletivo para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo nº 001/2015.

	MOTORISTA CATEGORIA "D"						
	NOME	**DATA NASC**	NPO	AP	PP	MF	CLAS
1	ROSEMILDO SILVA DE ARAUJO	19/07/1976	6,0	7,5	9,5	7,6	AP
2	EDERSON GASPAR DA SILVA	06/06/1982	7,0	7,0	7,5	7,1	AP
3	RODRIGO DRASZEVSKI	28/10/1990	5,0	7,0	8,0	6,6	CLAS

	MOTORISTA CATEGORIA "C"						
	NOME	DATA NASC	NPO	AP	PP	MF	CLAS
1	JORANDIR PEDRO DE PINHO	09/10/1971	5,0	7,5	4,5	5,6	AP
2	MIQUEIAS SOARES BOERER	03/12/1992	4,0	5,5	5,5	5,0	CLAS

	PSICOLOGA						
	NOME	DATA NASC	NPO	AP	RED	MF	CLAS
1	JEIZIANE MENDONÇA DA SILVA	17/04/1991	4,0	8,5	8,0	6,8	AP
2	DANIELE WOLFF SANTIN	12/11/1987	5,0	7,5	7,5	6,6	CLAS

SERVIÇOS GERAIS						
	NOME	DATA NASC	NPO	AP	MF	CLAS
1	GEISIANE DA SILVA PIMENTA	09/12/1992	7,0	6,5	6,7	AP
2	PLACIDO CORREA	05/10/1972	7,0	5,5	6,2	AP
3	IVAN MOREMONCHI DA COSTA	21/10/1996	6,0	6,5	6,2	AP
4	ZILDO APARECIDO DA SILVA	03/04/1996	4,0	7,0	5,5	CLAS
5	GEVERSON DEIVID GONCALVES BATISTA	14/06/1993	4,0	6,0	5,0	CLAS
	DAMIÃO FRANCISCO DE PAULA	02/01/1962	NÃO COMPARECEU			
	GELSON GONÇALVES	16/06/1981	NÃO COMPARECEU			

	MONITOR DE ONIBUS ESCOLAR – SÃO CARLOS/TELES PIRES						
	NOME	DATA NASC	NPO	RED	AP	MF	CLAS
1	SABRINA DOS SANTOS ANGELI	07/08/1996	NÃO COMPARECEU				

	MONITOR DE ONIBUS ESCOLAR – BARRANCO VERMELHO CHAPADA AZUL						
	NOME	DATA NASC	NPO	RED	AP	MF	CLAS
1			NÃO ESCRITOS				
2							

	MONITOR DE ONIBUS ESCOLAR – ASSENTAMENTO						
	NOME	DATA NASC	NPO	RED	AP	MF	CLAS
1	SUZANA DA SILVA PEREIRA	29/08/1974	6,0	6,0	6,0	6,0	AP
2	NUBIA SARA CANCEIÇÃO DA SILVA	09/04/1983	5,0	6,5	6,5	6,0	CLAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, EM 31 MARÇO DE 2015.			
	MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI		HUGO GARCIA SOBRINHO
	Presidente da Comissão Organizadora		Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 001/2015 EDITAL N° 004/2015

Em cumprimento às determinações do Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO** – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 0161/2013, de 05 de Setembro de 2013 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL Processo Seletivo para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município

de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo nº 001/2015.

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Micro área 01 Composta pelas seguintes quadras: 24ª, 24b, 25, 26, 27, 28 e 29, conforme mapa da secretaria de saúde.						
	NOME	**DATA NASC**	NPO	AP	RED	MF	CLAS
1	THAUANY VALESKA DE FREITAS	17/05/1993	7,0	6,0	8,5	7,1	AP
2	BENEDITA NEVES LEMES	08/08/1970	5,0	7,5	6,0	6,1	CLAS
3	JESUINO RIBEIRO DA SILVA	27/01/1994	NÃO COMPARECEU				

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Micro área 06 Composta pelas seguintes quadras: 07, 10,32,34,37,38,33,35,36,39,F, E, D, A, I, K, J, e H, conforme mapa da secretaria de saúde						
	NOME	DATA NASC	NPO	AP	RED	MF	CLAS
1	JOANA RIBEIRO DA SILVA	29/07/1990	8,0	7,0	6,0	7,0	AP
2	CRISTIANE RIBEIRO DE SOUZA	11/09/1985	5,0	8,0	7,5	6,8	CLAS
3	NAIARA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA BOERER	22/07/1989	7,0	6,5	6,5	6,6	CLAS

	AGENTE COMBATE ENDEMIAS Área 02 Avenida Flavio Luiz compreendendo parte do centro e Bairros Jardim Primavera e Sonho Meu conforme mapa da secretaria de saúde.						
	NOME	DATA NASC	NPO	AP	RED	MF	CLAS
1	CLEBER GILMAR ANDRADE	23/02/1997	6,0	7,0	8,0	7,0	AP
2	ANA CRISTINA LOHMANN	04/09/1996	6,0	7,5	7,0	6,8	CLAS
3	TALITHA MARYAM FERNANDES	16/01/1988	6,0	6,0	7,0	6,3	CLAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, EM 31 MARÇO DE 2015.

	FERNANDA NALINE		HUGO GARCIA SOBRINHO
	Presidente da Comissão Organizadora		Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015, a partir das 08 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 003/2015, tendo como objeto o *Registro de preços para contratação de empresas(s)para prestação de serviços de maquina pesadas e caminhões basculantes de faz necessário para manutenção de estradas,carregamentos de terra,cascalhos,lixo,facilitando a manutenção dos serviços na secretaria.*.Fica **HOMOLOGADO** o Pregão Presencial nº 003/2015, tendo por vencedora a empresa **V.E. Mausolf Transportes-Me,CNPJ n° 10.881.165/0001-73** sagrou-se vencedora do processo licitatório para os lotes 01 e 02, totalizando o valor de R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais).

Santa Rita do Trivelato – MT 31 de março de 2015.

Hugo Garcia Sobrinho

Prefeito

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 016/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. SUELI MARTINELLI TABORDA".

O Diretor Executivo do SANTA RITA-PREVI- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I","II","III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Art. 76 e Tabelas da Lei Complementar 040/2012 de 06 de março de 2012 que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos Profissionais da Educação Pública Municipal de Santa Rita do Trivelato MT, atualizado o piso salarial dos Profissionais da Educação Básica através da Lei Municipal nº 474/2014 de 08 de Abril de 2014 e ainda combinado com o Art. 92, incisos "I","II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 048 de 16 de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Rita do Trivelato- MT.

Resolve,

Art. 1º -

Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial, em favor da Sra. SUELI MARTINELLI TABORDA, portadora do RG. nº. 497407 SSP/MT e CPF nº. 482.249.871-91, cadastrado sob a RE nº 61, efetiva no cargo de PROFESSORA EM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA-30 HORAS*, CLASSE B, NIVEL 05, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a* referida Servidora conta com 9.987 dias trabalhados, ou seja, 27 anos, 04 meses e 20 dias, com Proventos Integrais, conforme o processo do SANTA RITA-PREVI n.º 2015.06.00000001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre, publique e cumpra-se.

SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, 01 de abril de 2015.

_____

FABIO LOHMANN Diretor Executivo- Santa Rita-Previ

HOMOLOGO:

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrada e publicada por afixação no mural da UG e no Diário da AMM.
BRUNO LAPENNA GARCIA
Secretário Municipal Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº.376 DE 30 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, destinado à liquidação de créditos tributários e não tributários com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI destinado a promover a liquidação de créditos tributários e não tributários vencidos para com a Fazenda Pública Municipal até a data de 28/02/2015.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, créditos tributários e não tributários são os valores inscritos ou não em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial.

§ 1º

Incluem-se neste Programa os débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Caso o débito esteja sendo objeto de execução judicial, se existir defesa judicial, o sujeito passivo deverá desistir, expressamente e de forma irrevogável, da ação judicial proposta e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se funda a demanda, relativamente à matéria cujo débito se pretenda parcelar.

Art. 3º Para se beneficiar do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI de que trata esta Lei, o interessado deverá regularizar seus débitos para com a Fazenda Municipal, posteriores a 31.12.2014, até a data de adesão ao Programa.

Art. 4º O Programa de Parcelamento Incentivado – PPI não permite o parcelamento de débitos:

I – de Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta;

II – relativos a:

a) preços públicos em geral;

b) concessões de serviços onerosos, outorgados em data anteriores a esta Lei;

Parágrafo único. Coexistindo, em uma mesma cobrança, débitos cujas rubricas de receitas seja permitido parcelar e outras em que ele é vedado, o pagamento poderá ser desmembrado, para os efeitos desta Lei.

Seção II

Do Pedido de Parcelamento

Art. 5º O ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado – PPI dar-se-á por opção do sujeito passivo ou responsável pelo pagamento do Tributo, através de requerimento específico de adesão, a ser realizado por tempo indeterminado observando o § 1º do presente artigo.

§ 1º O prazo de adesão ao Programa poderá ser interrompido a critério da Administração Municipal, através de Decreto Municipal.

§ 2º Existindo parcelamentos concedidos sobre outras modalidades, cancelados ou não, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento, observado o prazo descrito no caput deste artigo.

§ 3º Para parcelamento de débitos cujo valor seja superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) será exigida garantia sob uma das formas a seguir, a vigorar durante o prazo do parcelamento:

I – garantia hipotecária sobre imóvel localizado neste Município, por seu valor venal, ou sobre imóvel localizado no Estado de Mato Grosso, por avaliação feita por profissional devidamente credenciado no CRECI ou CREA, respondendo o interessado, em qualquer caso, pelas despesas de avaliação, lavratura de escritura e de registro imobiliário;

II – garantia bancária;

III – garantia pessoal, própria ou de terceiros;

IV – caução de bens.

Seção III

Da Consolidação dos Débitos e dos Benefícios

Art. 6º A consolidação dos débitos para efeitos desta Lei terá por base a data de formalização do pedido de parcelamento e resultará da soma dos valores de:

I – principal lançado: do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Contribuição de Melhoria; Multas por infrações legais ao disciplinamento para Construção no Município, às regras de Posturas Municipais, do Meio Ambiente e da Saúde Pública;

II – multa moratória;

III – juros moratórios;

IV – honorários advocatícios se houver; e

V – demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção de garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

Art. 7º O contribuinte que aderir ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI deverá recolher o valor do débito consolidado, com os benefícios aqui estabelecidos:

I – redução de até 90% (noventa por cento) dos valores relativos a juros e multa moratórios, na forma do art. 9º;e

II – redução de até 90% (noventa por cento) dos valores relativos a outras multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

§ 1º No caso de parcelamento de débito ajuizado deverão ser pagos custas e encargos devidos à Fazenda Estadual, em parcela única.

§ 2º Para obtenção dos benefícios desta Lei, também deverão ser objeto do mesmo parcelamento, débitos de infração à legislação municipal, constituídos por ocasião da lavratura dos respectivos autos de infração.

Art. 8º A quitação da primeira prestação do parcelamento implica na adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, na expressa e irrevogável confissão da dívida e desistência de recursos administrativos.

Seção IV

Das Condições de Pagamento

Art. 9º O débito consolidado com os benefícios previstos no artigo 7º. desta Lei poderá ser quitado:

I – à vista com redução de 90% (noventa por cento) dos valores relativos a juros e multa moratórios;e

II – em 05 (cinco) parcelas divididas da seguinte forma:

a) Pagamento parcela única com 30(trinta) dias de prazo: concessão de desconto em 80% (oitenta e cinco por cento) nos juros e na multa moratória;

b) Pagamento em 02(duas) parcelas: concessão de desconto em 60% (sessenta por cento) nos juros e na multa moratória;

c) Pagamento em 03(três) parcelas: concessão de desconto em 50% (cinquenta por cento) nos juros e na multa moratória;

d) Pagamento em 04(quatro) parcelas: concessão de desconto em 40% (quarenta por cento) nos juros e na multa moratória;

e) Pagamento em 05(cinco) parcelas: concessão de desconto em 30% (trinta por cento) nos juros e na multa moratória;

Parágrafo único. O acréscimo pelo parcelamento será calculado aplicando-se um percentual a título de juros compensatórios, de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Art. 10. O valor mínimo de cada prestação do parcelamento celebrado, não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais) para pessoa física e R$ 300,00 (trezentos reais) para pessoa jurídica.

Art. 11. Optando por parcelamento,o pagamento da primeira prestação deverá ser efetuado na data de adesão ao Programa.

§ 1º Nos parcelamentos, o vencimento das parcelas subseqüentes à primeira ocorrerá, em cada mês, sempre com prazo de 30 dias à data do pagamento da primeira prestação.

§ 2º Excepcionalmente, a ser regulamentado por Decreto Municipal, poderão ser utilizados créditos de precatórios para pagamento de débitos tributários até o limite do montante atualizado dos débitos até a data de solicitação.

§ 3º Os parcelamento que se trata a presente Lei, deverão ser distribuídos dentro do exercício financeiro em que houve o parcelamento.

Art. 12. No pagamento de prestação em atraso de até 29 dias corridos, incidirão:

I – multa moratória de 5% (cinco por cento);

II – Juros moratórios de 1% (um por cento).

Seção V

Do Cancelamento do Parcelamento

Art. 13. O parcelamento será cancelado automática e definitivamente, nas seguintes hipóteses:

I – atraso superior a 30 dias corridos da data do vencimento de qualquer prestação; ou

II – propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI.

Art. 14. O cancelamento do parcelamento nos termos desta lei independerá de notificação prévia e implicará na perda dos benefícios concedidos e no restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, na forma da legislação aplicável e, ainda:

I – na inscrição em dívida ativa e ajuizamento fiscal de débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas e, encontrando-se o débito em execução fiscal, no prosseguimento da respectiva ação, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

II – na autorização de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa referentes aos débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas;

III – em penalidades previstas em legislação Municipal que tratam sobre Edificações, Postura Municipal, Meio Ambiente e Saúde Pública.

IV – no leilão judicial ou na execução hipotecária dos bens que garantam os débitos parcelados.

CAPÍTULO II

DO PROTESTO EXTRAJUDICIAL, DA INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTES EM CADASTROS DE INADIMPLENTES e EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a encaminhar a protesto extrajudicial os créditos da Fazenda Municipal, de qualquer natureza, vencidos e que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. Na hipótese de lavratura do protesto extrajudicial de que trata o “caput” deste artigo, seu cancelamento somente ocorrerá com o pagamento do crédito fazendário e sucumbência judicial incidente, se houver.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a criar Cadastro de Inadimplentes Municipal, podendo nele incluir todos os devedores para com a Fazenda Pública Municipal que mantenham débitos inscritos em dívida ativa.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com Órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC, SERASA, visando à inserção do nome do devedor por dívida ativa não paga.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. A aplicação do disposto nesta Lei não implica em restituição de quantias pagas.

Art. 19. As despesas que porventura sejam necessárias com a execução desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 20. O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições legais em contrário ou que com ela não se compatibilizem.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, 25º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Venceslau Botelho de Campos

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº.376 DE 30 DE MARÇO DE 2015

“Dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, destinado à liquidação de créditos tributários e não tributários com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI destinado a promover a liquidação de créditos tributários e não tributários vencidos para com a Fazenda Pública Municipal até a data de 28/02/2015.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, créditos tributários e não tributários são os valores inscritos ou não em dívida ativa, constituídos ou não, em fase de cobrança administrativa ou judicial.

§ 1º

Incluem-se neste Programa os débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Caso o débito esteja sendo objeto de execução judicial, se existir defesa judicial, o sujeito passivo deverá desistir, expressamente e de forma irrevogável, da ação judicial proposta e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se funda a demanda, relativamente à matéria cujo débito se pretenda parcelar.

Art. 3º Para se beneficiar do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI de que trata esta Lei, o interessado deverá regularizar seus débitos para com a Fazenda Municipal, posteriores a 31.12.2014, até a data de adesão ao Programa.

Art. 4º O Programa de Parcelamento Incentivado – PPI não permite o parcelamento de débitos:

I – de Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta;

II – relativos a:

a) preços públicos em geral;

b) concessões de serviços onerosos, outorgados em data anteriores a esta Lei;

Parágrafo único. Coexistindo, em uma mesma cobrança, débitos cujas rubricas de receitas seja permitido parcelar e outras em que ele é vedado, o pagamento poderá ser desmembrado, para os efeitos desta Lei.

Seção II

Do Pedido de Parcelamento

Art. 5º O ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado – PPI dar-se-á por opção do sujeito passivo ou responsável pelo pagamento do Tributo, através de requerimento específico de adesão, a ser realizado por tempo indeterminado observando o § 1º do presente artigo.

§ 1º O prazo de adesão ao Programa poderá ser interrompido a critério da Administração Municipal, através de Decreto Municipal.

§ 2º Existindo parcelamentos concedidos sobre outras modalidades, cancelados ou não, será admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento, observado o prazo descrito no caput deste artigo.

§ 3º Para parcelamento de débitos cujo valor seja superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) será exigida garantia sob uma das formas a seguir, a vigorar durante o prazo do parcelamento:

I – garantia hipotecária sobre imóvel localizado neste Município, por seu valor venal, ou sobre imóvel localizado no Estado de Mato Grosso, por avaliação feita por profissional devidamente credenciado no CRECI ou CREA, respondendo o interessado, em qualquer caso, pelas despesas de avaliação, lavratura de escritura e de registro imobiliário;

II – garantia bancária;

III – garantia pessoal, própria ou de terceiros;

IV – caução de bens.

Seção III

Da Consolidação dos Débitos e dos Benefícios

Art. 6º A consolidação dos débitos para efeitos desta Lei terá por base a data de formalização do pedido de parcelamento e resultará da soma dos valores de:

I – principal lançado: do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; Contribuição de Melhoria; Multas por infrações legais ao disciplinamento para Construção no Município, às regras de Posturas Municipais, do Meio Ambiente e da Saúde Pública;

II – multa moratória;

III – juros moratórios;

IV – honorários advocatícios se houver; e

V – demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O pedido de parcelamento não importa em novação, transação ou no levantamento ou extinção de garantia ofertada em execução judicial, a qual ficará suspensa até o término do cumprimento do parcelamento requerido.

Art. 7º O contribuinte que aderir ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI deverá recolher o valor do débito consolidado, com os benefícios aqui estabelecidos:

I – redução de até 90% (noventa por cento) dos valores relativos a juros e multa moratórios, na forma do art. 9º;e

II – redução de até 90% (noventa por cento) dos valores relativos a outras multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

§ 1º No caso de parcelamento de débito ajuizado deverão ser pagos custas e encargos devidos à Fazenda Estadual, em parcela única.

§ 2º Para obtenção dos benefícios desta Lei, também deverão ser objeto do mesmo parcelamento, débitos de infração à legislação municipal, constituídos por ocasião da lavratura dos respectivos autos de infração.

Art. 8º A quitação da primeira prestação do parcelamento implica na adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, na expressa e irrevogável confissão da dívida e desistência de recursos administrativos.

Seção IV

Das Condições de Pagamento

Art. 9º O débito consolidado com os benefícios previstos no artigo 7º. desta Lei poderá ser quitado:

I – à vista com redução de 90% (noventa por cento) dos valores relativos a juros e multa moratórios;e

II – em 05 (cinco) parcelas divididas da seguinte forma:

a) Pagamento parcela única com 30(trinta) dias de prazo: concessão de desconto em 80% (oitenta e cinco por cento) nos juros e na multa moratória;

b) Pagamento em 02(duas) parcelas: concessão de desconto em 60% (sessenta por cento) nos juros e na multa moratória;

c) Pagamento em 03(três) parcelas: concessão de desconto em 50% (cinquenta por cento) nos juros e na multa moratória;

d) Pagamento em 04(quatro) parcelas: concessão de desconto em 40% (quarenta por cento) nos juros e na multa moratória;

e) Pagamento em 05(cinco) parcelas: concessão de desconto em 30% (trinta por cento) nos juros e na multa moratória;

Parágrafo único. O acréscimo pelo parcelamento será calculado aplicando-se um percentual a título de juros compensatórios, de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Art. 10. O valor mínimo de cada prestação do parcelamento celebrado, não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais) para pessoa física e R$ 300,00 (trezentos reais) para pessoa jurídica.

Art. 11. Optando por parcelamento,o pagamento da primeira prestação deverá ser efetuado na data de adesão ao Programa.

§ 1º Nos parcelamentos, o vencimento das parcelas subseqüentes à primeira ocorrerá, em cada mês, sempre com prazo de 30 dias à data do pagamento da primeira prestação.

§ 2º Excepcionalmente, a ser regulamentado por Decreto Municipal, poderão ser utilizados créditos de precatórios para pagamento de débitos tributários até o limite do montante atualizado dos débitos até a data de solicitação.

§ 3º Os parcelamento que se trata a presente Lei, deverão ser distribuídos dentro do exercício financeiro em que houve o parcelamento.

Art. 12. No pagamento de prestação em atraso de até 29 dias corridos, incidirão:

I – multa moratória de 5% (cinco por cento);

II – Juros moratórios de 1% (um por cento).

Seção V

Do Cancelamento do Parcelamento

Art. 13. O parcelamento será cancelado automática e definitivamente, nas seguintes hipóteses:

I – atraso superior a 30 dias corridos da data do vencimento de qualquer prestação; ou

II – propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI.

Art. 14. O cancelamento do parcelamento nos termos desta lei independerá de notificação prévia e implicará na perda dos benefícios concedidos e no restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, na forma da legislação aplicável e, ainda:

I – na inscrição em dívida ativa e ajuizamento fiscal de débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas e, encontrando-se o débito em execução fiscal, no prosseguimento da respectiva ação, independentemente de qualquer outra providência administrativa;

II – na autorização de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa referentes aos débitos que não foram extintos com o pagamento das prestações efetuadas;

III – em penalidades previstas em legislação Municipal que tratam sobre Edificações, Postura Municipal, Meio Ambiente e Saúde Pública.

IV – no leilão judicial ou na execução hipotecária dos bens que garantam os débitos parcelados.

CAPÍTULO II

DO PROTESTO EXTRAJUDICIAL, DA INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTES EM CADASTROS DE INADIMPLENTES e EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a encaminhar a protesto extrajudicial os créditos da Fazenda Municipal, de qualquer natureza, vencidos e que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. Na hipótese de lavratura do protesto extrajudicial de que trata o "caput" deste artigo, seu cancelamento somente ocorrerá com o pagamento do crédito fazendário e sucumbência judicial incidente, se houver.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a criar Cadastro de Inadimplentes Municipal, podendo nele incluir todos os devedores para com a Fazenda Pública Municipal que mantenham débitos inscritos em dívida ativa.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com Órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC, SERASA, visando à inserção do nome do devedor por dívida ativa não paga.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. A aplicação do disposto nesta Lei não implica em restituição de quantias pagas.

Art. 19. As despesas que porventura sejam necessárias com a execução desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 20. O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições legais em contrário ou que com ela não se compatibilizem.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, 25º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Venceslau Botelho de Campos

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 007/2015

EMENTA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no dia 02 de Abril de 2015 em decorrência da Semana Santa.

Art. 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Art. 3° Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados, voltarão às suas atividades normais no dia 06 de Abril de 2015, e não sofrerão prejuízos quer quanto às suas remunerações.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 27 DE MARÇO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 377 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, ao Orçamento Municipal de 2015, aprovado pela Lei n° 370 de 19 de dezembro de 2014, um *Crédito Adicional Especial no valor de R$* 35.000,00 **(trinta e cinco mil reais), por anulação parcial de dotação orçamentária."**

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2014, aprovado pela Lei n° 370 de 19 de dezembro de 2014, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), para a criação das seguintes dotações orçamentárias:

014 – PREVIDENCIA MUNICIPAL

001 – PREVIMSA

009 – ADMINISTRAÇÃO

272 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

040 – PREVIDENCIA BASICA

100 - RECURSOS ORDINARIOS

2.501 – ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - EXECUTIVO

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....R$ 35.000,00

TOTAL.....R$ 35.000,00

Art. 2º A cobertura das despesas de que trata o artigo 1º desta Lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

014 – PREVIDENCIA MUNICIPAL

001 – PREVIMSA

099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL

272 – PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO

999 – RESERVA DE CONTINGENCIA

100 - RECURSOS ORDINARIOS

9.999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 35.000,00

TOTAL.....R$ 35.000,00

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 368/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2015 e nos Anexos da Lei nº 352/2013, Lei do Plano Plurianual - PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 014 – PREVIDENCIA MUNICIPAL - UNIDADE 001 - PREVIMSA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 31 dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, 25º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI COMPLEMENTAR N.º 018 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"**Autoriza a nomeação em comissão do Cargo de Contador previsto no II da Lei Complementar n.º 11 de 12 de dezembro de 2011, e dá outras providências.**"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica transformado provisoriamente o cargo efetivo de contador previsto no II da Lei Complementar n.º 11 de 12 de dezembro de 2011 em cargo comissionado, até a realização de concurso público para provimento em caráter efetivo até 31 de Dezembro de 2015.

§ 1º Com a realização do concurso público para admissão em caráter efetivo do cargo de contador, a presente Lei Municipal perde a eficácia, voltando o cargo de contador a ser de provimento efetivo.

§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à nomeação em caráter comissionado do cargo de nível superior de Contador previsto no II da Lei Complementar n.º 11 de 12 de dezembro de 2011, até a realização de concurso público para provimento em caráter efetivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 31 dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, 25º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Venceslau Botelho de Campos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 527/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com Associação Social, Cultural e Recreativa de Santo Antônio do Leste e dá outras Providências.

O Senhor Miguel José Brunetta, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO, nos limites de suas dotações orçamentárias, com a ASCR – Associação Social, Cultural e Recreativa de Santo Antônio do Leste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.5345.141/0001-37.

Parágrafo Único – O Termo de Convênio a ser celebrado terá como objeto o repasse de recursos financeiros na ordem de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para fins específicos de realização do Projeto FEMISAL 2015 – Festa do Milho de Santo Antônio do Leste.

Artigo 2º - As obrigações e responsabilidades serão definidas no Termo de Convênio a ser celebrado.

Parágrafo Único – A ASCR – Associação Social, Cultural e Recreativa deverá apresentar Plano de Trabalho contendo de forma detalhada a descrição, justificativa, metas, orçamentos e cronograma de execução.

Artigo 3º - As despesas decorrentes dos Convênios correrão por conta de dotações orçamentárias existentes no orçamento anual do município.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 528/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015

Regulamenta o recolhimento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – 2015.

A Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O contribuinte será notificado pessoalmente ou mediante publicação de edital no órgão oficial ou ainda por meio de afixação em murais dispostos em locais públicos, do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2015 e disporá de prazo para pagamento do tributo.

Art. 2º. Para pagamento total do tributo até a data de 30 de maio de 2015, em uma única parcela, caberão os seguintes descontos:

I - 15% (quinze por cento) para pagamento até o dia 30/05/2015;

II – 12% (doze por cento) para pagamento até o dia 30/06/2015;

III - 10% (dez por cento) para pagamento até o dia 30/07/2015;

Parágrafo Único – Será concedido cumulativamente o percentual de 10% (dez por cento) para imóveis que não tiverem qualquer tipo de débito relativo aos IPTUs de anos anteriores até a data do lançamento do IPTU 2015.

Art. 3º. Para efeitos de lançamentos serão utilizados os valores constantes na lei Municipal nº 051/2001 de 18 de dezembro de 2001.

Art. 4º. Sobre o tributo as parcelas vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, atualização monetária anual pela Variação da Unidade Fiscal do Município (UPFM), bem como multa moratória a partir da data do vencimento de 2% (dois por cento).

Art. 5º.

O Município de Santo Antonio do Leste, por meio de seu Poder Executivo, disponibilizará aos contribuintes, DAM contendo o nome do contribuinte e indicação fiscal do imóvel, o valor do imposto, os prazos para pagamento e prazo para impugnação da exigência, visando a facilitação do processo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 525/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre inclusão de novos projetos nos anexos da lei Municipal nº 502/2014 de 17 de novembro de 2014 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de novos projetos nos anexos da Lei Municipal nº 502/2014 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2015

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO			13 - CULTURA
SUBFUNÇÃO			302- DIFUSÃO CULTURAL
	PROGRAMA		5007 – GESTÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
		AÇÃO	2108 - REALIZAÇÃO DA FESTA DO MILHO

METAS E PRIORIDADES COM VALOR

06–SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA 004–COORDENADORIA DE CULTURA	METAS E PRIORIDADES	VALOR R$
REALIZAÇÃO DA FESTA DO MILHO	O presente projeto tem por objetivo garantir recursos financeiros para a realização da Festa do Milho no Município de Santo Antonio do Leste - MT	R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 012/2015/CPL/PP

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, Tomada de Preços, paraa contratação, sob regime de empreitada por menor preço global, de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica nas vias urbanas no Loteamento Jardim Bem Viver e ruas e avenidas da área central do município de Santo Antônio do Leste/MT**,** conformeespecificações constantes neste edital e seus anexos**.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às

08:00 horas do dia 16 de Abril de 2015

, em sala designada pela comissão de licitação na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367, Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: (licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).

Santo Antonio do Leste – MT, 31 de Março de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Portaria n.º 001/2015 de 12 de Janeiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 526/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal efetuar Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) no orçamento do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$30.000,00 (Trinta Mil Reais) na Lei Orçamentária Anual de 2015 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste.

Artigo 2º - O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte unidade orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

UNIDADE: 04 – Coordenadoria de Cultura

FUNÇÃO: 13 – Cultura.

SUBFUNÇÃO: 392 – Difusão Cultural.

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura.

PROJETO: 2108 – Realização da Festa do Milho

ELEMENTO DESPESA: 3350.43 – Subvenções Sociais

VALOR: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo anterior será anulado o mesmo valor na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

FUNÇÃO: 08 – Assistência Social.

SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária.

PROGRAMA: 5009 – Gestão da Assistência Social.

PROJETO: 1034 – Construção de um Centro de Múltiplo Uso

ELEMENTO DESPESA: 4490.51 – Obras e Instalações

VALOR: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 529/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Municipal dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei Municipal os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Município de Santo Antônio do Leste.

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros:

I - Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br;

II -

pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou

IV - pesquisa com os fornecedores.

§ 1º No caso do inciso I será admitida a pesquisa de um único preço.

§ 2º No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a média ou o menor dos preços obtidos.

§ 3º A utilização de outro método para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, que não o disposto no § 2º, deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 4º No caso do inciso IV, somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.

§ 6º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

Art. 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.

Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a três dias úteis.

Art. 4º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

Art. 5º O disposto nesta Lei Municipal não se aplica a obras e serviços de engenharia.

Art. 6º Esta Lei Municipal não se aplica aos processos administrativos já iniciados.

Art. 7º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINTE DO PREFEITO

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 521/2015 DE: 17 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2015 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2015 até o limite de 20%.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no "caput" deste artigo, não poderá ultrapassar o limite acima citado.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE MARÇO DE 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N° 530/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Executivo Municipal a firmar contrato a título oneroso por prazo determinado de extração de cascalho em propriedade particular e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato a título oneroso e por prazo determinado para fins de extração de cascalho em propriedade privada.

Artigo 2º - A área de que trata o artigo anterior encontra-se localizada na Fazenda Iguaçu, localizada neste município.

Parágrafo Único – A escolha da área referida teve como critério de escolha sua proximidade com a área urbana, bem como por se tratar de jazida devidamente licenciada pelos órgãos ambientais.

Artigo 3º - O valor da extração do cascalho será definido em contrato de acordo com o preço praticado no mercado.

Artigo 4º - A vigência do contrato não poderá ultrapassar da data de 31/12/2016.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes no orçamento anual.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º

- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 EDITAL Nº 001/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMA PARA CONTRATAÇÃO DE NATUREZA TEMPORÁRIA MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT

O Gerente de Cidade, no uso de suas atribuições legais e por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal do Município de Santo Antônio do Leste, e

CONSIDERANDO a necessidade de implementar na plenitude o que dispõe o caput do art. 37 da Constituição Federal em relação ao Principio da Eficiência;

CONSIDERANDO a autorização legal prevista no inciso I, do artigo 37, da Constituição Federal e o disposto no inciso II, do artigo 4º, Lei Municipal nº 522/2015 de 17 de março de 2015;

RESOLVE estabelecer e **TORNAR PÚBLICO**, as normas para a realização do Processo Seletivo Simplificado, objetivando a contratação em caráter temporário nos casos de excepcional interesse público, no quadro de pessoal, no âmbito das Secretarias Municipais, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todo PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será planejado e organizado pela Secretaria Municipal de Administração e realizar-se-á sob a responsabilidade da COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**,** sendo seus membros designados através da Portaria nº. 139/2015 de 30/03/2015, obedecidas às normas deste Edital.

2. O presente Edital tem por objetivo estabelecer as condições especiais de realização do

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

, relativo às inscrições, atribuições de função, jornada de trabalho, salário, etapas do processo de seleção, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados, recurso, admissão, validade do processo seletivo e disposições gerais e finais, para a contratação por tempo determinado de profissionais, nos termos das legislações aplicáveis, para o preenchimento das vagas para o cargo constante do capitulo II deste Edital.

3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação, por tempo determinado, "paraatendernecessidadetempo**rári**a **de excepcion**a**l interesse público**", visando o atendimento de serviços essenciais de caráter inadiável de cada Secretaria, em casos de licenças, férias, auxílios doenças, emergências definidas em lei, combate a surtos epidêmicos, calamidade pública, convênios e as vagas ou cargos consideradas indispensáveis ao andamento da administração pública para suprir a ausência de servidor concursado para o cargo, nos termos da Lei Municipal nº 522/2015 de 17 de março de 2015, obedecida a ordem classificatória, durante o prazo de validade previsto no Edital.

3. Os contratos serão regidos pelo Regime Jurídico Administrativo Especial e a contribuição previdenciária será vinculada obrigatoriamente ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

4. O presente Processo Seletivo tem validade de 12 meses, a contar a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

5. Os candidatos aprovados serão admitidos em caráter emergencial e temporário, pelo prazo não superior a 1 (um) ano, podendo o contrato ser prorrogado uma única vez e por igual período, justificado o excepcional interesse público, a contar da data de assinatura do Contrato de Trabalho.

5.1. A jornada de trabalho para as funções será conforme o Capitulo II, deste Edital.

5.2. Os Contratos de Trabalho poderão ser rescindidos a qualquer tempo, a critério da Prefeitura Municipal.

6. Os cargos, a escolaridade/pré-requisitos, o número de vagas, vagas para cadastro de reserva, jornada de trabalho e a remuneração são os estabelecidos no Capitulo II deste Edital.

7. O conteúdo programático conta do Anexo I deste Edital.

8. O cronograma de execução do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será conforme quadro abaixo:

DATA*	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL
31/03/2015	Publicação do Edital	SITE: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br link concurso/seletivo, Mural da Prefeitura Municipal e Diário Oficial Eletrônico da AMM – www.amm.org.br
02/04/2015	Inicio das inscrições	Recursos Humanos – Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – Rua A, nº 367, Bairro Jd. Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT.
17/04/2015	Término das inscrições	Recursos Humanos – Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – Rua A, nº 367, Bairro Jd. Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT.
22/04/2015	Publicação do edital de Homologação das inscrições e divulgação do local de realização da Prova Objetiva.	SITE: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br link concurso/seletivo, Mural da Prefeitura Municipal e Diário Oficial Eletrônico da AMM – www.amm.org.br
25/04/2015	Aplicação da Prova Objetiva	LOCAL DIVULGADO NO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
27/04/2015	Divulgação dos Gabaritos e do resultado preliminar das provas objetivas e prazo para recurso	SITE: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br link concurso/seletivo, Mural da Prefeitura Municipal e Diário Oficial Eletrônico da AMM – www.amm.org.br
28 e 29/04/2015	Prazo para interposição de recursos contra o edital de resultado preliminar das provas objetivas.	À COMISSÃO PERMANENTE ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO
30/04/2015	Publicação do Resultado Final e Homologação Final	SITE: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br link concurso/seletivo, Mural da Prefeitura Municipal e Diário Oficial Eletrônico da AMM – www.amm.org.br

*As datas previstas poderão ser alteradas de acordo com a conveniência administrativa

II. DOS CARGOS

1. Os cargos, a escolaridade/pré-requisitos, o número de vagas, vagas para cadastro de reserva, jornada de trabalho e a remuneração são os estabelecidos a seguir:

1.1 – CARGOS QUE REQUER NIVEL DE ESCOLARIDADE: ENSINO MÉDIO COMPLETO

Cargo/Função	Vagas	VAGAS PNE	Carga Horária	R$	Escolaridades/pré requisitos
Motorista de Ambulância	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH
Motorista de Veículos Grandes	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental + CNH
Operador de Máquinas Pesadas	01	-	40	1.807,82	Ensino Fundamental

III. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

1. O candidato, no caso de aprovação, terá que atender as seguintes exigências na data da convocação e contratação:

a) Ter nacionalidade brasileira ou naturalizado;

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

c) Estar em dias com as obrigações militares, se do sexo masculino;

d) Estar em dias com as obrigações eleitorais;

e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

f) Apresentar os documentos exigidos no item 3 do Capitulo XI deste Edital, no ato da contratação.

2. O candidato que, na data da contratação, não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capitulo, perderá o direito à investidura no cargo para qual foi convocado.

IV. DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital. Em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, devido a sua modalidade, será GRATUITA.

2.1. As fichas de inscrição serão fornecidas gratuitamente no local de inscrição, podendo ser impressa no site oficial da prefeitura municipal, endereço www.santoantoniodoleste.mt.gov.br.

2.2.3 – A ficha de inscrição deverá ser encaminhada pelo candidato ou por meio de procuração, devidamente assinada.

3. As inscrições ficarão abertas no período dia 02/04/2015 ao dia 17/04/2015 em dias úteis, das 07h as 11h e das 13h as 17h, na Coordenadoria de Recursos Humanos – Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, localizado na Rua “A”, nº. 367, Bairro Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste – MT.

4. O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar as fotocópias dos documentos, abaixo relacionados:

a) Cópia da Cédula da Identidade ou Carteira de trabalho ou CNH;

b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas corretamente e de forma legível.

6. É dever do candidato manter sob sua guarda o comprovante de inscrição, inclusive quando da realização das provas, de maneira a dirimir eventuais dúvidas.

7. Não será devolvida a documentação dos candidatos exigida para o certame.

8. Será admitida a inscrição por terceiros mediante apresentação dos documentos constantes do item 4 deste Capitulo.

9. O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade das informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário de inscrição ou extravio de documentos.

10. A lactente que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, sendo acompanhada de um fiscal.

11. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

12. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e o fiscal.

V. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. As pessoas com deficiência (PNE) que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/89 é, assegurado o direito de inscrição para os cargos no presente certame, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem.

2. Ser-lhes-á reservado um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes dentro do prazo de validade do certame.

3. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais, participarão do processo de seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para aprovação.

4. Os benefícios previstos neste Capitulo, deverão ser requeridos, por escrito, durante o período das inscrições.

5. As vagas reservadas aos PNE que não forem providas por falta de candidatos com deficiência ou por reprovação no processo de seleção serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância na ordem classificatória.

VI. DAS PROVAS

1. Do processo de seleção constarão as seguintes provas para os cargos que exijam Conhecimentos Específicos:

Conteúdos	Quantidade de Questões
Língua Portuguesa	05
Conhecimentos Gerais	05
Conhecimentos Específicos do Cargo e Legislação	10
Soma	20

3. A prova apresentará questões de múltipla escolha, com uma única alternativa correta, de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos.

4. A Prova Objetiva será composta de 20 (vinte) questões objetivas, com o valor de 0,5 (cinco) décimos cada, e será valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, de acordo com o conteúdo programático previsto no Anexo I deste Edital.

VII. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS.

1. A aplicação das Provas Objetivas está prevista para ser realizada no dia 25 de abril de 2015, (Sábado) com início às 8 horas e duração improrrogável de 02 (duas) horas.

2. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova às 7h30min., pois os portões permanecerão abertos somente até às 8 horas, horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos a sala de provas.

3. O local das provas será divulgado no Edital de Deferimento e Indeferimento das inscrições.

4. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando comprovante de inscrição bem como, documento original de identidade que bem o identifique, como: Carteira e/ou Cédula de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação com foto, Cédula de Identidade fornecida por órgãos públicos ou conselhos de classe com por exemplo, os da OAB, CREA, CRM, CRC, COREN, etc.

5. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

6.1 O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.2 O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do presente processo de seleção.

7. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do Cartão de Respostas, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

7.1 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis;

7.2 Em hipótese nenhuma haverá substituição do Cartão de Respostas em caso de erro ou rasura por parte do candidato.

7.3 No Cartão de Respostas o candidato deverá assinar ou rubricar utilizando sempre caneta esferográfica azul ou preta.

8. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva, munido de caneta esferográfica de material transparente e tinta azul ou preta, lápis preto e borracha.

9. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal da sala o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas, que pertencerá única e exclusivamente à Administração Municipal, para arquivo e documentação da seleção.

10. Durante a realização das Provas não será permitido nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

11. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no Cartão de Respostas, em especial seu nome e a opção do cargo.

12. Será excluído da seleção o candidato que:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitido qualquer tolerância;

b) Apresentar-se em outro local diferente da convocação oficial;

c) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) Não apresentar documentos que bem o identifique;

e) Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

f) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

g) Forem surpreendidos em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, impressos não permitidos ou maquina calculadora ou similiar;

h) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (bip, pagers, telefone celulares, relógios digitais, notebook, palmtop, smartphone, etc.), bem como protetores auriculares;

i) Não devolver integralmente o material recebido;

j) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

k) Lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

13. No dia da realização das provas, na hipótese do nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de divulgação dos locais da realização da prova, a Comissão Organizadora da seleção procederá a inclusão, desde que apresente o protocolo de inscrição.

13.1 A inclusão de que trata o item acima será realizada de forma condicional e será analisada na fase de julgamento das provas objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

13.2 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

14. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas nas dependências do local de aplicação da prova.

15. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinado.

16. Os três últimos candidatos ao terminarem a prova deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados após terem entregado as provas e assinarem a folha ata.

17. O candidato que queira contestar alguma questão poderá fazê-lo na Ata de Prova, a qual será encaminhada à Comissão Organizadora.

VIII. DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados, para cada cargo/função, será feita em ordem crescente de pontos, de acordo com a nota obtida na prova objetiva.

2. Ocorrendo empate na classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Obtiver maior nota de Conhecimentos Específicos, se for o caso;

b) Obtiver maior nota na Prova de Língua Portuguesa.

2.1. E, se persistir o empate:

c) Tiver maior idade.

IX. DO RECURSO

1. Será admitido recurso quanto:

a) Ao indeferimento das inscrições;

b) A aplicação das provas;

c) As questões das provas e gabaritos preliminares;

d) Ao resultado das provas.

2. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias uteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente á data do evento a ser recorrido.

3. Os recursos deverão ser por escrito e endereçada à Comissão Permanente Organizadora do Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos e protocolados na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recursos inconsistentes ou intempestivos, bem como aqueles cujo teor desrespeite a banca, serão preliminarmente indeferidos.

5. Todos os recursos serão analisados e o resultado estará à disposição dos candidatos para conhecimento no prazo máximo de 2 (dois) dias.

6. Não será aceito recurso via fax ou via correio eletrônico.

7. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.

X. DA HOMOLOGAÇÃO

1. O resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, após decididos todos recursos interpostos, será homologado pelo Prefeito Municipal e publicado no Site do Município: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br , no Diário Oficial dos Municípios: http://www.amm.org.br e fixado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

XI. DO PROVIMENTO DOS CARGOS

1. Os candidatos classificados serão convocados de acordo com a necessidade da Administração, obedecendo-se rigorosamente a ordem classificação final, através de Edital publicado no Site do Município: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br, Diário Oficial dos Municípios: http://www.amm.org.br e fixado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste para assinatura de Contrato Temporário de Trabalho.

2. A aprovação e a classificação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO geram para os candidatos apenas a expectativa de direito à contratação, ficando este ato consignado à observância das disposições legais pertinentes (ainda que supervenientes), ao exclusivo interesse e conveniência da

Administração Pública, à rigorosa ordem de classificação e ao prazo de validade do certame, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

3. O candidato deverá apresentar-se no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Convocação, munidos com os seguintes documentos:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 5 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

q) CPF dos pais.

4. A contratação só será permitida dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, atendendo o interesse e a conveniência da Prefeitura Municipal, de acordo com suas necessidades.

5. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste reserva-se no direito de proceder às convocações dos candidatos classificados para as contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as funções vagas existentes, durante a validade da seleção.

6. O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á nas seguintes condições:

a) Pelo término do prazo contratual;

b) A qualquer tempo, por iniciativa do contratado;

c) A qualquer tempo, por iniciativa do contratante.

7. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei, em qualquer época, sem prejuízo das demais implicações legais.

8. O candidato convocado que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, será tido como desistente, podendo, a Secretaria de Administração, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.

XII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Um mesmo candidato não poderá inscrever-se em dois ou mais cargos.

2. Serão automaticamente indeferidas as inscrições que estiverem em desacordo com as disposições deste Edital.

3. O candidato antes ou após a contratação, antecedendo a posse, poderá desistir espontaneamente do direito à vaga, através de requerimento encaminhado à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura.

4. O candidato, ao preencher e assinar a ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital, bem como, aceita as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado em casos omissos e situações não previstas neste Edital.

5. É de inteira responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo de contratação, caso não seja localizado.

6. O acompanhamento das publicações, Editais, avisos e comunicados referente a esta seleção é de inteira responsabilidade do candidato por meio do Site do Município: http://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br , Diário Oficial dos Municípios: http://www.amm.org.br e fixado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

7. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da homologação dos resultados finais, circunstancia que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

8. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Assessoria Jurídica do Município juntamente com a Comissão Permanente Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, no que a cada um couber.

9. O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste – MT, 30 de março de 2015.

Ronaldo Martins de Amorim

Gerente de Cidade

Elaine Mors

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ita Roberta Soares

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

ANEXO I – INTEGRANTE DO EDITAL N° 001/2015

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PARA OS SEGUINTES CARGOS:

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Texto e Interpretação de Texto; Ortografia e Concordância verbal e nominal.
Conhecimentos Gerais	Cultura, Aspectos Históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos e sociais do município de Santo Antônio do Leste do Leste e do Estado de Mato Grosso. Atualidades em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

Cargo	Conteúdos
Motorista de Ambulância	1. Regras básicas de servidor público; Ética, Normas e comportamento em serviço público; Regras de hierarquias no serviço público; 2. Ética Profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional; 3. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 4. Conhecimentos sobre: Norma de Segurança do Trabalho (conceito e equipamentos). Prevenção de acidentes no trabalho e Primeiros socorros em acidentes de trânsito; 5. Conhecimentos sobre: Noções básicas de mecânica automotiva; motores, catálogos de peças automobilísticas a fim de identificar; tipo, modelo, numeração e demais dados da peça a ser substituída; Uso, manuseio, limpeza de veículos e cuidados com a manutenção preventiva de veículos; 6. Conhecimentos sobre: Código de Trânsito Brasileiro; Circulação urbana e trânsito; Direção defensiva; Situações emergenciais; regras de transito, sinalização; 7. Conhecimentos sobre: como conduzir veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros. 8. Conhecimentos sobre: Transporte coletivo, transporte de MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos); Transporte de emergência e Transporte Escolar. 9. Conhecimentos sobre: Dirigir automóveis Ambulâncias, automóveis, vans; 10. Conhecimentos sobre: funcionamento e manutenção do veículo (pneus, combustível, água do radiador, bateria etc.).
Motorista de Veículos Grandes	1. Regras básicas de servidor público; Ética, Normas e comportamento em serviço público; Regras de hierarquias no serviço público; 2. Ética Profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional; 3. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 4. Conhecimentos sobre: Norma de Segurança do Trabalho (conceito e equipamentos). Prevenção de acidentes no trabalho e Primeiros socorros em acidentes de trânsito; 5. Conhecimentos sobre: Noções básicas de mecânica automotiva; motores, catálogos de peças automobilísticas a fim de identificar; tipo, modelo, numeração e demais dados da peça a ser substituída; Uso, manuseio, limpeza de veículos e cuidados com a manutenção preventiva de veículos; 6. Conhecimentos sobre: Código de Trânsito Brasileiro; Circulação urbana e trânsito; Direção defensiva; Situações emergenciais; regras de transito, sinalização; 7. Conhecimentos sobre: como conduzir veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista (Ambulâncias, automóveis, ônibus de transporte de estudantes e caminhão). 8. Conhecimentos sobre: Transporte coletivo, transporte de MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos); Transporte de emergência e Transporte Escolar. 9. Conhecimentos sobre: Dirigir automóveis Ambulâncias, automóveis, ônibus de transporte de estudantes e caminhão, efetuando transporte de passageiros; 10. Conhecimentos sobre: funcionamento e manutenção do veículo (pneus, combustível, água do radiador, bateria etc.).
Operador de Máquinas Pesadas	1. Regras básicas de servidor público; Ética, Normas e comportamento em serviço público; Regras de hierarquias no serviço público; 2. Ética Profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional; 3. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 4. Conhecimentos sobre: Norma de Segurança do Trabalho (conceito e equipamentos). Prevenção de acidentes no trabalho e Primeiros socorros em acidentes de trânsito; 5. Conhecimentos sobre: Noções básicas de mecânica automotiva; motores, catálogos de peças automobilísticas a fim de identificar; tipo, modelo, numeração e demais dados da peça a ser substituída; 6. Uso, manuseio, limpeza de veículos, máquinas e seus implementos após os serviços executados, e cuidados com a manutenção preventiva de veículos; 7. Conhecimentos sobre: Código de Trânsito Brasileiro; Circulação urbana e trânsito; Direção defensiva; Situações emergenciais; regras de transito, sinalização; 8. Conhecimento sobre operação de máquinas: microtrator, máquina demarcadora de faixas, microrrolo; compactador, trator agrícola, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e moto scraper; 9. Observar as medidas de segurança ao operar e estacionar asmáquinas; 10. Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências; 11. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; 12. Conhecimento sobre higiene pessoal, e uso adequado e a função dos EPI – Equipamentos de Proteção e Segurança.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 139/2.015. DE: 30 DE MARÇO DE 2.015

Designa membros para compor Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do Processo Seletivo Simplificado E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, para organização dos trabalhos e demais normas constantes para a realização do

Processo Seletivo Simplificado

, especialmente relativo à aplicação da prova, fixação de local, data, horários, correção, classificação e resultados, para fins de contratação de pessoal temporário, em caráter excepcional e de interesse público, constante dos seguintes membros:

1. RONALDO MARTINS DE AMORIM – Gerente de Cidade;

2. ELAINE DE FÁTIMA MORS – Coordenadora de Recursos Humanos;

3. ITA ROBERTA SOARES – Assistente de Contabilidade;

Artigo 2º - A Comissão Organizadora designada pelo caput do artigo 1º será dirigida pela Presidente, Senhora ELAINE DE FATIMA MORS.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 30 DE MARÇO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N° 523/2015 DE: 31 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre revisão anual e recomposição de perda do poder aquisitivo dos Servidores Públicos do município de Santo Antonio do Leste, apurado no período de março de 2014 a fevereiro de 2015 e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar revisão geral na remuneração de todos os Servidores Públicos, repondo a perda do poder aquisitivo no período de março de 2014 a fevereiro de 2015, em consonância com o Artigo 37, inciso X da Constituição Federal e Artigo 28, parágrafo único da Lei Municipal nº. 053/2001 e Artigo 2º "**caput**" e parágrafo único da Lei Municipal nº. 099/2003.

Artigo 2º - O índice de reposição concedido é de 7,43% (sete inteiros e quarenta e três décimos percentuais), segundo o apurado no INPC do IBGE no referido período aquisitivo.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2.015.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 524/2015. DE: 31 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre inclusão de projetos nos anexos da Lei Municipal nº 455/2013 de 02 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Santo Antônio do Leste para o período 2014 a 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de novos projetos nos anexos da Lei Municipal nº 455/2013 - Plano Plurianual do Município de Santo Antônio do Leste para o período de 2014 a 2017, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 31 DE MARÇO DE 2015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANO PLURIANUAL 2014-2017

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM VALOR

PROGRAMAS	EXERCÍCIO			
5007 – Gestão de Educação e Cultura	2014	2015	2016	2017
Realização da Festa do Milho	0,00	R$ 30.000,00	0,00	0,00

PLANO PLURIANUAL 2014-2017

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM OBJETIVO.

PROGRAMAS	OBJETIVOS
5007 – GESTÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Realização da Festa do Milho	O presente projeto tem o objetivo de garantir a Realização da Festa do Milho no Município de Santo Antonio do Leste - MT ".

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 522/2015 DE: 17 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal, por prazo determinado, para o exercício de 2015 e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal *APROVOU* e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Salário da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015, os servidores constantes no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Anexo I da Lei Municipal nº 053/2001 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Prefeitura Municipal.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 03 (três) meses, podendo ser prorrogados por mais 03 (três) meses se houver necessidade.

§ 1º – As contratações a que se refere este Projeto de Lei deverão ser realizadas através de processo seletivo.

§ 2º

As contratações deverão ser realizadas em caráter temporário e de substituição de servidores efetivos que se encontram afastados por motivo de tratamento de saúde ou por gozo de férias.

Artigo 4º - Os contratados por esta lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário, instituído pelas Leis nº 055/2001 de 28 de dezembro de 2001.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual do Município.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE MARÇO DE 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 522/2015

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT	REFERENCIA
01	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	01	55
02	MOTORISTA DE VEÍCULOS GRANDE	01	55

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins definidos no artigo 16, inciso II da Lei Complementar n° 101/2002, que o aumento da despesa com servidores a serem contratados temporariamente constantes deste Projeto de Lei para o município de Santo Antônio do Leste, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECLARA ainda, que o aumento da despesa com pessoal não ultrapassa os limites legais definidos peto artigo 20, inciso III, da Lei Complementar 101/2000.

E para constar, expediu-se a presente.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 17 DE MARÇO DE 2.015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITOMUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

GABINETE
EXTRATO – AMPLIAÇÃO DE META DO CONVÊNIO Nº 039/2009

DO OBJETO: A presente ampliação de meta ao Convênio 039/2009, visa instalar a Rede Lógica e expandir a Rede Elétrica na obra objeto do termo pactuado. Para realização desta ampliação de meta será utilizado o saldo financeiro disponível, de modo que não acarreta aumento de valor do convênio, não havendo desembolso por ambas as partes.

VALOR DA AMPLIAÇÃO: R$ 83.427,73 (oitenta e três mil quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

CONCEDENTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Sinop-MT, 31 de março de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a licitação na modalidade Chamada Pública nº 004/2015, destinada à credenciar empresas especializadas na realização de exames laboratoriais, conforme tabela SIA-SUS, teve as seguintes empresas HABILITADAS: BIOCLÍNICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP e RONALDO ALVES DA SILVA ME. Sinop/MT, 31 de março de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 054/2015

Estabelece ponto facultativo na Câmara Municipal de Sinop nos dias 02 e 03 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º Declarar ponto facultativo na Câmara Municipal de Sinop, o expediente dos dias 02 e 03 abril de 2015 (quinta-feira Santa e sexta-feira da Paixão).

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 31 de março de 2015

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 SRP 034/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 027/2015 SRP 034/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: **Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 17/04/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop/MT, 31 de março de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 – SRP 018/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 015/2015 – SRP 018/2015, referente **Aquisição de Grama "Esmeralda" para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.** Empresa Vencedora: **GRAMEIRA SINOP LTDA - ME,** CNPJ/MF 04.778.991/0001-99, Item: 01. Homologado em 31 de Março de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 – SRP 014/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 011/2015 – SRP 014/2015, referente **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Borracharia para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **MARIA ELI FERREIRA - MEI,** CNPJ/MF 16.742.378/0001-09, Itens: 01 ao 22. Homologado em 31 de Março de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 004/2015, **Contratação de empresa especializada em elaboração de projeto e desenvolvimento de software para gerenciamento do sistema**

de iluminação pública, com solução integrada, abrangendo instalação, implantação, manutenção, suporte e treinamento de pessoal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.Empresa Vencedora: **CONSULTORIA E SERVIÇOS EM GEOPROCESSAMENTO LTDA,** CNPJ/MF 13.323.695/0001-94, Item: 01. Homologado em 31 de março de 2015. **Marcello Pavan - Pregoeiro** – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2015 SRP Nº 012/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público o resultado do Pregão Eletrôniconº 005/2015 – SRP 012/2015, referente **Aquisição de Protetor Solar para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **ALG RIO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA-EPP**, **CNPJ/MF 05.763.509/0001-00**, Itens: 01 e 02**.** Homologado em 31 de março de 2015. **Marcello Pavan -** Pregoeiro – Portaria 372/2013

DECRETO Nº. 054/2015

DATA: 26 de março de 2015

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.106. 010,55 (um milhão, cento e seis mil, dez reais e cinqüenta e cinco centavos) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e, especialmente, a Lei nº 2087/2014 e a Lei nº 2006/ 2014;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.106.010,55 (um milhão, cento e seis mil, dez reais e cinqüenta e cinco centavos) para atender as seguintes dotações:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.020.0.0 - FUNDEB-FDO. DE MANUT. E DESENVOLV. DA EDUC.BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROF. DA EDUCAÇÃO

11.020.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00 - 0318000000- Aplicações Diretas R$ 667.010,55

- (seiscentos e sessenta e sete mil, dez reais e cinqüenta e cinco centavos)

3.1.90.00.00.00 - 0394036000- Aplicações Diretas R$ 8.000,00

- (oito mil reais)

3.1.91.00.00.00 - 0394036000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 220.000,00

- (duzentos e vinte mil reais)

11.020.0.0.12.361.0029.2064 - FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00 - 0394037000- Aplicações Diretas R$ 5.000,00

- (cinco mil reais)

3.1.91.00.00.00 - 0394037000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

11.020.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.00 - 0394036000- Aplicação Direta R$ 6.000,00

- (seis mil reais)

3.1.91.00.00.00 - 0318000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 66.531,21

- (sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e um centavos)

3.1.91.00.00.00 - 0394036000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 23.468,79

- (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos)

11.020.0.0.12.365.0029.2066 - FUNDEB 40% EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.91.00.00.00 - 0319000000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 60.000,00

- (sessenta mil reais)

T O T A L R$ 1.106.010,55

Art. 2º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º, em conformidade com ao art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64 e os artigos 14 e 15 da Lei nº 2006/2014, os recursos no montante de R$ 1.106.010,55 (um milhão, cento e seis mil, dez reais e cinqüenta e cinco centavos), provenientes de superávit financeiro - Recurso FUNDEB - apurados conforme Planilha elaborada pelo setor de Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 26 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 SRP 035/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 028/2015 SRP 035/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL. OBJETO: **Aquisição de solo laterítico (cascalho) para região da Estrada Nancy, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**. ABERTURA da SESSÃO: 17/04/2015 às 15:00 horas, (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop/MT, 31 de março de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a licitação na modalidade Chamada Pública nº 003/2015, destinada à selecionar empresas do segmento da construção civil, para execução de projeto e obras, consubstanciados na construção de 02 (duas) creches, tipo Proinfância do tipo B, localizadas

Residenciais Sabrina I e II no Município de SINOP/MT, teve as seguintes empresas HABILITADAS: CONSTRUTORA IRMÃOS LORENZETTI LTDA classificada em primeiro lugar, SISAN ENGENHARIA LTDAclassificadaem segundo lugar e TONELLO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDAclassificadaem terceiro lugar. Em respeito ao disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93, a Comissão aguardará o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Sinop/MT, 31 de março de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 001/2015

DECRETO Nº. 055/2015

DATA: 30 de março de 2015

SÚMULA: Exclui contribuintes responsáveis tributários no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam excluídos do quadro de responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por responsabilidade tributária, as empresas constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 287/2014, de 17 de dezembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

ANEXO I

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL
16959	LOJAS AMERICANAS S.A.
16835	MADEIREIRA PALUDO LTDA ME
15047	GEFORSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME
20769	NATIVA AGRONEGÓCIOS LTDA EPP
15545	GOLD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
15421	LUCIMAR ROSA MORANTE - ME
8865	Z F MADEIRAS LTDA
18141	FACILITA MOTORS COMÉRCIO DE VEICULOS USADOS LTDA
16942	H.J.T. PASOLINI - ME
19069	AUTO SINOP COMERCIO DE VEICULOS LTDA
9666	PISOTETO MATERIAIS P/ CONST. LTDA
17455	BEDIN ENGENHARIA LTDA ME
17109	ARMAZENS GERAIS VALE DO VERDE LTDA
20343	BERTUOL INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA
9096	FALCONI ARQUITETURA E CONSTRUÇOES LTDA
62679	ADM DO BRASIL LTDA
66313	R3 MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
53458	TRIMEC CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA
17099	2 R SERVIÇOS DE CABELEIREIRO LTDA - ME
19853	3G REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME
17515	4X4 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME
14319	A ANDRADE
16674	A DALFORNO COMERCIO EPP
13079	A F P DE SOUZA NEGO & CIA LTDA - ME
19516	A F PRINA-CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS- ME
16239	A G RODRIGUES ELETROTECNICA ME
17177	A J ALVES COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA ME
21032	A L TRINDADE & TRINDADE LTDA ME
15151	A L ZOLETTI & CIA LTDA ME
17385	A M DE SOUZA - ME
18008	A R DE SOUZA CESTARI - ME
15037	A V DE BIASSIO AGRÍCOLA - EPP
15269	A. BURIN - ME
14361	A. CECATTO & CIA LTDA - ME
14787	A. NERVO & CIA LTDA
15315	A. PILETTI & CIA LTDA - ME
15143	A. RODRIGUES & CIA LTDA EPP
14365	A. ROSSETTO E CIA LTDA - ME
19034	A. SERGIO DE OLIVEIRA - CONTRUÇÕES - ME
19617	A. TONIETTO DA SILVA CORRETORA - ME
6614	A.C HENRIQUES LUIS E CIA LTDA
15581	A. C. M. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR-CONDICIONADO LTDA - ME
9899	A. CARLOS RODRIGUES - ME
8953	A. DA COSTA TRAVASSO & CIA LTDA
13675	A. E. DE SANTANA CONSULTORIA AGRICOLA
9876	A. E. ENGERS COMERCIO ME
15389	A. F. H. ANDRADE SANTOS & CIA LTDA - ME
17570	A. G. FAGUNDES - ME
7842	A. G. S. MADEIRAS LTDA
11075	A. GIMENES ALBUQUERQUE & CIA LTDA ME
19129	A. K. KINOSHITA EIRELI - ME
17544	A. L. STEINBACH & CIA LTDA - ME
10531	A. LOBO M. DE LIMA
17237	A. M. FORATINE DOS SANTOS
12380	A. M. MITSUE & CIA LTDA
11756	A. P. DA SILVA & CIA LTDA - ME
21288	A. P. KIRSCH EIRELI-ME
8844	A. PIOVEZAN-EPP
11621	A. R. CLIMATIZACAO LTDA
20210	A. R. GOMES EIRELI - ME
9828	A. R. PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
6636	A. R. FARIAS & CIA LTDA - ME
3868	ABRALU REPRES. COMERCIAIS LTDA
16995	ABREU SERVIÇOS MEDICOS LTDA
176	ACACIAS ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - ME
14279	ACÁCIAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
20584	ACADEMIA DE GINASTICA VIVER BEM LTDA - ME
13824	ACADEMIA VITALITA FITNESS LTDA - ME
12539	ACERTI PROPAGANDA E MARKETING LTDA ME
17058	AÇO PRONTO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA
3410	AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
11797	ADEMIR MULLER & CIA LTDA - ME
16760	ADEMIR SIEVE & CIA LTDA - ME
11232	ADILAR ROQUE DALTOE INDÚSTRIA
2379	ADM DO BRASIL LTDA
14637	ADMAD - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
18876	ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS LTDA
16082	ADRIANA RIZZIERI ZAQUE DE JESUS ME
20457	ADRIANE MARIA TURANI KAMITANI EIRELI - ME
8117	AENOR-ASSOCIAÇAO DOS ENGENHEIROS DO NORTE DE MATO GROSSO
19495	AERONOP ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA - ME
9696	AERONORTE AVIAÇÃO AGRICOLA LTDA
7714	AFONSO CELSO TESCHIMA EPP
14557	AG - AUTO PEÇAS LTDA - EPP
23310	AGENDA ASSESSORIA PLAN E INFORMÁTICA
1970	AGRIMAT ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
16	AGRINVEST BRASIL LTDA
17218	AGRO BOM PRINCIPIO CORRETORA DE CEREAIS LTDA ME
68406	AGRO POTÊNCIA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
14340	AGRO SAFRA COMÉRCIO E INSUMOS AGRICOLAS LTDA
13714	AGRO SAUER COM. E REPRES. DE INSUMOS AGRICOLA LTDA - ME
16208	AGRO VISÃO INSUMOS AGRICOLAS LTDA - EPP
15763	AGRO ZANCO COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - EPP
9898	AGROMISSAO COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA
2375	AGROPECUARIA BERNARDI LTDA.
12235	AGROPECUARIA CRIA FORTE LTDA EPP
15826	AGROPECUARIA PONTO ALTO LTDA
3145	AGROPECUARIA PONTO ALTO LTDA
2313	AGROPECUÁRIA PONTO ALTO LTDA.
12413	AGUA DA VIDA COPIAS ALUGUEL E MAN. DE MAQUINAS LTDA ME

9210	AGUA DOCE CACHAÇARIA E RESTAURANTE LTDA - ME
8355	AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA
8535	AILTON P. DA SILVA
4248	AISSA & CIA LTDA - EPP
17405	ALAN FERNANDO T. CARDOSO ME
17960	ALBERTO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME
15415	ALCANCE TREINAMENTOS LTDA - ME
3492	ALCANTARA & CIA LTDA
9944	ALCAR MECANICA E INJECAO ELETRONICA LTDA ME
15329	ALENCAR & LEANDRO LTDA - ME
18286	ALFA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA-ME
12421	ALFAJOR LANCHONETE E SORVETERIA LTDA - EPP
18707	ALFAMETA SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME
16106	ALIANÇA CORRETORA DE IMOVEIS LTDA
14369	ALMEIDA & REZENDE LTDA - ME
13118	ALMEIDA`S - MINERACAO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP
9376	ALMIR P. ZUBLER - ME
18821	ALPHA FOMENTO MERCANTIL EIRELI
9174	ALTAIR JOSE BASTOS - ME
4504	ALVARO JOSE GUZI & CIA LTDA - ME
8073	ALVES & MEDINA ALVES LTDA
13698	ALVORADA MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - EPP
2173	AMABILE JULIA SECCO DEON ME
19658	AMARILDO ANASTÁCIO - ME
4173	AMAZONAS IND. E COM. ARTEF. DE MAD. LTDA
2667	AMAZONIA MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME
10663	AMAZONIAPHOS NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA
19761	AMERICA MT CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP
14456	AMERICEL S/A - CLARO REGIAO CENTRO OESTE
7906	ANA MARIA DA SILVA PANIFICADORA - ME
20924	ANA PAULA S. DE OLIVEIRA CAMARGO SEGURANÇA DO TRABALHO E PROJETOS FLORESTAIS - ME
16578	ANA PAULA STEINBACH ME
20222	ANAJÁ TRANSPORTES LTDA EPP
18062	ANDERSON FERRO BARRETO ME
14978	ANDRADE DALLA COSTA & DALLA COSTA LTDA - ME
7235	ANDRADE DALLA COSTA E DALLA COSTA LTDA
4200	ANDRADE TABACARIA LTDA-ME
17360	ANDRE LUIZ MULLER & CIA LTDA
14577	ANDRÉ VIEIRA DA CRUZ - CONSULTÓRIO MÉDICO
15615	ANDREA PACOLA CIMITAN - ME
1547	ANDREAS STHIL SERRAS LIMITADA
8338	ANDREOLLA BORGES & CIA LTDA - ME
17885	ANDRETTA & CASTRO LTDA - ME
10264	ANDRETTA & MARRA LTDA.
15917	ANDRIOLI TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
20611	ANGELA ARMAZENS GERAIS LTDA
3847	ANGELI VIDROS LTDA-ME
19249	ANGULO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA EPP
3027	ANIFER MADEIRAS LTDA
16196	ANMA CENTRO DE ESTETICA LTDA - ME
15695	ANSOLIN & CIA LTDA
5350	ANTONINHO GEUDA
6299	ANTONIO C. PEREIRA DA SILVA MECANICA - ME
14098	ANTONIO CARLOS RODRIGUES VIEIRA
7000	ANTONIO SAUER & CIA LTDA - ME
8743	ANTUNES FRANZINI & CIA LTDA
2581	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FELIZ NATAL MT
1871	APARECIDO PEDROSO GRANJA
18436	APARECIDO V. LOPES EIRELI
12057	APOLO TAXI AEREO LTDA EPP
3904	APOLONIA DELAVY DE FREITAS
955	APROSOJA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA SO ESTADO DO MT
15709	ARAM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME
10223	ARANORTE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
71041	ARAÚJO & VIEIRA LTDA-ME
17089	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
10448	ARI KREINER ME
12702	ARMAQ COMPRESSORES E BOMBAS LTDA ME
8853	ARROBA PEC COM. REPRES. E ASSESSORIA PECUARIA LTDA ME.
14385	ARTE DESIGN COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - ME
17551	ARTE ESPAÇO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
9991	ARTEC AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO LTDA ME
8333	ARTENORTE IND. COM. DE MADEIRAS LTDA
10196	ARTENORTE INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
20187	ASA NORTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
9830	ASSIS SARTORI & CIA LTDA
10474	ASSISFER-ASSISTENCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
14764	ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL - AABB
15524	ASSOCIAÇÃO ATLETICA SÃO CAMILO
15891	ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA - QUINTA REGIÃO EGLESIASTICA
4765	ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONARIAS DO SANTO NOME DE MARIA
6605	ASSOCIAÇAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUÇAO CRISTA
14565	ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE SINOP E REGIÃO
4738	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCAÇÃO E CULTURA
17452	ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS FILOSOFICOS DE SINOP - MT
14226	ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS DA REGIÃO NORTE
8201	ASSOCIAÇAO DOS DEFICIENTE FÍSICOS DE SINOP-ADFS
15536	ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS DE SINOP - ADEVAS
1701	ASSOCIAÇÃO DOS DISTRI. E REPRES. DE PROD AGROQUIMICO A.D.R.A
12696	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA ESTRADA CRUZEIRO DO SUL
12156	ASTRO LUZ LOCACAO DE IMOVEIS LTDA
15822	ATACADÃO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - ME
17863	ATAYDE & CIA LTDA - ME
15815	ATHENAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
20271	ATHENAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP
17006	ATIVA ASSESSORIA E SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA - ME
17807	ATUAL TINTAS EIRELI ME
17022	AUTO CENTER SINOP COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - ME
14536	AUTO CENTER TUIUIU LTDA
7327	AUTO ESCOLA CELESTE LTDA-ME
6730	AUTO ESCOLA NACIONAL LTDA EPP
15991	AUTO ESCOLA NOVO MODELO LTDA - ME
7904	AUTO ESCOLA VISÃO LTDA - ME
19233	AUTO MECANICA SATYRO EIRELI - ME
8330	AUTO MECANICA SINOCAR LTDA
2183	AUTO POSTO CONQUISTA LTDA
14430	AUTO SOCORRO CONFIANÇA LTDA-ME
2652	AUTO SUECO BRASIL CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
447	AUTO VIDRO SINOP
15407	AVIAÇÃO AGRICOLA MANAIN LTDA - ME
19221	AVIAÇÃO AGRICOLA RONURO LTDA EPP
14853	AYRTON JOSETTI JUNIOR - DROGARIA - ME
14473	B. G. ALMEIDA - MAQUINAS
20213	BAGNARA E BAGNARA LTDA - ME
12525	BALLEN CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - EPP
14935	BANCO BRADESCO S/A - AGENCIA TARUMÃS
1542	BAYER S.A.
16412	BC INDÚSTRIA E COMERCIO DE BLOCOS E PISOS DE CONCRETO LTDA ME
5592	BEATRIZ MEINERZ
17222	BEBEZINHO COMÉRCIO DE BRINQUEDOS MULTIMARCAS EIRELI - EPP
2059	BEBIASI E MELLO LTDA ME
11839	BEGNINI & BELLINCANTA LTDA ME
18608	BELLA VISTA OFTALMOLOGIA LTDA ME
20965	BELLATRIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME
8788	BELMONTE MADEIRAS LTDA
15523	BENETTI CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
14545	BENJAMIN DA SILVA & PANDOLFO LTDA
7027	BENTO SARTORI & CIA LTDA - ME
17764	BERÇARIO ALEF BABY LTDA ME
15551	BERNARDETE P. MANFIO ME
18830	BERNARDINO E SANTOS LTDA ME
15157	BERTELLI & CIA LTDA
19465	BERTOLETTI OLIVEIRA & SARRIS LTDA - ME

1294	BESSÃO & COSTA LTDA - ME
12625	BEUX PECAS E MOTORES LTDA
13474	BEZERRA & LACINTRA BEZERRA LTDA
16120	BIAZUSSI & CIA LTDA ME
19878	BIO DONNA LABORATÓRIO CLINICO DA MULHER LTDA - ME
13305	BIOMAS - REAPROVEITAMENTO DE VEGETAIS LTDA
978	BIOMAS - REAPROVEITAMENTO DE VEGETAIS LTDA
1157	BIOSUL PRODUTOS BIOLÓGICOS S/A
19089	BIOTTO & OLIVEIRA LTDA - ME
18166	BIOVERSATIL SERVIÇOS FLORESTAIS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME
18127	BLACK WHITE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
9943	BLOCOS DE SINOP IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
9601	BONFANTI ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
15769	BOOZ AGÊNCIA DE EVENTOS E TURISMO LTDA - ME
15178	BORDINI & CIA LTDA - ME
21395	BORGES FARIA CLINICA MEDICA S/S
17857	BR RECAPADORA DE PNEUS LTDA ME
18221	BRASCARR COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA EPP
15116	BRASIL CARDAN LTDA - ME
14364	BRASIL CARTUCHOS LTDA
10862	BRASVENDAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
16897	BRENTEGANI & CIA LTDA - ME
9258	BRIGHENTI & CIA LTDA - EPP
13100	BRILHANTE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
10152	BRINOP LTDA
15957	BRUNA MEZZACASA-CLINICA VETERINARIA
18134	BRUNO IELISSON FERREIRA DA SILVA - ME
1373	BUNGE ALIMENTOS S/A
1551	BUNGUE ALIMENTOS S/A
14079	BURITI COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA FIL
16138	BUSSADE DOS SANTOS & BARBOSA LTDA
20607	C A DA CONCEICÃO - ME
15472	C FREIRE & CIA LTDA ME
6414	C G KAJIAMA
20309	C L GROCHEVIZ - ME
15469	C. ARALDI & CIA. LTDA - ME
12908	C. C. MUNGO & CIA LTDA
12924	C. DE PAULA BELLINCANTA - COMÉRCIO - ME
9061	C. J. DE ARAUJO
18669	C. L. DA SILVA - ME
13062	C. M COMERCIO DE ALUMINIOS SINOP LTDA EPP
9688	C. MITIKO SACUNO ME
18310	C. PAULISTA COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
20161	C. T. SCHRODER ME
1101	C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
1375	C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
13461	C. A. POLETO & CIA LTDA
6827	C. G. DE AGUIAR
7875	C. G. F. CONTABILIDADE LTDA - EPP
15911	C. P. DE CARVALHO COMÉRCIO - ME
9921	C. R. Z. PONCE MADEIRAS
8170	C. S. P. CONSTRUÇÕES SANEAMENTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA
12563	C. T. MECÂNICA AGRÍCOLA LTDA
1429	C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
5378	CABIXI VEICULOS LTDA
15063	CAD COMÉRCIO DE LIVROS LTDA
1584	CADX MÁQUINAS - SERVIÇOS DE OFICINA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA LTDA - ME
17068	CAIÇARA LOJA DECONVENIENCIA LTDA - EPP
16572	CALANGOS BEER – BAR CHOPERIA E ENTRETERIMENTO LTDA
14550	CALDANA NORTÃO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA.
9016	CALHAS DOURADOS LTDA - ME
3426	CALIPEÇAS COM. PEÇAS P/ VEICULOS LTDA
13699	CALVAP - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA CALDEIRAS LTDA ME
14832	CAMPO BELO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA
9367	CANAL & CIA LTDA
9281	CANALE & CANALE LTDA
14002	CANDIDO & GARCIA LTDA
20412	CANOVA & CANOVA LTDA - ME
15546	CAPANE AGRICOLA LTDA ME
6946	CAP-COMUNICAÇAO ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP
9404	CARCAÇA NO LUGAR LTDA
16384	CARDIOIMAGEM EXAMES CARDIOLOGICOS LTDA
16464	CARDIONOP EXAMES CARDIOLOGICOS LTDA
1539	CARGILL AGRICOLA S A
8245	CARLOS A. KLEIN
18662	CARLOS DE ALMEIDA BALBINOTTI MEI
16401	CARLOS JOSÉ DA SILVA
9847	CARLOS LUIZ DALLE NETO
15190	CARNELOS & CAVICHIOLI LTDA
16652	CARNELOS ADVOCACIA
12577	CAROLINA A. WATANABE TANAKA EPP
12500	CARRERO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
12500	CARRERO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
18303	CARVALHO & ROMERO LTDA - ME
14272	CARVOARIA SANTA EDWIGES LTDA
4669	CASA DA AMIZADE DE SINOP
12433	CASA DAS CORES COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - ME
11302	CASA DAS CORTINAS LTDA
15353	CASA DE INFORMÁTICA SINOP LTDA - ME
13047	CASA DI MARIA COMÉRCIO DE ENXOVAIS LTDA - ME
15661	CASUAL COMÉRCIO DE CONFCÇÕES LTDA ME - FILIAL
9035	CASUAL COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME
16194	CASUAL COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME
3220	CATARINENSE EMPR. TRANSP. SERVIÇOS GERAIS LTDA
17021	CATIA SILVANA DE ARAUJO BET - ME
18369	CELEIRO COM. E REPR. DE MAQ. E IMPL. AGRICOLAS LTDA
9049	CELSO DE OLIVEIRA SERVIÇOS - ME
2298	CELSO PADOVANI % CIA LTDA.
12704	CENTRAL MULTI MARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME
1525	CENTRO DAS INDÚSTRIAS E EXPORTADORAS DE MADEIRA DE MT.
13093	CENTRO DE CIRURGIA SINOP LTDA
8646	CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES REUNIDAS S/S LTDA ME
13806	CENTRO EDUCACIONAL LINDOLFO JOSE TRIERWEILLER
7721	CENTRO INT. DE NEUROLOGIA E PSICOLOGIA LTDA
12428	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO TECNICO LTDA ME
16748	CENTRO ODONTOLOGICO SINOP LTDA
1343	CENTRO OESTE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA
14484	CENTRO OESTE NAVEGAÇÕES LTDA - PORTO ATLÂNTICA
478	CENTRO ÚTIL ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA
3848	CENTROGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA
14560	CERÂMICA H. M. LTDA - EPP
16098	CESAR LUIZ CONRAD KREFR - ME
16826	CEZALLI COMÉRCIO DE ENXOVAIS LTDA EPP
17334	CEZAR ROSENELLI - ME
69360	CGS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA
2918	CHAPEAÇÃO PRIMAVERA LTDA
11627	CHIOCA & VEDOIA LTDA EPP
15761	CHURRASCARIA GAMA LTDA - EPP
9022	CIAPEL MÁQUINAS E PEÇAS LTDA - ME
14376	CIARINI CANAVER & CIA LTDA - ME
1000	CICLO CAIRU LTDA
19329	CICLO TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA ME
15562	CICLOMANIA COMÉRCIO DE BICICLETAS LTDA - ME
8097	CILMARA A. KOCHEMBORGER - COMÉRCIO
17649	CIMITAN & CIA LTDA- ME
18328	CIRÚRGICA - SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO DO MÉDIO NORTE DE MATO GROSSO LTDA
14531	CLAIR PERLIN EPP
13387	CLAUDINEIA FERREIRA DOS SANTOS-SORVETERIA
8945	CLAUDIO ELI AMOROSO E SILVA ME
11705	CLAUDIO G. FREITAS & CIA LTDA
19074	CLAUDIO SHIGUERU NISHIMURA
7970	CLAUDIO VIANA PEREIRA E CIA LTDA - ME
19534	CLEBSON MOREIRA DOS SANTOS - ME
16585	CLEITON DE SOUZA MACHADO - ME
15941	CLEMENTE TOLAZZI ME
17391	CLEONI CARMEN REGAUER CLINICA - ME
7128	CLEVERSON ZUBLER EPP
2529	CLIMAOESTE INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA
18912	CLÍNICA ARTEMIS LTDA
19727	CLÍNICA DE CIRURGIA DE SINOP LTDA

7232	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA GIANI LTDA
20020	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA IMAGEM LTDA
13471	CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ELO LTDA
19496	CLÍNICA DE IMPLANTE E CIRURGIA BUCO MAXILO FACIAL DE SINOP LTDA
16554	CLÍNICA DIETÉTICA LTDA
19929	CLÍNICA OTORRINO SINOP S/S LTDA
19208	COBEMA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
1842	COLDEMAR RESINAS SINTÉTICAS LTDA
14070	COLÉGIO ALEF LTDA - EPP
1566	COM IND MATSUDA IMP E EXPORTADORA LTDA
69789	COMANDO 13° BRIGADA ADA INFANTARIA MOTORIZADO
1188	COMERCIAL CARAPA DE SECOS E MOLHADOS LTDA
14468	COMERCIAL DE VERDURAS DE CASTRO LTDA
15387	COMERCIAL GREGO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO LTDA - ME
15686	COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO GUARAPARI LTDA - FILIAL
10225	COMÉRCIO DE PARAFUSOS SCHEID LTDA-ME
17927	COMÉRCIO DE PNEUS BRESCANSIN LTDA
19002	COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS BENEDETTI LTDA - ME
10645	COM- META`S ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
12604	COMPAES COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
14923	COMPAV ENGENHARIA E OBRAS LTDA
2642	COMPENSADOS ANGELA LTDA
5110	COMPENSADOS PRIMAVERAS IND. COM. IMP. EXP. LTDA
399	COMPLEXX TECNOLOGIA LTDA
292	CONCREMAX CONCRETO ENG. E SANEAMENTO LTDA
13942	CONDOMINIO MONDRIAN RESIDENCIAL
14318	CONEXÃO BRASIL – COMERCIAL SERVICOS E TRANSPORTES LTDA – ME
12859	CONGREGAÇÃO CRISTA NO BRASIL - CHACARAS
12177	CONQUISTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
19832	CONQUISTA FÁBRICA DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA – ME
15819	CONSELHO ESCOLAR DA CRECHE MUNICIPAL CAMPING CLUBE
15882	CONSELHO ESCOLAR DA CRECHE MUNICIPAL JARDIM DAS PALMEIRAS
199	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO
1020	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DE MT
1556	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO
2136	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE
1553	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES
51638	CONSTIL CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA
16157	CONSTRUTORA CAMERA LTDA
17102	CONVENIENCIA JACARANDÁS LTDA ME
16380	CONVENIÊNCIA MACIEIRAS EIRELI - ME
14920	CONVENIÊNCIA PENIEL LTDA ME
1582	COODETEC - COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA
2477	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRANOVA LTDA
13513	COOPERATIVA NUTRIBIO - NUTRIÇÃO ANIMAL E ÓLEOS VEGETAIS
2463	COPACEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO E CEREALISTA
10053	CORREA & BONFIM DE OLIVEIRA LTDA ME
11115	CORREIA & COSTA LTDA - ME
4980	COSMO DAVID DOS SANTOS ME
19231	COSTA & ZIMERMANN LTDA
12259	COSTA GONCALVES & GONCALVES LTDA
12845	COSTA RICA MALHAS E CONFECCOES LTDA
11406	COURÊ - COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - ME
6848	CREATIVE COPIAS LTDA
13453	CRECHE MUNICIPAL SAO CRISTOVÃO
16451	CRESED TRANSPORTES LTDA - ME
20729	CRISTIANO DE CAMPOS GUEDES - MEI
14493	CRISTOVÃO & CIA LTDA
10007	CRIVELLARO & NEIA DOS SANTOS LTDA
11922	CROS CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA
1011	CUIABÁ DIESEL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS
2063	CUIABÁ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
11362	CUIABANO BOMBAS E TURBINAS LTDA ME
11755	CUNHA JUNIOR CUNHA & ETGES LTDA-ME
1348	CURUA MADEIRAS DO AMAZONAS LTDA
18572	D C MOTTA CONSULTORIA AGRÍCOLA
9539	D ITALIA UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS LTDA - ME
17346	D J ALVES COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA - ME
10812	D S GRANJA ME
6465	D S L SILVEIRA & CIA LTDA - EPP
15713	D TOSHIO DE ANDRADE - ME
12280	D. LEONCIO DE LIMA - SERVIÇOS ME
18748	D. W. DA CRUZ ME
17516	D. Z. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
18670	D. A. T. REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME
19610	D.C. COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA - EPP
18343	D. R. F. COMERCIAL AGRICOLA LTDA - EPP
17581	D´CASA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME
15864	DA SILVA & ASSUNÇÃO LTDA - ME
3357	DAIRES TERESINHA ZUCCHI
20372	DALEFFE SALVADORI & SALVADORI LTDA - ME
11641	DALL ONDER & DALL ONDER LTDA - ME
9890	DALMAZO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
14186	DALMAZO FERREIRA & CIA LTDA - ME
4643	DAL'MOTOS E MOTORES LTDA
12743	DALOLIO COMERCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA
4130	DAMAGAL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
16573	DANELUZ & CIA LTDA - ME
14299	DANIEL COUTINHO DE PAULA
17020	DANIELA DIETERICH & VALMIR V DA SILVA LTDA - ME
9080	DAVID BANCOW FILHO ME
19511	DCS DOS SANTOS GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
17549	DE MELLO & CIA LTDA
7682	DE PAULA ENGENHARIA FLORESTAL LTDA ME
15234	DEBASTIANI E GUINDANI LTDA - EPP
20916	DEBORA BRUGNERA EIRELI ME
18355	DEC & TJ C0NSULTORIA LTDA
9831	DEDETIZADORA ESTRELA LTDA
765	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO
19035	DELLA MEA & CIA LTDA ME
12836	DELTAMIG REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME
15273	DEMARTINI ZUANAZZI & CIA LTDA - EPP
18820	DENISE MARTINS DE PROENCA LOPES ME
7221	DENSINORTE CLÍNICA DENSITOMETRIA ÓSSEA NORTE DO MATO GROSSO LTDA - ME
15198	DENTECLIN - CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS SINOP LTDA
4648	DEOGENES FATIMA SCHNEIDER
18129	DEPOSITO DE MADEIRAS RABUKA LTDA ME
543	DEPÓSITO OURO VERDE LTDA
11357	DESCAR AUTO ELÉTRICA LTDA ME
4396	DESPACHANTE CELESTE LTDA ME
18649	DETRANMED MEDICINA DE TRÂFEGO LTDA
19049	DIANES F. DE ALMEIDA NOBREGA JACQUES - ME
11618	DILMAR A. ANDRADE & CIA LTDA
18730	DILMO BELE
19048	DIMA SERVIÇOS AGRICOLA LTDA - ME
11548	DIMBO DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA
1670	DIMICRON FERTILIZANTES CENTRO OESTE LTDA
19354	DINAMICA COMERCIO DE MGRÃOS LTDA-EPP
8263	DINCON-DIST. DE CONFECÇOES LTDA ME - CAD. SUSPENSO
19120	DIRLENE KIEDIS - MEI
15225	DISMEDIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
14552	DISMOBRAS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS
17228	DISMOBRAS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS S/A
16512	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS FARINELLI - ME
5135	DISTRIBUIDORA DE LIVROS H.D LTDA - ME
12614	DISTRIBUIDORA DE MOLAS MATO GROSSO LTDA
1050	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SANTO ANDRE LTDA
7709	DIVILAR COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS LTDA - ME
17124	DMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP
15948	DOMICILIAR SAÚDE ASISTÊNCIA EM ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA LTDA - ME

7759	DORANE CALCADOS E CONFECÇÕES LTDA
14551	DORANE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
19548	DOTTO & CIA LTDA
16507	DOUGLAS S. GRANJA - CONVENIENCIA TARUMAS - ME
16355	DOUGLAS WILLE & CIA LTDA - ME
19762	DOUGLAS YANAI & CIA LTDA - EPP
11650	DOUGLAS YANAI & CIA LTDA-EPP
13031	DRESCH & FEITOZA LTDA - ME
13830	DROGARIA IPE EIRELI - ME
7534	DROGARIA MERY LTDA
14259	DROGARIA NERU
7742	DROGARIA R M S LTDA
16000	DROGARIA SEMPRE MAIS LTDA ME
8690	DROGARIA TNK LTDA - EPP
6957	DROGARIA UNIAO LTDA
9508	DROGARIA VIVER BEM LTDA
24104	DU PONT DO BRASIL S.A
14894	DUO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI - ME
13318	DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP
419	DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA
15017	E. C. ZOCANTE & CIA LTDA - ME
21060	E. F. DOS SANTOS - AUTO CENTER - ME
17595	E. V. DE LIMA & CIA LTDA - EPP
14896	E. A. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME
12623	E. M. NERVO & CIA LTDA EPP
10009	E. F. S. BRUMATTI - ME
15989	E. S. DA SILVA - SERVIÇOS DE EXTRAÇÃO - ME
3759	E. TEREZINHA BOGO BACK ME
2097	E. W. MODAS E COSMÉTICOS LTDA
2775	EBC - EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES LTDA
14904	ECLIPSE FILMS COMÉRCIO DE PELÍCULAS E PEÇAS LTDA - ME
15764	ECLIPSE FILMS E ACESSÓRIOS LTDA - ME
11674	ECOCENTAURO INFORMÁTICA LTDA EPP
1032	ECOLÓGICA FLORESTAL LTDA
15645	ECRISSIANI NOSKOSKI - ME
2204	ECT - BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
16152	EDER DE SOUZA CAVALHEIRO - ME
4295	EDITORA GRÁFICA MATO GROSSO LTDA
10673	EDITORA GRÁFICA RONQUIM LTDA
8952	EDSON GONÇALVES DOS SANTOS
10856	EDSON L. A. TAQUES
3787	EDSON LUIZ DARIVA ME
15569	EDSON VIEIRA GUSTMANN - ME
20853	EDUARDO GUSATTI ME
16961	EDUARDO M. LEONEL & CIA LTDA ME
19796	EDUARDO SABINO FERRONATO - ME
13109	EDUCANDARIO PASSO A PASSO LTDA
9691	EDUMAR SERVIÇOS DE MÁQUINAS PESADAS LTDA ME.
21147	EFATA MUSIC E INSTRUMENTOS LTDA - ME
14755	EFFICIENCE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA
17840	EFICAZ TRANSPORTE LOGISTICA LTDA ME
16336	EGIAS DO NASCIMENTO & CIA LTDA ME
9803	EGW COMERCIO E REPRESENTAÇÕES
3579	ELABORE PROJETOS E CONS. FLORESTAL LTDA - EPP
16984	ELAINE GUILHERME CABELEIROS ME
14164	ELEOMARA LORAS RIOS KARSBURG
1003	ELETRAM ELETRICIDADE DA AMAZONIA SA
15809	ELETRO AMERICA SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI - ME
13507	ELETRO STAR MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA
15212	ELETROGIL COMÉRCIO E INSTALADORA LTDA ME
17206	ELETROMAR MÓVEIS E ELETROD. LTDA
17207	ELETROMAR MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
14765	ELETROMART MATERIAS ELÉTRICOS LTDA - ME
15904	ELEVADORES AMAZONIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME
10719	ELI FERRONATTO - ME
18352	ELIANE ALVES BRITO - MEI
7054	ELIANE FATIMA CAVALHEIRO CHAVES ME
15145	ELIO SANTO DE FREITAS ME
9416	ELISETE A. GIRARDI CARLIN - ME
5398	ELIZA K. O. NUNES
17886	ELMO CONSTRAL SPE CONSTRUTORA LTDA
19391	ELOIR PAULO BREITENBECH - MEI
7887	ELTON GONCALVES- ME
21414	ELTON LUIZ KUNTZ - ME
13503	EMBREMAC RECUPERADORA DE PECAS LTDA-ME
16405	EMBRIOESTE BIOTECNOLOGIA PARA REPRODUÇÃO BOVINA LTDA - ME
13816	EMEB - PROFESSOR JURANDIR LIBERINO DE MESQUITA
5657	EMERSON JOSE DISTEFANO RIBEIRO
16400	EMITE COMERCIO DE PISOS E CERAMICAS LTDA - ME
12891	EMPÓRIO DA BELEZA COM. DE PERFUMARIA LTDA
19140	EMPREGO AGÊNCIA E TREINAMENTOS LTDA - ME
14885	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
20448	ENCORE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP
15606	ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMATICA LTDA
2436	ENGEFORMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
19965	ENGPE - ENGENHARIA PROJETOS E EXECUÇÃO LTDA - ME
15422	EQUIPADORA 163 COMÉRCIO DE AUTOPECAS LTDA - ME
2720	ERCILIO NESI ME
8916	ERNESTO REIMANN ME
9318	ESACON - ASSESSORIA CONTABIL E EMPRESARIAL S/C LTDA
13447	ESCOLA ACADÊMICA DE SAÚDE - AGITARE LTDA
17968	ESCOLA ACADÊMICA DE SAÚDE - AGITARE LTDA
14237	ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
17957	ESPAÇO VIP CENTRO ESPECIALIZADO EM TERAPIAS ESTÉTICAS LTDA - ME
8494	ESTAÇÃO DAS MOTOS - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MOTOS LTDA
15800	ESTER RODRIGUES DE MATOS
12023	ESTRELA BIOTECNOLOGIA APLICADA LTDA - ME
12736	ESTRELA DA MANHÃ COM. SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME
16383	ESTRELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
20047	EVANDO REIS CHAVES PUGLIA MEI
12228	EVANGELISTA DE SOUSA & STOPPA LTDA - ME
15464	EVEREST ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME
10613	EXECUTIVA NORTE TRANSPORTES LTDA ME
17779	EXPLORA PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA - EPP
19845	EXTINTORES SINOP COM E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME
15323	EXTRA INDÚSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - ME
15669	EXTRALUZ MOVEIS E ELTRODOMÉSTICOS LTDA - EPP
19011	EXTREME TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME
16309	F J FUCHS ME
20430	F L FARIA - ME
16109	F. DA SILVA ALENCAR BUFE - ME
20589	F. P. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
9023	F. R. ANDRIGHETTI & CIA LTDA
16029	F. A. DE OLIVEIRA & SANTOS LTDA ME
15162	F. J. DE CARVALHO & CIA LTDA
6204	F. L. BITTAR GONÇALVES E CIA LTDA
20930	F. P. REPAROS E REFORMAS LTDA - ME
10111	F. S. GARCIA UMBURANAS & CIA LTDA
15059	F. WERLANG - ME
18413	FABIANO D. NAKAYAMA - ME
4810	FABRICA DE CARROCERIAS REAL LTDA
13295	FAÇA WEB SITES LTDA-ME
19378	FACCIO CARVALHO E CIA LTDA
16882	FACIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME
15743	FACILITA FACTORING - FOMENTO MERCANTIL LTDA
11509	FACIOCHI & CIA LTDA-ME
13282	FAELI - ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME
6157	FAGUIVEL COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA - EPP
10549	FAI AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA
13748	FAIRA OLIVIA STRAPAZZON DO CARMO
13796	FARMÁCIA ALQUIMIA LTDA
15962	FARMÁCIA BIGFARMA LTDA ME
9077	FARMÁCIA EXTRA ECONOMICA LTDA - EPP
16103	FARMÁCIA FIGUEIRA LTDA - ME
9997	FARMÁCIA MADEIRA LTDA.
16958	FARMÁCIA MALU LTDA - ME
15169	FARMÁCIA SANTA JÚLIA LTDA - ME
16817	FARMÁCIAS MEIO PREÇO LTDA ME
2451	FAZENDA PALMEIRAS DO NORTE AGRONEGÓCIOS LTDA

561	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MT
11684	FEDERIZZI INFORMATICA LTDA ME
16892	FELIPE ANTONIOLLI - MADEIRAS ME
15512	FELIX COMÉRCIO DE PRODUTOS ÓTICOS LTDA - ME
12247	FENILI & XAVIER LTDA ME
16717	FERNANDA DE MATTOS VALERIO OLIVEIRA - ME
17153	FERNANDA MUSSO SOARES VONJONIE - ME
12643	FERNANDA SILVA MIYAHIRA & CIA LTDA ME
12934	FERNANDO WINTER ME
586	FEROSWALZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
15671	FERRARINI E PISONI LTDA
16590	FERRAZ & LOCATELLI LTDA - ME
19651	FERRAZ E FONSECA LTDA - ME
9873	FERRERO JOIAS LTDA
14372	FERRERO TRANSPORTES LTDA - ME
17925	FERRI CALHAS E SERRALHERIA LTDA - ME
13954	FERRO VELHO VITÓRIA LTDA
1211	FIAGRIL TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA
3856	FINGER & CIA LTDA ME
14042	FLAVIA ESCOBAR & CIA LTDA
21061	FLECK E FLECK LTDA ME
14549	FLOR DE MAIO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
15630	FLORENTINO FERREIRA LOPES EPP
2187	FLORESTA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO FLORESTAL S/S LTDA
48593	FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
16588	FOLCHINI DA SILVEIRA & CIA LTDA
16458	FORÇA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
15799	FORT DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA ME
8433	FRANCIS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA
18469	FRANCISCO JUNIOR DE SOUZA COSTA - ME
9909	FRANCISCO RUIZ BRITES
10793	FROTA MAX DIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME
1306	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MT - FAPEMAT
1382	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AGROPEC. DE MATO GROSSO
79	FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL
13736	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE
15108	FUNDAÇÃO LIVRE PARA VIVER - FUNVIDA
13897	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
1672	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3187	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
348	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MT
1204	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
7188	FUNERARIA SAUER LTDA ME
31673	FUNSOLOS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA
13148	FURTADO JUNIOR ARQUITETURA LTDA
17082	G. G. BUCHER - FARMÁCIA - ME
16242	G. M. DOS SANTOS - OTICA - ME
19219	G. T. GHIRALDI-ME
5652	G. T. O. MADEIRAS LTDA
6464	G. CARDOSO JUNIOR - TELECOMUNICAÇÕES - ME
15221	G. DA SILVA SANTOS - ME
13049	G. FOGASCA FELIPIM ME
17009	G. HISTER SERVIÇOS - ME
16160	G. LUIS KOTHE - ME
14574	G. M. C. EXTRATORA LTDA EPP
11587	G. F. PANDOLFO
12065	G. L. B. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA ME
12757	G. N. RODRIGUES REPRESENTACOES LTDA
15685	G. R. TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA
3730	G. R. PARLOW & CIA LTDA - ME
11425	G. TOMBINI & CIA LTDA
14465	G. VEZENTIN & CIA LTDA - ME
18423	GABRIEL & AZOVEDI LTDA ME
11177	GABRIELA MODA E COURO LTDA
10694	GABRIELA MODA E COURO LTDA.
12187	GAMA PNEUS E PECAS PARA CAMINHOES LTDA-ME
20158	GASTRO E ENDOCRINO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
15418	GAZIN INDÚSTRIA E COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - FILIAL
8239	GENEIDE MEDEIROS E CIA LTDA
21325	GENOMA - GRUPO DE ESPECIALISTAS DO NORTE DO MATO GROSSO EM ANESTESIOLOGIA S/S
13385	GEO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
19193	GEO SONDAGENS E PERFURAÇÕES LTDA - EPP
15403	GEOFLORA - PROJETO E LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS LTDA - EPP
16632	GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S. A.
14599	GESEG GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
4613	GESVALDO MARTELO FOSS
7436	GICELI MADEIRAS LTDA ME
9645	GIGA BYTE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
4663	GILMAR PASQUALOTTO & CIA LTDA
21112	GILMAR TEREBINTO
16340	GILSON JAIR SCHRODER E CIA. LTDA
17910	GIRACENTER LANCHES E SORVETES LTDA
20089	GISELE AGUIAR JONAT TREINAMENTOS E SERVIÇOS - ME
17384	GISELI FERREIRA DA CRUZ - ME
15933	GIUSTTI & GIUSTTI LTDA - ME
8099	GLAUCIO MAGNO LEITÃO EIRELI - EPP
18362	GLEICI FILIPETTO CONSULTORIO MÉDICO ME
12244	GLEIDSON TORNEARIA LTDA - ME
11603	GM CONTABILIDADE LTDA
21103	G.N.R. EMPREENDIMENTOS LTDA
16403	GOBATTO & DA SILVA LTDA - ME
17658	GOLDEM GESTÃO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
8025	GOMES E BERNARDI LTDA - ME
15719	GONÇALVES & ROSENELLI LTDA
11424	GORETTI COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA
20197	GORGEN & GORGEN LTDA ME
15236	GORILLAS BURGUER E LANCHES LTDA
10302	GRAFICA E EDITORA NOVA CAPITAL LTDA
15445	GRAM LIMS - GRAMAS LIMPEZAS E SOLUÇÕES LTDA - ME
9762	GRAMEIRA SINOP LTDA
6578	GRANEX COMERCIO E IMPORTAÇAO LTDA
6058	GRANIMAR IND. DE MARMORE E GRANITO LTDA
16406	GRANJA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS - ME
17776	GRANORTE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
14864	GRIEBLER & CIA LTDA
15428	GRIEBLER & CIA LTDA - FILIAL
2521	GTS DO BRASIL LTDA
16837	GUARAPARI COMERCIO DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA EPP
9131	GUERREIRO & GUERREIRO LTDA ME
6395	GUIMAP RECUP. DE MÁQUINAS E TERRAPLANAGEM LTDA - ME
6435	GUSTAVO PALACE HOTEL LTDA
5868	H DE MATOS - COMÉRCIO ME
16753	H. C. HOOGERHEIDE CONSULTORIA AGROPECUÁRIA
16529	H. J. DE OLIVEIRA - ME
14988	H. S. DEFAVERI - COMÉRCIO
18203	H. S. SINOP COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
20806	H2P PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME
15398	HANGAR NORTE COMÉRCIO DE BRINQUEDOS HOBBY MODELISMO LTDA
15818	HASHIMOTO MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA LTDA ME
13090	HAUBERT & HAUBERT LTDA ME
12574	HELIO AMARAL JUNIOR - ME
16468	HELIO KUJAT - MEI
15373	HELUMI LOJA DE CONVENIÊNCIA LTDA ME
7263	HENRIQUE AUTO CENTER LTDA ME
14829	HERA LOCAÇÃO DE ROUPAS LTDA
61999	HERON - ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
20291	HIDRAUGAN COMÉRCIO DE SISTEMAS HIDRAÚLICOS LTDA - ME
10140	HIDRAUNORTE - PECAS E SERVIÇOS HIDRÁULICOS LTDA - EPP
14268	HORING & CIA LTDA ME
13627	HOTEL ALTO DA GLORIA LTDA ME
3201	HOTEL HOLLYWOOD LTDA - ME
13006	HS INFORMATICA LTDA ME
14718	HUCK & BERNARDES ADVOGADOS ASSOCIADOS
15848	I S COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS PARA TELEFONIA LTDA ME

13755	I. A. DE MOURA - ME
14642	I. C. MOREIRA - CONSULTORIO MÉDICO
6180	I. D. LONGO
7631	I. M. MENCATO & CIA LTDA ME
10931	I. S. MENDONÇA & CIA LTDA - ME
13441	IBMAD INDÚSTRIA E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS LTDA
16499	ICONE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
14712	ICONE - INDÚSTRIA DE CONCRETO LTDA
17665	IDEAL CONCEPT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
65149	IGREJA EVANG. PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO DE SINOP - MT
4834	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
15247	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS NOVA ALIANÇA
9166	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
15185	ILDON DE ASSIS - ME
8935	IMOBILIÁRIA CELESTE LTDA EPP
7226	IMOBILIÁRIA MARIA CAROLINA LTDA
16133	IMOBILIÁRIA VIEIRA PRADO LTDA - ME
14804	IMOSUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
14005	IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇOES LTDA - ME
4000	IMPACTO INSUMOS AGRÍCOLAS
11840	IMPORCATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
69579	IMPORMAQ DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA
8340	INÁCIO ODILO MAYER ME
178	INCOBEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELLI - EPP
65667	INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PESCADO AMAZÔNICOS S. A
4210	INDÚSTRIA COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS SINOP LTDA - ME
18527	INDÚSTRIA DE COMPENSADOS SÃO JOSE LTDA EPP
18716	INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS SINOP LTDA
16162	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS GAZZIERO LTDA - EPP
12808	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS M. P. LTDA ME
2698	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS TOZETTO LTDA ME
11608	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS CECATTO LTDA
71373	INOVA LOGÍSTICA TRANSPORTES LTDA EPP
15272	INOVE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME
1528	INSTITUTO AÇÃO VERDE
6382	INSTITUTO CASTELO BRANCO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA
15932	INSTITUTO DE COLOPROCTOLOGIA E RADIOLOGIA DE SINOP S/S LTDA-ME
21555	INSTITUTO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA - ME
16608	INSTITUTO DE UROLOGIA DE SINOP LTDA
64262	INSTITUTO GENESIS
4170	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAUDE S. A.
13995	INVIOLÁVEL NORTE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
13995	INVIOLÁVEL NORTE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
11729	INVIOSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA
15493	IPIRANGA COMÉRCIO DE FRIOS LTDA ME
2008	IRACEMA MADEIRAS LTDA
7409	IREMAR A. DA SILVA - ME
15937	IRIA PINTO - SERVIÇOS - ME
10961	IRINEU SIQUEIRA CAMPOS NETO & CIA LTDA ME
19504	IRMA TEREZINHA FERRARINI PISONI - ME
2732	IRMÃOS BECKHEUSER E CIA LTDA
8657	IRMÃOS CAETANO DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA - ME
12473	IRMÃOS PERANDRE COMÉRCIO DE AUTOMOVEIS LTDA ME
18667	ISABELA COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA - EPP
20209	ISAMU - INSTITUTO DE SAÚDE MULTIDICIPLINAR LTDA
13063	ISI - INSTITUTO PRÓ-SAÚDE INTEGRAL
17697	ISMAEL SOARES DE OLIVEIRA - ME
947	ITALFLOR IND. E COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS
15371	ITALO BRASIL PRODUÇÕES DE VIDEO LTDA - ME
16295	ITAU UNIBANCO S.A
14512	ITAUBAS AUTO POSTO LTDA
18447	IVAN DA SILVA FARIAS - ME
18576	IVAN DE JESUS MACHADO - MEI
7422	IVANIR LUIZ SCHARNOSKI
9177	J. C. DA SILVA - COMÉRCIO
16374	J. D. GUINDANI ME
18853	J. F. B POLONIATO EPP
15715	J. I. TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA
14337	J. L. C. ABRAHAO
7138	J. L. PADILHA - ME
18793	J M CORREA ME
16759	J. O. D LAZZAROTTO - ME
19182	J P. DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES LTDA - ME
8832	J. R. B PACOLA - ME
8972	J . S. CHITOLINA & CIA LTDA - EPP
16360	J. A. DANTAS JUNIOR COMÉRCIO - ME
11704	J. A. DE OLIVEIRA - PUBLICIDADES
8452	J. A. MARTA - ME
14053	J. B. ALVES & CIA LTDA
17030	J. C MOREIRA AGRICOLA - ME
20365	J. CORREA TRANSPORTE - ME
14925	J. D. MOLAS E FREIOS LTDA - ME
15195	J. L. STRACK - ME
10349	J. S. MENEGON DE OLIVEIRA - ME
14159	J. TESTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME
20443	J. VIRGILIO LANCAMENTOS DE IMOVEIS LTDA
15612	J. A. R. ALVES OFICINA MECÂNICA - ME
15600	J. B. ESTRELA - COMERCIO E INDÚSTRIA -ME
10929	J. B. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP
4676	J.C. LOPES TACAIAMA - EIRELI
13631	J. C. M. ESCOBAR & CIA LTDA - ME
10888	J. DREL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
13504	J. F. - ASSESSORIA RURAL LTDA
7588	J. G. R. TERRES
8976	J. I. MOREIRA DE SOUZA & CIA LTDA
19544	J. K. PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
16257	J. L. DE SANTANA - ME
17012	J. M. MECÂNICA INDUSTRIAL SINOP LTDA ME
14733	J. MARIA TRANSPORTES ME
10211	J. N. FOLLETTO
18482	J. R. SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS DIESEL LTDA ME
14648	J. R. DE LIMA & CIA LTDA
11003	J. R. ALVES MARTINS ME
11298	J. R. DE ARAUJO FREITAS REPRESENTAÇÕES
12255	J. S. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
14555	JAIME BATISTA DA SILVA
13666	JAIRO DAVID OLIMPIO & CIA LTDA ME
3838	JAISA COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA
20367	JARDIM DAS ROSAS - LOT. DE IMÓVEIS SPE LTDA
5000233	JB. PIRES ME
17769	JBK ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
20553	JCR REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
20074	JEDERSON ALEANDRO DA CRUZ-MEI
8667	JEFFERSON DARIO DALTOE - TAPEÇARIA
14843	JKS - LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS PARA AVIAÇÃO LTDA - EPP
17664	JM EXTINTORES LTDA
18075	JNI - MARKETING SERVICE PRODUCTION LTDA
19875	JOÃO BATISTA ESTECA - ME
16474	JOCEANE NUNES ME
18130	JOEL DE BORBA ME
20678	JONAS PEREIRA DA SILVA - ME
12537	JORDAO & CARDOSO LTDA ME
12843	JORPAN-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SORVETERIA E PANIFICACAO LTDA ME
13571	JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA COMÉRCIO ME
17029	JOSE E. DONA - CONSTRUTORA - ME
14867	JOSÉ LEOMAR DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
4375	JOSE NESTOR WINTER TURISMO
6430	JOSE NIVALDO VIANA-ME
14758	JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO E CIA LTDA
15391	JOSE ROBERTO ESPADOTTO - ME
456	JOSE ROBERTO RIBEIRO
3125	JOSE WEBBER - ME
19031	JOSIENE ALVES LOPES EIRELI - ME
6423	JOTA COMÉRCIO E REPRESENTACÃO LTDA
13908	JS DISTRIBUIDORA DE PEÇAS S.A.
16589	JSC ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME
14139	JUCI CENTER - BICICLETAS E PEÇAS LTDA ME
16896	JULIA DE S. MENEGATTI - ODONTOLOGIA - ME

6489	JULIO CESAR T. DIAS - IMOVEIS
17876	JUVIVI TRANSPORTADORA LTDA ME
18340	JV DISTRIBUIDORA DE CARVAO LTDA - ME
16609	JZF TRANSPORTES LTDA - ME
14041	K. D. ARAUJO TECIDOS - ME
17049	K. H. B. SLOVINSKI BELGROVICZ - ME
19010	K. HECK BARBOSA TRANSPORTADORA - ME
5562	K. L. FARIA & CIA LTDA
60096	K2 MADEIRAS LTDA
15103	KACIQUE CONVENIENCIA LTDA
16154	KADRI & KADRI LTDA
14260	KAIROS PNEUS E PEÇAS LTDA-ME
15912	KAISER & CIA LTDA - ME
17804	KAKI TRANSPORTES LTDA
11498	KARINA A. W. TANAKA EPP
12388	KASAI & MIYASHITA LTDA - ME
11097	KATHIANE MELO DE SOUZA & CIA LTDA ME
13147	KATICA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA
7992	KAVASOKO & CIA LTDA- ME
5928	KAYNÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
9994	KLESSER ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA EPP - FILIAL 01
9995	KLESSER ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA EPP - FILIAL 02
8973	KLESSER ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA-EPP
14428	KLK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP
8171	KOCZINSKI ELETROTECNICA LTDA
223	KREIBICH & CIA LTDA
21366	KYA IMAGENS LTDA ME
12238	L A FARMÁCIA LTDA
15358	L C CLÍNICA DENTARIA LTDA
13667	L C MUMBACH
17561	L J KLANN E KLANN LTDA ME
12181	L. ANDRIGHETTI & CIA LTDA - ME
16955	L. CORREA DA SILVA - ME
11735	L. F. PIRES SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA ME
13159	L. S. ETGES
9324	L. THOME REPRESENTACOES - ME
12578	L. C. AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
3546	L. D. CONFECÇÕES LTDA
6542	L.G MADEIRAS LTDA
14792	L. M. LINSBINSKI E CIA LTDA - ME
11148	L. R. ANACLETO & CIA LTDA ME
17826	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS REGIONAL DE SINOP LTDA - ME
9852	LABORATÓRIO LUIGI BOGLIOLO ANAT. PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA LTDA EPP
14445	LADI DA SILVA - MECÂNICA
15961	LAFFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA EPP
15777	LAPIDARE CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME
3116	LAUDELINO DE ARAUJO FILHO
8373	LAUDEMIR LUIZ THIESEN - ME
19200	LAURENTINA GOMES & GOMES LTDA - ME
11586	LAURI ORLANDO CAVALHEIRO - ME
17129	LAVA JATO CAVIUNAS LTDA - ME
17698	LAVAJATO CENTER CAR LTDA
14654	LAVANDERIA SEGREDO LTDA
18308	LAZARI & SEGER LTDA ME
66785	LBM VIAGENS E TURISMO LTDA
15724	LEAL E ARRUDA LTDA - ME
15242	LEANDRO & CIA LTDA - ME
18455	LEANDRO F. MEDEIROS - ME
14645	LENI CRISTINA DE SOUZA VOLPI
17647	LEODIR ANTONIO BALSAN - ME
227	LEODIR ANTONIO COVATTI
3894	LEONICE CARLOS DE OLIVEIRA BUOSI - ME
15779	LEVE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EPP
14498	LEVY SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
17287	LG LOCADORA DE VEICULOS LTDA
18800	LIBELULA DESIGN E PERSONALIZAÇÃO EM BRINDES LTDA - ME
21256	LIDER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA
15573	LIDER TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
20024	LIFE MÉDICOS ASSOCIADOS S/S
19893	LINAMELI P. ANSCHAU - ME
14729	LINKOSKI PINTURAS LTDA - ME
15372	LIRIO OSMAR MARX - ME
12090	LISBELLA COMERCIO DE ACESSÓRIOS E BIJUTERIAS LTDA ME
5707	LISEO MARCOS
2992	LIVRARIA MARAVILHA LTDA
12895	LIVRO SUL MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA
13176	LOCADORA DE VEICULOS ZANVIER LTDA
16959	LOJAS AMERICANAS S.A.
14271	LOPES DE MORAES & OLIVEIRA DE JESUS LTDA ME
13912	LOSI & CIA LTDA -ME - CAD. SUSPENSO
6488	LOTERIA LEMKE LTDA - EPP
15210	LOTERICA MACHADO LTDA
13285	LUAR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME
20383	LUCIANO AQUINO DE FARIA & CIA LTDA
13855	LUCIANO CHITOLINA & CIA LTDA ME
15874	LUCIANO MARCONDES FEITOZA ME
12416	LUCILENE DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
8354	LUIS V. DO PRADO - EPP
20585	LUIZ ANTONIO ZANOTELLI ZANELLA - ME
13132	LUIZ HENRIQUE MONTEIRO - ME
18014	LUKA LINGERIE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
10427	LUNA & SILVA LTDA
18973	LUNA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME
14803	LUZIA S. MIYAMOTO & E. MINORU SASSAKI LTDA
9215	M A S SERVIÇO DE VISTORIA AUTOMOTIVA LTDA - ME
15393	M CANDIDO DA SILVA - ME
13756	M DOS SANTOS BAMPI
16874	M K CANCHILHERI - ME
16251	M MASTELLA NETO - ME
14593	M R G C ABRAHÃO
17904	M R SOARES ME
17069	M T T BARCA - GEODESIA ME
17004	M V RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA ME
14534	M W MADEIRAS LTDA - EPP
5508	M. A. S. GARCIA - ME
20881	M. B. BUENO ME
14436	M. DAMASCENO DA ROSA - MADEIRAS
1392	M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA
4558	M. G. MACEDO & CIA LTDA
13563	M. JACQUES TAGLIARI PASOLINI & CIA LTDA-ME
14634	M. S. SOARES ABREU - ME
6418	M. SOARES - ME.
13917	M. V. ENGERS VEICULOS LTDA ME
11886	M. V. GNOATTO - ME
13988	M. A. FELIPIM RESTAURANTE
16007	M. B. DIAS - IMOVEIS - ME
18153	M.C GNOATTO & CIA LTDA - ME
15947	M. C. COELHO - MEDICINA DO TRABALHO
11245	M. G. PERDIGAO ME
14889	M. H. SERVIÇOS MEDICOS S/S - ME - FILIAL
11841	M. K. REPRESENTAÇOES COMERCIAIS LTDA
9937	M. L. T. MATRICARDI - ME
13906	M. M COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA - ME
7024	M. MONTIEL DA SILVA - ME
18942	M. P. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME
17538	M. P. CURSINO - ME
17907	M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB
9125	M. P. DA SILVA LIMA
19834	M. S. COMERCIAL AGRICOLA LTDA
12323	M. T. COMÉRCIO DE LIVROS EDUCACIONAIS LTDA EPP
12709	M. T. CURSOS DE IDIOMAS LTDA
20163	MAADRI REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
16950	MAC COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA - EPP
720	MACAM INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA
14187	MACHADO DOS SANTOS SERRALHERIA LTDA - ME
13692	MACK COSMÉTICOS E BIJUTERIAS LTDA ME
12984	MADEBOM - MADEIREIRA BOM JARDIM LTDA - ME
15926	MADECEDRO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
9700	MADEIRAS MALUAM LTDA
1665	MADEIRAS PIANOSKI LTDA EPP
3442	MADEIREIRA BALBINOTE LTDA - ME
1974	MADEIREIRA BENEDETTI LTDA
3026	MADEIREIRA BOSSA LTDA
1931	MADEIREIRA COLORADO LTDA - ME
4199	MADEIREIRA GARÇA LTDA
12202	MADEIREIRA GUARACIABA LTDA ME
3212	MADEIREIRA IRMAOS TENUTTI LTDA
7441	MADEIREIRA MARCA LTDA

6536	MADEIREIRA NOVO ESTADO LTDA
2157	MADEIREIRA PLUS LTDA
8202	MADEIREIRA RODOTREM LTDA - ME
5832	MADEIREIRA SCHMITZ LTDA ME
4508	MADEIREIRA SERRAMAD LTDA - ME
10846	MADEIREIRA UNSER LTDA ME
8471	MADERLU MADEIRAS LTDA
14696	MADESIM INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EPP
14426	MAELSIO RONALDO FERREIRA
17847	MAGNANI & MAGNANI FILHO LTDA FILIAL
19197	MAIKEL OSVALDO CLEMENTE - MEI
16327	MALUMA COMERCIO DE MOTOS PEÇAS LTDA - ME
20951	MAN DIESEL EIRELI - ME
15543	MANANCIAL CONSULTORIA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA - ME
10147	MANFRIN & CIA LTDA - ME
2523	MANINS - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA
9932	MANTOVANI SILVA & SILVA LTDA ME
13606	MÃO BRANCA AGRONEGOCIOS E LOGÍSTICA LTDA
8761	MARACAI FLORESTAL E INDUSTRIAL LTDA
5148	MARAVAI MADEIRAS LTDA - EPP
10529	MARC MAQ EQUIPAMENTOS LTDA
19472	MARCA E SANTOS LTDA - ME
15521	MARCATO BENSO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
9504	MARCIO IVAN HELLER EPP
11059	MARCIO VANDERLINDE ME
2400	MARCONI COMÉRCIO SERVICO E REPRESENTACOES LTDA
7657	MARCOS ANTÔNIO ALVES EIRELI EPP
10770	MARCOS ANTONIO MARTIN COMÉRCIO
6125	MARCOS ANTONIO MARTIN COMÉRCIO
15642	MARCOS ANTONIO MOCELINI - EPP
14421	MARCOS MANOEL BARBOZA & CIA LTDA
15618	MARCOS PAULO HEBERLE - ME
15258	MARCOS SANTOS DA ROSA
12225	MARCOS VIEIRA SOARES & CIA LTDA ME - EPP
16363	MARCUS CAYO TANAKA - CONSULTÓRIO MÉDICO - ME
18212	MARENICE RITTER DE SOUZA - ME
4654	MARIA AMÉLIA CONTER DE SÃO JOSÉ - ME
19930	MARIA CARNIEL DALL ASTRA ME
18289	MARIA HELENA COLI VITTER & CIA LTDA ME
5559	MARIA HELENA MATEUS ALVES RODRIGUES
8765	MARIA SERENI DE SOUZA MACHADO
12374	MARIO FLESSAK - ME
11260	MARISA REPRESENTAÇOES LTDA - ME
2015	MARIZETE DE MATTOS INVITTI - ME
8011	MARLENE GOMES DA COSTA
9870	MARLY S. DAMACENA
9794	MARMORARIA ARTE REAL LTDA ME
13986	MARSH MELLOW COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA - ME
13567	MARTA E FREESE - EPP
17457	MARTELINHO DE OURO DE FUNILARIA E PINTURA LTDA - ME
7826	MARTIN COELHO & CIA LTDA ME
13971	MARTINI PEDRAZZANI & CIA LTDA ME
14154	MARTINS & GIMENEZ LTDA
2102	MARTIZZANI MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
2816	MARY KAY DO BRASIL LTDA
9555	MASSI & CIA LTDA - ME
16425	MASTER-SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA -ME
11656	MAT MECANIZACAO AGRICOLA LTDA
597	MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
12938	MATO GROSSO COMUNICAÇÕES LTDA - ME
13273	MATO GROSSO TRANSPORTES LTDA - ME
81371	MATRINCHA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.
6256	MAURICIO ORIZENCO ME
15975	MAVI ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOS LTDA EPP
10101	MAX DIESEL LTDA
12108	MAX PARTS DISTRIBUIDOR DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA - ME
20745	MAX SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA ME
13547	MÁXIMA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
11088	MAYUMI HARA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP
16216	MB NORTSEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
12834	MECÂNICA E AUTO PECAS TRUCADAO LTDA - ME
14947	MECÂNICA FRABETTI LTDA - ME
14193	MECÂNICA INDUSTRIAL TRIANGULO LTDA - ME
14354	MECÂNICA SEPPA LTDA - ME
1292	MEDEIROS DOS REIS E GONZALES LTDA-ME
770	MEGIER MADEIRAS LTDA - ME
12739	MEIRELES - PEÇAS E SERVICOS DE MANUTENÇÃO PARA CAMINHÕES LTDA
13045	MENDES & CAVALIN LTDA
14285	MENDONÇA E MENDONÇA LTDA EPP
3677	MENZEL MORITA & CIA LTDA
16932	MERCADO E AÇOUGUE DOIS IRMÃOS LTDA ME
4252	MERIDIONAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES ME
2214	METALÚRGICA ADELRIO LTDA
18744	METALÚRGICA PERFIMETAL LTDA ME
17497	METROPOLITANA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA - ME
70506	MEUZA TEREZINHA BIAZUSSI WILLINGHOFER ME
15365	MILTON KRUGER
19510	MILTON SALANI FILHO - MEI
15832	MINERAÇÃO CAIABI LTDA ME
17956	MINETTO COMÉRCIO DE BORRACHAS E FERRAMENTAS LTDA ME
2608	MINISTERIO PÚBLICO DA UNIÃO
2394	MITRA DIOCESANA DE SINOP
68551	MITRA DIOCESANA DE SINOP
20909	MITRA DIOCESANA DE SINOP
2466	MITSUI ALIMENTOS LTDA
7314	MOACIR ARVANI
15378	MOBILLE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA - ME
17451	MOGNOS ENGENHARIA FLORESTAL E CIVIL LTDA
7098	MOGNOS HOTEL LTDA
13723	MOIA MINUZZI E ALONSO LTDA ME
16558	MOLIANI & CIA LTDA - ME
7135	MONICA HASS- ME
20200	MONTSAFRA AGRONEGÓCIOS LTDA
15161	MORETTO & SPESSATTO - ME
13260	MORITA & MORITA LTDA - ME
18318	MOTO MASTTER COM DE PECAS E VEICULOS AUTOMOTORES LTDA ME
18922	MOTORPARTS COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP
3876	MOURA MÁQUINAS E PEÇAS LTDA
17199	MÓVEIS ROMERA LTDA
15928	MR APPOLINARIO & CIA LTDA ME
20250	MT CURSOS TECNICOS PROFISSIONALIZANTES LTDA ME
14840	MT GALLINA CONFECÇÕES
19411	MULTI CARD CARTÕES E FOMENTOS MERCANTIL LTDA - EPP
11743	MULTI LIMPEZA COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
20353	MUNHOZ SOCREPPA & CIA LTDA - ME
16011	MUNK-SERVIÇOS HIDRAULICOS LTDA - ME
7124	N B A ENSINO PRÉ ESCOLAR LTDA - ME
14459	N. C. GUEDES SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO - ME
20610	N. LOPES MACHADO
10817	N. BOLOGNESI ME
8216	N. C. R. RADIODIFUSAO LTDA -EPP
19194	N. I. TAKITO EIRELI - ME
18162	N. L. TURATTI - ME
8969	N. M. A. LONGO
12748	N. SCHUMANN & CIA LTDA - EPP
11049	NAÇÕES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
20378	NAIM & NAIM LTDA
16849	NALEVAIKO AUTO MECÂNICA E AUTO ELÉTRICA LTDA – ME
2083	NANTES E SILVA LTDA
10743	NARDINO FUMAGALI & FUMAGALI LTDA - ME
17464	NARDUCI SINOP - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA ME
8831	NATALINO LUCIANO DE ANDRADE - ME
20769	NATIVA AGRONEGÓCIOS LTDA - EPP
15294	NCG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA - ME
826	NELISE F. PRADO & CIA LTDA
17743	NELSON GABRIEL - ME
3980	NERITON JOAO KOSOUSKI
1234	NERY INSTALAÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA
20411	NEUROCLIN DE SINOP S/S LTDA

19085	NEVAJOLA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS LTDA - ME
19121	NEVES ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS LTDA - ME
10690	NEW-AGRO AGRÍCOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
18787	NGA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME
7247	NILSON JÓIAS LTDA EPP
20145	NILSSON COELHO & CIA LTDA - ME
8845	NIRCEU RIBEIRO - ME
1658	NIVALDO PIRES DA SILVA - EPP
14592	NOBRE SEVIÇO DE PROTESE DENTARIA LTDA - ME
11022	NOGUEIRA & PROENÇA LTDA
8550	NORGAS REVENDEDORA E TRANSPORTADORA DE GÁS LTDA
18723	NORIVAL DO ROSARIO DE CAMPOS CURADO EIRELI
18930	NORTÃO COMÉRCIO DE PERFILADOS DE AÇO LTDA-EPP
8635	NORTÃO PARAFUSOS LTDA - ME
19448	NORTÃO TRUCKCENTER PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP
1448	NORTE SUL MEDICAMENTO LTDA
9634	NORTEC CONSULTORIA ENG. E SANEAMENTO LTDA
16555	NORTESAT SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE VEÍCULOS LTDA - ME
17782	NOSBOR GRAIN COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA
76188	NOVA AGRI INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E ESCOAMENTO AGRICOLA S/A
18726	NOVA CAPITAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
18359	NOVA LIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - ME
11350	NOVO ESTADO PEÇAS LTDA - ME
16376	NÚCLEO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS EM INFORMÁTICA EIRELI - ME
15414	NUNHO & NUNHO LTA - ME
13586	O R DA CRUZ & CIA LTDA
14794	OBRADELLE INDÚSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME
1652	OCEANAIR LINHAS AÉREAS LTDA
17914	ODACIR ZORZETTO - ME
6974	ODENIR VIEIRA TRAMM - ME
15801	ODONTOLOGIA SPADÃO LTDA - EPP
15668	OFICINA MECÂNICA H. J. T. P. LTDA - ME
18414	OFTALMO CENTER CLÍNICA DE OLHOS S/S LTDA
18654	OGATA - TRATAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP
19466	OLAIR REGINALDO BORGES DOS SANTOS MOTOS - ME
17115	OLIVEIRA & PAULINO LTDA - ME
12405	OLIVEIRA & SILVA FERNANDES LTDA EPP
3071	OLMIRO DE AZEVEDO
9780	ORINOUTI & CIA LTDA EPP
17219	ORION MONITORAMENTO LTDA - ME
16637	ORLEI SOUZA DA LUZ - ME
14964	OSVALDO REINERS - CARTÓRIO 1º OFÍCIO
68355	OVETRIL ÓLEOS VEGETAIS LTDA
14979	OXIGENIO CUIABÁ LTDA
9647	P. DA PALMA CRUZ
16965	P. R. C. EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE REVISTAS E JORNAIS LTDA ME
16916	P. S. DE BARROS TORRES - ME
14569	P. H. B. RIBEIRO & CIA LTDA - ME
19778	P. RODRIGUES - ME
17444	P. G. PAULISTA - ME
11042	P. H. PELISSARI & CIA LTDA
16115	P. J. GRIEBLER - ME
17753	P. R. G. DO NASCIMENTO CLÍNICA ODONTOLÓGICA - ME
15805	P. T. R. BUENO
4201	PABLO PHAHOLO BORGES DE FARIA
15466	PACOLA & CIA LTDA - ME
8683	PADUAN BENATTI & CIA LTDA ME
15164	PAGANINI CONSTRUÇÕES LTDA - FILIAL
5072	PAHUKA COMERCIO DE DISCOS LTDA
123	PAIXÃO PINTURAS ESPECIAIS LTDA
12898	PALMA & PALMA LTDA
3512	PALMASOLA S/A MADEIRAS E AGRICULTURA
18187	PAMELA VIVIAN CORDEIRO DOS SANTOS - MEI
2257	PAMER RECUPERAÇÃO DE MAQ. PESADAS LTDA
2763	PANDA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME
8660	PANIFICADORA WATANABE LTDA
19417	PANSERA & PANSERA LTDA ME
1270	PARÓQUIA - SÃO PEDRO APOSTOLO
13440	PARPAIOLI & ABREU LTDA - ME
7484	PARTHENON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
17693	PASO LOUNGE BAR LTDA ME
14247	PATRICIA COLLA DE ANDRADE - ME
17611	PAULA DA SILVA FILMES - ME
4105	PAULATTI E CIA LTDA - EPP
19526	PAULO GILBERTO STACKE & CIA LTDA - ME
11433	PAVESI & PAVESI LTDA ME
304	PEDRO FRANCISCO DA SILVA
6218	PEDRO RIVA & CIA LTDA
8028	PEDRON & SCAPIN PEDRON LTDA
14847	PEREIRA & MACHIAVELI ADVOGADOS ASSOCIADOS
9118	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS LTDA - ME
19862	PERICLES BERTOLETI-ME
19148	PERIN SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO LTDA - ME
18096	PERPODECK COM. E INSTALAÇÕES DE PERGOLADOS PORTAS E DECK LTDA ME
10742	PERSONAE TREINAMENTOS CONSULTORIA ASSESSORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA ME
15189	PETRAZZINI & PONTELLO LTDA - EPP
1591	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A
20	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
2426	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/N
16745	PETROLAO HORTIFRUTIGRANJEIRO LTDA - ME
12206	PETRYMAR TRANSPORTES LTDA
9732	PIACENTINI CONTABILIDADE LTDA - ME
18311	PIANOWSKI & ALENCAR GIRARDI LTDA ME
13779	PIANOWSKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8999	PICA-PAU LOCAÇÃO DE QUADRAS E PISCINAS ESPORTIVAS LTDA - ME
4986	PILOTANDO GOSTOSO LTDA
13612	PILOTANDO MOTO PEÇAS LTDA
16465	PINEZE & CIA LTDA EPP
1252	PIONEIRO COMBUSTÍVEIS LTDA
1007	PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA
11812	PLANETA UTIL ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA
12961	PLANETA UTIL ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA-FILIAL
11267	PLATINA INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA EPP
14338	PLATINUM - ASSESSORIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
18256	PLAYCOM AGENCIA DE COMUNICAÇÃO LTDA
15038	PLAZA HOTEL LTDA ME
15654	PLG COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA - EPP
5002	PNEUFORTE COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - EPP
21131	POLICLÍNICA BIANCHINI EIRELI
20152	POLICLÍNICA VETERINÁRIA TARUMÃS LTDA - EPP
12767	PORCEL & CIA LTDA - EPP
307	POSTO DE MOLAS CATARINENSE LTDA
7104	POSTO DE MOLAS NORTÃO LTDA ME
17774	POSTO DE MOLAS TIGRE LTDA - ME
17610	POUSADA CANCIONEIRO LTDA - ME
9366	POUSADA CURUPY LTDA
1860	PRANTE CHIARELLO & CIA LTDA
6775	PRÉ FABRICADOS SINOP LTDA - ME
20315	PREDICON CONSTRUÇÕES VICIS LTDA
875	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS BUGRES
1246	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
85	PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
593	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
751	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE
13508	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
2627	PREMIER INDUSTRIA DE PROD. DE LIMPEZA LTDA
19441	PRESTADORA DE SERVIÇOS PASSO DO LOBO LTDA ME
17062	PRESTOLABOR SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA - ME
17127	PRICILA STASIUNAS MELLO SOUZA - ME
16277	PRIME COMÉRCIO DE LENTES E SERVIÇOS LTDA - EPP
18290	PRIMEIRA LINHA AUTO CENTER COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERVIÇOS LTDA ME
12300	PRO CAMPO - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
18064	PRODUZA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
9673	PROFISSÃO BELEZA CURSOS LIVRES LTDA ME
19157	PS MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA ME
1393	PST ELETÔNICA S.A.
15155	PUNTEL DECORAÇÃO DE FESTAS LTDA - ME

16594	QUALITY TELECOM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA EPP
16042	QUARTZONORTH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA LTDA ME
18935	QUEIROZ & MARASCA QUEIROZ LTDA ME
17015	R ALVES DROGARIA ME
18862	R. C. COMERCIAL AGRICOLA LTDA
11254	R. C. CONSTRUTORA LTDA
81757	R. G. METALÚRGICA E CONSTRUÇÕES LTDA
2925	R. G. SOM COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA EPP
14411	R H AUTO PEÇAS E MECÂNICA LTDA
5882	R. N. VIAGENS E TURISMO LTDA
16549	R. TANO CLINICA
21607	R. TIECHER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL AGRICOLA EIRELI
6223	R. W PAZIN
17093	R. A. DA SILVA & CIA LTDA - ME
17805	R. A. FERNANDES & CIA LTDA ME
14006	R. A. LAVRATTI CORREA - COMÉRCIO ME
8591	R. A. R. DE MENDONÇA - CONFECÇOES - ME
14162	R. D. COMERCIO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LTDA
18557	R. DOS SANTOS COSTA CAMATTI EIRELI ME
11668	R. J. CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA - CAD. SUSPENSO
20164	R. P. COMERCIO E SERVIÇOS MECANICOS LTDA
10842	R. PALUCHOWSKI MADEIRAS EIRELI
10095	R. R. RODRIGUES MARIOSA & CIA LTDA ME
13630	R. RIBEIRO DA SILVA - TRANSPORTES ME
6428	R. ROVEROTO
13790	R. A. MECÂNICA LTDA ME
15792	R. A. DE ALMEIDA - CONSTRUÇÕES
18531	R. A. LAVRATTI CORREA - COMÉRCIO ME
10646	R. C. DE OLIVEIRA
17831	R. G. BATISTA EIRELI - EPP
6390	R. J. DE JESUS-ME
16861	R. M. DE SOUZA TRANSPORTES ME
3562	R. M.MADEIRAS LTDA
20552	R. M. S. CLASSIFICAÇÃO DE CEREAIS LTDA - ME
8174	R. MEGIER
16450	R. P. MARTINS
19468	R. R LOLATTO - ME
14598	R. S. M. MATERIAIS ELETRICOS E HIDRÁULICOS LTDA - EPP
17932	R. V. COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
9314	RAÇÕES TERTULIA LTDA
2274	RADIADORES CATARINENSE LTDA
9353	RADIADORES PACHECO LTDA
3016	RÁDIO E TV NORTE LTDA
2248	RÁDIO REGIONAL NORTE LTDA
3825	RAIMUNDO N. DE FRANÇA - ME
319	RAITER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP
14763	RAMOS E DA SILVA NETO LTDA
18499	RATTMANN PARTICIPAÇÕES LTDA
20757	RD SERVICOS MÉDICOS EIRELE ME
15731	RDA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA - ME
3674	REDIVO IND. COM. MADEIRAS LTDA - EPP
8416	REFLEXOS ARTIGOS PARA DECORAÇÕES E VESTUÁRIO LTDA EPP
12254	REFRIGERAÇÃO OESTE LTDA EPP
11660	REFRIGERAÇÃO SINOP LTDA - ME
17155	REGINALDO DA SILVA DIAS - ME
17967	REINALDO KUJAT - MEI
14989	RELETRON NORTE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA
326	REMAP RECUPERADORA DE MÁQUINAS PESADAS LTDA
16811	RENATO RODRIGUES DE SOUZA - MEI
12354	RENATO TENORIO ALVES - ME
822	RENOR SOCREPPA EPP
1452	REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS 2000 LTDA - ME
17951	REPRODUZ ASSESSORIA AGROPECUÁRIA LTDA
8560	RESTAURANTE E PIZZARIA PAVÃO LTDA
9411	RESTAURANTE E PIZZARIA SABORINNE LTDA
14881	RETÍFICA DE MOTORES CENTRO OESTE LTDA - ME
19093	RETÍFICA DE MOTORES COMETA LTDA - ME
15945	RETÍFICA DE MOTORES RETINORTE LTDA -ME
18722	RIMA CLÍNICA MEDICA E INFECTOLOGIA LTDA
71212	RIO BONITO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA
5600	RIO GRANDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
20573	RJ NASCIMENTO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
15271	ROBERTO CARLOS COMACHIO - ME
5157	ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS - ME
17112	ROBERTO RIZOTTO - ME
20394	RODOMAPA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA - ME
309	RODOMOLAS AUTO PEÇAS LTDA
14256	RODOTREMETERRA TRANSPORTES LTDA
17958	RODOVITTER TRANSPORTES LTDA ME
19099	RODRIGO DE JESUS BUFFON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
19067	RODRIGUES & MARCONI LTDA - ME
19269	RODRIGUES COSTA & NEVES LTDA - ME
12028	RODRIGUES KNOLL E KNOLL LTDA - ME
19300	ROGERIO APARECIDO DE LUCIA EIRELI - ME
16902	ROGERIO NAKAMURA DE SOUZA SERVICOS ME
18055	ROMAX CONSTRUÇÕES LTDA-ME
16054	ROMILDO CHEROBIN & CIA LTDA ME
17546	RONALDO ALVES DA SILVA ME
17552	RONALDO ALVES DA SILVA ME
12250	RONCOLETA & RONCOLETA LTDA ME
16292	RONDANORTE INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP
14488	ROPELLI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
13733	RORIG SALVADOR & CIA LTDA ME
11991	ROSILANE DO ROSARIO ELER DE SOUZA ME
9768	ROSILITO SOCREPPA & CIA LTDA - ME
14649	ROSIMEIRE M. TANAKA & CIA LTDA
6538	ROSSIGNOL & TOMASI LTDA ME
21109	ROTA 63 SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA
21612	ROTA SERVIÇOS DE PUBLICIDADES E PROMOÇÕES LTDA - ME
15202	ROVEROTTO CONSTRUÇÕES & TRANSPORTES LTDA - ME
18007	RR ODONTOLOGIA LTDA ME
14239	RUFINO & GULDEN LTDA - ME
16348	RUI FARIAS & WILSON ISAC ADVOGADOS ASSOCIADOS
3419	RUSCHEL ESQUADRIAS DE MOVEIS EM MADEIRA
17397	S C RONCHI ROCHA - ME
17725	S DESIGN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP
15673	S DESIGN MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
14809	S L C PAIXÃO & CIA LTDA
5839	S P KEPPEL MADEIRAS - ME
18738	S R S WACHTEL TRANSPORTES - ME
8717	S S. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA
9526	S SCHNEIDER LAVANDERIA - ME
11346	S W NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA - ME
10337	S. ANDRE LERMEN
6446	S. E. PAPLOSKI SCHMIDT
16981	S. F. REPRESENTAÇÕES LTDA ME
14957	S. F. SEVERO - EPP
13608	S. K. MADEIRA LTDA
10541	S. PACOLA PRODUTOS DE LIMPEZA ME
958	S. T. MADEIRAS LTDA
20675	S. TREVISAN - ME
16873	S. B. JORGE - ME
1216	S. B. REZENDE BATERIAS EPP
14576	S. K. Y. D. DOS SANTOS - CONSULTÓRIO MÉDICO
15626	S.L BALTH & CIA LTDA ME
74679	S. M. SILVA NOVAS - EPP
10879	S. S MADUREIRA - ME
18095	S2 CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME
17716	SABINO & CRIALESI LTDA
14112	SABOR DA FRUTA ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME
20996	SADIP CENTRO MULTIDICIPLINAR LTDA - ME
18617	SALDANHA FERREIRA & SILVA LTDA - ME
14387	SALLY CRISTINE PINHEIRO WILLE & CIA LTDA
16665	SALOTTI & YAMAMOTO LTDA
10487	SALVADORI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
16898	SAMPAIO & OLIVEIRA LTDA ME
13622	SAN TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA EPP
13622	SAN TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA EPP
17798	SANTA IZABEL CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA ME
9044	SANTINI RESTAURANTE E DANCETERIA LTDA

20713	SANTOS & PADILHA FERREIRA LTDA - ME
18509	SANTOS & ROCESSKI LTDA - ME
20331	SANTOS E REINEHR LTDA ME
19732	SÃO LUCAS MÉDICOS ASSOCIADOS S/S LTDA ME
14238	SARANDI SERVIÇOS DE COLETA DE ENTULHOS LTDA - ME
14999	SAULO MIRANDA - ME
14413	SCAMPISTA PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
19271	SCHEILA DAIANE DE OLIVEIRA - ME
14692	SCHMITT & CRESPO LTDA - ME
15204	SCHREINER & ANJOS LTDA - ME
15179	SCHULZ & CIA LTDA - ME
62755	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
11777	SELTY COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME
19181	SENSAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS TEMPERADOS LTDA - ME
8314	SERRALHERIA E MÓVEIS TUBOLAR LTDA
16168	SERRALHERIA GABRIEL LTDA - ME
18790	SERRAMAR COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME
16736	SERRARIA E DEPÓSITO DE MADEIRAS NAVARRO LTDA - EPP
10513	SERVCOMP INFORMÁTICA LTDA - ME
17780	SERVUS MARIAE - LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
81181	SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
17353	SEVEHN PROPAGANDA LTDA - ME
15214	SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP
11255	SHIMABUKURO & CIA LTDA ME
18100	SHOPMAR COMERCIO E INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME
9525	SICOMEX - ASSESSORIA E PROJETOS LTDA ME
15228	SIENA HOTEL LTDA - ME
10187	SIGILOS MOTEL LTDA
10840	SIGMA AGROPECUARIA LTDA
10042	SILVA & SOCREPPA LTDA
18018	SILVA E COITO LTDA ME
6652	SILVA SCHMITH & CIA LTDA
8793	SILVANO ZANELLA & CIA LTDA - ME
5556	SILVIO CARLOS ALVES - EPP
14965	SILVIO HERMINIO DE A CABRAL - CARTÓRIO 2º OFICIO
18630	SIMAER - SINOP MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA ME
16404	SIMONE CHARNOSKI GRITZ - ME
16860	SIMONE MATOS ALVES CARVALHO - ME
17922	SINCOR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP
4697	SIND. DOS TRAB. COM. ATAC. VAR. NORTE MT
2779	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELEC. BANCÁRIOS E DO RAMO FINANCEIRO NO EST. DE MT
4174	SINDICATO DOS SERV. PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SINOP
14432	SINEIDE MAGRO
17747	SINOCENTER SERVIÇOS EM BOMBAS INJETORAS DIESEL LTDA - ME
15066	SINOFLORA - ASSESSORIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO FLORES
14784	SINOMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALAR LTDA
13475	SINOP ANESTESIOLOGIA S/S LTDA - EPP
13110	SINOP ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME
17247	SINOP COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME
9726	SINOP GÁS EIRELI - EPP
20885	SINOP INTERMEDIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA
13785	SINOP JUÍZO DE DIREITO
15142	SINOP RECUPERADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME
876	SINOP TINTAS LTDA
16877	SINOPARTS COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - EPP
1935	SINOPEMA S/A IND. E COM. DE MADEIRAS
1098	SINOPEMA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS
14851	SINOPORTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PORTAS LTDA - EPP
11811	SINOWIDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA
1897	SINTIAAL - SIN. TRAB. NAS IND. DE ALIM. DE ÁLCOOL E AÇ. DE T
1095	SIRLEI SOMAVILLA ME
17632	SL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
16156	SLC REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
18772	SMANIOTTO LOCAÇÃO & ENGENHARIA LTDA
16040	SÓ ÁGUAS CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÕES LTDA
14540	SOAREES & AGUIAR SOARES LTDA - ME
17299	SOBRE PATAS CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA ME
8934	SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIFAS S/C LTDA
14060	SOCIEDADE EDUCACIONAL UNISAT LTDA
13067	SOLANGE APARECIDA DIAS RAMOS ME
16009	SOLANGE GIRARDI MOREIRA - AR CONDICIONADO ME
15238	SOLANGE NUNES DE GODOY - ME
11004	SOLOFORTE ADUBOS E SEMENTES LTDA ME
5034	SOLOPLAN TERRAPL. CONSTR. CIVIL E PAVIMENTAÇÃO LTDA
3077	SOLUÇÃO COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA
15019	SOMAR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA - ME
16308	SOMAR REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
12144	SONALY DOS SANTOS SOARES - ME
9664	SORELLA VEÍCULOS LTDA ME
17640	SOS - MED SOCIEDADE DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
18803	SOUSA & SILVA CARVALHO LTDA - ME
15514	SOUZA FRAGA & FRAGA LTDA ME
15575	SOUZA PACHECO & CIA LTDA - ME
16411	SPEROTTO SERVIÇOS AGRICOLAS LTDA - ME
5886	SPINELLI & CIA LTDA
18794	SS MECANICA AUTOMOTIVA LTDA-ME
16583	SS REFORMAS DE PNEUS LTDA - ME
14616	STOCHERA FLORICULTURA E PAISAGISMO LTDA EPP
9799	STOP CAR AUTO CENTER LTDA - ME
16886	STRAGLIOTTO & STRAGLIOTTO LTDA - EPP
15903	STUDIO 1 FILMES LTDA - ME
8854	STUDIO 1 PRODUÇOES LTDA
8616	STYLER COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME
13510	STYLER COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA ME
9107	STYLLE FACTORING E FOMENTO MERCANTIL LTDA
2158	SULINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
15126	SULVILAR ARTEFATOS LTDA EPP
19018	SUPER WEBSITES LTDA - ME
14789	SUPERINTENDÊNCIA REG. DEPART. POLÍCIA FEDERAL DO MATO GROSSO
7061	SUPERPLAN- PLANEJAMENTO E ASSESSORIA AGRICOLA LTDA-ME
8388	SUPREMA ADMINISTRADORA DE PLANOS E CONV. ODONTOLOGICOS LTDA.
11034	SUZIN & SUZIN LTDA ME
750	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
691	SYTRISKI SANTOS PERFUMARIA E COSMETICOS LTDA
7342	T. DE C. MARQUES & CIA LTDA - ME
19793	T. OLIVEIRA ALVES SERVIÇOS - ME
15870	T. C. COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
5147	TAIGA INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA
2049	TARRAF ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA
11299	TATIANA ASSMANN MEINERZ
12197	TECH SAFRA AGRÍCOLA LTDA
15622	TECINOP COMÉRCIO DE TECIDOS EIRELI EPP
9062	TECNO BOMBAS LTDA ME
1980	TECNOESTE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
16952	TEIXEIRA E TEIXEIRA LTDA - ME
53673	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
12299	TELES PIRES CORRETORA DE SEGUROS LTDA
10544	TEMAX RETIFICA DE MOTORES BOMBAS INJETORAS E DISTR DE PEÇAS LTDA - EPP
18258	TEREZINHA ZELO VERONEZE - MEI
70259	TERRA NOSSA IND. E COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
20979	TERRA WAY ARMAZÉNS GERAIS LTDA
7653	TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES SCHNEIDER LTDA
19911	TERRAS DE SINOP-LOTEAMENTOS COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS SPE LTDA
19289	TERRITORIAL TRANSPORTES LTDA - ME
15929	TESTA & TESTA LTDA - ME
16125	TG ASSESSORIA AGROPECUARIA AMBIENTAL EIRELI - ME
15773	THEREZA BUSSOLARO & CIA LTDA
2146	TIGRINHOS IND. E COM. MADIRAS LTDA
15275	TINGA MADEIRAS LTDA - EPP
16619	TOCANTINS REFRIGERANTES SA
3774	TODESCATTO & TODESCATTO LTDA ME
2518	TODIMO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
19999	TOKUO YAMADA ME
15825	TOLO & CARVALHO LTDA - EPP

15267	TOP CAD SERVIÇOS DE TELEFONIA LTDA - ME
18995	TOP DESPACHANTE LTDA - ME
13407	TOP STAR PEÇAS PARA TRATORES E MÁQUINAS LTDA
14172	TOPSAPP SOLUÇÕES EM TELEC. E REDES AVANÇADAS LTDA ME
16983	TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA
18778	TORMEC TORNEARIA E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA - ME
189	TORNEARIA CELESTE LTDA ME
7922	TORNEARIA E SOLDA CRESTANI LTDA - ME
17870	TORNEARIA FERRANEZZI LTDA ME
7539	TORNEARIA LINO OESTE LTDA ME
3007	TORNEARIA SÃO MIGUEL LTDA
6541	TORNEARIA SINOP LTDA ME
16041	TORRESMO RESTAURANTE E MARMITARIA LTDA ME
16624	TRANCÃO LANCHERIA LTDA - ME
7790	TRANS MASTER TRANSPORTES LTDA
15621	TRANSBIOMAS TRANSPORTE LTDA ME
16762	TRANSCARIBE LOGISITICA E TRANSPORTES LTDA ME
12296	TRANSCARIBETUR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
18053	TRANSPORTADORA BAGNARA LTDA ME
13948	TRANSPORTADORA CRISTINA LTDA - ME
11872	TRANSPORTADORA FLORENCA LTDA
8281	TRANSPORTES JAIME LTDA
582	TRANSPORTES NORTE MARINGA LTDA
15171	TREJAO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME
15690	TRESSOLDI & CIA LTDA - ME
19012	TRIANGULO INDÚSTRIA NAUTICA LTDA - ME
1231	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
60037	TROPICAL ARMAZENS GERAIS LTDA
16150	TROPICAL PNEUS LTDA
17811	TRUVIAN ARQUITETURA LTDA
14443	TSILFIDIS E CIA LTDA
9079	TURANI & KAMITANI LTDA. - ME.
11567	TWF EMPREENDIMENTOS S/A
17751	TWF PATRIMONIAL S/A
18863	U C DE SOUZA NOGUEIRA - ME
11312	U. M. ALVES & CIA LTDA-ME
138	UCOB - AMT - IASD
69555	UNIAO SORRISENSE DE EDUCACAO LTDA
8470	UNICLINICA SINOP LTDA
12395	UNIDENT-CLINICA ODONTOLOGICA LTDA
14261	UNIVERSO COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE TENDAS LTDA ME
15239	UNIVERSO VARIEDADES EM BRINQUEDOS E MATERIAL ESCOLAR LTDA
16685	UROGINECOLOGIA MARTINS PASIANI SERVIÇOS MEDICOS LTDA
10999	USNOP - UNIDADE DE ULTRA SONOGRAFIA DE SINOP LTDA
11404	V A FAVARETO - ME
15150	V ZOLETTI & CIA LTDA - ME
14125	V. F. DE MELO & CIA LTDA EPP
13053	V. FERRI - PRODUCOES ARTISTICAS
3878	V. G. MADEIRAS LTDA
14258	V. L. DIAS & CIA LTDA-ME
9790	V. L. SOSTER - ME
12663	V. N. W. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME
10847	V. S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA
7355	V. M. MADEIRAS LTDA
13258	V. S. MOTEL LTDA - ME
9252	VALDEVINO DIAS DOS SANTOS - ME
17865	VALDIR DE SOUZA ME
1562	VALE DO JURUENA AGROFLORESTAL LTDA
1265	VALE GRANDE IND. COM. DE ALIMENTOS S/A
2416	VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A
19424	VALNIR BRUNO ROHDEN & CIA LTDA - ME
14584	VALOR AMBIENTAL ASSESSORIA FLORESTAL - ME
9706	VANDERLAA ALMEIDA ROCHA ME
6211	VANDERLEIA SOCREPPA - BICICLETARIA
3000	VANGUARDA DO BRASIL S. A
1108	VANGUARDA DO BRASIL S.A.
10206	VANICE DE PAULA SANTOS - ME
10609	VARDECI JAQUES DA SILVA - ME
15412	VARGAS PEREIRA & SANCHES LTDA ME
13146	VC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
16525	VECELLER COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA-ME
18013	VECELLI COMERCIAL AGRICOLA LTDA
17458	VENDRUSCOLO & BERTICELLI LTDA - ME
14151	VENSON & CIA LTDA ME
21107	VERA LUCIA ALVES DA ROCHA - ME
16122	VERA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA ME
13933	VERNER GUNTHER WEBER & CIA LTDA-ME
12942	VERSATUS INFORMATICA LTDA ME
11098	VESPOR AUTOMOTIVE DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA
19480	VETELAB LABORATÓRIO CLÍNICO VETERINÁRIO LTDA ME
20673	VETERINÁRIA AGROBOI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LDA - EPP
14799	VIAÇÃO ROSA LTDA - EPP
16131	VIASEG SEGURANÇA ELETRÔNICA E MONITORAMENTO LTDA - ME
5688	VIASOFT INFORMÁTICA SINOP LTDA - ME
14394	VICENZI & VICENZI LTDA
10791	VICTOR & QUINELATO LTDA ME
70716	VIDAL E SANTOS LTDA - ME
15875	VIDOTTO & MATOS MORETI LTDA EPP
15138	VIDRAÇARIA BELAS ARTES LTDA - MEQ
6530	VILAGE LOCAÇÃO DE CACAMBAS LTDA
5982	VILLA BELLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
19262	VINCENZI & CIA LTDA - ME
17040	VINICIUS MISSEL DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - ME
13154	VIRAD SERVICOS MÉDICOS LTDA - ME
13940	VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME
871	VITALE INDUSTRIAL NORTE S/A
18753	VIZZION CENTRO DE BELEZA EIRELI - ME
70178	VMX AGROPECUARIA LTDA
8386	VONEI BARP SERVICOS-EPP
12682	W. H. LUMINOSOS E FACHADAS LTDA
10324	WF SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
19272	WILSON JOSE VOLKWEIS EIRELI - EPP
16424	WILSON R. AGUIAR & CIA LTDA - ME
8361	WINNER IDIOMAS LTDA
17550	WT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME
19746	X. S. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME
16794	Y R DE SOUSA - ME
17001	Y R DE SOUSA - ME - FILIAL
13694	YASAI ALIMENTOS LTDA - ME
5565	Z S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA
18682	Z. DEQUI DOS SANTOS - ME
12556	ZAGO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA- ME
13312	ZAIRA INACIO DE OLIVEIRA-ME
19780	ZAMONER TRANSPORTES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - EPP
5753	ZELLMANN & CIA LTDA - EPP
3479	ZILDA HENRIQUE MAGALHAES
10706	ZILTA PEREIRA COMÉRCIO ME
15624	ZOLMIRA R. FLISSAK - ME
11495	ZUANAZZI & CIA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SETOR CONVÊNIOS
RREO 1º BIMESTRE 2015.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE SORRISO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a – b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	278.262,00		278.262,00
AlienaçÒo de Bens Móveis	222.606,00		222.606,00
AlienaçÒo de Bens Imóveis	55.656,00		55.656,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 27/03/2015 08:34:19 Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS - MARÇO 2015

	ESTADO DO MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO							
	EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS							
	MARÇO DE 2015							
Contrato Nº	CONTRATADO	OBJETO	CARGO	VIGENCIA		ASSINAM		
250	AGMAR RODRIGUES FERNANDES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	AGMAR RODRIGUES FERNANDES
251	AMALIA AMERICO BRANDAO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - GEOGRAFIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	AMALIA AMERICO BRANDAO
252	ANA PAULA BEZERRA CONTTE	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANA PAULA BEZERRA CONTTE
253	ANA TAVILA SANTOS LOPES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANA TAVILA SANTOS LOPES
254	ANALIA RODRIGUES DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - CIE BIOL 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANALIA RODRIGUES DA SILVA
255	ANDREZA LOURENCO LOPES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANDREZA LOURENCO LOPES
256	ANGELICA BARP	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANGELICA BARP
257	ANTONIA DOUGLIANE DO N DA CONCEICAO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ANTONIA DOUGLIANE DO N CONCEICAO
258	CAMILA HOCHSPRUNG CRUZ	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - CIE BIOL 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CAMILA HOCHSPRUNG CRUZ
259	CHARLENE MULLER DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CHARLENE MULLER DA SILVA
260	CIDALIA APARECIDA CAMPOS BIAVATTI	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - HISTORIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CIDALIA APARECIDA CAMPOS BIAVATTI
261	CLAUDECI OLIVEIRA DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CLAUDECI OLIVEIRA DA SILVA
262	CLAUDIA PAGLIARI	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CLAUDIA PAGLIARI
263	CLODOALDO BEZERRA DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	CLODOALDO BEZERRA DA SILVA
264	DALVANIRA HOLANDA DE SOUSA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DALVANIRA HOLANDA DE SOUSA
265	DANIELA BURTET PEREIRA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DANIELA BURTET PEREIRA
266	DAYSE HEVELIN CAMARGO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DAYSE HEVELIN CAMARGO
267	DEBORA CRISTINA MARIA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DEBORA CRISTINA MARIA
268	DEBORAH MELISSA LOPES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DEBORAH MELISSA LOPES
269	DIULIA CAROLINE DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DIULIA CAROLINE DA SILVA
270	DOUGLAS KREBS CARDOSO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	DOUGLAS KREBS CARDOSO
271	ELIEL NICACIO DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ELIEL NICACIO DA SILVA
272	ELISA EDUARDA PEREIRA E OLIVEIRA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ELISA EDUARDA P E OLIVEIRA
273	ELISANGELA DO L A LIMA ALMEIDA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ELISANGELA DO L M LIMA ALMEIDA
274	ELIVAINE OLIVEIRA GUIMARAES SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ELIVAINE OLIVEIRA GUIMARAES SILVA
275	ERIC AUGUSTO GONCALVES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ERIC AUGUSTO GONCALVES
276	ERONILDE DE FATIMA OLIVEIRA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - HISTORIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ERONILDE DE FATIMA OLIVEIRA
277	EUDISVAM CORREIA DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	EUDISVAM CORREIA DA SILVA
278	FABIULA BRUSTOLIN	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - CIE BIOL 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	FABIULA BRUSTOLIN
279	GLEICIANE VIEIRA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	GLEICIANE VIEIRA SILVA
280	GONCALINA SIMONE BRAZ DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - CIE BIOL 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	GONCALINA SIMONE BRAZ DA SILVA
281	INGRID DE SOUSA MOHR	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	INGRID DE SOUSA MOHR
282	JACI COSTA SOUSA JUNIOR	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	JACI COSTA SOUSA JUNIOR
283	JHECY DE SOUSA DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	JHECY DE SOUSA DA SILVA
284	JONATAN LUIS ALVES DA SILVA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	JONATAN LUIS ALVES DA SILVA
285	JONATHAN DE PAULA CAMARGO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - LINGUA INGLESA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	JONATHAN DE PAULA CAMARGO
286	JOSSIELI WEITBRCHT	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	JOSSIELI WEITBRCHT
287	KATIANE MENDES BACK	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	KATIANE MENDES BACK
288	LEONICE EDUARDO MARTINS	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	LEONICE EDUARDO MARTINS

289	MARCIANA HILARIA DORCA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	MARCIANA HILARIA DORCA
290	MARIA LUIRDE PIMENTEL	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - HISTORIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	MARIA LUIRDE PIMENTEL
291	MARTA LUCIA DE OLIVEIRA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - GEOGRAFIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	MARTA LUCIA DE OLIVEIRA
292	MEIRE MARIA PEREIRA DOS SANTOS	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - GEOGRAFIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	MEIRE MARIA PEREIRA DOS SANTOS
293	MEIRE TEREZA BERTELE	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	MEIRE TEREZA BERTELE
294	NEUSA FERREIRA DE BRITO MARTINS	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	NEUSA FERREIRA DE BRITO MARTINS
295	PRISSILA CHIARI	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	PRISSILA CHIARI
296	ROSANE SILVA DE CAMPOS	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - HISTORIA 20HS	18/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ROSANE SILVA DE CAMPOS
297	ROSANGELA ELIANE IZEPPI	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ROSANGELA ELIANE IZEPPI
298	ROSIMAR RAMOS DE SOUZA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ROSIMAR RAMOS DE SOUZA
299	SIMONE DOS SANTOS MENDES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	SIMONE DOS SANTOS MENDES
300	SINARA DAL MAGRO	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - LINGUA INGLESA 20HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	SINARA DAL MAGRO
301	SUELYN DAIANE MAIER	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	SUELYN DAIANE MAIER
302	VANDRESSA ZATTA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 40HS	09/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	VANDRESSA ZATTA
303	VANUSA FATIMA VASSOLER GALVAN	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	VANUSA FATIMA VASSOLER GALVAN
304	VERA LUCIA BRITES FERNANDES	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - PEDAGOGIA 40HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	VERA LUCIA BRITES FERNANDES
305	ZORAIDE MARTINS DE OLIVEIRA	Prestação de serviço na Sec. de Educação	PROF EDUC BAS - CIE BIOL 20HS	16/03/2015	17/12/2015	DILCEU ROSSATO	SILVANA P FACCIO	ZORAIDE MARTINS DE OLIVEIRA
						Sorriso/MT., 31 de Março de 2015		

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 009/2015; Contratante: Câmara Municipal de Sorriso**. Contratada:** DENTI & SOARES LTDA (GUARDIÃO MONITORAMENTOinscrita no CNPJ/MF sob nº 15.401.063/0001-27. **Data da Assinatura:** 31/03/2015**. Vigência:** 01/04/2015 A 31/12/2015**. Objeto:** Contratação de empresa especializada em instalação e manutenção de sistemas de alarmes, e monitoramento de segurança 24 horas**. Valor Total:** R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), divididos em 09 (nove) parcelas de R$ 600,00 (seiscentos reais)**. Dotação Orçamentária:** 01.001.031.0200.2001.33.90.39.0000 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Processo Administrativo nº 010/2015

MODALIDADE: TOMADA PREÇO Nº 005/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E RETIFICAÇÃO

Na data de 27 de março 2015 (sexta-feira), foi publicado, AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, com objetivo de contratar empresa e/ou empresas para realização dos eventos “Câmara Cidadã”, conforme resolução nº 005/2014 desta Casa de Leis, que instituiu o programa, especializadas em locação de mesas, cadeiras, banheiros químicos, som, palco, fechamento, climatizador de ambiente, camas elásticas e decoração, para a realização de 09 (nove) eventos.

Como a publicação circulou tão somente no dia 30 março de 2015 (segunda feira), vem através deste termo proceder a retificação e prorrogação para que a mesma licitação, seja aberta no dia 16 de março de 2015 (quinta feira).

ABERTURA:

Ás 09:00 HORAS DO DIA 16/04/2015 (quinta-feira), NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO-MT, SITUADA NA AVENIDA PORTO ALEGRE Nº 2.615, AOS INTERESSADOS, MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NO HORÀRIO DAS 7:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta feiras, bem como no site da Câmara Municipal www.sorriso.mt.leg.br

As empresas interessadas em ter acesso ao Certificado de Registro Cadastral, deverão apresentar toda documentação necessária, junto à Prefeitura Municipal, no Departamento responsável, com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência.

Procede-se ainda a retificação no seguinte item:

Onde lê-se no edital:

03	APARELHOS DE CAMAS ELÁSTICAS (PULA-PULA) COM MONITOR PARA CADA APARELHO	9

Passa a ler-se:

03	**03 (três)** APARELHOS DE CAMAS ELÁSTICAS (PULA-PULA) COM MONITOR PARA CADA APARELHO	9

As demais informações constantes no edital seguem inalteradas.

Sorriso - MT, 31 de março de 2015.

FELIPE RIBEIRO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATOS DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS - MARÇO 2015

	ESTADO DO MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO	
	EXTRATO DE DISTRATOS DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS	

	MARÇO DE 2015					
Nº do Contrato	DISTRATADO	OBJETO	CARGO	DATA DIS-TRATO	Nº DIS-TRATO	DISTRATANTE
012/2015	ANA CAROLINI DO NASCIMEN-TO SANTOS	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 40HS	04/03/2015	018/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
055/2015	DAYANE AUGUSTA RODRI-GUES	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - L PORT 20HS	11/03/2015	019/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
074/2015	ELIZANGELA ARRUDA DA SIL-VA	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - PEDA-GOGIA 40HS	12/03/2015	020/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
092/2015	FRANCIELLI JAQUELINE DE PAULA	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS- PEDA-GOGIA 20HS	02/03/2015	013/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
136/2015	LEDA MARIA FRELO	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - PEDA-GOGIA 20HS	02/03/2015	016/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
121/2014	LILIANE MARTINS BARBOSA	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - L INGLE-SA 20HS	18/03/2015	021/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
146/2015	LUZIA APARECIDA GONCAL-VES	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - HISTO-RIA 20HS	02/03/2015	015/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
196/2014	MARCIA FERREIRA DA SILVA	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - CIENC BIOL 20HS	02/03/2015	012/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
183/2015	ODETE SANTIN	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BA - PEDAGO-GIA 40HS	02/03/2015	014/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
289/2015	SONIA REGINA DE OLIVEIRA	DISPENSA POR INICIATIVA DO EMPREGADO	PROF EDUC BAS - EDUC FISICA 20HS	04/03/2015	017/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO-MT
				Sorriso/MT., 30 de Março de 2015		

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2015

Divulgação da Relação das Inscrições Pagas

A **Câmara Municipal de Sorriso**, Estado de Mato Grosso, torna público, na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, o Edital Complementar nº 004/2015 ao Edital de Concurso Nº 001/2015:

I. Divulgar a Relação das Inscrições Pagas (Anexo I);

II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 10 do Edital Nº. 001/2015, contado da data da publicação deste Edital;

III. O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: **www.amm.org.br**, **www.sorriso.mt.leg.br** e **www.sydcon.com.br** e afixada no **Mural da Câmara Municipal de Sorriso - MT**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

Sorriso - MT, **31 de Março de 2015**.

Fábio Gavasso

Presidente

Câmara Municipal de Sorriso

Comissão Organizadora do Concurso Público

Leocir José Faccio

Presidente

Márcio Marques Timóteo	Janaina Mami Tessaro Bortolini
Secretário	Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
OFÍCIO Nº 058/2015-GP

São Félix do Araguaia (MT), 23 de março de 2015.

Senhor Presidente,

PROCESSO LEGISLATIVO – EMENDAS A PROJETOS DE LEI – Veto – Nos termos do art. 56 da Lei Orgânica Municipal, decidi VETAR, integralmente, as alterações introduzidas no Projeto de Lei Complementar nº 008/2014, pelas emendas abaixo:

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2014: EMENDA ADITIVA Nº 001/2015;EMENDA ADITIVA Nº 002/2015.

RAZÕES DO VETO:

O parágrafo primeiro é redundância do caput do artigo.

O parágrafo segundo, exigindo pós-graduação, limita a concorrência ao cargo, sendo certo que a prova de título (pós-graduação, mestrado, doutorado) será objeto de pontuação do concurso.

Sabemos que o curso de graduação e a prova da OAB já legitima o exercício ao cargo de advogado público. Exigir curso de pós-graduação como mestrado e doutorado é impedir a participação popular no concurso público.

A título de exemplo, sito o caso do município de Novo Santo Antônioque recentemente abriu concurso público para Procurador jurídico Municipal e recebeu 135 inscrições.

Ademais disso, o município de SFA mantém cooperação técnica com a UFMT, oferecendo o curso de pós-graduação em gestão pública, para servidores municipais através da UAB.

Exigir mais que a graduação e a inscrição junto à OAB é ferir o princípio da legalidade, pois vai de encontro ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, da eficiência e moralidade, uma vez que restringe a participação de pessoas habilitadas para exercer o cargo.

Solicito a essa Casa de Leis que aprove este VETO como um exercício de Democracia, resguardando a participação popular, garantindo a participação de todos os Advogados a concorrerem ao cargo de Procurador Público de São Félix do Araguaia e que os nobres parlamentares, ao analisarem estas argumentações, reflitam sobre a conveniência de manterem, na íntegra, o conteúdo original do projeto.

Respeitosamente,

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

SILVIO BENTO LEAL

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

São Félix do Araguaia – MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

A Pregoeira **da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna** público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 07/2015, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Abertura de Sessão Publica para Disputa de Lances e entrega de Documentação será no dia **16 de Abril de 2015, às 09h00min (horário oficial de Brasília-DF)**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal no horário de 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone (66) 3522-2117e email – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

Em São Félix do Araguaia - MT, 30 de Março de 2015.

FABIANA AGUIAR DA SILVA

Pregoeira

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2015.PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015.Processo Licitatório n.º 08/2015, **Pregão Presencial** nº 04/2015. **Objeto**: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER ÀS SECRETARIAS DE SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.** Vigência: 12 meses. Empresa adjudicatária: **JOSÉ CANDIDO DE LIMA***/CNPJ nº 17.749.926/0001-87. Vencedor dos itens: 01 a 48,* no valor total **deR$** 23.634,40(vinte e três mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos). A ata com os preços e demais especificações encontrar-se-á disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura. São Félix do Araguaia – MT, em 30 de Março de 2015.**JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA - Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A Pregoeira **da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna** público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 05/2015, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÁS DE COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, UTENSÍLIOS DOMESTICO, MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, REDE MUNICIPAL DE ENSINO, FABRICAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E ATENDIMENTO À REPASSES E PROGRAMAS FEDERAL E ESTADUAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015.** Abertura de Sessão Publica para Disputa de Lances e entrega de Documentação será no dia *17 de Abril de 2015, às 09h00min (horário oficial de Brasília-DF)*. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal no horário de 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone (66) 3522-2117e email – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

Em São Félix do Araguaia - MT, 30 de Março de 2015.

FABIANA AGUIAR DA SILVA

Pregoeira

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO ARAGUAIA / CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº. 01 / 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado Mato Grosso, **Sr. JOSE ANTONIO DE ALMEIDA,** invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no **art. 48** e no seu **Parágrafo Único** da Lei Complementar n° **101/2000**, informa à população que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, nos dias 07, 08 e 09 de Abril de 2015, com o objetivo de discussão da Proposta da **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO** para o Exercício de 2.016, que será realizada nos locais abaixo:

Local	Data	Hora
Escola Municipal da Vila São Sebastião (Chapadinha)	07/04/2015	16:00
Escola Municipal de Pontinopolis	08/04/2015	09:00
Escola Municipal de Espigão do Leste	08/04/2015	19:00
Camara Municipal de São Felix do Araguaia	09/04/2015	20:00

São Félix do Araguaia (MT), 17 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 022/2015 - DISPENSA 003/2015

Contratado (a): GENIVALDO INACIO DA SILVA .

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE HIDROGINASTICA COM FAMILIAS REFERENCIADAS NO PAIF. Conforme proposta entregue no processo licitatório **"DISPENSA" n.º 3/2015** e planilha com descrição e quantitativo, como segue:

VALOR TOTAL – O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante, em 10 (dez) parcelas iguais de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), mediante solicitação do Secretário da pasta.

VIGÊNCIA – O prazo previsto para o presente contrato será de dez (10) meses, vigorando pelo período de 27 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n. º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 071/2014 – TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014

Contratado (a): E. A. SALOMÃO JÚNIOR – ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 071/2014 no que concerne a Cláusula Quinta, alterando sua vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, que passa a ser o termo final, portanto, a ser 23 de setembro de 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 075/2014 – CARTA CONVITE Nº 015/2014

Contratado (a): ANTONINO CORREIA DE BRITO FILHO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 075/2014, Carta Convite nº 015/2014 no que concerne a Cláusula Segunda, prorrogando sua vigência por mais 60 (sessenta) dias, que passa a ser o termo final, portanto, dia 30 de maio de 2015, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PORTARIA N° 035/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES DE CARGOS EFETIVOS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar os servidores efetivos abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Alzira Pereira Vicente	Auxiliar de Serviços Gerais	2/2/2015	72- Aposentadoria por idade, com rescisão contratual
Francisco Xavier Caboclo	Servidor Braçal	2/2/2015	21- Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado
Maria Aparecida Francisco Almeida	Servidor Braçal	2/2/2015	72- Aposentadoria por idade, com rescisão contratual

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 1047 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI 1.047

DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"ESTENDE A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS SEM DISTINÇÃO, A DISPENSA AO TRABALHO NOS DIAS DECRETADOS COMO PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GUERINO JOÃO OPENKOSKI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ESTADO DE MATO GROSSO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 212 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Os dias decretados,pelo Executivo Municipal, como ponto facultativo nas repartições públicas municipais, o direito da dispensa ao trabalho é estendida a todos os servidores sem distinção.

Art. 2º - As categorias de serviços públicos que sejam necessários ou essenciais o comparecimento ao trabalho, nos dias decretados como ponto facultativo, farão jus ao direito de receber horas extraordinárias pelo trabalho assim realizado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, 31 de março de 2015.

GUERINO JOÃO OPENKOSKI

Presidente

PORTARIA N° 049/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA TEREZINHA CARVALHO DE ABREU".

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, Sr. Natanael Casavechia, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o artigo 4º § 10 da Emenda constitucional 20/98 de 15 de dezembro de 1998,

Considerando o Capítulo XI, art. 152 da Lei 991 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; e

Considerando os art. 41 e 102 da Lei Complementar 963/2013 de 27 de Junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1° - Reconhecer o tempo de serviço, anterior a posse, conforme a Declaração de Tempo de Serviço e demais documentos comprobatórios, prestado ao Município anterior a posse, a servidora TEREZINHA CARVALHO DE ABREU.

Art. 2º - O período reconhecido para aposentadoria por Contribuição, compreende 403(quatrocentos e três) dias, correspondendo a 1(um) ano, 1(um) mês e 7(sete) dias.

Parágrafo Único

– O tempo de serviço reconhecido é anterior a publicação da Emenda Constitucional 20/98, sendo no período de: 30/07/1990 A 05/09/1991.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 12/2/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 047/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão ao servidor da Administração do Município de São José do Rio Claro-MT, de acordo com a Lei n° 991, de 23 de janeiro de 2014, conforme discriminado abaixo:

PROGRESSÃO			
SERVIDOR	CLAS/REF ATUAL	CLAS/ REF PROGREDIDA	A PARTIR DE
Osvaldo Cândido de M. Almeida Martello	A1	A2	fevereiro/2015

Art. 2º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 18 de fevereiro de 2015.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 046/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão à servidora da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado abaixo:

SERVIDOR	CLAS/REF ATUAL	CLAS/ REF PROGREDIDA	A PARTIR DE
Gislaine Lucia Lopes Ribeiro	BII	BIII	Fevereiro/ 2015

Art. 2º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 18 de fevereiro de 2015.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 045/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Promoção aos servidores da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado, a partir de janeiro/2015:

PROMOÇÃO				
SERVIDOR	CARGO	ANEXO	CLAS/REF ATUAL	CLAS/ REF PROMOVIDA
BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL	MOTORISTA	III-A	B-III	C-I
BENEDITO MARCELO LEMES	MOTORISTA	III-A	B-III	C-I

Art. 2º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 18 de fevereiro de 2015.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 044/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE PAGAMENTO DE RETROATIVO REFERENTE A PROMOÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar o pagamento de diferença da Promoção ao servidor CLAUDIVAN DE ARAUJO GERICÓ, com matrícula 1265, efetivo no cargo de Professor, promovido para a Classe "C" referencia "I" em janeiro/2015. Esse pagamento retroativo se refere aos meses de novembro e dezembro/ 2014, conforme parecer jurídico constante em sua pasta funcional.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 18 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 043/2015, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria compulsória (código 72), a servidora efetiva Terezinha Carvalho de Abreu, do cargo de Costureira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 16 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 042/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGOS COMISSIONADOS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os servidores para cargos comissionados abaixo, conforme discriminado:

NOME	**CARGO**	**DATA NOMEAÇÃO**
Leila Regina Machado	Coordenador do CRAS – Nível Superior	10/2/2015
Luiz Arnold Cunico Neto	Coordenador	9/2/2015

Art. 2º

- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir das datas descritas no artigo primeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 10 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 041/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar as servidoras abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

ØKarina Celia Ribeiro – a partir de 7/2/2015, após cumprimento de licença para tratamento de saúde; eØVanessa Carnavali da Silva – a partir de 10/2/2015, após cumprimento de licença à gestante.

Art. 2º

- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das datas descritas no artigo primeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 10 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

- TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 036/2014.ASS: 20/03/2015 VCT: 24/06/2015. Contratado: *SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA*; Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Construção do Lar dos Idosos de São José Do Rio Claro – MT.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

PORTARIA N° 040/2015, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES DE CARGOS COMISSIONADOS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar os servidores comissionados abaixo, conforme discriminados:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Oladia Adriana Gonçalves Oliveira	Coordenador do CRAS	9/2/2015	11- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregador
Sônia Rosângela de Melo	Diretor de Escola	21/1/2015	21- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos válidos a partir das datas descritas no artigo primeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 9 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 039/2015, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora Claudinete Maria da Silva, pelo período de trinta dias, a partir de 9/2/2015, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal nº. 991, de 23 de janeiro de 2014:

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 9 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 038/2015, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal nº. 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA
Dalva Lopes Elias	Conforme Perícia Médica
Roseli Araujo de Souza	Conforme Perícia Médica

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 5 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 037/2015, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ana do Rosário da Silva, pelo período de trinta dias, a partir de 3/2/2015, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal nº. 991, de 23 de janeiro de 2014:

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 3 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 036/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGOS COMISSIONADOS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os servidores para cargos comissionados abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA NOMEAÇÃO
Catia de Lima	Enc Depto Esportes e Lazer	2/2/2015
Delci Lima Ficher	Enc Depto de Cultura	2/2/2015
Regiane Marques de Oliveira	Coordenador	2/2/2015
Rosimari de Oliveira	Gerente de Programas	2/2/2015

Art. 2º

- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 034/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marlene Viermond Bedin, pelo período de trinta dias, a partir de 29/1/2015, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal nº. 991, de 23 de janeiro de 2014:

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 29/1/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 033/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Transferir a Lotação dos servidores abaixo, conforme descrito:

NOME	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	PARA O ÓRGÃO	DATA TRANSF.
Eliane Auxiliadora Coelho Assunção	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico	Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	2/2/2015
Luzia Aparecida Fracasso Gomes	Professora	Depto do Fundeb 40%	Depto do Fundeb 60%	2/2/2015
Márcia Regina Venâncio	Professora	Depto do Fundeb 40%	Depto do Fundeb 60%	2/2/2015
Maria Elizabeth da Silva	Professora	Depto do Fundeb 40%	Depto do Fundeb 60%	2/2/2015
Valsi Francisco	Motorista	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico	2/2/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 032/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES À SERVIDORES.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Férias Regulares pelo período de 30 (trinta) dias, de acordo com a legislação, aos Servidores abaixo, no mês de fevereiro/2015, conforme descritos:

NOME	CARGO	DATA INÍCIO
ADRIANO MIGUEL VIEIRA ROSA	BIOQUIMICO/FARMACEUTICO	1°/2/2015
ANA MARIA BALDINOTTI	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
ANTONIO ATAIDE DA SILVA	MOTORISTA	1°/2/2015
AUDINEIDE COSTA ROCHA DA CRUZ	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
CARLA REGINA PAIVA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
CLAUDEMIR MARCOS COLOMBO	TECNICO AGRICOLA	1°/2/2015
CLEBERSON JESUINO GOMES	MONITOR (A) I	1°/2/2015
DOVAIR GERONIMO ADAO	OPERADOR DE MAQUINAS	1°/2/2015
EDNA LOPES DO AMARAL	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
ELIANE CALHEIROS BARBIERI	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
ELMARI APARECIDA SODER	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
ERCILIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
GEILZA NUNES DA SILVA	SERVIDOR BRACAL	1°/2/2015
GERSON MARTINS DE LIMA CARMO	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR	1°/2/2015
GUERINO JOAO OPENCOSKI	MOTORISTA	1°/2/2015
IRENE APARECIDA MARTINS CAMPOS	AUX. DE SERV. GERAIS	1°/2/2015
JOCELEI DE OLIVEIRA LIMA PAIVA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
JOEL ALCANTARA	MOTORISTA	1°/2/2015
JOMELISSE HENRIQUE DE ANDRADE	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
JOSEFA FERREIRA DE LIMA	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
JOSIA ADAO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	1°/2/2015
JULIANA GHEDIN CAPPELLESSO	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015

LEILA JACOB DE LIMA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
LIZETE TEREZINHA KAIPPERS	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
LUCIANA CORREA DA SILVA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
LUCIMARA FERREIRA VERGINO	MONITOR (A) I	1°/2/2015
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	1°/2/2015
MARCIA APARECIDA MAGALHAES	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
MARCIELE APARECIDA MORALES	AUX. DE SERV. GERAIS	1°/2/2015
MARCO AURELIO FERREIRA LEITE	COORDENADORIA DE TRIBUTACAO	1°/2/2015
MARIA APARECIDA DA CRUZ FERREIRA	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
MARIA APARECIDA DE AQUINO	VIGIA	1°/2/2015
MARIA GORETE PEREIRA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
MARIA GUATEL DOS SANTOS	AUX. DE SERV. GERAIS	1°/2/2015
MARIA VERA LUCIA LOPES	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
MARILDA APARECIDA CAMARGO	SERVIDOR BRACAL	1°/2/2015
MARINA FELIX DE SOUZA	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
MARLI MENDONCA GARCEZ LEITE	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
MARLI VOLPE	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
NADIR MORO	PROF. CURSO SUPER.C/ ESP.	1°/2/2015
OSNI BRITO NUNES	VIGIA	1°/2/2015
PAULINO ALBINO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	1°/2/2015
RAIMUNDA CANDIDA DE OLIVEIRA ALMEIDA	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
RONALDO ROGONI BONONI	VETERINARIO	1°/2/2015
ROSANA APARECIDA DA ROSA MUNHOZ	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
ROSIMEIRE DA SILVA TRINDADE	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
ROSIMEIRE FERREIRA DE PAULA	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
ROSINEIDE CRISTINA DIAS	MONITOR (A) I	1°/2/2015
ROZE PATUSSE	AUX. DE SERV. GERAIS	1°/2/2015
SEALSLAY ARNAUT MORAES DA PALMA	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
SILVANA SAMPAIO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	1°/2/2015
SILVIA SAMPAIO DA SILVA LOPES	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
SONIA ROSANGELA DE MELO	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
SUEDI PEREIRA DOS SANTOS	MOTORISTA	1°/2/2015
TANIA PAULA DILL	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
THAIS APARECIDA DA SILVA	MONITOR (A) I	1°/2/2015
VANICE RAQUEL SCHMIDT	PROF.CURSO SUPERIOR S/E	1°/2/2015
WANDERLEY STRUZIATO FILHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1°/2/2015
ZENILDA DE JESUS SANTOS	PROFESSOR MAGISTERIO	1°/2/2015
ZILIEIDE VIEIRA BENTA	AUX. DE SERV. GERAIS	1°/2/2015

Art. 2º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 031/2015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença à Gestante à servidora Tatiane da Silva Fonseca, a partir de 24/1/2015, de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei Municipal nº. 991, de 23 de janeiro de 2014:

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 24/1/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 2 de fevereiro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 103 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de GERENTE DE PROGRAMA SOCIAL, o servidor MATEUS VIEIRA DA SILVA, nomeado através da PORTARIA Nº 031 DE 15 DE JANEIRO DE 2013.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 31 DE MARÇO DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de MONITOR DE CONTROLE SOCIAL, a servidora LUCIMARI CHIUCHI DA SILVA, nomeada através da PORTARIA Nº 085 DE 1º DE MARÇO DE 2013.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 31 DE MARÇO DE 2015

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DO EDITAL 01/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT comunica as Empresas que às **13h00min,** do dia **04/05/2015,** realizará a licitação na modalidade Concorrência Publica nº. *01/2015*, e receberá os envelopes de habilitação e de proposta de preço visando **"Construção de Ponte de Concreto Armado".** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura através de uma taxa não reembolsável no valor de R$ 100,00 (Cem Reais) para cobrir despesas na reprodução de cópias. Maiores informações pelo telefone 3 251 – 1138. CESAR PEREIRA DE SOUZA, Presidente CPL.

SECRETARIA DE FAZENDA
HOMOLOGAÇÃO

Eu, **CARLOS ROBERTO BIANCHI** Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, **HOMOLOGO** aos 31 dias do mês de março de 2015, a Empresa: : *L. T. RODRIGUES GENEROS ALIMENTICIOS ME*, inscrita no CNPJ sob o nº 05.409.425/0001-72 sediada na Rua das violetas, 767, Jardim vista alegre Cáceres - MT com o valor total de R$ 21.415,00 (Vinte Um Mil e Quatrocentos e Quinze Reais). Pregão Presencial Registro de Preço **12/2015.** Objeto: "Aquisição de Ovos de Chocolate".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.110/2015.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a solicitação de substituição de Conselheiros, para suprir vagas no ***Conselho Municipal de Saúde****, em reposição de um de seus membros.*

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionado, para se integrar na composição do

Conselho Municipal de Saúde

,

que terá as funções mencionadas na Lei Municipal nº. 536/2005.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
TITULAR	KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES CAVALARI Rua Wilson Geoved Nº 964 Centro Ensino Médio Completo	RG:1190684-7 SSP/MT CPF: 864.670.691-53 Fone; (066) 9636-8962
SUPLENTE	NATHALLY ROGERIA PEREIRA GOMES JARSCHEL Rua Odete Terezinha Lodi Nº 704 N Ensino Superior Completo	RG: 8741905-3 SSP/PR CPF: 035.386.579-63 Fone: (66) 9991-9600
	PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE CREDENCIADO PELO SUS	
TITULAR	MARILUZ GARCETE PEREIRA Rua Projetada A S/N Ensino Superior Completo	RG:00125916-2 SP/MS CPF: 938.147.471-00 Fone: (66) 9648-3070
SUPLENTE	HELEN CRISTIANE BATISTA ADOLFO Rua Ari Zendron S/N Ensino Superior Completo	RG:28840604-7 SSP/SP CPF: 327.606.628-96 Fone: (66) 9695-1088
	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
TITULAR	DOMENICIANO DA SILVA MEDEIRO Rua Kássia S/N Ensino Médio Completo	RG:01681016-3 SP/MT CPF: 014.706.161-06 Fone: (66) 9615-9609
SUPLENTE	VERÔNICA PEREIRA VERSORI Rua Elvia Nº 285 N Ensino Médio Completo	RG:142205-8 SSP/MT CPF: 005.715.301-92 Fone: (66) 9902-2285
	SERVIDORES DA SAÚDE – NÍVEL SUPERIOR	
TITULAR	CARLA REGIANI PEREIRA Rua Oscar Kunio Kawakami Nº 420 Ensino Superior Completo	RG: 3905688-7 SSP/PR CPF: 007.546.199-40 Fone: (66) 9639-8050
SUPLENTE	VANESSA CHICONI SEGATTI Rua Projetada A Ensino Superior Completo	RG:33841687-0 SSP/SP CPF: 278.742.918-16 Fone: (66) 9628-8037
	SERVIDORES DA SAÚDE – NÍVEL MÉDIO	
TITULAR	CLAUDETE GRASSI MARCINIAK Distrito de Nova Fronteira Ensino Médio Completo	RG: 7184611-3 SSP/PR CPF: 018.514.239-74 Fone: (66) 3601-1180
SUPLENTE	ROSIMEIRE NEVES DA SILVA Rua Jose Carlos Moreira S/N	RG: 793258 SSP/MT CPF: 535.7323341-00

	Ensino Médio Completo	Fone: (66) 3557-1474

Artigo 2º - A função de conselheiro do Presente Conselho é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 3º - Os conselheiros acima mencionados terão mandatos de 02 (dois) anos, prevalecendo à data de composição da primeira nomeação realizada através do Decreto nº. 2.769 de 16/05/2013, para contagem do mandato dos respectivos membros.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 11 de Março de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 3.111/2015

"**Institui a Junta Médica do Município de Tabaporã.**"

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído por este Decreto, a Junta Médica do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A Junta Médica será constituída por Um profissional, do quadro da Prefeitura de Tabaporã, com reputação ilibada e notório conhecimento médico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina e comprovante de sua regularidade, sendo este o Sr. **MARCELO HENRIQUE COUTINHO TIAGO**, brasileiro, médico portador do CRM nº 4883, CPF n.°667. 532.951-00 e do RG nº 0.365.675-X SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Oscar Kunio Kawakami, nº 913.

Parágrafo único. O exercício do mandato de membro da Junta médica será considerado de relevante serviço público e não gerará nenhum direito à percepção de remuneração, além do contrato firmado com essa prefeitura.

Art. 3º Compete aos membros da Junta Médica:

I –

realizar perícia médica na admissão de servidores públicos, pela administração pública municipal;

II – Emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por invalidez e auxílio doença do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Tabaporã – PREVIPORÃ.

Parágrafo único. A competência de que trata este artigo poderá ser exercida individual ou coletivamente.

Art. 4º Independente das atribuições descritas no artigo 3º, a Junta Médica exercerá outras atividades relacionadas à área de medicina, sempre que convocado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único: A convocação de que trata o caput deste artigo, será efetuada com antecedência de 05 (cinco) dias.

Art. 5º O mandato dos membros da Junta Médica será exercido durante a vigência dos respectivos contratos, sendo sua nomeação de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de Janeiro de 2015 e revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Março de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 033/2015 - P S 004/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 033/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor *Fábio Martins Junqueira,* no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 004/2014, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 01/04/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC					
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
30	**3733**	**LOURDES MARIA DOS SANTOS**	**70,00**	**70,00**	**CLASSIFICADO**

1007-INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
3	**148**	**STYVE MARTINS PEREIRA**	**0,00**	**44,00**	**44,00**	**CLASSIFICADO**

660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
87	**69**	**MARINEIDE FREITAS DE OLIVEIRA**	**9,86**	**36,00**	**45,86**	**CLASSIFICADO**

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 02/04/2015 e 06/04/2015 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) **Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria "D",** para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 31 de Março de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 004/2015 - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO 001/2010

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2010

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2015

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2010 DE 03/11/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof.** *Fábio Martins Junqueira*, no uso de suas atribuições legais;

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2010 de 03/11/2010, realizado no dia 09 de janeiro de 2011 e 16 de janeiro de 2011, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 098/GP/2011 de 01/04/2011,** para que compareçam na Secretaria Municipal de Administração, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, de acordo com o item 17 do Edital de abertura do concurso, conforme lista abaixo:

	GRUPO OCUPACIONAL II				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
361041	DEVANIR LINO DA SILVA	62º	66	MOTORISTA	CLASSIFICÁVEL
	GRUPO OCUPACIONAL III				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
344648	ELIANDRA FRANCELLI PERES DA SILVA	2º	66	AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	CLASSIFICÁVEL
362537	KRISTIANE FICK	3º	72	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	CLASSIFICÁVEL
	GRUPO OCUPACIONAL IV				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
358696	JULIANA PAULA LOUZICH COELHO VACCARI	3º	65	MÉDICO OBSTETRA	CLASSIFICÁVEL

Art.

2º - Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2011, no prazo descrito no artigo 1º deste Edital. Art. 3º - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

b) – não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa nº. 001/SAD/2011;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado e exames médicos.

Art. 4º - Os candidatos nomeados através deste Edital deverão comparecer nas dependências do Setor de Recursos Humanos, 2º piso da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até no dia, 30/04/2015 às 15h00 hrs, para posse e definição do local de trabalho através do lotacionograma.

Art. 5º - Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº. 154/GP/2015 DE 31/03/2015

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

1º - NOMEAR os candidatos convocados através do Edital complementar nº. 001/2015, aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2010 de 03/11/2010, realizado no dia 09 de janeiro de 2011 e 16 de janeiro de 2011, conforme resultado final homologado através do Decreto nº. 098/GP/2011 de 01/04/2011, convocados através do Edital Complementar obedecido à ordem de classificação.

	GRUPO OCUPACIONAL II				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
361041	DEVANIR LINO DA SILVA	62º	66	MOTORISTA	CLASSIFICÁVEL
	GRUPO OCUPACIONAL III				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
344648	ELIANDRA FRANCELLI PERES DA SILVA	2º	66	AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	CLASSIFICÁVEL
362537	KRISTIANE FICK	3º	72	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	CLASSIFICÁVEL
	GRUPO OCUPACIONAL IV				
INSC.	NOME	CLAS.	TOTAL	CARGO	SITUAÇÃO
358696	JULIANA PAULA LOUZICH COELHO VACCARI	3º	65	MÉDICO OBSTETRA	CLASSIFICÁVEL

2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da Pregão Presencial 14/2015 prorrogação, mudança da data de abertura do processo referido, nova abertura dia **09/04/2015 às 13:30 horas.**

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo edital.

Justificativa do Adiamento: Adiamos o certame devido ter sido necessário pois até a presente data não interessados em participar do licitatório.

Terra Nova do Norte-MT, 31 de Março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da Pregão Presencial 14/2015 prorrogação, mudança da data de abertura do processo referido, nova abertura dia **09/04/2015 às 13:30 horas.**

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo edital.

Justificativa do Adiamento: Adiamos o certame devido ter sido necessário pois até a presente data não interessados em participar do licitatório.

Terra Nova do Norte-MT, 31 de Março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da Pregão Presencial 14/2015 prorrogação, mudança da data de abertura do processo referido, nova abertura dia **09/04/2015 às 13:30 horas.**

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo edital.

Justificativa do Adiamento: Adiamos o certame devido ter sido necessário pois até a presente data não interessados em participar do licitatório.

Terra Nova do Norte-MT, 31 de Março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 22 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Súmula: "Modifica parcialmente o Decreto 02/2015, que dispõe sobre o Lançamento e Arrecadação da Taxa de Fiscalização e Licença de Funcionamento, relativo ao exercício de 2015, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS;

DECRETA:

Artigo 1º. Fica modificado parcialmente o Decreto nº 02, de 02 de Janeiro de 2015, especialmente o artigo 2º, que passará à vigorar com a seguinte redação:

(...)

Artigo 2º -

Fica estipulado o dia 15/05/2015, como data limite para que as pessoas jurídicas, físicas e autônomos pré-existente façam o requerimento para emissão do Alvará de Funcionamento.

§1º - Fica definido desconto de 25% (vinte e cinco porcento) para o pagamento a vista da Taxa de Fiscalização e Licença de Funcionamento até a data de 15/05/2015.

(...)

Artigo 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e afixação no mural da Prefeitura Municipal, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 23 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Súmula: "*Regulamenta o artigo 56, Itens 21 e 21.01; e Anexo I, Itens 14 e 14.1.08, da Lei Complementar 33/2014, de 30/12/2014***, e dá outras providências."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS;

DECRETA:

Art. 1º - Os tabeliões, escrivães e registradores públicos deverão destacar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), calculado sobre o total de emolumentos e acrescidos deste.

Art. 2º - O repasse do valor arrecadado a título de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) será mensal, até o 10º dia subsequente ao mês da prática do ato cartorial e registral.

Art. 3º - O pagamento do repasse se dará através de emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) expedido pela Prefeitura Municipal mediante solicitação do responsável pela serventia, ou mediante emissão de nota fiscal eletrônica, até o 10º dia subsequente aos atos cartoriais e registrais.

Art. 4º - Fica de responsabilidade dos tabeliões encaminhar mensalmente planilha dos serviços cartoriais e registrais realizados, até o 10º dia subsequente à realização dos referidos atos.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 24 DE 30 DE MARÇO DE 2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS DATAS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **MILTON JOSÉ TONIAZZO**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, o próximo dia 02 de Abril (quinta-feira), Paixão de Cristo;

D E C R E T A

Artigo 1ºFica decretado **PONTO FACULTATIVO** na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso no dia 02 de Abril (quinta-feira), Paixão de Cristo;

§1º Excetuam-se do disposto no caput as escolas da rede pública do Município, a Secretaria Municipal de Saúde, cujos horários de funcionamento serão estabelecidos pelas respectivas Secretarias.

Artigo 2º As unidades responsáveis por atendimentos essenciais aos cidadãos deverão manter escalas de modo a se garantir a prestação ininterrupta dos serviços.

Artigo 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 0244/2015

O Município de Tesouro, Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 005, de 08 de janeiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados**,** que o Pregão Presencial nº 010/2015 foi declarada licitação **DESERTA**, sendo marcada nova abertura para o dia 15 (QUINZE) de abril de 2015, às 10h00minh, na sala da CPL/PREGOEIRO, da Prefeitura Municipal de Tesouro – MT.

Tesouro – MT, 31 de março de 2015.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES Nº 001/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, no uso de suas *atribuições legais,*

CONSIDERANDO:

O resultado final do Processo Eleitoral dos Conselheiros Tutelares nº 001/2013, e com a posse datada em 08 de julho de 2013.

RESOLVE:

Convocar a candidata constante na listagem abaixo, Eleita suplente, para o cargo de Conselheira Tutelar, para comparecer, até o dia 01/04/2015, na Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos/MT – Departamento de Recursos Humanos, das 12hs às 18hs.

CANDIDATO	CARGO	RESULTADO
VANDERLÉIA GUILHERME	CONSELHEIRA TUTELAR	17 VOTOS

A candidata deverá estar munida de todos os documentos.

Vale de São Domingos, 31 de março de 2015.

DANIEL GONZAGA CORREA EDINALDO FERREIRTA DE SANTANA

PREFITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 07-2015

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 07-2015 teve como vencedor a empresa, **FRABICIO LIRA CARDOSO - MEI,** CNPJ: 20.917.836/0001-62, vencedora de todos os itens, no valor global de R$ 35.000,00., Objeto **Prestação de serviço na manutenção em aparelho hospitalar, laboratoriais, reabilitação e raio x.** Vale de São Domingos – MT, 16 de Março de 2015. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 08/2015; **OBJETO**: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPARO E MANUTENÇÃO NAS PONTES DE MADEIRA DO MUNCIPIO DE VALE E SÃO DOMINGOS-MT.*. **DATA DE ABERTURA**: 16/04/2015 AS 12:00 HORAS.,O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 12:00 às 18:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1066 / 1067.Vale de São Domingos – MT, 31 de Março de 2015. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

DISTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2014

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO C F DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE OUVIDORIA TELEMARKETING E RASTREAMENTO VEICULAR – ME, INSCRITA NO CNPJ: 18.427.184/0001-36, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA PARA OUVIDORIA E MOBILIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO.. *CONFORME O ITEM 12.2 do Contrato Original*, **DATA EMISSÃO:** 31/03/2015.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 06-2015

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 06-2015 teve como vencedor a empresa, **A. DALCICO - ME,** CNPJ: 07.959.811/0001-63, vencedora de todos os itens, no valor global de R$ 28.098,00., Objeto **Prestação de serviço na Organização, planejamento, suporte e manutenção do site "home-page" oficial da prefeitura municipal de vale de são domingos, incluindo a elaboração de novos layouts como também o desenvolvimento de novas ferramentas para site de acordo com a necessidade do município e locação de sistema para gerenciamento de ouvidoria on-line e suporte técnico para o mesmo.** Vale de São Domingos – MT, 16 de Março de 2015. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
RESPOSTA AO RECURSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015
SRP Nº. 010/2015

Pregão Presencial nº. 010/2015

Sistema de Registro de Preço nº. 010/2015

Objeto: Futura e eventual aquisição de Troféus e Medalhas.

Visto etc.

Em análise do recuso apresentado pela Licitante MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, e nas contra-razões apresentada pela empresa CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL. A decisão e de procedência do Recurso. Tomando como razão de decidir o Parecer da Assessoria Jurídica – Parecer nº 036/2015, acolho o recurso da empresa MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inabilitando a empresa CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL, em analise detalhada do processo, junto com a Lei 123/2006, art. 42 e 43, foi verificado que a mesma deveria ter apresentado documento mesmo que esta apresentasse alguma restrição, este pregoeiro objetivando uma disputa por melhor preço, acabou por interpretar de forma equivocada o Art 43 §1º da Lei 123/2006, habilitando e abrindo prazo para que a empresa regulariza-se a situação.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Publica-se.

Vera – MT, 30 de Março de 2015.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI MUNICIPAL Nº 1.306/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial *para Criação de* **Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº1.266/2014 - Exercício 2015**

e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.266/2014 - Exercício 2015 no valor de R$ 485.000,00 (Quatrocentos e Oitenta e Cinco Mil Reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 01.00 – Câmara Municipal	R$
Unidade: 01.01 – Câmara Municipal	
P.A: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal	R$
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito Municipal	
P. A: 2.002 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Unidade: 02.02 – Junta do Serviço Militar	
P. A: 2.004 – Manutenção da Junta do Serviço Militar	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Unidade: 02.04 – Conselho Tutelar	
P. A: 2.006 – Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Unidade: 02.05 – UCI –Unidade de Controle Interno	
P. A: 2.007 – Manutenção e Encargos com a UCI	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Unidade: 02.06 – Ouvidoria	
P. A: 2.008 – Manutenção e Encargos com a Ouvidoria	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	R$
Unidade: 02.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	30.0000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Finanças	R$
Unidade: 04.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.013 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	R$
Unidade: 05.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.019 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	30.0000,00
Unidade: 05.02 – Manutenção e Encargos com Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	30.000,00
P. A: 2.027 – Manutenção do Ensino Superior	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	5.000,00
Unidade: 05.03 – Creche e Pré-Escola	
P. A: 2.034 – Manutenção e Encargos com a Creche Municipal	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	5.000,00
Unidade: 05.04 – FUNDEB	
P. A: 2.036 – Manutenção e Encargos com Ensino Infantil 40%	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 018 Trans. FUNDEB	10.000,00
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	10.000,00
P. A: 2.037 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental 40%	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos 018 Trans. FUNDEB	10.000,00
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	10.000,00
P. A: 2.038 – Remuneração dos Profissionais da Educação Infantil 60%	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 018 Trans. FUNDEB	15.000,00
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	15.000,00
P. A: 2.039 – Remuneração dos Profissionais da Educação Fundamental 60%	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 018 Trans. FUNDEB	15.000,00
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	15.000,00
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	R$
Unidade: 06.01 – Atenção Básica	
P. A: 2.042 – Manutenção e Encargos com os PSFS	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	50.000,000
P. A: 2.045 – Manutenção e Encargos do PASCAR e ACS	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
Unidade: 06.02 – MAC –Média e Alta Complexidade	
P. A: 2.049 – Manutenção e Encargos com CAPS	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
P. A: 2.051 – Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação	

31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
P. A: 2.052 – Manutenção e Encargos com Laboratório Municipal	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
P. A: 2.055 – Manutenção e Encargos com MAC – Média e Alta Complexidade	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	50.0000,00
Unidade: 06.03 – TFVS – Vigilâncias em Saúde	
P. A: 2.058 – Manutenção e Encargos do Programa VISA	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
Unidade: 06.04 – Assistência Farmacêutica	
P. A: 2.059 – Manutenção e Encargos com a Farmácia Básica	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	5.000,00
Unidade: 06.05 – Gestão em Saúde	
P. A: 2.061 – Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	10.000,00
Unidade: 06.06 – SAEVIR	
P. A: 2.063 – Manutenção e Encargos com a SAEVIR	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$
Unidade: 07.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.064 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: 2.068 – Manutenção e Encargos com os Serviços Públicos	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
P. A: 2.070 – Manutenção e Encargos com os Serviços de Limpeza Pública	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	R$
Unidade: 08.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.075 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	R$
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.084 – Manutenção e Encargos Fundo Municipal de Assistência Social	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	R$
Unidade: 10.01 – Cultura e Lazer	
P. A: 2.100 – Manutenção e Encargos com Depto Cultural	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Unidade: 10.02 – Esporte	
P. A: 2.104 – Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	R$
Unidade: 13.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.107 – Manutenção e Encargos com o Planejamento	
31.90.94.00 – Indenização e Restituição Trabalhista – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R$485.000,00

Art. 2º Serviráde recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial de dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 01.00 – Câmara Municipal	R$
Unidade: 01.01 – Câmara Municipal	
P.A: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal	R$
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito Municipal	
P. A: 2.002 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
(2) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	R$
Unidade: 03.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
(71) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Finanças	R$
Unidade: 04.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.013 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
(95) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	R$
Unidade: 05.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.019 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
(120) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil- Recursos 1000 Trans. Impostos Educação	100.000,00
P.A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
(136) 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos 1000 Trans. Impostos	20.000,00

P.A: 2.039 – Remuneração dos Profissionais da Educação Fundamental 60%	
(232) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - Recursos 018 Trans. FUNDEB	50.000,00
Órgão: 06 – Secretaria/FundoMunicipal de Saúde	R$
Unidade: 06.01 – Atenção Básica	
P. A: 2.048 – Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
(312) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - Recursos 0202 Trans. Impostos Saúde	140.000,00
P.A: 2.061 – Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde	
(422) 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários Livres	5.000,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	R$
Unidade: 07.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.064 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
(459) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	R$
Unidade: 08.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.075 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura	
(538) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	R$
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.084 – Manutenção e Encargos Fundo Municipal de Assistência Social	
(599) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	R$
Unidade: 10.01 – Cultura e Lazer	
P. A: 2.100 – Manutenção e Encargos com o Departamento Cultural	
(666) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	R$
Unidade: 13.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.107 – Manutenção e Encargos com o Planejamento	
(704) 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R$ 485.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, 25 de março de 2015.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

PORTARIA Nº 091/2015 26 DE MARÇO DE 2015.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obrasde construção e 02(duas) salas de aula a ser implantada no Projeto de Assentamento Santa Clara.

Luciano Marcos Alencar Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais quelhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente a construção a execução de obras de 01 (um) Escola de um pavimento com 02(duas) salas de aulas, área total a ser construída de 207,70m², conforme Projeto Padrão do FNDE - Projeto Espaço Educativo Rural, a ser implantada no Projeto de Assentamento Santa Clara, zona rural. Contrato nº007/2015 empresa CONSTRUTORA BARROS LTDA-ME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.305/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DA TRANSFÊRENCIA DA CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE VILA RICA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a permitir a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária do terminal rodoviário de Vila Rica – MT.

Parágrafo Único – Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo o pretendente deverá:

I – atender as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;

II – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 731/2007 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vila Rica, 25 de março de 2015.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.307/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de *Crédito Adicional* **Suplementar para Criação de Fonte de Recursos nos Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº1.266/2014 -**

Exercício 2015

e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Orgânica Municipal.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar fontes de recursos nos elementos de despesas da Lei Orçamentária Anual nº. 1.266/2014, para o exercício de 2015, no valor de R$ 525.000,00 (Quinhentos e Vinte Cinco Mil Reais), a serem alocadas nas seguintes dotações:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05.02 – Manutenção e Encargos com Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.022 – Manutenção do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	
3.1.90.04.00.00.00.00.1000 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.1000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.1000 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.1000 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$5.000,00
P.A: 2.023 – Manutenção do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$5.000,00
P.A: 2.025 – Implantação e Manutenção da Escolinha de Iniciação Esportiva	
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$5.000,00
Unidade: 05-04 – FUNDEB	
P.A: 2.036 – Manutenção e Encargos com Ensino Infantil 40%	
3.1.90.04.00.00.00.00.0018 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0018 – Material de Consumo	R$5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0018 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0018 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$5.000,00
P.A: 2.037 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental 40%	
3.1.90.04.00.00.00.00.0018 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0018 – Material de Consumo	R$5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0018 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0018 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$5.000,00
P.A: 2.038 – Remuneração dos Profissionais da Educação Infantil 60%	
3.1.90.04.00.00.00.00.0018 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
P.A: 2.039 – Remuneração dos Profissionais da Educação Fundamental 60%	
3.1.90.04.00.00.00.00.0018 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0018 – Obrigações Patronais	R$5.000,00
Órgão: 06 – Secretaria/Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 06.01 – Atenção Básica	
P.A: 2.042 – Manutenção e Encargos com PSFS	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00.0202 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R$ 3.000,00
P.A: 2.044 – Manutenção e Encargos da Saúde Bucal	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.045 – Manutenção e Encargos do PASCAR e ACS	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.046 – Manutenção e Encargos do PAB-PISO da Atenção Básica	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
Unidade: 06.02 – MAC – Média e Alta Complexidade	
P.A: 2.050 – Manutenção e Encargos da Agência Transfuncional	
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.051 – Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0202 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.054 – Manutenção e Encargos do Complexo Regulador	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação Por Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.055 – Manutenção e Encargos com a MAC - Média e Alta Complexidade	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0202 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
Unidade: 06.03 – TFVS – Vigilância em Saúde	
P.A: 2.057 – Manutenção e Encargos das Vigilâncias ECD e Ambiental	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0202 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.058 – Manutenção e Encargos do Programa VISA	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0202 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
Unidade: 06.04 – Assistência Farmacêutica	
P.A: 2.059 – Manutenção e Encargos com a Farmácia Básica	
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0202 – Obrigações Patronais	R$2.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 – Diárias - Civil	R$3.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0202 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P.A: 2.085 – Manutenção com Grupo da Terceira Idade	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.086 – Manutenção com Grupo de Deficientes	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.087 – Manutenção do Programa PETI	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.088 – Manutenção do Programa PAIF	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.089 – Manutenção do Serviço de Proteção Básica Domiciliar	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.090 – Manutenção do Programa Projovem Adolescente	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.091 – Manutenção com Grupo de Crianças até 06 Anos	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.094 – Manutenção do Programa Bolsa Família	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.095 – Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social	
3.1.90.04.00.00.00.00.0001 – Contratação P/ Tempo Determinado	R$3.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0001 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$3.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0001 – Obrigações Patronais	R$3.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0001 – Obrigações Patronais	R$3.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil	R$3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.0001 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
P.A: 2.097 – Manutenção do Programa Inclusão Digital	
3.3.90.30.00.00.00.00.0001 – Material de Consumo	R$3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$3.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$3.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R$ 525.000,00

Artigo 2º - A abertura do Credito Suplementar para criação das fontes de recursos nos elementos de despesas a que se refere o artigo 1º decorrerão por conta deanulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05.02 – Manutenção e Encargos com Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
(140) 3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$25.000,00
P.A: 2.021 – Manutenção da Frota Escolar	
(146) 3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$25.000,00
Unidade: 05-04 – FUNDEB	
P.A: 2.037 – Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental 40%	
(220) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$50.000,00
P.A: 2.039 – Remuneração dos Profissionais da Educação Fundamental 60%	
(232) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$50.000,00
Órgão: 06 – Secretaria/Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 06.01 – Atenção Básica	
P.A: 2.042 – Manutenção e Encargos com PSFS	
(259) 3.3.90.39.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$33.000,00
P.A: 2.047 – Manutenção e Encargos da Atenção Básica	

(296) 3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$33.000,00
Unidade: 06.02 – MAC – Média e Alta Complexidade	
P.A: 2.048 – Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
(317) 3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$ 33.000,00
P.A: 2.053 – Manutenção e Encargos com Hospital Municipal	
(353) 3.1.90.11.00.00.00.00.0202 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$135.000,00
(357) 3.3.90.30.00.00.00.00.0202 – Material de Consumo	R$ 33.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P.A: 1.086 – Aquisição de Veículos	
(588) 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equipamento e Material Permanente	R$40.000,00
P.A: 2.084 – Manutenção e Encargos Fundo Municipal de Assistência Social	
(608) 3.3.90.30.00.00.00.00.1000 – Material de Consumo	R$ 8.000,00
(612) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$60.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	R$525.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de Março de 2015.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

PORTARIA Nº 090/2015 25 DE MARÇO DE 2015.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obrasde construção e 02(duas) salas de aula a ser implantada no Projeto de Assentamento Paraíso do Rio Preto.

Luciano Marcos Alencar Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais quelhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente a construção a execução de obras de 01 (um) Escola de um pavimento com 02(duas) salas de aulas, área total a ser construída de 207,70m², conforme Projeto Padrão do FNDE - Projeto Espaço Educativo Rural, a ser implantada no Projeto de Assentamento Paraíso do Rio Preto, zona rural. Contrato nº004 /2015 empresa CONSTRUTORA BARROS LTDA-ME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 109/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Exonerar do cargo em comissão Wenderson Joralino Ribeiro da Silva, Auxiliar de Gabinete, do Gabinete do Vereador Hilton Gusmão Alves.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 26 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.19/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa Campos Bueno de Almeida Ltda. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da lei Federal 8666/91 e alterada pela Lei n.8883/94, no Processo Gespro n.292714/15, na Justificativa exarada pela Secretaria gestora. OBJETO: Empresa capacitada em engenharia, para atendimento emergencial para execução dos serviços de Pontes e Bueros, em diversos Bairros do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: R$ 1. 359.403,56 (Um milhão, trezentos e cinquenta e novel mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e seis centavos). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações. Fonte: 0999. VIGÊNCIA: 180 (Cento e oitenta) dias.

DATA DE ASSINATURA: 27.03.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

CAMPOS BUENO DE ALMEIDA LTDA

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015 REGISTRO DE PREÇO

A Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como sub-

sidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 16 DE ABRIL DE 2015, ÀS 09h00m (horário local)**, na Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, localizado à Avenida Castelo Branco, s/n, Água Limpa, Município de Várzea Grande - MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes ao **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO EM ARMAZENAMENTO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SISTEMAS DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL VIRTUALIZADO, SISTEMA WEB DE CONSULTA DE ACERVO LEGISLATIVO ON-LINE** para atender à Câmara Municipal de Várzea Grande. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais cláusulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), pelo site www.camaravarzeagrande.mt.gov.br ou solicitar pelo e-mail: licitacaocmvg@hotmail.com

Várzea Grande/MT, 31 de Março de 2015.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2015

O Fundo Municipal de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 763/2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, cujo objeto**:** Registro de preços para futura e eventualaquisição de materiais médico hospitalar / insumos / soluções parenterais para atender as necessidades da rede municipal e pronto socorro e hospital municipal de várzea grande, conforme edital e anexo. A realização esta prevista para o dia **16** de abril de 2015, às 15h00min (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br.Várzea Grande-MT, 31 de março de 2015, Landolfo L Vilela Garcia, Pregoeiro, Daoud M K Jaber Abdallah, Secretário de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 110/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear no cargo em comissão Thiago Stevan Leite Santos, Auxiliar de Gabinete, no Gabinete do Vereador Hilton Gusmão Alves.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 26 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 21/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Alexandre Ribeiro de Moraes e Silva**, fiscal, e, **Aline Janayna Ferreira Oliveira,** como suplente, para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 03/2015, referente à prestação de serviços especializados em consultoria administrativa, vigência de 11/03/2015 a 11/03/2016, sendo a empresa contratada ACPI-Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática Ltda.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de março de 2015.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 20/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Douglas Nunes Pacó**, fiscal, e, **Paulo Conceição Silva**, como suplente, para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 02/2015, referente ao fornecimento de licença, uso de sistema de gestão pública informatizada, com acesso simultâneo, vigência de 11/03/2015 a 11/03/2016, sendo a empresa contratada ACPI-Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática Ltda.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 11 de março de 2015.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.18/2015 REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 763/2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, cujo objeto**:** registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais descartáveis, para o atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde e de todas as unidades de saúde, bem como para o atendimento das necessidades do pronto socorro municipal de Várzea Grande, conforme edital e anexo. A realização esta prevista para o dia **16** de abril de 2015, às 10h00min (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br. Várzea Grande-MT, 31 de março de 2015, Landolfo L Vilela Garcia, Pregoeiro, Daoud M K Jaber Abdallah, Secretário de Saúde.

RETIFICAÇÃO

Na Publicação do Extrato do TERMO DE CONVÊNIO N°.007/2015, publicado no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AMM-MT), em 18/03/2015, página 292, RETIFICA-SE:

Onde se lê: Partes Interessadas Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Associação Trabalho Social Infantil Creche Escola Luz do Amanhã;

Leia-se: Partes Interessadas Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Associação Trabalho Social Infantil Creche Escola Crescendo Feliz**.**

Várzea Grande-MT, 31 de março de 2015.

.

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO N.013/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT / Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual - FAESPE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentação legal no Decreto Municipal n.065.2011, no inciso XIII, art. 24 c/c art.s 116 e 117 da lei 8666/93. OBJETO: Prestação de serviços de assessoramento técnico especializado de apoio ao fortalecimento das políticas públicas, realizando atividades voltadas ao aperfeiçoamento de métodos e técnicas de gestão com prioridades nas diretrizes emanadas do Plano Estratégico em consonância com o Plano de Desenvolvimento Interinstitucional Integrado – PDI, nas Secretarias das áreas finalísticas e das áreas meios. VALOR GLOBAL: R$ 39. 535.436,16 (Trinta e nove milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos). UO: Secretaria Municipal de Administração. DO: 04.01.04.128.0101. P/A: 1.011. ND: 3.3.90.39. 00-O.S.T-PJ. Fonte: 0999. DO: 04.01.04.122.0101. P/A: 2.203. ND: 3.3.90. 39.00-O.S.T-PJ. Fonte: 0999. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

DATA DE ASSINATURA: 27/03/2015

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

ANA MARIA DI RENZO

Reitora da UNEMAT

MARCELO GERALDO COUTINHO HORN

Diretor Executivo da FAESPE

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO N.10/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Associação Espírita Eurípedes Barsanulfo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplica-se no que couber a Lei n.8666/93 e suas alterações, a IN/STN/N. 01/97, a Lei Complementar 101/00, a I.N./STN n.01/05, a Lei n.3770/12 e a Lei n.3.229/08, nos documentos acostados Processo Gespro n.292935/ 15. VALOR GLOBAL: R$ 167.200,00 (Cento e sessenta e sete mil e duzentos reias). UO: Secretaria Municipal de Educação. UO: 08.03.12.361. 0103-2088. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais. Fonte: 0001. VIGÊNCIA: 11 (onze) meses com início em Março/2015 e término em Janeiro/2016.

DATA DE ASSINATURA: 16.03.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretário Municipal de Educação – PMVG/MT

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO

Convenente

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 23/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear **Claudio Marinho Correa**, fiscal, e, **Francione Maria Almeida Sampaio Coelho**, como suplente, para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 04/2015, referente à aquisição de material permanente, vigência de 11/03/2015 a 18/03/2016, sendo a empresa contratada ACPI - Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática Ltda-ME.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 18 de março de 2015.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONVENIO 016/2015

Convenio 016/2015

Convenente: CDCE Escola de Educação Infantil Gisselda Trentin

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 19.507,44

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 017/2015

Convenio 017/2015

Convenente: CDCE Escola Municipal Campo Jandira

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 11.541,36

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 018/2015

Convenio 018/2015

Convenente: CDCE Escola Catarina Lúcia Zandoná

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 27.387,12

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 008/2015

Convenio 008/2015

Convenente: CDCE Escola Cristalino

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 34.446,00

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 007/2015

Convenio 007/2015

Convenente: CDCE Escola Vila Nova

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 37.975,44

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 012/2015

Convenio 012/2015

Convenente: CDCE Escola Municipal Guarujá

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 41.340,72

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Locação de um imóvel para instalação do ESF – Estratégia Saúde da Família, do Bairro Universitário.
Favorecido	Ronaldo Portela de Lima
Prazo de Execução	12 meses
Valor Global	R$ **21.600,00** (vinte e um mil e seiscentos reais)
Fundamento Legal	Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 010/2015.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 010/2015, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa MT, 31 de março de 2015.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 009/2015

Convenio 009/2015

Convenente: CDCE Escola Agrovila Central

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 24.151,44

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 011/2015

Convenio 011/2015

Convenente: CDCE Escola de 1º Grau Bela Vista

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 15.895,92

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 013/2015

Convenio 013/2015

Convenente: CDCE Escola Cecília Meireles

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 32.558,16

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 014/2015

Convenio 014/2015

Convenente: CDCE Escola Infantil Jacy Kuhn Salamoni

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 36.087,60

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 015/2015

Convenio 015/2015

Convenente: CDCE Escola Apostolo Paulo

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 15.260,88

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONVENIO 010/2015

Convenio 010/2015

Convenente: CDCE Escola EMEI Edna Lane

Concedente: Município de Água Boa

Objeto: Repasse financeiro pelo município ao Conselho para manutenção da escola.

Valor: 35.020,56

Data: 13.03.2015

Vigência: 31.12.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Mar 31 22:44:07 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)